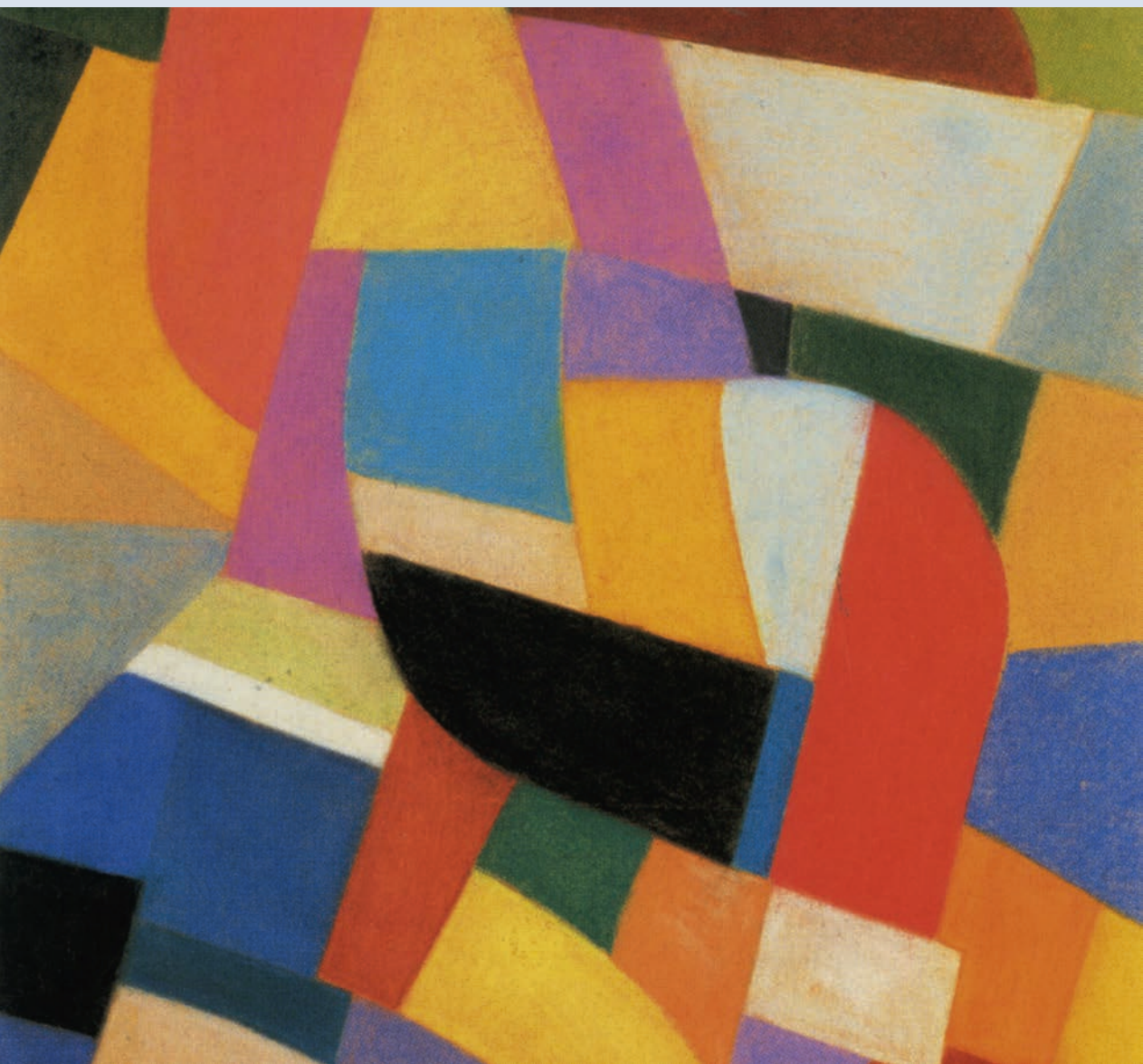


ANDRÉ CARMO (org.)

Espaço, Lugar e Território

Figuras do pensamento português contemporâneo



ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO
Figuras do pensamento
português contemporâneo

Coordenação
André Carmo

ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO
Figuras do pensamento
português contemporâneo

Título: Espaço, lugar e território. Figuras do pensamento português contemporâneo

Coordenação científica e editorial: André Carmo

Revisão científica: Ana Cordeiro Santos, Eduardo Ascensão, João Pedro Silva Nunes, Maria Alice Samara, Paula Simões, Pedro Pinto, Ricardo Costa Agarez, Susana Mourato Alves-Jesus

© 2022, André Carmo e Edições Afrontamento

Capa: Edições Afrontamento / Departamento gráfico

Edição: Edições Afrontamento, Lda.

Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt / comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-972-36-1963-8

Colecção: Biblioteca de Ciências Sociais / Plural / 22

Depósito legal: 506328/22

N.º edição: 2154

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.
Comercial@companhiadasartes.pt

Novembro de 2022

Índice

Siglas	15
Agradecimentos	17
Introdução	19
1. Annabela Rita (Susana Mourato Alves-Jesus)	23
Nampula, Portimão, Lisboa	23
«...a linguagem que, como nenúfar...»	25
O «escrever no prazer» e o lugar da fruição (ou a «festa das letras» como mote de intervenção)	28
Bibliografia fundamental	30
Referências secundárias	31
2. António Covas (Luís Moreno)	33
Introdução: apontamento de biografia e inserção institucional	33
Entre a Europa e Querença, sentidos e conteúdos: de espaços-território aos lugares	34
Comunicação e matérias da afirmação na esfera pública	38
Bibliografia fundamental	40
Referências secundárias	41
3. António Firmino da Costa (Inês Pereira)	43
Vidas com História	43
Há Sociologia no Bairro	44
O sociólogo etnógrafo	47
Bibliografia fundamental	49
Referências secundárias	50
4. António Fonseca Ferreira (João Rafael Santos)	51
Um percurso multifacetado: academia, atividade editorial, planeamento, política, administração pública	51
Os grandes contributos: pensar e mobilizar para as políticas de habitação, o planeamento estratégico, o ordenamento do território e a Área Metropolitana de Lisboa	53
Os debates, controvérsias e compromissos: uma cultura de serviço público	58
Bibliografia fundamental	59
Referências secundárias	59

5. António Manuel Figueiredo (Luís Carvalho)	61
Detalhes biográficos e contexto institucional	61
Contributos sobre a territorialização do desenvolvimento	63
Das «travessias não autorizadas» (<i>trespassing</i>) à prática reflexiva	65
Bibliografia fundamental	66
Referências secundárias	67
6. António Simões Lopes (José da Silva Costa)	69
Uma Vida de Compromisso com a Academia e a Ciência Regional	69
Precursor de uma Visão Holística do Desenvolvimento Regional	70
Intervenção no Debate Público: Desenvolvimento <i>versus</i> Crescimento Económico	72
Bibliografia fundamental	75
Referências secundárias	75
7. Artur Rosa Pires (Fernando Nogueira)	77
Esboço biográfico	77
Um académico comprometido com a aprendizagem e a capacitação de agentes	78
Qualificar, humanizando e socializando, as práticas de intervenção territorial	82
Bibliografia fundamental	84
Referências secundárias	85
8. Fernando Santos Pessoa (Gonçalo Duarte Gomes)	87
O sortilégio da Arquitectura Paisagista	87
Da construção da política de ambiente em democracia à fundação da Conservação da Natureza em Portugal	89
Do mester de dar aulas à escrita, um cidadão pleno e incansável	94
Bibliografia fundamental	96
Referências secundárias	96
9. Filomena Silvano (Eduardo Ascensão)	99
Da Etnografia Rural e Desenvolvimento Territorial à Antropologia da Moda	99
Em busca dos territórios da identidade	102
A fluidez nos fenómenos sociais	106
Bibliografia fundamental	107
Referências secundárias	108
10. Francisco da Silva Dias (Filipa Serpa)	109
Arquitecto – Humanista, Urbanista, Cidadão – Político, Pedagogo e Artista	109
Contributos para o pensamento sobre o espaço arquitectónico e urbano	113
Debates e controvérsias: a «Casa Portuguesa», as utopias e o urbanismo generoso	115
Bibliografia fundamental	116
Referências secundárias	116
11. Graça Índias Cordeiro (Rita Cachado)	119
De Lisboa a Boston, um percurso de vida	119
Construindo redes interdisciplinares	122
Antropologia Urbana, janela de observação	125
Bibliografia fundamental	126
Referências secundárias	128

Índice

12. Isabel André (Ana Estevens)	129
As ramificações de um percurso académico	129
Contributos para o pensamento em Geografia Humana: inovar nos temas e nas reflexões teórico-conceituais	132
Principais debates, controvérsias e intervenções na esfera pública	135
Bibliografia fundamental	137
Referências secundárias	138
13. Isabel Guerra (Sandra Marques Pereira)	139
De Serviço Social à Sociologia: uma biografia focada na ação transformativa	139
Um olhar sociológico sobre o alojamento: contributos para compreender a génese da Grande Lisboa	142
Sentidos de uma Sociologia de Intervenção	145
Bibliografia fundamental	147
Referências secundárias	148
14. João Ferrão (João Mourato)	149
Geógrafo Ávido de Mudança	149
Ação Pública: Mudar perspectivas, políticas e práticas institucionais	151
O valor das ideias	154
Bibliografia fundamental	156
Referências secundárias	157
15. João Teixeira Lopes (Lígia Ferro & Priscilla Santos)	159
Percurso biográfico e contexto institucional	159
Contributos para pensar o espaço a partir da sociologia	159
Intervenção na esfera pública e pistas para pensar a cidade e os espaços públicos atualmente	166
Bibliografia fundamental	167
Referências secundárias	167
16. Jorge Carvalho (Ana Isabel Ferreira)	169
Meio século a reflectir o urbanismo	169
A procura de caminho para a melhoria da prática urbanística	173
A função social pela prática do urbanismo	176
Bibliografia fundamental	177
17. Jorge Gaspar (Patrícia Pedro Rêgo)	179
Afirmção da geografia	179
Pensamento, ensino, investigação e aplicação da geografia	182
Debates, controvérsias e intervenções: apontamento	186
Bibliografia fundamental	187
Referências secundárias	188
18. Jorge Malheiros (André Carmo)	189
A geografia como destino?	189
Migrações, cidades e pensamento geográfico. Abordagens críticas e inter-disciplinares	192
A cidadania como vocação	194
Bibliografia fundamental	196
Referências secundárias	198

19. José Alberto Rio Fernandes (Jorge Ricardo Pinto & Pedro Chamusca)	199
Um portuense de Gondomar	199
Da investigação à ação	202
Justiça espacial e intervenção social	203
Bibliografia fundamental	206
Referências secundárias	207
20. José Eduardo Franco (Paula Carreira)	209
Ser pessoa, ou dos caminhos de um <i>trânsfuga</i>	209
Entre o local e o global, a glocalização dialogante da cultura portuguesa	211
Solidarizar a Academia para uma democratização da cultura	214
Bibliografia fundamental	216
Referências secundárias	217
21. José Mattoso (Pedro Martins)	219
Percurso biográfico e institucional e intervenção cívica	219
Espaço, lugar e território	221
Bibliografia fundamental	225
Referências secundárias	225
22. José Reis (João Rodrigues)	227
Um esboço biográfico	227
Os contributos científicos	228
Um intelectual público	233
Bibliografia fundamental	234
Referências secundárias	234
23. Luís Bruno Soares (Maria Manuela da Fonte)	
Uma breve história de vida	235
Contributos e reflexões sobre a profissão	238
Debates e desafios	240
Bibliografia fundamental	242
Referências secundárias	244
24. Luís Vicente Baptista (João Pedro Silva Nunes)	245
Investigação, docência e gestão universitária	245
Uma abordagem sociológica aos processos de urbanização	246
A ludificação dos territórios enquanto contributo para o debate sobre as cidades contemporâneas	250
Bibliografia fundamental	251
Referências secundárias	252
25. Manuel Brandão Alves (Vitor Escária)	253
Principais elementos biográficos	253
As reflexões sobre o território	255
Da teoria à prática	258
Bibliografia fundamental	259
Referências secundárias	259

Índice

26. Manuel Carlos Silva (Fernando Bessa Ribeiro)	261
O trajeto biográfico de um sociólogo implicado	261
As desigualdades no centro da reflexão sobre o espaço e os territórios	263
Os principais debates, controvérsias e intervenções na esfera pública	265
Bibliografia fundamental	267
Referências secundárias	269
27. Manuel da Costa Lobo (Pedro Pinto & Fernando Nunes da Silva)	271
Percurso biográfico e contexto institucional	271
Contributos para o pensamento no campo do Urbanismo	274
Bibliografia fundamental	278
Referências secundárias	278
Planos selecionados	279
28. Manuel Graça Dias (Jorge Figueira)	281
Prática, ensino, crítica, vida	281
Contribuições: a «grande liberdade», o pequeno episódio	282
Para lá do «bom gosto»: controvérsias, contrariedades	285
Bibliografia fundamental	287
Referências secundárias	287
29. Manuela Raposo Magalhães (Selma B. Pena)	289
Uma vida a fazer escola	289
A base do Ordenamento do Território	293
Vida activa e atenta – os principais debates	295
Bibliografia fundamental	298
Referências secundárias	298
30. Margarida Pereira (Isabel Pato e Silva)	299
Dados biográficos e propósito de pesquisa	299
Um propósito em três linhas de pesquisa	300
O que permanece por cumprir	306
Bibliografia fundamental	307
Referências secundárias	308
31. Miguel Real (Cristiana Lucas Silva)	309
«O Outro e o Mesmo»	309
Escritor e pensador multimódo	310
«De Portugal escrutinador»	311
Bibliografia fundamental	317
Referências secundárias	317
32. Nuno Portas (Nuno Grande)	319
Biografia de um pensador multifacetado	319
«Obras abertas»: do cinema à arquitetura; da política à cidade	321
Um <i>enfant terrible</i> no debate, na controvérsia e na intervenção pública	325
Bibliografia fundamental	326
Referências secundárias	327

33. Onésimo Teotónio Almeida (Sandra Sousa)	329
Leccionando, escrevendo e criando	329
Pensando e filosofando	331
Polemicando, debatendo e complexificando	334
Bibliografia fundamental	337
Referências secundárias	337
34. Paula Godinho (Patrícia Pereira)	339
A antropóloga na fronteira	339
Etnografia do mundo rural em mudança	341
O futuro é para sempre	345
Bibliografia fundamental	345
Referências secundárias	346
35. Teresa Barata Salgueiro (Luís Mendes)	347
Detalhes biográficos e contexto institucional	347
Principais contributos para o campo da geografia urbana	349
Principais teses e debates	353
Bibliografia fundamental	355
Referências secundárias	355
36. Teresa Pinto-Correia (José Muñoz-Rojas)	357
Descoberta, iniciação à geografia (rural) e principais influências	357
Uma paisagem rural que vai muito além da Geografia	360
Uma paixão pelo rural mais além da ciência	364
Bibliografia fundamental	365
Referências secundárias	366
37. Teresa Sá Marques (Paula Guerra)	367
A edificação singular de cartografias reticulares	367
Contributos indeléveis para uma geografia das quimeras	370
A disposição da cidadania em múltiplos lugares	372
Bibliografia fundamental	375
Referências secundárias	375
38. Virgílio Borges Pereira (João Queirós)	377
Trajectoria científica: notas-síntese	377
Quotidiano e território no estudo (comparado) da formação e transformação das classes sociais: um contributo singular no panorama das ciências sociais em Portugal	378
O Estado, a política e o debate sobre desigualdades sociais e sobre a reprodução espacializada das divisões sociais e simbólicas	381
Bibliografia fundamental	383
Referências secundárias	384
39. Viriato Soromenho-Marques (Rui Maia Rego)	387
Um filósofo político e pensador global: entre o projeto europeu e a emergência ecológica	387
A geografia política: um estratega entre a caracterização trágica do mundo e o possível progresso de cooperação cívica	388
Teses, controvérsias e debates	392

Índice

Bibliografia fundamental	394
Referências secundárias	395
40. Vítor Figueiredo (Pedro Namorado Borges e Ricardo Costa Agarez)	397
Percurso	397
Espaço, Lugar e Território	400
Bibliografia fundamental	406
Referências secundárias	406
41. Vítor Matias Ferreira (Alexandra Castro)	409
Dos movimentos sociais ao nascimento da Sociologia	409
Ambiente, Património e Espaços Públicos: trilogia analítica e multidisciplinar para compreender o território	412
Bibliografia fundamental	414
Referências secundárias	415
Notas biográficas dos autores	417

Siglas

- Ad Urbem* – Associação Para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção
AESOP – Associação Europeia de Escolas de Planeamento
AML – Área Metropolitana de Lisboa
APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
APG – Associação Portuguesa de Geógrafos
AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCR – Comissão de Coordenação Regional
CEG – Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa
CET – Centro de Estudos Territoriais
CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CODA – Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto
DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano
DPH – Domínio Público Hídrico
EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes da Universidade de Lisboa
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FFH – Fundo de Fomento da Habitação
FLUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
GAS – Gabinete da Área de Sines
GTH – Gabinete Técnico de Habitação
HLM – *Habitation à loyer modéré*
IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
ISA – Instituto Superior de Agronomia
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

- JNICT – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
- LBPOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo
- LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- PDM – Plano Diretor Municipal
- PER – Programa Especial de Realojamento
- PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- PNPOT – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território
- PROSIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Municipais
- PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
- PU – Plano de Urbanização
- RAN – Reserva Agrícola Nacional
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
- SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local

Agradecimentos

Este livro não poderia ter sido concluído sem a determinação e o empenho, a disponibilidade e o apoio de várias pessoas que, por isso, merecem um justo agradecimento. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao José Sousa Ribeiro, editor da Afrontamento, que se mostrou desde a primeira hora interessado em publicar este livro, enriquecendo-o com as suas recomendações. Em segundo lugar, quero também agradecer ao Tiago Castela, à Rita Raposo e à Ema Pires que incentivaram a realização deste trabalho e contribuíram, em fases distintas e de formas diferentes, para o resultado final. Uma palavra adicional de enorme apreço e reconhecimento é devida a todas as pessoas que aceitaram desempenhar o papel de coordenadores de áreas científicas/disciplinares e, em simultâneo, assumiram, com enorme generosidade e infinita paciência, responsabilidades ao nível da revisão científica, nomeadamente: a Ana Cordeiro Santos, o Eduardo Ascensão, o João Pedro Silva Nunes, a Maria Alice Samara, a Paula Simões, o Pedro Pinto, o Ricardo Costa Agarez e a Susana Mourato Alves-Jesus. Agradeço também às mais de quatro dezenas de autores/as dos capítulos incluídos neste livro, que responderam sempre afirmativamente às múltiplas e exigentes solicitações que foram sendo feitas, para que o conjunto resultasse equilibrado e coeso, sem pôr em causa, naturalmente, a voz própria de cada um/a. Por último, agradeço a todas as figuras que aceitaram ser retratadas neste trabalho e que para ele contribuíram diretamente, seja através da realização de entrevistas, da facilitação do acesso a arquivos pessoais ou de leituras críticas e atentas de versões preliminares dos capítulos que lhes diziam respeito. O resultado final, que espero possa ser do vosso agrado e fazer jus ao trajeto, pensamento e obra de cada um/a, não poderia ter sido alcançado sem o vosso generoso contributo.

André Carmo

Introdução

Espaço, Lugar e Território são três dos conceitos mais desafiantes do pensamento social contemporâneo: seja na sua acepção material ou no domínio das representações e do simbólico, são mobilizados por áreas do conhecimento e do saber muito diversas. Por serem apropriados de formas muito distintas, e mesmo tendo em conta que o escopo deste livro se circunscreve essencialmente ao campo das ciências sociais e humanidades, a sua variabilidade epistemológica é um dos seus traços mais marcantes. Trata-se, pois, de conceitos fundamentais para muitas pessoas que procuram compreender o mundo em que vivem, sejam ou não académicos, investigadores e especialistas.

Sem quaisquer pretensões de se constituir enquanto obra definitiva, muito menos de estabelecer um cânone, este livro procura oferecer uma chave de entrada para um universo de pensamento, tão vasto e diversificado quanto desafiante. Do meu ponto de vista, entre as suas principais características definidoras contam-se: i) a abrangência, na medida em que o leque de figuras nele incluídas permite aos leitores, num único volume, obter uma visão panorâmica do pensamento português contemporâneo em torno do *Espaço, Lugar e Território*; ii) o carácter interdisciplinar, pois, ao colocar a tónica nas figuras, enquanto sujeitos que refletem e atuam sobre o real, e não nas suas áreas de formação e/ou exercício profissional, como habitualmente sucede, esbatem-se as fronteiras disciplinares que, efetivamente, e até pela natureza do campo temático que constitui o foco desta obra coletiva, muitas dessas figuras ultrapassam, transcendem e, por vezes, subvertem; iii) a natureza não hagiográfica, dado que não se trata de um livro de homenagem, onde predominaria o registo apologético-celebratório, mas sim de uma obra que pretende contextualizar o pensamento e a obra das figuras retratadas nos seus próprios trajetos. Não é, por isso, um trabalho de carácter escolástico, árido e desprovido de vitalidade e humanismo, na acepção mais lata e profunda desta palavra. Pelo contrário, *Espaço, Lugar e Território* coloca a tónica na figura que pensa e age, num determinado contexto ou sucessão de contextos, ao longo da vida, nos desafios, dilemas e impasses, nos sucessos e fracassos alcan-

çados. Na maior parte dos casos, de vidas e percursos que ainda não chegaram ao fim, embora, alguns dos capítulos, incidam sobre figuras que já não se encontram entre nós. Não obstante, como veremos, o seu legado continua bem vivo. Neste sentido, *Espaço, Lugar e Território* é também um livro que pretende enfatizar a relevância da memória enquanto instrumento intelectual fundamental para uma adequada compreensão do presente e para a necessária construção de um futuro melhor.

Ao incidir sobre a vida e a obra de 41 figuras do pensamento português contemporâneo, 11 delas mulheres, *Espaço, Lugar e Território* permite a académicos oriundos de vários campos disciplinares, científicos e técnicos, com diferentes níveis de experiência e maturidade, mas também a um público mais vasto, acederem a uma paisagem intelectual vibrante e em constante transformação. Com efeito, esta obra foi produzida tendo em mente o papel pedagógico que pode vir a desempenhar e, por isso, privilegiou-se uma escrita simples e clara, tanto quanto possível desprovida do jargão técnico que poderia torná-la menos acessível. Afinal de contas, trata-se de um primeiro passo rumo a um conhecimento mais aprofundado e sistemático que, naturalmente, requer leituras complementares.

Cada capítulo oferece um retrato centrado em aspectos da vida de cada figura e dos contextos teórico e institucional em que se formou, uma explicação detalhada dos seus principais contributos para o avanço do pensamento, uma leitura crítica em torno das suas principais intervenções na esfera pública, bem como a indicação dos principais trabalhos da sua autoria e de outros considerados relevantes para compreender a sua obra ou que, de alguma forma, lhe tenham sido inspiradores. A maior parte dos capítulos encontra-se, por isso, estruturada da mesma forma, embora existam, por vontade expressa dos/as autores/as, alguns capítulos que apresentam uma estrutura distinta (ex: apenas incluem bibliografia fundamental; «diluição» da componente relacionada com a intervenção cívica e política das figuras ao longo do capítulo em vez de ser objeto de tratamento específico numa secção própria). Para além disso, como seria de esperar num livro escrito a tantas mãos, mesmo a partir de orientações comuns, existem estilos, registos e tons muito distintos, algo que, em meu entender, enriquece o conjunto.

A propósito de conjunto, aliás, e sem querer antecipar muito daquilo que possa vir a ser a leitura integral desta obra, não posso deixar de colocar em evidência duas ideias que resultam desse exercício. Por um lado, o lugar central ocupado pelo 25 de Abril de 1974 nas trajetórias de uma parte muito significativa das figuras retratadas. De uma forma ou de outra, tanto para aqueles que à data já exerciam a sua atividade profissional (não raras vezes importunada pela ação da PIDE), ou para aqueles que eram ainda muito jovens, as suas vidas, pessoais e profissionais, foram profundamente marcadas pela queda da ditadura fascista e pela possibilidade do exercício da liberdade. Tanto ao nível mais elementar do pensamento – sendo muito curioso verificar que existem várias referências intelectuais partilhadas, tais como Henri Lefebvre, Alain Touraine, Manuel Castells ou David Harvey –, como ao nível do papel que muitas das figuras desempenharam na edificação e posterior consolidação do tecido sócio-institucional que sustentou os processos de planeamento e ordenamento do território, ou até do modo como o «dia inicial, inteiro e limpo» obrigou a repensar identidades, representações e símbolos deste território comum que habitamos e se chama

Portugal, parece difícil olhar para estas figuras do pensamento português contemporâneo sem considerar a centralidade de Abril. Por outro lado, a maior parte das figuras incluídas em *Espaço, Lugar e Território* desafiam uma certa ideia de academia desligada da realidade – a chamada «torre de marfim» –, dado que a maior parte delas mobiliza o seu conhecimento científico e técnico, colocando-o ao serviço da transformação da sociedade. Em termos gerais, aliás, a visão preconceituosa do académico como sábio alheado da vida real não podia estar mais longe da impressão com que ficamos depois de lermos *Espaço, Lugar e Território*. São personalidades que, apesar da posição social privilegiada que ocupam, e, seguramente, também por isso, não abdicam da sua capacidade de intervenção, de fazer ouvir a sua voz e de procurar construir um país melhor, seja através da participação no seu processo de transformação material concreta ou da reconstrução das ideias, conceitos e categorias analíticas que sobre ele vamos elaborando ao longo do tempo.

Espaço, Lugar e Território é fruto da vontade, do empenho e do esforço de um número muito significativo de pessoas. Pela sua pluralidade científica, que tornava mais exigente o processo de seleção das figuras a incluir, foi necessário identificar um conjunto de coordenadores de áreas científicas/disciplinares, que simultaneamente foram responsáveis pela revisão científica dos diferentes capítulos. Assim, a seleção das figuras a incluir, bem como dos/as autores/as a convidar, ficou a cargo de Ana Cordeiro Santos para a Economia, Eduardo Ascensão para a Antropologia, João Pedro Silva Nunes para a Sociologia, Maria Alice Samara para a História, Paula Simões para a Arquitetura Paisagista, tendo Pedro Pinto sido responsável pela área da Engenharia, Ricardo Costa Agarez pela Arquitetura, Susana Mourato Alves-Jesus pelos Estudos Culturais e eu próprio pela Geografia. Ainda que a seleção final tenha sido comigo negociada, tendo em conta o conjunto de critérios orientadores seguidamente descritos, a familiaridade de cada uma das pessoas que acabo de nomear com as áreas científicas em causa dotou-as, naturalmente, de grande autonomia e conferiu uma legitimidade acrescida às escolhas feitas.

Os critérios adotados para a seleção das 41 figuras incluídas em *Espaço, Lugar e Território* foram os seguintes: i) serem responsáveis pela produção de trabalho académico, de natureza científica e/ou técnica, de reconhecida qualidade no campo temático desta obra; ii) que a parte mais expressiva deste trabalho tenha sido produzida na contemporaneidade, ou seja, na segunda metade do século XX; iii) assegurar algum equilíbrio de género e abrangência/cobertura institucional; iv) inexistência de trabalhos específicos sobre a vida e obra das figuras retratadas que tenham tido grande difusão e impacto. Evidentemente, a articulação destes critérios obedeceu a uma geometria variável, em função do desenrolar do processo, como sempre acontece.

Algumas das limitações desta obra têm que ver com este processo e, sobretudo, com o modo como o mesmo foi por mim coordenado. Estou no entanto convencido de que se existem figuras relevantes que mereciam ter sido incluídas em *Espaço, Lugar e Território* e que, por vicissitudes várias, acabaram por não o ser, a legitimidade de todas aquelas que o integram é inquestionável, tendo em conta os seus interessantíssimos percursos e os inúmeros contributos que deram para o avanço do conhecimento. A necessidade de manter a obra dentro de limites razoáveis, tendo em conta que se trata de um único volume, obrigou também a um esforço acrescido de

contenção que, no quadro da necessária gestão de equilíbrios disciplinares, constituiu um desafio adicional à sua produção.

Ainda assim, o predomínio de figuras vinculadas a instituições situadas na região da Grande Lisboa, em consequência do centralismo histórico do País, revelou-se inescapável tal como, aliás, um certo desequilíbrio de género, fruto, ele mesmo, das circunstâncias históricas de desenvolvimento da academia, da ciência e da sociedade portuguesa ao longo da segunda metade do século XX. Se, no primeiro caso, procurei expandir a minha rede de contactos para além dos quadros sócio-institucionais que me são mais próximos, no segundo, a preocupação com a igualdade de género revelou-se na busca de um maior equilíbrio ao nível das autorias dos diferentes capítulos (18 dos 41 capítulos são produzidos por mulheres). Em ambos os casos, julgo ter sido moderadamente bem-sucedido.

Para fechar, uma nota mais pessoal. Este trabalho começou a germinar há aproximadamente uma década quando, ainda bolseiro de investigação científica, considerava necessária a existência de um livro que, à semelhança de *Key Thinkers on Space and Place*, editado por Phill Hubbard, Rob Kitchin e Gill Valentine, pudesse auxiliar quaisquer académicos, sobretudo os menos experientes, que pretendessem familiarizar-se com uma área do pensamento tão abrangente e plural. Considerava, então, que a paisagem intelectual portuguesa permitia já a elaboração de um trabalho desse tipo que incluísse apenas figuras nacionais. Não se tratava, evidentemente, de nenhuma manifestação de patriotismo exacerbado ou nacionalismo bacoco, apenas e só da consciência de que algumas das mais relevantes figuras do pensamento português contemporâneo, no domínio do *Espaço, Lugar e Território*, mereciam esse reconhecimento.

Uma década volvida, num quadro de maior estabilidade laboral, sem o qual trabalhos desta natureza são sempre mais difíceis de concretizar, aqui está a materialização dessa ideia. Para além disso, esta obra demonstra que é possível, sem sacrificar o rigor e a exigência, levar a cabo empreendimentos ambiciosos e com um fôlego significativo, única e exclusivamente com base numa boa dose de voluntarismo, trabalho cooperativo e afinidade no plano das ideias. Num tempo de hegemonia da universidade neoliberal, *Espaço, Lugar e Território* mostra que é possível fazer diferente.

Penalva, 7 de setembro de 2022

André Carmo

1. Annabela Rita

Susana Mourato Alves-Jesus

Nampula, Portimão, Lisboa

Tem-se destacado recentemente o potencial criativo das periferias enquanto espaços de reconfiguração e de ressignificação das Artes e das Letras. A música, a literatura, as artes plásticas e performativas convocam um olhar diferente quando recebido que não do centro, «onde tudo acontece», mas dos lugares-franja que confluem, tantas vezes em interpelação, com aquela reconhecida cultura dita *mainstream*.

Nos últimos anos, diversas figuras do mundo cultural têm encarnado essa aproximação cada vez mais evidente das periferias ao centro, trazendo a público modos diversos de ver e de integrar a realidade, descobrindo-lhe outros significados, por via do diálogo das artes, da integração de elementos culturais menos considerados, pela fusão de elementos identitários diversos, pela apropriação criativa dos mais distintos recursos de significação estética (tornaram-se modelos recentes deste movimento de aproximação das periferias ao centro, por exemplo, na literatura, Bruno Vieira Amaral, na música, os Buraka Som Sistema).

O olhar que vem de fora traz sempre novidade. A aproximação entre realidades – quem diz realidades, diz vivências, conhecimentos, também disciplinas –, transforma os olhares sobre determinado objeto, sobre determinada matéria, em renovação fecunda de significados.

Annabela de Carvalho Vicente Rita nasceu em Nampula, a 2 de abril de 1958, nas franjas da então e ainda metrópole portuguesa. A sua família (por via materna) chegou a Moçambique nos inícios do século XX. De ascendência transmontana, beirã e também algarvia, Annabela Rita, filha de Maria da Graça Carvalho Braz Rita e de Joaquim Braz Rita Júnior, nasceu e cresceu até aos dois anos em Nampula. O seu pai, especializado em obras públicas, esteve ligado ao projeto, construção e manutenção de novas redes viárias em Moçambique, tendo chefiado a Direção Regional da antiga Lourenço Marques (hoje, Maputo). A sua mãe, com formação e talentos destacados e com uma gentileza e humanidade marcantes, assumia a gestão doméstica. A partir dos dois anos de idade, por força do trabalho do seu pai, Annabela Rita inicia uma

vida itinerante, por diversos lugares de Moçambique (em especial pela Zambézia), mas também entre aquela região ultramarina e a metrópole. A sua formação, até ao final do ensino secundário, foi partilhada entre estes dois espaços dialogantes. Em 1975, no Liceu de Portimão, Annabela Rita viria a terminar o ensino secundário. Ingressa então na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde desde logo se destaca como aluna de méritos académicos. Em 1979, bacharel de Filologia Românica, grau que concluiu em 1981, torna-se monitora. Durante o mestrado, Jacinto do Prado Coelho, seu orientador e professor de referência em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea, irá incentivá-la a concorrer àquela faculdade para leccionar esta disciplina. Obteve o lugar com sucesso, constituindo-se, desde então, uma das docentes de maior experiência e qualidade no seu campo de estudos. Até hoje é professora na mesma Faculdade e uma das mais inspiradoras junto dos alunos que com ela se têm cruzado.

Annabela Rita sedimentou o seu percurso académico inicial com uma tese de mestrado sobre Casimiro de Brito (1987), a estímulo de Jacinto do Prado Coelho: «O Professor Jacinto do Prado Coelho entregou-me para recensear para a Colóquio-Letras o livro *Pátria Sensível*, de Casimiro de Brito, acompanhando o gesto do comentário “Parece-me bom, mesmo muito bom.” Era a palavra tutelar; aconselhando» (Rita e Brito, 2004: 11). O seu doutoramento em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea (1995) versou a cronística da juventude de Eça de Queiroz, observando-lhe a génese e conformação e configurando-a em continuidade para a estética do romance que cultivou em idade adulta, perscrutando as suas ligações e ultrapassando as leituras clássicas que distanciavam estes dois géneros no conjunto da obra queirosiana. Confluência de géneros, início da aproximação entre margens literárias, início também do uso de uma linguagem sinestésica, que convocava para a literatura e para a sua crítica não apenas as palavras, mas todos os sentidos e as diversas artes (Rita, 2006). O «óculo» da cronística queirosiana inspirava a novas perspetivas:

O olhar cronístico surge como uma espécie de objectiva que capta segmentos da realidade, apresentando-os ao leitor sob forma noticiosa, realizando uma espécie de levantamento do quotidiano, um seu *diário* fragmentário e heterogéneo. Esses fragmentos são flashes que, decompondo um original compósito, constituem imagens sectoriais dele, «fotogramas» a que falta o movimento e a continuidade do filme projectado e do real observado (Rita, 2017b: 109).

Já em 2010, a Agregação de Annabela Rita, em Literatura, versou um dos autores da sua dilação, Almeida Garrett, sobre o qual tem trabalhado profusamente, não só em ensaios, mas também reeditando as fontes garrettianas, revitalizando-as e captando as suas ressonâncias com leituras renovadas e originais. Tem ainda dois pós-doutoramentos sobre a questão do Cânone Literário (2014 e 2017), na origem, aliás, de obras dedicadas ao tema.

A Literatura Portuguesa, enquanto um dos campos privilegiados da Cultura, tem sido o território de eleição de Annabela Rita, que nele tem trabalhado de forma permanente, no entanto, promovendo sempre o seu encontro, não apenas em âmbito *interartes*, mas também em diálogo com outras literaturas e culturas (ver p. ex. Rita

et al., 2019; Rita e Vila Maior, 2012, 2016a, 2018). Testemunho deste forte desiderato tornou-se a sua participação no CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, enquanto Diretora (2002-2012). Este centro de investigação, no qual é ao presente Coordenadora do grupo «Literatura em Interartes», foi fundado por Jacinto do Prado Coelho em 1975, inicialmente com o nome Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa, passando depois, em 2008, a denominar-se Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A renovada designação desta unidade de investigação durante a direção de Annabela Rita reporta esse forte desígnio de aproximação de realidades literárias e culturais diversas, para a construção de renovadas perspetivas, sempre tendo como principal preocupação a afirmação da literatura e da cultura portuguesas e a sua redescoberta e reinterpretação.

Do seu percurso académico e cívico, destaquem-se ainda, entre outras distinções, o Prémio Pró-Autor da Sociedade Portuguesa de Autores, em 2019, pelo seu relevante trabalho «em prol dos Autores e da Cultura», e em 2012 a atribuição, pela Câmara Municipal de Oeiras, da Medalha Municipal – Grau Ouro. Foi Conselheira para a Igualdade de Oportunidades do MCTES em 2004. Integrou a Missão para o Relatório sobre o Processo de Bolonha MRPB, em 2003-2004. Foi diretora da Licenciatura em Estudos Portugueses da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2014-2021). É também presidente da Academia Lusófona Luís de Camões e do Instituto Fernando Pessoa, Diretora da Associação Portuguesa de Escritores e membro do Conselho Diretivo do Observatório da Língua Portuguesa.

«...a linguagem que, como nenúfar...»

Em texto dedicado a Maria Lúcia Lepecki, no volume de homenagem a esta Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Annabela Rita escolhe para título, preñhe de simbolismo e de promessa, um fragmento do texto «A Casa da Praia», de Sophia de Mello Breyner Andresen: «...a linguagem que, como nenúfar...» (Rita, 2011a: 261). Lepecki acompanhou Annabela Rita no seu percurso académico inicial, tendo sido sua orientadora, na sequência da morte de Jacinto do Prado Coelho. Aquela professora, também famosa ensaísta e escritora brasileira, estabelecida em Portugal durante décadas e até ao fim da sua vida, era, à época, figura tutelar dos Estudos Literários, com perspetiva muito marcada pela retórica e interpretação textual. Apenas uma hora de aula com Lepecki e experimentava-se um desembrulhar de pormenores que emergiam dos textos. Breves linhas levavam minutos demorados a discernir. As palavras, sob a sua interpretação literária, simbólica, estética, falavam e preenchiam o espaço da sala, numa imersão de sentido e de sentidos. Lia-se o texto. Olhava-se o texto. Sentia-se o texto, ouvia-se, cheirava-se, degustava-se... *Como nenúfar*, a linguagem emergia do silêncio das páginas; assim também Annabela Rita o passa a experimentar desde cedo na sua obra. A virtude da palavra desabrocha também, inicial e inteira, no seu percurso.

Annabela Rita parte ao encontro do texto literário convocando para a exegese um conhecimento integrado de diversos modos de olhar o mundo: a palavra e o sentido

do texto como coração da interpretação literária, mas, também, em complemento de peso, a convocação de diferentes perspectivas de abordagem como vias para lhe dar um corpo sempre renovado e subjetivo. A hermenêutica não prescinde de uma chave de leitura confessadamente «cada vez mais interdisciplinar e inter-artes» (Rita, 2010: 23), para desvelar a literatura e a tessitura cultural que lhe subjaz (Santos, s.d.).

Vislumbra, em planos de espelhos (*No Fundo dos Espelhos*, 2003, 2007) e transparências, renovadas perspectivas interdisciplinares sobre autores clássicos e contemporâneos, para tal aplicando um movimento ensaístico à guisa de digressão cinematográfica.

Observa, focalizando (*Focais Literárias*, 2012), diversos autores de língua portuguesa e as suas obras, desde os clássicos aos autores contemporâneos, aplicando sobre eles o seu olhar fotográfico, com *flashes* certeiros sobre os seus matizes mais significantes, após “grandes angulares”, *travellings* e *zooms* súbitos.

Ensaia, a pincel (*Breves & Longas no País das Maravilhas*, 2004), diálogos estéticos entre o ensaio cultural e o ensaio literário, mas também entre a palavra e a pintura, em que se inspira para os seus próprios originais pictóricos, com preferência para a aguarela, que servem, depois, como ilustrações originais convertidas nas capas dos seus livros. *Ut pictura poesis*: «O que caracteriza a pintura a aguarela é a sobreposição de cores simples da mais clara para a mais escura e das grandes para as pequenas superfícies, a mancha e a consequente indefinição de contornos, o contraste impressivo, etc.; acontece exatamente o mesmo no poema que vai do azul do extenso granzoal ao vermelho intensificado do pequeno ramallete passando pelos tons combinados dos amarelos e laranjas alastrantes» (Rita, 2003: 97-98).

Perscruta, com «GPS para geografia incerta» (*Cartografias Literárias*, 2010), itinerários culturais e literários, atendendo sempre à relação constante entre a memória e a cultura, entre um passado e um presente, entre um *eu* e um *outro*, reconhecido em viagens e em deambulações, por vezes incertas, mas sempre, de algum modo, significantes, com recurso à história e às identidades. E fá-lo, atenta ao próprio processo de leitura «entre expectativa e memória» (título também seu).

Da subjetividade literária à descoberta de alteridades próximas e distantes, em espaços e tempos diversos (Rita, 2011b), colocadas em evidência pela confluência fecunda das disciplinas e das artes, Annabela Rita expõe também na sua obra essa importante função do *literário* enquanto caminho de diálogo cultural e de mobilização:

Centrando a minha atenção no *literário*, constato que ele me atinge, me atrai e se fixa na minha memória, especialmente, por duas, vias, que passo a enunciar.

Por um lado, atrai-me pela *estratégia discursiva*: ler é corresponder, a meu modo, a uma interpelação suspensa, a um convite em aberto, é *mover-me com* nessa *cena* fantasmática em que a palavra me inscreve, onde vivo uma *conjugalidade perversa*, imaginando o *outro* e calculando o *outro* a fantasiar-me, às vezes, a auto-representar-se nesse processo de maneira oblíqua (simbólica, anamórfica e/ou fragmentariamente), desafiando o reconhecimento.

Por outro lado, o texto conquista-me através de *estímulos* mais pregnantes, *motivos* (usarei esta designação, na sua máxima «neutralidade» e «abrangência», para imagens, esquemas accionais, etc.) que se impõem à minha atenção, que evocam outros em cadeia

e que sobrevivem na minha memória depois de o abandonar. Sobrevivência por *impresividade* e por *densidade*. A *impresividade* decorre da conjugação da *saliência* dos motivos relativamente ao que os rodeia (moldura evidenciadora) com a sua capacidade de produzir *efeito* emocional e racional no leitor, a um tempo singular e semelhante culturalmente. Quanto à *densidade* desses *motivos*, resulta de diferentes factores: da *hipercodificação* inerente ao estético; da memória deste (referências maiores, linhagens estéticas ou cânone mais representativo); da memória cultural colectiva neles condensada; da(s) visão(ões) prospectiva(s) da comunidade (ou de grupos significativos) neles expressa(s); às vezes, também, da sua capacidade *agregadora* e *mobilizadora*, origem de pactos e de movimentos transformadores (Rita, 2010: 14-15).

O *literário* enquanto espaço de convergência de perspectivas, terreno exploratório de diálogos entre o *eu* e *outro*:

O *outro*, nessas ocasiões, fomos nós e fui *eu*, enquanto ensaístas, que observámos a comunidade de que fazemos parte, numa clivagem algo esquizoide que experimentamos em reflexões análogas, a conjugar esta perspetivação com a do *outro* de facto, preferentemente plural, validando o traço cartográfico no confronto informativo (Rita, 2010: 89).

O *literário* enquanto território de encontros e desencontros identitários, buscando, por um lado e em perspectiva cultural, por exemplo, a aproximação de Portugal à Europa e da Europa a Portugal, em quadros harmoniosos e em jogos especulares, por outro lado constatando alegoricamente uma permanente distância, quase sempre insuperável:

A clivagem entre Portugal e a Europa atravessa a reflexão e a efabulação portuguesas, com oscilações que fazem de Portugal uma espécie de Alice no País das Maravilhas, observando-se ao espelho e estranhando-se nele, entre centralidade e marginalidade, maiusculação e pequenez (Rita, 2010: 95).

Portugal reconfigura a Europa como seu espelho progressivamente ampliado e invertido: cada vez mais poderosa e fascinante, cada vez mais inacessível e distante, subitamente ameaçadora, às vezes e por períodos, identificando-se com ela. Como Alice no País das Maravilhas ou Gulliver entre liliputianos e, depois, entre gigantes... (Rita, 2021: 101).

Annabela Rita examina as rotas identitárias de uma cultura portuguesa, em constante elaboração entre o eu e o outro, entre o interior e o exterior, entre o convencional e o espontâneo, lidando sempre com fronteiras e limites que se interpenetram, e não raro se misturam, muitas vezes em jogos de luzes e sombras. No seu terreno de trabalho por excelência, o campo da Literatura, Annabela Rita nunca se inibiu de percorrer, sem contemplações, o vasto *corpus* de autores que enforma o profuso legado literário da cultura portuguesa, desde as origens aos mais recentes testemunhos, também de dimensão lusófona (Rita, 2009, 2011b). Sonda-lhes os diálogos, evidenciando relações, sinalizando linhagens e metamorfoses de motivos e de imagens. Esteta da literatura e da cultura, tanto interpreta e verte em filigrana rica os grandes clássicos (Camões, Almeida Garrett, Camilo Castelo Branco, Cesário Verde...), quanto traça linhas identitárias de continuidades e ruturas para os mais recentes autores

(Ana Haterly, António Quadros, José Saramago, António Ramos Rosa, Albano Martins, Gonçalo M. Tavares, Teolinda Gersão – ver, p. ex., Rita, 2020; Rita e Real, 2021), desafiando, de igual forma, o conceito acabado de *cânone* (ver *Luz e Sombras do Cânone Literário*, 2014b; *Do que Não Existe: Repensando o Cânone Literário*, 2018; *Perfis & Molduras no Cânone Literário*, 2019c; *Sfumato & Cânone Literário. Na Senda da Identidade Nacional*, 2021) e dando-lhe, de outro modo, relevância substantiva nas possibilidades abertas pela valorização integral da Cultura:

No texto literário, concentra-se, de modo estruturalmente depurado e elaborado, essa polifonia difusa e complexa: a *cultura*. Cultura, cuja heterogeneidade tende a ser inteligida por perspetivações sistematizantes que evidenciam e fazem reconhecer linhas de força identitárias assinalando continuidades na descontinuidade. Cultura, onde se mesclam identidade e alteridade, forças centrífugas e centrípetas relevando da vida das comunidades, da sua experiência, da sua memória, do seu esquecimento, do seu sentimento de pertença e de *ser*, da sua capacidade e vontade de o preservar e de o reforçar (Rita, 2019c: 13, n. 3).

Literatura, território privilegiado de confluência de todas as matérias, «instância em que todos os saberes se encontram, se cruzam, se sintetizam e se divulgam: das ciências às artes e letras, da tradição popular à inovação de ponta, da irreverência vanguardista à mais simplista conformação social, da *doxa* às heterodoxias... é a “antropologia das antropologias” (Fernando Cristóvão), lugar de cristalizações culturais e estéticas» (Rita, 2019c: 18). Literatura, território privilegiado para a compreensão e aproximação de identidades e alteridades, nas suas múltiplas formas, mais chegadas ou distantes, mais convencionais ou inusitadas. Assim se queira. Annabela Rita assim o *ousou* desde cedo: «Para se constituir em objecto de reflexão, Casimiro de Brito levantava uma reserva prudente (ainda mais numa universidade clássica): estava vivo, não permitia o distanciamento crítico nem a prova do tempo» (Rita, 2004: 11). Casimiro de Brito acabou por ser, como já referenciado acima, o objeto de estudo de Annabela Rita para a sua tese de mestrado.

O «escrever no prazer» e o lugar da fruição (ou a «festa das letras» como mote de intervenção)

Em *O Prazer do Texto* (1973), Roland Barthes explorou a dissemelhança entre o prazer do texto e a fruição do texto: esta remete para um horizonte de crise e de «desconforto», aquele assume «uma prática confortável da leitura» e a ausência de crítica. Mas constituem-se assim tão apartados esses dois tipos de texto, o *texto de prazer* e o *texto de fruição*? Annabela Rita, como que no esteio de Barthes, alia-os dialeticamente. Trazendo para o palco a «Festa das Letras» (expressão recorrente usada pela pensadora na organização de tertúlias, conferências e outras iniciativas), Annabela Rita alia o prazer da festa, o prazer das leituras conjuntas em fraternal encontro entre pares, ao mote da fruição do texto e também, concomitantemente, ao mote da reflexão crítica sobre o estado das Humanidades e da Cultura.

Académica de renome e professora universitária de excelência, de talentos amplamente comprovados também por muitos dos seus alunos (para quem Annabela Rita tem sido a docente que faz despertar para a Literatura, pelas suas aulas envolventes e imersivas no grande caudal da estética literária e da Cultura Portuguesa), tem de igual modo participado ativamente na difusão do conhecimento fora da cátedra, bem como na defesa de uma cidadania mais integrada, com recurso a uma consciência cultural que é necessário (re)implementar. Neste sentido, aliando a alegria da difusão das Letras e o prazer do texto, através da sua (re)descoberta por multímodas formas, a um militante desejo de (re)valorização das Humanidades e das Artes através da Literatura e dos seus diversos modos de expressão, Annabela Rita pode ser considerada uma ativista da Cultura. Assim nos revelam inúmeras iniciativas que tem dinamizado e que comportam não apenas um sentido divulgativo e livresco na área das Humanidades, mas apresentam também uma forte dimensão cultural interventiva e civicamente empenhada (AA.VV., 2019). Pelo prazer do texto e da Cultura se apela a uma transformação necessária na área das ciências humanas e sociais e, por inerência, da sociedade civil que servem. Annabela Rita atua desde logo no cerne do meio académico, onde se tem assistido, em especial nos últimos anos, a uma menorização progressiva das Humanidades em detrimento das áreas tecnológicas, com fortes prejuízos para a construção de uma sociedade mais humanizada e consciente de *si* e do *outro*. A ensaísta e professora universitária não hesita em colocar o dedo sobre a ferida das políticas académicas e científicas mais recentes, denunciando a crise por que passam as Humanidades em Portugal e apontando alternativas (ver p. ex. «Da investigação científica em Portugal: o Crepúsculo dos Deuses, o ataque contra a cultura humanista», 2014a; «Da excelência e do seu “padrão”», 2017a). Alargando à sociedade, alerta para essa mesma carência, cada vez mais evidente, de pensamento crítico (ver *Perigoso é...*, 2018), fruto dessa deslizante menorização da Cultura («Da Cultura e dos seus parênteses: para que Humanidades em tempos de indignação?»), 2019a; «*Quo Vadis, Cultura...?*», 2019b).

Em 2014, em conjunto com várias personalidades das mais diversas áreas do Conhecimento e das Artes, entre as quais Carlos Fiolhais, **José Eduardo Franco**, Lúcia Jorge, **Miguel Real**, Pedro Abrunhosa, ou Teolinda Gersão, promoveu o designado *Manifesto contra a Crise: Compromisso com a Ciência, a Cultura e as Artes em Portugal*. Na sequência deste, e também no quadro do Movimento Letras Com Vida, coorganizou, entre 2014 e 2015, as Novas Conferências do Casino. Inspiradas naquelas históricas Conferências do Casino promovidas no final do século XIX por aqueles que viriam a ser conhecidos como a Geração de 70, estas novas conferências pretenderam «contribuir para a criação de um espaço de debate cívico à volta de algumas das questões mais prementes da atualidade no que respeita à cultura, ciência e inovação em Portugal». Contaram com intervenções de fundo de figuras como António Sampaio da Nóvoa, Boaventura Sousa Santos, Guilherme d’Oliveira Martins, Luís Filipe Barreto, Maria Manuel Baptista, ou **Viriato Soromenho-Marques**.

Desde 2009, tem-se empenhado em dinamizar as tertúlias *Letras com Vida*, que, a par da revista com o mesmo nome, que dirige com **Miguel Real**, visam promover o debate alargado das Artes e das Humanidades, em profícua afirmação do conhecimento como um todo, mais integral, mais interligado, completo e humanizante, e não

espartilhado em disciplinas ou áreas estanques (ver p. ex. Rita e Cristóvão, 2017; Rita e Vila Maior, 2016b).

O convite tem sido permanente para este verdadeiro projeto de Cultura acalentado por Annabela Rita: (re)ligar áreas, para cultivar o saber, em prol da Literatura, «instrumento de intervenção e de transformação social» (Rita, 2003: 25), em prol do *eu* e do *outro*, próximo ou distante, do centro onde tudo acontece, ou das margens, que, por sua vez, são também outro modo de ser centro. Assim se queira também cultivá-las.

Bibliografia fundamental

- Rita A (2003) *No Fundo dos Espelhos I: Incursões na Cena Literária*. Porto, Caixotim.
- Rita A (2004) *Breves & Longas no País das Maravilhas*. Lisboa, Roma Editora.
- Rita A (2006) *Emergências Estéticas*. Lisboa, Roma Editora.
- Rita A (2007) *No Fundo dos Espelhos II: Em Visita*. Porto, Caixotim.
- Rita A (2009) *Itinerário*. Lisboa, Roma Editora.
- Rita A (2010) *Cartografias Literárias*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Rita A (2011a) «...a linguagem que, como nenúfar...». In P Petrov, M G Oliveira (org) *A Primazia do Texto: Ensaios em Homenagem a Maria Lúcia Lepecki*. Lisboa, Esfera do Caos: 216-272.
- Rita A (2011b) *Paisagem & Figuras*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Rita A (2012) *Focais Literárias*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Rita A (2014a) Da investigação científica em Portugal: o Crepúsculo dos Deuses, o ataque contra a cultura humanista. Disponível em: <https://wsimag.com/pt/economia-e-politica/10520-da-investigacao-cientifica-em-portugal>.
- Rita A (2014b) *Luz e Sombras no Cânone Literário*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Rita A (2017a) Da excelência e do seu “padrão”. Disponível em: <https://wsimag.com/pt/economia-e-politica/23736-da-excelencia-e-do-seu-padrao>.
- Rita A (2017b) *Eça de Queirós Cronista: Da «Chronica» à Crónica*. Lisboa, Gradiva.
- Rita A (2018) *Do que Não Existe: Repensando o Cânone Literário*, Manufactura.
- Rita A (2019a) Da Cultura e dos seus parênteses: para que Humanidades em tempos de indigência?. Disponível em: <https://wsimag.com/pt/cultura/57850-da-cultura-e-dos-seus-parenteses>.
- Rita A (2019b) Quo Vadis Cultura?. Disponível em: <https://wsimag.com/pt/cultura/58504-quo-vadis-cultura-dot-dot-dot>.
- Rita A (2019c) *Perfis & Molduras no Cânone Literário*. Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.
- Rita A (2019d) *Sfumato: Figurações in hoc signo. Na Senda da Identidade Nacional*. Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.
- Rita A (2020) *Teolinda Gersão: Encenações – 80 Anos de Vida, 40 Anos de Escrita Literária*. Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.
- Rita A (2021) *Sfumato & Cânone Literário. Na Senda da Identidade Nacional*. Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.
- Rita A, Bastos M V, Epifânio R (2019) *Cervantes & Shakespeare: 400 Anos no Diálogo das Artes*. Lisboa, Theya.
- Rita A, Brito C (2004) *Labirinto Sensível (ensaio) | Antologia Pessoal (poesia)*, 2.ª ed. Lisboa, Roma Editora.
- Rita A, Cristóvão F (coord.) (2017) *Fabricar a Inovação: O Processo Criativo em Questão nas Ciências, nas Artes e nas Letras*. Lisboa, Gradiva.

- Rita A, Leão I P (coord.) (2018) *Perigoso é...* Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.
- Rita A, Real M (2021) *O Essencial sobre Teolinda Gersão*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Rita A, Vila Maior D (org.) (2012) *Do Ultimato à(s) República(s): Variações Literárias e Culturais*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Rita A, Vila Maior D (org.) (2016a) *100 Orpheu*. Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.
- Rita A, Vila Maior D (org.) (2016b) *Entre Molduras: A Metamorfose nas Artes, nas Letras e nas Ciências*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Rita A, Vila Maior D (org.) (2018) *100 Futurismo*. Lisboa-Porto-Viseu-Aveiro, Edições Esgotadas.

Referências secundárias

- AA.VV. (2019) Annabela Rita. In J E Franco (coord.) *Oeiras com Personalidade: 250 Figuras do Concelho de Oeiras*. Lisboa, Theya: 636-637.
- Barthes R (1973) *O Prazer do Texto*, tradução Maria Margarida Barahona. Lisboa, Edições 70.
- Santos F (s.d.) Percursos e Diálogos Inter-Artes: para uma Cartografia da obra de Annabela Rita. Disponível em: https://triplov.com/anna_bela_rita/cartografia/index.html.

2. António Covas

Luís Moreno¹

Introdução: apontamento de biografia e inserção institucional

António Covas é um economista português (natural de Vidigueira, Baixo Alentejo), cujo percurso de formação académica se realizou entre Évora (licenciatura em Economia pela Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos), Lisboa (mestrado em Economia Europeia pela Universidade Católica) e Bruxelas (doutoramento em Assuntos Europeus pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre de Bruxelas).

Em termos profissionais, a vida académica de António Covas foi marcada por diferentes funções e cargos no ensino superior. Na Universidade de Évora foi docente, bem como pró-reitor em 1988-91 e vice-reitor em 1994-95, tendo obtido a Agregação e o lugar de Professor Catedrático em 1999. Durante alguns anos foi também Professor Convidado noutras instituições: Instituto Superior Naval de Guerra (1995-99), Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia (1995-2011) e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE-IUL (1999-2008). Entre 2000 e 2020, data da sua aposentação, foi Professor Catedrático na Universidade do Algarve (Faculdade de Economia), instituição onde mantém a sua colaboração como Investigador.

A carreira de investigação tem passado sobretudo por trabalhos no âmbito de duas unidades da Universidade do Algarve: Centro de Investigação sobre o Espaço e as Organizações (CIEO – *Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics*) e, mais recentemente, Centro de Investigação sobre Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar (CinTurs – *Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being*). Acrescem ainda actividades no contexto da REDETEG – Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (<http://redeteg.org/>) e do GEDET – Grupo de Estudos e Investigação sobre Signos Distintivos Territoriais, Indi-

¹ O capítulo não segue o novo acordo ortográfico.

cação Geográfica e Desenvolvimento Territorial (http://dgp.cnpq.br/dgp/espelho_grupo/21878).

No domínio das actividades extra-universitárias, de interesse público, mencionam-se três pela sua relevância para o entendimento do tipo de contributos que adiante analisamos. Referimo-nos a algum apoio indireto à ação governamental, à participação em organismos e instrumentos de política pública e à presença regular na comunicação social, neste caso na imprensa.

Por um lado, entre 1995 e 1999 António Covas foi assessor do Ministro da Agricultura (governo do Partido Socialista, PS), na sequência de trabalhos académicos ou técnico-científicos em matérias de políticas europeias, em particular nos domínios da política regional e da política agrícola, de que se releva, neste último domínio, Covas *et al.* (1993). Durante esses anos, publicou outros trabalhos nos temas indicados e no âmbito do Desenvolvimento Rural, incluindo um de matéria conceptual (Covas, 1999) que irá inspirar outros trabalhos como Covas *et al.* (2019). Mais tarde (2016) foi também representante do Ministro da Agricultura (governo PS) no conselho consultivo da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, depois de ter sido Conselheiro Nacional de Educação (CNE, 2011-2014). Por outro lado, foi vogal não executivo da Comissão Diretiva do Programa Operacional da Região do Algarve, Algarve XXI (CCDR-Algarve, 2007-2014), membro da Estrutura Técnica Local da Rede Rural Nacional (Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, desde 2010) e membro de Comissões ou Unidades de Gestão no Algarve (Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, PRODER Algarve Central e Baixo Guadiana). Por fim, salientamos a intensa participação na comunicação social, referindo-nos em particular a muitas dezenas de artigos nos jornais nacionais *Público* e *Observador* e no jornal regional *Sul Informação* (versões *online*), normalmente traduzindo reflexões desenvolvidas em literatura de cariz académico que adiante relevamos.

Entre a Europa e Querença, sentidos e conteúdos: de espaços-território aos lugares

Os aspetos biográficos e de enquadramento institucional acima registados poderão sugerir que o pensamento de António Covas em matérias de espaço e de território estará provavelmente ligado aos condicionamentos próprios da dimensão formal do seu percurso académico. De facto, a «Economia Europeia» e os mais abrangentes «Assuntos Europeus» parecem traduzir-se numa abundante produção de trabalhos em que «Portugal na Europa» – ou pensar a Europa em função de Portugal, do espaço ibérico e de ligações conexas – adquire um peso considerável. Assim, de cerca de uma centena de referências do autor no seu espaço da plataforma ORCID, mais de um quarto delas são mesmo de “assuntos europeus”, de forma direta (não contando com a abordagem destas matérias sob títulos em que a Europa/UE não é mencionada).

Destes títulos envolvendo «Europa» ou «Comunidade/União Europeia», os conceitos de «espaço» e de «território» estão presentes de diferentes maneiras. Começando pelo «espaço», logo ao nível dos títulos dos trabalhos publicados, encontramos

o «espaço europeu» e as sub-dimensões «Zona Euro» e «Espaço Schengen», bem como o «espaço ibérico», em particular, e ainda os «espaços regionais» e «espaços transfronteiriços». Referem-se, portanto, a dimensões que são tanto de espaço geográfico como de espaço-território².

Observando o conteúdo de alguns destes trabalhos com incidência particular nos assuntos europeus (p. ex. Covas, 1997, 2009b, 2016, 2019), encontramos mais de duas dezenas de sentidos sobre o “espaço”, próprios da polissemia do termo que obriga ao emprego de adjetivos ou atributos de especificação. Assim, por um lado, com recurso à adjetivação, para além do «espaço comunitário» temos o espaço como político, económico, geopolítico, os «espaços sub-regionais», o «espaço público europeu» e o «espaço social europeu», um espaço «abstrato e plano» (em contexto de crítica de certas políticas europeias que tal refletem, em oposição a espaços «com memória», a «lugares concretos»), os «espaços comuns», os «descentralizados», o «espaço-tempo», o «espaço-território» e, como palavra composta, o «ciberespaço».

Por outro lado, os conteúdos destas obras em que se adicionam atributos de especificação ao termo «espaço» incluem o «espaço da União», o «espaço interior no seio da grande macrorregião peninsular», o «espaço comum de investigação e desenvolvimento», o «de educação e investigação», o «de liberdade, segurança e justiça», o «de transação», o «de concertação» e o «da utopia europeia». Incluem ainda, por vezes no âmbito da consideração de aspetos geopolíticos ou de geoestratégia, qualificativos geográficos como o «espaço euro-mediterrânico», o «ibérico da América Latina», o «transatlântico e ibero-americano», o «transatlântico e ocidental», o «magrebino», o «africano da lusofonia» e o «da CPLP».

Em relação a outros trabalhos, não os de incidência na Europa que temos visto, só encontramos o «espaço» diretamente expresso em dois títulos: «Herdades, Montes e Quintas: Modelos de Negócio em Espaço Agro-Rural» (Covas *et al.*, 2010) e «espaço urbano» (Dallabrida *et al.*, 2017). Todavia, temos indiretamente outras representações de espaço em títulos, como se ilustra com as seguintes expressões deles extraídas: «O Sexto Continente – A Nação-Internet» (Covas, 2018a), «paisagem agro-rural» (Covas, 2009a), e «região de fronteira» (Covas e Tão, 2013). A primeira referência não representa mais do que uma expressão alegórica para o ciberespaço³, mas as seguintes já traduzem abordagens de espaço geográfico e de espaço-território – ou

² Distinguimos estas duas dimensões atribuindo à primeira o sentido de espaço terrestre sem representação de apropriações específicas ou exclusivas (ex. regiões, sem especificar quais, ou espaços que abrangem mais de um controlo político ao mesmo nível, como o espaço ibérico) e à segunda o de espaço politicamente delimitado, traduzindo representações de poder, ou seja, do exercício de processos de controlo legitimados e reconhecidos como exclusivos pelo menos numa certa dimensão (ex. União Europeia, «Zona Euro», cada país). Para maior desenvolvimento na distinção entre os conceitos de espaço e de território, ver p. ex. Haesbaert (2016), Massey (2005), Raffestin e Barampama (1998), Vale e Queirós (2013).

³ Abordado neste livro (Covas, 2018a), de algum modo sociológico e com alguma ironia retórica, como elemento central de um tipo de análise que relembra os contributos de certas obras de Alvin Toffler, num dos casos com Heidi Toffler (Toffler, 1970; 1980; Toffler e Toffler, 1991). Procura sensibilizar (ou alertar) para o «admirável mundo novo» da «sociedade algorítmica», baseada em trabalhadores polivalentes e em «pronetários das plataformas», sendo um futuro de «smartificação», com «sensores e censores», «territórios digitais», «desterritorialização» e «extraterritorialidade», «cida-

apenas «território» – que são as que dominam em toda a produção de âmbito mais académico de António Covas, como único autor ou como co-autor (neste último caso em cerca de 20% dos títulos, sendo geralmente com a coautoria de Maria das Mercês Covas)⁴.

Um pequeno registo autobiográfico de 2019, no contexto de um artigo de opinião com a proposta de «criar a rede de ensino superior do sudoeste peninsular, abrangendo o Alentejo, o Algarve, a Extremadura e a Andaluzia», mostra-se revelador destas áreas de conhecimento desenvolvidas por António Covas, com tradução nos conteúdos que adiante analisamos:

Cresci como professor e nunca mais deixei de acompanhar e admirar a escola de arquitetura paisagista da Universidade de Évora, que, de resto, me abriu as portas para outras áreas do conhecimento, como as ciências agrárias, o ordenamento do território, a política agrícola e o desenvolvimento rural, a geografia humana e o desenvolvimento territorial⁵.

O conceito de “espaço” como «espaço-território» surge então nos mais diversos conteúdos dos trabalhos do autor. Privilegiando os trabalhos mais recentes, com maior alcance, salientaríamos em particular Covas e Covas (2011, 2012, 2014, 2015, 2016), bem como Covas (2018b, 2020).

No caso de Covas e Covas (2014), é indicado na sua nota prévia que se trata do «terceiro livro^[6] de uma trilogia sobre a construção social dos territórios rurais, muito particularmente, a construção social dos territórios-rede e dos actores-rede» (*Ibidem*: 15). Aqui os autores referem que a obra traduz em parte «várias experiências recentes de microgeoeconomia territorial (...) que tiveram o seu projecto pioneiro na aldeia de Querença do concelho de Loulé (denominado Projecto Querença) e que se replicou por mais oito ensaios de intervenção territorial em (...) diversos concelhos do país».

Nesta mesma nota, os autores adiantam a «tese (...) de que os espaços privados de produção podem assumir uma dupla faceta ou condição, isto é, podem tornar-se espaços comuns de produção por via da cooperação territorial e, ao mesmo tempo, espaços públicos de consumo por via do acesso e da visitação». Especificam então que a dupla faceta «delimita um território-rede e nele estão reunidas as condições mínimas para o despertar de uma nova inteligência territorial e, também, para uma promissora economia de rede e visitação em espaço rural», tendo como «protagonista principal deste território-rede em construção» um «actor em construção, o actor-rede» (*Idem*).

Os autores parecem adoptar uma derivação da Teoria do Actor-Rede (TAR/*Actor-Network Theory*, ou Teoria das Associações), pelo menos segundo a formulação de

des distritais inteligentes» e «territórios em risco» (meros extratos escolhidos de um conjunto de 30 títulos internos do livro).

⁴ Socióloga aposentada da Universidade do Algarve, também esposa do autor em análise.

⁵ Disponível em: <https://www.sulinformacao.pt/2019/05/universidade-de-evora-nao-abre-arquitetura-paisagista/Covas>

⁶ Depois de Covas e Covas (2011) e Covas e Covas (2012), este último dedicado a Gonçalo Ribeiro Telles.

Latour, principal mentor desta teoria (Latour, 1986; Murdoch, 1998), propondo uma TAR própria, de cariz algo normativo e mais próxima das concepções de governança territorial, como atesta a afirmação da «teoria-prática do actor-rede enquanto operador nuclear da governança dos territórios-rede» (*Idem*: 27). O Actor-Rede será então «dotado de uma inteligência territorial», como uma organização para uma “territorialidade activa”, sendo um «actor pós-moderno da multiterritorialidade» (*Idem*: 184).

Neste mesmo trabalho de 2014 que estamos a considerar, encontramos a abordagem do sentido de «lugar» que mais facilmente associamos ao pensamento de António Covas, na medida em que se dá uma consistência na articulação entre os seus conceitos essenciais de «espaço», de «território» e de «lugar». Encontramo-lo no âmbito da «declaração de princípios do movimento da 2.^a ruralidade» e sob o título específico «O ciclo de vida dos territórios, dissolução e recriação de sentido»:

Os sistemas territoriais são complexos de vida, história e geografia, resilientes à homogeneização do mundo-plano, onde ainda é possível descortinar uma inteligência territorial remanescente e onde ainda se respira o espírito e o génio dos lugares, mesmo em áreas de baixa densidade onde os «lugares também se abatem». Os sistemas territoriais são, por outro lado, pequenos laboratórios de construção de novas territorialidades onde, lentamente, se recupera o capital natural e o capital social e se desperta a inteligência territorial adormecida dos lugares. Trata-se, se quisermos, de uma biopolítica do território, isto é, de respeitar e instigar a pluralidade e a diversidade das formas de vida do mundo rural» (*Idem*: 32).

Mais adiante, os autores contemplam a possível inibição ou receio em se enfrentar as «alternativas ao modelo dominante» e a possibilidade de se reagir/proagir com a assunção de uma «contra-racionalidade» que permite «redescobrir muitos sistemas territoriais em espaços geográficos que já considerávamos «não-lugares» (Augé, 1992), pois mesmo nos espaços mais críticos da baixa densidade há uma razão orgânica e virtuosa (...)» (*Idem*: 33)⁷.

Esta proposta de uma nova «cultura territorial», motora da (re)construção do “rural territorial” (ultrapassando o sentido do tradicional “rural agrário”), tem continuidade em Covas e Covas (2015). Como é referido neste último, os territórios são «espaços construídos», sujeitos a um «movimento perpétuo de desconstrução e reconstrução» (*Ibidem*: 17) e, assim, um desafio essencial implica simultaneamente uma crítica e um apelo:

as nossas áreas de baixa densidade podem ser espaços virtuosos de múltiplas territorialidades e territorializações, desde que tenhamos inteligência colectiva suficiente para criar neles múltiplos espaços de significação e intervenção. O que acontece, no nosso

⁷ Sobre este sentido de imbricação entre “espaço geográfico”, “território” e “lugar”, Moreno (2016) lembra o «lugar», com «características biofísicas, ambientais, sociais e culturais próprias» e «como quadro de vida(s), de representações e significados». Assim, os significados podem «ser individuais e baseados em percursos pessoais, ou partilhados, neste caso assentes em mediação e representação, levando a apropriações que incluem as das pessoas que nunca estiveram fisicamente nos lugares “com lugar na sua mente” (...)», com «tradução em sentidos para a acção presente e futura» (*Idem*: 293-294).

caso, é que nos falta inteligência colectiva e auto-referenciação territorial suficientes para produzir «espaços contraditórios de significado» que nos forneçam alternativas relevantes e opções realistas para prosseguir à nossa escolha, em vez de aceitarmos, quase sempre como boas e definitivas, a retórica programática habitual e as imagens estereotipadas do discurso oficial das autoridades nacionais em redor das sucessivas gerações de programas europeus de incentivos e apoios (*Ibidem*: 18).

Em Covas (2018b), o autor faz notar previamente que o conteúdo da obra resulta de materiais «publicados no jornal online *Observador* e no jornal *Público* entre os anos de 2015 e 2017» e dizem respeito a «três áreas de trabalho e reflexão (...) nos últimos anos» – «os assuntos europeus, as transformações da era digital e as suas implicações na crise dos territórios e na sua *smartificação*». Refere também a «dupla natureza» dos artigos publicados: «alguns são uma reflexão distanciada sobre os problemas do nosso tempo, outros, em menor número, são uma reação a acontecimentos do nosso quotidiano». Enquanto os primeiros mantêm a utilização dos conceitos-chave que temos abordado, marcadamente aqueles mais desenvolvidos desde Covas e Covas (2014), os últimos acrescentam uma aplicação selectiva de alguns deles à análise política e de estratégia territorial multinível e multiescalar.

Em Covas (2020) acentua-se a atenção dada à «grande transformação digital» da publicação anterior, na mesma linha da prossecução da compilação de textos já escritos e publicados na comunicação social, em tempo de preparação do quadro comunitário de apoio para 2021-2027, que dá particular relevo à política de cidades e regiões no contexto da mudança de paradigma associada ao *Green Deal* Europeu⁸. Assim, o autor coloca a «cidade inteligente e criativa» como espaço-território-lugar de «exercício permanente, imperfeito e inacabado de cidadania», abordando as «relações complexas entre tecnologia e território e a conjugação entre inteligência racional, emocional e artificial nas urbes atuais» (da Introdução e da contracapa).

Comunicação e matérias da afirmação na esfera pública

Podemos dizer que todo o percurso de afirmação pública de António Covas se tem pautado pelo domínio de abordagens ao quarteto sociedade – economia – ambiente – território em ângulos de análise que ultrapassam dimensões disciplinares específicas. Embora os assuntos focados da economia europeia, de economia do território, de uma certa economia social, entre outras, revelem apoio em perspectivas de economia institucional/evolucionária, de economia política e ciência política, de contributos de filosofia social e da sociologia, da história e da geografia humana, a densidade sistémica das análises traduzem sobretudo a consideração de uma “economia plural” reflexiva.

Esta propensão interdisciplinar (talvez adisciplinar) e de abordagens holísticas encontra-se nas numerosas palestras e conferências em que tem intervindo, incluindo a convite de responsáveis da esfera político-administrativa, em particular da área de política partidária do PS. Em muitos casos, as intervenções deram lugar a artigos de

⁸ Conforme salientado no prefácio de Miguel Castro Neto a esta obra.

opinião, não deixando de traduzir ideais e valores importantes dentro da área política referida. Referimo-nos a um certo pensamento da “economia plural” mencionada, recorrendo exclusivamente a análises qualitativas e privilegiando abordagens territorialistas e europeístas, como o ponto anterior evidenciou.

Como temos visto, os artigos de opinião são por vezes “matéria-prima” de vários dos livros ou capítulos de livro da sua autoria. Tendo em conta o nosso enfoque, o dos contributos para o pensamento sobre o espaço, o lugar e o território, efetuámos uma observação selectiva da presença pública de António Covas em órgãos de comunicação social, com particular incidência em 230 artigos da imprensa escrita entre 2016 e agosto de 2021, nos três jornais portugueses (*online*) de colaboração mais habitual neste período, *Público*, *Observador* e *Sul Informação*, como referimos no primeiro ponto.

Verificando um fio condutor na produção escrita geral e nas intervenções orais e discussões em eventos, também da observação efectuada dos artigos podemos afirmar a preocupação constante de António Covas com a «sustentação territorial», privilegiando princípios construtivistas e o pensamento propositivo e criador. Assim, desconsidera em regra perspectivas marxistas ou estruturalistas, preferindo centrar-se em exercícios de análise e síntese – sobretudo esta – e de persuasão para «territorialidades activas»/activadas, apresentando cenários apelativos e caminhos possíveis para realidades que se projectam. Embora não prescindia de raciocínios de crítica circunstanciada, a intenção implícita de inspirar novas ideias e acções futuras envolve linguagem algo criativa, por vezes metafórica e frequentemente elíptica. Deste modo, mesmo obtendo uma certa eficácia comunicacional em matérias de considerável complexidade, em espaços necessariamente curtos, o alcance é provavelmente restrito a detentores de alguma literacia na problemática socioterritorial.

Em termos de conteúdos dos artigos referidos, pudemos constatar uma certa permanência de cinco grandes categorias de temas abordados: i) Europa e políticas europeias, enquadrando condições em Portugal (onde se acentua o sentido crítico de opções tomadas por líderes políticos, supranacionais e nacionais); ii) desafios socioterritoriais face às novas tecnologias e inovação; iii) política regional, desenvolvimento regional e reforma do Estado (incluindo a sugestão de que a regionalização será algo inevitável, mais cedo ou mais tarde...); iv) ordenamento do território, ambiente e desenvolvimento rural/territorial; v) discussão teórica em torno das grandes mudanças socioterritoriais, económicas e políticas.

Em todas estas categorias, transparece a governança territorial (multinível e multiescalar) como tema transversal, mas a categoria com maior ganho de espaço nos últimos anos foi a terceira das indicadas acima, seguindo-se a primeira, de perto acompanhada pela segunda. Temos o reflexo da atenção do autor em relação aos desafios de Portugal face à globalização e à inserção numa Europa de poderes limitados e recursos muito disputados.

Usando palavras de António Covas em mensagem particular, trata-se de contemplar «o modo como fazemos a administração do território, das políticas europeias às políticas locais, o modo como praticamos a governação multiníveis (o *networking* e o *rescaling*), o modo, ainda, como a transformação digital informa as cidades inteligentes e a smartificação do território».

Bibliografia fundamental

- Covas A (1997) *Integração Europeia, Regionalização Administrativa e Reforma do Estado Nacional*. Lisboa, INA.
- Covas A (1999) *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento das zonas desfavorecidas*. Lisboa, DGDRural.
- Covas A (2009a) Glocalização, reterritorialização e transformação da paisagem agro-rural. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 20: 7-11.
- Covas A (2009b) *Integração Europeia, Relações Ibéricas e Política de Regionalização: coesão, diversidade e cooperação territorial na União Europeia*. Lisboa, Edições Colibri.
- Covas A (2016) *A Contingência Europeia – As Linhas de Fractura e a Transição Para a União Política*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Covas A (2018a) *O Sexto Continente – A Nação-Internet: a grande bifurcação da era digital*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Covas A (2018b) *A grande transformação dos territórios. Olhares cruzados sobre as mutações do nosso tempo*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Covas A (2019) *A Crítica da Razão Europeia – Uma breve história do futuro [Dez teses sobre a união política europeia]*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Covas A (2020) *Cidades Inteligentes e Criativas. Smartificação dos Territórios*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Covas A M A, Covas M M C (2010) Herdades, Montes e Quintas: Modelos de Negócio em Espaço Agro-Rural. Reflexões preliminares. In E Figueiredo et al. (eds.) *Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais: Mundos Rurais em Portugal – Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros (IV CER, 4 a 6 de fevereiro de 2010) [Tema V: Actores, Dinâmicas e Inovação em Meio Rural]*. Aveiro, Universidade de Aveiro/SPER: 1234-1243.
- Covas A M A, Covas M M C (2016) Dos territórios-zona (TZ) aos territórios-rede (TR): Um instrumento para a 2.^a ruralidade pós-productivista. In Á R R Pulpón, M A S C Santos-Olmo, J P Tabasco (eds.) *Treinta años de Política Agraria Común en España. Agricultura y multifuncionalidad en el contexto de la nueva ruralidad*. Ciudad Real, Asociación de Geógrafos Españoles (Grupo de Geografía Rural): 590-604.
- Covas A M A, Covas M M C, Dallabrida V R (2019) Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. XXIV, n.º 1.268.
- Covas A, Covas M M (2011) *A Grande Transição: Pluralidade e Diversidade no Mundo Rural. Elementos para um novo contrato social*. Lisboa, Edições Colibri.
- Covas A, Covas M M (2012) *A Caminho da 2.^a Ruralidade. Uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais*. Lisboa, Edições Colibri.
- Covas A, Covas M M (2014) *Os Territórios-Rede: a inteligência territorial da 2.^a ruralidade*. Lisboa, Edições Colibri.
- Covas A, Covas M M (2015) *Multiterritorialidades. 1 Temas e problemas de governança e desenvolvimento territoriais*. Lisboa, Edições Colibri.
- Covas A, et al. (1993) A agricultura portuguesa no horizonte dos anos noventa. Elementos para uma nova política agrícola. In Ministério da Agricultura, *Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural*. Lisboa, Ministério da Agricultura: 20-109.
- Covas A, Tão M (2013) Caracterização socioeconómica da região de fronteira Algarve-Huelva. In L D Castro (coord.) *Estudio socioeconómico de la frontera entre Portugal y España*. Salamanca, Ediciones Riet: 385-457.

Dallabrida V R, Covas M M C, Covas A M A (2017) Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 19(2): 360-378.

Referências secundárias

- Augé M (1992) *Non-lieux, introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Paris, Seuil, La Librairie du XX^e siècle.
- Haesbaert R (2016) Território/territorio/territory. In J A R Fernandes, L L Trigal, E S Sposito (orgs.) *Dicionário de Geografia Aplicada. Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território*. Porto, Porto Editora: 493-494.
- Latour B (1986) The powers of association. In J Law (ed.) *Power, action, belief*. London, Routledge and Kegan Paul: 264-280.
- Massey D (2005) *For space*. London, Sage Publications.
- Moreno L (2016) Lugar [Lugar; Place]. In J A R Fernandes, L L Trigal, E S Sposito (orgs.) *Dicionário de Geografia Aplicada. Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território*. Porto, Porto Editora: 293-294.
- Murdoch J (1998) The spaces of Actor-Network Theory. *Geoforum*, 29(4): 357-374.
- Raffestin C, Barampama A (1998) Espace et pouvoir. In A Bailly (ed.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris, Armand Colin: 63-71.
- Toffler A (1970) *O Choque do Futuro*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Toffler A (1980) *A terceira vaga*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Toffler A, Toffler H (1991) *Os novos poderes*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Vale M, Queirós M (2013) O espaço e o lugar no planeamento territorial: um reflexo do debate teórico em geografia. In M Serrano, P Neto (eds.) *Espaço. Perspectivas Multidisciplinares sobre a Construção dos Territórios*. Lisboa: Edições Sílabo: 41-53.

3. António Firmino da Costa

Inês Pereira

Vidas com História

Por detrás de uma história de vida, diz-nos qualquer livro de metodologia das ciências sociais, está muito mais do que uma biografia individual. As nossas vidas confundem-se com os contextos em que são vividas, estão incrustadas de História, produto e produtoras do seu tempo. No caso de António Firmino da Costa (Alcobaça, 1950) esta afirmação não exige um grande esforço analítico para ser corroborada: a sua vida mistura-se com a ainda jovem história da Sociologia em Portugal, desde que, em 1981, terminou a licenciatura no ISCTE, após uma passagem pelo Instituto Superior Técnico. Aliás, o seu percurso de investigação começa ainda antes disso, com a realização do seu primeiro trabalho académico sobre espaço e território, na altura, um exercício sobre o fado no bairro de Alfama, contexto onde viria mais tarde a desenvolver o seu doutoramento, que defendeu em 1999, também no ISCTE.

Nos anos que se seguem, torna-se parte integrante do processo da consolidação da sociologia no campo das ciências sociais portuguesas. Senão, veja-se: é docente no ISCTE durante várias décadas (com Agregação em 2011), sendo atualmente Professor Catedrático Jubilado. É um dos membros fundadores do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ao qual presidiu entre 2000 e 2006. Foi igualmente membro fundador da Associação Portuguesa de Sociologia (em 1985), da revista *Sociologia, Problemas e Práticas* (em 1986) e do Observatório das Desigualdades (em 2008).

Para além da docência, à qual sempre se dedicou a fundo, tendo lecionado disciplinas basilares como Classes e Estratificação Social ou Desigualdades Sociais Contemporâneas e outras fundamentais para a estruturação e reprodução do campo (como Tese em Sociologia ou Práticas Profissionais em Sociologia) e dos diversos cargos institucionais que desempenhou, António Firmino da Costa dedicou uma parte significativa da sua carreira à investigação, tendo-se debruçado sobre áreas bastante diversas, com trabalhos fundamentais no âmbito das classes e desigualdades sociais,

ciência e sociedade, educação, escola e literacia, e etnografia urbana e identidades culturais urbanas.

Atualmente continua a pensar ativamente a sociedade em que vivemos, tendo inclusive produzido reflexões sobre a sociedade portuguesa em contexto de pandemia (Costa, 2020).

Há Sociologia no Bairro

A curta biografia com que se iniciou este capítulo deixa bem evidente que o contributo de António Firmino da Costa para a sociologia (e para as ciências sociais em geral) é vasto, tão vasto que transcende largamente o campo de estudos que reflete mais especificamente sobre espaço, lugar e território, e que nos ocupa na presente obra. O seu contributo específico no quadro dos chamados estudos urbanos é, todavia, inestimável, tanto do ponto de vista da riqueza do conhecimento empírico produzido como da importância das propostas teóricas e conceptuais que apresenta, sem esquecer ainda a relevância da reflexão metodológica que faz sobre o uso da pesquisa de terreno em sociologia. Sobre estes contributos procurarei refletir nesta secção, começando, naturalmente, em Alfama.

É impossível pensar no trabalho de investigação de Firmino da Costa sem pensar no bairro de Alfama, onde desenvolveu uma longa investigação etnográfica. Esta etnografia prolongada, que durou quase vinte anos, inicia-se ainda durante a licenciatura, quando realiza, em parceria com Maria das Dores Guerreiro, um trabalho sobre o fado em Alfama, no âmbito da disciplina de Antropologia, lecionada por Joaquim Pais de Brito. Alguns anos mais tarde, a pesquisa é publicada num livro, intitulado *O Trágico e o Contraste – O fado no bairro de Alfama* (Costa e Guerreiro, 1984). Embora a proposta analítica inicial desta investigação se circunscrevesse, ao contrário dos trabalhos posteriores, ao fado, às suas diversas manifestações “vadias” no bairro, e à identidade cultural que em seu torno é produzida, e que os autores conceptualizam em torno das categorias do trágico e do contraste, podemos considerar que muitas das categorias analíticas posteriormente desenvolvidas noutros trabalhos já aqui se encontravam presentes, ainda que em fase embrionária. Refiro-me, por exemplo, ao uso do bairro como unidade de análise, à construção das identidades culturais como aspeto fulcral, e também, e talvez isto seja o mais significativo, à defesa de uma abordagem etnográfica que reflete sobre as próprias condições em que é produzida, de perto e de dentro, e sempre com abertura para as surpresas proporcionadas pelo terreno.

O percurso aqui iniciado transformou-se numa longa investigação etnográfica com uma imersão intensa no bairro, posteriormente complementada com outras abordagens metodológicas, nomeadamente de cariz mais quantitativo-extensivo, que culminou na entrega de uma dissertação de doutoramento centrada na identidade cultural de Alfama, posteriormente publicada sob o nome *Sociedade de Bairro* (1999), expressão que é simultaneamente o título da obra e o seu conceito principal. Nesta obra estão reunidos aqueles que são os principais contributos de António Firmino da Costa para a análise do espaço, lugar e território, sendo, portanto, uma peça fundamental para compreender o seu pensamento neste âmbito, ainda que, naturalmente, a sua

leitura não dispense a consulta de um conjunto de textos anteriores e posteriores onde enceta, desenvolve ou reinventa os seus conceitos centrais (ver Costa, 2002; Cordeiro e Costa, 2003).

Nos parágrafos que se seguem procurarei, então, identificar os aspetos mais relevantes desta pesquisa, atribuindo particular destaque aos que me parecem ser os contributos de maior impacto.

Perceber o conceito de sociedade de bairro obriga-nos a olhar para o bairro, um termo que, diz-nos o autor, não é evidente nem auto-explicativo mas que não é, também, neutro. Pelo contrário é uma palavra impregnada de simbolismos e narrativas: políticas, identitárias e sociológicas, e que urge interrogar e desconstruir, algo tanto mais necessário quanto a ideia do bairro e de Lisboa como cidade de bairros tende a ser hegemónica e incontestada na sociedade portuguesa. Esta perceção do bairro como uma peça central da cidade e a sua eleição como unidade fundamental de análise tende a ser recorrente nos estudos urbanos e principalmente nos trabalhos de contorno etnográfico, que utilizam o recorte e a escala do bairro como uma forma possível de olhar a cidade de perto e de dentro. Neste sentido, o trabalho de Firmino da Costa sobre Alfama torna-se assim, uma das monografias mais relevantes sobre Lisboa e os seus bairros, somando-se a outras pesquisas análogas (como, por exemplo, a investigação sobre o bairro da Bica que podemos conhecer nesta obra, no capítulo sobre **Graça Índias Cordeiro**, com quem publicou vários textos).

O bairro como unidade revela-se, todavia, algo fluido e difícil de captar. Tem uma existência mais identitária que administrativa, e rodeia-se de fronteiras incertas. Alfama, à semelhança dos demais bairros lisboetas, não tem uma existência formal que lhe estabeleça delimitações fixas. Tal não obsta a que Lisboa se apresente a si própria como uma cidade de bairros, uma manta de retalhos de território que se combinam num *patchwork* urbano diverso. Mais ainda, como notam **Graça Índias Cordeiro** e António Firmino da Costa (1999) estes bairros organizam-se hierarquicamente entre si, com uma delimitação implícita e por vezes explícita que distingue e classifica quais são os bairros «autênticos»: os históricos, os populares, e por isso mesmo, alvo de maior visibilidade. Estes bairros-visíveis, de que Alfama constitui, provavelmente, o exemplo mais paradigmático, produzem-se a si próprios no quadro dos mitos, imaginários e narrativas que sobre eles circulam, não existindo de forma independente da sua visibilidade e dos discursos que sobre eles são produzidos a partir do exterior.

Olhar o excesso de visibilidade de Alfama como um elemento imprescindível na construção da sua própria identidade cultural é uma ideia chave do pensamento de Firmino da Costa, com a qual inicia, de resto, a obra *Sociedade de Bairro*. O bairro, afirma, constrói-se no diálogo que se estabelece entre os dois lados da – administrativamente inexistente – fronteira, cada parte com a sua imagem um bocadinho diferente do que é Alfama. É como se, diz-nos numa metáfora feliz: é como se existisse uma espécie de sobreposição entre duas imagens sobre o bairro, desfocadas e só parcialmente coincidentes: aquela que é produzida externamente pelos jornalistas, turistas, visitantes, e agentes turísticos entre outros e a que é produzida pelos habitantes a partir das suas vivências e dos seus quadros de existência social, mas, também, a partir das narrativas que lhes chegam do exterior.

Os laços que unem o bairro ao exterior não são, claro, apenas feitos de discursos turísticos e reivindicações identitárias, são também formados, de maneira mais material e prosaica, de pessoas que entram e saem. O que talvez surpreenda é que estas pessoas não são apenas turistas e visitantes, mas, como António Firmino da Costa nos mostra, são os próprios habitantes de Alfama que se revelam menos enraizados na urbe do que poderíamos pensar. O povo do bairro “mais autêntico” da cidade, revela ser, em maioria, nascido em terras rurais, tendo passado por processos de migração em cadeia, e mantendo, em muitos casos, laços fortes com os seus lugares de origem. Uma geração antes da gentrificação, do proliferar do alojamento local e da nova centralidade de Alfama, os seus habitantes, personagens típicas da cidade, jogavam já, nas palavras do autor, um xadrez em dois tabuleiros, entre o campo e a cidade. Firmino da Costa analisa a fundo a composição social e a origem dos habitantes do bairro e reflete sobre esta descoberta inesperada da qual tira ilações não apenas sobre a plasticidade e o não essencialismo das identidades culturais mas, também, sobre o potencial da pesquisa de terreno na descoberta do inesperado (um processo ao qual Robert Merton deu o nome de efeito ou padrão de serendipidade e que António Firmino da Costa apelida, num texto que reflete precisamente sobre este caso de Padrão de Pedro Alvares Cabral (Costa, 1985).

No cruzamento entre as práticas e representações das populações locais e as narrativas produzidas exogenamente, Firmino da Costa desenvolve a sua análise sociológica da identidade cultural de Alfama, em torno de três grandes linhas de análise, ancoradas nalguns dos principais debates teóricos contemporâneos da sociologia. Em primeiro lugar, uma análise aprofundada das práticas culturais, com destaque para o fado enquanto objeto particularmente estratégico de observação da identidade local, mas sem deixar de olhar as marchas populares e o seu potencial de representação e competição, ou ainda, de forma menos aprofundada, o Carnaval e as festas dos Santos Populares. No fundo, trata-se de perceber quais são os padrões e as formas culturais específicas que organizam o quotidiano de Alfama, contexto com uma intensa e vibrante produção cultural própria.

Em segundo lugar, o autor propõe uma análise aprofundada das classes sociais em Alfama, numa perspetiva assumidamente de síntese entre ação e estrutura, consubstanciada no conceito de modos de vida:

enquanto protagonistas sociais, os seres humanos não são apenas suportes de estruturas, mas actores práticos e reflexivos, capazes de opções variadas e comportamentos variados. Tais práticas e opções não deixam, no entanto, de estar enquadradas por campos de possíveis e condicionadas por capacidades diferenciadas de intervenção de cada um sobre a sua própria situação social, presente e futura (Costa, 1999: 287).

Finalmente, Firmino da Costa fecha a sua análise tríptica sobre a identidade cultural de Alfama com uma reflexão em torno do conceito de quadros de interação, que procura dar conta do impacto de uma terceira dimensão analítica para além da cultura e da classe. Esta é, no fundo, a dimensão contextual das práticas sociais, ou, se quisermos o quadro no qual estas decorrem. O bairro, surge, assim, como um quadro de interação específico: a morfologia singular da malha urbana, os códigos de inter-

-relacionamento, a estrutura relacional local, a densidade das redes, a multiplicidade de relações sobrepostas, enfim: um contexto da interação que vai enformar de modo particular a sua identidade.

Em suma, a identidade cultural do bairro resulta do diálogo entre o seu interior e exterior e do alinhamento entre as práticas culturais, os quadros de interação e os modos de vida dos seus habitantes, surgindo como uma construção social em permanente reconstrução, de forma dinâmica e complexa, ou seja, explicitamente recusando as concepções essencialistas das identidades, tão em voga no momento em que a obra foi escrita (e ainda hoje).

A esta configuração única, caracterizada pela redundância de estruturas e pelas dimensões sobrepostas de espaço, formas urbanas específicas e quadros sociais densos, António Firmino da Costa dá então o nome de sociedade de bairro assinalando, por um lado, a importância dos alicerces espaciais, desmentindo assim algumas profecias sobre o desenraizamento das relações sociais e a crescente perda de importância da dimensão espacial nas identidades culturais e nas sociabilidades, mas contrariando, simultaneamente, uma visão sobre o bairro que o percebe como um gueto isolado e fechado sobre si próprio. A análise deste tipo de sociedade particular – a sociedade de bairro, tal como construída nesta pesquisa, mas facilmente extrapolável a outras zonas de Lisboa, constitui, talvez, o mais interessante contributo de Firmino da Costa para o pensamento sobre a cidade, o espaço e o território:

o conceito de sociedade de bairro não constitui um ponto de partida mas um ponto de chegada da pesquisa. (...) corresponde a uma forte sobreposição de parâmetros de estruturação social – morfológicos e simbólicos de composição sociais e de contexto interaccional – redobrados de uma vincada identidade cultural. Identidade cultural esse emergente, nas formas que ali assume, da configuração social específica referida, segundo uma articulação complexa de dinâmicas endógenas e exógenas e, por sua vez, factor decisivo da sua constituição enquanto, precisamente, sociedade de bairro (Costa, 1999: 484).

O sociólogo etnógrafo

Se nas páginas anteriores procurei destacar alguns dos mais importantes contributos de António Firmino da Costa para a produção teórica sobre o espaço e o território em Portugal, nas páginas que me restam gostaria de refletir sobre a sua intervenção pública do campo das ciências sociais em Portugal e na forma como essa intervenção transformou esse campo, nomeadamente do ponto de vista das identidades e relações (inter)disciplinares.

Há mais de vinte anos que, em Portugal, se tem vindo a construir um espaço de charneira entre a sociologia e a antropologia urbanas, uma rede ou um movimento, como lhe quisermos chamar, consubstanciado, do ponto de vista institucional, num conjunto de conferências e outros eventos científicos, e em alguns projetos de investigação, programas de formação avançada e parcerias e colaborações inter-institucionais, dentro e fora do país. Trata-se de uma rede tendencialmente informal, fluída e

de fronteiras imprecisas, que abarcou várias gerações de investigadores e investigadoras, oriundas de ramos disciplinares diversos e com pertenças institucionais também diversificadas que se têm juntado para trabalhar juntas, em configurações e alinhamentos diversos. Talvez que a principal fundamentação identitária desta rede reside numa afinidade metodológica e no uso da perspetiva etnográfica como ferramenta preferencial para estudar as cidades (podemos chamar-lhe, se quisermos, o campo da etnografia urbana em Portugal). No entanto, sobre a partilha de uma certa visão epistemológica, encontramos marcas de uma identidade coletiva mais vasta e intensa, não raras vezes fundada em práticas de sociabilidade e sentimentos de pertença. De uma forma, e há que o salientar, curiosamente desgarrada das fronteiras das disciplinas académicas, das universidades e das próprias nações.

A história desse movimento é necessariamente incerta e multivocal, estando, inclusivamente, a ser pesquisada e sistematizada pela antropóloga Rita Cachado (2018). Neste texto, gostaria apenas de salientar alguns dos contributos de António Firmino da Costa neste campo, nomeadamente na organização de encontros científicos interdisciplinares como, em 2001, o *Workshop Cidade e Diversidade: Perspectivas de Desenvolvimento em Antropologia Urbana*, (em conjunto com **Graça Índias Cordeiro** e **Luís Vicente Baptista**). Este evento juntou cerca de vinte investigadores de diversas disciplinas e de várias gerações (com a intenção explícita de integrar algumas pessoas ainda em início de carreira), num conjunto de painéis temáticos e numa mesa-redonda com os convidados internacionais Joan Pujadas e Gilberto Velho (e ainda com Fernando Luís Machado, Luís Fernandes e Joaquim Pais de Brito). Pujadas e Velho, de resto, regressaram por diversas vezes a Portugal no contexto desta rede, constituindo também atores centrais na sua constituição. Os produtos de encontro foram depois publicados na obra *Etnografias Urbanas* da qual Firmino da Costa foi um dos editores (Cordeiro *et al.*, 2003). Nos anos que seguiram, outros acontecimentos relevantes tiveram lugar, com a participação mais ou menos intensa de António Firmino da Costa: o Projeto Rua, coordenado por **Graça Índias Cordeiro**, o Programa Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana, em parceria com a Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona ou a série de conferências *International Conference of Young Urban Researchers*, organizadas por um conjunto de jovens investigadores ligados ao doutoramento, ao Projeto Rua ou ao workshop em 2001.

Embora a participação neste conjunto de iniciativas tenha sido variada, agregando diferentes pensadores, e embora muitos dos projetos e redes que se formaram no início do século se tenham vindo, posteriormente, a dissolver, a verdade é que mais de uma ou duas décadas depois, a etnografia urbana continua viva, agregando novas gerações de antropólogos e sociólogos, entre outros, e muitas das micro-redes que se formaram nesta altura continuam vivas. O contributo e a herança de António Firmino da Costa na construção deste movimento científico continuam a ser plenamente reconhecidos pelos envolvidos (ver Costa, 2008; Lopes *et al.*, 2003).

No contexto da ligação entre a sociologia e a antropologia talvez, todavia, a principal herança de Firmino da Costa tenha sido o seu contributo para a integração do método etnográfico na sociologia. Se a sociologia se tem, desde sempre, mostrado atravessada por uma dicotomia entre as abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, a verdade é que, as mais das vezes, esta dicotomia opõe as técnicas do

inquérito por questionário e da entrevista. A abordagem etnográfica e a pesquisa de terreno nem sempre são reivindicadas como parte do arsenal metodológico da sociologia, tendendo a ser vistas (e reclamadas) como a abordagem por excelência da antropologia, com a qual se confunde (e que a antropologia urbana tão bem soube trazer para a cidade e para o bairro). António Firmino da Costa foi um dos sociólogos que mais fez pela importação do olhar etnográfico para a sociologia, numa altura em que a sua utilização ainda era rara em Portugal, não apenas com a sua utilização nas pesquisas que realizou em Alfama, mas também porque contribuiu significativamente para a sua legitimação. É da sua autoria aquele que é talvez, o texto fundamental sobre a utilização da pesquisa de terreno pela sociologia (Costa, 1988). Integrado numa obra de referência em metodologia das ciências sociais, o texto de Firmino da Costa coloca a pesquisa de terreno como uma das opções possíveis para a investigação em sociologia, dando indicações específicas sobre como o fazer, numa perspetiva sociológica, e oferecendo, entre outras coisas, um modelo concreto de organização do diário de campo. A esse artigo e aos eventos atrás mencionados, somam-se ainda as orientações de teses em sociologia que usam a metodologia etnográfica, não sendo então possível deixar de terminar este capítulo destacando o contributo do autor no profícuo diálogo disciplinar e epistemológico entre sociologia e antropologia.

Bibliografia fundamental

- Cordeiro G Í, Baptista L V, Costa A F (2003) *Etnografias urbanas*. Oeiras, Celta.
- Cordeiro G Í, Costa A F (1999) Bairros: contexto e intersecção. In G Velho (ed.) *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor: 58-79.
- Cordeiro G Í, Costa A F (2003) Lugar y identidad: sobre “sociedades de barrio” en Lisboa. *Zainak. Cuadernos de antropología-etnografía*, 24: 763-785.
- Costa A F (1985) Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros. *Análise Social*. XXI (87/88/89): 735-756.
- Costa A F (1986) A pesquisa de Terreno em Sociologia. In A S Silva, J M Pinto (orgs) *Metodologia das Ciências Sociais*, 8.ª edição. Porto, Edições Afrontamento: 129-148.
- Costa A F (1999) *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras, Celta Editora.
- Costa A F (2002) Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48): 15-30.
- Costa A F (2008) Reabilitação urbana: identidade e conflito. In V B Pereira, J M Pinto (orgs.) *Desigualdades, Desregulação e Risco nas Sociedades Contemporâneas*. Porto, Edições Afrontamento: 251-264.
- Costa A F (2020) Desigualdades sociais e pandemia. In R M Carmo, I Tavares, A F Cândido (eds.) *Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*. Lisboa, Observatório das Desigualdades: 4-15.
- Costa A F, Guerreiro M D (1984) *O trágico e o contraste: o fado no bairro de Alfama*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Lopes J T, Baptista L V, Costa A F (2003) Nas rotas da cidade. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13: 123-130.

Referências secundárias

Cachado R (2018) A Etnografia Urbana em Portugal e suas redes com o Brasil. In R S Gonçalves, L Ferro (eds.) *Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad Editora: 41-56.

4. António Fonseca Ferreira

João Rafael Santos⁹

Um percurso multifacetado: academia, atividade editorial, planeamento, política, administração pública

António Fonseca Ferreira (1943-2019) nasce em Trancoso, vindo a licenciar-se em Engenharia Civil, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 1968. Interessando-se desde cedo pela dimensão social da gestão do território, integra o Laboratório Nacional de Engenharia Civil entre 1969 e 1973. É também desse interesse que germina uma participação no movimento antifascista, tendo integrado a CDE em 1969. Preso pela PIDE e condenado em resultado das suas atividades políticas, é demitido do LNEC em 1973, partindo para o exílio em França, onde obteve asilo político.

É na École Pratique des Hautes Études de Paris–Sorbonne que se aproxima da academia e do pensamento da sociologia urbana contemporânea, sendo aluno de Manuel Castells e obtendo o Doctorat du 3me cycle em 1974. Após o regresso a Portugal nesse ano, consolida a participação na vida política e partidária, sendo fundador do Grupo de Intervenção Socialista (1976), onde teceu relações com um grupo alargado de personalidades, de que se destacam Jorge Sampaio e João Cravinho. Constitui ainda o núcleo fundador do Centro de Estudos Socialistas (1978), vindo a filiar-se no Partido Socialista em 1987.

Neste período, retoma a relação ativa com o setor público, sendo nomeado Diretor de Serviços do Fundo de Fomento da Habitação (1974-1980), responsável pela execução dos Programas «Cooperativas de Habitação», «Contratos de Desenvolvimento para a Habitação» e «Empréstimos às Câmaras Municipais», com uma passagem breve pelo Conselho Diretivo daquele organismo, como vogal, entre 1974 e 1975. A habitação é para Fonseca Ferreira uma área central de interesse e de trabalho, reveladora de sua preocupação com as condições de vida e com a função social da urbanização, merecendo especial atenção o setor cooperativo, como uma das soluções alternativas ao mercado corrente (Fonseca Ferreira, 1979). Destas experiências sub-

⁹ O autor agradece as sugestões e revisões dos Professores Pedro George e João Cabral.

sequentes à Revolução de Abril desponta uma crescente inter-relação, que acompanhará o seu percurso de vida, entre a docência, a reflexão académica, a atividade profissional como quadro técnico e a assunção de responsabilidades de direção na administração do Estado.

No plano académico destaca-se a sua ligação ao ISCTE (1975-1996), onde lecionou várias unidades na área da Sociologia Urbana e participou em equipas e projetos de investigação financiados, sedeados no CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Desse trabalho destaca-se a coordenação dos estudos sobre «Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras» (para a EPUL, 1987-1988) e «Urbanização Clandestina na Área Metropolitana de Lisboa» (financiamento JNICT, 1988-1989). Participou ainda, de forma mais pontual, na docência de vários cursos e módulos curriculares ligados ao planeamento estratégico, ordenamento do território e urbanismo em diversas universidades, nomeadamente na FA-UTL, FCSH-UNL, UPorto, UCoimbra e UAtlântica.

A par desta atividade, empenha-se na atividade editorial como fundador – juntamente com **Luís Bruno Soares** e Arnaldo Flemming – e diretor da revista *Sociedade e Território* (Edições Afrontamento, Porto) entre 1984 e 2012, publicação de referência no panorama nacional, onde promove uma profícua mediação entre a investigação científica, a práxis da gestão do território e as questões emergentes da construção de um poder local e de uma administração territorial em contexto democrático. Para além de vários editoriais, a *Sociedade e Território* publica diversos artigos de Fonseca Ferreira (1984, 1994, 2002, 2004, 2007), trazendo a debate resultados de investigação que viriam a ser referência obrigatória para estudos subsequentes. As temáticas da revista e os autores que nela colaboram são também um testemunho das áreas de trabalho dominante em cada fase da vida profissional de Fonseca Ferreira e das suas redes de relacionamento no universo das políticas e das ciências sociais e do território em Portugal.

Sendo a atividade académica, de investigação e editorial pilares fundamentais para a sistematização dos seu pensamento e reflexão crítica, será, contudo, no plano da atividade como quadro técnico, quer como profissional liberal, quer como responsável de organismos públicos daquela esfera de atuação, que intervém de forma mais direta nos domínios da habitação, do ordenamento e do planeamento do território. Desde cedo, integra equipas de elaboração de planos diretores municipais (entre eles os pioneiros de Évora e Moita), planos de urbanização e planos de pormenor e diversos estudos urbanísticos. Destas equipas, destaca-se uma importante colaboração com **Luís Bruno Soares**, iniciada ainda no âmbito da CAU – Cooperativa de Arquitetura e Urbanismo, fundada em 1978, onde também se cruza com Manuel Salgado. Nas décadas de 1980 e 1990, mantém uma regular colaboração com estas equipas e presta serviços de consultoria em diversos municípios.

Neste âmbito, desenvolve uma linha significativa de trabalho ligada ao planeamento estratégico, com a coordenação dos Planos Estratégicos da Guarda (1994-1995) e de Castelo Branco e, em conjunto com **Luís Bruno Soares**, dos de Coimbra, Aveiro e Lisboa (1994). Será ainda nessa linha que assume funções de Diretor Municipal de Planeamento Estratégico e Urbanístico (1990-1995) e Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, conduzindo com **Luís Bruno Soares** a elaboração do

respetivo Plano Diretor Municipal, num processo inovador de articulação entre a visão estratégica, mobilização de atores e definição de instrumentos de gestão territorial.

A relação com Lisboa consolida-se nos anos seguintes com a nomeação para Presidente da Comissão Instaladora para a Requalificação da Frente Ribeirinha de Lisboa (Praça D. Luís/St^a Apolónia), cargo que ocupa nos anos de 1996 e 1997 e em que se dão os primeiros passos de um conjunto ambicioso de intervenções implementadas nas duas décadas seguintes. Num contexto marcado pela experiência da Expo'98 e pela consolidação de um novo quadro normativo para o ordenamento do território (a LBOTU de 1998 e o RJGT de 1999), assume funções que lhe permitem trabalhar a um novo nível e durante um período relativamente extenso: o do ordenamento e gestão de âmbito metropolitano, como Presidente da CCDR-LVT entre 1998 e 2009.

Nessas funções, fez a gestão dos respetivos Programas Operacionais Regionais e fundos comunitários associados, e coordenou a elaboração do Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo 2000-2010, da Estratégia Lisboa 2020, do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (aprovado em 2002, com revisão iniciada em 2008 e concluída sem aprovação em 2010), e do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (aprovado em 2009).

Após a saída da CCDR-LVT, Fonseca Ferreira deu continuidade ao trabalho centrado no estuário do Tejo e na requalificação e regeneração das suas frentes urbanas, sendo nomeado Presidente do Grupo de Trabalho para o Arco Ribeirinho Sul (2008-2009) e Presidente do Conselho de Administração da Arco Ribeirinho Sul (2010-2012). Após o término destas funções em organismos do Estado, continua a atividade no domínio da consultoria e da coordenação de estudos urbanísticos e de ordenamento do território para entidades nacionais e internacionais.

Foi condecorado como Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique em 2005.

Os grandes contributos: pensar e mobilizar para as políticas de habitação, o planeamento estratégico, o ordenamento do território e a Área Metropolitana de Lisboa

Os contributos de Fonseca Ferreira para os campos do urbanismo, das políticas de habitação e da gestão e ordenamento do território partilham uma ênfase clara na importância do processo como fio condutor para compreender a realidade e a partir do qual múltiplos cenários se podem desenvolver. Nesse sentido, a sua formação eclética, cruzando aspetos da engenharia, da sociologia e da economia, permite-lhe um domínio articulado e integrador das questões processuais, institucionais e culturais do ordenamento do território. Da passagem pelo LNEC, no início da carreira, onde se cruza com **Nuno Portas**, salienta-se a aproximação às questões da habitação, mas também um interesse pela sua inscrição no processo mais alargado da produção urbana e sua lógica económica. A esse percurso não é indiferente o contacto em 1969 com Duccio Turin, fundador da Building Economics Research Unit da UCL – Bartlett e orador numa conferência do LNEC a convite de Portas, e cuja investigação explicita as relações críticas entre a economia e os processos da construção e da urbanização.

Sinal de uma forma de abordagem sistematizada, os seus textos e publicações organizam-se frequentemente através da identificação de i) fatores determinantes dos fenómenos e sua genealogia, ii) de obstáculos e conflitos e da iii) apresentação de desafios e oportunidades que informem iv) linhas de adaptação e resposta. Por outro lado, reconhece-se uma particular atenção às formas de organização social, às aspirações e aos comportamentos dos diversos agentes, para além dos fatores técnico-disciplinares. Expressão clara dessa postura é a dedicação à compreensão de fenómenos habitualmente arredados da cultura disciplinar dominante, como o fenómeno da urbanização clandestina. A atenção especial ao modo como os modelos organizativos e as práticas da gestão do território refletem a organização mais alargada da sociedade e do território, tem ressonâncias explícitas com o pensamento de François Ascher.

Não obstante a forte inter-relação temática, destacam-se três grandes áreas onde se identificam contributos de Fonseca Ferreira: i) as políticas de habitação, ii) o planeamento estratégico e iii) o ordenamento e gestão do território da Área Metropolitana de Lisboa e da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

O trabalho relativo à avaliação da situação habitacional em Portugal é mais expressivo no período balizado entre o 25 de Abril e meados da década de 1990, altura em que se implementa o PER – Programa Especial de Realojamento, contexto marcado por fortes défices de oferta habitacional acessível e condigna. Esta avaliação parte de uma leitura das políticas e das formas de produção urbana que se desenvolveram, em particular desde a década de 1940 – altura em que se gizam as bases do sistema de planeamento urbano que Fonseca Ferreira caracteriza como baseado num paradigma do «urbanismo autoritário» – e sua evolução para o paradigma do «urbanismo selvagem», mais visível a partir da década de 1960 com a «Lei dos Loteamentos», baseado na permissividade do controlo e na entrega da capacidade urbanizadora ao setor privado, entretanto estruturado pela relação entre o sector financeiro, industrial e imobiliário.

Caracterizando, em diversas publicações, o estado de ordenamento do território e, em particular, da política habitacional como de «caos absoluto» e descoordenação, Fonseca Ferreira apresenta duas publicações-chave para a questão da habitação com um intervalo de cinco anos: *Por uma nova política de habitação*, de 1987, e o *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal*, apresentado e debatido no Encontro Nacional de Habitação em 1993. No primeiro, desenvolve uma leitura sistematizada e relativamente inovadora à época, da evolução do setor e dos vários intervenientes, identificando as principais debilidades e determinantes e reconhecendo tendências prospetivas e sugestões de política, a que não é alheia a sua perspetiva da economia política, anteriormente trabalhada em *A acumulação capitalista em Portugal* (Fonseca Ferreira, 1977). Nele são identificados vários bloqueamentos significativos, nomeadamente o domínio e a proteção ideológica da propriedade fundiária privada, resultando na apropriação de mais-valias geradas sem investimento privado, um modelo de promoção desajustado, dominado por grandes e médios promotores (público e privados), deixando de fora um tecido mais pequeno e enraizado, um sistema de financiamento inadequado e a debilidade tecnológica e organizativa da construção civil. Neste quadro, a viragem política do 25 de Novembro de 1976 e os acordos com o Fundo Monetário Internacional de 1983 são apontados como momentos em que se consolida uma redução do papel do Estado e se promove a iniciativa privada

e o mercado livre como atores dominantes da política habitacional. Desta análise, marcada por uma clara perspetiva da economia política da construção, evidencia-se ainda a sensibilidade e um reconhecimento de um novo modelo de habitat e de tipologias (unifamiliares e individualizantes) em ascensão na sociedade portuguesa, associadas a um novo estágio de organização económica, social e de referências culturais.

No *Livro Branco*, para além de um diagnóstico, coloca-se a necessidade de produção sistémica de fogos e de forte envolvimento das autarquias locais na resposta às carências habitacionais. Estes contributos não se podem desligar de um movimento mais alargado, a nível político e cívico, de responsabilização do poder central por uma política de habitação mais robusta e interventiva, a que os programas mais pontuais – como o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) –, ou dependentes das lógicas de mercado, como o crédito bonificado, não deram a resposta necessária.

Outro tema trazido para a discussão pública por Fonseca Ferreira, numa estreita colaboração com **Isabel Guerra** e **Luís Bruno Soares**, é o estudo da urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa. Ligando análise e ação, esta linha de investigação associa-se à intervenção de regularização e requalificação urbanística de Fernão Ferro e constitui um exemplo da abordagem multidimensional aos fenómenos urbanos que, não só emergiam como problemáticos e exigentes no seu tempo, mas também escapavam à normativa, prática de gestão e reflexão conceptual correntes. Nesta análise evidenciaram-se como causas do fenómeno o processo económico e institucional que bloqueava o acesso à habitação por parte de camadas significativas da população, a rigidez e a centralização do processo legal, o baixo preço do solo ilegalmente fracionado e a desadequação tipológica do mercado legal. A importância do processo de parcelamento de solo rural, desafetado de usos agrícolas e florestais, a caracterização social e das redes de solidariedade da população e a importância da casa unifamiliar e da posse de propriedade, associada às questões da representação, desejo e status social, são enfoques fundamentais que não só permitem compreender o «sucesso» desta forma de urbanização tão expressiva na AML, como também apontar linhas operativas de resposta e de adequação de políticas, instrumentos e soluções tipológicas e espaciais.

A relação de Fonseca Ferreira com o planeamento estratégico ganha contornos mais claros no início dos anos 1990, pelo seu envolvimento numa nova cultura de planeamento e participação na Câmara Municipal de Lisboa promovida pela coligação «Por Lisboa» e presidida por Jorge Sampaio. Como responsável pela elaboração do Plano Estratégico de Lisboa e da sua articulação com um novo Plano Diretor Municipal (com **Luís Bruno Soares**, Teresa Craveiro e Nuno Salgado), houve uma assumida influência da experiência de Barcelona, com contactos e assessoria de personalidades como Juan Busquets, Jordi Borja e Manuel de Forn. Dessa relação, Fonseca Ferreira salienta metodologias assentes num forte compromisso político, na construção partilhada de diagnósticos-síntese, de objetivos estratégicos e de ações concretas envolvendo atores-chave, e uma forte dimensão urbanística e espacial, ancorada na dotação de infraestruturas e equipamentos de referência e na coerência com o plano diretor municipal.

Eventos como a Capital Europeia da Cultura 1994 e a Expo'98 foram entendidos como oportunidades de concretização e de mobilização que, embora podendo impli-

car alterações nos instrumentos aprovados, foram coerentes com os objetivos alargados. No fundo, subscreve a ideia de que será necessário ultrapassar modelos de plano baseados em extensas análises, previsões estáticas e listagem setorial de ações, para um processo de «planeamento-gestão» assente nas tendências de evolução, na definição de lideranças a par de uma forte participação, e na concretização de projectos de natureza diversa a partir daquilo que designa como «oportunidades mobilizadoras» (Fonseca Ferreira, 2005).

É essa atitude metodológica que Fonseca Ferreira sintetiza ao afirmar que:

Recorrendo à prospectiva, o planeamento estratégico antecipa e ordena os acontecimentos (...) Como metodologia de acção, coloca o acento nas oportunidades e potencialidades de mudança, afastando-se do criticismo castrador de soluções. Por outro lado, o planeamento estratégico afirma pragmaticamente o primado do que se «pode fazer» e do «como fazer» em contraposição a «o que fazer», não confundindo a definição de objetivos com as medidas práticas de execução. Finalmente, a abordagem estratégica baseia-se numa rigorosa seleção das acções indutoras de mudança, isto é, obriga a escolhas (...) (*Idem*: 18).

A experiência de Lisboa foi continuada numa relação frequente com aquelas equipas para a elaboração de planos estratégicos de outras cidades (Guarda, Castelo Branco, Aveiro, Coimbra), onde outros contextos institucionais e territoriais ditaram percursos e resultados diversos. Dessa experiência, desenvolvida na relação com o PRO-SIURB – Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais (lançado em 1994), faz uma leitura crítica, onde para além dos méritos, reconhece que a ausência de uma cultura de planeamento e a existência de agendas locais de curto prazo e de entendimento do planeamento como instrumento para obtenção de financiamento para obras, pode obstaculizar a implementação e concretização mais robusta e consequente destes processos.

Divulgador do planeamento estratégico como metodologia, sintetiza no livro *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões* (Fonseca Ferreira, 2005) contributos não apenas para quem se interessar pelo tema, mas também pelo testemunho de múltiplos processos de planeamento em Portugal. O livro apresenta um conjunto de referências fundamentais do conceito, um guião metodológico e uma reflexão construída a partir de experiências concretas em que participou. A sua visão da história dos processos de planeamento e decisão estratégica, em particular em Lisboa, sem receio de identificar e assumir erros, limitações, ingenuidades e dificuldades objetivas, tem o valor acrescido de contribuir com a dimensão pessoal, humana e relacional, frequentemente menorizada na compreensão dos fenómenos urbanos.

Na transição para o século XXI, com uma atividade mais centrada na região de Lisboa associada à Presidência da CCDR-LVT e elaboração do PROT-AML, ganham expressão as reflexões em torno dos problemas de (des)ordenamento do território, da perda da qualidade de vida urbana, da fragmentação e descaracterização urbanas, do consumo do solo rural, das formas de urbanização onerosas, desconexas e assentes na adição de loteamentos (Fonseca Ferreira, 2002).

No âmbito da elaboração do PROT-AML, duas linhas podem ser identificadas como inovadoras e consistentes com o posicionamento de Fonseca Ferreira: a valo-

rização da componente ambiental da água – numa perspetiva da sustentabilidade, mas também dos valores identitários e da urbanidade desejada para a região – e a transição de um paradigma de infraestruturização para um de qualificação. Por outro lado, ao invés de um plano blueprint, o PROT-AML revela e incide sobre as principais dinâmicas, quer no que respeita aos «espaços motores» de oportunidade e geração de emprego, quer no reconhecimento de «áreas críticas», marcadas por fenómenos de marginalização, insegurança, precarização económica e laboral e imigração, e que sistematiza em quatro tipos – bairros sociais, barracas, clandestinos e bairros degradados em centros históricos. Neste contexto, aponta a necessidade de melhoria das condições físicas de habitabilidade, mas também, e fundamentalmente, a melhoria das condições de vida, a integração social e política dos subúrbios, o reforço da empregabilidade e qualificação de recursos humanos. Contemporâneo da passagem de Fonseca Ferreira pela CCDD-LVT e sob sua orientação, o programa PROQUAL – Programa de Qualificação das Áreas Suburbanas da AML, reflete estes princípios nos seus objetivos e prioridades de investimento.

Em 2002, decorridos mais de 25 anos do 25 de Abril, confronta-se com o que designa de um paradoxo face à subsistência de graves problemas territoriais não obstante a disponibilidade de mais recursos, mais instrumentos, mais formação e capacitação (Fonseca Ferreira, 2002). Em 2007, sintetiza aquilo que pode configurar uma agenda para a gestão do território num novo estádio de desenvolvimento económico e territorial, ultrapassadas que estão as carências básicas de infraestruturização e equipamento coletivo (Fonseca Ferreira, 2007). Alinhando com o posicionamento de François Ascher (2001), coloca a necessidade de rever o papel instrumental do urbanismo, ainda muito marcado por uma matriz de planificação a longo prazo, reduzindo a incerteza e assente na fixação técnica e determinística de ações e etapas para atingir os objetivos traçados. Numa sociedade mais complexa, aberta e dinâmica, aposta numa abordagem mais reflexiva, estratégica e pragmática, procurando construir um sentido de coerência entre múltiplos projetos de natureza muito diversa, envolvendo atores públicos e privados e agilizando procedimentos e processos internos. Uma das propostas concretas neste sentido é a criação da figura do «projeto urbano» (*Idem*: 8), instrumento que poderia substituir, quando adequado, o plano de pormenor, agilizando a montagem de operações urbanísticas numa lógica mais flexível, multi-escalar e adaptativa, em linha com uma reflexão alargada a nível nacional e europeu.

Neste sentido, Fonseca Ferreira destaca o paradoxo de, perante a conclusão do sistema nacional de IGT, com a conclusão do PNPOT – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (2007), se estar a consolidar uma lógica instrumental característico de um tempo que já foi ultrapassado pela dinâmica recente da sociedade, perpetuando o seu desfasamento e desadequação. A AML é um palco privilegiado para esta observação, apontando a falta de coerência entre a racionalidade territorial e o sistema de governança, a que crescem dificuldades de aplicabilidade e respeito (de vários atores, incluindo públicos) do PROT-AML.

É neste quadro que ganham maior visibilidade os seus apelos à necessidade de uma cultura de maior responsabilização, de intervenção e de fiscalização, partilhada entre eleitos, técnicos e cidadãos. Enfatiza a dimensão cultural e comportamental dos múltiplos intervenientes na gestão e na produção do território e não apenas dos téc-

nicos e especialistas, reforçando a exigência, mobilizando a opinião pública e promovendo a qualificação e consciencialização dos cidadãos e atores privados face aos processos e aos instrumentos de ordenamento do território. Trata-se, no fundo, de reclamar um novo papel para a própria governação do território, citando Borja e Castells (Fonseca Ferreira, 2005: 31): «Nestas condições, os governos locais e regionais estão a emergir, em todo o mundo, como entidades mais flexíveis, ligadas ao terreno das suas identidades, potencialmente capazes de negociar uma adaptação contínua à geometria variável dos fluxos de poder».

Os debates, controvérsias e compromissos: uma cultura de serviço público

Sendo uma característica do percurso de António Fonseca Ferreira uma atitude interveniente, reflexiva e crítica apoiada na forte inter-relação e interdependência entre os planos profissional, académico e institucional, é natural que os principais debates, controvérsias e intervenções na esfera pública permeiem entre todos eles (Sousa Dias, 2009). Daí que em todos os contributos referenciados no ponto anterior, se encontre sempre um sentido cívico e político e o resultado de um amadurecimento crítico. No entanto, pode-se aqui destacar dois temas que ilustram esta faceta da sua vida: a participação na vida partidária, em especial no período de 2009 a 2011, e o debate sobre a regionalização.

A partir dos anos 1990, Fonseca Ferreira assume posições de maior visibilidade política como militante do PS. Foi membro da Comissão Nacional e da Comissão Política, tendo chegado a desempenhar cargos eleitos como vereador na Câmara Municipal de Palmela (2009-2012) e como membro da Assembleia Municipal de Trancoso (2013-2017). Contudo, é sobretudo no âmbito da participação na discussão e no processo eleitoral interno do PS que define uma linha de atuação política com maior visibilidade, fundando em 2001 o Clube de Reflexão «Margem Esquerda» e constituindo em 2009 a corrente de opinião «Esquerda Socialista», pela qual lidera, em 2011, uma candidatura a secretário-geral do PS. Neste quadro, posiciona-se de forma crítica e na defesa de mudança relativamente ao curso político que, à altura, era protagonizado por José Sócrates, primeiro-ministro e secretário-geral do PS, observando que o PS «não tem vida activa real, não tem debate, não tem contraditório, não tem criatividade, não interage com a sociedade, não reflecte os anseios e interesses dos seus apoiantes e militantes, que verdadeiramente não ouve» (Sousa Dias, 2009). Nessa linha, defende uma atitude mais sensível às questões da transparência e da integridade dos agentes políticos e à mobilização e participação ativa dos militantes na discussão do rumo político e na vida partidária do PS.

Na sequência de alterações no governo português em 2011 e face à crise económica e financeira, muitos dos projetos equacionados para a região de Lisboa foram suspensos ou reformulados, ditando a suspensão da revisão do PROT-AML e regresso a uma grande indefinição da política territorial à escala regional. Durante este período, Fonseca Ferreira mantém uma intervenção mais discreta, nomeadamente através de alguns artigos de opinião. No entanto, é uma das primeiras personalidades do PS a retomar a questão da regionalização (Fonseca Ferreira, 2018), chamando a atenção

às insuficiências da descentralização para municípios, por falta de rede, coerência e equilíbrio da geometria dos municípios, mas valorizando a experiência da reorganização administrativa de Lisboa. Neste quadro, defende a descentralização para níveis intermédios coerentes, mas afirma a convicção de que deverão ser eleitos, no respeito pelo disposto na Constituição.

Engenheiro de formação, Fonseca Ferreira soube abraçar as áreas do urbanismo e do ordenamento do território sob muitos outros olhares disciplinares, com uma particular sensibilidade às complexidades sociais, institucionais e políticas que determinam o processo urbano. Do seu percurso, múltiplo e diversificado, pode sublinhar-se a convicção pela centralidade de uma perspetiva pública na gestão do território, pugnando por processos democráticos, participativos e atentos às margens sócio-territoriais. Crítico persistente das tendências pesadas e dominantes, Fonseca Ferreira foi observador militante e ator comprometido nos episódios fundamentais da prática portuguesa de ordenamento e gestão do território no pós-25 de Abril e na transição do século, contribuindo para uma reflexão fundamental sobre o papel do serviço público na construção de uma cultura política do território mais democrática e mobilizadora.

Bibliografia fundamental

- Fonseca Ferreira A (1977) *A acumulação capitalista em Portugal – das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX*. Porto, Afrontamento.
- Fonseca Ferreira A (1979) *Cooperativas de habitação em Portugal*. Lisboa, Ministério da Habitação e Obras Públicas, Fundo de Fomento da Habitação.
- Fonseca Ferreira A (1984) Crise do alojamento e construção clandestina em Portugal. *Sociedade e Território*, 1: 29-37.
- Fonseca Ferreira A (2004) Paradoxos do planeamento urbanístico em Portugal. *Sociedade e Território*, 37-38: 23-26.
- Fonseca Ferreira A (2005) *Gestão estratégica de cidades e regiões*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fonseca Ferreira A (2007) Área metropolitana de Lisboa. *Sociedade e Território*, 40: 63-71.
- Fonseca Ferreira A (2018) Regionalizar para descentralizar? *Público*, 30 de abril.
- Fonseca Ferreira A (coord.) (1993) *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal*. Encontro Nacional da Habitação, Lisboa.
- Fonseca Ferreira A, Lucas J (2002) Área metropolitana de Lisboa – dar vida aos subúrbios. *Sociedade e Território*, 33: 36-45.
- Fonseca Ferreira, A (1987) *Por uma nova política de habitação*. Porto, Afrontamento.
- Fonseca Ferreira, A (1994) Habitação social: lições e prevenções para o PER. *Sociedade e Território*, 20: 8-10.

Referências secundárias

- Ascher F (2001) *Les Nouveaux Principes de l'urbanisme*. La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube.
- Sousa Dias A (2009) Entrevista a António Fonseca Ferreira. *LVT – Lisboa Vale do Tejo*, 10: 16-25.

5. António Manuel Figueiredo

Luís Carvalho

Detalhes biográficos e contexto institucional

António Manuel Figueiredo nasceu no Porto em 1949, e foi aqui que se licenciou em Economia, em 1972, pela Universidade do Porto. A sua entrada para o pensamento sobre espaço, lugar e território é heterodoxa, tendo na sua génese os estudos em Economia do (sub-)Desenvolvimento – corpo conceptual marcado, à época, por grande conflitualidade teórica e um conjunto de ruturas que haviam ganho terreno nas décadas que se seguiram à 2.^a guerra mundial. Enquanto Assistente na Faculdade de Economia do Porto (FEP), desde 1975, torna-se responsável pela disciplina de Desenvolvimento e Crescimento Económico e vem a escrever, nos anos seguintes, a primeira antologia e roteiro crítico sobre Teoria do Desenvolvimento publicada em Portugal (Figueiredo e Costa, 1982), trazendo para o contexto nacional as ideias de um conjunto de pensadores como Albert O. Hirschmann, François Perroux, Simon Kuznets, Ragnar Nurkse, Raul Prebisch, Celso Furtado, Paul Rosenstein-Rodan, entre outros que marcariam a sua matriz intelectual. Ainda que implicitamente, já aqui se encontrava latente a «questão territorial», que transpirava, por exemplo, dos trabalhos de planeamento para o desenvolvimento de Hirschmann na Colômbia, ou na discussão entre modelos de crescimento equilibrado *versus* desequilibrado.

A passagem para uma leitura explicitamente territorial do desenvolvimento ocorre na sequência da sua chegada à Comissão de Coordenação da Região Norte, enquanto consultor da Presidência (de 1980 a 1992). Vive-se, à altura, um contexto institucional marcado por um duplo deficit: por um lado, os primeiros anos de democracia são de uma academia organizada em silos intelectuais pouco dialogantes, fragmentados e fechados ao exterior; por outro lado, muitos atores com responsabilidade no território ignoravam ou desconheciam as leituras contemporâneas da Teoria do Desenvolvimento. É neste contexto que, durante a presidência de Valente de Oliveira, assume a responsabilidade de orientação científica de projetos de avaliação das dinâmicas espaciais da Região Norte, bem como a análise de instrumentos de planeamento com

impacto sub-nacional. Um exemplo marcante foi a revisão do chamado Plano Nacional de Médio Prazo, no início da década de 80, onde viria a criticar uma leitura do desenvolvimento excessivamente focada na provisão de infraestruturas básicas. Numa época marcada pela abertura e adesão à Comunidade Económica Europeia, vem igualmente a assumir a coordenação de atividades de cooperação transfronteiriça e inter-regional da Região Norte, domínio de trabalho que o continuaria a interessar no futuro.

Combinando sempre a consultoria ao planeamento com a atividade docente, passa em 1986 a Professor Auxiliar Convidado na FEP, com estatuto curricular equivalente ao de Doutor em Economia. Nos anos subsequentes, com Mário Rui Silva, participa ativamente na revisão curricular do ensino da Teoria do Crescimento (p. ex. Figueiredo *et al.*, 2005). É neste contexto que se debruça sobre um conjunto de avanços na ciência económica que virá a casar com o seu pensamento sobre território. Ao escalar os trabalhos de Robert Solow (1987), reconhece-lhe uma enorme abertura intelectual e capacidade de diálogo com os proponentes de paradigmas alternativos, prática esta que marca a sua própria trajetória de pensamento. Revê e introduz na Licenciatura em Economia (e pela primeira vez em Portugal) os modelos de crescimento endógeno de Paul Romer (1986, 1990), nos quais são abordadas hipóteses que mais tarde se viriam a associar à compreensão da relação entre rendimentos crescentes, inovação e território – tais como o «learning-by-doing» (Arrow, 1962), ou a importância da economia das ideias. O interesse na relação entre economia e inovação leva-o, nos anos seguintes, a recuperar conceitos do evolucionismo económico e da matriz Schumpeteriana de abordagem ao desenvolvimento (p. ex. Nelson e Winter, 1982), que articula com as abordagens institucionalistas de Douglass North (1990) e de James March (1991). É assim «aos ombros de gigantes» que chega a alguns dos quadros conceptuais de eleição nas suas análises sobre desenvolvimento, inovação e território.

Enquanto Professor na FEP, de onde se aposentou em 2010, e para além da sua cadeira de eleição – Desenvolvimento e Crescimento Económico –, foi responsável pelo ensino de Macroeconomia na Licenciatura em Gestão e por várias outras disciplinas em cursos pós-graduados nos temas da Competitividade, Globalização, Planeamento para a Sustentabilidade, Desenvolvimento Regional e Local, entre outros. Após os anos na Comissão de Coordenação da Região Norte, foi assessor da presidência da Câmara Municipal do Porto (entre 1992 e 1999), durante os mandatos de Fernando Gomes. Em 1994, juntou-se à recém-criada Quatenaire Portugal, empresa de que se tornaria Presidente do Conselho de Administração e principal referência técnica e científica. Nesta posição, durante mais de duas décadas, coordenou centenas de estudos e trabalhou de perto com inúmeras entidades nacionais e internacionais, desenvolvendo novas abordagens conceptuais aplicadas às áreas do planeamento estratégico de base territorial e à avaliação de políticas públicas – atividade que mantém atualmente enquanto Diretor de Estratégia e Inovação da empresa.

Contributos sobre a territorialização do desenvolvimento

Face a uma atividade académica e profissional tão abrangente, não é fácil singularizar as contribuições de António Manuel Figueiredo para o pensamento sobre espaço e território. A sua participação ativa em processos de planeamento – cobrindo diferentes níveis territoriais, setoriais e organizacionais – e uma filosofia de criação de conhecimento em contexto de aplicação fez com que o seu pensamento e contributos viessem a extravasar vários domínios, numa interação recorrente e simbiótica entre a leitura sobre o desenvolvimento, a economia e o território (ver, p. ex. Figueiredo, 2001). É possível, contudo, salientar quatro contributos particularmente marcantes e originais face ao pensamento sobre o território em Portugal, que se articulam e convergem no que se poderia chamar de abordagens à territorialização do desenvolvimento¹⁰.

Um primeiro contributo, transversal à sua matriz de pensamento, terá sido a chamada de atenção e a elaboração sobre as dimensões institucionais do desenvolvimento. Contrapondo às visões individualistas, racionais e mecanicistas do *mainstream* da ciência económica – que começou a escarpelizar, ainda que de um outro prisma, num ensaio pioneiro sobre o quadro moral da economia portuguesa (Figueiredo, 1983) –, o seu trabalho frisou que o desenvolvimento ocorre e se constrói a partir de contextos institucionais e organizacionais específicos, que mudam lentamente, influenciam o processo (positiva ou negativamente) e, como tal, não podem ser ignorados no planeamento (p. ex. Figueiredo, 2009). Estas noções, entre várias outras derivações, estão na base da leitura que desenvolveu para perceber o «nó górdio» institucional da organização territorial do estado em Portugal (p. ex. Figueiredo, 2004, 2014). Esta abordagem demonstrou como a combinação entre uma tradição centralista, a incipiência de planeamento regional e um municipalismo forte (coexistente com níveis muito baixos de descentralização) se revelava penalizadora para o desenvolvimento. Esta leitura foi posteriormente desenvolvida e aprofundada no âmbito de programas de formação para gestores autárquicos, chamando a atenção para a metáfora do «efeito de tenaz» do desenvolvimento territorial em Portugal – isto é, pressionado «de cima» por racionais de eficiência da despesa pública (puxando a um reforço de centralização), e «de baixo», pela emergência de novas necessidades temáticas e modos de intervenção, apelando a maior descentralização (p. ex. Figueiredo, 2012b). Sendo a dimensão institucional hoje muito discutida em torno da implementação de estratégias de recuperação e resiliência pós-Covid-19, é de notar a originalidade e o carácter pioneiro da abordagem no contexto nacional.

No seguimento destas observações, um segundo importante contributo centra-se no desenvolvimento de referenciais para entender e facilitar a territorialização de políticas públicas (TPP) – tema que foi consolidando ao longo de décadas de envolvimento na avaliação dos ciclos de programação e execução dos fundos estruturais

¹⁰ Ficarão por detalhar outras dimensões importantes que também suscitaram a sua atenção, tais como as leituras do sistema urbano, da mudança estrutural da economia portuguesa, da cooperação inter-regional e da internacionalização, das metodologias de avaliação, as questões das qualificações e do emprego, da globalização, entre outras.

européus em Portugal (p. ex. Figueiredo, 2003, 2006a, 2010a). De acordo com o seu pensamento, a TPP não passa apenas por considerar atentamente os impactos territoriais das mesmas; o processo requer um conjunto de condições adicionais (necessárias e suficientes), tais como a concretização clara de um território pertinente de intervenção, uma visão «descendente» sobre o mesmo, e a capacidade de construção coletiva a partir dos agentes do território, desde a fase de planeamento à implementação (p. ex. Figueiredo, 2010b, 2015). Esta perspetiva chama a atenção para que o processo de TPP é mais um desafio de «*governance*» do que da consistência aparente de uma abordagem em si, não sendo à priori dependente de qualquer modelo «certo» de organização territorial do estado. Assim se explica que contextos favoráveis à TPP se possam diluir em contradições entre a clareza do território pertinente e a escassez de recursos de coordenação. Como analisado recentemente por António Manuel Figueiredo, tal parece estar na base das limitações na territorialização de novas gerações de políticas públicas de inovação e competitividade, onde as capacidades de coordenação horizontal e vertical da TTP não acompanharam a saliência, hoje evidente, de territórios pertinentes de intervenção (p. ex. Figueiredo e Babo, 2014; Figueiredo, 2021).

A relação entre território e inovação pode ser igualmente singularizada como uma terceira área de interesse central no seu trabalho. Pesem os défices organizacionais, a exiguidade de recursos e o carácter «*follower*» de Portugal face aos países líderes em ciência e tecnologia, António Manuel Figueiredo argumenta que a dimensão regional é ainda assim relevante, no contexto português, para estruturar políticas públicas de competitividade e inovação (p. ex. Figueiredo, 2005, 2007a, 2007b). Demonstrando as contradições de um proto-sistema nacional de inovação com presença de extensões regionais (p. ex. Figueiredo e Figueiredo, 2005), a sua leitura argumenta para a relevância de abordagens mais inclusivas, que relativizem o papel da ciência e tecnologia e considerem a relevância do «*learning-by-doing*» como fonte de inovação e dos rendimentos crescentes assentes no território. Assim, algo contra intuitivamente, o seu trabalho sugere que um referencial de sistema regional de inovação (p. ex. Ashiem and Gertler, 2005; Cooke, 2001) poderia revelar-se mais eficaz e eficiente na formulação estratégica de intervenção do que a consideração de um sistema nacional de inovação único, pesem as suas variadas lacunas. Antecipando o debate que se viria a seguir na Europa em torno da definição de estratégias de inovação «*place-based*» (Barca *et al.*, 2012) alicerçadas em «especialização inteligente» (Foray, 2015), o seu trabalho desde cedo chamou a atenção para que a política de inovação em regiões periféricas necessita de atingir um equilíbrio entre, por um lado, apoiar a translação de conhecimento científico para novos setores de elevada intensidade tecnológica e, por outro, criar condições par facilitar a resposta do sistema científico à procura empresarial existente. Tal equilíbrio, como sugerido por António Manuel Figueiredo, implica políticas seletivas de apoio à Investigação & Desenvolvimento baseadas em trajetórias tecnológicas das empresas e reforço da capacidade empresarial de absorção de conhecimento novo (p. ex. Almeida *et al.*, 2011).

Paralelamente às leituras sobre inovação e território, um quarto importante contributo passa pela análise e reflexão sobre o conceito de Competitividade – mobilizado para perceber e intervir sobre a capacidade de internacionalização e diferenciação

competitiva dos territórios. Por um lado, na tradição Porteriana (p. ex. Porter, 2008), elabora sobre uma visão sistémica de competitividade, explicando como um conjunto de fatores territoriais e institucionais potenciam (ou bloqueiam) a competitividade internacional das empresas (p. ex. Figueiredo, 2006b; Figueiredo e Silva, 2005). Por outro lado, e contrariamente a outras abordagens que entendem e operacionalizam competitividade territorial como um conceito aditivo – i.e. baseado na desagregação do produto per capita para singularizar fatores de competitividade – uma proposta original de António Manuel Figueiredo, nomeadamente para territórios de menor densidade, é a de entender competitividade territorial enquanto ancorada em combinatórias únicas de recursos, incluindo dimensões imateriais e «atmosferas», inimitáveis e eventualmente efémeras (p. ex. Figueiredo, 2006b, 2010c). Em termos conceituais, esta leitura retoma a herança Schumpeteriana do evolucionismo, por um lado, e a noção de «competências dinâmicas» da literatura de gestão estratégica, por outro (p. ex. Teece e Pisano, 1998). Em termos de política pública, aporta uma visão inclusiva do desenvolvimento, advogando a necessidade de alargar a base territorial de competitividade para além de um conjunto limitado de (macro-)regiões urbano-industriais. O desafio ao planeamento que daqui resulta – elaborado subsequentemente na adaptação de metodologias da gestão estratégica ao contexto territorial (p. ex. Figueiredo, 2012a) – não é tanto o de adicionar e criar recursos (p. ex. empresariais, ambientais, culturais, patrimoniais), mas o de encontrar novas combinação virtuosas de recursos existentes (ver também Figueiredo, 2009; Figueiredo *et al.*, 2012). Para tal, não é suficiente que um dado recurso no território seja entendido como valioso, objetivamente raro, e difícil de imitar: a capacidade de o mobilizar competitivamente e daí obter vantagem competitiva sustentada depende dos recursos de organização a ele dedicados.

Das «travessias não autorizadas» (*trespassing*) à prática reflexiva

A trajetória de pensamento de António Manuel Figueiredo sobre o território foi maturada num contexto de articulação permanente entre docência universitária, pesquisa científica e aplicação ao planeamento para o desenvolvimento, manifestando-se numa robustez conceptual, entendimento do «terreno» e abrangência analítica que é reconhecidamente rara na profissão. Assim, pode dizer-se que para além do que fez (os contributos), é igualmente importante salientar a maneira como o fez. Para tal, é adequado frisar a prática de enveredar por «travessias não autorizadas» – «*trespassing*», nas palavras de uma das suas referências maiores, Albert O. Hirschmann – e uma atitude permanente de «*reflexive practitioner*».

Parece claro que o pensamento eclético de António Manuel Figueiredo encontra forte ressonância no valor que Hirschmann atribuía ao «saltar entre», ou «trespassar» as fronteiras de diferentes disciplinas e paradigmas, não os entendendo como silos ou divisões estanques do saber (Hirschmann, 1998). Poderia dizer-se que esta filosofia estava já presente no seu roteiro crítico sobre teoria do (sub-)desenvolvimento, onde argumenta ousadamente que a compreensão do fenómeno necessita de uma perspetiva que não se confine nem na economia mais ortodoxa nem nas leituras

mais marxistas. De facto, António Manuel Figueiredo teve sempre um pé firme nas ciências económicas, mas com uma grande abertura aos seus vários paradigmas, que articulou talentosamente na sua prática docente e de planeamento, liberto de cânones e agendas de investigação rígidas e doutrinárias. Por um lado, entende que a matriz neoclássica da ciência económica não aporta grande munição ao planeamento e à mudança no território, sobressaindo nos seus contributos uma noção de território como conceito com espessura económica, social e institucional, talvez mais próxima da leitura da geografia ou da sociologia, dificilmente capturada por perspectivas euclidianas de espaço. Por outro lado, é cético da capacidade de outras disciplinas, intrinsecamente mais associadas ao território, em compreender dimensões vitais do desenvolvimento contemporâneo, tais como a competitividade e a inovação. Nesta mobilização crítica de teoria de várias disciplinas para entender o desenvolvimento territorial, vem à ideia a semelhança com o trabalho de pensadores como Michael Storper (2013), rendendo-lhe no contexto português o reconhecimento em várias comunidades de estudiosos do território, em disciplinas como o planeamento, a ciência política, a sociologia, a geografia, a arquitetura, entre outras.

Na base de muitos dos seus principais contributos encontra-se também uma prática de abordagem reflexiva – ou de «*reflexive practitioner*» (p. ex. Schön, 1983) – possibilitada pela posição de charneira que sempre ocupou entre a academia e o planeamento, o que o levou a trabalhar diretamente com inúmeros atores do desenvolvimento territorial, eleitos e não eleitos, nos mais variados contextos territoriais, setoriais e organizacionais, e ao longo de diversas fases do ciclo das políticas públicas. Nas suas próprias palavras, quando pensa no complexo edifício da territorialização do desenvolvimento, António Manuel Figueiredo revê-se enquanto «alguém que combina a investigação académica com a prática do planeamento (entendido aqui como uma ponte entre o conhecimento e a decisão política) e que utiliza essa combinação para refletir sobre a sua própria prática» (Figueiredo, 2014: 2). É nesta filosofia que alimenta, quase diariamente desde 2011, o blogue «Interesse Privado, Ação Pública», aliada à participação cívica e contributos frequentes nos mais diversos fóruns de discussão sobre o território e as políticas públicas, nacionais e internacionais.

Bibliografia fundamental

- Figueiredo A M (2001) Uma visão espacial da estratégia e das prioridades de desenvolvimento económico e social para Portugal. *Revista Prospectiva e Planeamento*, 7: 13-42.
- Figueiredo A M (2006a) *Background Report of the OECD Territorial Survey of Portugal*. Lisboa, Direção Geral do Desenvolvimento Regional.
- Figueiredo A M (2009) As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional. In J S Costa, P Nijkamp (coords.) *Compêndio de Economia Regional, vol. I*. Lisboa, Principia Editora: 56-58.
- Figueiredo A M (2010b) *Territorialização de Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.
- Figueiredo A M (2021) Políticas de Inovação e Coesão Territorial: o equilíbrio impossível ou necessário da política regional de nova geração. In J Lourenço Marques, F Carballo-Cruz (coords.) 30 anos de ciência regional em perspetiva. Coimbra, Almedina: 129-156.

- Figueiredo A M, Costa C S (1982) *Do Subdesenvolvimento – Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito (Roteiro crítico e antologia, vol. 1)*. Porto, Edições Afrontamento.
- Figueiredo A M, Penabad J M P, Álvarez E J (coord.) (2012) *Retos de la acción de gobierno para las ciudades del siglo XXI – Desafios da governação das cidades do século XXI*. Porto e Vigo, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.
- Figueiredo A M, Pessoa A, Silva M R (2005) *Crescimento Económico*. Lisboa, Escolar Editora.
- Figueiredo A M, Silva M R (2005) Factores Territoriais e Institucionais da Internacionalização da Cidade Região». In Universidade do Porto (ed.) *Porto Cidade Região – Encontro de Reflexão e Prospetiva*. Porto, Universidade do Porto: 56-58.

Referências secundárias

- Almeida A, Figueiredo A, Silva M R (2011) From concept to policy: Building Regional Innovation Systems in follower regions. *European Planning Studies*, 19(7): 1331-1356.
- Arrow K J (1962) The Economic Implications of Learning by Doing. *Review of Economic Studies*. *The Review of Economic Studies*, 29(3): 155-173.
- Asheim B, Gertler M (2005) The Geography of Innovation: Regional Innovation Systems. In J Fagerberg, D C Mowery, R R Nelson (eds.) *The Oxford Handbook of Innovation*. London: Oxford University Press: 291-317.
- Barca F, McCann P, Rodríguez-Pose A (2012) The Case For Regional Development Intervention: Place-Based Versus Place-Neutral Approaches. *Journal of Regional Science*, 52(1): 134-152.
- Cooke P (2001) Regional Innovation Systems, Clusters and the Knowledge Economy. *Industrial and Corporate Change*, 10 (4): 945-974.
- Figueiredo A M (1983) A degenerescência da base moral da economia portuguesa. Comunicação apresentada à Conferência «Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa», CISEP, vol. II, Lisboa.
- Figueiredo A M (2004) The learning by evaluating process of regional policy in Portugal: a special case of strong municipalities and weak planning regions. Comunicação apresentada na Conferência «Europe at the margins: EU regional policy peripherality and rurality». Angers, 15-16 de Maio, França.
- Figueiredo A M (2005) Path-dependency and enabling knowledge-based regional development strategies – the case of Portugal. Comunicação apresentada na Conferência Internacional da Regional Studies Association, «Regional Growth Agendas». Aalborg, 28-31 de Maio, Dinamarca.
- Figueiredo A M (2006b) Uma Abordagem Económica das Dinâmicas e Formas Urbanas do Portugal Recente. In A Domingues (coord.) *Cidade e Democracia – 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa, Argumentum: 386-393.
- Figueiredo A M (2007a) Regional Innovation Systems in less developed regions: the case of Portugal. Comunicação apresentada no 1st International Seminar on Regional Innovation Policies. Porto, 22-24 de Fevereiro, Portugal.
- Figueiredo A M (2007b) Regional Innovation Systems as policy tools in knowledge oriented cohesion policies – the case of Portugal. Comunicação apresentada na Conferência Internacional da Regional Studies Association, «Regions in focus». Lisboa, 2-5 de Abril, Portugal.
- Figueiredo A M (2010c) Competitividade regional e ordenamento do território. *Revista Prospectiva e Planeamento*, 17: 85-106.
- Figueiredo A M (2012a) Cidade Competitiva. In A M Figueiredo, Penabad, J M P, Álvarez E J V (coords.) *Retos de la acción de gobierno para las ciudades del siglo XXI – Desafios da governação das cidades do século XXI*. Porto e Vigo, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: 93-134.

- Figueiredo A M (2012b) The dual crisis of Portuguese economy and the «tongs effect» on local governance. Comunicação apresentada na *IGU Commission on Geography of Governance Annual Conference 2012 – New Challenges for Local Governance*. Lisboa, 12-13 Abril, Portugal.
- Figueiredo A M (2014) Organização Territorial do Estado: uma perspetiva da economia e do desenvolvimento económico. Comunicação apresentada na *Conferência da ANMP «A Organização Territorial do Estado e a Democracia de Proximidade»*. Coimbra, 15 de Outubro, Portugal.
- Figueiredo A M (2015) Políticas Públicas de Inovação e Internacionalização: Falhas de Mercado, Governança e Territórios Pertinentes. In P Neto, M M Serrano (coords.) *Políticas Públicas, Economia e Sociedade: Contributos para a definição de políticas públicas no período 2014-2020*. Alcochete, Smart Book: 31-48.
- Figueiredo A M (coord.) (2003) *Avaliação Global do III Quadro Comunitário de Apoio*. Lisboa, Observatório do QCA, Direção Geral do Desenvolvimento Regional.
- Figueiredo A M (coord.) (2010a) *Estudo de Avaliação Global da Implementação do QREN 2007-2013 – Relatório Final*. Lisboa, Observatório do QREN.
- Figueiredo A M, Babo E P (2014) Territorialização de Políticas Públicas: Inovação e Cultura. In V Soromenho-Marques, P Trigo Pereira (coords.) *Afirmar o Futuro: que Políticas Públicas em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 234-263.
- Figueiredo H, Figueiredo A M (2005) Instituições e Políticas Públicas para um novo Paradigma de Inovação e Qualificações na Economia Portuguesa. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 5: 51-75.
- Foray D (2015) *Smart Specialisation: Opportunities and Challenges for Regional Innovation Policy*. Abingdom, Routledge.
- Hirschmann A O (1998) *Crossing Boundaries*. New York, Zone Books.
- March J G (1991) Exploration and exploitation in organizational learning. *Organization science*, 2(1): 71-87.
- Nelson R, Winter S (1982) *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge, Harvard University Press.
- North D (1990) *Institutions, institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Porter M E (2008) *On competition*. Cambridge, Harvard Business Press.
- Romer P M (1986) Increasing returns and long-run growth. *Journal of political economy*, 94(5): 1002-1037.
- Romer P M (1990) Endogenous technological change. *Journal of political Economy*, 98(5, Part 2): S71-S102.
- Schön D (1983) *The Reflective Practitioner: How professionals think in action*. London, Temple Smith.
- Solow R (1987) *Growth Theory: an exposition*. New York, Oxford University Press.
- Storper M (2013) *Keys to the City: How Economics, Institutions, Social Interaction, and Politics Shape Development*. Princeton, Princeton University Press.
- Teece D, Pisano G (1998) The Dynamic Capabilities of Firms: An Introduction. In G Dosi, D J Teece, J Chytry (eds.) *Technology, Organization and Competitiveness*. Oxford, Oxford University Press: 193-214.

6. António Simões Lopes

José da Silva Costa¹¹

Uma Vida de Compromisso com a Academia e a Ciência Regional

No âmbito da Ciência Regional intervêm investigadores, decisores políticos e quadros técnicos com diferentes formações de base e aproximações na investigação sobre o território, nomeadamente engenheiros, arquitetos, geógrafos, sociólogos, economistas, entre outros. Em Portugal podemos identificar um conjunto restrito de personalidades como pioneiras do desenvolvimento da Ciência Regional. Incluem-se neste pequeno grupo iminentes professores como Almeida Garrett, António Costa Lobo, António Simões Lopes, **Jorge Gaspar**, Ribeiro Teles, e Valente de Oliveira.

António Simões Lopes é o único professor de Economia entre as personalidades referidas, o que o torna verdadeiramente pioneiro do ensino e estudo do Desenvolvimento Regional em Portugal. O seu compêndio *Desenvolvimento Regional: problemática, teoria e modelos*, editado em 1979 pela Fundação Calouste Gulbenkian foi, durante muitos anos, a obra de referência no ensino de Desenvolvimento Regional em língua portuguesa. Por este compêndio estudaram muitas gerações de estudiosos da Ciência Regional em Portugal. Esta obra teve sucessivas edições até à última edição em 2001 (Lopes, 2001a).

António Simões Lopes nasceu em Góis em 1934, licenciou-se pelo ISE (atual ISEG) em Economia em 1962, doutorou-se em Economia na Universidade de Oxford em 1973. Desenvolveu a sua carreira académica no ISEG, tendo sido seu Professor Cate-drático desde 1977. Faleceu a 18 de dezembro de 2012.

António Simões Lopes repartiu a sua atividade pela docência, pela investigação científica, pela gestão universitária e pela intervenção social, entre muitas das valências que lhe podemos associar. Desempenhou um número significativo de cargos de gestão universitária de que destacamos os cargos de Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Pre-

¹¹ Este capítulo corresponde a uma reformulação do texto Costa J S (2016) António Simões Lopes: O Cientista Regional e o Humanista. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, vol. 42: 71-76.

sidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, e Presidente do Conselho de Avaliação das Universidades Públicas. No contexto da sociedade civil participou em muitas atividades, de que realçamos o exercício do cargo de primeiro Bastonário da Ordem dos Economistas e membro do Conselho Económico e Social.

Foi-lhe atribuído o grau de doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra, Universidade do Algarve, Universidade Federal do Maranhão, no Brasil e Universidade de Kent, no Reino Unido.

Foi agraciado, em Portugal, com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e com a Grã-Cruz da Ordem do Infante e, em França, com o «grau de cavaleiro» da Ordem de Mérito.

Na área da Ciência Regional esteve associado ao ensino de Economia Regional no ISEG e, por convite, em diversas universidades portuguesas. Foi um dos fundadores do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos (hoje Centro de Estudos Regionais e Urbanos, CIRIUS, ISEG) e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), tendo sido seu primeiro presidente.

Precursor de uma Visão Holística do Desenvolvimento Regional

Quem teve o privilégio de contactar mais de perto com António Simões Lopes pôde observar que António Simões Lopes, para lá do cientista, era na aceção Pessoaana um homem «inteiro», consistente na sua ação com os princípios que defendia. Essa sua natureza está patente no papel decisivo que teve no nascimento e desenvolvimento de novos cursos e novas escolas em cidades fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e na consistência dos seus escritos em que no centro está sempre o ser humano e o espaço onde está inserido.

A produção científica de António Simões Lopes reparte-se por um período extenso. Tendo em conta o seu grande envolvimento em tarefas de gestão, os trabalhos recentes são predominantemente de reflexão crítica. Esses trabalhos expressam de uma forma mais sistemática o pensamento de António Simões Lopes, como são dois bons exemplos os textos com os títulos «Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas e heresias» (Lopes, 2006) e «Globalização e Desenvolvimento Regional» (Lopes, 2002b).

Uma primeira questão que emerge quando nos debruçamos sobre as reflexões de António Simões é o da identificação da escola de pensamento económico em que se inseria. No seu texto «Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas e heresias» diz Simões Lopes:

Aprendi eu, na minha iniciação à Economia, que não há fenómenos económicos, mas tão só aspetos económicos no fenómeno social, e que toda a pretensão de objetividade que leve a destacar os aspetos económicos da vida humana do seu contexto político e social distorce os problemas que tem de discutir em vez de os tornar mais claros (...)
Aprendi ainda, do mesmo modo que há a Economia da Produção, a Economia da Circulação, a Economia do Consumo, e também a Economia da Repartição, sendo nesta que os aspetos económicos surgem mais profunda e intrinsecamente associados a outros aspetos do fenómeno social (...)

Foi perdendo atenções a Economia da Repartição, verdadeiro estabilizador social, a lembrar quanto é importante a partilha equilibrada do produto da atividade económica (...)

Era pela mão da Economia da Repartição, em suma, que nos habituávamos a fazer as primeiras abordagens do Desenvolvimento (Lopes, 2006: 41-42).

Nas suas reflexões críticas António Simões Lopes entre os autores nacionais referencia frequentemente Sedas Nunes, Manuela Silva e Mário Murteira em que a dimensão social e a importância da Economia da Repartição estão sempre muito presentes. A nível internacional, as referências são mais diversificadas, mas não deixa de transparecer uma admiração particular, entre outros, pela obra de Amartya Sen, Joan Robinson e Michael Todaro.

Ao optar por uma aproximação económica mais holística, António Simões Lopes convivia com alguma dificuldade com a tendência, hoje dominante, de desenvolvimento de modelos económicos assentes em pressupostos restritivos isolando os fenómenos económicos do social e separando as análises do ponto de vista da eficiência e da equidade e, acima de tudo, com a preocupação excessiva com o diagnóstico e a pouca atenção com a ação. Num texto intitulado «Managing Regional Science After 2000» (Lopes, 2001b), António Simões Lopes conclui que os cientistas regionais não têm o direito de se concentrarem na sofisticação de modelos teóricos e métodos quando há problemas que urgentemente carecem de ser resolvidos. Os benefícios desse esforço seriam marginais e teriam pouca utilidade face à falta de suporte estatístico para a sua aplicação. Não se justificaria despende excessivamente mais esforços no diagnóstico. Era necessário concentrarmo-nos nas soluções.

No seu artigo «Encruzilhadas do desenvolvimento: Falácias, dilemas e heresias» (Lopes, 2006) António Simões Lopes reconhece o seu menor apreço pela quantificação, embora conceda que será quase inevitável não incorporar essa forte corrente:

Não sendo embora um entusiasta, muito menos um obstinado da quantificação, entendo que, se o Desenvolvimento é desconsiderado por ser difícil quantificá-lo, não há senão que passar a tentar a quantificação, para arredar desculpas e pretextos (Lopes, 2006: 44-45).

Ao valorizar a ação, ao conceder na necessidade de quantificação, António Simões Lopes estava fundamentalmente preocupado com os resultados e em particular com o Homem e o espaço onde se inseria. António Simões Lopes valorizava fortemente a Economia da Repartição e essa valorização levava-o a contestar a dicotomia primeiro produzir e depois redistribuir, usualmente consagrada pelo corpo principal da Teoria Económica.

Sendo certo que não pode distribuir-se o que não se produz, não menos certo é que o desenvolvimento impõe que se distribua (bem) o que já se produz não sendo legítimo adiar a procura do equilíbrio social, da harmonia, da justiça social, para quando se produza mais, isto é, para quando se for mais rico.

Neste sentido, o crescimento, a criação crescente de riqueza material, deve acontecer em função da distribuição territorial da população, porque o desenvolvimento deve

chegar às pessoas não devendo contar-se apenas com as possibilidades de as pessoas se deslocarem à procura do desenvolvimento: aos socialmente mais frágeis escasseiam as capacidades de deslocação (Lopes, 2002a: 1).

Para António Simões Lopes o menosprezo pela Economia da Repartição seria uma determinante da excessiva preocupação dos decisores de políticas públicas com o crescimento e o esquecimento do conceito de desenvolvimento económico. No seu texto «Por onde anda a Economia da Repartição?» diz:

O menosprezo da economia da repartição e a concentração na economia da produção fazem deslocar o essencial das atenções do desenvolvimento para o crescimento, com a degradação do ambiente social a converter-se em instabilidade. O acentuar dos desequilíbrios leva a situações extremas em que as condições de vida das camadas afluentes, conscientes da sua ostentação e da correspondente insegurança que gera, conduzem a atitudes ditas de «prevenção» as mais radicais, que passam pelo gradeamento de recintos, de portas e de janelas, por muros de proteção (condomínios fechados), por agentes de segurança privados, pelo armamento (Lopes, 2005: 2-3).

A visão holística de António Simões Lopes transparece ao longo dos seus artigos (veja-se, por exemplo, artigos mais antigos como Lopes, 1983), embora, a nosso ver, o traço mais distintivo da sua obra seja a preocupação do autor com as consequências do desenvolvimento sobre o acesso, que não era apenas físico a bens e serviços, mas mais amplo onde integra conceitos como justiça, dignidade do ser humano e sustentabilidade. Cadima Ribeiro (2017) conclui que é possível encontrar na obra de António Simões Lopes, quer no seu conceito de espaço, quer na sua visão de desenvolvimento regional, traços de uma aproximação territorialista a dar à época os seus primeiros passos na Europa. António Simões Lopes incorpora essas ideias, mas a sua aproximação teórica é mais ampla, mais interdisciplinar e mais utópica (ver Lopes e Pontes, 2011). Reconhecemos que essa visão nem sempre é suficientemente concretizada em instrumentos de análise e políticas públicas, mas como sabemos dos desenvolvimentos recentes, era uma visão verdadeiramente precursora.

Intervenção no Debate Público: Desenvolvimento *versus* Crescimento Económico

Ao longo da sua vida e em praticamente todos os seus textos António Simões Lopes foi um combatente para que os decisores políticos compreendessem a diferença entre crescimento e desenvolvimento económico. Nesse combate, António Simões Lopes coloca o ser humano e o espaço onde se insere como destinatário último das políticas públicas o que, a par da consistência da sua prática, faz de António Simões Lopes um humanista por excelência. Diz António Simões Lopes, no seu texto «Ordenamento do Território»:

No campo dos princípios é fundamental, de uma vez por todas, que não se confunda desenvolvimento com crescimento. O desenvolvimento é fim, o crescimento é meio.

Erro crasso, infelizmente muitas vezes cometido, é tomar o desenvolvimento por crescimento, o que equivale a confundir fins com meios. O crescimento será normalmente necessário ao desenvolvimento, mas não se identifica com ele. O crescimento estará fundamentalmente associado à criação de condições materiais de vida, designadamente as condições materiais que hão-de permitir satisfazer algumas das necessidades básicas; mas a distribuição, ou repartição, é ainda inerente ao conceito de desenvolvimento; como a autoestima e a liberdade (Lopes, 2002a: 1).

Tendo desenvolvido trabalho pioneiro em Portugal sobre as funções dos pequenos centros urbanos (Lopes, 1971), o ilustre professor nos seus textos de reflexão crítica sempre atribuiu uma grande relevância às questões de acessibilidade. No seu texto «Globalização e Desenvolvimento Regional» refere:

Tenho por isso vindo a propor, de longa data, que o desenvolvimento se traduza por acesso, por ser inquestionavelmente possível medir a acessibilidade, qualquer que seja a sua natureza: acessibilidade financeira, ou económica, para que no mínimo se pode dispor dos indicadores de rendimento; acessibilidade física, facilmente convertível em medidas de distância ou de tempo, por natureza quantificáveis. E com estes pressupostos tenho defendido que se exprima o desenvolvimento em termos de acesso das pessoas, onde estão, aos bens e serviços e às oportunidades que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas (Lopes, 2002b: 18-19).

António Simões Lopes na sua visão humanista não poderia ignorar a equidade intergeracional e acima de tudo a sustentabilidade das políticas públicas. Escreveu o ilustre professor:

Adicionalmente, o desenvolvimento tem de ser sustentável, sendo também a sustentabilidade inerente ao conceito. Não é desenvolvida a sociedade em que o bem-estar de hoje possa pôr em causa o bem-estar de amanhã; onde o património de recursos que sejam bens de capital, ou que se comportem como tal (pense-se nos recursos renováveis consumidos a ritmo superior ao da sua capacidade de renovação), seja utilizado pelas gerações de hoje em termos de comprometer oportunidades das gerações de amanhã. Se, como se disse antes, não pode considerar-se desenvolvida a sociedade em que o bem-estar de alguns é atingido à custa das privações dos outros, também não será desenvolvida a sociedade quando o bem-estar das gerações de hoje redundar em redução de oportunidades para as gerações futuras (Lopes, 2002b: 18).

Combatente tenaz pela adoção de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, António Simões Lopes dedicou uma atenção especial às políticas implementadas em Portugal tentando demonstrar que a ausência de políticas regionais representava de facto uma opção implícita de política.

A globalização bem como o alargamento a leste da União Europeia teve, como é do conhecimento geral, um impacto significativo na nossa economia o que, a par das questões estruturais da economia portuguesa e da adesão ao euro, nos conduziram à situação de crise severa que Portugal atravessou nos tempos recentes. Muito antes do início da crise que conduziu à intervenção da Troica, António Simões Lopes escreve reflexões que hoje continuam a ser ensinamentos úteis face à atual crise da pandemia Covid-19. Refletindo sobre as consequências da globalização, António Simões Lopes

reconhece a oportunidade que a globalização gera para os povos de países pobres, mas também reconhece a necessidade de maior regulação por parte dos poderes políticos e nessa regulação atribui um papel central à política regional. Diz Simões Lopes no seu artigo «Globalização e Desenvolvimento Regional»:

É neste contexto de uma clara e quase obsessiva entrega à globalização, com marginalização preocupante das mais que prováveis consequências à escala interna dos países e à escala internacional, pela negligência da ética e dos valores e pelo perder de vista das pessoas, que importará discutir a relevância das políticas de desenvolvimento regional. Por mim irei mais longe, e sustentarei a tese de que hoje, mais do que nunca, o Desenvolvimento Regional é indispensável, ao menos como elemento crítico dos efeitos da globalização desregulada e, mais do que isso, como um dos instrumentos reguladores da própria globalização. Temos de nos aproximar o mais possível das pessoas, assumindo como objetivo, no quadro dos valores humanos, o Desenvolvimento Local, ou o Desenvolvimento Regional, orientando a globalização para o aproveitamento dos recursos endógenos; para ter presentes as pessoas. E é necessário fazê-lo sobretudo enquanto a maioria, conscientemente ou apenas passivamente, aceitar que a onda de globalização se propague pacificamente, sem freio e sem rédeas (Lopes, 2002b: 16).

Em 2004, antes da crise financeira, embora o objetivo de controlo orçamental já estivesse na agenda política e na agenda dos *media*, António Simões Lopes no seu texto «Até Quando o Adiamento das Questões Estruturais?» chama a atenção para os problemas estruturais da economia Portuguesa, que hoje reconhecemos ser uma das causas da presente crise:

O orçamento, que é meio (instrumento) das finanças públicas, por sua vez instrumentais da Economia, vem merecendo honras de atenções quase exclusivas com justificação na necessária «consolidação orçamental», para que afinal não se caminha. Deverá naturalmente lembrar-se que por esta via se comete o erro crasso de tomar os fins pelos meios. E da Economia não só se fala pouco como parece abdicar-se de tentar «conduzi-la», porque só se fala de finanças e de orçamento, e porque não se aumenta o investimento na perspetiva frustrada de redução da despesa e consolidação orçamental. No entanto, a «consolidação» só acontece se, contida a despesa que deva ser contida, a Economia funcionar; a «consolidação» depende pesadamente das receitas (Lopes, 2004: 1).

António Simões Lopes foi, a par de outros ilustres professores portugueses, um defensor de grandes causas, muitas das vezes vistas como utópicas. Foi um lutador incansável pelas suas ideias e por isso mesmo, para lá da figura do cientista regional e do académico ilustre, emerge com grandeza o cidadão comprometido com o bem-estar do ser humano no seu espaço. Em suma, António Simões Lopes ao longo da sua vida foi um verdadeiro humanista.

Ocasionalmente nos seus textos transpareceu alguma angústia pela luta por uma causa que poderia ser perdida. No seu texto «Globalização e Desenvolvimento Regional» (Lopes, 2002b), escreveu:

O progressivo esvaziamento em recursos humanos das «áreas de drenagem» traz consigo redução significativa da força de pressão necessária para fazer valer os objetivos de

desenvolvimento em base espacial; mesmo em ambiente democrático, e particularmente nele, porque é determinante a força do voto. Simultaneamente, as «bacias de receção», de que as áreas metropolitanas são a forma dominante e a mais expressiva, reforçam o seu potencial humano de todos os pontos de vista; e porque a «receção» não foi preparada, aos problemas de subaproveitamento dos recursos e infraestruturas das áreas de emigração passam a somar-se os problemas de sob reutilização, também de recursos e infraestruturas das áreas de imigração, a traduzirem-se em congestionamentos e sobrecargas os mais diversos – na habitação, no ensino, na saúde, no tráfego, no abastecimento de serviços em geral. Só que, no estabelecimento de prioridades para a resolução dos problemas, porque os ciclos temporais da política são curtos, não se perseguem, se formulam, objetivos de longo prazo, ficando-se a política quando muito pelo médio prazo, que é em geral demasiado curto (Lopes, 2002b: 23).

Apesar deste seu temor, os seus ensinamentos, a par da visão de outros grandes mestres portugueses, estão a fazer o seu caminho.

Bibliografia fundamental

Lopes A S (1971) *As Funções Económicas dos Pequenos Centros*. Lisboa, Fundação Gulbenkian.

Lopes A S (2001a) *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, 5.^a edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Lopes A S, Pontes J P (2011) *Introdução à Economia Urbana*, 1.^a Edição. Lisboa, Fundação Gulbenkian.

Referências secundárias

Costa J S (2016) António Simões Lopes: O Cientista Regional e o Humanista. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 42: 71-76.

Lopes A S (1983) Teoria e Política do Desenvolvimento Regional. *Estudos de Economia*, III(4): 449-463.

Lopes A S (2001b) *Managing Regional Science After 2000: A Comment*. Disponível em: <https://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/publicacoes/dossier.xvw?managing-regional-science-after-2000&p=38063>.

Lopes A S (2002a) *Ordenamento do Território*. Disponível em: <https://www.ordemeconomistas.pt/xportalv3/publicacoes/dossier.xvw?p=55266&ordenamento-do-territ%C3%B3rio>.

Lopes A S (2004) Até Quando, o Adiamento das Questões Estruturais? *Cadernos de Economia*, 18(69): 3-10.

Lopes A S (2005) *Por Onde Anda a Economia da Repartição?* Disponível em: www.ordemeconomistas.pt

Lopes A S (2006) Encruzilhadas do Desenvolvimento: Falácias, Dilemas e Heresias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75: 41-61.

Lopes A Simões (2002b) Globalização e Desenvolvimento Regional. *Gestão e Desenvolvimento*, 11: 9-25.

Ribeiro J C (2017) António Simões Lopes: Recordando o Académico e o Homem. *Sessão de Homenagem ao Professor António Simões Lopes*. Lisboa, 19 de janeiro, ISEG.

7. Artur Rosa Pires

Fernando Nogueira

Esboço biográfico

Artur da Rosa Pires foi, desde cedo, somando «suas terras», como o próprio gosta de referir. Nasceu em Caracas, Venezuela, mas veio em tenra idade para Fermentelos, no município de Águeda, onde passou a sua meninice. Estudou em Aveiro até ingressar no Liceu D. João III (hoje José Falcão), e mais tarde, também em Coimbra, na Universidade, onde se licenciou em Engenharia Civil, em 1978. Nos primeiros anos da sua carreira foi leitor no Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro (UA), mas, muito cedo, enveredou pela área do Território, mais próxima dos desafios de pioneirismo abraçados por esta jovem Universidade, alicerçados em propósitos de inserção territorial, de cooperação interinstitucional com os setores público e empresarial. À data, pelas mãos de Fernandes Thomaz, então vice-reitor da UA, foi envolvido na discussão sobre o projeto formativo para a área de Planeamento do Território, que decorria sob orientação de Valente de Oliveira, no âmbito do qual se identificaram três eixos de formação: o das políticas urbanas, o do ambiente, e o do desenvolvimento regional (e rural), que foram distribuídos, respetivamente, entre os seus colegas Isabel Breda-Vasquez e Paulo Pinho e ele próprio. Aqui nasceu a sua ligação com as políticas territoriais de desenvolvimento. Foi no Departamento de Ambiente e Ordenamento (DAO) da UA que deu os primeiros passos nos Estudos Territoriais, com um foco nas transformações socioeconómicas rurais (Rosa Pires, 2019). Esta escolha não foi circunstancial e ficar-se-á a dever não só ao seu sentido de pertença à comunidade onde cresceu, no território rural aguedense em acentuado processo de reconfiguração socio-territorial, mas, também, à sua necessidade persistente de «manter viva» a sua ligação à realidade concreta e, em sintonia, o propósito de utilidade que procurou imprimir à sua investigação, no âmbito quer do mestrado (Rosa Pires, 1983), quer do doutoramento (Rosa Pires, 1987a), realizados em Cardiff, na Universidade do País de Gales. Com sentido de oportunidade, complementou os seus interesses de investigação na área do planeamento, indelevelmente associados ao seu envolvimento na criação, na

UA, da Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, no ano de 1983, e viria a realizar a sua Agregação nesta área do saber, em 1995, tendo-se tornado Professor Catedrático dois anos depois. É, efetivamente, marcante no seu percurso o surgimento desta via, também ela pioneira, de qualificação académica de «planeadores com formação própria» (Rego e Mourato, 2019), face não só às práticas dominantes de planeamento, em Portugal, mas também às dinâmicas de contexto em que ela aconteceu, que adiante serão aprofundadas.

Rosa Pires desempenhou os cargos de Diretor do DAO e de Pró-Reitor da UA, na área da cooperação para o desenvolvimento regional, entre os anos de 2008 e 2012, tendo sido responsável pelos esforços iniciais de instalação do Parque de Ciência e Inovação desta universidade. Destacam-se ainda, neste papel, o seu contributo, em representação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, para a discussão sobre o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) promovido pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, por iniciativa do seu presidente, Mário Ruivo, com quem veio a fazer amizade, e o papel de intermediação que exerceu junto da Região de Turismo da Rota da Luz, em representação da UA. Fora da academia, exerceu cargos públicos relevantes: foi Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-Centro) e Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, entre os anos de 2003 e 2005. Foi também autarca, na Freguesia de Fermentelos, e nesse papel, como gosta de recordar, esteve envolvido numa atitude (qualificada), de esclarecimento e de capacitação dos autarcas locais para a discussão do Plano Diretor Municipal (PDM), que viria a demonstrar ser uma atitude política fraturante, pela inovação, mas digna de reconhecimento pelos seus pares e adversários políticos. Foi, ainda, consultor da Presidência da República para a área de Ciência e Ambiente, entre 2009 e 2011, onde se releva o seu contributo para a reflexão sobre o conceito de comunidades locais inovadoras e para a visibilidade do mesmo na agenda política e na sua operacionalização (no âmbito dos Programas Regionais de Ações Inovadoras). É atualmente membro efetivo da Unidade de Investigação GOVCOPP – Governança, Competitividade e Políticas Públicas e Professor Catedrático no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, desde 2005.

Um académico comprometido com a aprendizagem e a capacitação de agentes

Nos seus passos iniciais como Investigador, Rosa Pires e os seus pares contribuem para a reflexão sobre as qualidades de configurações de desenvolvimento alternativas aos modelos dominantes: daquela produzida no âmbito da Política Agrícola Comum, quase estritamente focada na economia e na produtividade agrícolas, e da veiculada nos estudos de Economia Industrial, com uma visão da industrialização rural centrada nas vantagens comparativas da deslocalização das fases de um processo produtivo «centralizado», essencialmente baseadas na permeabilidade remuneratória e adaptabilidade social da mão-de-obra camponesa. Os seus estudos sobre o processo de industrialização difusa (Rosa Pires, 1983; Cooke e Rosa Pires, 1985) e da pluriatividade agrícola (Rosa Pires, 1987b; Reis *et al.*, 1990), que tiveram propositadamente

como cenário o distrito de Aveiro, e em particular o município de Águeda, permitiram recolocar algumas das questões centrais deste debate numa lógica mais territorializada, e também mais multiescalar. Permitiram revelar lógicas de articulação intersectorial presentes na transformação do tecido socioeconómico rural que, ultrapassando a noção de dependência, até aí associada à industrialização difusa (como sendo meramente baseada em processos de descentralização produtiva), evidenciaram a perenidade e vitalidade de dinâmicas endógenas de industrialização, sustentadas por pequenas e médias empresas de capitais locais. Estas, segundo os autores, não só se repercutem, mas estão enraizadas socialmente nos comportamentos de pluriatividade agrícola das famílias. A manutenção da produção agrícola a par do emprego industrial representa mais do que uma fonte suplementar de rendimento, para ser também uma forma de manutenção de um «modo de vida» que propicia a conservação de valores ideológicos e culturais que estão subjacentes às características de flexibilidade e ausência de conflitualidade laboral, mas que são também fonte de bem-estar social e comunitário. Ao mesmo tempo, esta pluriatividade permite sustentar processos continuados de crescimento industrial com a manutenção, nalguns casos, de níveis relativamente baixos de remunerações e de intensidade de capital. Finalmente, a industrialização terá sido instrumental para o acesso à terra, equipamento e bens de consumo intermédio que permitem às famílias manterem pequenas explorações agrícolas, em contraciclo às expectativas, de emparcelamento e empresarialização, da Política Agrícola Comum. Como corolário destes estudos, os autores enfatizam a necessidade de abandonar o carácter estritamente agrícola da política agrícola e de desenvolvimento rural, sustentando que pluriatividade é, também, o resultado de um processo de adaptação às alterações estruturais do capitalismo, e, por isso, a expressão localizada de relações socioeconómicas mais amplas que devem ser devidamente acomodadas nas estratégias regionais e locais de desenvolvimento (Reis *et al.*, 1990).

Paralelamente a estes esforços de investigação, os contributos de Rosa Pires resultam, em parte, dos seus compromissos académicos com a jovem Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano, que são indissociáveis das respostas às dinâmicas de contexto da política pública nesta área. Desde logo, o facto de esta licenciatura ser pioneira no panorama português, uma vez que a área do planeamento e ordenamento do território era, à data, apenas uma opção curricular de licenciaturas em Engenharia Civil ou oferecida, nesta área, como formação pós-graduada em planeamento regional e urbano (transformada em mestrado em 1982) (Lourenço, 2001), e também em geografia. Daqui decorreram não só a necessidade de afirmação desta formação académica, mas também a definição do posicionamento desta relativamente às intenções de descentralização e de afirmação do poder local e regional que sopraram no início da década de 1980.

Efetivamente, a par de uma discussão, inacabada e sem consequências imediatas, sobre o processo de regionalização, entre 1981 e 1983, houve alguns avanços no campo do planeamento e do ordenamento do território. Foram criados o PDM, em 1982, e o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), em 1983, e instituídas, quase em simultâneo, a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN). Os avanços foram significativos quanto ao ordenamento, mas mais tímidos quanto ao planeamento do território. Os PROT, a RAN e a REN cumpriram o seu

desígnio de contenção do avanço da urbanização desordenada das décadas anteriores e reintroduziram uma perspetiva de macrozonamento e ordenamento do território nacional (Campos e Ferrão, 2015). No campo do planeamento, contudo, a generalização (e operacionalização) da elaboração dos PDM só ganhou ímpeto na segunda metade da década, quando se tornou um requisito para acesso a fundos comunitários, pelas mãos de Valente de Oliveira (Rego e Mourato, 2019) e ficaram, em grande medida, por concretizar as funções acometidas aos PROT, de coordenação de políticas setoriais, numa ótica de desenvolvimento regional.

Nesta última dimensão, a do debate sobre as dinâmicas de contexto, há alguns contributos, não publicados (entre 1995 e 1996), de reação a um certo «divórcio» entre os PROT e as estratégias de desenvolvimento e à falta generalizada de dimensão estratégica na prática do planeamento. O facto de ter estado envolvido na elaboração do Compêndio sobre Sistemas e Políticas de Planeamento Territorial nos Estados Membros (Rosa Pires *et al.*, 1995) ter-lhe-á permitido ter uma visão mais abrangente sobre a direção que o sistema de planeamento português estava a tomar e reforçado a sua convicção sobre a necessidade de interferir, de forma consistente, nas questões ligadas à qualificação da profissão e das práticas de planeamento, a primeira das dimensões anteriormente identificadas. Foi também um reflexo da sua participação ativa na AESOP – Associação Europeia de Escolas de Planeamento – onde pontua o seu envolvimento na organização de um dos seus congressos, em Aveiro, em 1998, que foi o ponto de partida para o início de uma rede de colaboração europeia de formação em planeamento (Programas Intensivos ERASMUS), com, entre outros, Louis Albrecht, Kevin Morgan e Frank Moulaert. É, também, na articulação de um debate pessoal «interno» sobre o conhecimento e as práticas de planeamento que transparecem a sua mestria e empenho enquanto pedagogo, porventura um dos traços mais marcantes da sua ação enquanto professor.

Nesta dimensão, os seus contributos incidem na dimensão processual do planeamento e sobre a maneira como são perspetivados os seus produtos e o seu propósito (Rosa Pires, 2008). A sua afiliação intelectual e científica à corrente anglo-saxónica predis põem-no a um posicionamento crítico relativamente à corrente «normativista» dominante nas práticas portuguesas, de inspiração no urbanismo modernista e na tradição francesa de «*aménagement du territoire*», que se virá a refletir na formação e na investigação produzida na Escola de Aveiro. O seu amadurecimento intelectual relativamente à natureza do planeamento, ao seu objeto e função, seria sistematizado na sua Agregação, em 1995, consolidando-se a sua convicção sobre a necessidade de ultrapassar os constrangimentos de uma prática com laços fortes aos «*master plans*» (Alden e Rosa Pires, 1996; Rosa Pires, 2001). Os sublinhados do seu pensamento eram sobre a relação pobre entre o planeamento e o cidadão, o destinatário dos lugares que os planos produzem e condicionam, e sobre a prevalência de uma prática de planeamento físico (plano-projeto – «*blueprint*»), a qual, segundo ele, estava longe de ter sido substituída por uma abordagem mais abrangente e estratégica na gestão da urbanização e do uso do solo, em meados da década de 1990, quando extensivamente se preparavam, no país, os primeiros PDM (Alden e Rosa Pires, 1996). A sua ênfase era nas metodologias e nas competências profissionais para ultrapassar os constrangimentos identificados.

É difícil fazer justiça à profundidade dos seus contributos sobre Teoria e Método em Planeamento, na sua Aula Síntese e escritos conexos, mas, de forma abreviada, Rosa Pires exortava à necessidade de uma maior assunção do planeamento como uma prática interativa e isso tinha, segundo ele, profundas implicações para a maneira de fazer as coisas. Desde logo, uma maior clarificação das regras de boa execução dos planos que, para lá da enumeração de objetivos e de requisitos técnicos, permitissem sustentar um debate que criasse oportunidades de formação de opinião e de aprendizagem social de todos os envolvidos (Rosa Pires, 1995: 45). Isto exigia, também, ultrapassar a noção do cidadão passivo, remetido para o papel de mero fornecedor de informação, reconhecendo-lhe o direito (e o dever) de interferir no «produto» que se estava a procurar definir, mas cuja efetiva concretização prática dependerá da disponibilidade da administração pública para possibilitar «sonhar a possibilidade de mudança e de um percurso que seja mutuamente aceitável pelos intervenientes...» (Rosa Pires, 1994). Do lado dos profissionais, a arrogância técnica de saber o que se deve fazer não poderia ser substituída por uma ação meramente de facilitação, mas exigir-se-ia que estes profissionais soubessem projetar valores da sua prática profissional e investissem em critérios e soluções, numa atitude que não poderia ser a de simples aquiescência ou articulação dos interesses em jogo (*Idem*: 46). Subjacente, está a sua preocupação com a utilidade do planeamento e o reconhecimento da existência de um interesse público «difuso», os quais não podem, na sua opinião, soçobrar nem perante a pretensa «neutralidade» dos seus executantes, nem perante uma atitude de desresponsabilização profissional que remeta para as engrenagens do sistema público a última palavra sobre as decisões a tomar (*Ibidem*: 29-30). No lastro destas reflexões estão, igualmente, contributos seus em algumas conferências que, nesta altura, tiveram lugar na UA, apoiadas por Renato Araújo e Júlio Pedrosa, com o patrocínio do Presidente Jorge Sampaio, que deixaram interessantes orientações para a agenda das funções de extensão da UA. Decorre, ainda, destas suas preocupações com o valor prático do conhecimento, a orientação que imprimiu à criação do Mestrado em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, na qual se equacionava a alteração do problema regional e a necessidade de assentar as estratégias regionais/locais em conhecimento «dedicado», construindo respostas «à medida», descobertas colaborativamente pelos agentes em cada região específica, fazendo eco de contributos de, entre outros, Kevin Morgan e Nauwelsers (1999).

É muito interessante constatar o quanto as suas preocupações com os processos de transmissão de conhecimento e com a maneira como são feitas as aprendizagens, mas também as relativas ao valor do conhecimento para a prática profissional, permanecem despertas e têm sido, até, reavivadas. Nesta etapa mais adiantada da sua carreira há, dir-se-ia, um processo de revalidação do compromisso (e da curiosidade) do pedagogo com estes assuntos (Rosa Pires, 2020, 2021; Frank e Rosa Pires, 2021), numa atitude de praticante reflexivo (Schön, 1979) que tão bem o caracteriza. No último dos seus escritos referenciados, sublinhava a necessidade de uma mudança no ensino do urbanismo que vai para além de uma preparação para uma maior abrangência temática, destaca a vertente de metodologias de suporte às novas práticas e, de forma bem mais vincada do que no passado, valoriza a dimensão pedagógica, des-

tacando-se o foco no desenvolvimento pessoal, da autonomia de aprendizagem, de valores e de atitudes (*Ibidem*: 271).

No seu percurso de investigador há um interesse persistente nos estudos e estratégias territoriais com contributos muito vastos, e que dificilmente se separa de outras das suas particularidades pessoais: a longevidade das suas relações (interpessoais) de cooperação académica e a sua perseverante preocupação com a interoperação entre teoria e prática e, em particular com o papel de interface e extensão que a Universidade deve exercer.

Nesta área de aprofundamento, há uma profusão de trabalhos relacionados com a inovação e com o papel e responsabilidade das universidades na animação e promoção dos territórios regionais e na inovação social. Desde cedo, abraçou estas temáticas, vertidas em reflexões sobre estratégias para a região de Aveiro e a Região Centro, em 2000, em muitos artigos e livros relacionados com a construção de capacidade institucional (Rodrigues *et al.*, 2000), a capacitação das regiões periféricas para a inovação (Rosa Pires e Rodrigues, 2002), a cooperação interterritorial (Abreu *et al.*, 2011), e a especialização inteligente (Rosa Pires *et al.*, 2014; Rosa Pires e Edwards, 2015, Rosa Pires, 2017), matérias em que se envolveu também como consultor (na CCDR-Centro, entre 2013-2015, no âmbito da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro – RIS3). Também neste campo sobressai a sua preocupação com as implicações práticas (com o «*to delivery*») do conhecimento produzido no avanço das políticas públicas. A título de exemplo, em Rosa Pires *et al.* (2014), toda uma secção dedicada à estruturação das ideias aduzidas em termos de «*Policy Design*» – ligando oportunidades de inovação a um sentido de «*direção*» para a trajetória de desenvolvimento, escrutinando as condições para tornar as políticas eficazes e viáveis à sua sustentabilidade institucional, através da capacitação. Sublinhe-se a sua persistente inquietação com a noção de que a relação da Universidade com a Sociedade deve ir além da mera transferência de saber (ou tecnologia), para se tornar um catalisador na descoberta de conhecimento novo e na construção de competências, o que, de forma mais aplicada, exercitou na elaboração de estratégias municipais que se referenciam na secção seguinte.

Qualificar, humanizando e socializando, as práticas de intervenção territorial

É difícil escrever sobre a obra de Rosa Pires sem, como se afirmou, referir os seus profícuos laços pessoais, de longa data, com alguns dos seus colegas. Fazem parte dessa «*vivência relacional*» Philip Cooke, seu orientador, em Cardiff, e companheiro de investigação nos seus primeiros passos (Cooke e Rosa Pires, 1985), com quem se reencontra, em 1996, num projeto europeu sobre redes de inovação regional (*REGIS – Regional Innovation Systems, Designing for the Future*), ou Jeremy Alden, seu orientador de doutoramento, com quem publica ao longo do tempo (Alden e Rosa Pires, 1996; Albrechts *et al.*, 2001; Alden *et al.*, 2001) e, ainda, Louis Albrechts, Kevin Morgan e Frank Moulaert, parceiros na rede internacional de universidades e académicos ESDP – *The European Spatial Development Planning network (ESDP)* – <https://esdp-network.net/> –, desde 1987 até aos dias de hoje, e que tiveram uma influência determinante na construção da Escola de Aveiro (Rosa Pires, 2008; Rosa

Pires e Rodrigues, 2019) e no reforço dos laços desta à Associação Europeia de Escolas de Planeamento (AESOP) e, por via destes, na criação de oportunidades de internacionalização de muitos jovens investigadores, numa altura em que isso não era assim tão comum.

É no esteio destas relações, no seio da AESOP, com alguns académicos líderes de pensamento na área do planeamento, que se intensifica a sua reflexão em torno do conceito de «*spatial planning*», como distinto do tradicional ordenamento do território. Na sua reflexão (Rosa Pires, 2005) sobre o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (Comité do Desenvolvimento Espacial, 1999), sublinha a falta de orientação estratégica das práticas de planeamento em Portugal e as visíveis tensões entre as duas abordagens, num contexto em que as práticas de planeamento estratégico reemergem como via complementar às práticas tradicionais, em Portugal e na Europa (Albrechts, 2001; Albrechts *et al.*, 2003). A pertinência desta discussão sobre a (ausência da) dimensão estratégica decorre de três aspetos principais: i) o recente estabelecimento da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98), com alguns avanços, em abstrato, na consagração desta perspetiva estratégica nos instrumentos de planeamento, mas sem os necessários avanços normativos e práticos que permitam operacionalizá-la; ii) a discussão em curso sobre o PNPT (Lei n.º 57/2007), que confronta o sistema de planeamento com os desafios de uma agenda mais territorializada e descentralizada de desenvolvimento (e com um maior número de agentes – Comunidades Intermunicipais e novas Áreas Metropolitanas); iii) a introdução de práticas de planeamento estratégico territorial, mediante um programa de financiamento com reduzida articulação com o sistema de planos territoriais vigente (em 1994, pelo Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional, que obrigava as cidades a elaborarem um plano estratégico, e retomadas, num figurino diferente, pelo Programa POLIS, em 2000). É neste contexto que Rosa Pires coordena a elaboração dos planos estratégicos de Ílhavo, Estarreja e Águeda, entre 1999 e 2001. Dois sublinhados sobre esta etapa: i) em contraste com o figurino de práticas «coladas» à vertente do ordenamento do território, por um lado, e com ensaios de estratégias municipais inspiradas no planeamento estratégico de Gestão (excessivamente vinculadas à prospetiva e à análise *SWOT*), por outro, Rosa Pires «espreita» uma oportunidade de envolver a Escola de Aveiro na realização de planos estratégicos «*by the book*», enquanto esforço de exercitação das ideias então emergentes, de Albrechts e seus pares. Há uma ideia emancipatória na sua abordagem que se reflete numa preocupação não apenas com a participação mais alargada das pessoas e dos agentes na elaboração dos planos, mas com a maneira como esse processo possa servir para capacitar os envolvidos – melhorando a perceção destes da situação em que se encontram e do que podem fazer, enquanto agentes ativos, num processo compartilhado de mudança; ii) estas preocupações fazem eco de uma abordagem de investigação-ação que ele ajudou a consolidar na Escola de Aveiro, que se traduz numa predisposição para trabalhar em parceria com as comunidades com a preocupação de assegurar um vínculo forte entre a «descoberta» de vias para o desenvolvimento e as oportunidades de progresso e bem-estar para os envolvidos, evidenciando o papel que a inovação social pode ter não só enquanto prática, mas como processo «incorporado» de desenvolvimento local.

Em jeito de conclusão, a sua capacidade de manter uma perspetiva crítica e de apresentar pensamento divergente informado relativamente a práticas e conceitos emergentes ou dominantes é também um legado da longa carreira de Rosa Pires. Num «instantâneo», isso revela-se na sua contraposição ao lugar-comum de que precisamos de mais cultura de território na sociedade, sustentando, ao invés, que «precisamos de mais cultura de sociedade nas práticas do planeamento» (Rosa Pires, 2007).

Bibliografia fundamental

- Alden J, Albrechts L, Rosa Pires A (2001) In Search of New Approaches for Planning. In L Albrechts, J Alden, A Rosa Pires (eds.) *The Changing Institutional Landscape of Planning*. London, Routledge: 1-7.
- Alden J, Rosa Pires A (1996) Lisbon: Strategic Planning for a Capital City. *Cities*, 13(1): 25-36.
- Cooke P, Rosa Pires A (1985) Productive Decentralisation in Three European Regions. *Environment and Planning A*, 17(4): 527-554.
- Frank A I, Rosa Pires A (2021) *Teaching Urban and Regional Planning: Innovative Pedagogies in Practice*. Cheltenham, Edward Elgar.
- Reis J, Hespanha P, Rosa Pires A, Jacinto R (1990) How “Rural” is Agricultural Pluriactivity? *Journal of Rural Studies*, 6(4): 395-399.
- Rodrigues C J, Rosa Pires A, Castro E A (2000) Can Innovative Universities Build up Regional Institutional Capacity? In F Schutte, P Van der Sijde (eds.) *The University and its Region: Examples of Regional Development from the European Consortium of Innovative Universities*. Enschede, Países Baixos, Twente University Press.
- Rosa Pires A (1983) *Diffused Rural Industrialisation in Portugal*, unpublished MSc thesis. Cardiff, Wales, University of Wales Institute of Science and Technology.
- Rosa Pires A (1987a) *Part-time farming and regional development. A regional perspective of Portugal*, unpublished Ph.D. dissertation. Cardiff, Wales, University of Wales Institute of Science and Technology.
- Rosa Pires A (1987b) Industrialização Difusa e Modelos de Desenvolvimento: Um Estudo no Distrito de Aveiro. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 21(42): 239-269.
- Rosa Pires A (1994) O Consumo da Cidade ou o Planeamento e o Desafio da Cidade. In AA. VV. *A Europa dos Cidadãos*. Lisboa, Civitas: 117-132.
- Rosa Pires A (1995) *Teoria e Método em Planeamento Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano*. Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Rosa Pires A (2001) Breaking the Ties with the Master Plan: Spatial Strategic Plans in Portugal. In L Albrechts, J Alden, A Rosa Pires (eds.) *The Changing Institutional Landscape of Planning*. London, UK, Routledge: 193-220.
- Rosa Pires A (2005) The fragile foundations of European spatial planning in Portugal. *European Planning Studies*, 13(2): 237-252.
- Rosa Pires A (2008) Mountain-like Wisdom. In J Van den Broeck, F Moulaert, S Oosterlynck (eds.) *Empowering the Planning Fields: Ethics, Creativity and Action*. Leuven, Acco: 219-221.
- Rosa Pires A (2020) Valuing and Reframing Knowledge Production Processes. In L Albrechts (ed.) *Planners in Politics. Do They Make a Difference*. Cheltenham, UK, Edward Elgar: 99-120.
- Rosa Pires A (2021) A Formação em Urbanismo em Tempos de Mudança. *Cadernos de Urbanismo*, 4.
- Rosa Pires A, Edwards J (2015) Smart Specialisation in Portugal. In P Neto, M M Serrano (eds.) *Políticas Públicas, Economia e Sociedade*. Alcochete, Nexo Literário: 389-420.

- Rosa Pires A, Pertoldi M, Edwards J, Hegyi F B (2014) *Smart Specialisation and Innovation in Rural Areas*. Luxemburgo, Publications Office of the European Union.
- Rosa Pires A, Pinho P, Conceição P (1995) *The Compendium of Spatial Planning Systems and Policies: Portugal – Part I*, Relatório apresentado à Comissão Europeia no âmbito da elaboração do *The EU Compendium of Spatial Planning Systems and Policies* (2000).
- Rosa Pires A, Rodrigues J C (2002) A Promoção da Capacidade de Inovação em Regiões Periféricas. In L Caetano (ed.) *Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra, Centro de Estudos Geográficos: 179-192.
- Rosa Pires A, Rodrigues J C (2019) Partnering with a young planning school: nurturing a socially innovative planning approach in the University of Aveiro, Portugal. In P Van den Broeck, A Mehmood, A Paidakaki, C Parra (eds.) *Social Innovation as Political Transformation*. Cheltenham, UK, Edward Elgar: 128-130.

Referências secundárias

- Abreu D, Rosa Pires A, Vale M, Mourato J (2011) *Da Cooperação Territorial aos Territórios em Rede: Dinâmicas Espaciais de Inovação Processual em Portugal Continental*, Lisboa, CEG-UL.
- Albrechts L (2001) In Pursuit of New Approaches to Strategic Spatial Planning. A European perspective. *International Planning Studies*, 6(3): 293-310.
- Albrechts L, Alden J, Rosa Pires A (eds.) (2001) *The Changing Institutional Landscape of Planning*. London, UK, Routledge.
- Albrechts L, Healey P, Kunzmann K R (2003) Strategic spatial planning and regional governance in Europe. *Journal of the American Planning Association*, 69(2): 113-129.
- Campos V, Ferrão J (2015) O Ordenamento do território: uma perspetiva genealógica. *ICS Working Papers*, 1.
- Comité do Desenvolvimento Espacial (1999) *EDEC Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – Para um Desenvolvimento Equilibrado e Sustentável do Território da EU*. Potsdam, Comissão Europeia.
- Lourenço J, Klein P (2001) Formação em Ordenamento do Território e Urbanismo: Uma Reflexão. *Engenharia Civil-UM*, 10: 67-76.
- Morgan K, Nauwelaers C (eds.) (1999) *Regional Innovation Strategies: The Challenge for Less Favoured Regions*. London, UK, Routledge.
- Rego R, Mourato J (2019) Regulação Profissional no Campo do Ordenamento do Território em Portugal – O Caso SAR. *Análise Social*, 54(2): 364-384.
- Rosa Pires A (2007) O PNPOT, a Gestão do Território e o Desafio de Agenciar o Desenvolvimento. Comunicação apresentada no *IV Colóquio Internacional O PNPOT e os Novos Desafios do Ordenamento do Território*. Coimbra, 14-15 de dezembro, Portugal.
- Rosa Pires A (2017) A inovação social em interface com a RIS3: estudo sobre políticas estratégicas de desenvolvimento em organizações da economia social. Comunicação apresentada na *IV Conference of Regional and Urban Planning Community Participation in Planning, Erasmus+ Project*. Aveiro, 23-24 de fevereiro, Portugal.
- Rosa Pires A (2019) Escola de Planeamento Territorial de Aveiro. Breve Perspectiva Histórica com Vista para o Futuro. *Cadernos de Urbanismo*, 3.
- Schon D A (1979) *The reflective practitioner*. New York, Basic Books.

8. Fernando Santos Pessoa

Gonçalo Duarte Gomes¹²

O sortilégio da Arquitectura Paisagista

Este escrito não é uma biografia.

Porque, se na tentativa de contar o percurso dos vivos a obsolescência é um risco iminente, num exercício de tal natureza, sobre a personalidade de Fernando Santos Pessoa, é garantia.

Sobre ele, teve o autor destas linhas oportunidade de dizer antes, numa conferência organizada em sua homenagem, que tem, sobre o poeta homónimo, uma «vantagem competitiva», que é a de ser «tão complexo e multifacetado como o outro, mas sem precisar de heterónimos» (Rodrigues, 2017).

Podendo tal afirmação parecer insólita a propósito de um arquitecto paisagista, socorramo-nos do auxílio das palavras, nesse mesmo contexto, proferidas pelo Professor António Branco, então Magnífico Reitor da Universidade do Algarve, que considerou o homenageado o responsável por introduzir naquele estabelecimento de ensino a «consciência poética da paisagem, que devemos também ter em relação à vida e ao planeta» (*Ibidem*).

Enquadre-se então o presente texto na categoria de um ponto de situação.

Porque analisar o perfil de Fernando Santos Pessoa e o seu trajecto é tentar retratar o percurso de uma das personalidades mais activas e marcantes da Arquitectura Paisagista em Portugal, ainda que simultaneamente uma das mais discretas.

Nascido na Figueira da Foz a 16 de Novembro de 1937, formou-se originalmente em Engenharia Silvícola, no ano de 1965, no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa, com um trabalho final em torno de uma das principais espécies florestais em território nacional, intitulado «Contribuição para o Estudo do Melhoramento Genético do Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster*) em Portugal». Realiza ainda um estágio profissional, em 1966, na Alemanha, na área do tratamento de madeiras, que constituiu contributo importante para o alargamento dos seus horizontes pessoais e profissionais.

¹² Por vontade expressa do autor, o presente capítulo é escrito em desacordo ortográfico.

Mais tarde é atraído pelo então curso livre de Arquitectura Paisagista e ingressa nessa especialização, disponível para os alunos dos cursos de Engenharia Agronómica e Silvícola, a qual conclui em 1968, com um trabalho subordinado ao tema «A Madeira, um Parque Natural». Para o sortilégio e influência que esse curso exerceu sobre Pessoa, contribuíram decisivamente duas figuras: Francisco Caldeira Cabral e Gonçalo Ribeiro Telles.

Caldeira Cabral foi o grande pioneiro da Arquitectura Paisagista em Portugal¹³. Conclui em Berlim, em 1939, o curso de Arquitectura Paisagista no Institut für Gartengestaltung da Friedrich Wilhelm Universität. Após o seu regresso, e já enquanto docente do ISA, é autorizado em 1941 a ensaiar, a título experimental, esse mesmo curso no Instituto, vindo a oficializar-se no ano seguinte. Caldeira Cabral, afirma Fernando Pessoa, «foi de longe quem mais influenciou a minha vida académica e profissional» (APAP, 2009: 12).

Gonçalo Ribeiro Telles concluiu, no início da década de 1950, a licenciatura conjunta em Engenharia Agronómica e Arquitectura Paisagista. Enquanto assistente de Caldeira Cabral, foi peça importante no lançamento e afirmação do curso, «contagando a maior parte dos alunos com o seu espírito combativo, a sua sensibilidade e a sua capacidade de projectista» (Pessoa, 2002: 32). Fernando Pessoa foi não apenas aluno de Telles, mas também colaborador no seu atelier, e seu amigo, numa relação de profunda amizade que marca indelevelmente a vida de ambos.

A partir de 1966, concluído o seu estágio na Alemanha, Fernando Pessoa instala-se na Ilha da Madeira, onde exerce funções de administrador florestal do Funchal e do Porto Santo, num período marcante do seu trajecto profissional, no qual teve oportunidade de aprofundar a sua visão e conhecimentos sobre a fileira da silvicultura.

Paralelamente, desenvolve estudos sobre o tema da flora Macaronésia e da biodiversidade vegetal na ilha, colaborando, para esse efeito, com o Jardim Botânico da Madeira – do qual foi mesmo encarregado – e trabalhando com o Eng.º Rui Vieira¹⁴.

Ainda nesse contexto, colabora com a equipa de José Rafael Botelho¹⁵, participando na elaboração do Plano Diretor da Cidade do Funchal (concluído em 1969), instrumento de gestão espacial que é entendido como um precursor dos Planos Directores Municipais (PDM).

Em Dezembro de 1968, e após frequência do curso de promoção a Capitão Miliciano de Artilharia¹⁶, Fernando Pessoa chega a Ponta Delgada, na ilha de São Miguel nos Açores, para integrar e comandar a Companhia Independente de Caçadores n.º 2526 (CCaç 2526), mobilizada no Batalhão Independente de Infantaria n.º 18 e destinada ao teatro de operações de Angola, no contexto da Guerra Colonial em que Portugal então se via envolvido.

Exercício confessadamente desafiante à sua «personalidade e (...) modo de pensar a vida e a morte» (Pessoa, 2017a: 7), é, ainda assim, um momento revelador do seu

¹³ Sendo igualmente figura de destaque a nível internacional, ocupando, por exemplo, a presidência da *International Federation of Landscape Architects* (IFLA) entre 1962 e 1966.

¹⁴ Primeiro director do Jardim Botânico.

¹⁵ Arquitecto, nome de grande relevo no planeamento urbano nacional, contemporâneo de Fernando Távora ou Nuno Teotónio Pereira.

¹⁶ Havia cumprido o serviço militar obrigatório dez anos antes.

humanismo, bem como de um olhar já profundamente marcado pelos princípios da Arquitectura Paisagista.

A CCaç 2526 chega a Luanda em Maio de 1969, de onde partiu rumo a Vila General Freire (Muxaluando, capital do Município de Nambuangongo), para aí se instalar.

Seria nessa localidade que, paralelamente à inescapável componente operacional militar, deixaria uma marca sobre a paisagem, para a qual grandemente contribuiu a visão de Fernando Pessoa, não apenas enquanto oficial responsável, mas sobretudo como líder empático, angariador e mobilizador junto dos homens sob o seu comando. Recorrendo aos meios da Junta Autónoma de Estradas, e com o apoio do Agrupamento de Engenharia do Exército em Luanda¹⁷, seriam empreendidas diversas intervenções na parada, campo de futebol, pista de aviação, avenida principal e acessos ao cemitério do quartel (*Ibidem*: 44), sempre tendo em conta o enquadramento da paisagem limítrofe, à qual o então Capitão prestava cuidada atenção.

Mais ainda, e de forma a colmatar uma lacuna ao nível de espaços de oração condignos da devoção religiosa dos homens da Companhia, Fernando Pessoa projecta uma pequena igreja, cuja construção inicia em Setembro de 1969, com os próprios militares a lançarem mãos à obra. Concluiria em Março do ano seguinte, incluindo o ajardinamento da sua envolvente, a criação de uma pequena praça e o assentamento de um obelisco.

Se por um lado este verdadeiro exercício de urbanismo e arquitectura paisagista constitui um contributo para a paisagem de Muxaluando¹⁸ e atesta do cunho que a formação académica deixava já então, toda a experiência militar constitui também um legado que acompanhará e influenciará a vida e obra de Fernando Pessoa, aquando do seu regresso à vida civil, após a desmobilização da CCaç 2526, em Julho de 1971.

Da construção da política de ambiente em democracia à fundação da Conservação da Natureza em Portugal

De regresso à vida civil e à Administração Pública, ingressa, em 1972, na Direcção Regional de Urbanização da Madeira, um serviço externo integrado na orgânica da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, organismo central onde pontuava António Viana Barreto, arquitecto paisagista e figura ímpar para a história do ordenamento e planeamento em Portugal.

No desempenho dessas funções, novamente se integra nos processos de ordenamento e planeamento territorial da Ilha da Madeira, constituindo-se como o principal colaborador de Filipe Mário Lopes na elaboração da proposta preliminar do Plano de Ordenamento da Madeira, que seria submetida à decisão política em Março de 1974.

Nesse mesmo ano, entre Maio e Novembro, após uma proposta de Caldeira Cabral, Fernando Pessoa regressa à Alemanha, novamente para a realização de um estágio,

¹⁷ Cujo Comandante era Vasco Gonçalves, mais tarde Primeiro-Ministro em vários governos provisórios do Portugal democrático.

¹⁸ O edifício da igreja subsiste, embora hoje aproveitado como espaço comercial.

agora no gabinete de Hans Friedrich Werkmeister¹⁹, na cidade de Hildesheim. Esta experiência permite uma «visão inovadora quanto a áreas protegidas» (Pessoa, 2002: 60) e outros conceitos que se desenvolviam na vanguarda da Arquitectura Paisagista alemã e europeia, que Pessoa trará consigo, no regresso a Portugal.

Ainda que inserido numa política de relativo isolacionismo ao nível da política externa, Portugal não era, no início da década de 70 do século XX, um país desenquadrado dos movimentos globais de consolidação da consciência ecológica ou da crescente preocupação em torno da necessidade de um ordenamento territorial de base científica.

Exemplos disso são o III Plano de Fomento de 1968-1973 (um dos primeiros esforços de introdução da óptica do planeamento à escala regional), o Estudo de Ordenamento do Algarve²⁰, a instituição jurídica das figuras de parques nacionais e outros tipos de reservas²¹, a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês²² e da Comissão Nacional de Ambiente ou o envio da delegação portuguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972, realizada em Estocolmo²³.

Assim, aquando do golpe de estado militar de 25 de Abril de 1974, que desencadeia a Revolução dos Cravos, o Ambiente não era matéria totalmente estranha no debate político. A instituição da democracia em Portugal confere renovado e ampliado relevo a esse tema, que se vai expressando desde logo na acção da sociedade civil e, em seguida, nas políticas públicas prosseguidas logo a partir dos governos provisórios que marcaram os conturbados tempos inaugurais da III República.

Uma das figuras chave no processo de implementação da política de ambiente e de ordenamento do território no Portugal democrático era bem conhecida de Fernando Pessoa, não apenas dos seus tempos de aluno do ISA, mas também da frequência do Centro Nacional de Cultura: Gonçalo Ribeiro Telles.

Chamado a integrar o I Governo Provisório, em Maio de 1974, Telles ocupa o cargo de sub-Secretário de Estado do Ambiente, tutela integrada no Ministério do Equipamento Social e Ambiente, posição que mantém durante a vigência do II e do III Governo Provisório. E desde o primeiro momento, logo após a revolução, Telles lança sucessivos desafios a Fernando Pessoa para regressar a Lisboa e integrar a sua equipa, sempre sem sucesso.

A 11 de Março de 1975, ocorre a Intentona, que põe fim ao III Governo Provisório. Ribeiro Telles encontra-se de visita ao Funchal, contando com a companhia de Fernando Pessoa. É nesse contexto que Telles recebe um contacto de Vasco Gonçalves para integrar o IV Governo Provisório, agora no cargo de Secretário de Estado do Ambiente. Aproveitando a ocasião, lança um «ultimato» a Fernando Pessoa para integrar o seu gabinete, sob amigável ameaça de corte de relações.

Aliciado pelo desafio de lançamento das bases para uma política de Ambiente em Portugal, que reconhecia como fundamental, Fernando Pessoa assume então, no final

¹⁹ Arquitecto paisagista, presidente da IFLA entre 1978 e 1982.

²⁰ Realizado por António Viana Barreto, Albano Castelo-Branco e Álvaro Dentinho.

²¹ Lei n.º 9/70, de 19 de Junho.

²² Decreto-Lei n.º 187/71, de 8 de Maio.

²³ Liderada por José Correia da Cunha.

de Março, o fulcral cargo de chefe de gabinete de Ribeiro Telles, no qual atravessa o Verão Quente de 1975, até à queda do executivo, em Agosto desse mesmo ano.

A curta duração do Governo não impede, ainda assim, uma elevada produtividade por parte da reduzida, mas altamente motivada, equipa que compunha a Secretaria de Estado do Ambiente, em que Pessoa era peça fundamental. Com efeito, e por iniciativa deste organismo, é publicado um conjunto de legislação pioneira em Portugal – inserido na vanguarda técnica e científica a nível europeu – destinada à protecção do solo, do coberto vegetal e da paisagem enquanto todo²⁴. Se de Ribeiro Telles se pode afirmar ser o pai da política de ordenamento da paisagem em Portugal, Fernando Pessoa será o extremoso e infatigável padrinho cuidador.

Com a vacância da Secretaria de Estado do Ambiente no decurso do efémero V Governo Provisório (8 de Agosto a 18 de Setembro de 1975), interrompe-se a actividade governamental de Fernando Pessoa. Nesse período, dá continuidade, com maior intensidade e ao longo de «dias a fio» (Pessoa, 2021: 36), ao apoio prestado a Ribeiro Telles, na preparação do plano de estudos para uma nova licenciatura em Arquitectura Paisagista, agora em Évora.

A 19 de Setembro de 1975, toma posse o VI Governo Provisório, liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo. Ribeiro Telles regressa à pasta de Secretário de Estado do Ambiente, agora organicamente integrada na Presidência do Conselho e respondendo directamente ao Primeiro-Ministro.

Fernando Pessoa assume novamente a função de chefe de gabinete, dando continuidade à construção das bases legais para a política de ordenamento do território e conservação da Natureza já iniciado. À produção legislativa e ao trabalho de gabinete corresponde um não menos intenso trabalho de campo, com a equipa a percorrer o país de Norte a Sul, numa tentativa de promover, em articulação e contacto directo com as populações e com os renovados agentes políticos, as vantagens de uma política de Ambiente.

Nesse trabalho de continuidade, assume particular relevância o Decreto-Lei n.º 613/76, que promulga o novo regime de protecção à Natureza e criação de parques naturais. Pessoa tem, neste diploma, «particular empenho na redacção e implementação» (Pessoa, 2002: 60), aplicando a visão e o conhecimento obtidos no estágio com Werkmeister, na Alemanha, e incorporando as classificações estabelecidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza, o que permite a inserção formal de Portugal no circuito conservacionista internacional. É, neste momento, consagrada a gestão das áreas protegidas nacionais a um organismo que seria marcante no percurso de Fernando Pessoa: o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP).

O SNPRPP havia sido criado em 1975²⁵, inserido na orgânica da Secretaria de Estado do Ambiente, assumindo competências na inventariação e estudo de paisagens, sítios e respectivos elementos caracterizantes, na definição de áreas de protecção

²⁴ Ver p. ex. Decreto-Lei n.º 343/75, de 3 de Julho, destinado a regulamentar ocupações potencialmente lesivas da salubridade da paisagem no seu todo, ou o Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de Julho, de proibição da destruição não autorizada do coberto vegetal ou da alteração do relevo.

²⁵ Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de Setembro.

de locais com reconhecida qualidade estética ou interesse científico e medidas associadas. Competia também a este serviço propor a constituição de parques naturais, reservas e paisagens e sítios protegidos, orientando a elaboração dos respectivos planos de ordenamento. Finalmente, seria este organismo a criar e manter um corpo de guias e vigilantes da Natureza.

Com a regulamentação conferida pelo Decreto-Lei n.º 613/76, este serviço pôde finalmente entrar em pleno funcionamento, iniciando o estabelecimento de uma rede de áreas protegidas e operacionalizando a sua dinamização e gestão.

Fernando Pessoa assume a presidência deste organismo cujo objecto, recorde-se, tinha muito do seu cunho e visão, traços característicos que marcariam igualmente a sua gestão, que inserirá o Serviço na vanguarda europeia (ver Pessoa, 1976, 1980; Pessoa e Telles, 1996).

Entendia que «não existe paisagem sem o Homem» (Pessoa, 2017b: 90), pelo que a «preservação do património inscrito implica a preservação dinâmica destas» (*Ibidem*). Para esse fim, procurou implementar nas áreas protegidas tuteladas pelo SNPRPP modelos de gestão dotados de mecanismos de governança de proximidade, profundamente apoiados «na participação activa da população das comunidades cujo ambiente interessa salvaguardar» (Pessoa, 1978: 15). Neste processo, era instrumental o conceito de ecomuseologia²⁶, do qual Pessoa foi pioneiro na introdução em Portugal (ver Pessoa, 2001a), abordagem que permitia revelar «o dinamismo duma vida humana local intimamente ligada à natureza e ao território, de forte equilíbrio ecológico» (Pessoa, 1985: 43).

O seu trabalho é no entanto interrompido em Dezembro de 1980, quando é afastado do serviço que criou e orientou, alvo de um injustificado processo de saneamento político.

Em Setembro de 1981, toma posse o VIII Governo Constitucional, alicerçado na Aliança Democrática, uma coligação constituída pelo Partido Social Democrata, pelo Centro Democrático Social e pelo Partido Popular Monárquico, este último liderado por Gonçalo Ribeiro Telles, que assume a pasta do então criado Ministério da Qualidade de Vida, tutelar da política de ambiente.

Integrada na orgânica deste Ministério²⁷ encontrava-se a Direcção-Geral do Ordenamento, organismo responsável por promover, instituir e coordenar um correcto ordenamento do território, cuja equipa Fernando Pessoa integra enquanto assessor principal, cargo que desempenhará até 1986. Neste âmbito, destaca-se a colaboração com Viana Barreto, Álvaro Dentinho e Ilídio Alves de Araújo²⁸.

Desenvolvendo um vasto e significativo trabalho nesta área, destaque-se, em 1984²⁹, a coordenação do grupo com a finalidade de efectuar o estudo das causas das cheias

²⁶ Em linha com a visão de Georges Henri Rivière, amigo com quem trabalhou.

²⁷ Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro.

²⁸ Subdirector geral da Direcção-Geral do Ordenamento entre 1983 e 1986, figura maior da Arquitectura Paisagista portuguesa, Secretário de Estado do Ordenamento Físico e Ambiente do VI Governo Constitucional, em 1980, cargo para o qual confessava ter sido persuadido por Fernando Pessoa.

²⁹ Por nomeação através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/84, de 4 de Janeiro.

ocorridas em Novembro de 1983 na região da Grande Lisboa, a análise da situação no que se referia à desorganização territorial e a proposta de medidas correctivas, adoptando a bacia hidrográfica como unidade de paisagem a ser considerada. Os resultados deste trabalho repercutir-se-iam por muitos anos, neles entroncando, por exemplo, o Programa de Controle da Cheias da Região de Lisboa.

Em 1987, Fernando Pessoa regressa ao SNPRPP (entretanto rebaptizado para Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza – SNPRCN), enquanto coordenador do grupo de trabalho do Algarve, região na qual centrará doravante a sua principal actividade.

Acompanha aí processos como a criação do Parque Natural da Ria Formosa³⁰, dos Sítios Classificados de Rocha da Pena e Fonte Benémola ou a discussão e proposta – nunca aprovada – da classificação da Ria de Alvor como área protegida.

É também neste período que se dedica a um empreendimento de valor incalculável para o corpo teórico e historiografia da Arquitectura Paisagista em Portugal: a recolha e organização de material para publicação da obra de Caldeira Cabral, labor que seria interrompido em Novembro de 1992, com a morte do Mestre. Ficou assim reduzida a um primeiro e único volume tal compilação, publicada pelo Instituto da Conservação da Natureza, I.P.³¹ em 1993, sob o título *Fundamentos da Arquitectura Paisagista* (Cabral, 1993).

Em 1996, Pessoa parte para outra missão, encerrando o capítulo da sua colaboração mais directa com a Administração Pública³².

Nesse ano, João Guerreiro assume a presidência da então Comissão de Coordenação Regional do Algarve (CCR-Algarve), convidando Fernando Pessoa para seu assessor.

No decurso dos sete anos de duração dessa colaboração³³, o ordenamento do território constituiu-se como um domínio marcante da intervenção da CCR-Algarve (ver Pessoa, 2000; Pessoa e Pinto, 2004), num tempo em que «o Algarve era a primeira região das cinco regiões do continente que tinha o território todo coberto com PDM» (João Guerreiro *in* CCDR-Algarve, 2016), dispunha de um plano regional de ordenamento do território e tentava animar as áreas de baixa densidade.

Não obstante os contributos decisivos e históricos no contexto da Administração Pública, não foi apenas nesse âmbito que Fernando Pessoa se destacou. Também a sua actividade no sector privado, enquanto projectista e coordenador de estudos e planos, através do gabinete por si fundado, Culturgaiia – Publicações e Projectos, é extensa e intensa.

Tanto na construção de espaços públicos como privados, a filosofia de projecto obedece aos princípios orientadores de ecologia, integração e coerência entre escalas, que advogou na sua actividade enquanto gestor. O traço no papel e, conseqüentemente, na obra, serve assim a concretização de proximidade, à escala humana, das

³⁰ Através de alteração da anterior classificação de Reserva Natural, datada de 1978.

³¹ Nova designação do SNPRCN, datada desse mesmo ano.

³² Pelos serviços relevantes prestados a Portugal, seria agraciado pelo Presidente da República Mário Soares com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, em 1995.

³³ Até 2003, altura em que João Guerreiro cessa funções.

estratégias de ordenamento e gestão da paisagem, sem esquecer a necessária conciliação com as, ou das, expectativas do cliente.

Os muitos projectos de Fernando Santos Pessoa e dos colaboradores que foi acolhendo, ensinando e sempre projectando e lançando no seu atelier – como autêntica escola, fazendo sempre questão de que todos assinassem, por justiça mas também responsabilidade – estão dispersos um pouco por todo o País, sem esquecer as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, bem como além-fronteiras – a título de exemplo, refira-se a sua colaboração com a Guiné-Bissau, onde dirigiu um curso de dois meses de formação ambiental para quadros do estado guineense que, a par com o projecto que desenvolveu, originaria a criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada, no ano 2000, fundamental para a salvaguarda da maior reserva de água doce daquele país africano.

Inclusivamente alcançando prémios internacionais, como é o caso de algumas das Ecopistas (Dão e Minho, por exemplo), que, de forma pioneira em Portugal, projectou para a então REFER, Rede Ferroviária Nacional, E.P., em infra-estruturas ferroviárias desactivadas.

Mas muitos outros seriam justamente destacados, extenso exercício que apenas a natureza sintética do presente texto impede, mas desafia.

Do mester de dar aulas à escrita, um cidadão pleno e incansável

Pessoa teve uma longa carreira ligada ao ensino, pese embora sempre tenha recusado o epíteto de professor, referindo em alternativa ser apenas alguém que deu aulas.

Esse trajecto de quase três décadas, compreendido entre 1981 e 2009, iniciou-se no Instituto Superior das Novas Profissões e passou por estabelecimentos como a Universidade de Évora, Universidade Católica, Universidade Nova de Lisboa ou a Universidade de Cabo Verde.

Seria no entanto na Universidade do Algarve que deixaria um legado maior, sendo um dos principais impulsionadores, e co-fundador, da licenciatura em Arquitectura Paisagista, cuja actividade lectiva se inicia em 1998. Aqui contribuiu determinante para o cunho de um plano de estudos contemporâneo e de vanguarda que, sem esquecer as bases agronómicas fundamentais da profissão, abraçava as técnicas e tecnologias à data emergentes. O seu envolvimento no curso e presença no corpo docente foram também catalisadores para contributos pontuais de figuras como Ribeiro Telles, Viana Barreto, Ilídio Araújo, Aurora Carapinha ou Fausto Nascimento, entre outros, sempre com a preocupação de formar cidadãos, para além de meros técnicos.

Aliás, num dos seus traços identitários mais vincados e presentes, toda a intervenção de Fernando Pessoa é acompanhada por uma perspectiva cívica, e de dedicação à causa da procura do bem comum, conceito que não assume como canónico, mas antes merecedor de sempre atenta e aprofundada reflexão, relativamente às formas como a cada momento se expressa, seja na paisagem ou nos seus múltiplos e interligados processos de construção, mormente os sociais e culturais.

Tal é transversal não apenas à sua intervenção enquanto profissional, mas também, e acima de tudo, como cidadão. Também nesse contexto, são múltiplos os seus esforços.

Desde a participação cívica quotidiana, até esforços como o «Manifesto alternativo»³⁴ ou o apoio e colaboração com forças partidárias (ou até aconselhamento na sua criação, como foi o caso do «Movimento O Partido da Terra»³⁵), Pessoa manteve um envolvimento profundo com as grandes questões do seu tempo, ao longo dos tempos. Também na esfera profissional, o associativismo, enquanto instrumento de representatividade e organização da Arquitectura Paisagista em Portugal, foi uma preocupação, desafiando colegas «a lembrar que era altura de criar a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas: APAP» (Reis Gomes, 2020: 38), agremiação³⁶ à qual presidiria entre 1982 e 1983.

Humanista convicto, Fernando Pessoa encontra na escrita um canal preferencial de diálogo com o próximo, que entende fundamental (note-se que o seu gabinete de projecto, Culturgaiá, é simultaneamente uma editora), mas sem «qualquer pretensão de proselitismo» e tendo como «único objectivo (...) dizer às pessoas que se mantenham informadas, que pensem a sério pelas suas cabeças e sem preconceitos» (Pessoa, 2013: 9-10). Mais, considera tal exercício uma responsabilidade para com o futuro, sendo crítico daqueles que, dentro da profissão, «nunca se deram muito ao trabalho de escrever, a não ser ocasionalmente em artigos de revistas ou para palestras» (Revez, 2017). Alguns, que o acompanham desde há muito, classificam a veia escritora de Pessoa como «quase frenética» (Rodrigues, 2017).

De facto, tem sido, ao longo dos anos, um autor prolífico, com publicações diversas que cobrem desde discussões técnicas da sua profissão até fotobiografias de figuras de respeito e afecto (Pessoa 2001b, 2007b, 2011, 2015), passando igualmente pela participação em obras de fundo (Pessoa, 2005; Pessoa *et al.*, 2007a), relatos de viagens (Pessoa, 2006) ou reflexões de índole pessoal, filosófica, política e cívica (Pessoa, 2014, 2018, 2020). Sem esquecer uma constante participação com artigos de opinião e entrevistas nos mais variados órgãos de comunicação social ou o jornal que fundou e dinamizou no ano de 1996, ao longo de seis edições mensais, intitulado *Gazeta da Terra*.

Tal eclectismo reflecte, em primeira instância, a sua curiosidade e interesse pelos mais variados aspectos que contribuem para a construção do espírito humano e, consequentemente, para a sua acção e intervenção sobre o meio, criando a síntese que é a paisagem.

Assim, a simplicidade e singeleza de Fernando Santos Pessoa ocultam uma figura ímpar.

O seu contributo para o acervo e património histórico, técnico e ético da Arquitectura Paisagista constitui-se não apenas de uma práxis profícua, mas também de um pensamento teórico, filosófico e político profundamente desenvolvido e multifacetado, marcado sempre por uma plena mundivisão e fundamental ancoragem numa perspectiva profundamente humanista. Muito para além disso, é também um dos nomes incontornáveis para a compreensão dos momentos e processos essenciais para a cons-

³⁴ Publicado no *Diário de Notícias* em 1981, subscrito a par de Afonso Cautela, Delgado Domingos, Cruz de Carvalho e Reis Gomes.

³⁵ De pendor ecologista e humanista, em conjunto com Luís Coimbra, Ribeiro Telles, Miguel Esteves Cardoso e António Eloy.

³⁶ Estatutos publicados em *Diário da República*, III Série, a 14 de Dezembro de 1976.

trução das políticas de ambiente, ordenamento do território e conservação da Natureza que acompanham o regime democrático português, no pós-25 de Abril, tornando-o parte integrante da História Contemporânea de Portugal.

Enquanto Professor que é – não obstante o negue – fez e faz escola, contribuindo assim com um legado que é transportado no capital humano de todos aqueles que o tiveram e têm como Mestre.

Soma-se, ou subjaz transversalmente, um espírito cívico inegociável e uma inabalável dedicação ao bem comum, que o constituem igualmente como um homem de causas e uma das vozes mais presentes no espaço público de discussão da paisagem e dos temas que nela entroncam e dela derivam.

E uma inquieta tranquilidade, em que se harmonizam a intensidade de Beethoven e a serenidade de *dungchens*.

A sua actividade contínua, bem como a dinâmica que empresta a tal mester, são penhores da dedicação que tem à paisagem, às pessoas e aos gestos que quotidianamente a constroem e à arte científica que as tenta conciliar: a Arquitectura Paisagista.

O património legado por Fernando Santos Pessoa à profissão, ao País e à paisagem constitui um património largamente por explorar, de que este texto pretende apenas ser breve introdução.

Bibliografia fundamental

- Pessoa F (2000) *Algarve – Paisagens e Espaços Naturais*. Faro, CCR-Algarve.
- Pessoa F (2001a) *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Porto, Edições Afrontamento.
- Pessoa F (2001b) *Manuel Gomes Guerreiro, esboço biográfico*. Faro, Universidade do Algarve.
- Pessoa F (2005) Geografia e Ambiente. In F Jorge (ed.) *Algarve visto do céu*. Lisboa, Argumentum: 17-76.
- Pessoa F (2006) *O sortilégio dos Himalaias*. Faro, Culturgaia.
- Pessoa F (2007b) *Manuel Gomes Guerreiro, fotobiografia*. Querença, Fundação Manuel Viegas Guerreiro.
- Pessoa F (2011) *Gonçalo Ribeiro Telles – a fotobiografia*. Lisboa, Argumentum.
- Pessoa F (2014) *Viver a vida, lidar com a morte*. Faro, Culturgaia.
- Pessoa F (2015) *A arquitectura paisagista em Ilídio Alves de Araújo*. Faro, Culturgaia.
- Pessoa F (2018) *Libelo*. Faro, Culturgaia.
- Pessoa F (2020) *Ideologias – reflexões de um cidadão*. Faro, Culturgaia.
- Pessoa F et al. (2007a) Região do Algarve. In F Jorge (ed.) *Portugal visto do céu*. Lisboa, Argumentum: 258-283.
- Pessoa F, Pinto J R (2004) *Plantas do Algarve com valor ornamental*. Faro, CCR-Algarve.
- Pessoa F, Telles G R (1996) *Portugal – Paisagens e Espaços Naturais*. Lisboa, Clube Internacional do Livro.

Referências secundárias

- APAP (2009), *Francisco Caldeira Cabral – memórias do mestre no centenário do seu nascimento*, Lisboa, APAP.

8. Fernando Santos Pessoa

- Cabral F C (1993) *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa, ICN.
- CCDR-Algarve (2016) Cinco Presidentes da CCDR e Ex. Ministro, debateram os 30 anos de Fundos Europeus no Algarve. Disponível em: <https://www.ccdr-alg.pt/site/info/cinco-presidentes-da-ccdr-e-ex-ministro-debateram-os-30-anos-de-fundos-europeus-no-algarve>.
- Pessoa F (1976) *Parques Naturais e Reservas de Portugal*. Lisboa, SNPRPP.
- Pessoa F (1978) *Parques Naturais*. Lisboa, SNPRPP.
- Pessoa F (1980) *Parques de Portugal*. Lisboa, SNPRPP.
- Pessoa F (1985) *Ecologia e Território. Regionalização, Desenvolvimento e Ordenamento do Território numa perspectiva ecológica*. Porto, Edições Afrontamento.
- Pessoa F (2002) *Gonçalo Ribeiro Telles – esboço biográfico*. Lisboa, Costa do Castelo Filmes.
- Pessoa F (2013) *Novos paradigmas para um tempo novo*. Faro, Culturgaiã.
- Pessoa F (2017a) *CCaç. 2526 – Companhia Independente de Caçadores – Os Coriscos*. Faro, Culturgaiã.
- Pessoa F (2017b) *Intervir na Paisagem*. Lisboa, Argumentum.
- Pessoa F (2021) *Gonçalo Ribeiro Telles – o Homem e a Obra*. Lisboa, Argumentum.
- Reis Gomes J (2020) *João pela vida dentro*. Lisboa, Movimento Internacional Lusófono.
- Revez I (2017) Fernando Pessoa, o arquitecto que plantou poesia na paisagem. *Público*, 31 de Dezembro.
- Rodrigues E (2017) Homenagem ao arquiteto paisagista Fernando Santos Pessoa foi «manhã particularmente feliz para a Universidade do Algarve». *Sul Informação*, 30 de Novembro.

9. Filomena Silvano

Eduardo Ascensão

Da Etnografia Rural e Desenvolvimento Territorial à Antropologia da Moda

Filomena Silvano (Marinha Grande, 1960) é uma antropóloga reconhecida pelo seu trabalho sobre identidades regionais e mobilidades ligadas à emigração e a principal referência da disciplina da Antropologia do Espaço em Portugal. Doutorada pela FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, aí fez carreira como Professora e Investigadora, influenciando duas gerações de antropólogos portugueses quanto às questões relacionadas com o espaço, a identidade, a casa e a cultura material.

Talvez por ter nascido na Marinha Grande, vila da área de influência de Leiria mas com uma história industrial, social e política própria, Filomena Silvano mostra no seu trabalho ser sensível às particularidades locais e à natureza heterogénea da identidade dentro de um mesmo espaço regional, bem como a uma visão desse espaço como simultaneamente cosmopolita e de múltiplas aberturas ao exterior (nomeadamente, no caso português, aquelas que provieram da emigração), por um lado, e recentrado em iniciativas de revalorização do local a partir desses caminhos internacionais (aquando do retorno da emigração, permanente ou sazonal) ou de novas relações intra-regionais (decorrentes do desenvolvimento pós-25 de Abril, que integrou em espaços partilhados realidades urbanas até então estanques), por outro.

Depois dos estudos primários e secundários, Filomena Silvano muda-se para Lisboa e licencia-se em Antropologia pela FCSH. No trabalho de campo para a sua tese de licenciatura sobre papéis de género em contexto rural (Silvano, 1982), realizado em Trás-os-Montes em dupla com Ana Paula Zacarias, Silvano começou a observar um país que estava a mudar a enorme velocidade, e as lentes com que se o fazia estavam também elas a mudar. Como reflecte mais tarde, a tradição da cultura material e dos estudos de folclore na antropologia portuguesa era tão forte que quase impedia de ver a realidade em profunda mutação:

Tal como alguns cineastas – vem-nos à memória as imagens recolhidas nas décadas de 1960 e 1970 por António Campos, António Reis e Margarida Cordeiro – quase nos esquecíamos de ver alguns dos objectos que se espalhavam por todas as casas e campos que visitávamos em Trás-os-Montes. Insistíamos em procurar os bancos de arrumos, cestos, fusos, teares e bordados tradicionais, mas estávamos cegas para os frigoríficos, fogões, batedeiras e televisões que nos rodeavam. (...) Estes objectos, até então de alguma forma ocultos, passaram a ser tidos em conta e questionados pelos antropólogos portugueses [nessa década] (Silvano, 2010: 498; trad. do autor).

A geração de antropólogos de que Filomena Silvano faz parte viu-se pois confrontada com a necessidade de proceder a um corte epistemológico com a ideia reificada de mundo rural anteriormente veiculada quer pela ditadura quer pela etnografia rural “tutelada” por Jorge Dias, passando a situar os seus estudos na antropologia das sociedades modernas, mesmo quando realizados em aldeias. Estas últimas, precisamente, já estavam quase todas ligadas ao exterior, por vezes de formas mais intensas e constantes que Lisboa ou o Porto, através dos fluxos e circuitos dos emigrantes.

No fim dos anos 1980, Silvano teve a oportunidade de ingressar como assistente de investigação num projecto sobre processos de regionalização intitulado «*Spatial Development*» e financiado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Coordenado por Pierre Pellegrino, arquitecto e semiólogo do espaço que dirigia o Centre de Recherche d’Architecture et Architecturologie, o projecto utilizou uma abordagem em que a pesquisa etnográfica e entrevistas são codificadas e analisadas de modo quantitativo e espacial. Daqui e do trabalho desenvolvido no projecto «Ser Português em Portugal: Estudo Multidimensional das Identidades Nacional, Regionais e Locais», coordenado por Adolfo Yañez Casal e financiado pela JNICT, virá a sair o seu doutoramento, que defende em 1994 e é publicado em 1997 no livro *Territórios da Identidade*.

Enquanto professora do departamento de Antropologia da FCSH, Filomena Silvano vai no entanto além desta abordagem e ensina uma visão eclética do espaço, introduzindo os seus alunos às obras de Jean Baudrillard, Michel Maffesoli e Marc Augé, em língua francesa, ou de Arjun Appadurai, em língua inglesa. Junto com Maria Cardeira da Silva, Susana Trovão e **Paula Godinho**, rejuvenesceu o currículo de Antropologia na FCSH e ajudou a fazer a passagem do estruturalismo francês, de que Claude Lévi-Strauss (1958) seria o expoente máximo, para abordagens pós-estruturalistas como o interpretacionismo de Clifford Geertz (1973) ou a viragem reflexiva de James Clifford e George Marcus (1986). No seu caso, essa passagem estendeu-se ainda ao urbanismo francófono protagonizado por autores como Jean Rémy e Liliane Voyé (1994).

Entre as muitas teses que orientou destacam-se a tese de licenciatura de Rui Cidra (1999), sobre o papel do rap na formação das identidades culturais de jovens com ascendência africana na Área Metropolitana de Lisboa, e a de José Mapril (2000), sobre as práticas transnacionais da imigração chinesa em Lisboa, bem como a tese de doutoramento de Marta Rosales (2006), sobre objectos domésticos de famílias com percursos transcontinentais como as dos retornados de África no pós-25 de Abril. Embora trabalhos autónomos de cada um dos autores, têm em comum a ideia de

diferentes territórios ligados entre si através dos indivíduos, das suas identidades e práticas, e a sensibilidade de Silvano para o estudo destas ligações seguramente os terá influenciado.

Em paralelo, Filomena Silvano manteve uma estreita ligação ao ambiente cultural e boémio de Lisboa, exemplificado pela frequência assídua da discoteca Frágil, onde fez amizade com pessoas como o fotógrafo Paulo Nozolino, o crítico de arte Alexandre Melo, a estudiosa da dança Maria José Fazenda ou o arquitecto **Manuel Graça Dias**. Com este último, desenvolveu pequenas colaborações e acima de tudo partilhou a ideia dum território urbano compósito e híbrido, em que se deve dar atenção tanto às arquitecturas e urbanismos vernaculares quanto àqueles tidos como tradicionais, sem excluir os eruditos e tecnológicos (ver capítulo **Manuel Graça Dias**). Esta leitura da complexidade da cidade portuguesa tem igualmente pontos de contacto com o pensamento geográfico de Álvaro Domingues, sendo interessante neste último caso considerar se tal visão partilhada se deve a ambos terem analisado o Vale do Ave, uma região onde o contínuo urbano-rural é particularmente entrelaçado, poroso e revelador dessa complexidade.

No final do milénio, inicia uma colaboração com o cineasta João Pedro Rodrigues, ligando etnografia e cinema documental. Nos filmes *Esta é a minha casa* (1998) e *Viagem à Expo* (1999) Silvano e Rodrigues esboçam uma metodologia em que o etnólogo contribui como consultor científico na preparação do filme e acompanha as filmagens, mas onde ambos mantêm sempre presente que se tratam de modos de olhar diferentes e que o filme não obedecerá necessariamente a uma conceptualização provinda da antropologia, nem o contrário. Os dois filmes seguem uma família portuguesa emigrada em Paris – ela, Jacinta, porteira; ele, José, sapateiro; e os filhos – nas suas viagens de verão a Portugal (a Trás-os-Montes e a Lisboa). No livro *De casa em casa*, Silvano (2011a) repega nestas viagens para reflectir sobre os modos de construção e deslocalização das identidades e estilos de vida. A colaboração com João Pedro Rodrigues seria retomada em 2010, agora também com o co-realizador João Rui Guerra da Mata, com uma viagem a Macau, onde filmaram dois filmes, *A Última Vez Que Vi Macau* e *Alvorada Vermelha*. Este último é uma visão impressionista sobre o Mercado Vermelho, edifício construído nos anos 1930 para regularizar e higienizar os vários mercados de rua existentes na cidade à época e um dos exemplos da nascente arquitectura modernista em cidades coloniais de língua portuguesa.

Entre 2004 e 2008, coordena o projecto «Mobilidades transnacionais e construção de espaços domésticos: ligando Moçambique, Portugal e Brasil». Após a sua conclusão, muda outra vez de referente geográfico e passa a estudar a identidade e as práticas transnacionais das comunidades de origem Açoriana nos Estados Unidos, no quadro de outro projecto que coordenou, «Sentir o pulso da comunidade: Políticas e narrativas identitárias de uma comunidade migrante portuguesa no Canadá» (ver Silvano, 2015). Em 2017, aproveita uma licença sabática de seis meses para aprofundar uma nova área de interesse, a antropologia da moda (Silvano, 2019; Silvano e Mezabarba, 2020), nomeadamente através do projecto «No atelier de Filipe Faísca: etnografar o fazer», onde desenvolve uma «antropologia do gesto» que vai beber à revisitação que Tim Ingold (2011) faz da cultura material. Tal como em décadas anteriores, o seu olhar incide sobre um *continuum* social que vai desde as práticas das

classes populares até ao conhecimento e modos-de-fazer eruditos, sem excessivas hierarquizações e resultando num olhar abrangente sobre a sociedade portuguesa e a diáspora no seu todo.

Actualmente, continua a leccionar na FCSH. É casada com o arquitecto Philip Cabau e tem uma filha, Theresa.

Em busca dos territórios da identidade

Os principais contributos de Filomena Silvano para o pensamento sobre espaço, lugar e território desenvolvem-se em três esferas: a relação da identidade com o território, o seu papel na introdução da subdisciplina da Antropologia do Espaço em Portugal e os diferentes modos de olhar a temática da casa.

Em *Territórios da Identidade*, debruça-se sobre a primeira. O livro tem como questão principal a «identidade cultural a partir da relação que as comunidades (e os indivíduos) estabelecem com o espaço» (Silvano, 1997: 3), sendo que o conceito de identidade pode ser substituído, como defende Maffesoli (1992), pelo de «identificações múltiplas». Silvano segue esta abordagem e refere como a sociedade contemporânea se organiza em múltiplas unidades e quadros de valor, onde há uma margem individual dos indivíduos para constituírem as suas próprias «constelações identitárias» (Silvano, 1997: 2):

Um emigrante de retorno, por exemplo, pode organizar o seu espaço de acção (aquele que materialmente se encontra perto) tendo por referência o espaço do país em que esteve emigrado (ou seja, aquele que materialmente se encontra distante). (...) A questão da identidade deixa assim de estar limitada ao espaço da comunidade em estudo (o lugar) para passar a integrar as interacções que este estabelece com os espaços exteriores (*Idem*: 6).

O contexto que Silvano explora é o de Guimarães, Vizela e Santa Eulália, caracterizado pela «desverticalização produtiva» na área têxtil e do vestuário, ou seja, pela pequena indústria dispersa num espaço onde a mobilidade é muito significativa (ver também, Domingues e Marques, 1987). O que Silvano descreve é a coexistência do espaço-território, aquele que organiza por semelhança, com o espaço-rede (Rémy e Voyé, 1994), aquele que privilegia os fluxos entre lugares distintos:

Ambas as lógicas aparecem a organizar as representações do espaço do nosso estudo de caso. A primeira mais associada a uma sociabilidade tradicional, à memória colectiva e à temática da divisão administrativa do território, e a segunda mais associada a uma sociabilidade moderna fortemente ligada à industrialização do espaço regional (Silvano, 1997: 41).

É através do jogo entre as duas lógicas, diz Silvano, que uma comunidade constrói o seu território. Demonstra-o através duma grelha de análise que liga as identificações múltiplas dos informantes ao que apelida de modos de espacialização – inclusão, exclusão, semelhança, diferença, relação formal e relação funcional (ver em porme-

nor, Silvano, 1997: 169-187). Em resultado desta abordagem e metodologia, Silvano descreve Guimarães como um espaço fragmentado e de algum modo incapaz de se transformar no centro regional; Vizela como um espaço em processo de contestação – nesses anos a localidade vivia um longo e conflitual processo de tentativa de autonomização enquanto concelho – e Santa Eulália como um espaço tradicional em profunda mutação, com uma mobilidade «em espiral» (*Idem*: 120-124). Sublinha ainda que a reorganização do espaço regional produz novas zonas de exclusão, onde vivem os que, conhecendo o global, se vêem confinados ao local:

Alguns recusam-se a viver a exclusão e partem directos aos centros internacionais, mais atractivos que os centros locais, que, no entanto, estão mesmo ali ao lado. Quando voltam trazem a diferença dos costumes urbanos, mas, ao mesmo tempo, dinamizam grande parte dos movimentos de revalorização do local (Silvano, 1997: 151).

Para Silvano, a urbanização do espaço regional não se traduz na sua homogeneização; pelo contrário, a complexificação que lhe está associada leva ao aparecimento de novas escalas de pertinência e produz sobretudo uma diversificação do território e das identidades aí constituídas. Os resultados do estudo são muito claros a este respeito:

Ao contrário das opiniões, demasiado rápidas e pouco atentas ao real, que anunciam um processo de globalização homogeneizante, o nosso estudo revela-nos que a abertura aos géneros de vida urbanos é correlativa da revalorização de alguns valores tradicionais (Silvano, 1997: 151).

Em *Antropologia do Espaço: uma introdução*, Silvano alarga a perspectiva e introduz uma história do pensamento das ciências sociais sobre o espaço. Num livro eminentemente didáctico mas que se veio a revelar muito influente – é a sua obra mais citada, com múltiplas edições em três editoras diferentes – Silvano guia-nos pelas diferentes ideias sobre como o espaço reflecte, de modo mais ou menos automático, a organização das sociedades.

Esta ideia, que se denomina de homologia, percorre diferentes correntes de pensamento e remonta ao início dos projectos imperiais europeus. Um dos primeiros exemplos de se saber da importância da relação entre o espaço enquanto realidade material e o seu papel social, originalmente referido por Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos* (1955 [1979]), é o da destruição por missionários salesianos da organização espacial das aldeias circulares dos índios Bororo do Brasil enquanto instrumento pragmático para a sua conversão ao Cristianismo. As aldeias Bororo são divididas espacialmente em dois diâmetros opostos e espelham (embora não de modo esquemático) a organização dual da sociedade, ajudando os seus habitantes a navegar os códigos sociais, como se precisassem do esquema espacial da aldeia para os ler (Silvano, 2001: 18-19). Ao substituir essa organização espacial por ajuntamentos lineares, os missionários retiraram aos Bororo uma leitura do seu próprio sistema social e religioso e isso facilitou a sua conversão.

Silvano faz então o percurso da disciplina desde o início do século XX e das noções iniciais de homologia, mais fixistas e com raízes em Durkheim e Mauss, até às mais dinâmicas, com raízes nas obras de Georg Simmel sobre a mobilidade e a figura do

estrangeiro ou de Walter Benjamin sobre o passeante (o *flâneur*) na cidade. De seguida, apresenta-nos os princípios essenciais da Escola de Chicago, que ainda hoje influencia a forma como vemos a cidade enquanto organismo natural ou biológico e utilizamos conceitos como o gueto – «isolado do exterior mas obrigatoriamente em relação com ele» (Silvano, 2001: 30) – para salientar as dinâmicas de comunidades subordinadas e sua posterior integração na sociedade hegemónica. Depois, foca-se na autonomização do campo disciplinar, realizada a partir de *A Produção do Espaço* de Henri Lefebvre (1974) e da leitura relacional que ele propôs entre o espaço enquanto construção técnico-administrativa abstracta (que no entanto formata toda a sua produção material, ou urbanização) e o espaço vivido dos moradores e utilizadores, relação essa que se faz através das práticas dos últimos. A ideia de uma realidade urbana que abarca já também o mundo rural (mas que inversamente pode excluir bairros populares dos centros da cidade, ainda organizados como as sociedades tradicionais), que Lefebvre tinha avançado em *A Revolução Urbana* (1970), é vista por Silvano a partir da obra mais tardia de Rémy e Voyé (1994). *Antropologia do Espaço* culmina com a ideia da pulverização do lugar antropológico (aquele que reporta à história e à identidade) em detrimento dos não-lugares de Marc Augé (1992). Estes, sejam os benignos aeroportos e auto-estradas ou os malignos campos de refugiados e outros espaços de encarceramento, já não são do domínio do relacional, antes se constituem como interstícios pós-políticos no tecido urbano e social contemporâneo. Por fim, Silvano presta atenção ao sujeito anteriormente colonizado, migrante ou subalterno e ao seu deslocamento para múltiplos espaços ao mesmo tempo, no que Arjun Appadurai (1997) descreve como *ethnoscapes* e que, por se tratarem de novas paisagens, requerem novas formas de estudo, necessariamente multi-situadas, a que a antropologia tem de responder. No seu livro, Filomena Silvano claramente alarga e redefine o repto inicial para uma *Antropologia do Espaço* lançado por Françoise Paul-Lévy e Marion Segaud em 1983, estabelecendo uma genealogia sobre o pensamento espacial muito mais completa e coerente do que a da proposta original e que permite fazer ligações mais claras às várias correntes de pensamento sobre o espaço – que para além daquelas já mencionadas vão desde a comportamentalista de Edward T. Hall à historicista de Michel Foucault ou às geográficas de David Harvey e Edward Soja. Só é pena que, por apenas ter sido editado em Português, não tenha tido a repercussão internacional que o conhecimento interdisciplinar abrangente de Filomena Silvano e a sua sensibilidade ao espaço e aos lugares mereceriam.

Um exemplo dessa sensibilidade vê-se na sua visão sobre as casas dos emigrantes. Tendo iniciado os seus estudos sobre a casa de modo mais geral a partir de um olhar sobre os papéis de género na casa rural (Silvano, 1982) e, mais tarde, sobre a absorção de códigos sociais em contexto de emigração através do contacto das mulheres com a vida doméstica dos empregadores (Silvano, 1990), Silvano foi igualmente vendo como ao longo dos anos 1980 tanto a cultura erudita nacional como a das elites locais olhavam para as casas que os emigrantes construíam nas suas aldeias de origem com sobranceira, classificando-as de excessivamente espalhafatosas, de destoarem das tradições arquitectónicas e da paisagem em que se inseriam ou de serem uma forma crassa de novo-riquismo. Em resposta, foi uma das primeiras cientistas sociais a dedicar um olhar mais atento a estas casas. À imagem do que **Manuel Graça Dias** fez

em relação às arquiteturas vernaculares da urbanização clandestina nos subúrbios de Lisboa, revisita-as e faz uma re-apreciação do que elas «são» e «significam» a partir duma análise que combina pesquisa etnográfica com uma leitura semiológica do espaço. Como refere num artigo escrito com a jornalista Tereza Coelho e com fotografias de Rui Gageiro:

Os emigrantes respondem à ameaça de desarticulação dos seus sistemas de representação através da criação de um novo espaço: uma utopia que se inscreve no lugar de partida. (...) Estas casas são o exemplo de uma operacionalidade que produz universos significantes a partir de fragmentos: citam os espaços ausentes (os telhados inclinados, as torres e as ameias) ou desdobram-se nas respostas dadas a uma mesma necessidade, de forma a preservar vários saberes e vários hábitos (duplas cozinhas [uma tradicional e outra moderna] e duplas casas de banho) (Silvano e Coelho, 1993: 59).

Deste olhar mais profundo, no fundo menos preconceituoso, sobre as qualidades plásticas destas casas bem como sobre os seus modos de utilização, nasce a ideia de estarmos perante a materialização de um universo onírico:

Viviam materialmente num quarto pequeno, numa barraca ou num HLM em Paris ou noutra cidade qualquer, e viviam mentalmente na casa que queriam construir. (...) A casa de Portugal era construída segundo planos que correspondiam a fragmentos de sonhos, como num exercício de colagens (Silvano e Coelho, 1993: 62-63).

Esta ideia de sonho, embora desenvolvida dum ponto de vista mais arquitectónico, surge igualmente num livro publicado dois anos depois, organizado por Rosalynne de Villanova e com textos de autores como **Nuno Portas** ou Isabel Raposo, sob o título *Casas de sonho: emigrantes construtores no Norte de Portugal* (Villanova et al., 1995). Para Silvano, no entanto, a casa na aldeia de origem ia além da materialização do sonho, ela expressava também a mudança nas estruturas sociais das aldeias e remetia para a difícil negociação hierárquica dentro destas³⁷. Os que tinham ficado, em especial as elites locais, viam ser construídas casas mais “ricas” do que as suas, o que simbolicamente afirmava a ascensão social de quem tinha saído da aldeia pobre e sugeria uma recolocação nas hierarquias sociais. Para o emigrante, a casa ajudava também a alterar a sua percepção do local, que deixava de ser o sítio pobre e doloroso de que tinham escapado para ser um local idílico e cada vez mais construído, material e mentalmente, à imagem da segunda residência da classe média francesa que serviam. Para as elites locais e as classes médias com capital cultural do Porto e Lisboa que tinham casa nas aldeias, gerava-se assim um conflito interior que não conseguiam resolver e que perdurou até ao fim dos anos 1990.

É neste quadro que a viagem de férias em Agosto se transforma no momento fulcral da temporalidade emigrante no Minho e em Trás-os-Montes. Em *Esta é a Minha Casa* vemos partes da viagem dos emigrantes José e Jacinta de Paris até «à terra» (a

³⁷ A análise retrospectiva que se segue foi retirada de uma comunicação-comentário de Filomena Silvano ao documentário *Je suis partout et a nulle part à la fois* de Amandine Desillée, CIES-ISCTE, 29 de Abril de 2021.

aldeia de Argoselo), sempre em alta velocidade e com paragens apenas para abastecer o carro. No livro que acompanha o documentário, Silvano descreve a viagem como a vertigem do retorno à aldeia de origem e como um ritual transgressivo, uma transmutação necessária à passagem do *self* de «imigrante» em Paris (dócil, respeitador, socialmente subalterno) para o regressado «emigrante» (orgulhoso, solto, triunfante) (Silvano, 2011a: 47-59).

Deu-se depois uma revalorização do autêntico, que aliás tinha sido desejo inicial: «Só fiquei com pena por causa dos alumínio. Devia ser uma casa com madeiras. Mas realmente na altura não tinha posses para isso...» (Silvano e Coelho, 1993: 61). Este novo autêntico, agora mais confortável e estetizado, foi sendo disseminado e concretizado pelas elites locais e nacionais, nomeadamente através de financiamento da UE para turismo rural. Os conflitos internos amenizaram-se, ou foram substituídos por outros, à medida que as elites locais se reafirmaram e uma nova geração de emigrantes, num quadro mais fluido e qualificado, cresceu a partir do início dos anos 2010. Mas o papel da casa, construção material ou ideia de *heimat*, mantém-se.

A fluidez nos fenómenos sociais

Não se tratando exactamente de um debate que tenha tomado forma em publicações ou conferências, existe no entanto um interessante diálogo quanto aos modos de fazer antropologia e sociologia do espaço e da cidade entre a obra de Filomena Silvano e a de **Graça Índias Cordeiro** e **António Firmino da Costa**. Enquanto os últimos desenvolveram estudos da vida urbana com referência a bairros geograficamente delimitados de Lisboa como o bairro da Bica (Cordeiro, 1997) ou Alfama (Costa, 1999), Filomena Silvano, como já vimos, explora um espaço mais difuso, constituído pelos contínuos «aldeia-vila-cidade» (em Santa Eulália-Vizela-Guimarães) ou «aldeia-metrópole europeia» (na vida dos emigrantes em França). **Graça Índias Cordeiro** e **António Firmino da Costa** apontam para uma certa homologia entre o território e a identidade dos indivíduos (mesmo que existam clivagens entre estes), manifestada depois no orgulho bairrista, nas colectividades e nos rituais anuais como os arraiais e as marchas populares. Não se deixam enredar por uma naturalização da identidade popular e, aliás, notam num artigo escrito em conjunto que a ideia de uma cidade de bairros foi sendo construída ao longo do século XX, o mais das vezes por entidades “de fora” e enquanto elemento-chave da divulgação lúdico-turística da cidade (Cordeiro e Costa, 1999). Ainda assim, ambos remetem para um lugar circunscrito e analisam as várias incidências e formas de reprodução cultural que o animam, bem como as instâncias de poder que o perfuram. Diferentemente, Silvano explora as múltiplas pertenças e negociações identitárias dum espaço de conurbação urbana ou transnacional, em que a homologia espaço-sociedade está em permanente negociação, assemelhando-se mais a um poliedro do que a um espelho. As duas perspectivas, mais do que antagónicas, são complementares no ver e pensar o espaço urbano português na sua complexidade.

A intervenção de Filomena Silvano no espaço público teve sobretudo lugar em contexto académico, embora tenha igualmente apresentado o seu trabalho em locais

para o grande público, como a Fundação de Serralves ou o Museu do Chiado – Museu Nacional de Arte Contemporânea. As suas apresentações em conferências internacionais estenderam-se de França (Universidade Paris *X Diderot*) ou do Reino Unido (*Royal Anthropological Institute* da SOAS – *School of Oriental and African Studies*) ao Canadá (Universidade de Ottawa), entre muitas outras. Teve também presença na imprensa, nomeadamente no jornal *Público*, onde escreveu, entre outros assuntos, sobre a dádiva e o consumo (Silvano, 2011b), o turismo e o *flâneur* (Silvano, 2014) ou a moda em tempos de pandemia (Silvano, 2021).

Um interessante impacto político da sua obra deu-se com o processo de constituição do concelho de Vizela, durante o qual *Territórios de Identidade* foi utilizado por alguns partidos políticos como um dos principais argumentos que legitimava a autonomização do concelho. Silvano recorda mais tarde não ter querido intrometer-se no debate, deixando o livro falar por si (Silvano, 2016). Dito isto, as suas intervenções públicas de maior notoriedade deram-se curiosamente sobre um tópico que não é central na sua obra académica, o da prostituição na cidade. Durante um período em meados dos anos 1990, foi convidada para discutir a legalização da prostituição na televisão.³⁸ Aí, defendeu a profissionalização das trabalhadoras do sexo em cooperativas e o seu direito à rua, por oposição ao enclausuramento e controlo social ou financeiro a que historicamente ficaram sujeitas em bordéis ou casas de passe, nestes casos quase sempre legitimados por preocupações higiénicas e sanitárias. Apesar do tema fazer apenas uma tangente à sua obra, existe também aqui um pensamento espacial, no sentido de se considerar que a incidência da prostituição na cidade (na rua ou no bordel) molda a relação das prostitutas com formas de exploração como o proxenetismo ou, de modo mais genérico, a sua relação com o Estado.

Seja sobre a casa rural, a identidade no território ou a prostituição na cidade, no pensamento de Filomena Silvano os objectos ou temáticas que à partida parecem ser elementos bastante fixos são sujeitos a uma análise da sua real fluidez em contexto real, e esse é talvez o contributo geral mais relevante da sua obra.

Bibliografia fundamental

- Silvano F (1982) *Homens à forja, mulheres ao lavadouro: contribuição para o estudo da oposição masculino/feminino*, Tese de licenciatura. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Silvano F (1990) L'émigration en tant que processus de déplacement et de recomposition de l'habitat. *Sociedade e Território*, 5(n.º especial): 53-56.
- Silvano F (1997) *Territórios da identidade: representações do espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*. Lisboa, Celta.
- Silvano F (2001) *Antropologia do espaço: uma introdução*. Lisboa, Celta.
- Silvano F (2010) Things we see: Portuguese anthropology on material culture. *Etnográfica*, 14(3): 497-505.
- Silvano F (2011a) *De casa em casa: sobre um encontro entre etnografia e cinema*. Caldas da Rainha, Palavrão.

³⁸ Nomeadamente nos programas da RTP Raios e Coriscos (1994) e Coisas da Vida (1995). Ver <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/legalizacao-de-bordeis-parte-i/> e <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/legalizacao-de-bordeis-parte-ii/>.

- Silvano F (2015) As costureiras, as *queens* e os seus Mantos: desterritorialização, cultura material e construção do lugar. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 50(100): 133-142.
- Silvano F (2016) A vida não é para arquivar: sobre o que se guarda e o que se deita fora. In S Vespeira de Almeida, R Cachado (eds.) *Os Arquivos dos Antropólogos*. Lisboa, Palavrão: 155-163.
- Silvano F (2019) Desenhos de Moda de Filipe Faisca [Entrevista]. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 8(1): 123-127.
- Silvano F, Coelho T (1993) Sobre a construção de uma casa. *Antropologia Portuguesa*, 11: 59-65.
- Silvano F, Mezabarba S (2019) Encontros entre Moda e Antropologia: Inícios, Debates e Perspectivas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, 8(1): 15-27.

Referências secundárias

- Appadurai A (1997) *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Augé M (1992) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa, Bertrand Editora.
- Cidra R (1999) *Representar o hip-hop: o papel do rap na formação de identidades e novas práticas culturais na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de licenciatura. Lisboa, FCSH-UNL.
- Clifford J, Marcus G E (eds.) (1986) *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- Cordeiro G Í (1997) *Um lugar na cidade: Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro G Í, Costa A F (1999) Bairros: contexto e intersecção. In G Velho (org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Zahar: 58-79.
- Costa A F (1999) *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*. Oeiras, Celta.
- Domingues Á, Marques T S (1987) Produção industrial, reprodução social e território: materiais para uma tentativa de abordagem do Médio Ave. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22: 125-142.
- Geertz C (1973) *The interpretation of cultures*. New York, Basic Books.
- Ingold T (2011) *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London, Routledge.
- Lefebvre H (1970) *La Révolution Urbaine*. Paris, Gallimard.
- Lefebvre H (1974) *La Production de l'Espace*. Paris, Anthropos.
- Lévi-Strauss C (1955 [1979]) *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70.
- Lévi-Strauss C (1958) *Anthropologie Structurale*. Paris, Plon.
- Maffesoli M (1992) *La transfiguration du politique*. Paris, Grasset.
- Mapril J (2000) *De Wenzhou ao Martim Moniz: práticas transnacionais e a (re)construção do local*, Tese de licenciatura. Lisboa, FCSH-UNL.
- Paul-Lévy F, Segaud M (1983) *L'Anthropologie de l'Espace*. Paris, Centre Georges Pompidou/CCI.
- Pellegrino P (2000) *Le sens de l'espace*. Paris, Anthropos.
- Remy J, Voyé L (1994) *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto, Afrontamento.
- Rosales M (2006) *As coisas da casa: objectos domésticos, memórias e narrativas identitárias de famílias com trajectos transcontinentais*, Tese de doutoramento. Lisboa, FCSH-UNL.
- Silvano F (2011b) Presentes difíceis. *Público*, 6 de outubro.
- Silvano F (2014) Cidades iluminadas: da fantasmagoria do flâneur à encenação do turista. *Público*, 9 de julho.
- Silvano F (2021) Moda e vestir em tempos de pandemia. *Público*, 19 de março.
- Villanova R, Leite C, Raposo I (1995) *Casas de sonhos: emigrantes construtores no Norte de Portugal*. Lisboa, Salamandra.

10. Francisco da Silva Dias

Filipa Serpa³⁹

Um olhar sobre Lisboa...

Manta de retalhos harmoniosamente cerzida; por romanos e mouros, judeus, pela razão do iluminismo e pela emoção romântica, pelo Estado Novo e pelo 25 de Abril... Quotidianos infinitos que atapetaram de casario as colinas, bordejaram o rio, estenderam a cidade aos planaltos e ao interior.

Francisco da Silva Dias (n.d.)

Arquitecto – Humanista, Urbanista, Cidadão – Político, Pedagogo e Artista

Nascido em Lisboa em 1930, Francisco David Carvalho da Silva Dias, diplomado em Arquitectura e reconhecido como um arquitecto-humanista, urbanista, cidadão-político, pedagogo e artista, funde na actividade profissional todas estas vertentes, numa abordagem guiada pela dimensão social da arquitectura e do urbanismo. Na sua carreira diz-se um arquitecto com sorte e classifica cada experiência como uma aventura.

Entra na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) em 1949 um ano após o I Congresso Nacional de Arquitectura. Forma-se em 1957 com o trabalho *Aspectos do problema da Habitação em Portugal – Projecto de uma unidade de Habitação Colectiva*, inaugurando um conjunto vasto de reflexões sobre habitação. Depois de uma vida de trabalho, docência e intervenção pública, doutora-se, em 2000 na mesma instituição, então denominada, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL) com tese no ramo do Planeamento Urbanístico intitulada *Raízes e Perspectivas do Urbanismo Meridional Português: A Arte Urbana dos Aglomerados Portugueses de Influência Mediterrânica*, publicada anos mais tarde (Silva Dias, 2017, 2000a). Neste mesmo ano jubila-se como Professor Associado.

A vida profissional é marcada pela participação e contribuição em todos os eventos, movimentos, experiências e projectos históricos e icónicos no contexto da arquitectura e do urbanismo em Portugal.

³⁹ A autora escreve segundo o antigo acordo ortográfico.

Em conversa com a autora deste texto, Silva Dias afirma, num misto de confissão e orgulho, que a actividade de arquitecto em serviço público, para o cliente colectivo, foi onde encontrou maior liberdade, a que mais gostou de desenvolver e na qual viveu as aventuras mais apaixonantes.

Os primeiros passos na profissão foram dados em 1955, ainda enquanto tirocinante, com a participação na experiência do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa* (IARP), publicado em 1961, na companhia de Nuno Teotónio Pereira e António de Pinto Freitas na equipa da Estremadura e Ribatejo.

Segue-se, em 1957, ano em que termina o curso da ESBAL, a entrada no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Almada, ao lado de José Rafael Botelho, até 1958.

Em 1961 é bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) para o *Estudo de Recuperação do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel*, com os arquitectos Keil do Amaral e Pinto de Freitas, resultando num dos trabalhos de que mais se orgulha.

Estas experiências iniciais deixaram mestres, amigos e companheiros além de raízes culturais que estimularam a consciência das qualidades da arquitectura vernacular e a responsabilidade cívica desse conhecimento. Também nestes primeiros anos de profissão encontra aqueles que define com os seus três «pais» em arquitectura – Rafael Botelho, Teotónio Pereira e Keil do Amaral.

Foi cedo que se deu outro marco fundamental da experiência profissional e de vida: a ida para Angola, ao encontro de Antonieta Jacinto, arquitecta, colega da ESBAL, então namorada e depois mulher; experiência intensa, que o próprio define como «a aventura africana». Chegou a Luanda em Novembro de 1958 como arquitecto da Câmara Municipal de Luanda, sendo «dispensado» dessa função em Abril de 1959, após dois artigos de opinião no periódico *A Província de Angola*, onde «reincidiu» na publicação de outros textos que criticavam a situação urbana e cultural da cidade de Luanda (Silva Dias, 1959a, 1959b, 1959c, 1959d). Aqui, participou no seu primeiro Plano de Urbanização (PU), da Vila Teixeira de Souza (Luau), na revisão do PU da Vila Salazar (Nadalatando), entre outros projectos como o Colégio Henrique de Carvalho (Fonte, 2012; Quintã, 2019) em Saurimo (Lunda Sul), este em colaboração com Antonieta Jacinto. O regresso a Lisboa, em 1960, é promovido pelo convite de Rafael Botelho para integrar o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) na Câmara Municipal de Lisboa (CML), onde colabora, num primeiro momento, até 1968.

Em 1965-66 participou no curso *Techniques de l'Urbanisme na Association des Stages Techniques en France* (cujo relatório foi publicado em 1968 no boletim n.º 14 do GTH) que define como um marco fundamental na sua formação, tendo contactado com Francoise Choay, entre outros. Esta ligação a França prolongou-se no contacto com o *Centre Scientifique et Technique des Bâtiment*, que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) tinha como referencial em matéria de ordenamento do território, edificação e políticas de habitação para o maior número.

Regressa à CML e ao Planeamento do GTH até 1976, responsável pelos estudos do «Plano Geral de Urbanização de Chelas» (publicado nos primeiros boletins do GTH em 1965) e dos diversos Planos de Pormenor (PP; publicados em diversos boletins do GTH) que desenharam a zona oriental da cidade, participando também na elaboração do estudo urbanístico do centro cívico de Olivais Sul.

Entre 1974 e 1976, divide-se entre a colaboração com **Nuno Portas** na Divisão de Arquitectura do LNEC, dedicando-se ao estudo de tipologias habitacionais evolutivas; ao desenvolvimento do Plano Integrado do Zambujal, Amadora (publicado na *Revista Binário* 205/206, 1976) no contexto da sua colaboração com o Fundo de Fomento da Habitação (FFH), e à participação naquele que considera ser o mais significativo programa da Revolução no contexto urbano – o SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local. Neste contexto, tem oportunidade de aplicar, no projecto do conjunto «Alto do Moinho» (Amadora, 1975), os conceitos estudados.

Com o fim do SAAL surge outro desafio irrecusável, a responsabilidade pelo Ordenamento Geral do Território e pelo Planeamento da Cidade Nova de Santo André 1976-1978, no Gabinete de Área de Sines (GAS; publicado na *Revista Binário* 209-210).

Participa, em 1978/79, com Rafael Botelho, no Gabinete de Ordenamento Urbano (GOU) da CML, inaugurando a ideia de um planeamento de segunda geração com o conceito de Planeamento Estratégico em Lisboa.

Os anos 80 são marcados pela actividade docente, política e associativa, a par de uma contínua actividade profissional como arquitecto projectista.

Em 1990 volta a participar num dos mais significativos eventos urbanos da cidade de Lisboa, integrando o grupo de trabalho para o estudo das alternativas de localização da Expo'98. Neste grupo, com António Mega Ferreira entre outros, pensou o «dia seguinte» à exposição e defendeu a oportunidade de regeneração da zona oriental da cidade, combatendo o estigma existente, factores que hoje vê como decisivos no sucesso da candidatura.

A actividade profissional no sector privado é guiada pela mesma sensibilidade e rigor ético, desenvolvendo inúmeros projectos de obra nova e em património existente.

Refere, com orgulho, alguns estudos e intervenções com especial carga simbólica, como sejam: em 1961 o primeiro projecto em Portugal, em colaboração com Antonieta Jacinto, uma moradia hoje protegida no contexto da *Valorização e Salvaguarda do Bairro Residencial de Nova Oeiras* (Fernandes & Milheiro 2015); o projecto de Recuperação do Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, 1964 (disponível no SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) na sequência de uma bolsa da FCG; a sua casa de família em Azeitão, projecto partilhado entre «um mediterrânico» e «uma angolana»; ou o amplamente publicado projecto de reabilitação dos Paços do Concelho de Lisboa, 1996, que desenvolve como actividade cívica, após o incêndio que destruiu parcialmente aquele edifício (Silva Dias, 1998a, 1999a).

O contacto com a realidade cultural angolana e portuguesa, na experiência do IARP, o trabalho com o GTH, a nova esperança do 25 de Abril de 1974, o SAAL e a Cidade Nova de Santo André, deixam marcas culturais, sociais e políticas que informam a acção de Silva Dias no que respeita à responsabilidade social do arquitecto, à ética e à cidadania.

Em paralelo com a actividade profissional, teve participação activa em várias estruturas nacionais e internacionais de âmbito cívico, associativo, político e representativo.

Aqui, é conhecida a militância, como independente, no Partido Comunista Português, exercendo actividade como autarca na Assembleia Municipal de Lisboa (AML)

num primeiro momento, entre 1983-1985, e mais tarde, entre 1998-2013, participando activamente no governo da cidade. Neste contexto, preside à Comissão Permanente de Urbanismo, Rede Viária e Transportes, pugnando pela qualidade urbana e intervindo sobre questões como as «mazelas evidentes no corpo da cidade» (Silva Dias, 2012), entre outros.

Estende a sua acção política à classe profissional com intervenção pública desde 1963: candidato aos corpos directivos do então Sindicato Nacional dos Arquitectos, não lhe foi dada posse por questões de carácter político. Em 1966 assume cargos directivos, desenvolvendo uma acção pela defesa da profissão e do direito à Arquitectura.

Foi um dos signatários na constituição da Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) em 1978, com Teotónio Pereira e Celestino de Castro, entre outros. Aí foi eleito Presidente da Direcção da Secção Regional Sul (1984), Presidente do Conselho de Delegados (1988) e Presidente (1990-1992). Entre 2006 e 2011 inaugurou por convite, o papel de Provedor da Arquitectura na, entretanto reconfigurada, Ordem dos Arquitectos (OA).

Em 1987 integra o Comité Consultivo da Comunidade Económica Europeia, participando no Grupo de Trabalho para a Formação do Arquitecto, por indicação da AAP e nomeação do Governo Português. Em 1990 é membro fundador, em representação da AAP, do Conselho de Arquitectos da Europa, assumindo a Presidência deste órgão em 1992. Em 1991 foi ainda Presidente do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa.

Participou em publicações de referência da AAP (Ferreira *et al.*, 1987) como membro da Comissão Redactorial da revista *Arquitectura*, responsável pelo Sector do Planeamento (1970-1973), e mais tarde como director do *Jornal Arquitectos* (1982-1983).

Representa os arquitectos portugueses, no contexto do exercício da sua profissão, ao longo da história da classe, nacional e internacionalmente.

Orgulha-se ainda da colaboração regular na coluna «A Voz do Corvo» no jornal *A Voz do Operário* e da condição de Sócio Fundador da Associação Património e População de Alfama.

O ensino é outra face que define Silva Dias: as suas qualidades como pedagogo marcam quem passou pelas suas aulas. A vida activa na (hoje) Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FA-UL) foi constante, tendo início num período curto entre 1968 e 1970 na ESBAL, a convite do mestre Frederico George e em equipa com **Nuno Portas**. Em 1970 interrompe esta participação por divergir das práticas vigentes e em 1978 volta à Escola, de onde só volta a sair em 2000 quando se jubila como Professor Associado.

Nos 24 anos em que esteve na ESBAL / FA, assumiu sempre a componente de pedagogo associado à profissão, deixando para segundo plano a ideia de carreira académica. É reflexo disso um doutoramento tardio e uma única orientação de doutoramento.

No contexto da sua participação em representações ligadas à Formação Profissional do Arquitecto pela AAP, acompanhou as alterações às directivas comunitárias/europeias, integrando essa experiência nos currículos da FA, tendo como herdeiro o actual curso de Arquitectura com especialização em Urbanismo.

A Arquitectura, o Urbano, a Cidade e os Cidadãos são entidades que respira e transpira em permanência, condição que ganha frequentemente outros contornos, nomeadamente da expressão artística – desenho, pintura e literatura (Silva Dias 1985, 2001, 2011, 2019a, 2019b).

Nas instituições por onde passou fez «casa». O reconhecimento da sua intervenção espelha-se nas diversas distinções públicas. Em 2006, foi homenageado pela Câmara Municipal de Almada (ver Ribeiro e Canelas, 2006); em 2009, no contexto da homenagem do Município de Lisboa aos ex-colaboradores do GTH, foi evidenciado como «figura destacada do urbanismo e da arquitectura portuguesa»; ou em 2012, numa homenagem promovida pela OA, no dia nacional do Arquitecto, assinalando «a função social, a dignidade e o prestígio da profissão» de arquitecto em Portugal, e distinguindo-o como um «arquitecto que, pelo seu testemunho exemplar, traduza a singularidade deste Dia Nacional» (OA, 2012).

Contributos para o pensamento sobre o espaço arquitectónico e urbano

Dada a extensa, diversa e significativa actividade no campo da prática do projecto, do associativismo, da política ou da docência, é difícil eleger aqueles que foram os seus mais importantes contributos para o pensamento e acção no campo da arquitectura e do urbanismo em Portugal.

Além dos seus contributos em matéria de valorização da formação e da profissão, Silva Dias afirma-se pela prática assente em doutrina, sendo esse um dos seus mais relevantes contributos para o pensamento e prática da construção da cidade.

A sua inscrição nesta linha de reflexão-acção tem expressão manifesta em quatro temas, nos quais a prática do projecto se funde com a reflexão teórica – alicerçada em doutrina internacional e indutora da doutrina nacional – e que se destacam pela repercussão que tiveram em Portugal: i) o desfazer do mito da arquitectura nacionalista; ii) a revisão dos princípios modernos aplicada em Chelas; iii) os estudos sobre a habitação evolutiva; e iv) a reflexão sobre o gérmen da cidade. Esta acção nunca está desconectada de uma visão política da cidade e da sociedade, bem patente no testemunho «A Concepção dos Espaços Urbanos como Acto Político» (Consiglieri e Duarte, 2002).

Sinal de uma abordagem sempre consequente, é o percurso que informa a acção e que tem como base a fundadora participação no IARP, em início de carreira. Esta experiência vem evidenciar a riqueza das particularidades regionais, associadas à localização específica da urbanização e das edificações, o recurso aos materiais e consequentes técnicas de construção e a tendência para uma arquitectura pragmática, servidora dos modos de vida e despida dos «tiques arquitectónicos» que alguns quiseram tornar estilo nacional. A obra fundadora deste contributo foi a *Arquitectura Popular em Portugal* (Pereira *et al.*, 1980), que afirma a diversidade dos assentamentos e das suas edificações, modeladas pelas topografias, condições climáticas e de solos, actividades económicas dominantes ou condições sociais específicas. Esta leitura das condições sociais e do sítio, o *genius loci* ou «espírito do lugar», são reafirmadas em textos e projectos até à obra doutoral, a tese *Urbanismo Meridional Português*, a partir da leitura das raízes e da influência mediterrânica.

A desmistificação da ideia de nacionalismo e afirmação da diversidade foi reafirmada em entrevista publicada no *Jornal Arquitectos* (Esteves, 1987). Silva Dias acrescenta a noção do valor do conjunto, nomeadamente na arquitectura meridional, por oposição à noção de património-monumento e classifica a noção de regionalismos na arquitectura, como armadilha.

Em Chelas «todas as propostas tiveram suporte teórico» (Consiglieri e Duarte, 2002: 38) – uma afirmação que reporta o processo de trabalho desenvolvido no PU, revisão sistemática e doutrinária da experiência de Olivais Norte e Sul, que propõe a reabilitação do conceito de rua como espaço linear de distribuição de actividades e fluxos pedonais. Foi na obra seminal de Kevin Lynch, *A Imagem da Cidade*, que encontrou suporte teórico para a idealização de elementos referenciais – caminhos, esquinas, pontos focais e *landmarks* – que guiaram o desenho de Chelas, absorvendo no conjunto as referências do passado, como palácios, quintas e conventos.

Este suporte ganha expressão plena no PP da zona I (publicado na revista *Arquitectura* n.º 127/128, de 1973, e nos n.º 205/206 da *Revista Binário*, 1976), cuja equipa projetista (Silva Dias incluído) reinterpreta a utilização de formas urbanas da cidade clássica e recorre a paralelismos com o cinema, construindo uma sequência imagética. Na zona J (publicada no *Boletim GTH* n.º 19, 1970, e n.º 27, 1974), ensaia um modelo de «cidade-edifício»; os estudos prévios da zona N1, procuram recuperar o sentido das traseiras, tão marcado na edificação de Lisboa; finalmente, na zona N2 há o objectivo de recriar o crescimento tradicional da cidade, a partir de pequenas adições, promovendo diversidade (publicada no *Boletim GTH* n.º 35, 1978). É o exercício da cidade imaginada a partir de argumentos claros e sempre em evolução.

Os estudos sobre habitação evolutiva foram desenvolvidos em 1970 no LNEC e aplicados no Bairro do Alto do Moinho, pensado no FFH e construído no SAAL (Silva Dias 1987, 1997; Bordalo 2007; Bandeirinha 2007), são dos mais significativos contributos nesta matéria.

O relatório produzido como resultado da investigação conduzida no LNEC deu origem ao artigo «Habitação Evolutiva» (Silva Dias e Portas, 1972), que defende a estratégia de construção à medida de cada família e com capacidade de crescimento, como complementar a uma política de habitação que deve consubstanciar-se numa política de localização e acessibilidade urbana. A análise, que tem por base um conjunto de esquemas residenciais de baixa altura e alta densidade, destaca a noção de processo e o factor tempo na concepção das estruturas físicas do habitat, assumindo-se como uma estratégia cívica e política.

A procura e definição das referências para um lugar sem história é a história fundamental da experiência da Cidade Nova de Santo André (GAS), que articula as escalas do ordenamento do território, do desenho da cidade e do espaço público.

As reflexões sobre a integração e aceitação de uma cidade nova, programada e projectada, são trabalhadas a partir da ideia de paisagem urbana e das formas (lentas) de fazer cidade, com recurso às tipologias urbanas tradicionais de fácil percepção e reconhecimento colectivo (Mendes e Silva Dias, 1964). O «espírito do lugar» já evocado, desempenha aqui um papel de relevo, procurando o pretexto, a identidade inicial, o germen, ao mesmo tempo que procura o que leva uma comunidade a identificar-se com o seu habitat, seja ele uma aldeia, uma cidade ou uma metrópole.

Embora com menos intensidade, este tema foi parte de uma discussão prévia dentro do GTH sobre a intervenção deste gabinete, de forma dispersa pela cidade ou, como se verificou, concentrada numa área e sentindo a «angústia do papel em branco» e fazendo também uma parte nova de cidade (Borges e Marat-Mendes, 2020). Foi também recuperado nos contributos para a Expo'98 e na proposta para o PP4-Norte, aí articuladas com a ideia de uma paisagem meridional compacta.

Em paralelo com o constante recurso à doutrina, Silva Dias tem presente a perspectiva da mudança, lembrando que «cada ideia tem em si o gene da sua própria transformação» (*Ibidem*).

Debates e controvérsias: a «Casa Portuguesa», as utopias e o urbanismo generoso

Tendo uma atitude crítica e reflexiva associada à vontade de intervir nos vários domínios da sua acção, foram diversas as intervenções de protesto, afirmação e reivindicação na esfera pública. Estas estão presentes nas intervenções na AML ou na AAP mas também no contexto do exercício crítico da profissão e cidadania. São exemplos: i) a manifesta crítica cultural e política que dirige à arquitectura nacionalista e à «Casa Portuguesa», polémica em que se envolveu directamente; ii) as intervenções projectuais polémicas, como as visões utópicas para Lisboa; e iii) a visão, que defende, de um urbanismo como campo estético, por oposição à tendência de especialização técnica em torno do projecto da cidade.

Silva Dias dá eco à polémica em torno da «Casa Portuguesa», envolvendo-se em 1970, por ocasião da exposição retrospectiva da obra de Raul Lino na Fundação Calouste Gulbenkian, em debate público e publicado com Pedro Vieira de Almeida e José Augusto França (Silva Dias, 1970; França e Almeida, 1970).

No artigo «A propósito da exposição sobre obras de Raul Lino, e do seu catálogo», Silva Dias discute a obra teórica e o percurso profissional de Raul Lino, a que se opunha assumidamente, em nome individual mas também em representação de um colectivo de geração. A mostra, que pretendia associar o homenageado à ideia de modernidade, foi contestada em dois abaixo-assinados que se opunham à leitura forçada de um percurso que, devoto aos «valores do passado», era agora revisto como moderno e progressista. Neste artigo, Silva Dias esclarece que apesar de o objectivo inicial do IARP ser o de reforçar a ideia de um estilo nacionalista, concluiu-se não existir tal coisa como a definição de uma única «Casa Portuguesa». É ainda reflexo desta oposição a contestação pública que faz aos termos do concurso «Casas para professores» (Silva Dias e Andrade, 1974) por definirem à priori a ideia de cinco projectos tipo para cinco regiões do país, pressuposto que considera equívoco.

As utopias, necessárias à transformação das cidades e por inerência controversas, marcam a acção projectual de quem tem uma visão, um desígnio. No caso de Silva Dias, são as propostas para a frente ribeirinha, para o Martim Moniz e para o(s) Vale(s) de Chelas, em Lisboa, que alimentam visões ambiciosas para a cidade e para o espaço público.

São exemplos desta investigação a idealização de uma ligação entre o Alto de Santa Catarina e o rio através de uma ponte habitada a rematar em elemento icónico na

edificação da Ópera do Tejo, edifício que viveria da água e alimentaria a histórica relação de Lisboa com o rio (Silva Dias, 1999b); e a visão do Martim Moniz, apresentada em concurso público em 1982, como um espaço público que medeia a ligação superior entre as colinas do Castelo e de Sant'Ana, com recurso a ponte, elevador e escadas rolantes públicas (Silva Dias, 1982, 1999c), parcialmente realizada nas Escadinhas da Saúde, Mouraria (2018).

A grande utopia realizada de Chelas contém desígnios que se viram frustrados. A idealização de uma ocupação meridional, num equilíbrio edificado de cumes e encostas favoráveis, enfatizada pela arborização do(s) vale(s), encontrou obstáculo no nó viário que constitui a actual quadra central de Chelas e cuja dimensão «esteriliza a vida urbana» em seu redor. A utopia agora passa por um projecto de conciliação que recupere o sonho da «generosa década de 60» (Silva Dias, 2000b).

Sem grande controvérsia, Francisco da Silva Dias é conhecido pelo seu percurso e projecto – de arquitectura e urbanismo – generosos, conceito que herda de Keil do Amaral, deixando para trás o vedetismo e procurando promover a cidade poética e política. Este projecto de cidade estabelece uma significativa oposição à «grande desgraça» (Consiglieri e Duarte, 2002) que considera ser a ideia de desenhar a cidade a partir dos números, definindo a disciplina do urbanismo como um campo de actuação estética, afastado da ideia «urbanimétrica». Projectar a cidade, tal como projectar os edifícios, é definir o desígnio, entender «homens, sítios e tempos» (Silva Dias, 2017: 9) e «relacionar volumes, espaços, claridades, texturas, cores, funções» (Consiglieri e Duarte 2002: 43), encontrando generosamente o justo equilíbrio do Belo. É entender «a Arquitectura como Arte Pública e o direito à Beleza» (Silva Dias, 1998b).

Bibliografia fundamental

- Pereira N T, Freitas A P, Silva Dias F (1980) Zona 4 Estremadura. In *Arquitectura Popular Em Portugal*, 2.ª edição. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses: 351-451.
- Ribeiro A I, Canelas A (coords.) (2006) *50 Anos de Arquitectura e Urbanismo Em Portugal Através Da Obra de Francisco Silva Dias*. Almada, Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, Câmara Municipal de Almada.
- Silva Dias F (1985) Arquitectura. In R M Gonçalves, F S Dias (eds.) *10 Anos de Artes Plásticas e Arquitectura Em Portugal, 1974-1984*. Lisboa, Editorial Caminho: 91-145.
- Silva Dias F (1997) Operações SAAL Sul, Operação SAAL Alto Dos Moinhos, Zambujal, Lisboa 1974-1978. In A Becker, A Tostões, W Wang (eds.) *Arquitectura Do Século XX: Portugal*. Munchen, Prestel: 272.
- Silva Dias F (2017) *Raízes e Perspectivas Do Urbanismo Meridional Português*. Lisboa, Caleidoscópico.

Referências secundárias

- Bandeirinha J A (2007) *O Processo SAAL e a Arquitectura No 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Bordalo A (2007) *Bairro do Alto dos Moinhos : estudo de caso*, Dissertação de mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE.
- Borges J C, Marat-Mendes T (2020) Conversa Com Francisco Silva Dias Sobre o Plano de Urbanização de Chelas | Social Housing Was Always a Pond for Young Architects and New Ideas Interview to Francisco Silva Dias on the Chelas Urbanization Plan. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 41: 1-23.
- Consiglieri V, Duarte R B (2002) Entrevista a Francisco Silva Dias – A Conceção Dos Espaços Urbanos Como Acto Político. *Arquitectura e Vida*, 32: 36-43.
- Esteves J (1987) Três Conversas... a Partir de Uma Conversa Com o Arquitecto Francisco Silva Dias a Propósito Do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa. *Jornal Arquitectos*, 59(Projecto local): 22-23.
- Fernandes J M, Janeiro M L (2015) *O Livro de Nova Oeiras*. Oeiras, Município de Oeiras.
- Ferreira F, Silva Dias F, Carvalho J S, Teotónio Pereira N, Ponte T N (1987) *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Fonte M M A (2012) *Urbanismo e Arquitectura Em Angola*. Lisboa, Caleidoscópio.
- França J-A, Almeida P V (1970) Ainda “o Caso Raul Lino”. José-Augusto França e Pedro Vieira de Almeida Respondem a F. Silva Dias. *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, 116: 138-40.
- Mendes A, Silva Dias F (1964) Estudos de Ocupação de Encosta Na Cidade de Lisboa. *Boletim Do Gabinete Técnico Da Habitação Da CML*, 1(2): 80-84.
- OA (2012) Homenagem a Francisco Silva Dias. Disponível em: <https://www.arquitectos.pt/index.htm?no=2020493575,154>.
- Planeamento – GTH-CML. 1976. “Plano de Urbanização Da Zona de Chelas – Zona I.” *Binário. Arquitectura, Planeamento e Design*, n.º 205-206: 16-20.
- Quintã M M G (2019) *Modern Schools in Angola, 1961-1975: design with climate and heritage*, Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa e L'École Polytechnique Fédérale de Lausanne.
- Silva Dias F (1959a) Reflexões sobre a Cidade. *A Província de Angola*.
- Silva Dias F (1959b) As Cidades. Os Urbanistas. *A Província de Angola*, 6 de fevereiro.
- Silva Dias F (1959c) Ainda as Cidades e Os Urbanistas. *A Província de Angola*, 3 de abril.
- Silva Dias F (1959d) A Igreja e o Homem Moderno. *A Província de Angola*.
- Silva Dias F (1970) A Propósito Da Exposição Sobre Obras de Raul Lino. *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, 115: 94-96.
- Silva Dias F (1976) “Centro Urbano de S. André. 1.º Estabelecimento, Estudo Prévio.” *Binário. Arquitectura, Planeamento e Design*, no. 209-210: 210-12.
- Silva Dias F (1982) Renovação Urbana Do Martim Moniz – Proposta de Francisco Silva Dias. *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento*, 146: 43-56.
- Silva Dias F (1987) Breve Relato de Uma Experiência Viva de Habitação Evolutiva. *Jornal Arquitectos*, 60 (Arquitectura Evolutiva): 8-9.
- Silva Dias F (1998a) A Recuperação Do Edifício Dos Paços Do Concelho de Lisboa. *Monumentos*, 9: 94-97.
- Silva Dias F (1998b) Cidadania e Direito à Beleza. *Lisboa Urbanismo*, 1: 3.
- Silva Dias F (1999a) A História, a “Integração Das Três Artes” e a Recuperação Do Edifício Dos Paços Do Concelho de Lisboa. *GEHA – Revista de História, Estética e Fenomenologia Da Arquitectura e Do Urbanismo*, 2(3): 133-40.
- Silva Dias F (1999b) Utopia Para a Beira Rio. *Lisboa Urbanismo*, 7: 11-16.
- Silva Dias F (1999c) Utopias Para o Martim Moniz. Crónica de Um Antigo Projectista. *Lisboa Urbanismo*, 4: 16-21.

- Silva Dias F (2000a) *Raízes e Perspectivas Do Urbanismo Meridional Português: A Arte Urbana Dos Aglomerados Portugueses de Influência Mediterrânica*, Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Silva Dias F (2000b) Utopias e Realidades Para Os Vales de Chelas... e a Começar Em Francisco de Holanda. *Lisboa Urbanismo*, 9: 14-21.
- Silva Dias F (2001) O Desenho Da Cidade, Do Pensamento à Mão. In M H Barreiros (ed.) *Lisboa. Conhecer, Pensar, Fazer Cidade*. Lisboa, Centro de Informação Urbana de Lisboa: 10-15.
- Silva Dias F (2011) *Contos Da Memória Que Falece*. Fonte da palavra.
- Silva Dias F (2012) Intervenção Do Deputado Municipal Francisco Silva Dias Sobre a Informação Escrita Do Presidente, 2.ª Reunião da Sessão Ordinária da AML (iniciada no dia 24/04/2021). Lisboa, 8 de Maio, Portugal.
- Silva Dias F (2019a) *Lisboa, Eça, Os Maias e Os Olivais*. Lisboa, Caleidoscópio.
- Silva Dias F (2019b) *Longe e Perto 20 Paisagens Do Século 20*. Lisboa, Caleidoscópio.
- Silva Dias F, Andrade J J (1974) Casas Para Professores. *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento*, 129: 20-27.
- Silva Dias F, Portas N (1972) Habitação Evolutiva. *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Construção, Equipamento*, 126: 100-121.
- Silva Dias, Francisco da, Raul Martins, António Ferreira Gomes, Ana Lazary, Maria da Graça Saraiva, Manuela Guimarães, José Serras Belo, Calçado de Carvalho, and José Monte Verde. 1976. "Plano Integrado Do Zambujal (Lisboa)." *Binário. Arquitectura, Planeamento e Design*, no. 205-206: 21-23.

11. Graça Índias Cordeiro

Rita Cachado

De Lisboa a Boston, um percurso de vida

Pioneira da Antropologia Urbana portuguesa, Graça Cordeiro (1960 –) nasceu e cresceu em Lisboa, cidade que acabou por determinar uma parte importante do seu percurso profissional. Viveu num dos limites do bairro de Alvalade, num apartamento no final da Av. de Roma, em ambiente familiar, progressista e letrado. Frequentou a pré-primária e o 1.º ciclo de escolaridade num colégio de ensino misto, modalidade à época não permitida no ensino oficial, cujas escolas separavam rapazes e raparigas. Nos ciclos seguintes frequentou o ensino público na área de residência, fazendo parte de uma geração que viveu na adolescência a brusca mas feliz transição de um regime ditatorial para um sistema democrático. Sob influência dos irmãos mais velhos, o envolvimento político de Graça Cordeiro começou cedo, tendo mesmo sido presa em 1973, numa Assembleia Geral de estudantes do Liceu Padre António Vieira. O período pós-25 de abril foi vivido num misto de atividades culturais e lutas partidárias no liceu e fora dele. Foi apanhada pelo primeiro «ano propedêutico», com aulas transmitidas pela televisão e duas épocas de exames nacionais de acesso ao ensino superior. Esse ano marcou-a pela liberdade de horários e pela descoberta da cidade, o alargamento da rede de amigos e de interesses, tendo igualmente conhecido a noite lisboeta dos finais dos anos 1970 em estabelecimentos ainda existentes como a Cervejaria Trindade e outros que entretanto desapareceram, como o bar Bolero no Martim Moniz, o Mosaico na Graça ou a discoteca Lontra em São Bento.

Inspirada por este período que viveu intensamente nos espaços públicos da cidade, desde os primeiros anos da licenciatura em Antropologia que começou a interessar-se pela relação entre sociabilidade e a vida cidadã⁴⁰. Acabou por escolher o curso de

⁴⁰ Graça Índias Cordeiro foi entrevistada pela autora do capítulo em 19/12/2015 (com Lúcia Ferro, a quem agradeço), 21/12/2017 e 26/02/2020. As duas primeiras entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto «Etnógrafos Urbanos em Portugal. Retratos profissionais, arquivos etnográficos e revisitação de terrenos», financiamento FCT (SFRH/BPD/108265/2015). A terceira entrevista foi rea-

Antropologia em vez de Filologia Românica e de Geografia, anteriormente ponderadas, por lhe ter agradado o seu plano de estudos abrangente e multidisciplinar, tendo ingressado na FCSH-UNL em 1978/79. Além das aulas de José Carlos Gomes da Silva, primeiro professor de Antropologia Social e Cultural, marcaram-na professores de outras áreas, como Raquel Soeiro de Brito em Geografia, Vitorino Magalhães Godinho em História Económica e Social, Manuel Nazareth nos Métodos Quantitativos, David Justino em Economia, Bracinha Vieira em Etologia, Óscar Soares Barata em Sociologia e Dias Farinha em Estudos Árabes e Islâmicos. A monografia final do curso, realizada em coautoria com Ana Isabel Afonso, debruçou-se sobre a estigmatização e segregação sócio-espacial da população conhecida como malpiqueiros, minoria em Castelo de Vide⁴¹ e continha já fragmentos de análise territorial urbana, bem como interrogações éticas sobre a utilidade pública da antropologia, interesses que vieram a acompanhar toda a sua carreira.

Completo o primeiro mestrado em ciências sociais criado em Portugal (1983-87), sob coordenação de Vitorino Magalhães Godinho, na especialidade Antropologia Social e Cultural e Sociologia da Cultura. A conceção multidisciplinar do mestrado, «com a ideia de que a ciência social é uma e com várias disciplinas que trabalham para a compreensão holística»⁴², veio a influenciar decisivamente o conceito de Antropologia Urbana defendido pela autora. É nesse mestrado que conhece o sociólogo **Luís Vicente Baptista**, com quem virá a coordenar programas de formação superior na área da Antropologia Urbana e dos Estudos Urbanos.

A sua investigação para a tese de mestrado começou por ser sobre o lazer num bairro de Lisboa, Campo de Ourique, e foi-se concretizando numa etnografia sobre um jogo popular urbano, o jogo da laranjinha, um contexto de sociabilidade masculina que Graça Cordeiro descreve e analisa e para a qual conta com a ajuda de fotografias de Luís Pavão. A Laranjinha assemelha-se ao jogo da malha, embora jogado em ambiente interior, então presente em algumas coletividades de cultura e recreio em Lisboa.

Ainda como mestranda, inicia a carreira de docência, primeiro como Professora de Geografia no ensino básico e secundário em Vila Franca de Xira (1983-1984) e depois no ISCTE, não sem antes ter estado um breve período na *Université Libre de Bruxelles*, como bolseira, a convite de Luc de Heusch. Em setembro de 1984, quando estava prestes a ingressar num mestrado em *Civilization Africaine*, foi contratada, por concurso, como assistente estagiária para a equipa da cadeira de Introdução à Antropologia Social coordenada por Raúl Iturra na então recém-criada licenciatura de Antropologia Social do ISCTE. Foi aqui que veio a adquirir uma base de inspiração anglo-saxónica complementar à sua anterior formação francófona.

lizada especificamente para este livro e no âmbito do projeto Etnografia Urbana em Portugal (ISCTE, CIES-IUL/FCT (4, 5 e 6 art.º 23 DL57/2016 27/Ago, Lei 57/2017 19/Jul). A primeira secção deste capítulo foi trabalhada com o auxílio de Graça Cordeiro, a quem agradeço a disponibilidade, as entrevistas e a partilha do CV completo.

⁴¹ A tese foi orientada por Maria Cândida Porto e mais tarde recebeu uma menção honrosa do Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide.

⁴² Entrevista a Graça Índias Cordeiro, 21/11/2017.

Raúl Iturra acolheu e incentivou o seu interesse pela Antropologia Urbana tendo, aliás, feito a ligação ao grupo de antropólogos catalães que estavam a iniciar um departamento no pólo da Universidade de Barcelona em Tarragona, com um doutoramento pioneiro em antropologia urbana coordenado por Joan Pujadas. É o início de uma longa história de colaboração com antropólogos catalães, que incluíam mais confortavelmente os mundos urbanos enquanto objetos de estudo do que a antropologia portuguesa. Entra no doutoramento, e em novembro de 1988 realiza a primeira de muitas estadias naquela que viria a tornar-se a *Universitat Rovira i Virgili* (URV), em Tarragona.

Foi nesta primeira estadia semestral que tomou contacto com obras e autores relevantes da Antropologia Urbana Norte-Americana, graças à generosidade de Joan Pujadas que lhe pôs à disposição a sua biblioteca pessoal⁴³. No ano seguinte, voltou a estar um semestre em Tarragona, já como Professora Visitante. Inspira-se na cadeira de Antropologia Urbana que partilha com os colegas catalães para propor, nas licenciaturas em Sociologia e Antropologia no ISCTE, uma cadeira optativa sob o tema, que funcionará ininterruptamente até 2019⁴⁴.

O início dos anos 1990 são integralmente dedicados ao doutoramento, com uma pesquisa etnográfica e histórica intensiva de um «bairro popular» de Lisboa, a Bica. O trabalho de campo organiza-se entre o quotidiano da Bica e o mergulho em vários tipos de arquivos⁴⁵. A etnografia de um bairro transforma-se numa análise mais densa sobre a construção sócio-histórica da própria ideia de «bairro popular» e a história social de um bairro lisboeta.

A proximidade com a antropologia espanhola, primeiro, e brasileira, mais tarde, são fundamentais na dinâmica de ensino e orientações, além da organização de seminários, conferências, projetos, cursos e publicações, que desenvolve a partir desse momento. Igualmente importante é a aproximação, na sua instituição, às áreas científicas da História, da Sociologia e da Arquitetura e Urbanismo, com quem partilhava confortavelmente o gosto pela cidade e os mundos urbanos⁴⁶. É neste quadro de intercâmbios que surgiu o Programa Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana, organizado entre o ISCTE e a URV Tarragona (2004-10), onde veio a formar-se uma geração de antropólogos e etnógrafos urbanos que, entre outras coisas,

⁴³ Entrevista a Graça Índias Cordeiro, 21/11/2017.

⁴⁴ Foi Professora do Departamento de Antropologia até à sua saída em 2010, para integrar o então novo Departamento de Métodos de Pesquisa Social, onde atualmente coordena e leciona no ISCTE-IUL a optativa Pesquisa de Terreno, oferecida nos mestrados da Escola de Sociologia e Políticas públicas, podendo ser frequentada como optativa livre, e em vários anos letivos chegou a mais de 100 alunos. Graça Cordeiro tem convidado professores como Inês Pereira, Rita Cachado, Daniel Malet Calvo e Otávio Raposo para lecionar as diferentes turmas.

⁴⁵ Graça Cordeiro reconheceu desde cedo a importância da constituição de arquivos para a investigação etnográfica, tendo-o feito tanto ao nível do mestrado (Cordeiro, 2016, publicação em acesso livre onde de resto podemos encontrar uma fotografia do jogo da laranjinha) como ao nível do doutoramento, para o qual criou uma base de dados com os registos de nascimento dos seus informantes e das festas do bairro, este último a partir de artigos de jornal (entrevista, 10/01/2018).

⁴⁶ Integrou o Conselho Científico e foi professora do Mestrado em Desenho Urbano, precursor do Mestrado Integrado de Arquitetura e Urbanismo no ISCTE.

têm desenvolvido a Rede de Etnografia Urbana (ETNO.URB, <https://etnourb.hypotheses.org/>).

Conhecer Gilberto Velho (1945-2012) em 1996, na sua primeira visita ao ISCTE, convidado por Joaquim Pais de Brito, foi outro marco que abriu um *portal* de comunicação com a antropologia brasileira (Bastos, 2017: 163). Para o receber, Graça Cordeiro organiza um primeiro colóquio sobre Antropologia Urbana, com um duplo objetivo: apresentar as antropologias urbanas portuguesa, espanhola e brasileira e discutir o potencial de interseção disciplinar deste campo de interesses. Na altura, os comentários elogiosos que Gilberto Velho fez à sua tese de doutoramento defendida nesse ano – «trata-se de uma verdadeira tese de antropologia *da cidade*» e não «uma qualquer tese de antropologia *na cidade*»⁴⁷, deram-lhe alento para a revisão necessária à sua publicação, na prestigiada coleção Portugal de Perto da editora Dom Quixote, no ano seguinte⁴⁸ (ver Cordeiro, 1997). Desde aí mantiveram uma colaboração profissional e amizade constante até ao seu falecimento em 2012 (Cordeiro, 2014a). As relações com a Antropologia brasileira expandiram-se a partir dessa altura, com frequentes estadias como conferencista e Professora Visitante, parcerias de investigação e publicações, desde Natal até Belo Horizonte; mas as âncoras mais importantes nesta relação com o Brasil têm sido, por um lado, a UFRJ e a UFF, no Rio de Janeiro, com uma geração promissora de antropólogos e antropólogas, e com o departamento de Antropologia da USP por outro, através de uma colaboração de longos anos com Heitor Frúgoli Jr. e com José Guilherme Magnani, entre outros.

Mais recentemente, com início em 2009, os interesses de investigação de Graça Cordeiro deslocaram-se para a área de Boston, nos EUA, onde tem estudado as transformações do *label Portuguese Speaker* num território intensamente urbano e cosmopolita, com estadias semestrais como Investigadora e Professora Visitante. Tim Sieber, Professor na Universidade de Massachussets em Boston, que conheceu em 1998 em Lisboa, durante o seu trabalho de campo nas transformações da frente ribeirinha do atual Parque das Nações, foi o facilitador desta mudança de terreno.

Construindo redes interdisciplinares

Na obra de Graça Cordeiro, encontramos importantes contributos para pensar os conceitos de lugar e bairro, sociabilidade e associativismo populares, entre outros. Metodologicamente, é a etnografia urbana e o atravessamento das suas fronteiras disciplinares que mais fazem correr tinta nas suas publicações, além da sempre presente noção de escala como forma de perspetivar o urbano e janela de observação para ajudar a pensar a etnografia realizada nas cidades.

Em *Laranjinha, lazer, solidariedade: um ensaio de Antropologia Urbana* (1987) é estudada uma rede de jogadores, contribuindo para conhecer de perto as sociabilidades urbanas e a cultura popular lisboeta (Frugoli *et al.*, 2014: 452). Desta forma, apesar de ainda não estar, nessa altura, familiarizada com a literatura da Antropologia

⁴⁷ Este é um debate frequente, inscrito, por exemplo, por Eames e Goode (1977: 31-34).

⁴⁸ Entrevista a Graça Índias Cordeiro, 10/01/2018.

Urbana, entrava já no seu campo, privilegiando um enfoque circunscrito no território, observando «de perto e de dentro», como José Magnani viria a caracterizar a etnografia urbana (Magnani, 2002).

Imbuída do espírito de pesquisa antropológica das então chamadas sociedades complexas, Cordeiro resgatou a memória através da etnografia em Campo de Ourique, incluindo uma pesquisa de arquivo exaustiva, particularmente a leitura e análise dos livros de atas semanais ao longo de três décadas (Cordeiro, 2016: 30), permitindo-lhe «entrar no quotidiano» daquela coletividade em particular e da cidade por arrasto. Desta forma, podemos dizer que a etnografia urbana entrava no contexto português através de uma prática clássica antropológica, com evidentes vantagens para a compreensão do domínio do simbólico na coletividade em causa.

O mesmo aconteceu, de forma mais aprofundada e, agora sim, iniciada na literatura em Antropologia Urbana norte e sul-americana, catalã e francesa, no contexto do *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica* (1997), onde aprofundou as questões de sociabilidade, cultura popular e se debruçou na ideia de bairro. Crítica da conceção, quase hegemónica nos anos 1990, de bairro popular e de bairro histórico, o seu contributo passou também por desconstruir a história das marchas populares de Lisboa, sedimentadas nas políticas culturais do Estado Novo mais do que nas supostas tradições lisboetas, muito embora existissem festividades associadas a Santo António de forma continuada (Cordeiro, 1997: 231). Assim, muito embora contribuindo para uma então nascente Antropologia Urbana em Portugal, o trabalho de Cordeiro sobre o bairro da Bica integra de certa forma o debate antropológico em torno dos efeitos da ditadura no contexto democrático português, ao interpretar os conteúdos do que é considerado «popular» (ver Almeida, 2009; Leal, 2006).

A Antropologia Urbana em Portugal é desenvolvida, contudo, num contexto interdisciplinar, mais do que como ramo da ciência antropológica. Foram estabelecidas fortes redes com a Sociologia desde o início, uma Sociologia Urbana nascente, por seu lado, onde os colegas **Luís Vicente Baptista** e **António Firmino da Costa** jogam um papel central. Este último autor escreve com Cordeiro um capítulo intitulado «Bairros, contexto e intersecção» (Cordeiro e Costa, 1999) num livro importante para a Antropologia Urbana escrita em português, editado por Gilberto Velho, amigo e colega de ambos os autores, *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*. É um texto sobejamente citado por nele figurar uma das raras definições de bairro úteis às pesquisas urbanas (ver Cordeiro e Costa, 1999: 60-1), dentro ou fora da Antropologia Urbana, mas antecedida por uma interrogação a nosso ver igualmente útil, menos citada, que aqui reproduzimos:

será o bairro um lugar intermédio entre essas pequenas unidades de moradores e unidades mais vastas? Ou será uma entidade virtual, não passando de uma tradição inventada e produzida por entidades alheias aos seus habitantes embora sem correspondência a outros colectivos localmente estruturados? (Cordeiro e Costa, 1999: 60).

Podemos dizer que nela reside também a base para a noção de Etnografia Urbana sugerida por Cordeiro no livro *Etnografias Urbanas* que editou com **Luís Vicente Baptista** e **António Firmino da Costa** (2003). O capítulo «A Antropologia Urbana

entre a tradição e a prática» convoca um aspeto relevante para o livro que temos em mãos, uma melhor compreensão sobre as práticas dos investigadores⁴⁹, como é o seu trabalho e aquilo para que procuraram contribuir. Nele, elabora uma história internacional e depois nacional da Antropologia Urbana de forma concisa, integra a ideia de escala, que viria a acompanhá-la, tanto no que escreve, como em aulas e debates públicos. Para Graça Cordeiro, este conceito, além das potencialidades teóricas, tem uma vertente prática, quase metafórica e autoexplicativa. Escala vai desde um enfoque permanente, geral, que abarca a cidade, para um enfoque cada vez mais preciso, de lente aberta, junto às pessoas, a microescala (Cordeiro, 1997: 251; Cordeiro, 2003a: 15).

É através da ideia de microescala que entendemos outro conceito central na sua obra, o de rua. É na rua que a vida urbana acontece, por excelência. Ou que não acontece, se por momentos nos detivermos nas imagens que representam, globalmente, os confinamentos para reduzir o contágio de Covid-19. Em regra, a vida urbana «normal» é na rua e é à rua que volta. Das manifestações às procissões, o passeio e o quotidiano, passam-se na rua. Resultado de um projeto de investigação de equipa que, justamente, juntou investigadores com quem Graça Cordeiro já trabalhava, e outros mais juniores que alargaram o leque disciplinar da abordagem da etnografia urbana, o livro *A Rua. Espaço, Tempo, Sociabilidade* organizado com Frédéric Vidal (2008) dedica-se a essas práticas urbanas, ao nível da rua: com a lente da rua, as vizinhanças, interações sociais, o conflito, a vigilância, a circulação, os projetos *versus* as práticas, são temas que ganham corpo, seja através de etnografias do presente, seja através de pesquisa de arquivo.

No projeto de investigação «O Lugar da Rua»⁵⁰ que produziu este livro entre outros resultados, as disciplinas que colaboraram para o crescimento da Antropologia Urbana em Portugal estenderam-se além da Sociologia, para a História, a Arquitectura, a Geografia, só para referir as mais evidentes. É nesse espaço disciplinar alargado que se forja ainda durante este projeto, o doutoramento internacional em Antropologia Urbana e mais tarde o Doutoramento em Estudos Urbanos, ambos interuniversitários e ambos interdisciplinares, bem como projetos em que participa ao longo dos anos 2010, como o «Cidades em Mudança»⁵¹, e «A Arte no Trabalho e o Trabalho da Arte»⁵². O primeiro debruçou-se sobre diversidade sociocultural em Lisboa e no Rio de Janeiro, com a cooperação entre investigadores portugueses e brasileiros, enquanto o segundo se focou na relação entre arte e processos migratórios, contribuindo para adensar os debates sobre integração.

Os contributos de Graça Cordeiro pautam-se igualmente pela influência analítica junto de várias gerações de antropólogos e de outros cientistas sociais, nos debates sobre conceitos como bairro e rua (Cordeiro, 1994, 1999, 2007a, 2010a, 2017, 2019; Cordeiro e Costa, 1999; Sieber *et al.*, 2012), cidade (Baptista e Cordeiro, 2018; Cordeiro, 2001a, 2001b, 2003b, 2007b, 2010b; Cordeiro e Baptista, 2015), sociabilidades

⁴⁹ A ideia de «práticas», aqui, decorre do «*makings*» sugerido por exemplo por Sanjek (1990).

⁵⁰ Referência do projeto: FCT POCI/ ANT/57506/2004.

⁵¹ Cidades em mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil, Convénio FCT/CAPES 2016/2017, coord. Renata Sá Gonçalves (UFF) e Graça Índias Cordeiro (CIES, ISCTE-IUL).

⁵² O trabalho da arte e a arte do trabalho: circuitos criativos de formação e integração laboral de imigrantes em Portugal, coord. Lígia Ferro e Otávio Raposo, CIES-IUL/ACM/CE (FEINPT).

e associativismo (Cordeiro, 1991, 1997, 2010c), entre outros menos circunscritos, mas sempre associados à vida urbana (Baptista e Cordeiro, 2002; Cordeiro, 2012, 2014b; Cordeiro e Baptista, 2015). Como vimos, estes conceitos foram inicialmente desenvolvidos nas teses de mestrado (Cordeiro, 1987) e de doutoramento (Cordeiro, 1997) e posteriormente em diversos trabalhos onde perpassa a abordagem urbana destes fenómenos, fazendo cruzar a Antropologia com outras áreas do conhecimento sem engavetamentos estanques, em função das diferentes relações que vai construindo ao longo da carreira.

De resto, o trabalho mais recente como Investigadora no contexto de Boston e da defesa da *label Portuguese Speakers*, faz inscrever o trabalho de Graça Cordeiro não só na produção de conhecimento sobre as cidades, como na produção de conhecimento sobre migrações e das formas como estas se inscrevem nos contextos urbanos (Schiller e Çağlar, 2011).

Antropologia Urbana, janela de observação

No âmbito dos principais debates, o conceito de escala entrou paulatinamente no seu trabalho e nas suas intervenções como antes enunciado, sublinhando sempre a ideia de janela de observação sobre a cidade, que se consubstancia naquilo que em ciências sociais se designa por vezes como objeto de estudo ou estudo de caso, e na abertura da objetiva, pegando nessa metáfora tão importante na sua fala, para escalas que se abrem de forma sucessiva à cidade (Cordeiro e Baptista, 1999; Cordeiro, 2001a, 2017) conforme as temáticas específicas em análise em cada pesquisa⁵³.

A sua intervenção na esfera pública é indissociável da participação na vida académica, tendo contribuído para a formação de cursos e de cadeiras diferenciadas, promovendo cumulativamente os debates que envolvem a metodologia etnográfica em contextos urbanos; a institucionalização do espaço científico da Antropologia Urbana; a intervenção académica em prol de parcerias interuniversitárias e da interdisciplinaridade.

Enquanto membro do Conselho Diretivo do ISCTE (1996-2000) iniciou e coordenou um Gabinete de Estágios, no âmbito do qual deu forma a um programa de estágios em Antropologia (Cordeiro, 2008)⁵⁴. Na continuidade deste interesse pela profissionalização da disciplina, e aproveitando a reestruturação curricular dos cursos impulsionada por «Bolonha», propõe a criação de um Laboratório de Práticas Profissionais de Antropologia. Fez ainda parte do grupo que fundou o Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS)⁵⁵ e participou no lançamento da Associação Portuguesa de Antropologia, tendo feito parte de alguns dos seus órgãos sociais.

⁵³ Além da bibliografia referida, a inscrição desta abordagem pode ser conferida num conjunto de apresentações em conferências e mesmo em nomes de disciplinas lecionadas, como Territórios, escalas e metodologias no Mestrado de Antropologia. Patrimónios e Identidades, ao longo dos anos 2000.

⁵⁴ Programas de Desenvolvimento Educativo para Portugal, que enquadraram os primeiros estágios profissionais no final das licenciaturas.

⁵⁵ O CEAS inaugurou a edição da revista *Etnográfica* e viria a fundir-se no CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia em 2007.

Graça Cordeiro foi chamada muitas vezes por colegas estrangeiros a falar sobre a Antropologia Urbana em Portugal⁵⁶, o que lhe indicava a necessidade de estabelecer esta área no meio universitário português. Uma das suas características principais como professora universitária tem sido a colaboração constante com colegas nacionais e estrangeiros, sendo difícil encontrar um semestre lecionado sem convites a colegas para apresentar os seus trabalhos em sessões, em função das suas especialidades. No contexto do doutoramento em Antropologia Urbana, a colaboração com colegas nacionais e internacionais intensificou diálogos científicos sobre territórios. A presença do geógrafo **Jorge Malheiros** e de **Luís Vicente Baptista** potenciou linhas de debate mais territorial, abrindo o campo urbano, citadino, para o campo metropolitano, ou colegas como o psicólogo Luís Fernandes e o antropólogo Oriol Romaní, que trouxeram o debate sobre territórios psicotrópicos, ou mesmo Michel Agier que abria a discussão sobre os campos de refugiados, cidades «incertas» (Agier, 2001), que raramente funcionam como lugar de habitação de passagem, antes se cristalizam no tempo.

Este lado do trabalho académico estabelecido em frequentes parcerias não ocorreu sem impasses, mas a história das relações sociais dos antropólogos e do crescimento da disciplina começou há pouco tempo (Silverman, 2004 *apud* Peace, 2006), havendo por isso um longo caminho a percorrer, que não se esgota neste capítulo.

A intervenção de Graça Cordeiro na esfera pública para lá da academia evidencia-se pela participação em eventos de extensão científica e ações de divulgação e promoção da cultura científica, sobretudo os que promovem a interação entre a universidade e a sociedade civil. Estes vão desde a tradução (p. ex. Agier, 2011) e o lançamento de livros até à organização de exposições, passando por participações em seminários fora dos espaços académicos, e colaborando ainda pontualmente com a Televisão (programa Sociedade Civil), Rádio e Jornais. Em entrevista⁵⁷, refere-se sobretudo à participação em Tertúlias sobre renovação das marchas de Lisboa que eram depois noticiadas na imprensa, recordando ainda especificamente pedidos recorrentes para falar sobre «tribos urbanas», preferindo muitas vezes encaminhar para outros colegas. Desta forma, a sua obra e forma de intervir passam inegavelmente por nutrir uma rede alargada de colegas e pela colaboração interdisciplinar.

Bibliografia fundamental

- Baptista L V, Cordeiro G Í (2002) Presentes e Desconhecidos. Reflexões sócio antropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40: 23-43.
- Baptista L V, Cordeiro G Í (2018) De cidade desconhecida a cidade maravilhosa. Um percurso partilhado de pesquisa urbana em Lisboa. In R S Gonçalves, L Ferro (orgs.) *Cidades em Mudança: processos participativos em Portugal e no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad Editora: 19-40.
- Cordeiro G Í (1987) *Laranjinha. Lazer, solidariedade: um ensaio de antropologia urbana*, Dissertação de Mestrado em Antropologia. Lisboa, FCSH-UNL.

⁵⁶ Entrevista a Graça Índias Cordeiro, 26/02/2020.

⁵⁷ Entrevista a Graça Índias Cordeiro, 26/02/2020.

11. Graça Índias Cordeiro

- Cordeiro G Í (1991) Espaço associativo urbano: bases éticas para práticas lúdicas. In J P Brito, B J O'Neill (eds.) *Lugares de aqui: actas do seminário terrenos portugueses*. Lisboa, Dom Quixote: 201-221.
- Cordeiro G Í (1994) O fado no bairro da Bica: a casa da Milú. In J P Brito (org.) *Catálogo da Exposição O Fado: Vozes e sombras*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia/Electa:58-73.
- Cordeiro G Í (1997) *Um bairro na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica*. Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro G Í (1999) Pleins feux sur la ville: mémoire et identité d'un quartier emblématique de Lisbonne. *Ethnologie Française*, XXIX(2): 213-224.
- Cordeiro G Í (2001a) Territórios e Identidades: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. *Estudos Históricos*, 28: 125-142.
- Cordeiro G Í (2001b) Trabalho e Profissões no imaginário de uma cidade: sobre os «tipos populares» de Lisboa. *Etnográfica*, V(1): 7-24.
- Cordeiro G Í (2003a) Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista e pitoresca. *Sociologia*, 13: 185-199.
- Cordeiro G Í (2003b) A antropologia urbana entre a tradição e a prática. In G Í Cordeiro, L V Baptista, A F Costa (orgs.) *Etnografias Urbanas*. Oeiras, Celta: 3-32.
- Cordeiro G Í (2007a) Entre a rua e a paisagem. Reflexões em torno da urbanidade de Lisboa. *Ler História*, 52: 57-72.
- Cordeiro G Í (2007b) Terrains urbains au Portugal: la ville à l'échelle de l'ethnographie. In R Villanova (dir.) *Conjuguer la ville. Architecture, Anthropologie, Pédagogie*. Paris, L'Harmattan: 91-109.
- Cordeiro G Í (2008) Practical training enters Portuguese universities. *Anthropology News*, 49(6): 9.
- Cordeiro G Í (2010a) As cidades fazem-se por dentro: desafios de etnografia urbana. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 20/21: 111-121.
- Cordeiro G Í (2010b) Pátio. In C Topalov, L C de Lille, J-C Depaule, B Marin (eds.) *L'aventure des mots de la ville. A travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris, Robert Lafont: 889-895.
- Cordeiro G Í (2010c) Associações recreativas. In S Castelo-Branco (dir.) *Enciclopédia de Música em Portugal no Século XX*. Lisboa, Círculo de Leitores: 82-83.
- Cordeiro G Í (2012) De minoria étnica a maioria linguística. Metamorfoses do sentido de português em Massachusetts (séc. XX-XXI). *Antropolítica*, 32: 19-40.
- Cordeiro G Í (2014a) Do próximo ao complexo: o desafio antropológico da cidade. In C Castro, G Í Cordeiro (orgs.) *Mundos em Mediação. Ensaios ao encontro de Gilberto Velho*. Rio de Janeiro, FGV Editora: 21-32.
- Cordeiro G Í (2014b) Belongings and Interactions: Negotiating Portuguese-Speaking Identities in Boston. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 26: 111-126.
- Cordeiro G Í (2016) Tempos e vozes de uma pesquisa etnográfica: reflexões sobre o “arquivo da laranjinha”. In S V Almeida, R Cachado (org.) *Os arquivos dos antropólogos*. Caldas da Rainha, Palavrão: 27-36.
- Cordeiro G Í (2017) A cidade à escala da rua. Usos e significados do passado na afirmação de “tradições” locais urbanas. In R Cymbalista, S Feldman, B M Kuhl (orgs.) *Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas*. São Paulo, Anna Blume: 71-86.
- Cordeiro G Í (2019) Descompassos de uma etnografia: sobre os passados presentes de um bairro. *Tempo Social*, 31(1): 35-54.
- Cordeiro G Í, Baptista L V (1999) Tempos e escalas na identificação de uma cidade: duas leituras contrastadas sobre Lisboa. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humana-UNL*, 12: 243-254.
- Cordeiro G Í, Baptista L V (2015) Introduction: Lisbon places, urban experiences. *Portuguese Journal of Social Science*, 14(2): 119-122.

- Cordeiro G Í, Baptista L V, Costa A F (orgs.) (2003) *Etnografias Urbanas*. Oeiras, Celta.
- Cordeiro G Í, Costa A F (1999) Bairros: contexto e intersecção. In G Velho (org.) *Antropologia urbana. Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Zahar Editor: 58-79.
- Cordeiro G Í, Vidal F (orgs.) (2008) *A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade*. Porto, Livros Horizonte.
- Sieber T, Cordeiro G Í, Ferro L (2012) The Neighborhood Strikes Back: Community Murals by Youth in Boston's Communities of Color. *City & Society*, 24(3): 263-280.

Referências secundárias

- Agier M (2001) Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, 7(2): 7-33.
- Agier M (2011) *Antropologia da Cidade. Lugares, situações, movimentos*. São Paulo, Editora Terceiro Nome.
- Almeida S V (2009) *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A.* Lisboa, IELT/Edições Colibri.
- Bastos C (2017) Utopias, portais e antropologias urbanas: Gilberto Velho em Lisboa. *Análise Social*, 222, LII(1): 162-174.
- Eames E, Goode J G (1977) *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology*. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey.
- Frúgoli J H, Aderaldo G A, Rodrigues W E (2014) Antropologia Urbana (em língua) portuguesa: entrevista com Graça Cordeiro. *Revista de Antropologia* 57(2): 449-484.
- Leal J (2006) *Antropologia em Portugal. Mestres, percursos, transições*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Magnani J G C (2002) De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS*, 17(49): 11-29.
- Peace W (2006) Introduction: The University of Michigan's Department of Anthropology: Leslie White and the Politics of Departmental Expansion». *Michigan Discussions in Anthropology*, 16(1): 1-32.
- Sanjek R (ed.) (1990) *Fieldnotes. The makings of Anthropology*. Ithaca and London, Cornell University Press.
- Schiller N G, Çağlar A (2011) Locality and Globality. Building a Comparative Analytical Framework in Migration and Urban Studies. In N G Schiller, A Çağlar (eds.) *Locating Migration. Rescaling Cities and Migrants*. Ithaca e Londres, Cornell University Press: 60-81.

12. Isabel André

Ana Estevens

As ramificações de um percurso académico

Ao percorrer o trabalho de Isabel André (1956-2017) encontramos várias ramificações. Daí destacam-se os principais aspectos do seu percurso académico e as suas três grandes áreas de especialização: a geografia política, com destaque para sub-ramo da geografia eleitoral, os estudos de género e, por fim, as artes, frequentemente perspectivadas no quadro da cultura, das artes e da inovação social. A este elenco é possível acrescentar a sua preocupação com as metodologias de ensino e de investigação, dimensão na qual procurou sempre estimular uma aprendizagem activa e métodos participativos. Todas estas linhas de investigação tinham fortes e profundos alicerces numa ciência crítica, socialmente comprometida e não neutra, o que se reflectiu ao longo da sua carreira académica e da sua história de vida. Se a geografia eleitoral a entusiasmou inicialmente (ver André, 1988b; André e Honório, 1981; Gaspar *et al.*, 1982), foi sobre a geografia de género, a arte e a criatividade que trabalhou durante mais anos. Consciente da tripla função da universidade e dos académicos, procurou sempre estabelecer pontes entre a produção de conhecimento científico, o contributo para as políticas públicas e o desenvolvimento de metodologias de ensino e investigação. Como Professora e Investigadora, numa primeira fase, esteve ligada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL); posteriormente, transitou para o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da mesma universidade, quando a Geografia se autonomizou da FLUL. Aí deu aulas, coordenou diversos projectos de investigação e orientou teses de mestrado e doutoramento. Manteve ao longo do seu percurso académico as suas opiniões, por um lado críticas, mas, por outro, consensualizantes. Este equilíbrio, difícil, foi muitas vezes indispensável.

Marcada pela Revolução de 25 de Abril de 1974 iniciou a sua licenciatura em Geografia na FLUL no ano lectivo 1975/1976. Ainda no decorrer da licenciatura integrou, em 1978, por convite de **Jorge Gaspar**, a Linha de Acção «Estudos para o Planea-

mento Regional e Urbano», do Centro de Estudos Geográficos (CEG), inspirando-se na «Nova Geografia» e nas possibilidades que esta corrente de pensamento proporcionou à disciplina. Por esta altura, o departamento de Geografia ainda oferecia um ensino tradicional, com uma ligação muito forte à escola francesa e à geografia regional.

Os tempos, contudo, eram de mudança e de abertura, e a Isabel, curiosa e interessada em aprender, aproveitou a oportunidade (Rêgo, 2017; Silva, 2020). O seu interesse pelos métodos quantitativos e cartográficos foram acompanhados então pela aproximação progressiva a uma geografia qualitativa, ao pensamento marxista e à forma como as estruturas e as relações de produção capitalista produziam desigualdades territoriais e mecanismos condicionadores de desenvolvimento. Em 1980, terminou a sua licenciatura e, na sequência de um concurso público, iniciou a sua carreira académica como assistente no curso de Geografia.

É neste contexto que em 1984 termina o seu mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local na FLUL. A sua investigação, sobre o poder local, intitulou-se *O Poder Local: eleições, eleitos e gestão municipal. Contributo para a Geografia do Poder Local em Portugal* (André, 1984) e foi orientada por **Jorge Gaspar**. De seguida, embora continuando a trabalhar sobre geografia eleitoral, alargou o espectro a outras temáticas. Ao longo dos anos de 1980 e 1990, a Isabel André, geógrafa curiosa, inquieta e atenta ao que de novo acontecia, escreveu sobre fluxos financeiros (André, 1982), SIDA (André, 1988a), catolicismo (André e Patrício, 1988), instituições bancárias (André e Malheiros, 1990s) ou a Internet (André, 1996).

Em 1993 concluiu o doutoramento com uma tese em Geografia na área dos Estudos de Género, orientada por **João Ferrão**, «o amigo [que] chegou sempre antes do orientador», como se lê no preâmbulo do manuscrito. A Isabel foi a primeira mulher a receber este grau em Geografia em Portugal com uma tese em Estudos do Género. Intitulada *O Falso Neutro em Geografia Humana. Género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*, foi distinguida em 1995 com o Prémio Mulher Investigação Carolina Michaelis de Vasconcelos, atribuído pelo Conselho Consultivo das Organizações Não Governamentais, da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

No preâmbulo da sua tese de doutoramento explica como, apesar da mudança de tema, a formação em geografia política se manteve uma inspiração:

A «desneutralização» dos temas tratados em Geografia Humana assumiu uma expressão importante no período em que me licenci em Geografia (1975/1980), integrando-se num contexto global em que nada podia ser neutro. Essa vertente da formação geográfica agradou-me particularmente e por isso guardo uma recordação especialmente agradável de muitas disciplinas, mas principalmente das aulas de Geografia Política do Professor Jorge Gaspar, onde a enorme diversidade temática (da organização territorial dos lobos à das comunidades humanas do futuro, da geografia dos cheiros à geografia do voto) confluía em interpretações onde o neutro não tinha lugar (André, 1993: 6-7).

Nesta fase do seu trabalho, o encontro com a investigadora catalã Maria Dolors Garcia-Rámon desempenhou um papel importante, quer pelas «novas perspectivas teóricas e metodológicas» que lhe revelou, quer pelo efeito que teve no seu próprio

«processo de desenvolvimento pessoal», como é reconhecido também na tese de doutoramento. O encontro com Maria Dolors possibilitou-lhe a participação em diversos eventos na *Universitat Autònoma de Barcelona* sobre as questões de género e uma relação de amizade que se manteve ao longo dos anos. Pioneiro na Geografia portuguesa sobre questões de género (ver André, 1990, 1991), o seu trabalho na área foi reconhecido pela criação no âmbito do CEG-IGOT do «Prémio Isabel André», em 2020. Com o objectivo de promover e estimular trabalhos de investigação em Geografia, Desenvolvimento Regional, Planeamento e Ordenamento do Território com uma perspectiva de género, este prémio procura estimular a disseminação das investigações com uma perspectiva de género em Geografia e, também, homenagear a Isabel André.

Em meados dos anos 2000, a Isabel começou a dedicar-se ao estudo da cultura, das artes e da inovação social e a envolver-se em projectos de investigação sobre estes temas. Dos projectos nacionais que coordenou, destacam-se por ordem cronológica, o «LINKS – Capital Social e inovação, as redes na promoção do desenvolvimento local» (2004-2007), o «RUcaS – Utopias Reais em Espaços Socialmente Criativos» (2011-2014) e o «Ágora – Encontros entre a cidade e as artes, explorando novas urbanidades» (2016-2020), que não conseguiu acompanhar até ao final. A nível europeu, foi a coordenadora portuguesa dos projectos «*KATARSIS: Growing inequality and social innovation: alternative knowledge and practice in overcoming social exclusion in Europe*» (2006-2009), coordenado por Frank Moulaert e Jean Hillier, e do «*SOCIAL POLIS: Social Platform on cities and social cohesion*» (2008-2010), coordenado por Frank Moulaert.

A sua inesgotável curiosidade levou-a ao Canadá em 2008, para uma estadia na *Université du Québec à Montréal* (UQAM), onde Juan-Luis Klein, um amigo chileno de longa data, a recebeu. No Québec foi convidada a participar em diversos eventos académicos na UQAM e na *Université du Laval*, onde proferiu conferências sobre artes e desenvolvimento local, actividades culturais, Geografia e ciência crítica, género e inovação social. Foi também durante esta deslocação que investigou o caso do *Cirque du Soleil*, pesquisa da qual resultou a lição para a sua prova de Agregação: *O circo na cidade. O Cirque du Soleil numa viagem de ida e volta ao Québec, Montreal*. Programa Cultura e Inovação Sócioterritorial (Seminário 2.º Ciclo) (ver André e Reis, 2009). Obteve a Agregação no início de 2009 e tornou-se Professora Associada.

Em conjunto com outros colegas, participou na criação do IGOT no final dos anos 2000 (criado em 2009), permitindo a autonomização da Geografia no quadro da UL. No CEG coordenou dois grupos de investigação. Num primeiro momento, o NEST – Núcleo de Estratégias e Políticas Territoriais, que co-coordenou com Mário Vale, e, a partir de Setembro de 2013, passou a coordenar o ZOE – Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais. O acrónimo deste grupo de investigação surgiu a partir do nome de uma das cidades do livro de Ítalo Calvino *Cidades Invisíveis*. O acrónimo ZOE, proposto por Isabel André, foi o mais votado pelos seus membros de entre 18 propostas. Esta designação marcou simbolicamente o grupo de investigação com a imaginação, a inquietação e as utopias que tão bem definiam a Isabel. O ZOE resultou da fusão do NEST com outros dois grupos de investigação: o NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos e o HEGEC – Núcleo de História e Ensino da Geografia e da Cartografia.

A investigação da Isabel André caracterizou-se por uma abordagem que procura aprender com o colectivo e com as experiências e as práticas sociais e políticas que potenciam a transformação espacial. Revelando muito da sua personalidade, o seu trabalho foi desenvolvido, na sua grande maioria, em co-autoria, realidade espelhada no seu CV (ver, p. ex. André e Rousselle, 2010; André e Vale, 2012; André *et al.*, 2012, 2016; Reis *et al.*, 2015). Privilegiava o diálogo, o trabalho em equipa e o processo de aprendizagem em conjunto com os outros. Por isso, recuperando uma expressão usada noutro texto sobre a Isabel, ela era uma «fazedora de lugares e de espaços de encontro» (Carmo e Estevens, 2018: 9). As conversas em jeito de debate que frequentemente mobilizava com diversos colegas, não diferenciando neste diálogo o grau académico ou a idade de cada um(a), evidenciavam o seu gosto por aprender com os outros e saber mais sobre o que cada um(a) andava a fazer. Um destes momentos, que apelidou de «Grupo Amigos da Partilha - ON-GAP» – onde *gap* não aparecia como buraco mas no sentido de *openness*, como nos dizia, era um espaço de reflexão importante, onde cada um(a) podia expor as suas ideias e debatê-las num ambiente intelectualmente estimulante, como na ágora, imagem de democracia em que acreditava. Este lugar de partilha de conhecimento, que abriu lugar a inúmeras interações entre colegas, perdeu-se com a sua morte prematura.

Contributos para o pensamento em Geografia Humana: inovar nos temas e nas reflexões teórico-conceituais

A obra de Isabel André distancia-se dos percursos académicos mais tradicionais. Elaborando argumentos teóricos guiados pelos seus sonhos e utopias, contribuiu para aumentar o conhecimento sobre áreas temáticas diversas, nunca perdendo o foco social e político. **Jorge Malheiros** (2018: 17) definiu-a como uma geógrafa «que acredita numa ciência rigorosa, mas não neutra e socialmente comprometida, que procura explicar as dinâmicas sociais, políticas e económicas de Portugal e se preocupa com as desigualdades sociais e territoriais num país em profunda transformação».

O contexto da pós-Revolução dos cravos marcou as suas prioridades. Apesar de não ter uma militância política activa, o seu interesse pela dinâmica partidária acompanhou-a ao longo da vida. Para além do trabalho que desenvolveu nos primeiros estudos de geografia eleitoral do país e na realização de sondagens, a Isabel André era uma entusiasta destes períodos políticos. As noites mal dormidas para saber os resultados finais das eleições, quer a nível nacional, quer internacional eram traduzidas no dia seguinte por uma análise e uma explicação detalhadas dos resultados eleitorais. Já explorando outros temas, continuou a leccionar, até à sua morte, a unidade curricular de Geografia Política, onde percorria temáticas diversa, da escala local à internacional, e onde não faltavam as questões de geopolítica mais actuais.

Ao longo do seu trabalho, a Isabel André pensou sempre o espaço como um contexto definido fundamentalmente por relações de poder, onde, por exemplo, as desigualdades de género podiam ser atenuadas ou incrementadas do ponto de vista territorial, refletindo-se também noutros factores e realidades socioeconómicas. Muitas

das questões levantadas pela sua investigação pioneira sobre o género permanecem atuais: os custos sociais da maternidade e a vantagem dos homens no espaço laboral; a reconfiguração da maternidade e da paternidade; o decréscimo da fecundidade; a necessidade de superação do domínio patriarcal. Interessada em todos os «aspectos da desigualdade entre homens e mulheres, no domínio público e no doméstico, que se prendem com condições de natureza territorial» (André, 2019 [1993]: 330), destacou nas suas investigações, a dimensão e a diversidade da oferta de emprego local enquanto factor de desigualdade potencial entre homens e mulheres; a mobilidade geográfica diferenciada por géneros, atendendo a fatores de ameaça à segurança individual que atingem desproporcionadamente as mulheres; o uso do transporte público *versus* o privado, quando as mulheres utilizam mais e de forma mais planeada o transporte público para as ligações serem o mais directas possível entre o local de trabalho e a residência; as tarefas domésticas e a assistência à família; e a reprodução social que se encontra espelhada na distribuição geográfica dos serviços.

As preocupações presentes no seu trabalho sobre as questões de género repercutiram-se na forma de pensar as restantes temáticas em que trabalhou, nomeadamente a pesquisa sobre cultura, arte e inovação social, dominante no seu último período de vida. Num primeiro momento, no âmbito do projecto «LINKS» (2004-2007), procurou perceber como a cultura, e em particular as artes, podiam induzir a regeneração urbana e a inovação sócio-territorial. Esta reflexão antecipou todas as transformações que a cidade contemporânea tem sofrido, nomeadamente nas maiores cidades portuguesas, associadas a um modelo de desenvolvimento territorial que se apropriou da cultura e das artes para desencadear processos económicos e sociais. Em 2006, desenvolveu uma abordagem muito pessoal sobre o conceito de inovação social. Influenciada por Frank Moulaert e Juan-Luis Klein, por quem nutria uma grande amizade e proximidade intelectual, investigou a espacialidade da inovação social enquanto dimensão que marca claramente uma diferença nas definições de inovação social que se discutiam no momento. Como reconheceu Frank Moulaert, o artigo da revista *Finisterra* «Dimensões e espaços da inovação social», escrito pela Isabel com o economista Alexandre Abreu, estabelece:

pela primeira vez uma relação explícita entre inovação social e criatividade em meios socialmente criativos. Para esse efeito recorrem a uma versão socialmente enriquecida do conceito de «meio inovador» (Moulaert, 2018: 409).

Utilizando como estudo de caso o microcrédito, o artigo salienta a ideia de plasticidade do meio, do lugar ou do espaço-rede, numa abordagem multiescalar, que resultava da conjugação de três condições – diversidade, tolerância e participação:

A diversidade potencia o contacto com o novo no sentido da alteridade (...) mas pode também produzir fragmentação e isolamento; a diversidade promove a inovação na medida em que se estabelecem pontes e «tráfego» entre aquilo que é diverso. A tolerância é uma condição necessária ao risco inerente à criação-inovação; como no trapézio, o risco implica uma rede; um meio não pode ser criativo-inovador se penalizar os eventuais insucessos de uma iniciativa arriscada, ou seja, se for demasiado rígido, hierárquico e normativo. Quanto à participação, está longe de se esgotar no sistema repre-

sentativo e nos actos eleitorais. A participação activa implica ter possibilidade e capacidade de decisão, ou seja, ter acesso à informação e ao conhecimento necessários à escolha e à identificação de soluções-respostas adequadas, ser socialmente reconhecida a decisão e ser exigida a responsabilização de quem decide (André e Abreu, 2006: 132-133).

A ideia de «plasticidade dos lugares» continuou presente no trabalho da geógrafa (André *et al.*, 2009, 2013), podendo até ser considerada um dos seu legados mais marcantes para o debate sobre arte e inovação social. Foi isto mesmo que Frank Moulaert procurou enfatizar quando organizou o workshop *INSIST 2 – Social Innovation and the Arts: the Role of Plasticity*, em Setembro de 2018, onde, como se pode ler na *call* do *workshop*, destacou que o trabalho da Isabel:

entendia a inovação social como algo enraizado nos sentidos, uma inspirada e inovadora fonte radical de mudança. A plasticidade significou um retorno ao mundo vivido das experiências humanas enraizadas na criatividade. É a partir dessa plasticidade, uma forma de pensar com um espírito de combinação, um enraizamento na materialidade e nas realidades sociais, que conceitos como inovação social podem ir além da armadilha do raciocínio causal e das estruturas políticas prescritivas para promover mudanças significativas⁵⁸.

Apesar de se dedicar essencialmente aos espaços urbanos, a Isabel André desenvolveu também investigação em território rural. Destacam-se a este propósito os trabalhos realizados em Montemor-o-Novo, nomeadamente no âmbito dos projectos de investigação («KATARSIS» e «RUcaS»), que desenvolveu em conjunto com outros investigadores (Alexandre Abreu, Ana Estevens, André Carmo, Leandro Gabriel e Patrícia Rêgo). O caso de Montemor-o-Novo, detalhadamente trabalhado no projecto «RUcaS», foi publicado, no *Atlas das Utopias Reais: criatividade, cultura e artes* (André *et al.*, 2016).

No último texto que escreveu (publicado a título póstumo), «*Inspiration and emotions: culture and arts engendering new urban places*» (André, 2021), destacou o papel da cultura e das artes na produção de novas urbanidades. Neste texto, não acabado, demonstra, mais uma vez, como acreditava numa sociedade mais comprometida socialmente, no poder social da criatividade e na possibilidade de uma outra cidade criativa, que ia bem para além do definido por Richard Florida. Nesta cidade possível, nestas novas urbanidades, como lhes chamou, pensou o lugar dos artistas e da arte e o papel desta para a arte e para os artistas.

Este debate, inacabado, tem na sua génese as práticas socialmente inovadoras e criativas que geram emancipação e reconhecimento, meios para contrariar as trajectórias de exclusão e privação em espaços geograficamente mais frágeis. Como identificou em muitos dos seus trabalhos, da geografia eleitoral aos estudos de género, as desigualdades marcam os espaços e condicionam-nos. Para isto foi importante uma geografia feminista enquanto política (Queirós, 2019 [1993]) e não apenas

⁵⁸ Tradução da autora.

como mais uma lente para a investigação geográfica, como defenderam Garcia-Ramón e Monk (1996).

Principais debates, controvérsias e intervenções na esfera pública

O pensamento da Isabel André articula e explora as potencialidades do espaço urbano nos processos de transformação social, analisando diversas mudanças na esfera social e política. Não sendo uma figura pública no sentido mais convencional do termo, a Isabel foi chamada a dar a sua opinião especializada em diversos contextos, que vão desde a Comissão Europeia, onde participou em momentos de discussão e reflexão sobre políticas culturais e inovação social, até espaços mais situados numa escala local, como autarquias ou associações, onde o seu conhecimento foi solicitado. Acrescente-se a isto a sua intervenção nos debates internos na Universidade. O seu papel agregador, criativo e imaginativo fez mudar algumas peças das engrenagens mais pesadas.

Na década de 1990 criou com outros colegas e amigos, como **João Ferrão** ou **Jorge Malheiros**, a empresa Geoideia – Estudos de Organização do Território. Desenvolveram estudos de planeamento territorial, género e território ou demografia, entre outros, numa relação estreita com a escala municipal. Para além da universidade, Isabel André trabalhou com diversas instituições públicas e privadas, a avaliar políticas públicas ou a desenvolver estudos de planeamento territorial ou análise temática aplicada em campos como a musealização de espaços ou as respostas de serviços públicos.

As metodologias de ensino e de investigação foram um importante foco do seu trabalho, com um alcance que excedeu a academia, integrando-se no quadro das suas preocupações sociais, do seu comprometimento com a mudança e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A sua curiosidade por aprender e partilhar esses conhecimentos com um colectivo maior de forma crítica e inspiradora levou-a a publicar o livro *Metodologias de investigação em Geografia Humana*, editado pelo CEG em 2005. Como refere logo nos primeiros parágrafos da introdução desta obra:

A organização deste programa reflecte também necessariamente um conjunto de convicções pessoais sobre o modo como deve ser conduzido o ensino da Geografia na Universidade. Na opinião da autora, um curso de Geografia (graduação ou pós-graduação) deve ser um lugar onde se privilegia o gosto pelo saber e o prazer da descoberta através de processos de aprendizagem activos e criativos. Deve abarcar também um leque de questões/problemas que permita aos alunos configurarem a sua própria concepção da Geografia e definirem as linhas de pesquisa que considerarem mais interessantes, na óptica da promoção da autonomia, da inovação e da capacidade de decisão (André, 2005: 5-6).

Esta perspectiva vai ao encontro de questões que a acompanharam desde o início da carreira, quando se confrontou com um ensino tradicional, apesar do momento de mudança. Assim, ao longo do seu percurso enquanto Professora e Investigadora procurou combater os efeitos negativos de uma perene hierarquia e de um certo pater-

nalismo que espelhava as relações na universidade. Isso manifestava-se, por um lado, na forma como introduzia estes problemas nas aulas, mas também no modo como lidava com quem trabalhava. A este propósito recupero o que escrevi noutro texto, juntamente com o André Carmo, a partir da nossa experiência:

Generosa, a Isabel, mostrou-se, muitas vezes, disposta a confiar no trabalho dos mais jovens, apostando neles e responsabilizando-os, sem qualquer espécie de paternalismo ou subalternização. Pelo contrário, adotou sempre uma atitude construtiva e pedagógica, pautado por uma extrema atenção com o seu bem-estar e o seu desenvolvimento profissional e pessoal, sem abdicar de elevados níveis de exigência científica e ética (Carmo e Esteves, 2018: 9).

Apesar de ser um trabalho que se foi consolidando paralelamente aos restantes interesses, a investigação da Isabel André sobre metodologias de investigação e ensino foram também pioneiras em Portugal. O livro de metodologias, por exemplo, é o único, até ao momento, desenvolvido por uma geógrafa portuguesa. A este propósito Herculano Cachinho considerou que:

Talvez seja esta inquietação e apetência pela inovação que justifica que a Isabel Margarida tenha estado sempre na linha da frente da inovação curricular em geografia, seja através da introdução de novas temáticas e metodologias de ensino, seja na reorganização dos planos de estudos do curso de geografia, com destaque para a sua adequação aos desafios levantados pelo Processo de Bolonha (Cachinho, 2018: 494).

A sua curiosidade e crítica relativamente às formas tradicionais de ensino e investigação levou-a a pensar e aplicar, em conjunto com Herculano Cachinho, a metodologia de *problem based learning* (PBL) no ensino em Geografia no IGOT. Teve pouco tempo para o fazer, mas as suas bases permanecem no trabalho de Cachinho. Pensar uma visão para o futuro do ensino foi uma preocupação constante da Isabel André. O último capítulo do *Atlas das Utopias Reais* intitulado «O futuro» foi dedicado ao ensino artístico. Procurou explorar casos particulares, como o da Escola Secundária Artística António Arroio, por exemplo, encontrando projectos específicos que interrelacionam a perspectiva artística com o território, o que a faz crer ainda mais nas abordagens que desenvolveu sobre arte e cultura, por um lado, e nas metodologias de ensino, por outro.

A morte prematura da Isabel parece ter fechado um ciclo em que um trabalho de investigação e em equipa era privilegiado em detrimento de um pensamento *top-down* e de decisões impostas sem discussão. O seu trabalho deixou muitas pontas soltas que continuam a inquietar e a inspirar aqueles e aquelas com quem trabalhou. Enquanto Investigadora e Professora deixou uma extensa bibliografia que reflecte as suas preocupações, entusiasmos e a forma como trabalhava. Ao nível das relações pessoais, a afabilidade, a proximidade, o cuidado com o outro e a disponibilidade de tempo para conversar fazia com que os laços se estreitassem muito rapidamente. A sua personalidade forte e conciliatória deixou marcas em cada uma das pessoas com quem teve a oportunidade de se cruzar, abrindo outras possibilidades de olhar, de discutir ou de

reflectir sobre o que nos rodeia. O seu entusiasmo permanente, o gosto pela vida e por aprender com o colectivo e os seus contributos para uma sociedade e uma academia mais justas, democráticas e éticas perdurarão no tempo.

Bibliografia fundamental

- André I (1982) Fluxos financeiros regionais. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XVII(34): 199-211.
- André I (1984) *O Poder Local: eleições, eleitos e gestão municipal. Contributo para a Geografia do Poder Local em Portugal*, Tese de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- André I (1988a) Alguns Traços da Expressão Geográfica da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXIII(46): 271-326.
- André I (1988b) O comportamento eleitoral urbano nas eleições legislativas. *Povos e Culturas*, 3: 227-243.
- André I (1990) O género em Geografia, introdução de um novo tema. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXV(50): 331-348.
- André I (1991) The employment of women in Portugal. *Iberian Studies*, 20(1-2): 28-41.
- André I (1993) *O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*, Tese de Doutoramento em Geografia Humana. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- André I (1996) Internet: «Navegar é Preciso». *Inforgeo*, 11: 213-216.
- André I (2005) *Metodologias de Investigação em Geografia Humana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- André I (2019 [1993]) *O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- André I (2021) Inspiration and emotions: culture and arts engendering new urban places. In P Van den Broek, A Mehmood, A Paidakaki, C Parra (eds.) *Social Innovation as Political Transformation: Thoughts for a Better World*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing: 94-101.
- André I, Abreu A (2006) Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI(81): 121-141.
- André I, Abreu A, Carmo A (2013) Social innovation through the arts in rural areas: the case of Montemor-o-Novo. In F Moolaert, D MacCallum, A Mehmood, A Hamdouch (eds.) *The International Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*. Edward Elgar, Cheltenham: 242-255.
- André I, Carmo A, Abreu A, Esteves A, Malheiros J (2012) Learning for and from the city: the role of education in urban social cohesion. *Belgeo – Revue Belge de Géographie*, 4.
- André I, Esteves A, Gabriel L (2017) Urban Living Labs: cultural scenes, the Arts, and artists as levers of new urbanities. *The Canadian Journal of Regional Science*. 40(1): 43-52.
- André I, Esteves A, Gabriel L (coords) (2016) *Atlas das Utopias Reais: Criatividade, Cultura e Artes*. Lisboa, Outro Modo Cooperativa Cultural e Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- André I, Honório F (1981) Os resultados eleitorais de 1980. Legislativas e Presidenciais. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XVI(31): 199-211.
- André I, Malheiros J (1990) Geografia das instituições bancárias em Portugal, 1974-1988. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXV(49): 227-243.

- André I, Malheiros J, Brito-Henriques E (2009) Inclusive Places, Arts and Socially Creative Milieux. In D MacCallum, F Moulaert, J Hillier, S V Haddock (eds.) *Social Innovation and Territorial Development*, Chapter 9, Aldershot, Ashgate Publishing: 149-166.
- André I, Patrício C (1988) O catolicismo em Portugal: organização eclesíástica e práticas religiosas. Análise regional. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXIII(46): 225-249.
- André I, Reis J (2009) O circo chegou à cidade! Oportunidades de inovação sócio-territorial. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLIV(88): 79-94.
- André I, Rousselle M (2010) Estratégias sociais criativas em Barcelona: o caso do Walden-7. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLV(90): 71-90.
- André I, Vale M (2012) Lisboa: tensiones entre la ciudad y la metropolis. In M Balbo (coord.) *Europa: La ciudad central en el sistema urbano*. Quito (Equador), Olacchi: 209-239.
- Bearman B, Jones N, André I, Cachinho H, DeMers M (2016) The future role of GIS education in creating critical spatial thinkers. *Journal of Geography in Higher Education*, 40(3): 394-408.
- Gaspar J, André I, Honório F (1982) *As Eleições para as Câmaras Municipais. Estudo de Geografia Eleitoral*. Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.
- Reis J, Carreiras M, Malheiros J, André I (2015) Orquestra Geração 2007-2014: A inclusão pela música. In H Cruz (coord.) *Arte e comunidade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 289-323.

Referências secundárias

- Cachinho H (2018) Educação: percursos e desafios. In A Estevens, A Carmo (orgs.) *Isabel André, uma Geógrafa Inquieta: textos escolhidos*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 494-497.
- Carmo A, Estevens E (2018) *Isabel André, uma Geógrafa Inquieta*. In A Estevens, A Carmo (orgs.) *Isabel André, uma Geógrafa Inquieta: textos escolhidos*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 8-13.
- García-Ramón M D, Monk J (1996) *Women of the European Union: The Politics of Work and Daily Life*. London and New York, Routledge.
- Malheiros J (2018) Tateando explorações geográficas, ou os caminhos diversamento convergentes de um percurso inicial... In A Estevens, A Carmo (orgs.) *Isabel André, uma Geógrafa Inquieta: textos escolhidos*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 16-21.
- Moulaert F (2018) Cultura, Artes e Inovação Social. In A Estevens, A Carmo (2018) *Isabel André, uma Geógrafa Inquieta: textos escolhidos*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 406-491.
- Queirós M (2019 [1993]) Prefácio. In I André (reedição) *O falso neutro em Geografia Humana: género e relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa: 1-7.
- Rêgo P (2017) A geógrafa Isabel André, notas de testemunho de um percurso inovador, brilhante e livre. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 52(105): 143-145.
- Silva D G (2020) Isabel Margarida André (1956-2017). In E Baigent, A R Novaes (eds.) *Geographers: Biobibliographical Studies*, vol. 38. London, Bloomsbury Publishing: 199-226.

13. Isabel Guerra

Sandra Marques Pereira

De Serviço Social à Sociologia: uma biografia focada na ação transformativa

Isabel Guerra tem um percurso atípico: entra na academia aos 33 anos, depois de uma experiência profissional de quase uma década como assistente social. É na compreensão dessa atipicidade e do seu enquadramento biográfico e histórico marcado por três momentos essenciais – a ditadura, da infância à entrada na vida adulta; a revolução e o pós revolução da assistente social; e o Portugal em modernização e europeização da académica – que se deve situar a sua produção e percurso.

Isabel Maria Pimentel de Carvalho Guerra nasce em 1948 numa família da «burguesia» católica lisboeta. Segunda filha de 16 irmãos, vive a infância e adolescência em Campo de Ourique. Frequenta o Liceu Maria Amália e termina o ensino secundário no Colégio Sagrado Coração de Maria. Até ao fim da adolescência cumpre os rituais do catolicismo, tendo sido catequista na paróquia de Santo Condestável onde acompanha as crianças do Casal Ventoso. Esta seria a primeira experiência com impacto no seu trajeto: a aproximação, ainda limitada, a um outro mundo muito diferente e distante do seu e a percepção da injustiça que marcava a relação entre os dois.

Terminado o liceu inscreve-se em duas licenciaturas bem distintas: Serviço Social e Filosofia. Acaba por desistir da segunda. De Serviço Social retém a experiência adquirida nos estágios, sobretudo o de fim de curso: um estágio na paróquia de S. João de Brito (cujo pároco, Adriano Botelho, era próximo dos católicos progressistas críticos do regime) que consistia no levantamento das condições de vida da Quinta do Narigão, um bairro de lata em Alvalade. O resultado seria uma exposição de fotografia que viria a ser encerrada pela PIDE. Apesar disto, a questão política ainda não se colocava: a questão era, agora alicerçada numa experiência mais forte do que a que tivera como catequista, a pobreza e a intenção de a mitigar. O que já se que começava a delinear era uma noção (ainda não conceptualizada) que iria determinar o entendimento do seu objecto de «investigação-ação» ao longo de todo

o seu percurso: a percepção da pobreza como um fenómeno social total, problema multidimensional presente no território, na habitação, na educação, na cidadania, no trabalho, na infância, etc.

O curso de Serviço Social, terminado em 1970, satisfizera-a pela aproximação concreta aos problemas sociais, à prática profissional e à ação. Mas faltava-lhe reflexão conceptual, conhecimento teórico e científico, valores presentes numa cultura profissional familiar, à época circunscrita aos homens: o pai era médico e o tio catedrático em bioquímica e figura incontornável do meio académico portuense. Nesse ano decide ir para Paris estudar *Sociologie du Développement* no *Institut d'Étude du Développement Economique et Social (IEDES) – Université de Paris I Panthéon-Sorbonne*. Vivia-se ainda o espírito do Maio de 68 e o IEDES – criado em 1957 depois da independência de Marrocos e da Tunísia com o objectivo de fundar uma relação «pós-colonial» com o seu «ex-império» – não lhe escapa. Nesses anos quentes, o IEDES tornar-se-ia uma escola marcada pelo engajamento, dominada pelo marxismo e estruturalismo marxista e com muitos alunos provenientes de ditaduras do «sul global» (Guichaoua, 2007).

O impacto desta vivência seria fraturante. Seria nessa escola fervilhante que a sua politização e formação teórica se fariam, sempre acompanhada do amigo e principal «tutor» em Paris, o exilado político Arnaldo Fleming. O constrangimento inicial de se deparar com um universo intelectual desconhecido vai sendo ultrapassado por um conjunto de leituras consideradas obrigatórias naquele contexto: de Touraine a Poulantzas, passando por Althusser, o foco centra-se nos movimentos sociais, na ação colectiva. Com a *Sociologia da Ação* de Touraine (1965) descobre o «sentido conceptual» das suas inquietações e do que procurava: a justificação teórica de uma crença optimista na capacidade transformadora (libertadora) da sociedade através da ação dos «atores» que a acompanharia ao longo de todo o seu percurso.

Da sua passagem pela Universidade da Califórnia em Los Angeles entre 1971 e 1972, onde colaborou no *African Studies Center*, retém o pragmatismo e os valores da produtividade e eficácia anglo-saxónicos. No final de 1972 regressa a Portugal, onde começa a trabalhar no Instituto de Ação Social de Setúbal como assistente social.

Nos quase 10 anos que durou essa experiência, o SAAL (1974-1976), onde tinha a função de organizar as comissões de moradores para se candidatarem ao programa, é o momento mais intenso: laboratório de aprendizagem empírica dos processos de construção da ação colectiva e de democracia participativa, das suas potencialidades e obstáculos; e primeiro contacto com o trabalho interdisciplinar, em particular com arquitetos. Terminado o SAAL retoma a sua atividade em Grândola e Alcácer do Sal. Com a função de programar os jardins de infância da região e formar os seus técnicos testemunhou por dentro as histórias de vida das famílias beneficiárias da segurança social local.

No fim dos anos 1970 inscreve-se em Sociologia no ISCTE. Concluída a licenciatura, em 1981, ganha um concurso como docente em Sociologia Urbana na mesma instituição, onde começa a trabalhar com **Vítor Matias Ferreira** e **António Fonseca Ferreira**: uma relação profissional ancorada em múltiplas afinidades que duraria quase três décadas. Desta relação resultaria uma estreita articulação entre ensino e investigação concretizada nos seminários de investigação de Sociologia

Urbana que seriam desenvolvidos em estreita colaboração primeiro com o Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais/NEUT do CIES e depois com o Centro de Estudos Territoriais/CET que fundou, em 1990, com **Vítor Matias Ferreira** e Afonso de Barros. No ano seguinte, conclui o doutoramento na *Université François Rabelais/Tours* com a tese *Changements Urbains et Modes de Vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*.

No NEUT/CIES, juntamente com **António Fonseca Ferreira**, desenvolve investigações que se mantêm como marcos da Sociologia Urbana portuguesa: é o caso do trabalho sobre os «clandestinos» que abordarei no ponto seguinte. Também no CIES – com Juan Mozzicafredo, Margarida Fernandes e João Quintela (Mozzicafredo *et al.*, 1988) – explora um tema que a acompanharia sempre, mesmo que de forma aparentemente indireta: a formação e as especificidades do poder local enquanto pilar da jovem democracia portuguesa e protagonista essencial do desenvolvimento dos territórios.

Mas foi nos quase 20 anos de existência do CET (em 2010 integrado no atual DINÂMIA-CET/Centro de Estudos sobre a Mudança Sócio-económica e o Território do ISCTE) que Isabel Guerra iria consolidar o seu percurso de investigação ao serviço das políticas públicas em múltiplas áreas, inter-relacionadas: pobreza e exclusão social, desenvolvimento local, habitação, educação. Um período que coincide com a modernização e europeização do país viabilizadas por programas financiados por fundos europeus⁵⁹: programas que, para além de importarem toda uma nomenclatura eurocrata de carácter normativo e pedagógico («desenvolvimento integrado», «inclusão», «multidimensionalidade», «sustentabilidade», etc.), fomentavam uma cultura de pericialização e reflexividade face à qual a academia tinha um especial à vontade (Cachado, 2013). Este é também o tempo da obrigatoriedade da avaliação das políticas públicas em grande medida imposta pelos programas comunitários. E é ainda o tempo da emergência do planeamento estratégico, em Lisboa inaugurado por Jorge Sampaio e onde **António Fonseca Ferreira** desempenharia um papel central, enquanto Diretor Municipal do Planeamento Estratégico e Urbanístico.

A par da «investigação-ação», Isabel Guerra continua o seu percurso de reflexão teórica, ambas divulgadas em inúmeros artigos publicados essencialmente em três revistas, as duas primeiras nas décadas de 1980 e 1990 e a terceira a partir de 2000: *Sociologia Problemas e Práticas*; *Sociedade e Território*⁶⁰; *Cidades, Comunidades e Territórios*⁶¹. No CET Isabel Guerra colaboraria de forma intensa com múltiplas instituições nacionais e internacionais. Em Portugal, o então Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil/LNEC seria, entre outros, um parceiro fundamental, uma parceria que se traduziu em várias iniciativas como o colóquio Viver (N)a Cidade (1990). Mais tarde viria a colaborar também com o CES da Universidade de Coimbra. A nível internacional, e embora mantendo uma relação privilegiada com instituições e investigadores franceses – *Institut Parisien de Recherche Architecture Urbanistique Société/IPRAUS* (Roselyne de Villanova ou Jean-Michel

⁵⁹ P. ex. Luta contra a Pobreza ou Intervenção Operacional Renovação Urbana.

⁶⁰ Fundada por António Fonseca Ferreira, Arnaldo Fleming e Luís Bruno Soares em 1984.

⁶¹ Fundada nesse ano por Vítor Matias Ferreira no CET.

Léger) e *Institut National d'Études Démographiques/INED* (Catherine Bonvalet) –, trabalhou de perto com Judith Allen ou Jesús Leal, dois dos autores de *Housing and Welfare in Southern Europe* (2004), referência incontornável nos estudos europeus da habitação.

Em 2001 é nomeada Professora Catedrática do ISCTE. No ano lectivo de 1996/97 integra a Universidade Católica como coordenadora científica de Serviço Social, onde ficaria responsável pelo mestrado e doutoramento desta área, funções que viria a exercer até se reformar em 2009. Em 2021 recebe o título de Professora Emérita do ISCTE.

Um olhar sociológico sobre o alojamento: contributos para compreender a génese da Grande Lisboa

No início dos anos 1980 a Sociologia Urbana em Portugal estava a arrancar. Dos objetos de estudo que se ofereciam, dois deles, interligados e que se afirmavam como continuidades entre a ditadura e a democracia emergente, eram difíceis de contornar: o processo de metropolização, iniciado nos anos 1950, e a questão habitacional que fora uma das bandeiras da Revolução, mas que pouco melhorara desde então.

Na Grande Lisboa desse tempo, a questão habitacional tinha múltiplos temas por desbravar: os bairros de lata, a sobreocupação e insalubridade escondidas em construções muito diversas, a habitação clandestina, entre outros. A escolha recairia sobre a habitação clandestina de residência principal. E, apesar de não ser a primeira investigação sobre o tema em Portugal (ver Salgueiro, 1977), esta pesquisa multidisciplinar⁶² – concretizada com **António Fonseca Ferreira, Luís Bruno Soares**, Nelson Matias, Teresa Costa Pinto, Walter Rodrigues e outros – que se prolongaria por mais de uma década, é um marco nos estudos urbanos desenvolvidos sobre a realidade nacional (Fonseca Ferreira *et al.*, 1985; Guerra e Matias, 1988).

O carácter referencial desta pesquisa resulta de se tratar de um retrato *completo, sofisticado e profícuo* daquela que foi uma das soluções habitacionais mais importantes na construção e estruturação do território metropolitano de Lisboa num contexto marcado pelo défice de respostas públicas ao problema da habitação: um retrato que espelha as particularidades do processo de (sub)urbanização português enquanto momento-chave da história (urbana) nacional.

Retrato completo porque concretiza a articulação entre: i) o nível macro- (estrutural) da produção e promoção, enquadrando-se nos estudos da estruturação da oferta habitacional e do território, e do papel do Estado nessa oferta; ii) e o nível micro (dos indivíduos), reconstruindo – através de uma metodologia compreensiva (método biográfico) – as histórias de vida dos «clandestinos» (caracterizando também o seu perfil, motivações e estratégias subjacentes à decisão e construção da casa e suas formas de apropriação) e em simultâneo parte da história da Área Metropolitana de Lisboa e do Portugal da ditadura e da democracia emergente.

⁶² Iniciada com o projeto «Conjuntos Habitacionais Clandestinos na Região de Lisboa» financiado pela Associação Alemã da Investigação (DGF) e coordenado por Eugen Bruno.

É da articulação destes dois níveis que se entende o «clandestino» como resposta a uma condicionante estrutural essencial e a duas motivações principais: motivações que, sendo individuais (ou melhor, familiares), traduzem o *habitus*⁶³ de parte importante de um grupo social específico, mas bastante heterogéneo – os protagonistas do êxodo-rural constitutivo da metrópole de Lisboa, pertencentes ao operariado ou à pequena burguesia dos serviços. A condicionante estrutural é a ausência de uma oferta pública capaz de colmatar as lacunas do mercado, uma oferta adequada às possibilidades financeiras de largos estratos populacionais. As duas motivações, relativas às aspirações habitacionais, são: um modelo singular – a moradia; e um regime de ocupação específico – a propriedade (Fonseca Ferreira *et al.*, 1985).

Retrato sofisticado porque escapando a tentações maniqueístas, justamente por ser compreensivo e articulador dessas duas dimensões (a macro e a micro), percebe a complexidade «urbanística e social» desta forma de produção do espaço habitacional e (sub)urbano, entendendo-a como:

aliança conjuntural de agentes sociais muito diferenciados (proprietários, fundiários, novos promotores imobiliários, pequenos investidores e construtores, largas camadas da população operária e mesmo pequena e média burguesia) que embora expressem interesses contraditórios a vários níveis de organização sócio-política encontram no loteamento e construção clandestina um espaço comum de oportunidades (Guerra e Matias, 1988: 336).

E é na sequência desta aliança improvável que se compreendem os seus efeitos contraditórios: tanto os seus «múltiplos inconvenientes» – desde logo a desqualificação urbanística daí resultante –, como as suas «vantagens e novos e fecundos elementos de reflexão sócio-urbanística» (*Ibidem*: 337) – de entre os quais se destaca a criação de uma solução habitacional sintonizada com os modos de vida dos seus protagonistas e por eles apropriável, uma apropriação no sentido vivencial, simbólico e político. A dupla ação do «clandestino», promotor/construtor, por um lado, e, por outro, habitante que se apropria, confere-lhe um poder especial na co-determinação do espaço (social), entendido como um «meio e um resultado da ação social» (Guerra, 1987: 172).

Retrato profícuo em termos temáticos, político-sociais e, não menos importante, em termos conceptuais e metodológicos. Em termos temáticos, porque investigação de fundo sobre um objecto de estudo (habitação clandestina, informal, autopromoção) que viria a ocupar um estatuto central nos estudos da habitação e do território a nível nacional e internacional. Esta pesquisa está indelevelmente presente, por exemplo, no livro seminal (Allen *et al.*, 2004) já referido sobre os sistemas habitacionais da Europa do Sul: em particular na identificação da autopromoção como um das suas características essenciais e estratégia compensatória da debilidade da oferta pública de habitação.

Em termos político-sociais, porque apesar da «ideia de irreversibilidade» dos «clandestinos» se ter gerado na sequência da Revolução (Raposo e Valente, 2010) e ser portanto anterior a esta pesquisa, os seus contributos terão perpassado os debates

⁶³ Conceito repudiado pela própria dada a «sua proximidade a um esquema de interpretação assaz «determinista» (Guerra, 1993: 69).

subjacentes às estratégias de intervenção nestas áreas e à própria criação legislativa das Áreas Urbanas de Génesse Ilegal/AUGI em 1995.

Por último, a *proficuidade conceptual e metodológica* resulta da inauguração em Portugal de um «olhar sociológico sobre o alojamento» (Guerra, 1997), consubstanciada no conceito de *modos/formas de habitar* e sua relação com o de *modos de vida*, a que acresce a metodologia qualitativa e compreensiva já referida e que iria aprofundar na sua tese de doutoramento (Guerra, 1991): histórias de vida ou entrevistas aprofundadas com preocupações de enquadramento biográfico, designadamente na reconstituição das trajetórias geográficas e habitacionais.

Esta abordagem, indissociável das questões da apropriação⁶⁴, tinha em França uma sólida tradição e pressupunha uma reconceptualização do habitar capaz de extravasar a visão funcionalista inerente ao conceito de necessidades habitacionais forjado na «*machine à habiter*» de Le Corbusier. Iniciados ainda na década de 1950 com Chombart de Lauwe, os estudos da apropriação seriam desenvolvidos por Lefebvre e os seus colegas do *Institut de Sociologie Urbaine* (ver Stanek, 2008), autores de *L'Habitat Pavillonnaire* (Raymond *et al.*, 1966), obra com prefácio de Lefebvre e referência incontornável da pesquisa dos «clandestinos». A emergência desta abordagem é espoletada pela crítica ao urbanismo moderno e às políticas de habitação do Estado-Providência francês no Pós-Guerra: concretamente os grandes conjuntos (*HLM/Habitation à loyer modéré*) enquanto modelo habitacional-urbano que se impunha de forma violenta à classe operária. Entre nós, por força do retardamento da implementação tardia de políticas de habitação consonantes com os princípios do Estado-Providência (que em matéria de habitação seriam essencialmente «residualistas» – destinadas aos grupos mais carenciados) este debate chegaria «em diferido»: já no final dos anos 1980 e ao longo da década seguinte a propósito de alguns bairros do Fundo de Fomento da Habitação ou dos Acordos de Colaboração (Decreto-Lei n.º 226 de 1987)⁶⁵ e sobretudo do Programa Especial de Realojamento (PER).

A multidimensionalidade dos «fenómenos sociais» concretiza-se e conceptualiza-se agora no conceito de *modo/forma de habitar*, entendido como resultado, ilustração e suporte de um determinado *modo de vida* (Guerra, 1993, 1994/1995; Guerra *et al.*, 1994/1995). O conceito de *modos de vida*, em particular a sua componente de *projeto*, dá forma à sua crença otimista (a mesma que encontrara em Touraine) na capacidade dos indivíduos/grupos sociais construir desígnios para a(s) sua(s) própria(s) vida(s), mesmo que na maioria das vezes não racionalizados. Em suma, o *projeto de vida* constitui o recurso que permite aos indivíduos e grupos sociais «driblar» a ameaça determinística das estruturas.

Entre finais dos anos 1980 e a década seguinte, o estudo dos *modos/formas de habitar* e *modos de vida* estender-se-ia a dois grupos sociais muito distintos: os residentes dos bairros sociais e os de Telheiras⁶⁶. A análise comparada dos três (Guerra,

⁶⁴ A génesse dos estudos da apropriação em Portugal desenvolve-se na Arquitetura ainda nas décadas de 1960 e 1970: é o caso do Inquérito à Habitação Urbana realizado no LNEC por Maria da Luz Valente Pereira e com colaboração de Nuno Portas ou no Porto o levantamento da Ribeira-Barredo coordenado por Nuno Távora.

⁶⁵ Em Lisboa, correspondia ao Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP).

⁶⁶ Dos edifícios promovidos pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa/EPUL.

1998) enriquece empírica e teoricamente esta abordagem, porque evidencia a estratificação social do espaço urbano/metropolitano de Lisboa, constituindo um retrato habitacional, territorial e vivencial de diferentes classes do Portugal recentemente integrado na Europa.

Os habitantes de Telheiras ilustram a emergência das «novas classes médias» (segmento social que melhor incorpora os desígnios da modernização) para quem a casa tem uma função essencialmente instrumental guiada pelo desejo de viver a cidade. Os “clandestinos” ilustram os percursos dolorosos, mas resolvidos autonomamente, de quem veio do campo para a cidade e para quem a casa simboliza um processo de dupla mobilidade: mobilidade geográfica, integrando elementos do rural no urbano, e mobilidade social (apesar de tudo) ascendente. Os habitantes dos bairros sociais ilustram a reprodução social da exclusão que se espacializa em territórios e vivências apartados da cidade, e a certeza de que uma casa condigna, sendo fundamental, não é suficiente para romper o ciclo de pobreza.

Sentidos de uma Sociologia de Intervenção

Um dos debates mais relevantes em que Isabel Guerra se empenhou é indissociável dos contributos assinalados no ponto anterior: o alerta crítico aos riscos potenciais do Programa Especial de Realojamento/PER (lançado em Maio de 1993 pelo executivo de Cavaco Silva) sintetizado no célebre título «As Pessoas Não São Coisas que se Ponham em Gavetas»⁶⁷ (ver Guerra, 1994, 1999a). Focado na denúncia da abordagem quantitativa e «betonizada» com que o governo de então encarava o questão do (re)alojamento, este debate enquadrou-se, mais uma vez, num trabalho de equipa: a par de **António Fonseca Ferreira** que pouco tempo antes do lançamento do programa coordenara o *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal* (Fonseca Ferreira, 1993), outros nomes se destacam como o de Maria João Freitas do LNEC.

O debate, que acompanhou todo o processo desde o lançamento do programa à pós-ocupação dos bairros, recuperava a aprendizagem retirada das experiências dos HLM e escalpelizada pelos sociólogos franceses desde os anos 1960, mas que entretanto tinha aprofundado através de vários projetos, em particular o Observatório da Habitação de Lisboa: criado em 1990, teve a colaboração de Eduardo Vilaça, Flávio Paiva, Teresa Costa Pinto entre outros. A excessiva densificação, o problema da guetização, a «deslocalização», a dissolução de redes sociais consolidadas nos contextos residenciais anteriores, os riscos da coabitação de grupos culturalmente distintos, a desqualificação dos espaços públicos ou a dissonância entre os modelos habitacionais impostos e os modos de vida dos habitantes eram os pontos-chave da discussão. Em simultâneo, a discussão integrava outras dimensões do seu património de reflexão:

⁶⁷ Título do número da *Sociedade e Território* publicado menos de um ano depois do lançamento do PER, e era também o título do seu artigo publicado neste número. Os artigos antecipavam os riscos do PER muitas vezes a partir de estudos prévios. No caso de Isabel Guerra, o PIMP (nota 66), muito estudado no Observatório de Habitação de Lisboa, era o programa mais ilustrativo desses riscos.

desde a multidimensionalidade do problema da exclusão, que implicava uma intervenção «integrada e trans-setorial», à necessidade de envolvimento dos múltiplos atores nas várias fases do processo, da concepção à gestão pós-ocupacional.

Este debate iria influenciar muito do pensamento e abordagens subsequentes em torno das políticas de habitação, sobretudo as de realojamento. Simultaneamente, lançou alguns dos pressupostos de várias iniciativas governamentais posteriores como a Iniciativa Bairros Críticos ou o Programa Escolhas⁶⁸.

Independentemente da relevância deste debate ou de outros não assinalados aqui, o que sempre moveu Isabel Guerra foi, como tentei demonstrar neste capítulo, a procura de uma «sociologia útil»: uma «sociologia de intervenção» vocacionada para a mudança social, para a melhoria das condições de vida das pessoas e seu «*empowerment*», em especial os mais carenciados. Uma procura que foi concretizando através de, pelo menos, cinco vias complementares:

i) uma justificação e enquadramento teóricos focados na exploração das potencialidades da ação colectiva protagonizada por «atores dotados de capacidade estratégica» (Guerra, 1993, 2000a, 2000b, 2004, 2006), tendo como referência o «acionalismo» francófono de Touraine (1965, 1973), Crozier e Friedberg (1977) ou Olson (1978);

ii) a sistematização das ferramentas de operacionalização e concretização metodológica dessa Sociologia da Ação, a saber: o planeamento estratégico concebido como instrumento científico de racionalização e democratização participativa da ação pública e respectivas metodologias – a «metodologia participativa de projeto» e as metodologias de avaliação (Guerra, 2000a);

iii) o desenvolvimento de inúmeros projetos de «investigação-ação», os quais, partindo do diagnóstico e problematização sociológica da(s) questão(s) em análise, tinham como objetivo a apresentação de propostas práticas – estratégias de ação colectivas definidas numa lógica de soma positiva, orientadas por e para uma negociação maximalista dos interesses (quase sempre conflituais) dos diversos “atores” envolvidos (ver Guerra, 1999b; Guerra e Rodrigues, 1996);

iv) investimento na criação de um campo de profissionais desta «Sociologia da Intervenção» através do empenhamento na criação e fundamentação curricular de uma licenciatura em Sociologia e Planeamento no ISCTE;

v) forte envolvimento no que hoje se designa «extensão universitária» (conferências, formações, consultorias, entrevistas, etc.), visando a disseminação para a sociedade de resultados, formas de problematização de questões sociais essenciais, «modos de conhecer e de agir coletivamente».

Deste forte engajamento com uma «Sociologia de Intervenção» resulta uma presença e influência dúplices tanto na academia, como fora dela, sobretudo nos contextos relacionados com as suas múltiplas áreas de «investigação-ação»: municípios, vários ministérios e respectivos organismos, associações, fundações, sindicatos, igreja católica, etc.

⁶⁸ Para as quais contribuiu diretamente através de consultorias ou estudos.

Na realidade, a intervenção pública é uma constante no percurso de Isabel Guerra e, portanto, mais pertinente do que sinalizar esta ou aquela intervenção, a marca da singularidade desta socióloga – diretamente empenhada na construção da mudança social, o que não a torna necessariamente uma ativista – é o desbravar (acompanhado de outros) de uma cultura de política e de ação pública essencialmente *racional e democrática*: *racional*, pela valorização do conhecimento nas várias fases do ciclo de vida das políticas públicas, da concepção à implementação; *democrática*, pela insistência na participação dos vários «atores» no processo (Guerra, 2010), em particular os mais «invisíveis»; e aqui terá sido uma das promotoras do «*participatory turn*» no urbanismo (Krivy e Kaminer, 2013) que é hoje, com todas as suas virtudes e desvirtudes⁶⁹, uma realidade incontestável.

Bibliografia fundamental

- Fonseca Ferreira A, Guerra I, Matias N, Stussi R (1985) *Perfil Social e Estratégias do clandestino. Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Guerra I (1987) A espacialização da vida social. *Povos e Culturas*, 2: 171-191.
- Guerra I (1991) *Changements urbains et modes de vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*, These pour le Doctorat en Sciences Sociales Appliquées au Développement. Tours, Université François Rabelais-Tours.
- Guerra I (1993) Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24: 59-74.
- Guerra I (1994) As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território*, 20: 11-16.
- Guerra I (1994/1995) Editorial – Modes de Vie et Société Portugaise. *Espaces et Sociétés*, 79: 3-6.
- Guerra I (1997) Um olhar sociológico sobre o alojamento. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24: 165-181.
- Guerra I (1998) Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura dos modos de vida. *Sociedade e Território*, 25/26: 118-128.
- Guerra I (2000a) O Planeamento Estratégico das Cidades. Organização do Espaço e acção colectiva. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1: 37-55.
- Guerra I (2000b) *Fundamentos e processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais, Principia.
- Guerra I (2004) The territory as a space for collective action: paradoxes and potentialities of the «strategic game of Actors» in territorial planning in Portugal”. *South European Society & Politics*, 9/2: 77-98.

⁶⁹ Vale a pena lembrar o artigo de Vital Moreira publicado no *Público* a 7 de Julho de 2009 (Disponível em: <https://www.publico.pt/2009/07/07/jornal/nem-alternativas-nem-panaceias-17213071>): “a «democracia participativa», nas suas múltiplas expressões, constitui seguramente um mecanismo virtuoso de intervenção consultiva, ou mesmo codecisória, dos cidadãos na vida política, sobretudo no plano local (por exemplo, a solução do “orçamento participativo”). Contudo, a proporção de cidadãos envolvidos é, em geral, pouco expressiva (muito menor do que a participação eleitoral), correndo o risco de “captura” das decisões políticas por minorias ativistas muito pouco representativas».

- Guerra I (2006) *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais, Principia.
- Guerra I (2010) Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91: 121-134.
- Guerra I (coord.) (1999a) *Diagnóstico sobre a implementação do programa PER nos Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto*. Lisboa, Instituto Nacional de Habitação.
- Guerra I (coord.) (1999b) *A Baixa Pombalina. Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*. Oeiras, Celta.
- Guerra I, Matias N (1988) Elementos para uma análise sociológica do movimento clandestino. *Povos e Culturas*, 3: 335-356.
- Guerra I, Pinto T C, Quedas M J (1994/1995) Appropriation du logement et modes de vie: «Clandestin» et «Légaux». *Espaces et Sociétés*, 79: 7-26.
- Guerra I, Rodrigues W (1996) Impacto social da operação integrada de desenvolvimento da Península de Setúbal 1988-1992. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22: 109-135.
- Mozzicafredo J, Guerra I, Fernandes M A, Quintela J (1988) O grau zero do poder local. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4: 45-59.

Referências secundárias

- Allen J, Barlow J, Leal J, Maloutas T, Padovani L (2004) *Housing and Welfare in Southern Europe*. Oxford, Blackwell.
- Cachado R A (2013) O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. *Análise Social*, 206(1.º): 134-152.
- Crozier M, Friedberg E (1977) *L'Acteur et le Système: Les Contraintes de l'Action Collective*. Paris, Éditions du Seuil.
- Fonseca Ferreira A (coord.) (1993) *Livro Branco sobre a Política da Habitação em Portugal*. Encontro Nacional da Habitação, Lisboa.
- Guichaoua A (2007) Au terme de cinq décennies du développement. *Revue Tiers Monde*, 191: 647-659.
- Krivy M, Kaminer T (2013) Introduction: the participatory turn in urbanism. *Footprint – Delft Architecture Theory Journal*, 13: 1-6.
- Raposo I, Valente A (2010) Diálogo Social ou dever de reconversão? As Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) na Área Metropolitana de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91: 221-235.
- Olson M (1978) *Logique de l'action Collective*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Raymond H, Haumont N, Raymond M-G, Haumont A (1966) *L'Habitat Pavillonnaire*. Centre de recherche d'urbanisme, Paris.
- Salgueiro T B (1977) Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 12(23): 28-55.
- Stanek L (2008) *Henri Lefebvre on space. Architecture, Urban Research and the Production of Theory*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Touraine A (1965) *Sociologie de l'action*. Paris, Edition du Seuil.
- Touraine A (1973) *Production de la Société*. Paris, Éditions du Seuil.

14. João Ferrão

João Mourato

Geógrafo Ávido de Mudança

João Ferrão é um geógrafo de referência em Portugal. Académico prolífero, professor, consultor, decisor político, mobilizador e ativista social são algumas das facetas do seu extenso percurso profissional. Conheço o João Ferrão há 18 anos. Homónimos de nome próprio, ambos nascemos em Benfica, Lisboa. Um ainda lá vive, o outro não. Um tornou-se um *Sportinguista* ferrenho, o outro, após ver a *Luz*, não. Um, em 1975, licenciou-se em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o outro aproveitou esse ano para nascer.

Conhecemos-nos em 2004, nas vésperas da sua experiência governativa enquanto Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (2005-2009). Na altura acedeu a ajudar-me no desenvolvimento do meu projeto de tese doutoral, que incidia sobre a caracterização da cultura de ordenamento do território em Portugal. O meu objeto de estudo foi a primeira edição do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT). Assim, num desafio metodológico de contornos raros, acabei por ter como um dos meus orientadores um dos principais atores no processo que estudava. Fruto das circunstâncias, pude, ao longo da sua experiência de governação, via conversas de bastidores, tomadas de posição pública, e opiniões de terceiros sobre a sua atuação, observar, refletir e construir a minha imagem do João Ferrão e desenvolver um melhor entendimento das implicações, riscos e limites do exercício de cargos governativos. Nunca a afirmação de Bismarck, *a política é a arte do possível*, me fez tanto sentido.

Somos colegas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) desde 2011. Apesar da diferença geracional, hierárquica, de experiência pessoal e profissional, o tratamento paritário como colega foi um dos traços de caráter que, desde o início, mais apreciei no João Ferrão. Na academia, foi, e é, uma lufada de ar fresco. Ao aceitar, com muito gosto, o desafio de escrever este capítulo procurei direcioná-la para a caracterização e evolução do *leitmotiv* que ao longo de mais de 40 anos mobilizou o João Ferrão. Os detalhes curriculares do seu percurso são de fácil

acesso aos leitores que os desejem conhecer. Assim, preferi procurar complementar o conjunto recente de reflexões autobiográficas (p. ex. Ferrão, 2015a, 2020a) com uma entrevista que alimenta, em discurso direto, a secção final deste capítulo.

João Ferrão nasceu em 1952. A sua adolescência e percurso enquanto estudante universitário decorre, como nos relata (Ferrão, 2020a), sob duas influências complementares. Uma, externa, do Verão do Amor de 1967, da contestação à presença militar dos EUA no Vietname, das lutas estudantis de maio de 1968 em Paris e da Primavera de Praga e da estrutura repressiva da então URSS. Outra, interna, da relativa abertura do regime ditatorial do Estado Novo após a substituição de Salazar por Marcelo Caetano em 1968, que, todavia, não conduziu nem ao fim da guerra colonial, nem à restauração da democracia em Portugal. Resulta desta dinâmica contextual uma crescente politização e mobilização da população universitária, que se acentuará até ao 25 de abril de 1974, e de onde surgirão, com a queda do Estado Novo e conseqüente afastamento de grande parte da até então dominante elite política e intelectual, um conjunto de *jovens ávidos de mudança que irão ocupar precocemente posições de liderança na academia e nos serviços da administração* (Ferrão, 2020a).

É em 1975, num contexto de forte reconfiguração política, institucional, económica e social, que João Ferrão se licencia em Geografia, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E, numa interessante coincidência temporal, é, em 1986, ano da adesão de Portugal à, então designada, Comunidade Económica Europeia, que conclui o seu Doutoramento em Letras (Geografia Humana) pela Universidade de Lisboa, com uma tese com o título *Indústria e Valorização do Capital: uma Análise Geográfica*. O seu posicionamento ideológico e visão societal transformadora transparecem neste exercício de investigação em Geografia Crítica Marxista centrado nas estruturas sociais, contextos laborais e configurações espaciais do desenvolvimento industrial e processo de terciarização em Portugal. Ingressou como Investigador, em 1987, no ICS-ULisboa, tendo-se mantido, até 1995, como docente convidado no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lecionando a cadeira de História e Teoria da Geografia. Durante este período, internacionaliza o seu contributo, engajando o debate global. É o primeiro autor português a publicar no icónico *Antipode - Radical Journal of Geography* (1987), mas também nos *Annales de Géographie* (1988); *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie* (1986); *Pensamiento Iberoamericano* (1984); *Environment and Planning D: Society and Space* (1984), etc.

Neste período, em Portugal, jovens académicos que se destacavam nos processos de democratização e/ou internacionalização ganhavam rapidamente visibilidade e reconhecimento nacional, e facilmente começavam a circular entre a academia, a consultoria e os *media* (Ferrão, 2020a). É neste contexto que João Ferrão participa, por exemplo, nos Planos Estratégicos de Lisboa (1992) e Évora (1994), nas avaliações *ex-ante* do Quadro Comunitário de Apoio QCA II (1994-1999) e QCA III (2000-2006), na preparação do contributo nacional para o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC, (1999), no desenho de políticas nacionais (p. ex. Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais – PROSIURB, 1994) e em diversos estudos e avaliações (p. ex. Azevedo e Cichowlaz (2002), sobre policentrismo europeu; INTERREG I e II – Portugal e Espanha, 1994 e 1995) de âmbito comunitário. O efeito cumulativo destas experiências

multifacetadas enquanto perito e consultor junto da administração pública local, regional e central, Governo, Comissão Europeia e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE nos domínios do desenvolvimento local, urbano e regional, traduziu-se, por um lado, num reforço incremental do seu capital relacional técnico-científico e, por outro, na consolidação de uma lógica de leitura sistémica sobre as dinâmicas de desenvolvimento territorial em Portugal. É entre 1987 e 1990 Presidente da Direção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR. Os seus textos publicados neste período plasmam esta ênfase, centrando-se nas redes urbanas, nas relações urbano-rurais, na reconfiguração das dinâmicas e atores do desenvolvimento local. O artigo «Portugal, Três Geografias em Recombinação: Espacialidades, Mapas Cognitivos e Identidades Territoriais», publicado na *Lusotopie* (Ferrão, 2002), acaba por constituir um ponto de situação neste percurso.

Ação Pública: Mudar perspectivas, políticas e práticas institucionais

Em 2004, na sequência de múltiplas crises a nível governamental e antevendo um cenário de eleições antecipadas, o Partido Socialista criou um grupo de trabalho integrando militantes e cidadãos independentes para desenvolvimento das bases do seu programa eleitoral. João Ferrão é convidado para coordenar os trabalhos referentes ao Ambiente e Ordenamento do Território. Na sequência deste contributo irá ocupar, de março de 2005 a outubro de 2009, a posição de Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (SEOTC) do XVII Governo Constitucional de Portugal. A integração de um académico, independente ao nível partidário, num contexto político complexo e repleto de interesses agonistas terá levantado múltiplos desafios de afirmação pessoal, reputacional e institucional. Acrescia-se ainda o facto de o Ordenamento do Território ser uma política pública *fraca* (Ferrão, 2011), de reduzida aceitação social, fortemente refém da sua leitura e prática jurídica, e pautada por uma cultura de visão setorializada em políticas públicas de forte impacto territorial (p. ex. Agricultura, Ambiente, Desenvolvimento Regional, etc.).

«*From policy-scientist to science-informed politician. Combining territorial imaginaries, external circumstances and domestic possibilities*» (Ferrão, 2020a) é uma narrativa autobiográfica crítica que analisa, em detalhe, este processo. Capitalizando a natural racionalização com distância temporal, é um relato cativante da coexistência do académico e consultor experiente com o decisor-político estreante e voluntarista, crente na possibilidade de *mudar perspetivas, políticas e práticas institucionais a favor de um território mais justo, coeso e sustentável*. É também um relato de desenvolvimento pessoal assente num pragmatismo adaptativo que procurou *transformar contextos conjunturais potencialmente interessantes em oportunidades efetivas*.

Em retrospectiva, e com a ambição de *dar uma nova centralidade ao ordenamento do território e à coesão territorial*, João Ferrão engaja gradualmente um processo de desafio da cultura institucional predominante, fomentando, numa lógica de co-criação, o envolvimento ativo e colaborativo de Governo e serviços da administração no processo de desenvolvimento de política pública. Colocava assim à experiência a teoria da capacitação institucional e da governança inclusiva via concertação intra- e inte-

rinstitucional como pilares fundamentais para uma maior apropriação de programas e iniciativas por parte daqueles que seriam cruciais à sua implementação, com o conseqüente *aumento da eficiência e eficácia da ação pública*.

As várias reflexões críticas (Ferrão, 2011, 2015a, 2020a) deste choque entre uma visão colaborativa transformadora e processos de decisão centralizados fortemente enraizados numa administração hierárquica e burocratizada ilustram, quer a natureza e contornos do obstáculo, quer as estratégias de quem estava, *na prática, a viver situações e a facilitar soluções sobre as quais tinha refletido criticamente pouco antes de integrar o Governo* (Ferrão, 2020a). Destas, destacam-se pela sua ambição e complexidade técnica e política enquanto tradução emblemática da visão reformista preconizada: a aprovação do primeiro Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) e a Iniciativa Bairros Críticos (IBC).

O primeiro PNPOT surge na sequência da publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (Lei n.º 48/98) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99). A sua missão, em traços gerais, consistia em promover a coerência entre Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) à escala supramunicipal, fomentar uma maior articulação da territorialização de diferentes políticas setoriais, e dotar o ordenamento do território em Portugal, enquanto política pública, de uma visão estratégica de conjunto, assente no seu modelo territorial. Enquanto académico e consultor, João Ferrão elabora o documento de base que deu origem à Resolução de Conselho de Ministros que estabelecia a elaboração do PNPOT, aprovada no final do XIV Governo Constitucional (1999-2002). Ao assumir funções como SEOTC, e com base na proposta técnica elaborada pelo geógrafo **Jorge Gaspar**, acelera um moroso e complexo processo de concertação interministerial e auscultação de um conjunto alargado de *stakeholders* de forma a constituir a versão final que seria submetida a votação e aprovação parlamentar. Quis a circunstância que o decisor político ajudasse a levar a bom porto o que o académico-consultor iniciara.

A Iniciativa Bairros Críticos (IBC), intervenção experimental inspirada na Iniciativa Comunitária URBAN, promoveu uma abordagem integrada com vista à requalificação física, económica e social de territórios suburbanos socialmente fragilizados e marginalizados. Também aqui, e fiel ao *leitmotiv* que pautou a sua experiência governativa, João Ferrão assentou a filosofia de intervenção IBC num conjunto de processos participativos e deliberativos que agregou diferentes Ministérios (Educação, Saúde, Economia, etc.), autarquias locais, organizações não-governamentais, e cidadãos das comunidades afetadas. Em conjunto, estes *stakeholders* desenvolveram e, sublinhe-se, aprovaram, Programas de Ação locais que visavam uma *melhor integração geográfica e funcional com as áreas envolventes evitando a transformação (...) em guetos* (Ferrão, 2020a). As IBC constituíram *verdadeiros laboratórios vivos de aplicação de princípios, valores e práticas claramente heterodoxos face à cultura política e administrativa dominante* (Ferrão, 2015a).

Da experimentação à sistematização. Em 2010, terminada a experiência governativa, e após um curto interregno sabático, o João Ferrão académico e consultor retoma a sua atividade no ICS-ULisboa. O efeito de quase cinco anos de SEOTC era

perceptível à vista desarmada pelo exponencial aumento de cabelos brancos. Os efeitos a nível intelectual e pessoal revelaram-se de outra forma.

De facto, ao longo de 2010, ano em que presta provas de Habilitação para o exercício de coordenação científica na Universidade de Lisboa, é visível um exercício de sistematização e auto-reflexão sobre a experiência governativa plasmado em textos como *Ordenamento do Território: 25 Anos de Aprendizagem* (Ferrão, 2010a), *Governança e Território. Reflexões para uma Governança Territorial Eficiente, Justa e Democrática* (Ferrão, 2010b), *Uma Visão Política da Evolução da Política de Ordenamento do Território* (Ferrão, 2010c), *A Avaliação de Políticas Públicas como Fator de Aprendizagem, Inovação Institucional e Cidadania* (Ferrão e Mourato, 2010) e, escrito em três meses, o livro *o Ordenamento do Território como Política Pública* (Ferrão, 2011). Este último, que não inclui propositadamente qualquer exemplo português, procurou sistematizar as ideias-chave para entender a evolução das concepções de ordenamento do território no contexto mais genérico da evolução das ideias e dos modelos político-institucionais e administrativo-organizacionais (Ferrão, 2020a).

A estes títulos foram, ao longo da última década, adicionados *O Ordenamento do território: uma perspetiva genealógica* (Campos e Ferrão, 2015); *Ambiente e Território: Para uma Nova Geração de Políticas com Futuro* (Ferrão, 2015b); *O Território na Constituição da República Portuguesa (1976-2005)* (Ferrão, 2016); *Ética e Ordenamento do Território* (Ferrão, 2017), *Território. Uma Política ainda com Lacunas, Descontinuidades e Falta de Articulação entre os Vários Níveis de Ação* (Ferrão, 2019); *Novos Desafios das Políticas Locais* (Ferrão, 2020b); *Território e Administração Pública* (Ferrão, 2020c) e *As Representações do Território Nacional no Portugal dos Governantes: Uma Tipologia Subjetiva* (Ferrão, 2021). Estes textos montam, como se de um puzzle se tratasse, uma reflexão crítica e poliédrica sobre a teoria e prática do Ordenamento do Território em Portugal. E, a par das reflexões autobiográficas já citadas (Ferrão, 2015a, 2020a), permitem-nos um lugar de primeira fila na observação das tensões e conflitos que o exercício do poder provocou entre o académico-consultor e o decisor. Nunca colocando em causa valores pessoais estruturantes, ao voluntarismo, por vezes excessivo, e ingenuidade do primeiro sobrepõe-se o pragmatismo da necessidade de gestão de interesses e ambição de concretização do segundo.

A par da escrita sistematizadora, também o fortalecimento da presença mediática, e acima de tudo num amplo conjunto de plataformas institucionais, cria gradualmente ao longo da última década a oportunidade para tentar influenciar decisões, opções e iniciativas que atribuam um papel relevante às políticas de ordenamento do território (Ferrão, 2020a). Coordena o Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade, ICS-ULisboa (2014-2019), foi Pró-Reitor para as comunidades locais da Universidade de Lisboa (2013-2017), membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS, desde 2010), co-coordenador da preparação da Agenda Estratégica de Investigação e Inovação *Ciência Urbana e Cidades do Futuro em Portugal até 2030* da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), membro do painel científico da Estratégia Nacional da Adaptação às Alterações Climáticas – ENAAC 2020 (Ministério do Ambiente), Membro da Comissão Independente para a Descentralização, Assembleia da República (2018-2019), etc.

O valor das ideias

O valor das ideias. Para complementar um olhar meu necessariamente parcial sobre o João Ferrão, propus-me a dois exercícios, que partilho nesta secção final deste capítulo. O primeiro consistiu em colocar uma questão simples a um conjunto de 15 colegas da minha geração (39-47 anos), de diferentes disciplinas (Geografia, Arquitectura/Urbanismo, Engenharia, Direito, Ambiente e Economia) e com diferentes enquadramentos institucionais (academia, consultoria/sector privado, e administração pública): «Como caracterizam o João Ferrão em cinco palavras/expressões-chave?» O resultado ilustra uma convergência quase plena em torno de três eixos: *Ordenamento do Território*; *Visão sistémica*; *Ético*. O segundo foi exatamente voltar à fonte. Partilho em seguida uma seleção de excertos de uma entrevista semi-estruturada ao João Ferrão conduzida especialmente para esta publicação.

JM: Tendo em conta os múltiplos alertas para o *déficit* de cultura de ordenamento do território, até já inscrito com a designação de problema 21 no primeiro PNPT em 2007, será o mitigar desse *déficit* o cerne da identidade, imagem e credibilidade profissional do João Ferrão?

JF: O Ordenamento do Território como fio condutor? Não sei se concordo, o que acho que há de mais constante em muito do que eu fiz, é a ação pública. Não se limita a políticas públicas, mas inclui-as. Para quem vem da Geografia e se debruça sobre o território, o Ordenamento do Território acaba por aparecer de forma intuitiva. Mas essa leitura não pode ser literal. Repara, até ir para a Secretaria de Estado nunca me considerei um especialista de Ordenamento do Território, mas sim de desenvolvimento regional e redes urbanas. Nunca me interessei muito pela legislação, e planos, mas sim pela governança, visão estratégica e, de certa maneira, a visão estratégica do Ordenamento do Território vem substituir a visão estratégica do Desenvolvimento Regional, que, entretanto, fica captado pela lógica de aplicação e gestão dos fundos comunitários. De qualquer forma, as minhas redes e contactos profissionais, incluíam mais economistas que sociólogos e geógrafos, e tinham uma leitura muito díspar da comunidade do Ordenamento do Território.

JM: Mas o livro *O Ordenamento do Território como Política Pública* acaba por promover uma sistematização agregadora em particular numa área temática, ou sub-área disciplinar, com forte *déficit* identitário e emancipatório.

JF: As imagens mudam com os tempos. Até a do Ordenamento do Território. O livro pode ter esse impacto. Eu escrevi o livro como forma de exorcizar a minha experiência, mas sem falar do caso português. Como sabes o Ordenamento do Território foi durante muito tempo um conjunto de legislação técnica, o livro veio dar uma certa dignidade a uma área que era desprezada como um conjunto de práticas. O seu impacto depende do mérito e do contexto – como não havia nenhum exercício daquele tipo teve um impacto maior.

Na questão identitária é fundamental pensar sobre a trajetória individual de cada um e o contexto global (não indissociáveis) em que ocorre. Ao passar (1987) do Departamento de Geografia para o ICS-ULisboa, passei a ser, na perspetiva do meu ponto de

partida, e como ouvi alguém comentar numa fila de multibanco – uma espécie de geógrafo. E, no ICS, ponto de chegada, ser geógrafo era a exceção, e havia a percepção que aquilo que eu fazia tinha mais a ver com as minhas características pessoais do que com o facto de ser geógrafo. Lembro-me perfeitamente do comentário do Manuel Vilaverde Cabral que «um bom geógrafo transforma-se necessariamente num sociólogo» – comentário tipicamente disciplinar. Então, para os geógrafos era uma espécie de sociólogo, para os sociólogos era uma espécie de economista, e para os economistas, eu era uma espécie de geógrafo.

Nota que no Departamento de Geografia vivi o embate entre a geografia tradicional de Orlando Ribeiro onde a geografia se pretendia que fosse desinteressada e o posicionamento mais normativo e interventivo com **Jorge Gaspar**, e desse ponto de vista quando vim para o ICS houve uma espécie de «recuo», pois o ICS estava mais «atrasado», pois por exemplo havia muito a ideia de que as ciências sociais não devem ser normativas, não devem fazer propostas, etc. E eu tinha vivido este debate e vinha com a ideia oposta. Mas tudo evolui e assisto ao arranque da discussão da investigação-ação, com a noção de que não era novo para mim, era antes algo intuitivo.

JM: Mas como podemos perspetivar a evolução do Ordenamento do Território neste contexto de aparente vazio identitário disciplinar?

JF: Há uma lógica circular na evolução do pensamento. Há leituras mais abrangentes e outras mais especializadas. E esta renovação é útil, pois não podemos ficar sempre no mesmo registo. Eu apanhei, em cheio, a passagem do paradigma integrado abrangente para o hiperespecializado. A Orlando Ribeiro fazia-lhe confusão as pessoas dizerem que eram de geografia física ou geografia humana, porque ele era das duas coisas. Fomentava uma visão de conjunto. Eu próprio estudei os primeiros dois anos na Faculdade de Ciências, tenho uma formação também naturalista. Aqui há o que vai acontecer e o que eu gostaria que acontecesse. É muito difícil nascerem situações disruptivas em relação à paisagem institucional que existe (mundo académico). Posição intersticial entre pólos consolidados, institucionalizados. O «novo» precisa desses pólos mas liberta-se nos interstícios. Nós ainda estamos muito dependentes da organização moderna do conhecimento do século XIX, com a institucionalização das ciências modernas.

O que acho é que já não vai ser o Desenvolvimento Regional, mas também não vai ser o Ordenamento do Território, vai ser outra coisa que ainda não se entende o que é – incluindo gradualmente novas influências que nascem e se desenvolvem muitas vezes à margem. Esta construção de novas centralidades a partir das margens é fundamental, repara, por exemplo no que faz a Paula Santana com a Saúde, a **Teresa Pinto-Correia** com a Ecologia da Paisagem, ou o Miguel Araújo que se identifica como Biogeógrafo, etc. e a par disto tens o que virá a surgir da relação entre a gestão e o planeamento, a promoção de uma visão mais integrada de intervenção, mais focada nos processos do que nos planos.

JM: Mas que implicações terá isso para Geografia enquanto disciplina?

JF: Repara, e pode até soar contraditório, eu nunca prescindirei da minha formação de base, a Geografia, e do meu foco, o território (que é o foco da Geografia), mas dito isto, o meu foco não é a Geografia, o meu horizonte não é disciplinar quando falo de territorialização de políticas públicas. Sempre fui um institucionalista, no sentido da impor-

tância que atribuo às instituições, no sentido em que funcionam em nome da causa e não do agente. O que acontece é que muitas vezes as instituições transformam-se em objetivos em si mesmas, deixam de ser um meio. E assim vejo também as comunidades epistémicas, como um meio e nunca um fim. Nunca fui corporativo.

Todos somos vítimas das nossas trajetórias – o que fiz ao longo da vida, o que me dá gosto é abater muros: entre disciplinas, entre a academia e o exterior, ensino e investigação – não é por acaso que quando fui pró-reitor, o que me interessava era a ligação para fora – é outra constante a adicionar à ação pública, gosto de abater muros. E não tenho isso muito sistematizado, mas até pode ser a questão da governança e do ordenamento do território como o patamar supremo deste combate contra os silos. Eu quando era adolescente tinha a mania que era anarquista, mas a ideia era o tal esbater de muros e combater as ortodoxias, o *statu quo*. Há traços que se vão mantendo, e por vezes encontram uma ancoragem teórica que permite inovar e sofisticar o argumento. Isto também explica porque nunca quereria ser um líder de uma «escola de pensamento científico», porque, após convite, nunca quis ser ministro, nunca tive interesse em ser vice-reitor, podia ter sido, não fujo à responsabilidade de certas missões, mas a posição hierárquica não me interessa. Eu gosto de influenciar não pelo poder hierárquico, mas pelo poder das minhas ideias.

Somente o tempo nos permitirá entender quais os contornos desta influência, do poder das ideias do João Ferrão e como estas serão apropriadas pelas diferentes gerações, atuais e futuras.

Acredito que o seu contributo, académico, político e cívico, para a dignificação e emancipação do Ordenamento do Território enquanto política pública cruzará gradualmente fronteiras entre disciplinas, entre académicos, consultores e administração pública, mobilizará outros a dar-lhe continuidade. Penso que o seu contributo ajuda a empoderar, já hoje, toda uma comunidade epistémica.

Creio que a sua defesa de soluções de governança territorial mais inclusivas e justas; o seu esforço de mobilização da cidadania ativa para o desenvolvimento territorial; e de uma ação pública assente no desenho e implementação de políticas públicas mais integradas e sistémicas, melhor informadas e suportadas por instituições mais capacitadas, impactam já hoje discursos e práticas.

Os três descritores *Ordenamento do Território*; *Visão sistémica*; *Ético* não surgem do acaso na minha geração. Agora que experiencio de forma mais autónoma o papel de académico consultor, percebo claramente os contornos da sua influência. Paul Auster afirmou que *o melhor a que podemos almejar, é deixar o mundo um pouco melhor do que o encontramos*. O João Ferrão creio que já o conseguiu.

Bibliografia fundamental

- Campos V, Ferrão J (2015) O Ordenamento do território: uma perspetiva genealógica. *ICS Working Papers*, 1: 3-42.
- Ferrão J (2002) Portugal, três geografias em recombinação: espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. *Lusotopie*, 9(2): 151-158.
- Ferrão J (2010a) Ordenamento do território: 25 anos de aprendizagem? *Europa: novas fronteiras*, Portugal – 25 anos de Integração Europeia. 26/27: 77-84.

- Ferrão J (2010b) Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. *Prospectiva e planeamento*, 17: 129-139.
- Ferrão J (2010c) Uma visão política da evolução da política de ordenamento do território. In Juventude Socialista (org.) *Socialismo no Séc. XXI*. Lisboa, Esfera do Caos: 62-79.
- Ferrão J (2011) *O ordenamento do território como política pública*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferrão J (2015a) The Critical Neighbourhoods Initiative Program as Policy Project: A Personal Account. In L Vasconcelos (coord.) *Sustainability in the 21st Century – The Power of Dialogue*. Lisboa, Caflesia: 235-247.
- Ferrão J (2015b) Ambiente e Território: Para uma Nova Geração de Políticas com Futuro. In V Soromenho-Marques, P T Pereira (coords.) *Afirmar o Futuro. Políticas Públicas para Portugal. vol. II: Desenvolvimento Sustentável, Economia, Território e Ambiente*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 328-336.
- Ferrão J (2017) Ética e Ordenamento do Território. In M C P Neves, V Soromenho-Marques (coords.) *Ética Aplicada. Ambiente*. Lisboa, Edições 70: 59-82.
- Ferrão J (2020a) From policy-scientist to science-informed politician. Combining territorial imaginaries, external circumstances and domestic possibilities. In L Albrechts (ed.) *Planners in Politics: Do They Make a Difference?* Cheltenham, Edward Elgar Publishing: 55-74.

Referências secundárias

- Azevedo R, Cichowlaz Ph (coord.) (2002) *Study on the construction of a polycentric and balanced development model for the European Territory / Étude sur la Construction d'un Modèle de Développement Polycentrique et Équilibré pour le Territoire Européen*. Porto, Maritime Peripheries Studies Unit/Cellule de Prospective des Périphéries Maritimes, CRPM.
- Ferrão J (2016) O Território na Constituição da República Portuguesa (1976-2005): Dos Preceitos Fundadores às Políticas de Território do Futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Número especial: 123-134.
- Ferrão J (2019) Território. Uma política ainda com lacunas, descontinuidades e falta de articulação entre os vários níveis de ação. In R P Mamede, P A Silva (coords.) *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2019: Menos Reformas, Melhores Políticas*. Lisboa, IPPS-IUL: 37-43.
- Ferrão J (2020b) Território e Administração Pública. In CES (ed.), *Administração Pública e Intersse Público: Dos Últimos aos Próximos 20 Anos*. Lisboa, Conselho Económico e Social: 47-58.
- Ferrão J (2020c) Novos Desafios das Políticas Locais. In H Carreiras, A Calado (orgs.) *Descentralização e Reorganização do Estado*. Lisboa, Mundos Sociais: 39-47.
- Ferrão J (2021) As Representações do Território Nacional no Portugal dos Governantes: Uma Tipologia Subjetiva. In V Cardoso, M Gonçalves, C Rodrigues (eds.) *Representações, Desenhos e Imagens do Território*. Porto, i2ADS. Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, CEGOT. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, CITTA. Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente: 61-78.
- Ferrão J, Mourato J (2010) A Avaliação de Políticas Públicas como Fator de Aprendizagem, Inovação Institucional e Cidadania. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 12(1): 9-28.

15. João Teixeira Lopes

Lígia Ferro & Priscilla Santos

Percurso biográfico e contexto institucional

João Teixeira Lopes nasceu em Angola, na cidade de Lobito. O seu pai foi um aguerrido ativista pela independência de Angola. Volta para Portugal com 6 anos de idade acompanhado da sua família, incluindo as suas duas tias negras, adotadas pela sua avó em Angola, e com quem mantém uma relação de grande proximidade e afeto. A sua chegada em Portugal não foi fácil, pois a família regressou ao país em pleno período de turbulência pós-revolucionária, tendo enfrentado dificuldades económicas e sociais. Na sua juventude, licenciou-se em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1992), com um registo académico de excelência. Em 1993, ganhou um concurso para lecionar no Departamento de Sociologia da mesma instituição. Contudo, devido ao seu militandismo de esquerda, a sua contratação é bloqueada, situação ultrapassada uns meses mais tarde, quando efetivamente ingressa como professor do Departamento.

Obteve os títulos de Mestre em Sociologia, em 1995, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com orientação de Maria de Lourdes Lima dos Santos, e de Doutor em Sociologia, em 1999, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com uma dissertação orientada por José Madureira Pinto, a qual foi posteriormente publicada em formato de livro com o título *A cidade e a cultura: Um estudo sobre práticas culturais urbanas* (Lopes, 2000). Foi Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia e é, atualmente, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fez parte do grupo de programadores da iniciativa Porto Capital Europeia da Cultura 2001. Em 2014, João Teixeira Lopes foi distinguido com o galardão «*Chevalier des Palmes Académiques*» pelo Governo francês.

Contributos para pensar o espaço a partir da sociologia

João Teixeira Lopes começou por se interessar pelo conceito de espaço, elaborando uma instigante reflexão teórica sobre o lugar deste na teoria social no domínio

de uma comunicação oral no Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais realizado em 1994 e da qual resultou o artigo «Estruturas Espaciais e Práticas Sociais: A Inexistente Opção entre o Local e o Global» publicado na *Revista de Sociologia da FLUP* nesse mesmo ano. Neste artigo, o autor lança algumas hipóteses para compreender o lugar do espaço na compreensão dos fenómenos sociais. Lançando uma crítica às teorias da ecologia humana da Escola de Chicago, que tendem a encarar a forma espacial de forma determinista, Lopes argumenta que o espaço não é um «mero contentor».

Neste seu texto, o espaço não se apresenta como uma entidade que de forma quase metafísica determina as práticas sociais, nem como um mero reflexo das práticas sociais. O espaço não constitui uma entidade reificada, nem um contentor sem conteúdos. Em alternativa, a proposta do autor é a de pensarmos que o espaço articula as relações sociais, isto é, elas ocorrem nas coordenadas espaciais, sejam as interações face a face, sejam as estabelecidas à distância. Mas o espaço acaba por ter essa característica de congregar as dimensões políticas, económicas, simbólicas, e com isso ser então um *grande articulador* de relações e de práticas sociais.

Lopes não nega a especificidade própria do espaço, nem a sua influência nos comportamentos dos atores sociais. Pelo contrário, o autor assume que o espaço tem uma influência própria. Ele produz um «atrito», que pode ser encarado como um horizonte de constrangimentos e de possibilidades. As formas e as estruturas espaciais abrem e fecham esses constrangimentos e possibilidades. No entanto, argumenta que elas são depois apropriadas de acordo com as configurações das relações sociais e das práticas sociais. O espaço é atravessado por relações sociais que nele se articulam, mas que se articulam de determinada maneira, porque o espaço possui também determinadas características. Este primeiro trabalho realizado pelo sociólogo entre os anos de 1993 e 1995, constitui um relevante contributo para a sociologia portuguesa, na medida em que escasseavam reflexões que focalizassem diretamente o espaço neste campo disciplinar.

A sua reflexão sobre o espaço aprofunda-se durante a sua pesquisa de Mestrado em que trabalha os contextos das escolas secundárias e que dá origem ao livro *Tristes Escolas: Práticas Culturais Estudantis no Espaço Escolar Urbano* (1996). Nesta obra notamos a forte influência das abordagens interacionistas, em particular de Erving Goffman (1971, 1999), articuladas com as propostas teóricas de Pierre Bourdieu e de Anthony Giddens. Os contributos interacionistas resultam numa compreensão mais abrangente do processo de estruturação e das formas em que o mesmo se concretiza em contextos específicos, considerando, outrossim, a singularidade dos quadros de interação, como demonstrava **António Firmino da Costa**, um autor com quem dialogou e dialoga intensamente ao longo da sua trajetória de investigação.

Neste estudo, Lopes analisa as sociabilidades juvenis em espaço escolar, considerando as condições sociais dos estudantes e como as mesmas abrem portas a vários mundos da vida. Por outro lado, reflete sobre o espaço das escolas, em particular sobre a regionalização dos espaços, para compreender como é que essas sociabilidades se estruturavam e como é que «cristalizavam» algumas culturas e (sub)culturas juvenis. A distinção conceptual entre bastidores e fachadas de Goffman, assume um especial destaque nesta análise.

A forma como as fachadas atuavam como formas de reprodução social de grupos juvenis, cujas configurações e dinâmicas eram fortemente influenciadas por variáveis como a classe e o género, estavam no centro da análise. As fachadas, regiões de maior visibilidade, espaços de apresentação mútua no quotidiano, permitiam aos grupos sociais analisados exercer um controlo sobre todos aqueles que fugiam, até na questão das práticas afetivas e sexuais, àquilo que eram os ditames do grupo e a sua tendência para a endogamia e o fechamento. Nomeadamente, no seio dos jovens burgueses, o facto das suas sociabilidades serem muito controladas por essa lógica grupal, tinha como efeito claramente um controlo das interações erótico-afetivas. Os jovens burgueses, e mais particularmente as jovens burguesas, tinham uma enorme dificuldade em interagir, mesmo que o desejassem, com jovens das classes populares das escolas que frequentavam. Ou seja, o fechamento de classe e de género era claramente perceptível quando observou os comportamentos nas fachadas das escolas, como as escadarias, regiões de grande visibilidade. Contudo, o autor destaca como esses comportamentos conseguiam oferecer alguma resistência e até de metamorfose nas regiões dos bastidores, com menor controlo social. Portanto neste trabalho, o espaço público da escola é estudado a partir do conceito goffmaniano de «fachada», dando um considerável contributo à reflexão elaborada em sede das ciências sociais em língua portuguesa de então.

A partir da sua tese de Mestrado, Lopes (1996) aprofunda a importância do espaço público para analisar as práticas culturais, tendo estabelecido uma colaboração com o Pelouro de Animação da cidade do Porto, juntamente com o professor José Madureira Ponto, criando o Observatório das Escolas, que também analisava a importância que o espaço tinha na formação de novas disposições culturais. O espaço público era encarado como uma alavanca de formas de participação cultural e encontro entre públicos e obras. A investigação desenvolvida versou sobre a influência da espacialidade no estatuto da obra cultural e Lopes interessou-se especialmente pelos modos como os espaços públicos podem quebrar alguma fixidez e inércia das instituições culturais sobre-legitimadas.

As primeiras reflexões e estudos de João Teixeira Lopes dão-se num contexto em que a sociologia urbana em Portugal revelava alguns estudos notáveis sobre a produção do espaço e os processos de exclusão social em meios urbanos, assumindo uma perspetiva histórica assinalável. Todavia, nessa altura, ainda não se tinha «descido» de forma alargada à observação concreta dos espaços públicos no âmbito disciplinar da sociologia. Convém destacar neste domínio, alguns estudos, pioneiros na sociologia portuguesa, a partir de uma abordagem etnográfica «de perto e de dentro» (Magnani, 2002) aos bairros populares, como o realizado por **António Firmino da Costa** em Alfama, Lisboa, e que deu origem a diversas publicações, nomeadamente ao livro *Sociedade de Bairro* (1999). Mas essa perspetiva de olhar de perto e de dentro os espaços públicos, estava ainda pouco explorada pelos sociólogos em Portugal.⁷⁰

⁷⁰ Estes primeiros trabalhos acabaram por se desenvolver mais tarde e consolidar através de intenso trabalho interdisciplinar, o qual se materializou, entre outras iniciativas, na publicação do livro *Etnografias Urbanas* organizado por Cordeiro *et al.*, (2003).

A sociologia urbana ganha um renovado fôlego em 2004, quando Carlos Fortuna, da Universidade de Coimbra, lança a Rede Portugal-Brasil de Estudos Urbanos⁷¹, envolvendo várias universidades portuguesas e brasileiras. No caso português, as Universidades do Porto e de Coimbra estavam representadas. Nesta rede foram estimuladas as abordagens comparadas a partir das mobilidades internacionais realizadas pelos investigadores participantes. A área dos estudos sobre espaços públicos assumia, então, uma maior maturidade no Brasil do que em Portugal e a participação de Lopes neste projeto permitiu uma aprendizagem e troca intensas que marcaram o seu trabalho até aos dias de hoje (Lopes, 2009).

A Rede Portugal-Brasil de Estudos Urbanos assumia um caráter interdisciplinar, pois era participada por sociólogos, antropólogos e historiadores. Neste contexto, o investigador da Universidade do Porto estudou espaços públicos na cidade de São Paulo, a partir de um diálogo profícuo com os antropólogos Heitor Frúgoli Jr. e José Guilherme Cantor Magnani. Também a perspetiva histórica de Fraya Frehse (2005) sobre o efeito de destruição criativa do capital em São Paulo assumiu uma grande influência no seu trabalho. Frehse mostrava como a memória era constantemente arrasada, varrendo o «velho» e construindo o «novo», num processo evidentemente ligado a ações de circulação de capital e de especulação imobiliária.

Formado na escola do Porto, em que as abordagens teórico-metodológicas extensivas assumiam, de certo modo, uma função de comando sobre as abordagens intensivas, a participação de Lopes na Rede Portugal-Brasil de Estudos Urbanos, encerrando uma forte troca interdisciplinar, modifica o seu perfil enquanto sociólogo. Começar pelas idas ao terreno torna-se uma prática importante nas suas investigações, na medida em que frequentemente esta estratégia enforma as pesquisas que desenvolve posteriormente. O vaivém teoria-empíria que tem vindo a caracterizar o seu trabalho, consolida-se a partir desta experiência internacional, tornando-se uma constante nos estudos que desenvolve no âmbito da sociologia urbana e sobre os espaços públicos, em particular. Utilizou a abordagem etnográfica complementada com dados estatísticos sobre os locais, entrevistas aos responsáveis de entidades turísticas e comerciais e das associações de moradores.

Na pesquisa desenvolvida no âmbito da rede, Lopes comparou praças que foram alvos de intervenções de arquitetos com prémio *Pritzker*: a avenida dos Aliados no Porto, projetada por Álvaro Siza Vieira, e a Praça do Patriarca em São Paulo, da autoria de Paulo Mendes da Rocha. Aí analisou etnograficamente como é que determinado planeamento do espaço é transformado pelos usos diferenciados do espaço público. Os conceitos de usos e de contra-usos, de Rogério Proença Leite, também coordenador da referida rede, assumem uma centralidade na sua pesquisa. O espaço torna-se verdadeiramente polifónico. Focalizou, assim, os grupos sociais contrastantes que usam o mesmo espaço para afirmar lógicas que são, muitas vezes, de resistência à dominação ou noutros casos de imposição de uma determinada doxa, controlo do espaço que obedece também a um controlo, digamos, da imagem desse espaço.

⁷¹ Rede financiada pelo CNPq, coordenada por Carlos Fortuna da Universidade de Coimbra e por Rogério Proença Leite da Universidade Federal do Sergipe. Organizaram-se três seminários dos quais resultou a publicação *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos* (Fortuna e Leite, 2009).

João Teixeira Lopes refletiu a partir deste trabalho sobre as pretensões das classes dominantes de São Paulo relativamente à desocupação das praças pelos sem teto, o que as levava a criar inúmeros obstáculos físicos impedindo os seus contra-usos. Notava também como os atores sociais «indesejados» conseguiam, apesar desses obstáculos, estabelecer sociabilidades e exercitarem contra-usos do espaço, contrariando discursos e práticas hegemónicas. A lógica de produção capitalista, securitária e higienista do espaço não é assim uma lógica total, que abafa totalmente as resistências. Mas Lopes sublinha como essas resistências só poderão ser perceptíveis se estivermos num nível de análise, de observação, capaz de perceber a minúcia dos usos e contra-usos no quotidiano e no espaço público como cenários de interação.

A dita experiência de trabalho levou também o sociólogo a defender mais tarde uma sociologia pluriescalar, ou seja, uma sociologia capaz de articular escalas de observação. Se por um lado, aqueles espaços públicos constituem espaços centrais na lógica do capitalismo, por outro, é absolutamente necessário analisar as microresistências que aí se vão articulando. Os espaços públicos são assim perspectivados como lócus de conflitualidade (Lopes e Hutchison, 2016).

O espaço público surge como associado a duas qualidades; uma delas é a abertura, pois o espaço público tem uma qualidade urbana assinalável se permitir uma multiplicidade de usos, e essa multiplicidade de usos pode estar ligada a usos inesperados, imprevistos, e a outra é a conflitualidade. O espaço público deve permitir conflito, ao contrário do ideal de espaço público higienizado ou securitário que pretende banir o conflito. No Porto, a sua pesquisa refletiu sobre a mudança urbanística na Avenida dos Aliados que a transformou numa «praça seca», de atravessamento, de pouca complexidade social. Uma terceira característica do espaço público que permeia o trabalho de Lopes é a complexidade como um jogo entre transições. Entre o recanto e a visibilidade, entre a luz e a sombra, entre o atravessar e o permanecer, o estar sozinho ou o estar em interação. Esse tipo de transição, de tessitura, é para o autor muito relevante na qualidade do espaço urbano. Assim, complexidade, abertura e conflitualidade, emergem como três critérios para avaliar a qualidade do espaço público urbano.

Como anteriormente referido, o autor privilegiou as observações direta e participante dos espaços. Do ponto de vista metodológico desenvolveu uma estratégia de pesquisa assente no ato de caminhar na cidade, exercitando simultaneamente uma observação estruturada, sistemática e metódica de múltiplas formas de usos e representações. Apostou metodologicamente em caminhar com as pessoas e conversar sobre as suas ligações aos espaços, enquanto passam pelos mesmos e os voltam a experienciar. Os seus registos de dados envolvem muito para além da escrita do diário de campo, incluindo registos audiovisuais. No plano metodológico, a aplicação do método etnográfico permitiu-lhe a articulação entre diferentes escalas como micro- e macro-, agência e estrutura. Contudo, os esforços do sociólogo para superar dicotomias não ficam circunscritos às questões metodológicas.

As suas reflexões acerca das temáticas da globalização, espaço e lugar questionam dicotomias como local e global, espaço físico e espaço virtual, centro e periferias, olhando-as na sua complexidade de matizes. Em «Estruturas espaciais e práticas sociais: a inexistente opção entre o local e o global», o autor traz um contra-argumento

às visões de que os fluxos globais e o avanço dos meios de comunicação digitais teriam, de alguma maneira, desterritorializado ou deslocalizado as relações sociais. Na sua perspectiva, a globalização deve ser olhada por um prisma dialético, em que a sua antítese – a fragmentação territorial – emerge com tanta força quanto a debatida *a-espaçialidade* do espaço. «De facto, o conceito de globalização só se pode revelar heurísticamente fecundo se estiver fortemente impregnado de conceptualizações sobre as práticas socioculturais localizadas» (Lopes, 1994: 228). A sua proposta é a de uma análise relacional entre diferentes instâncias culturais territorializadas, sem que nenhuma se apresente como determinante, ainda que possa haver uma relação de dominação, como ocorre no caso centro-periferia.

As periferias, apesar de dominadas, produziram as suas próprias epistemologias e visões do mundo que devem ser consideradas pela sociologia. Isso pode ser percebido, argumenta, nos estudos sobre práticas culturais. Ainda que fora dos circuitos hegemónicos de produção, difusão e receção artística, as periferias oferecem aos criadores e públicos formas alternativas de lidar com a cultura e com as artes, menos cerceadas por questões políticas, económicas ou pelo cânone estético hegemónico. Por isso, valeria olhar para as cidades a partir das suas periferias, ou das suas margens, e particularmente dos seus interstícios, liminares, os lugares de transição. A elaboração de uma *outra* cartografia das cidades, que não contenha apenas os lugares mais visíveis nos planos diretores municipais, por exemplo, impõe-se assim como um imperativo. É preciso, a partir do reconhecimento da existência dessas relações de força, olhar para as negociações e conflitos entre os diversos atores que disputam o espaço urbano. Nesse sentido, os espaços públicos tornam-se um lócus privilegiado de observação, uma vez que se constituíam enquanto uma amálgama de abertura, conflito e complexidade.

A inscrição do capitalismo tardio e das desigualdades sociais no espaço urbano são um ponto fulcral do pensamento de João Teixeira Lopes. O território das cidades é atravessado pelas diferenças – baseadas em variáveis como a classe, o género, a sexualidade, a idade e a pertença étnico-racial, por exemplo. Ao mesmo tempo, essas diferenças manifestam-se no espaço, modificando-o. No entanto, essa interseção ainda se assume como problemática nas ciências sociais, uma vez que a dimensão espacial tende a estar ausente dos estudos que recorrem exclusivamente a outras instâncias – como a artística, linguística ou mesmo as estruturas de classe –, igualmente válidas, mas não exclusivas. É fundamental perceber como é que em determinados espaços se articulam várias formas de desigualdade social. Para tanto, deve apostar-se numa análise espacial que não prescindia do quotidiano e das relações de força e disputa que ocorrem nessa arena.

O autor defende que a produção neoliberal do espaço urbano busca a superação da conflitualidade inerente ao espaço nas cidades. Nota como se desenham frequentemente tentativas de «abrandar» ou «suavizar» as inscrições das diferenças – seja de classe social, género, sexualidade ou pertença étnico-racial – que atravessam o espaço. Frequentemente, nota-se a intenção de apropriação dessas diferenças como mais-valia na competitividade inter-cidades, exercendo o que chama de *multiculturalismo de fachada*. O argumento do autor é que, no contexto europeu, os poderes públicos sabem que não podem meramente reprimir as diferenças que se entrecruzam

no território urbano, mas sabem que podem criar uma marca de cidade atrativa e competitiva nos mercados de turismo global se absorverem algum do potencial dessa diversidade existente na cidade. Por isso, tendem superficialmente a incorporar a diversidade étnica, de género, ainda que não incorporem, ou o façam em muito menor escala, a diversidade de classes. Estamos perante uma *festivalização* constante desses espaços públicos que aparentemente são multiculturais, com a organização de festivais multiétnicos, por exemplo, mas que, na verdade, apenas superficialmente o são. O que o modelo chamado por Lopes de *fachadismo multicultural* propõe é uma coexistência das diferenças sem que elas se toquem e se transformam mutuamente.

Noutra instância, a governança da cidade-consumo também absorve o potencial crítico da arte, dos artistas e dos boémios. Esse capitalismo que agencia a crítica artística, como referiam Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), consegue muitas vezes neutralizar as energias críticas incorporando-as, ainda que apenas superficialmente, como poderia ser o caso de uma companhia de teatro que critica o turismo intensificado e é apoiada pela autarquia que promove o modelo de turismo neoliberal. Esta forma de gestão da diversidade, seja étnica, de género, sexualidade, seja da contracultura ou da resistência artística, é, acima de tudo, uma estratégia de coexistência das diferenças no quadro da cidade-consumo. A cidade é mercadoria, da qual muitas dessas franjas, grupos e classes são, na verdade, excluídos: eles participariam como precários figurantes da encenação da cidade, não colhendo dela os respetivos frutos. O modelo da cidade competitiva utilizaria as margens, as diferenças, para fins essencialmente de mercantilização, e não com intuítos verdadeiramente democráticos e sociais.

No entanto, à revelia dos projetos de cidade competitiva, os atores sociais muitas vezes ensaiam resistências. Mesmo face às tentativas da sua neutralização pela lógica do espetáculo, o espaço público, segundo o autor, permitiria a erupção das diferenças, o que muitas vezes acaba por ocorrer em espaços menos visíveis. O graffiti, as inscrições que vão pululando pela cidade do Porto, por exemplo, com mensagens de protesto contra a gentrificação e turistificação da urbe, seriam uma demonstração de como as resistências se vão tecendo nesses espaços insurgentes e intersticiais. Lendo os textos de Lopes podemos perguntar: seriam essas resistências suficientes para abalar a lógica sistémica? A resposta é negativa, mas não por isso defende que se deva menosprezar as microrresistências, diminuindo-as a meros epifenómenos residuais, sem ligação entre si e com efeito nulo. Do seu ponto de vista, as cidades seriam piores pelo seu monolitismo, por um poder totalmente unificado, se essas resistências não se insinuassem. Ele argumenta que as microinsurgências têm um determinado efeito no jogo político e exercitam, elas próprias, uma certa margem de poder, ultrapassando a ideia de que o poder está concentrado de um lado e é totalmente rarefeito do outro.

Reconhecendo a distribuição desigual de forças, o autor dá um contributo para reconhecer a agência dos atores socialmente desprivilegiados, ainda que limitados e constrangidos pela sua carência de recursos. Estes protagonistas sociais utilizariam as suas margens, ainda que exíguas, de um poder dominante, para, nesses interstícios, posicionar valores, comportamentos e formas de ver o mundo. E isso, sim, teria efeitos no jogo político. Dito de outro modo: se a gestão da cidade competitiva usa as margens e diferenças com fins apolíticos, os próprios sujeitos marginalizados cons-

troem resistências, que não devem ser nem endeusadas, nem ignoradas, cabendo analisá-las com sistematicidade e observando os espaços concretos em que as mesmas se desenham. Nos espaços não só repercutem as lutas sociais originadas noutras instâncias, como o espaço é ele mesmo um contexto privilegiado da acumulação capitalista e, por conseguinte, da disputa social e política.

Intervenção na esfera pública e pistas para pensar a cidade e os espaços públicos atualmente

Ao longo da sua trajetória, Lopes desenvolveu uma intensa atividade política e cívica, procurando dar o seu contributo informado pela reflexão e análise científicas. O autor foi deputado na Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda durante a IX e X Legislaturas e candidato à Câmara Municipal do Porto em 2002, 2009 e 2017. Contribuiu e continua a contribuir ativamente na esfera pública à escala urbana, escrevendo regularmente para a comunicação social e participando como comentador em programas televisivos.

As disputas pelo espaço sempre estiveram no centro do seu programa de investigação e da sua atuação na esfera pública. O autor refere como atualmente o controlo do espaço é um dos circuitos privilegiados do capital. Em tempos de juros baixos e de crises económicas, a forma de expansão do capitalismo encontra terreno fértil no espaço urbano, como demonstrado por David Harvey (2014). Isso não só conquistando mercados outrora periféricos, não só desterritorializando e deslocalizando a produção, mas também gentrificando, turistificando, ou seja, interligando os aparelhos político e económico. Os regimes fiscais criados por agentes políticos para favorecer, através de parcerias público-privadas, o ganho e a acumulação, seriam uma forma de perceber a centralidade do espaço na lógica capitalista de hoje. O próprio turismo contemporâneo conduz o espaço para um lugar que Lopes considera existencial, ou seja, o espaço como lugar de experiências e mercantilização da própria existência. Hoje viajar é uma experiência. As experiências organizam-se e vendem-se. Há todo um mercado de cristalização de memórias e vivências que tem o espaço como locus. Ao mesmo tempo, aí reside uma ambiguidade, uma vez que o capitalismo muitas vezes cria o espaço genérico, aquele em que, como já foi dito, as diferenças seriam tão superficiais que por detrás delas se encontrariam lógicas muito semelhantes.

O sociólogo recorre a Henri Lefèbvre (1968, 1974), que falava em dois principais circuitos do capital: o primeiro ligado à produção industrial, o segundo à produção social do espaço, que hoje é intensificada pela ação público-privada que favorece os processos de gentrificação e de turistificação. A estes dois circuitos, Lopes acrescenta um terceiro: o capitalismo de vigilância. Segundo ele, uma forma de biopoder presente nos comportamentos espacialmente situados. Ao olharmos para as ruas das cidades, para as lojas e centros comerciais, seria possível perceber que o panótico foucaultiano está instalado. Os comportamentos dos atores sociais tornaram-se fonte primordial para a chamada inteligência artificial e os algoritmos.

Tendo em conta o contexto da pandemia e a intensificação das relações à distância mediadas pelas tecnologias digitais, surge um cenário ameaçador não apenas para o

espaço público, como para a vida social. A pandemia trouxe o silêncio nas cidades. Para a vida social esse silêncio foi por vezes aterrador. A tendência que hoje se verifica de tentar normalizar as relações remotas e tecnologicamente mediadas é preocupante, na visão de Lopes, porque as interações face a face são insubstituíveis. A *linguagem do face a face* é mais rica e complexa do que a linguagem da comunicação à distância, isto é, a comunicação não verbal, corporal, fornece pistas e caminhos entre o eu e o outro que são impossíveis de explorar em plenitude na interação à distância. Os rituais de sociabilidade face a face engrenam solidariedade e sincronizam movimentos, temporalidades que de outra forma não seria possível encontrar.

Os rituais face a face e a energia que mobilizam e mutuamente sincronizam são ainda uma forma de se manter na interação social, aquilo que Erving Goffman chamava de *guerra fria*, que não degenera em guerra quente, ou seja, em fúria, raiva, exacerbação do ódio e criação de bodes expiatórios para esses ódios, como o imigrante, o homossexual, etc. Para Teixeira Lopes, o sociólogo tem neste campo um papel crucial, o de questionar a tecnociência, contra a ideia da tecnologia limpa, não contaminada, pura, que, na verdade, é a tecnologia do biopoder e da inteligência artificial para fins comerciais e políticos. Questioná-la (a tecnociência) como algo que não se reduz a um *fetichê* é um avanço social.

Bibliografia fundamental

- Lopes J T (1994) Estruturas espaciais e práticas sociais: A inexistente opção entre o local e o global. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 4: 219-229.
- Lopes J T (1996) *Tristes escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto, Afrontamento.
- Lopes J T (2000) *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*. Porto, Afrontamento.
- Lopes J T (2009) Políticas culturais urbanas. In C Fortuna, R P Leite (orgs.) *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra, Almedina: 171-184.
- Lopes J T, Hutchison R (eds.) (2016) *Public spaces: times of crisis and change*, Collection Research in urban sociology (vol. 15). Bradford, Emerald.

Referências secundárias

- Boltanski L, Chiapello E (2009) *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- Cordeiro G Í, Baptista L V, Costa A F (orgs.) (2003) *Etnografias Urbanas*. Oeiras, Celta Editora.
- Costa A F (1999) *Sociedade de Bairro*. Oeiras, Celta Editora.
- Fortuna C, Leite R P (orgs.) (2009) *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra, Almedina.
- Frehse F (2005) *O tempo das ruas na São Paulo de Fins do Império*. São Paulo, EDUSP.
- Goffman E (1971) *The presentation of self in the everyday life*. London, Penguin Books.
- Goffman E (1999) *Os momentos e os seus homens*. Lisboa, Relógio D'Água.
- Harvey D (2014) *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.

Lefèbvre H (1968) *Le Droit a la Ville*. Paris, Anthropos.

Lefèbvre H (1981 [1974]) *La production de l'espace*. Paris, Anthropos.

Magnani J G C (2002) De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49): 11-29.

16. Jorge Carvalho

Ana Isabel Ferreira⁷²

Meio século a reflectir o urbanismo

Jorge Carvalho nasceu em 1948, na Figueira da Foz.

O gosto pela matemática aplicada levou-o a inscrever-se em engenharia, primeiro em Coimbra e depois no Instituto Superior Técnico em Lisboa. A frequência do curso coincidiu com o período de contestação política, de oposição democrática ao regime do Estado Novo, que antecedeu a Revolução de Abril. Neste ambiente, enquanto jovem revolucionário que era, os interesses de Jorge Carvalho voltaram-se para as questões sociais, económicas e políticas, distanciando-se da Engenharia Civil que frequentava.

A sorte, ou acaso, nas palavras do próprio, conduziram-no para o urbanismo, quando, nos últimos anos da licenciatura (1971-1972), colaborou em trabalhos de investigação com os seus professores Valadares Tavares e **Manuel da Costa Lobo**. Nesse momento, percebeu que aquele era o caminho, encontrando motivação adicional na função social do urbanismo e do urbanista, profissão que exerce até hoje.

Concluída a licenciatura, tem uma breve colaboração no escritório de **Manuel da Costa Lobo** e, em 1973, entra para o Sector de Ordenamento do Território da Hidrotécnica Portuguesa, onde esteve até 1977. Aqui teve a oportunidade de continuar a desenvolver a matemática aplicada ao planeamento e foi quando iniciou o seu contacto com os planos de ordenamento.

Durante esta primeira etapa de vida profissional ocorre a Revolução de Abril. Jorge Carvalho mantinha a sua ligação à actividade política de uma forma intensa e absorvente, decorrente do período conturbado que se vivia. Pessoa de convicções e consciência social fortes, percebe em determinado momento que o seu caminho, por que

⁷² O capítulo tem por base uma entrevista realizada ao Professor Jorge Carvalho no dia 20 de Agosto de 2021. A autora agradece à Graça, ao Rodrigo e à Carla as preciosas sugestões e o apoio na revisão do texto. Um agradecimento especial ao Professor Jorge Carvalho. Por decisão pessoal, a autora não escreve segundo o acordo ortográfico de 1990.

quer optar, é o de exercer a sua função social através do urbanismo e não pela acção estritamente política.

Na Hidrotécnica Portuguesa, rapidamente conclui que os planos de ordenamento têm de ser complementados com instrumentos, que agora lhes chama executórios. Confrontado com uma realidade em que a transformação urbana acontecia essencialmente como resultado de dinâmicas ilegais (os chamados «clandestinos») e raramente cumprindo a determinação dos planos, Jorge Carvalho sente a necessidade de procurar um outro «modo de fazer».

Por esta altura, a obtenção de uma bolsa permite-lhe dedicar-se a tempo inteiro ao curso de pós-graduação em Planeamento Regional e Urbano (1977-1978) pela Universidade Técnica de Lisboa, centrando-se nas questões da política de solos com foco no problema da construção ilegal. No ensaio final «Autarquias, Política de Solos e Política de Habitação», que desenvolveu em co-autoria, formula uma estratégia para combater os loteamentos ilegais.

Posteriormente, viria a ter oportunidade de aplicar essa estratégia no Gabinete de Recuperação de Áreas Clandestinas da Câmara Municipal de Évora, do qual foi responsável durante dois anos (1979-1980). A par do trabalho, já em curso, de recuperação dos bairros clandestinos existentes, foi implementando e testando um conjunto de medidas, metodológicas e regulamentares, com o objectivo de impedir o aparecimento de novos loteamentos ilegais. A simples acção de colocar o município a competir com estes loteadores, possibilitou, em cerca de ano e meio, travar com êxito uma dinâmica que era, na altura, considerada irresolúvel. Crucial para este resultado foi a total abertura e empenho do município, que actuou de forma assertiva, sendo exemplo a concretização de demolições e sua divulgação na imprensa.

Ultrapassada a problemática dos «clandestinos», foi criado em 1980, na Câmara Municipal Évora, um Departamento de Administração Urbanística. Participou na sua concepção e foi seu director, desde a fundação até 1989.

Aí, acompanhou a finalização e a ratificação do Plano Director Municipal de Évora, na altura da responsabilidade de **Luís Bruno Soares**, perspectivando e coordenando a sua implementação. Este plano foi concebido ainda num contexto de ausência de regulamentação específica, tendo contribuído para a definição do primeiro quadro regulamentar dos planos directores municipais no diploma de 1982.

A política de solos posta em prática foi progressivamente melhorada com o desenvolvimento de programas e de regulamentação específicos, passando a abranger os loteamentos legais. Ao mesmo tempo, coordenou e acompanhou a implementação de diversos projectos urbanísticos, os de reabilitação de «bairros clandestinos», mas também urbanizações de iniciativa municipal e critérios e práticas de enquadramento de operações urbanísticas privadas.

Os nove anos na direcção deste departamento em Évora permitiram ganhar um conhecimento interno da organização e articulação entre os serviços de uma câmara, tendo concebido e implementado uma estrutura de serviços – que ainda hoje defende – em que a gestão urbanística assenta na conjugação das iniciativas municipais estratégicas com a dinâmica privada.

Desta experiência, conclui de forma definitiva que a iniciativa pública é fundamental para a garantia de um crescimento ordenado, para que as diversas operações urba-

nísticas ocorram nos locais adequados, com um desenho de base adequado, articuladas entre si.

Todo o percurso de Jorge Carvalho é caracterizado por um sentido de constante aprendizagem, num contínuo processo de reflexão e de sistematização. Quando iniciou o seu trabalho em Évora tinha como objectivo a descrição dos resultados da aplicação prática da tese desenvolvida no âmbito da pós-graduação. Sob esse pressuposto, acaba por registar a experiência de uma década ao serviço do município na publicação *Évora, Administração Urbanística* (Carvalho, 1991).

No final dos anos 80, sentindo a necessidade de progressão e de diversificar a sua actuação, inicia a actividade de urbanista em regime liberal, trabalhando para vários municípios, essencialmente na produção de planos e prestação de assessorias. Por esta altura passa a residir em Coimbra.

Em 1991 tornou-se Professor Convidado e Investigador na Universidade de Aveiro. Desde então, a sua actividade profissional tem incidido, de forma diversificada, no urbanismo e no ordenamento do território, combinando a experiência prática com a docência e a investigação. Na sua prática como urbanista, articula a elaboração de planos e de projectos urbanísticos com a correspondente execução, passando pela definição de políticas sectoriais, pela gestão urbanística e pela organização de serviços municipais. No âmbito da actividade académica, a docência, a investigação e a produção teórica inserem-se num duplo esforço de articulação, entre prática e teoria e entre concepção e execução.

A docência surgiu quando ainda era director de serviço em Évora, através de um convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses para dar formação no «Curso de Especialização em Engenharia Municipal» (edições de 1987 e 1988), dirigido a técnicos municipais, como responsável pelas disciplinas de Gestão Urbanística e de Organização dos Serviços Municipais. Experiência esta que se revelou um desafio pela obrigação de sistematizar o seu conhecimento, acrescido da responsabilidade de leccionar a colegas.

Na Universidade de Aveiro, como Professor Convidado (inicialmente como Auxiliar e depois como Associado) foi responsável por diversas disciplinas da área científica de Planeamento Regional e Urbano (curso de licenciatura e posteriormente de mestrado): Planeamento Urbanístico, Administração Urbanística, Formas Urbanas, Espaço Público Urbano e Planeamento Municipal.

A preparação da tese de doutoramento, no final dos anos 90, corresponde a um processo de aprofundamento teórico e conceptual, a par de uma reflexão sobre a experiência acumulada em vinte e cinco anos de exercício da profissão, confrontando-a com outras práticas e conhecimentos. Este percurso confere-lhe uma solidez teórica impossível de adquirir apenas com a prática, ganhando grande confiança profissional nas opções de desenho urbano e no domínio da componente fundiária e dos encargos urbanísticos.

Entre 2004 e 2010, coordenou o Mestrado em Planeamento do Território – Ordenamento da Cidade, especificamente dirigido a profissionais de planeamento e administração urbanística e a investigadores no domínio do urbanismo, com o objectivo de aproximar teoria e prática, apostando na participação activa dos alunos pelo debate sobre situações concretas e troca de experiências. O currículo que organizou reuniu

uma diversidade de professores de áreas disciplinares relacionadas, incluindo de outras escolas, tendo sido responsável pelas disciplinas Configuração dos Territórios Urbanos, Estratégias Fundiárias e Financeiras e Plano de Cidade, para as quais convidou a colaborar alguns especialistas.

Entre 2007 e 2011, coordenou o projecto de investigação «Custos e benefícios, à escala local, de uma Ocupação Dispersa», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e contando com a parceria da Universidade de Évora e da DGOTDU. O trabalho desenvolvido envolveu uma equipa muito alargada de investigadores de áreas diversas, o que lhe proporcionou uma aprofundada percepção das questões decorrentes da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Em 2013 aposenta-se da universidade, mantendo a actividade de docência pontual em aulas temáticas, módulos de disciplinas ou conferências promovidas por diversas entidades.

Desde 2014 e até recentemente, foi Professor Convidado na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo (Moçambique), onde leccionou o módulo Gestão Urbanística do Mestrado em Planeamento e Gestão de Assentamentos Informais.

Na sua actividade de urbanista em regime liberal foi contactando com uma diversidade de municípios. Nos anos 90 colaborou com os municípios de Évora, Coimbra, Figueira da Foz e Sesimbra, e na década seguinte estende a sua colaboração aos municípios de Póvoa de Varzim, Porto e Oliveira de Azeméis.

A partir de 2010 reforça as assessorias a diversos municípios e cria a UEst (Jorge Afonso Carvalho Urbanistas, Lda.) em sociedade com colaboradores doutorados. Coordena inúmeros trabalhos de elaboração de planos, projectos urbanos de reabilitação ou colmatação, regulamentação executória e perequativa e assessoria à administração urbanística, nomeadamente em Abrantes, Almada, Aveiro, Beja, Braga, Figueira da Foz, Loulé, Maia, Matosinhos, Montijo, Oliveira do Hospital, Palmela, Peniche, Pombal, Porto, Viseu.

Esta estrutura permite-lhe ampliar o leque de percepção e, por conseguinte, de aprendizagem. Num processo de evolução natural, sente todos estes trabalhos como oportunidade para aplicar e desenvolver o modelo de ordenamento que foi construindo ao longo do seu percurso profissional.

Em vários momentos de produção legislativa específica, foi chamado a emitir parecer ou a integrar grupos de trabalho por solicitação dos serviços da Administração do Estado. Nos anos 90 emitiu pareceres sobre os projectos da Lei de Bases do Ordenamento do Território, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, em 2007 emitiu um parecer relativo ao Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e em 2011-2012 participou nos grupos de trabalho para a elaboração de uma Lei do Solo e de uma Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

A par da sua actividade profissional e académica, Jorge Carvalho integra a direcção da *Ad Urbem* e é o associado n.º 7 da Associação Portuguesa de Urbanistas.

A procura de caminho para a melhoria da prática urbanística

Jorge Carvalho admite que a experiência em Évora, numa fase ainda inicial do seu percurso profissional, terá sido o momento mais marcante da sua aprendizagem. Desde logo, pela oportunidade de conhecer o funcionamento de um município, por dentro, e de participar de forma muito activa na sua organização. Além disso, a clara percepção, em prática inovadora e muito eficaz, do alcance e da importância da iniciativa urbanística municipal.

Identifica, no seu percurso, outros momentos de criação e aprendizagem que se traduziram em saltos qualitativos.

Um deles foi a concepção do desafio perequativo e dos mecanismos para o concretizar. Começou com a questão dos encargos urbanísticos, e depois com a dos benefícios/edificabilidade. O modelo que concebeu transitou para o quadro legal e ainda hoje nele persiste.

O doutoramento reforçou-lhe a solidez teórica que não tinha antes. Na tese desenvolvida, formula um modelo de ordenamento das cidades portuguesas que incorpora, de forma articulada, orientações para a organização territorial da cidade, para o desenvolvimento de uma política fundiária e para o adequado financiamento da infra-estrutura pública, constituindo o ponto de partida para um modelo integrado que tem vindo a desenvolver desde então (Carvalho, 2003b).

A coordenação do projecto de investigação que identifica e compara benefícios e custos (financeiros e ambientais) de ocupações dispersas e concentradas acrescentou-lhe saberes específicos. Sobretudo a percepção, no confronto entre disciplinas, dos enormes desafios e potencialidades da transdisciplinaridade. Também, no domínio das infra-estruturas, um regresso ao rigor das engenharias e aprofundamentos da maior importância para a prática do urbanismo (Carvalho, 2013).

Agora, em equipa estável e preparada, um multiplicar de exercícios profissionais que validam a aplicabilidade, em diversos territórios e em diversas escalas, da abordagem metodológica que foi formulando e que potenciam o seu contínuo aprofundamento.

Tal metodologia assenta em: i) necessidade de considerar e articular, em todos os casos, as várias escalas de intervenção territorial; ii) necessidade de considerar a existência de propriedade e de estabelecer uma distribuição equilibrada das mais-valias fundiárias; iii) percepção da importância da intervenção pública, no caso a municipal; iv) necessidade de perspectivar, desde o início de qualquer processo, a articulação entre concepção e execução.

Neste quadro, no momento actual, assume como fundamental o desenvolvimento de operações de reabilitação e de colmatação urbana estruturante, assentes em parcerias (unidades de execução), articulando desenho urbano, questões jurídico-fundiárias e perspectiva económico-financeira.

Jorge Carvalho registou o momento exacto em que apreendeu o «desenho estrutura». Foi durante um seminário internacional sobre «Expansão urbana em áreas contíguas a centros históricos», organizado pela UNESCO em Évora nos anos 80, e que envolvia especialistas de diversas formações e nacionalidades, entre eles um urbanista polaco, que com «dois ou três traços» desenhou «a estrutura que coman-

dava o resto». Encontrou nesta abordagem uma grande utilidade, passando a adoptá-la desde então.

É curioso que este método, com formulação teórica e mais abstracta, pode ser identificado na sua tese de doutoramento. Com a convicção de que «a cidade actual, fragmentada, dispersa e poliforme, necessita de um novo modelo de organização territorial que a assuma e ordene como um todo, com respeito por cada uma das suas partes» (Carvalho, 2003b: 20), propõe um modelo de organização territorial para a cidade alargada que: «a assuma na sua globalidade; explicita os seus *elementos estruturantes*, os quais deverão articular as suas diferentes *partes*; identifique, respeite e qualifique cada uma dessas partes, acentuando as respectivas especificidade, identidade, vivência própria» (*Idem*: 513).

Defende a especial relevância da coerência do conjunto, contrariando a promiscuidade morfo-tipológica que muito tem caracterizado a actual transformação urbana, sendo para isso necessário identificar a forma e respeitá-la. A este propósito aprofundou as bases teóricas sobre a forma urbana, encontrando-as na História do Urbanismo. Esta aprendizagem dá origem ao livro *Formas Urbanas* (Carvalho, 2003a), no qual defende a existência de apenas cinco formas fundamentais nas cidades ocidentais (em que são recriadas e combinadas) propondo que todas sejam consideradas e que cada uma, quando dominante, seja respeitada.

Aprofunda esta abordagem na investigação sobre Ocupação Dispersa, sublinhando que a cidade actual integra áreas de edificação concentrada que importa reabilitar e colmatar, mas também áreas de ocupação dispersa que necessitam de ser ordenadas, com aplicabilidade em planos estrutura/zonamento, mas também ao nível do desenho urbano (Carvalho, 2013).

A Matriz Estruturante de Territórios Urbanos Emergentes, como a designa, assenta «na articulação, a diversas escalas, entre Elementos Estruturantes (basicamente Rede de Mobilidade, Estrutura Ecológica e Pólos Vivenciais) e Unidades Territoriais (com as suas Fronteiras)» (Carvalho e Oliveira, 2016: 4).

Esclarece que a novidade do que defende é puramente metodológica, num esforço de organização coerente e eficaz de um conjunto de conceitos e técnicas, nomeadamente «funcionalismo modernista, Lynch, Rossi e perspectiva ecológica; planos de estrutura/zonamento, desenho urbano e planeamento estratégico» (*Idem*).

Tem aplicado esta Matriz na generalidade dos trabalhos que tem desenvolvido, do plano director municipal ao projecto de colmatação ou reabilitação urbana (mesmo que de pequena dimensão).

Desde o início do seu percurso (tese de pós-graduação) que sublinha a importância da política fundiária como instrumento de ordenamento do território e o papel determinante da administração pública na sua aplicação.

A eficácia no combate à proliferação de «loteamentos clandestinos» nos anos 80, em Évora, assenta na política fundiária que para tal propôs e que foi adoptada pelo município.

No domínio da perequação, começou por pensar a distribuição dos encargos associados à urbanização, traduzindo-a em regulamentos municipais. Rapidamente evoluiu para a distribuição dos benefícios, ainda numa altura em que o ordenamento jurídico português não previa o princípio da igualdade como um imperativo dos planos

urbanísticos, e, por consequência, de inexistência de mecanismos de perequação tendentes a superar a desigualdade por eles introduzidas (Carvalho e Oliveira, 1998).

Foi responsável por alguns dos casos representativos das primeiras experiências perequativas em Portugal (nos municípios de Coimbra, Sesimbra e Évora). Entre eles, o caso paradigmático do Plano de Urbanização de Évora, desenvolvido nos anos 90, cuja proposta regulamentar foi, em parte, reproduzida no primeiro enquadramento normativo para a perequação estabelecido no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, tendo o plano ficado à espera do diploma para formalizar a sua publicação (Carvalho, 2002).

Perante esta nova realidade legal e uma prática urbanística ainda incipiente, publica em co-autoria com Fernanda Paula Oliveira o livro *Perequação, taxas e cedências* (Carvalho e Oliveira, 2003) com o intuito de fornecer aos municípios linhas orientadoras de actuação. Os modelos para a regulamentação da perequação e das taxas e cedências urbanísticas formulados nesta publicação permanecem actuais.

Na sua actividade académica aprofundou tanto as questões de política fundiária como as da afectação dos encargos. Defende a necessidade de se assumir a fiscalidade sobre o imobiliário como instrumento de ordenamento do território aproveitando-a, progressivamente, como incentivo à utilização efectiva e adequada dos imóveis e penalização da utilização desadequada e da não utilização. Refere, ainda, a importância de se usar a fiscalidade como mecanismo de redistribuição perequativa da renda fundiária e de se assegurar um financiamento adequado da infra-estrutura pública (Carvalho, 2003b).

Na sua actividade prática destacam-se as orientações perequativas e de valoração do solo desenvolvidas no âmbito da revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Abrantes (2017) – um dos primeiros planos em pleno cumprimento com o novo quadro legal em vigor (Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, e Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio), procurando interpretar as novidades legais de forma operativa – e, mais recentemente, o regime de perequação e financiamento concebido no âmbito da revisão dos planos directores municipais de Matosinhos e do Porto.

Na sua publicação mais recente, *Urbanismo Operativo – Guião Normativo* (Carvalho e Oliveira, 2020), propõe, em co-autoria com Fernanda Paula Oliveira, um regulamento padrão centrado na execução, mas que também «explicita o regime económico-financeiro a adotar na execução do plano, especialmente a afetação de mais-valias decorrente da edificabilidade e a consequente assunção dos respetivos encargos urbanísticos» (*Idem*: 7). E, ainda, centrando-se no potencial da avaliação pública do solo para a melhoria de funcionamento do mercado fundiário, defende uma fórmula para avaliação pública do solo urbano, aplicável em todo o País, bem como fórmulas para o cálculo dos custos de urbanização, perspectivando a sua integração em instrumentos urbanísticos.

Jorge Carvalho considera que a ineficácia do ordenamento do território, em Portugal, muito se deve a componentes perversas de política fundiária e a uma prática urbanística desadequada (Carvalho, 2003b).

Nos primeiros contactos com os planos de ordenamento cedo percebe que o planeamento pressupõe programação e consequente execução. Desde então, a sua prática profissional tem-se caracterizado por um esforço de articular a concepção com a exe-

ção, defendendo a necessidade de um plano estrutura/zonamento, com orientações de desenho urbano, contendo opções estratégicas e orientações executórias (Carvalho, 2004).

Esta necessária articulação passa pelo equilíbrio entre a solução urbanística-arquitectónica, a jurídico-fundiária e a económico-financeira, só possível com um papel activo da administração pública que compatibilize «visão estratégica com visão operativa e programas gerais com soluções de pormenor, envolvendo de forma progressiva e adequada a opinião pública e, sobretudo, os putativos agentes executores» (Carvalho, 2012: 10).

Tem vindo a aplicar este desígnio em toda a sua actividade de planeamento, formulando e propondo estratégias e orientações executórias no âmbito de diversos planos municipais (com tradução normativa) e em unidades de execução, defendendo a adopção de uma política pública de afectação das mais-valias, racional, transparente e operativa.

Sendo que cada caso é um caso, refere experiências com e sem sucesso.

Relembra propostas, na altura precursoras (início do século XXI), de unidades de execução na Póvoa de Varzim e no Porto que não se chegaram a concretizar, não por oposição dos proprietários, mas por pressões e recuos de natureza política não totalmente clarificados.

Refere processos em curso que coordena, de grande alcance e com sucesso à vista. O de uma unidade de execução em Loulé e o do Ecoparque das Sete Fontes em Braga. Este último, de grande complexidade, iniciou-se com a concepção de uma estratégia executória global, que tem vindo a ser cumprida. Foi feito um estudo urbanístico preliminar, a que se seguiu, em paralelo: a revisão do enquadramento institucional, através de plano de urbanização; a elaboração do ante-projecto do Parque; algumas negociações fundiárias prévias. O Plano, já publicado, estabelece com pormenor os actos executórios (e perequativos) subsequentes.

A função social pela prática do urbanismo

O percurso de mais de quarenta anos de actividade profissional tem sido orientado pela procura da melhoria contínua da prática urbanística, reflectindo sobre o processo, e dessa reflexão formulando e testando instrumentos que possam dar cumprimento aos objectivos de um modelo de ordenamento do território e de planeamento coerente e eficaz.

Em muitos momentos precursor na experimentação e execução de instrumentos operativos, foi realizando o esforço de os aprofundar, conferindo-lhes solidez teórica e demonstrando a sua aplicabilidade.

Foi constantemente expondo o seu trabalho, desafiando e desafiando-se, produzindo inúmeros artigos e comunicações, bem como colaborando na organização de conferências e moderação de debates.

Tendo, desde sempre, a sua actividade profissional centrada na prática, confrontou-se frequente e naturalmente com as vicissitudes políticas. Exemplos paradigmáticos foram os das primeiras unidades de execução que procurou concretizar.

Reconhece que a procura de mais-valias é omnipresente na ocupação do território, logo tem de ser disciplinada. A perequação torna os processos urbanísticos muito mais transparentes, evitando pressões, rompendo com algumas práticas instaladas. A transparência, a justiça e a seriedade dignificam a administração urbanística municipal e facilitam o ordenamento do território.

Tem vindo a praticar e a aperfeiçoar uma abordagem metodológica de prática urbanística, que considera adequada para ultrapassar a sua actual falta de eficácia, e que assenta nos seguintes objectivos essenciais: a Reabilitação Urbana, necessariamente associada a uma atitude de Contenção Edificatória; a Estruturação do Território, a qual exige operações denominadas de Colmatação Estruturante. E, para alcançar tais objectivos, a justiça e a transparência, defende então a necessidade de adopção de uma política pública de Afecção das Mais-valias, racional, transparente e operativa (Carvalho, 2019).

Ilustra o «como fazer» com um conjunto de casos recentes da sua prática profissional: o Plano de Urbanização de Abrantes, as Operações de Reabilitação Urbana nas cidades de Peniche e do Montijo e um conjunto de operações urbanísticas em Almada (*Idem*).

Por um caminho para a melhoria da prática urbanística, esta é a utilidade que o move, «mostrando, fazendo, exemplificando».

Bibliografia fundamental

- Carvalho J (1991) Évora. Administração Urbanística. Évora, Câmara Municipal de Évora.
- Carvalho J (2002) Conceitos e Experiências Perequativas. In DGOTDU (org.) *Actas do Seminário O Sistema de Execução dos Planos e a Perequação*. Lisboa, DGOTDU: 33-43.
- Carvalho J (2003a) *Formas Urbanas*. Coimbra, Minerva.
- Carvalho J (2003b) *Ordenar a Cidade*. Coimbra, Quarteto.
- Carvalho J (2004) Plano de Cidade. *Sociedade e Território*, 37/38: 80-89.
- Carvalho J (2012) *Dos Planos À Execução Urbanística*. Coimbra, Almedina.
- Carvalho J (2019) Um Caminho para a melhoria da Prática Urbanística. In F P Oliveira (coord.) *Atas do I Congresso de Direito do Urbanismo*. Coimbra, Edições Almedina: 111-130.
- Carvalho J (coord.) (2013) *Ocupação Dispersa: Custos e benefícios à escala local*. Lisboa, Direcção Geral do Território.
- Carvalho J, Oliveira F P (1998) *Breve reflexão sobre taxas urbanísticas em Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA).
- Carvalho J, Oliveira F P (2003) *Perequação, taxas e cedências: administração urbanística em Portugal*. Coimbra, Almedina.
- Carvalho J, Oliveira F P (2016) *Classificação do solo no novo quadro legal*. Coimbra, Almedina.
- Carvalho J, Oliveira F P (2020) *Urbanismo Operativo – Guião Normativo*. Coimbra, Almedina.

17. Jorge Gaspar

Patrícia Pedro Rêgo⁷³

Afirmação da geografia

A licenciatura, na faculdade de letras da universidade de Lisboa, proporciona a Jorge Gaspar uma sólida formação clássica, no estreito convívio com o mestre Orlando Ribeiro e outros, em que avulta a referência a Ilídio do Amaral (Gaspar, 2017b). A rápida aproximação ao planeamento e ao urbanismo e, por essa via, o imperativo da «Geografia Aplicada», resulta de um conjunto de acasos. Desde logo o facto de ter sido contratado como assistente no curso de Arquitetura na Escola de Belas-Artes de Lisboa, após a conclusão da licenciatura, em 1965. Depois, a oportunidade de estudar na Universidade de Lund, na Suécia, com Torsten Hägerstrand. Finalmente, o convite recebido em 1968, no regresso a Lisboa, do antigo aluno Tomás Taveira, para colaborador do grande Atelier de Arquitetura e Urbanismo Conceição Silva (Gaspar, 2007; Gaspar, 2016b).

Assistente e depois Professor Auxiliar na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (1965-1973), sucedeu a Ilídio do Amaral na tarefa de aplicar a Geografia ao ensino da Arquitetura e do Urbanismo. Sentiu ali a necessidade de reorganizar a investigação, orientando-a para os problemas mais próximos aos arquitetos (Lamas, 1980). O acaso desta necessidade resultou na afirmação da sua vocação de geógrafo aplicado.

Se o tema inicial de doutoramento, combinado com Orlando Ribeiro, tinha sido o Douro, agora era preciso encontrar um tema de Geografia Urbana. O desenvolvimento da investigação para a dissertação de doutoramento previa uma bolsa na Alemanha, para trabalhar em Bona com o professor Carl Troll, nome relevante da Geografia Humana e Cultural e refletir sobre os dois grandes rios vinícolas, o Reno e o Mosela, visando uma análise comparativa com a situação do Douro vinhateiro. A posição docente nas Belas-Artes impôs, não só a escolha de novo tema, mas também, de novo destino para a bolsa internacional. Em 1965/66, igualmente por sugestão de Orlando

⁷³ O presente capítulo resulta, de forma significativa, da entrevista concedida por Jorge Gaspar, a Patrícia Pedro Rêgo, a 2 de novembro de 2021.

Ribeiro, que sempre mostrou interesse no estudo da cidade de Évora, foi estabilizada a área de estudo. Na sequência do Congresso de Estocolmo da UGI, em 1960, que incluiu um colóquio no centro universitário de Lund, reputado nos estudos urbanos e regionais, Orlando Ribeiro sugere-lhe este destino para os estudos pós-graduados, mesmo desconhecendo, especificamente, as novidades trazidas ao colóquio de Lund, pelos geógrafos dos Estados Unidos com uma forte componente quantitativa aplicada às cidades.

A ideia de passar um período na Suécia agradou a Jorge Gaspar, com ligações anteriores à Escandinávia. Em 1962, na sequência da crise académica e da participação nas greves na universidade, havia feito uma pré-candidatura para admissão à Universidade de Copenhaga, na área da geologia, recordando ter sido aluno entusiasta de Carlos Teixeira e Fernando Real. O retomar dos estudos em Lisboa, após a amnistia aos estudantes grevistas coincide com uma viragem na dedicação à universidade (considerada como uma entre outras componentes da sua formação) e a um renovado entusiasmo nos sucessos académicos, reconhecendo que para fazer uma carreira era necessário ser «bom aluno». A escolha do mestre para a estadia de Lund foi de Jorge Gaspar que, após diversas leituras, nomeadamente na série *Lund Studies in Geography*, foi atraído pelas ideias de Hägerstrand.

Gaspar faz, em 2017 na Gulbenkian, a apresentação da obra de Orlando Ribeiro, compilada e organizada por Suzanne Daveau com o título *Mestres, colegas e discípulos*. Na ocasião, sobre o texto que o mestre dedica à visita do professor Torsten Hägerstrand a Lisboa, Gaspar considera-o «muito revelador da personalidade de Orlando Ribeiro – o gosto profundo da vida académica e em particular dos encontros e descobertas que ela pode proporcionar» (Gaspar, 2017a). Acrescenta nessa apresentação.

Acompanhei-os ao longo de um bom meio-dia de expedição urbanística, através dos miradouros de Lisboa, recolhido e fascinado com o diálogo entre dois sábios, felizes por finalmente se terem encontrado. E eu vinha preparando este encontro, de um e outro extremo da Europa, e estava seguro de como eles se entenderiam na perfeição.

De facto, Torsten tinha grande apreço por Alexander von Humboldt e pela sua obra e também valorizava sobremaneira a de Vidal de La Blache, redescoberto pela leitura da sua discípula irlandesa, Anne Buttimer. Era, de facto, como lhe chamava Orlando, o Mestre de Lund. E este fragmento, que me enternece passados 50 anos, termina com um apontamento que revela outra faceta da personalidade de Orlando Ribeiro: humano e ecuménico (Gaspar, 2017a).

Contudo, a orientação que Orlando Ribeiro teria gostado que tivesse seguido na dissertação de doutoramento, a análise morfológica e histórica de Évora, acabou por não ser incluída na versão final, embora tenha redigido mais de uma centena de páginas sobre o assunto. Este profundo conhecimento foi mais tarde reformulado de diversas formas. Nomeadamente, foi considerado no arranque da proposta da Parque Expo «Estudo de Enquadramento Estratégico para a Área do Centro Histórico de Évora – recuperar o processo histórico» (Parque Expo, 2007), de cuja equipa multidisciplinar fazia parte.

A perspetiva da investigação desenvolvida na sua tese de doutoramento, com o título *A Área de Influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais* (Gaspar,

1972), resultou muito das aprendizagens alcançadas em Lund. Jorge Gaspar referirá, em diversos fóruns, os contributos adquiridos no período sueco (1966 a 1968): o contacto com as novas tecnologias próprias da afirmação da «Nova Geografia»; os conhecimentos teóricos e o contacto com grandes nomes da Geografia Humana europeia mas também americana, como Walter Christaller, William Bunge, Peter Gould, George Chabot e, muito especificamente, Torsten Hägerstrand; o convívio e as conversas marcantes com um precursor da teoria dos lugares centrais, Edgar Kant (Gaspar, 2007).

No 1.º ano da sua estadia em Lund, por sugestão de Hägerstrand, faz uma análise comparativa com Kristianstad, cidade do sul da Suécia com características idênticas a Évora, em termos de população e desenvolvimento no contexto regional. Estas pesquisas, embora não publicadas, foram frutuosas e permitiram a familiaridade com as novidades da bibliografia internacional. Acresce ainda a exploração e discussão crítica de estudos com exemplos comparáveis à situação de Évora e com influência no trabalho desenvolvido na dissertação de doutoramento (Gaspar, 1972). Neste caso são destacadas as investigações dos geógrafos finlandeses Tuominen e Palomäki, este influenciado pelas teorias precursoras dos estudos dos lugares centrais do alemão Müller (1809). O primeiro estudou a cidade de Turku. O segundo analisou a área de influência máxima da cidade de Vaasa, na Bótnia meridional. As metodologias propostas nestes estudos são largamente discutidas por Jorge Gaspar e permitiram-lhe consolidar as opções seguidas na sua investigação: o recurso a uma perspectiva sistemática e a procura de uma metodologia válida no tempo para delimitar as áreas de influência.

Entretanto, já em 1969/70, colaborou no 1.º antepiano de urbanização de Évora, no Atelier Conceição Silva. Participações consideradas muito gratificantes, embora laterais ao trabalho fundamental de investigação, permitiram diversificar perspectivas e aprendizagens, como é o caso do *Inquérito urbanístico à cidade de Évora* (Gaspar e Taveira, 1969). Estas outras leituras sobre Évora acabam por enriquecer a sua «ambiciosa» dissertação de doutoramento. Assim, alguns aspetos relevantes, como a reflexão sobre os clandestinos foram considerados no capítulo final dedicado ao futuro, «Tendências de evolução geral do sistema de lugares centrais de Évora» (Gaspar, 1972: 317-364). Partindo da hierarquia definida, acalentou ainda a ambição de fazer um capítulo monográfico exemplificativo para cada um dos níveis estabelecidos: Évora, Estremoz, Montemor, Vendas Novas... Neste âmbito ainda desenvolveu trabalho, como a análise dos assentos de batismo na vila de Vendas Novas (finais do século XIX e inícios do século XX), no sentido de compreender o poder atrativo da localidade, detentora da Escola de Infancia e servida por caminho de ferro. Aparentemente, a burguesia local terá beneficiado com um movimento imigratório de origem húngara.

A tese revela não só uma profunda aprendizagem teórica, mas também de terreno, adquirida nos estudos sobre Kristianstad e outros, como referido. Jorge Gaspar considera-a um trabalho conseguido, já que se pretendia testar uma teoria e analisar o modo como esta teria um interesse prático (Gaspar, 1972). A investigação e os ensaios feitos evidenciam avanços na teoria dos lugares centrais, reconhecidos na época, como sejam as abordagens aos índices de centralidade, partindo do método do geógrafo sueco Sven Godlund. Aliás, pela concentração, a determinação da rede médica e hospitalar utiliza os índices de centralidade de Godlund (1961) e Jorge Gaspar valoriza este «problema geográfico» (Gaspar, 1972: 115).

Essencialmente, ao valorizar as geometrias da Geografia, a tese vai ao encontro da essência da disciplina. Este aspeto é sublinhado por Jorge Gaspar, em diversas palestras e entrevistas, já que entende que o modelo é permanente em Geografia e que o fim último de um trabalho científico é o de simplificar a realidade explicando-a através de modelos (Machado, 2013; Gaspar, 2021b). O autor refuta totalmente o fundamento das críticas à dimensão geométrica do estudo. O trabalho desenvolvido é útil, porque fornece instrumentos para a localização e o cálculo de equipamentos, permitindo validar inquéritos relativos aos anseios de profissionais e das populações.

Finalmente, a tese é defendida pelo seu valor pedagógico, ao fornecer ideias claras que podem ser objeto de abordagens de diferente natureza ideológica. Os princípios apresentados podem servir de argumentação e utilização de vários pontos de vista sócio político. Tanto na perspetiva dos interesses dos detentores do capital (favorecendo a sua acumulação), como na perspetiva das necessidades da população (indo ao encontro dos mais desfavorecidos). A teoria pode ser discutida e aplicada com finalidades distintas.

Sobre a importância e originalidade renovadora da tese deste seu estimado discípulo, Orlando Ribeiro dirá, em maio de 1972, na sessão da sua defesa.

Esse trabalho (discussão da tese durante o seu processo de elaboração) foi para mim estimulante e atraente: fez-me refletir sobre os meus próprios instrumentos de pesquisa (...) Hoje, a maré parece correr a favor da Universidade e da Ciência e elas farão o que eu não soube ou não pude fazer. Pela primeira vez na minha longa carreira universitária, com a minha presença ou sem ela, este doutoramento poderia realizar-se. Para além da satisfação um tanto melancólica que isso possa causar-me, é talvez a coisa mais importante que eu desejaria dizer aqui (Ribeiro, 2017: 785).

Entretanto, no livro de homenagem a Jorge Gaspar, editado em 2007 por ocasião da sua aposentação da Universidade, *Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia*, Rosado Fernandes refere no seu depoimento.

A primeira vez que tivemos uma conversa mais alongada, foi quando tinha terminado o seu doutoramento em que se ocupava dos aspetos urbanos de Évora, o que tinha relação com o desenvolvimento, a economia e o bem-estar das populações. De certo modo esta visão surpreendeu-me por ser novidade para mim, que tinha crescido numa universidade, cuja prática se aproximava em muitos casos da velha escolástica de antanho. (...) Pessoas como ele ajudam a modificar o comportamento habitual de um país, cujo povo, mesmo o mais culto, tem dificuldade em passar da análise e do conhecimento, para a concretização no terreno. Sempre o considere um homem que gostava de estudar, analisar, e projetar, mas que só com isso não se contentava: gostava de ver realizados os seus projetos (Fernandes, 2007: 678).

Pensamento, ensino, investigação e aplicação da geografia

Reconhece ter sido excessiva a importância que deu ao positivismo em termos de pensamento. Contudo, esse facto resulta de estar perante a primeira abordagem adequada à análise da regularidade geométrica dos fenómenos. A sua reflexão acompa-

nhou a evolução da disciplina que o apaixonou, de que é exemplo o texto dedicado ao retorno da paisagem à Geografia (Gaspar, 2001).

O contributo principal de Jorge Gaspar foi o de abrir o caminho da atividade profissional aos jovens licenciados em Geografia. Por um lado, preparando e incentivando os alunos para a aplicabilidade da Geografia e para a sua importância no urbanismo e ordenamento do território. Por outro, através da sua prática e da sua credibilidade profissional, despertou as autoridades para o interesse de incluírem geógrafos no planeamento. As experiências adquiridas no Atelier Conceição Silva, no Gabinete da Área de Sines (GAS), e na Junta Distrital de Lisboa, (antecessora da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), a par do contacto com colegas que integravam organismos de referência internacional, facilitaram este processo. A atividade de consultoria no Atelier Conceição Silva e, posteriormente, no GAS, permitiu criar postos para jovens geógrafos como Luís Corte Real, José Carlos Pinto, Teresa Craveiro ou Ana Marin. Em diversos casos estes continuaram a sua atividade profissional na área da gestão pública.

Já anteriormente, geógrafos reputados, particularmente Orlando Ribeiro, eram consultados em tomadas de posição importantes, como seja o projeto do Ministro Veiga Simão (início dos anos 1970) relativo à reforma das universidades ou, ainda, em questões associadas aos territórios de Goa, da Guiné, etc. Contudo, esta atenção na direção da Geografia dizia respeito a um número muito restrito de personalidades que davam o seu parecer, mas sem se considerar que um grupo profissional com esta formação se poderia dedicar à intervenção no território. Entretanto, no contexto europeu evidenciavam-se mudanças. Em França, Gaspar salienta o impulso dado à Geografia Aplicada, nas vertentes do urbanismo e ordenamento do território, pelo Instituto de Urbanismo de Paris onde contactou com os geógrafos Philippe Pinchemel e Pierre Merlin.

Docente durante quatro décadas, primeiro em Belas-Artes e depois, desde 1973, no Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa, aposentou-se como Professor Catedrático em 2005. Praticou um ensino empolgante que permitiu preparar os mais jovens para os desafios do país, no conhecimento do contexto internacional. Publicou textos de referência para muitos alunos como «Os portos fluviais do Tejo» (Gaspar, 1970b). Defendeu reformas curriculares e criou, em 1981, o primeiro curso de mestrado em Geografia, em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local que coordenou até 2002, e que incluiu colaborações regulares de docentes de outros países. Sob a sua orientação o Departamento de Geografia da Universidade de Lisboa foi pioneiro do Programa Erasmus, coordenando uma rede que incluía as universidades de Copenhaga, Barcelona e Genebra. As experiências de Professor Convidado das Universidades de Umeå (Suécia, 1988) e Paris X-Nanterre (França, 1998, 2003) são marcantes no seu percurso docente. Adepto das novas tecnologias anteviu, pela experiência adquirida no GAS, o papel necessário e fundamental das bases de dados geográficos. Como salienta o discípulo José Manuel Simões, Gaspar foi precursor dos SIG, com o apoio da IBM em 1970 (Simões, 2007: 51). Defendeu o fortalecimento do seu Departamento em meios técnicos e humanos, nesta «nova» área, que progressivamente se ia robustecendo. Neste caminho promoveu a aquisição de equipamentos e sugeriu a abertura de concurso para Professor Associado na área das técnicas de

representação espacial de variáveis geográficas. O Departamento não se mostrou disponível para este passo e isso pesou na decisão de se aposentar.

Rosado Fernandes, no depoimento citado, tece um retrato com o qual o visado concorda.

Com a saída de Jorge Gaspar, a seção em que ensinava não fica vazia, porque, ao contrário de muitos dos que superintendem na vida das escolas, realizou-se a formar discípulos, que preparou cientificamente ao mesmo tempo que lhes dava hábitos de trabalho tão raros num país de *fast food* e *slow work* (Fernandes, 2007: 678).

Para concretizar o que ficou por fazer, convoca o estudo-proposta de PNPOT (Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território), desenvolvido no Centro de Estudos Geográficos, sob a sua coordenação (2003-2005) para o Ministério da tutela e publicado em 2006 (Gaspar, 2006). Neste quadro, entende que falta criar condições para a implementação das propostas feitas em termos de rede urbana e infraestruturas inerentes: a rede ferroviária, a rede de grandes equipamentos, uma teoria sobre a «regionalização», tema onde não vislumbra orientações claras. Em sua opinião, impõe-se um consenso generalizado sobre a organização territorial do país, para mais quando se enfrenta o problema de rarefação e envelhecimento demográfico que os Censos 2021, só vêm confirmar. Evocando a lei da matéria e o paralelismo com o comportamento de um corpo que perde energia, sublinha que a tendência demográfica do país é a da concentração. Assim, para Jorge Gaspar, é inevitável fazer uma seleção de grandes polos urbanos e implementar medidas adequadas a evitar a sua contínua perda de importância. Entende que esta situação é mais grave do que as perdas que ocorrem no interior. Contudo, pela sua vastidão, convirá definir o que é o interior. Deve, portanto, consensualizar-se o modelo desejável para todos estes territórios. Gaspar, aposta nas potencialidades do litoral e numa rede urbana fortalecida, capaz de promover os territórios mais intersticiais. Nestes, podem emergir antigos núcleos urbanos secundários. Contudo, vilas e aldeias tenderão a desaparecer, como o indiciam os Censos 2021. Em sua opinião, o futuro (a necessidade/inevitabilidade) pende nesta direção.

Agora, Jorge Gaspar deseja publicar um conjunto vasto de pequenos textos sobre temas diversos de Geografia. Pontualmente, houve oportunidade de publicar sobre alguns deles, como no caso dos couros na cidade de Guimarães (Gaspar, 2021a). A natureza pessoal e os novos tempos favorecem a dispersão por assuntos que foram sendo objeto de conferências ou de simples reflexão, uma espécie de «ócios do ofício» (recuperando um título de David Mourão Ferreira). Tem também em mente uma obra temática de maior vulto sobre «O sentido da charneca». Em qualquer caso reconhece que o seu interesse é despertado por acasos ou por propostas de trabalho que lhe são apresentadas (uma versão da necessidade). A charneca chegou através de Maria da Graça Saraiva, do Observatório da Paisagem Ribatejana, que lhe pediu uma conferência sobre o tema. Ditou o acaso que tinha acabado de se confrontar no Museu do Chiado com o quadro de Silva Porto (1879) retratando a *Charneca de Belas ao Pôr-do-Sol* que o impressionara. Aceitou o desafio e a charneca tem-se revelado um mundo.

Olhando a investigação e os estudos produzidos considera que não seguiram modas, mas sublinham a tónica posta nas cidades (Gaspar, 1969, 1984, 1997, 2016a), a valorização do território (Gaspar, 1993, 1996), a reflexão original sobre as mudanças ocorridas no território nacional (Gaspar e Simões, 2006) e, bastas vezes, o pioneirismo dos geógrafos (Gould *et al.*, 1983). Havia assuntos pertinentes em determinados momentos a que se juntou a possibilidade de os poder estudar com colegas e discípulos entusiastas. É o caso das eleições, das telecomunicações, dos estudos de difusão de inovações, aplicando a abordagem da dinâmica de poliedros (Gaspar *et al.*, 1984), do Programa Portugal os Próximos 20 anos.

Na sequência do 25 de Abril, houve a oportunidade dos estudos de Geografia Eleitoral e, durante um ciclo de cerca de cinco anos, entre 1975 e 1980, Jorge Gaspar e um grupo de jovens geógrafos no Centro de Estudos Geográficos, mas também fora dali (Gaspar e Vitorino, 1976), deu corpo a uma produção significativa onde convergem os métodos quantitativos com orientações teóricas de raiz marxista e neomarxista. Já o conjunto de estudos pioneiros sobre o papel das telecomunicações no desenvolvimento regional, ocorreu na década de 1980. O investimento feito (o saber) resultou da colaboração com o colega e amigo britânico Chris Jensen-Butler. Já a aplicação ficou dependente dos apoios existentes: da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento; da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro. Os casos de estudo ocorreram nas áreas de Leiria-Marinha Grande, de Castelo Branco e da Cova da Beira. Não houve oportunidade de desenvolver estas abordagens no contexto da modernização das cidades, mas houve encomendas para as tratar em contexto rural. Foi o que se fez. Entretanto, pensar o futuro entre os geógrafos, foi promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, e as metodologias utilizadas pela equipa que liderou, mostraram, anos passados, a sua pertinência (Gaspar, 1987b; Gaspar *et al.*, 1989).

A iniciativa de criar com Fernando Correia e Ana Marin, uma empresa de consultoria, apoiada fundamentalmente em geógrafos, surgiu em 1986, num contexto favorável a esta atividade. O CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda., é uma referência no domínio da consultoria pública na área do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo. Jorge Gaspar entende que os estudos mais aplicados têm mais sentido fora da universidade, incluindo, contudo, os contributos dos melhores investigadores da academia, nas mais diversas áreas.

A experiência do planeamento continua a ser aliciante para Jorge Gaspar, correspondendo a uma forma de conhecimento do mundo que não tem lugar na universidade, já que esta atividade permite contactar com os «corredores do poder». No planeamento, coordenou estudos locais e sub-regionais, planos de ordenamento municipal, *master plans* para cidades de pequena e média dimensão, projetos de desenvolvimento urbano e de reabilitação urbana. Entre as tarefas de consultoria destacou algumas, pelo papel marcante dos processos, pelo impacto dos resultados e pelas aprendizagens próprias do convívio estreito com as realidades abordadas: o estudo preparatório da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (Gaspar, 1987a), exemplo de planeamento participado, envolveu todos os intervenientes na organização do território; o estudo sobre a Estrutura Funcional do Centro de Lisboa (Gaspar, 1970a), em apoio a uma equipa de arquitetos no plano

urbanístico da Baixa de Lisboa, permitiu uma investigação aprofundada neste território e marcou o início da colaboração profissional com o arquiteto Manuel Vicente. Esta estendeu-se aos planos de urbanização realizados em Macau, nos últimos 20 anos do século XX; a experiência e o convívio profissionais no GAS, entre 1971 e 1975, reuniu condições excecionais para a prática do planeamento, traduzidas no levantamento da situação de toda a área de Sines e na planificação do novo centro urbano (Vila Nova de Santo André), criado de raiz a partir de um modelo de simulação desenvolvido com o apoio da Universidade de Jerusalém; o relatório do projeto de regionalização para o país (Projeto de Administração Regional), realizado em 1976, a convite do Ministro da Administração Interna, por constituir reflexão fundamental numa questão ainda por concretizar (MAI, 1976). A criação dos GAT – Gabinete de Apoio Técnico às autarquias, resultou da sua sugestão, neste contexto. Merecem referência diversas consultorias, tanto na OCDE (1980/1981), apoiando estudos urbanos no contexto mediterrânico, como na Comissão de Coordenação da Região Centro (1976/1987), motora da investigação-ação desenvolvida com os técnicos locais, em colaboração com os geógrafos Peter Gould, Chris Jensen-Butler e Sven Erik Jeppensen. Ainda a coordenação do Plano Diretor de Ordenamento do Território e Urbanismo da cidade de Argel, na parceria Parque Expo/CEDRU (2007-2011), resultado de concurso público internacional.

Debates, controvérsias e intervenções: apontamento

Apesar da orientação política de esquerda, testemunhada pelo episódio da juventude quando, aos 16 anos, foi prestar esclarecimentos na PIDE para obter o passaporte que lhe era dificultado por uma denuncia por participação em agremiações juvenis, não assumiu filiação partidária. Entendia importante separar esta dimensão da vida social da do trabalho científico. Contudo, as convicções políticas nunca impediram Jorge Gaspar de partilhar conhecimento, quando solicitado. Assim, Rosado Fernandes, na candidatura a deputado pelo círculo de Setúbal, em 1999, pôde contar com o saber de Jorge Gaspar na visão do ordenamento daquele território.

Os mais significativos debates em que se terá envolvido dizem respeito à localização de infraestruturas de transporte na Área Metropolitana de Lisboa: por um lado o novo aeroporto e, por outro, a nova travessia do Tejo.

Enquanto responsável pelo PNPOT, Jorge Gaspar (2006) defendeu a localização do novo aeroporto na margem norte do Tejo, numa posição central em relação à faixa mais densamente povoada do país (aproximando-se do centro de gravidade da procura) e em articulação com as acessibilidades. Neste contexto, a Ota surge como «localização razoável» e é sugerida a sua ligação ao comboio de alta velocidade (TGV). Em 2007, assume que a opção pela construção da Terceira Travessia do Tejo em Chelas-Barreiro «é um erro», após a construção da ponte Vasco da Gama, apostando na alternativa de uma ponte rodoviária entre Algés e Trafaria e outra para o TGV na zona de Setil, no concelho do Cartaxo (Noronha, 2007).

O apoio generalizado à primeira infância, ao pré-escolar e à escola básica, constitui um princípio pelo qual se bateu na sua intervenção, logo que a oportunidade se apre-

sentou, nos anos 1990, por entender fulcral na política destinada ao esbatimento das desigualdades sociais. Assim, no âmbito dos contributos do CEDRU, para o 1.º e 2.º Quadros Comunitários de Apoio (QCA), fez estas propostas com outros académicos como a demógrafa Maria João Valente Rosa. Na atualidade, estas são medidas de política previstas para um futuro «muito próximo». Como comentou na entrevista concedida para a organização deste texto «hoje seríamos um país diferente se estas medidas tivessem sido consideradas e não relegadas, pela União Europeia, para matéria da exclusiva competência de cada país».

O entusiasmo e a visão construtiva do pensamento de Jorge Gaspar são tão contagiantes e necessários hoje como quando iniciei os meus estudos de Geografia. Com Jorge Gaspar a Geografia evidencia uma mobilizadora importância científica e social.

Bibliografia fundamental

- Gaspar (coord.) (2006) *Estudo-proposta de Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território/PNPOT*. Lisboa, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Gaspar J (1969) A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, IV(8): 198-215.
- Gaspar J (1970a) *Estrutura Funcional do Centro de Lisboa*. Lisboa, Gabinete de Arquitetura para o novo Ministério da Marinha, Ministério das Obras Públicas.
- Gaspar J (1970b) Os Portos Fluviais do Tejo. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 10: 153-204.
- Gaspar J (1972) *A Área de Influência de Évora*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Gaspar J (1984) Urbanization: Growth, Problems and Policies. In A Williams (ed.) *Southern Europe Transformed*. London, Harper & Row: 208-235.
- Gaspar J (1987a) *Estudo Preparatório da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal*. Lisboa, Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.
- Gaspar J (1987b) *Portugal nos próximos 20 anos, 1.º vol.: A Ocupação e a Organização do Território – análise retrospectiva e tendências evolutivas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaspar J (1993) *As Regiões Portuguesas*. Direção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- Gaspar J (1996) O Novo Ordenamento do Território: Geografia e Valores. In IEG-FLUC (org.) *Seminário Dinamismos Sócio-Económicos e Reorganização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos: 707-718.
- Gaspar J (1997) Lisbon: Metropolis between centre and periphery. In C J Butler, A Shachar, J Van Weesep (eds.) *European Cities in Competition*. Aldershot, Avebury: 147-178.
- Gaspar J (2001) O Retorno da Paisagem à Geografia – apontamentos místicos. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVI(72): 83-99.
- Gaspar J (2016a) Futuro, Cidades e Território. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 51(101): 5-24.
- Gaspar J (2021a) Ainda os couros. *Guimarães C Visível*, 1: 160-165.
- Gaspar J, Abreu D, Ferrão J, Butler C J (1989) *Portugal nos próximos 20 anos, 2.º vol.: A Ocupação e a Organização do Espaço*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaspar J, Abreu D, Ferrão J, Fonseca L (1984) Um poliedro complexo: olhar sobre a estrutura científica do Centro de Estudos Geográficos. In CEG-UL (ed.) *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, I vol. Lisboa, CEG-UL: 37-58.

- Gaspar J, Simões J M (coords.) (2006) *Geografia de Portugal - Planeamento e Ordenamento do Território*, vol. 4. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Gaspar J, Vitorino N (1976) *As Eleições do 25 de Abril-Geografia e Imagens dos Partidos*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Gould P, Gaspar J, Pires A, Boura I, Jacinto R (1983) *Estrutura Agrária e Inovação da Cova da Beira*. Coimbra, CCR-C.
- MAI (1976) *Projeto de Administração Regional*. Lisboa, Ministério da Administração Interna.
- Parque Expo (2007) *Estudo de Enquadramento Estratégico para a Área do Centro Histórico de Évora – recuperar o processo histórico*. Lisboa, Parque Expo.

Referências secundárias

- Fernandes R R (2007) Jorge Gaspar, a geografia e eu. In A Esteves, C Cavaco, D Abreu, E M Costa, E B Henriques, I Pires, J Rocha, J M Simões, L Moreno, M Queirós, M A Lousada, M L Fonseca, M Vale, N M Costa, P Morgado, T Alves (orgs.) *Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 678-679.
- Gaspar J (2007) Da geografia ao ordenamento do território: as lições de um percurso. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 11.
- Gaspar J (2016b) Jorge Gaspar. Disponível em: <https://www.apgeo.pt/06-jorge-gaspar>.
- Gaspar J (2017a) Apresentação da obra de Orlando Ribeiro *Mestres, colegas e discípulos*, texto inédito. Lisboa, 12 de maio, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gaspar J (2017b) Elogio histórico do académico emérito Ilídio Melo Peres do Amaral, feito pelo senhor Jorge Manuel Barbosa Gaspar. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LII(105): 147-164.
- Gaspar J (2021b) Conferência na Academia das Ciências de Lisboa. *As geometrias da Geografia*, texto inédito. Lisboa, 25 de fevereiro, Academia das Ciências de Lisboa.
- Gaspar J, Taveira T (1969) *Inquérito urbanístico à cidade de Évora*, texto inédito. Évora, Atelier Conceição Silva – Câmara Municipal de Évora.
- Lamas J (1980) Entrevista com Jorge Gaspar. *Revista de Arquitectura*, 137: 72-75.
- Machado E V (2013) Entrevista com o professor Jorge Gaspar. *Geosul*, 28(56): 211-253.
- Noronha A (2007) Terceira Travessia do Tejo «é um erro». Disponível em: https://www.jornalde-negocios.pt/empresas/detalhe/terceira_travessia_do_tejo_e_um_erro.
- Ribeiro O (2017) Palavras proferidas no Doutoramento de Jorge Gaspar. In S Daveau (org.) *Mestres, colegas e discípulos*, vol. 2. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 782-785.
- Simões J M (2007) Jorge Gaspar: geógrafo, professor. In A Esteves, C Cavaco, D Abreu, E M Costa, E B Henriques, I Pires, J Rocha, J M Simões, L Moreno, M Queirós, M A Lousada, M L Fonseca, M Vale, N M Costa, P Morgado, T Alves (orgs.) *Geophilia: o sentir e os sentidos da Geografia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 17-61.

18. Jorge Malheiros

André Carmo⁷⁴

A geografia como destino?

Nascido em 1966, Jorge Malheiros passou a sua infância num ambiente muito politizado, em que a contestação à ditadura e o combate ao fascismo faziam parte do quotidiano. Activista nas lutas estudantis dos anos 60, o seu pai – Manuel Macaísta Malheiros – acabaria por ser defensor dos presos políticos no Tribunal Plenário, tendo sido o advogado de defesa do processo do assalto ao Quartel de Beja e, depois do 25 de abril, integraria, como ministro do Comércio Interno, o quinto Governo Provisório. Dificilmente o jovem Malheiros poderia ter permanecido indiferente às suas próprias circunstâncias.

Foi também uma infância marcada pelo contacto em primeira mão com os contrastes e as desigualdades territoriais existentes no Bairro dos Olivais, onde residia, e entre este e Chelas, um dos bairros mais desfavorecidos da cidade de Lisboa. Para além disso, também o gosto pelas viagens, pela observação da paisagem e pelos mapas, lhe foi inculcado desde cedo pelos seus pais que, habitualmente, reservavam as férias de verão para longas viagens de automóvel através da Europa. Anos mais tarde, com maior autonomia, seriam as viagens de comboio (como para muitos jovens da sua geração a experiência do InterRail seria marcante) que acabariam por lhe proporcionar oportunidades para saborear novas geografias, cheiros e sonoridades.

Ainda no ensino secundário, onde teve início o seu envolvimento no associativismo estudantil, um certo fascínio pelo empírico, pelos indicadores estatísticos e pela linguagem matemática, levou a que Malheiros, que também por isso se inclinava para a Economia, escolhesse o Planeamento e Urbanismo como área vocacional. No entanto, por um daqueles acasos que acabam por definir o rumo da vida, no início da década de 80, viria a conhecer, à mesa de jantar em casa dos pais, Michel Poinard, Chris Jensen-Buttler e Jorge Gaspar, eminentes geógrafos com quem teve o prazer de conversar e que viriam a ser decisivos, sobretudo este último, para que viesse a ingressar, em

⁷⁴ O autor agradece a Jorge Malheiros a disponibilidade para a realização de três longas entrevistas que serviram de base para a elaboração deste capítulo.

1984, na recém-criada licenciatura em Geografia e Planeamento, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Os anos da licenciatura são muito marcados, numa fase inicial, por um contacto privilegiado com Orlando Ribeiro, já no ocaso do seu percurso académico, que se traduziu numa aproximação à escola da geografia regional francesa e à descoberta da paisagem como ingrediente fundamental dessa forma de olhar o mundo. Depois, pelo contraste entre a «nova geografia», que lhe chega através da leitura de *Spatial Organization: The Geographer's View of the World* (Abler et al., 1971), e a geografia crítica, através de *Social Justice and the City* (Harvey, 1973). Se, no campo da geografia aplicada, **Jorge Gaspar** era a figura tutelar, no que ao pensamento crítico diz respeito, **Teresa Barata Salgueiro** e **João Ferrão** ocupavam lugares destacados.

A viragem da década – entre 1988 e 1993, sob orientação de Jorge Gaspar, levou a cabo o seu mestrado (Malheiros, 1996) – fê-lo aproximar-se de duas áreas temáticas que não mais abandonariam os seus interesses de investigação: as migrações e as questões urbanas. É também por esta altura, muito influenciado por **Isabel André** e **João Ferrão**, que as preocupações teóricas e epistemológicas começam a ganhar maior centralidade no seu trabalho, algo que se reforça, alguns anos volvidos, com a sua experiência internacional no *King's College*, em Londres, com Richard Black, e, depois, em Sussex, com Russel King, ambos académicos de referência no domínio das migrações.

No seu trabalho de doutoramento, iniciado em 1998 sob orientação de **Isabel André** e Richard Black, Malheiros aprofunda esta trajetória, levando a cabo um estudo comparado entre Lisboa e Roterdão, centrado nas problemáticas do transnacionalismo, da mobilidade e da inovação sócio-espacial, envolvendo as comunidades cabo-verdiana e indiana. O envolvimento num projeto liderado pelo fotógrafo Pedro Letria – *À Descoberta dos Novos Descobridores* (1999) – revelou-se fundamental para a seleção dos territórios da região de Lisboa – Bela Vista, Santo António dos Cavaleiros, Cova da Moura, Vale do Areeiro, Triângulo Africano de São Bento e Quinta do Mocho – que acabariam por ser parcialmente incluídos neste trabalho. Em Roterdão, a presença foi necessariamente mais curta, embora também permitindo a observação específica de bairros muito etnicizados como Nieuwe West ou Spangen. Também por isso, apesar do contributo original dado para a compreensão do papel dos imigrantes na transformação das cidades, com destaque para a relação entre práticas transnacionais, segregação sócio-espacial e processos de inovação associados à presença de estrangeiros, o produto final apresenta desequilíbrios internos. Isto justificaria uma revisão que exigira tempo, o que ajuda a explicar porque é que *Arquipélagos Migratórios: transnacionalismo e inovação* (Malheiros, 2001) nunca seria publicado em livro.

Quando, em 2001, defende com sucesso a sua tese de doutoramento e passa a Professor Auxiliar, a ligação profissional de Malheiros com o Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa tinha já vários anos: ainda estudante de licenciatura, entre 1986 e 1988, tinha sido monitor, passando depois, durante o mestrado, a Assistente Estagiário (1988-1993) e, depois de concluída essa fase, a Assistente (1993-2001). Em 2005, seria promovido a Professor Associado, concurso para o qual elaborou o programa de uma nova unidade curricular designada *Ambiente Social Urbano* (2009), e consolidaria a sua posição enquanto académico.

Como professor, é um brilhante sedutor, capaz de encantar a mais adormecida das audiências com a sua sagacidade e erudição enciclopédica, que se manifestam, por exemplo, na forma como estabelece ligações inusitadas com os mais variados domínios para ajudar a compreender fenómenos geográficos e tornar mais claros os seus argumentos.

A primeira década do século XXI corresponde a um período particularmente rico e intenso no plano da investigação científica, destacando-se a sua participação em projetos de âmbito nacional tais como: «Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não-Migrantes na AML» (2004-2005), «LINKS – capital social e inovação, as redes na promoção do desenvolvimento local» (2004-2007), «Acesso e Situação Habitacional dos Imigrantes e Políticas de Habitação em Portugal» (2007-2008), «BELTS-W – Estratégias Transnacionais e Relações Empresariais de Mulheres Brasileiras em Portugal», «REHURB – Realojamento e Regeneração Urbana» (2008-2012) e, no plano internacional, nos projetos *KATARSIS* (2005-2007), «*Social Polis – Social Platform on Cities and Regional Cohesion*» (2008-2009) ou «*GEITONIES – Generating Interethnic Tolerance and Neighbourhood Integration in European Urban Spaces*» (2008-2014).

Passou também a orientar projectos de doutoramento que, nalguns casos, viriam a ser publicados em livro. *Trabalhadores de Origem Africana em Portugal – Impacto das novas vagas de imigração* (Pereira, 2010), *Imigração, Identidades e Discriminação – Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa* (Mendes, 2010) ou *O Teatro do Oprimido na Periferia de Lisboa – Cidade, Cidadania e Arte* (Carmo, 2019), são disso exemplo.

É também nesse período que contribui para o segundo volume da *Geografia de Portugal* (Salgueiro e Ferrão, 2005), com um capítulo sobre migrações e se envolve ativamente, juntamente com colegas como **Isabel André**, Mário Vale, José Luís Zêzere, Catarina Ramos e **Teresa Barata Salgueiro**, na criação do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT). Aproveitando os ventos de mudança que então sopravam, este processo levou à autonomização da Geografia no seio da Universidade de Lisboa e, conseqüentemente, à reorganização do Centro de Estudos Geográficos (CEG). Jorge Malheiros emergiu, então, como um dos mais comprometidos e empenhados promotores desse movimento transformador culminado em 2009, tendo desempenhado funções na direção do CEG, entre 2014 e 2020, e participado na coordenação dos grupos de investigação NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos e ZOE – Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais. Desde 2021 é membro da direção do Colégio Tropical da Universidade de Lisboa, estrutura com carácter transdisciplinar que pretende abordar os maiores desafios societais das regiões tropicais.

Entretanto, estabelece uma ligação com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (atual Alto Comissariado para as Migrações – ACM) que perdura até hoje, em 2001 torna-se perito correspondente da OCDE em Portugal para a áreas das migrações e, entre 2002 e 2004, assume a presidência da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG), num período particularmente turbulento e desafiante da vida desta associação.

Migrações, cidades e pensamento geográfico. Abordagens críticas e interdisciplinares

O contributo de Malheiros para o desenvolvimento do pensamento é multifacetado e abrange diversas áreas do saber. O seu trabalho em torno das migrações, por exemplo, foi pioneiro no modo como, no contexto nacional, centrou o debate e a análise sobre o papel dos imigrantes na reconfiguração dos espaços urbanos. O seu trabalho acerca dos processos de segregação urbana, articulando a Europa do Sul e Portugal, numa lógica multi-escalar, ainda hoje constitui uma referência importante para a compreensão destas dinâmicas (Malheiros, 1998b) e, mais tarde, tendo por base a década de 90, revisitaria esta questão, ensaiando uma aproximação aos processos de de-segregação nas cidades da Europa do Sul (Arbaci e Malheiros, 2010).

A organização espacial dos imigrantes nas cidades do Sul da Europa e o modo como esta se entrecruza com os processos e as dinâmicas laborais (Malheiros, 1998a; Baganha *et al.*, 1999; Malheiros, 2002b), mas também as especificidades decorrentes do passado colonial português (Fonseca e Malheiros, 2004), bem como os modelos políticos de regulação dos fluxos migratórios (Malheiros, 2002a) foram outros dos campos que o preocuparam, sobretudo do final dos anos 90 até meados da década seguinte. Importa também evidenciar o modo como o seu trabalho em torno destas matérias contribuiu para a construção de um diálogo interdisciplinar entre a geografia e a sociologia que, desde então, se desenvolveu e aprofundou. Exemplo disso é a colaboração de Malheiros em *Regresso ao Futuro – A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (Peixoto *et al.*, 2016), obra coletiva que procurava delinear os contornos da emigração portuguesa no período imediatamente após a crise financeira mundial de 2008.

O trabalho de Malheiros é também influente no campo daquilo a que podemos chamar geografia social urbana, sobretudo a partir do momento em que a preocupação com a segregação é ultrapassada por um interesse mais abrangente, primeiro, pelas questões da integração sócio-espacial, do associativismo e da inovação sócio-cultural (André *et al.*, 2012, 2013; Horta e Malheiros, 2006; Malheiros, 2007b) e, depois, pela problemática da produção social do espaço urbano, seja através da gentrificação (Malheiros *et al.*, 2013), dos desafios inerentes à produção e gestão da habitação pública (Malheiros *et al.*, 2016) ou dos processos de financeirização da habitação (Mendes *et al.*, 2019). Efetivamente, é a partir do trabalho que desenvolve acerca das migrações que Malheiros se vai aproximando das questões urbanas. Ainda assim, uma das suas maiores frustrações académicas resulta da sua incapacidade para contribuir de forma mais significativa para o debate em torno de problemáticas como o «efeito-bairro» ou o *mix* social nas políticas de habitação. Apesar de ambas terem sido objeto de reflexão no âmbito do projeto *REHURB*, os resultados alcançados nunca foram devidamente valorizados em termos de comunicação e produção científicas.

Merece ainda destaque uma outra área de interesse, o pensamento geográfico, que, apesar da sua menor importância relativa no conjunto da sua obra, também mereceu alguma atenção da sua parte. Desde muito cedo Malheiros manifestou interesse e preocupação com a necessidade de refletir sobre os modos de pensar e fazer geografia, sobretudo no contexto nacional (Malheiros, 1999), algo que tem transportado para

a sua atividade letiva, assegurando a coordenação de unidades curriculares na área da epistemologia da geografia e do pensamento geográfico ao longo dos últimos 20 anos. Recentemente levou a cabo uma interessante reflexão acerca do impacto do geógrafo brasileiro Milton Santos na geografia portuguesa (Machado *et al.*, 2019) e do próprio lugar ocupado pela geografia humana no âmbito das ciências sociais (Fernandes *et al.*, 2021), questão que desde há muito é fonte de inquietação no seio da comunidade geográfica portuguesa.

A necessidade de exercitar uma certa reflexividade epistemológica, aliás, é um traço definidor do seu percurso intelectual. Partindo de uma geografia eminentemente funcionalista na qual as preocupações com a justiça espacial, por exemplo, se encontravam bastante esbatidas, o convívio regular com colegas como **João Ferrão, Isabel André** e Carlos Patrício, acabaria por levar a que formas de pensamento crítico com reminiscências marxistas, inspiradas por pensadores como David Harvey, Edward Soja, Milton Santos ou Andrew Sayer, tenham motivado a busca de novos caminhos para a compreensão do mundo que nos rodeia. Este último autor foi, aliás, aquele que maior influência exerceu sobre Malheiros durante um período de tempo – final da década de 80 e início dos anos 90 –, em que procurava construir uma identidade própria e definir linhas de rumo para o seu percurso académico. Num tempo em que as abordagens pós-modernas emergiam com particular exuberância e acabariam por inspirar colegas seus como, por exemplo, Herculano Cachinho, Malheiros permaneceu sempre crítico de um certo relativismo que lhe parecia de grande utilidade para a afirmação do neoliberalismo enquanto amplo projeto de retrocesso social. O realismo crítico (Sayer, 1992) surgiu então como solução de compromisso que, sem deixar de levar em linha de conta o papel essencial desempenhado pela estrutura, não negligenciava a importância da agência humana enquanto elemento de transformação do real. Durante alguns anos, seria este o quadro epistemológico de referência para aqueles que no CEG, juntamente com Malheiros, desenvolviam formas de investigação geográfica com um carácter aplicado menos evidente.

A necessidade de estabelecer ligações, sobretudo para fora da geografia, é outra das características definidoras do percurso intelectual e científico de Malheiros. O trabalho coletivo realizado em colaboração com académicos de vários campos científicos e áreas disciplinares é uma constante. Por conseguinte, ao longo de vários anos, foi construindo um conjunto diversificado de relações a partir das quais muito do seu trabalho se desenvolveu. A sociologia é, porventura, o campo mais importante, mas também a arquitetura e o urbanismo, a antropologia ou até a economia constituem um terreno fértil para colaborações mais ou menos pontuais. Rui Pena Pires, Maria Manuela Mendes, Ana Nunes de Almeida, Isabel Raposo, Susana Trovão, José Gabriel Pereira Bastos, **Graça Índias Cordeiro**, Graça Rosales, Maria João Freitas, Rita Raposo, Ana Paula Beja Horta, Beatriz Rocha Trindade, João Peixoto, Fernando Luís Machado ou **António Firmino da Costa** são alguns dos académicos com os quais Malheiros estabelece uma relação de trabalho mais sólida.

Embora existissem algumas experiências anteriores, a internacionalização do seu trabalho intensificou-se no decurso do doutoramento (2001), dividindo-se em duas frentes. A primeira delas, relacionada com a problemática das migrações, desenvolveu-se no âmbito da participação na rede IMISCOE, a partir da qual ganharia forma

o projeto *GEITONIES*, cujos principais objectivos eram influenciar a concepção de políticas públicas e divulgar o pensamento sobre migrações produzido na Europa para promover um diálogo mais próximo com os EUA, a Austrália e outros contextos não-europeus. A segunda, impulsionada por **Isabel André** na viragem do século, assentava numa relação de longa data estabelecida com Frank Moulaert, reputado académico belga, e incidia sobre a problemática da inovação social e dos espaços socialmente criativos. *KATARSIS* e *Social Polis*, foram alguns dos projetos onde esta abordagem foi predominante.

O interesse pela produção científica latino-americana iniciou-se nos anos 90 quando começou a contactar mais de perto com a obra do geógrafo Milton Santos e, também, os trabalhos de Rogério Haesbaert e Maria Adélia Aparecida de Souza no Brasil, ou os contributos de Raúl Delgado Wise e Leticia Calderón Chelius no estudo das migrações. Contudo, foi nas últimas duas décadas que se intensificaram as relações com a América Latina, não numa lógica de estrutura reticular consolidada, mas através de ligações diretas estabelecidas com algumas instituições de ensino superior e/ou governamentais que, em larga medida, decorrem da progressiva internacionalização do ensino pós-graduado no IGOT, algo que acaba por proporcionar contactos e criar oportunidades ao nível internacional. No México, o Instituto de Investigação José Luís Mora e o Colégio da Fronteira Norte (Tijuana) são os principais nós de ligação. No Brasil, esta estabelece-se essencialmente com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade Federal do Espírito Santo, a UniVale (Universidade do Vale do Rio Doce), a Universidade Federal de Pernambuco e, mais recentemente, a Universidade Federal do Roraima.

A relação privilegiada que Malheiros estabeleceu com o ACM permite-lhe também desenvolver trabalho académico em estreita proximidade com a política pública de base territorial. Num certo sentido, o interesse pela natureza aplicada do conhecimento científico que o atraiu para a geografia encontra aqui um espaço propício à sua concretização. Tanto ao nível dos diferentes desafios enfrentados pelas comunidades imigrantes (Esteves *et al.*, 2017), como da sua caracterização (Malheiros, 2007a; Malheiros e Esteves, 2013) e até da capacitação dos técnicos que intervêm neste domínio (Malheiros, 2011), o contributo de Malheiros tem sido relevante.

A cidadania como vocação

Desde o seu envolvimento na associação de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Malheiros nunca deixou de intervir, tendo, ao longo de vários anos, desempenhado funções em várias organizações, movimentos e iniciativas cívicas e participado com regularidade nos meios de comunicação social. Em 1994/95, sob liderança de Mário Leston Bandeira, João Cunha Serra e Pedro Lourtie, envolveu-se na ação reivindicativa em defesa da melhoria das condições de trabalho levada a cabo na Universidade de Lisboa por uma ampla frente sindical. Começava aí a sua ligação ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, enquanto membro, chegando a assumir funções dirigentes, e a sua preocupação com o rumo seguido pela Universidade de Lisboa. O aprofundamento da sua deriva neoliberal e empresarializante, a

erosão da democracia na sequência da entrada em vigor do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, contra o qual lutou, e o flagelo da precariedade laboral, que há muito deixou de ser um problema apenas dos mais jovens, são algumas das preocupações que o têm levado a intervir publicamente. No âmbito mais restrito do IGOT, a intensificação do produtivismo académico, a tirania dos *rankings* e a crescente valorização da ciência rápida, levaram-no, em 2016, a apresentar à sua direção uma candidatura que acabaria por sair derrotada.

A sua ligação à APG, teve lugar num período em que a própria existência da associação estava em risco. Num contexto particularmente adverso e marcado por uma grande incerteza, contando com o apoio de colegas como **Isabel André**, Fernando João Moreira, Fernando Honório e **João Ferrão**, Jorge Malheiros contribuiu que a APG reforçasse a sua presença fora da academia e se projetasse para lá das «torres de marfim», envolvendo de forma mais ativa pessoas com formação em geografia, mas enquadramentos sócio-profissionais mais diversificados (p. ex. técnicos superiores, consultores, especialistas em Sistemas de Informação Geográfica). Organizaram-se iniciativas de ligação à sociedade civil, inaugurou-se uma «tradição» que não mais deixou de se fazer – reuniões políticas sempre que entram em funções novos governos –, conseguiu-se uma nova sede para a APG nas instalações do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, incutiu-se um renovado dinamismo aos encontros nacionais e ibéricos de Geografia, que se encontravam então a atravessar um período de estagnação, e deu-se um impulso decisivo para a criação, em 2004, da licenciatura em Geografia da Universidade de Évora. Quando abandona a presidência da APG, apenas dois anos depois de ter assumido a sua presidência, os progressos eram significativos, o período de crise estava ultrapassado e o caminho para a reconciliação interna estabelecido.

Em termos políticos, Malheiros é um suave iconoclasta de esquerda, sendo frequentemente convidado por partidos e associações políticas de várias sensibilidades para partilhar a sua reflexão sobre migrações e racismo, demografia, desenvolvimento regional e urbano, habitação, entre outros temas. No que toca à sua intervenção cívica, são muitas as participações e os envolvimentos, dos quais destacamos, em 2012, a sua participação no «Fórum Cidadania pelo Estado Social», iniciativa promovida pela Associação 25 de Abril com vista a fazer progredir a reflexão sobre o futuro do Estado Social em Portugal, num contexto em que o peso da austeridade se fazia sentir sobre o país. Numa fase tardia da existência desta iniciativa, precursora da solução política alternativa que viria a ficar conhecida como «geringonça», salienta-se ainda o seu envolvimento com o Congresso Democrático das Alternativas, que resultaria na publicação de *Geografias do Estado Social: Reorganização Territorial, Habitação e Urbanismo* (Carmo *et al.*, 2014).

Embora não tenha conseguido fazê-lo com a disponibilidade e continuidade desejadas, contribuiu também para o desenvolvimento da Habita – Associação Pelo Direito à Habitação e à Cidade, desempenhando, numa fase inicial da vida deste colectivo, um importante papel legitimador, criando condições para a existência de um diálogo mutuamente enriquecedor entre activistas e académicos e para o seu processo de transformação em associação. Destacam-se, a este respeito, o seu papel nas Assembleias Fundadoras (ambas em 2014), participando ativamente na discussão dos Esta-

tutos e do Plano de Ação da Habita e na organização do Encontro Jurídico Internacional em 2015, que juntou na mesma sala largas dezenas de participantes, moradores afectados por problemas habitacionais, activistas e outras personalidades com importantes responsabilidades políticas e jurídicas.

Importa também destacar a sua participação no Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, entre 2005 e 2008, na qualidade de animador da Rede Temática 2 (Integração Profissional e Social de Imigrantes, Minorias Étnicas e Refugiados) criada no âmbito do EQUAL Portugal, pela oportunidade de contactar de perto com um leque bastante diversificado de atores locais e, mais recentemente, o envolvimento nos Grupos de Trabalho «Censos 2021 – Questões Étnico-Raciais» e «Para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação». No primeiro caso, juntamente com personalidades como Cristina Roldão, Jorge Vala, Mamadou Ba ou José Semedo Fernandes, Malheiros considerou que a introdução de categorias de «origens e/ou pertencças étnico-raciais» nestes Censos teria mais vantagens e potencialidades do que desvantagens e riscos, embora este entendimento não viesse a ser aplicado pela tutela. No segundo caso, contribuiu com propostas para a construção do Primeiro Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025.

Sem pretensões de esgotar a vasta experiência de participações e envolvimento cívicos e políticos de Malheiros, os exemplos apresentados oferecem um retrato de alguém que nunca renunciou aos seus valores enquanto cidadão empenhado, comprometido com a transformação social emancipadora e com a igualdade e a justiça sócio-espacial. Afinal de contas, dificilmente um Jorge Malheiros já amadurecido pela passagem do tempo poderia ter permanecido indiferente às suas próprias circunstâncias.

Bibliografia fundamental

- André I, Carmo A, Abreu A, Estevens A, Malheiros J (2012) Learning for and from the city: the role of education in urban social cohesion. *Belgeo – Revue Belge de Géographie*, 4.
- André I, Malheiros J, Carmo A (2013) The Rythm of the Arts in the Socially Creative City. In J-L Klein (ed.) *Pour une nouvelle mondialisation: le défi d'innover*. Québec, Presses de l'Université du Québec: 191-207.
- Arbaci S, Malheiros J (2010) De-Segregation, peripheralisation and the social exclusion of immigrants: Southern European Cities in the 1990s. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(2): 227-255.
- Baganha M I, Ferrão J, Malheiros J (1999) Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, 34(150): 147-173.
- Esteves A, Estevens A, Amílcar A, McGarrigle J, Malheiros J, Moreno L, Fonseca M L, Pereira S (2017) *Condições de vida e inserção laboral dos imigrantes em Portugal: efeitos da crise de 2007-2008*. Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações, I.P.
- Fernandes J A R, Ferrão J, Malheiros J, Chamusca P (2021) Geography as a Social Science in Portugal. In R C Lois-González (ed.) *Geographies of Mediterranean Europe*. Cham, Switzerland, Springer: 15-37.
- Fonseca L, Malheiros J (2004) Immigration and Globalisation from Below: The Case of Ethnic Restaurants in Lisbon. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 39(77): 129-156.

- Horta A P, Malheiros J (2006) Social capital and migrants’ political integration: the case study of capeverdean associations in the greater Lisbon area. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 41(81): 143-170.
- Machado T, Carmo A, Malheiros J (2019) À procura de Milton Santos: notas sobre o intercâmbio e a influência na Escola de Geografia de Lisboa. In F R Oliveira, D Paiva (orgs.) *Saberes Geográficos e Geografia Institucional: Relações luso-brasileiras no séc. XX*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa: 141-164.
- Malheiros J (1996) *Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança, imigração e processo de integração das comunidades de origem indiana*. Lisboa, Edições Colibri.
- Malheiros J (1998a) Immigration, Clandestine Work and Labour Market Strategies: The Construction Sector in the Metropolitan Region of Lisbon. *South European Society and Politics*, 3(3): 169-185.
- Malheiros J (1998b) Minorias étnicas e segregação nas cidades uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa mediterrânica. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 33(66): 91-118.
- Malheiros J (1999) Contos de uma ciência periférica: Inovação, internacionalização e indisciplina(ri)dade na geografia portuguesa. *Inforgéo*, 12/13: 117-130.
- Malheiros J (2001) *Arquipélagos Migratórios: transnacionalismo e inovação*, Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Malheiros J (2002a) Ethni-cities: residential patterns in the Northern European and Mediterranean metropolises: implications for policy design. *International Journal of Population Geography*, 8(2): 107-134.
- Malheiros J (2002b) “Nova” imigração e desenvolvimento regional: situação actual e oportunidades para as regiões portuguesas». *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2: 69-88.
- Malheiros J (2007a) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa, ACIDI.
- Malheiros J (2007b) Revalorisation de la culture, créativité et nouvelles opportunités pour les descendants des immigrés: la Cova da Moura et le monde. *Sud-Ouest Européen–Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 24: 87-97.
- Malheiros J (2009) *Ambiente Social Urbano – Programa da Unidade Curricular*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – IGOT, Universidade de Lisboa.
- Malheiros J (2011) *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade – Manual para Técnicos/as*. Lisboa, ACIDI.
- Malheiros J, Carvalho R, Mendes L (2013) Gentrification, residential ethnicization and the social production of fragmented space in two multi-ethnic neighbourhoods of Lisbon and Bilbao. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 48(96): 109-135.
- Malheiros J, Esteves A (coords.) (2013) *Diagnóstico da população imigrante em Portugal. Desafios e potencialidades*. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Malheiros J, Ferreira B, Carreiras M, Amílcar A, Raposo R (2016) Vulnerabilidade e integração urbana em bairros de habitação social da grande lisboa: uma aproximação conceptual e empírica. *Espaço & Geografia*, 19(1): 185-237.
- Mendes L, Carmo A, Malheiros J (2019) Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa. In A C Santos (ed.) *A nova questão da habitação em Portugal – Uma abordagem de economia política*. Coimbra, Conjuntura Actual Editora: 111-141.

Referências secundárias

- Abler R, Adams J S, Gould P (1971) *Spatial organization; the geographer's view of the world*. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall.
- Carmo A (2019) *O Teatro do Oprimido na Periferia de Lisboa: Cidade, Cidadania e Arte*. Lisboa, Outro Modo, Cooperativa Cultural e Le Monde Diplomatique.
- Harvey D (1973) *Social Justice and the City*. Athens, University of Georgia Press.
- Mendes M M (2010) *Imigração, identidades e discriminação: imigrantes russos e ucranianos na área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Pedro L (1999) *À Descoberta dos Novos Descobridores*. Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses.
- Peixoto J, Oliveira I T, Azevedo J, Marques J C, Góis P, Malheiros J, Madeira P M (2016) *Retorno ao Futuro – A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Gradiva.
- Pereira S (2010) *Trabalhadores de origem africana em Portugal: Impacto das Novas Vagas de Imigração*. Lisboa, Edições Colibri.
- Salgueiro T B, Ferrão J (coords.) (2005) *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens e Cidades*, vol. 2. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Sayer A (1992) *Method in Social Science: A Realist Approach*. London, Routledge.

19. José Alberto Rio Fernandes

Jorge Ricardo Pinto & Pedro Chamusca

Um portuense de Gondomar

José Alberto Rio Fernandes nasceu em Gondomar (São Cosme), em 26 de julho de 1958. É Geógrafo, Professor Catedrático na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Investigador no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Tem conciliado o seu papel universitário, de Professor e Investigador, com a intervenção cívica, procurando colocar o saber e conhecimento produzido na academia ao serviço da comunidade, apoiando o planeamento e a tomada de decisão. Apresenta-se como um portuense nascido em Gondomar. E tem sido precisamente o Porto, cidade alargada e não só municipal, o espaço preferencial para a sua investigação.

Foi em outubro de 1980 – logo após terminar a sua licenciatura em Geografia na FLUP – que iniciou a sua carreira enquanto docente universitário na mesma instituição, ministrando aulas práticas de Geografia Urbana e de Técnicas de Aplicação em Geografia Urbana. No mesmo ano, ingressa no Gabinete de Planeamento Urbanístico (GPU) da Câmara Municipal do Porto, em regime liberal, integrando uma equipa multidisciplinar encarregada de tarefas associadas ao planeamento urbanístico e, em especial, à realização do Plano Geral de Urbanização do Porto, sob coordenação de Duarte Castel-Branco. Viria a estar profundamente envolvido neste plano, participando no debate que conduziu à sua aprovação, em 1987, e ainda na discussão posterior que levaria à sua alteração e aprovação como Plano Diretor Municipal, em 1993.

Apesar de profundamente envolvido na atividade docente e de planeamento, não descarta a sua formação académica, prosseguindo estudos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde concluiria o seu Mestrado, em Geografia Humana, em julho de 1985, apresentando a dissertação *A Foz: contributo para o estudo do espaço urbano do Porto*, que viria a publicar quatro anos mais tarde (Fernandes, 1989). Tornava-se, então, o primeiro mestre entre os licenciados em Geografia na FLUP, na primeira edição de Mestrado em Geografia fora de Lisboa. Conclui o Dou-

toramento em Geografia, especialidade de Geografia Humana, no Porto, em junho de 1993, aprovado com louvor e distinção por unanimidade (com arguência principal de **Teresa Barata Salgueiro**), passando a ser o primeiro doutorado entre os licenciados em Geografia na FLUP.

Neste período, é amplamente reconhecido o seu contributo na docência, produção de conhecimento (Fernandes, 1992; Fernandes *et al.*, 1984; Marques *et al.*, 1990), planeamento e pensamento estratégico do território. Entretanto, na sequência de discussões a propósito da qualidade do debate político associado ao conhecimento do território e ao planeamento, inscreve-se no Partido Socialista, em Gondomar. É candidato à presidência da Junta de Freguesia da sede do município (que quase ganha), é eleito deputado municipal e virá a ser escolhido como representante do concelho para deputado na primeira Assembleia Metropolitana do Porto (criada em 1991). É pouco depois convidado por Fernando Gomes, Presidente da Câmara Municipal do Porto, para o acompanhar, como número dois, nas eleições de 1997 e o suceder, após transição já prevista para o governo, que ocorrerá em 1999. São vários os motivos que o levam a recusar, mas isso não representaria o fim dos convites (para a Câmara do Porto, a Assembleia da República e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), nem outros desencontros (entre lugares que desejava e que vieram a ser ocupados por outros), nem também qualquer retrocesso na sua caminhada académica ou enquanto pensador do território e influenciador das opções estratégicas do Porto (e Norte).

Em 25 de maio de 2001, faz a primeira grande homenagem a José Manuel Pereira de Oliveira – que sempre reconheceu como «Mestre» (como ele próprio se intitulava por se sentir ultrapassado por outrem) – ao assumir a responsabilidade do seu elogio na atribuição do Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade do Porto. Dois anos mais tarde, em 2003, merece a confiança dos seus colegas na FLUP para suceder a Rosa Fernanda Moreira da Silva à frente do Departamento de Geografia da FLUP. É também nesse ano, em maio, que conclui as provas de Agregação (aprovado por unanimidade), o que lhe permitirá tomar posse como Professor Catedrático no ano seguinte.

Volta a estar na linha da frente ao assumir a coordenação da 1.^a Edição do Curso de Doutoramento em Geografia na FLUP, em 2007. No mesmo ano, depois de ter proposto a atribuição da medalha de ouro da Cidade do Porto a José Manuel Pereira de Oliveira, que lhe é atribuída, organiza uma segunda homenagem ao seu «Mestre», apresentando a edição fac-similada de *Espaço Urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, tese com que ele se havia doutorado, em 1973. Vai aprofundando o conhecimento com vários nomes que o influenciam, especialmente Peter Hall ou, em Portugal, **Teresa Barata Salgueiro** e **João Ferrão**.

Em 2009, será um dos impulsionadores da criação do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), unidade de investigação que reúne grande parte dos Geógrafos de Porto, Coimbra e Minho. Cria e dirige uma revista científica que se mantém viva, a *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, assegurando o lançamento do primeiro número em 30 de dezembro de 2012 e mantendo-se como seu editor até 2019. No período em que é Coordenador Científico do CEGOT, além de lançar a revista, organiza o 1.º Encontro Internacional do CEGOT, subordinado ao tema «*Politics, Policies & Planning*» que traz ao Porto centenas de

participantes, assim como palestrantes de relevo no panorama internacional, encabeçados por Sir Peter Hall, que, além de uma comunicação brilhante, participa de uma saída de campo ao Porto à noite que ele dirige com Jorge Ricardo Pinto. Neste período assume também uma posição de destaque no contexto da Fundação CEER (que agrupa as seis universidades do Norte de Portugal e Galiza), assumindo a sua direção em parceria com Ruben Lois, amigo e parceiro de investigação de longa data.

Ao longo deste percurso, procura associar a sua atividade académica e científica com projetos de transferência de conhecimento ou de investigação aplicada e mantém uma voz ativa na defesa dos princípios e valores que considera essenciais para o desenvolvimento territorial e para a promoção do bem-estar dos seus habitantes, o que lhe vale, por exemplo, a atribuição do Prémio Rotary Club de Gondomar de «Gondomarense do Ano», pelo desempenho profissional e pessoal, em 2012. Envolve-se como consultor em projetos de planeamento e ordenamento do território, de urbanismo comercial e de construção de estratégias de desenvolvimento territorial a diferentes escalas. É neste contexto que organiza várias sessões de debate e reflexão sobre temas da maior relevância na atualidade. Destaca-se, entre muitos outros, a coorganização de debate sobre «Descentralização: entre o bom senso e o consenso», que teve lugar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com a presença do Primeiro Ministro António Costa, mas acarinha também os encontros «P3DT», onde **João Ferrão**, Joaquim Oliveira Martins e Oriol Nel-lo são presença regular, e as edições do «Aprender na Rua», a partir da Associação Portuguesa de Geógrafos.

Em 2016, assume o desafio de encabeçar uma lista candidata aos órgãos sociais da Associação Portuguesa de Geógrafos (APG), sendo eleito Presidente da Direção e cumprindo dois mandatos (2016-2020) plenos de realizações e com um trabalho amplamente reconhecido, de valorização e afirmação da Geografia e dos Geógrafos. Destacam-se iniciativas muito diversificadas, como a criação de prémios (Mestrado, Jovem Geógrafo, Saída de Campo), a dinamização de canais de comunicação com os associados, o lançamento (em parceria com a Associação de Professores de Geografia) das Olimpíadas da Geografia, a parceria com o Governo para o Levantamento Cadastral ou a elaboração de um «Manifesto do Território» (com outras associações profissionais), discutido em reunião com o Ministro do Ambiente e a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, com o objetivo de promover a dimensão territorial nas políticas públicas.

Recentemente, apresenta duas obras de síntese do seu percurso enquanto Geógrafo – professor, investigador e cidadão – e da sua capacidade de liderança, envolvimento e produção de conhecimento: os livros *Olhares, reflexões e paixões de um Geógrafo* (Fernandes, 2018), apresentado no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Porto, em 2018, reunindo 100 textos seus de divulgação e outros tantos de convidados, e *Geografia do Porto* (Fernandes, 2020), obra de síntese científica e de divulgação sobre a cidade, apresentado na Feira do Livro do Porto pelo Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, em 2020. Em simultâneo, coordena um trabalho de síntese sobre a Geografia como ciência social em Portugal, que viria a resultar num capítulo de livro onde, com **João Ferrão**, **Jorge Malheiros** e Pedro Chamusca, apresenta os principais nomes e marcos da Geografia Humana em Portugal (Fernandes *et al.*, 2021).

Da investigação à ação

Os contributos de José Alberto Rio Fernandes para o pensamento no domínio do espaço, do lugar e do território são influenciados, em grande parte, pelo seu posicionamento no contexto da Geografia. De facto, desde cedo, revelou uma ligação profunda à Geografia Humanista, defendendo a capacidade de cada um transformar o mundo através do pensamento partilhado e do gesto. Através do legado escrito, é possível perceber a recusa de uma leitura maniqueísta do mundo, apontando as grandes diferenças nas múltiplas formas de desenvolvimento do espaço ocupado pela economia de mercado, dos Estados Unidos à Noruega, da Venezuela a Portugal, em variações que dependem do lugar e da cultura. Não tem, por isso, uma inscrição clara do ponto de vista teórico nas diferentes correntes da Geografia, embora revele simpatia pela Geografia Crítica ou Marxista, sobretudo na dimensão de denúncia e na busca de maior transparência, igualdade social e justiça espacial, mas lhe rejeite a simplicidade da leitura dum capitalismo global hegemónico que prejudica a perceção das diversidades e diminui a esperança na mudança sem revolução.

Esta construção da Geografia e da importância da investigação-ação orientada para a utilidade social da ciência fazem de José Alberto Rio Fernandes uma referência no contexto da Geografia nacional e um dos pensadores que mais contribui para que o conhecimento seja utilizado para promover políticas públicas mais eficazes e eficientes e, conseqüentemente, o desenvolvimento de base territorial e qualidade de vida. Ao longo das últimas décadas, os exemplos e contributos são variados – resultando de uma abordagem a diversas escalas (local, regional e global) e de uma análise e compreensão minuciosa das dinâmicas territoriais –, podendo ser sintetizados em três grandes domínios: i) morfologia urbana e urbanismo; ii) funções urbanas; iii) desenvolvimento de base espacial.

No plano da morfologia e do urbanismo, destaca-se pelo contributo que tem deixado à análise e entendimento da forma e das dinâmicas urbanas, promovendo um trabalho de síntese territorial, a escalas diversas, orientado para a compreensão da especialização dos territórios. Enquadram-se neste âmbito estudos muito variados, como a análise de grande escala na Foz ou o exercício de comparação entre lugares, que, por exemplo, o texto de análise comparada (com Pedro de Almeida Vasconcelos) do Porto e Salvador da Baía retrata.

Um segundo domínio importante está associado às funções dos territórios. José Alberto Rio Fernandes deixa um legado importante na definição conceptual e metodológica que permite a análise territorial a partir das funções dos lugares. Numa primeira fase, que começa antes de concluir o seu doutoramento, centra-se no tema do comércio e na análise do papel que este desempenha na construção da cidade ou na forma como ajuda a explicar diferentes dinâmicas económicas, sociais e culturais. Ainda hoje reconhece a importância deste tema, coordenando um trabalho de observação regular (há cerca de 10 anos), que produz e trata informação sobre o comércio na Baixa do Porto, mapeando as suas transformações e analisando os fatores que têm contribuído para isso. No entanto, foi alargando o seu horizonte temático de intervenção, mantendo o denominador comum: análise do território a partir das suas funções,

baseando-se em informação detalhada e rigorosa. Exemplo disto são os trabalhos recentes de geografia urbana a propósito das transformações dos centros de cidade (a «nova vida») que levaram à produção de dois livros com Encarnação Sposito (Fernandes e Sposito, 2013; Sposito e Fernandes, 2018) (a propósito dos quais se promove um interessante debate sobre os centros das cidades, tendo havido sessões em Lisboa e no Porto com a presença dos presidentes de câmara de então, António Costa e Rui Moreira, respetivamente), que tiveram como objeto a transformação associada ao crescimento da atividade turística e em particular do alojamento local. Organiza também, com Fernanda Cravidão e Márcio Valença, dois livros dedicados aos desenvolvimentos urbanos e regionais neste período (Cravidão *et al.*, 2012; Valença *et al.*, 2013).

Por fim, José Alberto Rio Fernandes deixa grandes contributos em matéria de desenvolvimento de base espacial, analisando várias questões associadas ao urbanismo, governação urbana ou desenvolvimento local (Fernandes *et al.*, 2016, 2020; Fernandes, 2006a, 2007, 2012; Fernandes e Seixas, 2018). Coordena e participa em numerosos trabalhos técnicos e aplicados, em várias escalas e em temas diversos, passando pelo planeamento dito «tradicional» (plano diretor municipal, plano geral de urbanização e plano de pormenor) até exercícios mais estratégicos e – sempre – com uma grande valorização da participação cidadã e institucional, domínio em que se revela um grande impulsionador. Neste quadro, realiza várias iniciativas em contexto municipal e regional, urbano e rural, a que soma uma grande quantidade e diversidade de experiências em urbanismo comercial, reabilitação e regeneração urbana, valorização de património e articulação estratégica, entre outros. Em simultâneo, coordena a edição de um *Dicionário de Geografia Aplicada* com Lorenzo Trigal e Eliseu Sposito (Fernandes *et al.*, 2016), correspondendo a uma necessidade de sistematização e organização de vários geógrafos, investigadores e técnicos de planeamento.

Em todos os domínios, destaca-se por uma grande facilidade de articulação com outras disciplinas científicas e entre a dimensão mais teórica do conhecimento e a sua aplicação prática, defendendo e promovendo a utilidade social da ciência e em particular da Geografia, ao mesmo que tempo que sustenta a vantagem para a docência e a investigação da incorporação das aprendizagens provenientes da imersão em trabalho aplicado.

Justiça espacial e intervenção social

Ao longo da sua carreira académica e profissional, como professor, investigador e planeador, envolveu-se em variados debates, dando prioridade a questões de política e gestão urbana, assim como de análise e reflexão em torno de temas fundados essencialmente na justiça social e espacial. Em muitos textos e intervenções, sobretudo enquanto técnico, formador e político (inclusivamente, como militante partidário), José Alberto Rio Fernandes sublinhou com regularidade a relevância de reduzir a importância do lugar enquanto condicionador do desenvolvimento pessoal e coletivo. É, aliás, com esse propósito, que, ainda jovem, se inscreve como membro de um par-

tido político, para contribuir no combate às desigualdades e para participar na discussão de opções, tendo em vista o desenvolvimento. Por isso, de uma forma geral, podemos afirmar que o seu pensamento sobre o território é assente em três diferentes (mas próximas) abordagens teóricas: possibilista (porque considera que o lugar importa e todos são diferentes), humanista (porque cada um pode fazer a diferença) e radical (sobretudo no que esta abordagem tem de denúncia e valorização do debate público aberto, algo que nunca abandonou no seu percurso de vida).

É muito influenciado por vários autores, essencialmente da escola inglesa, nomeadamente por Sir Peter Geoffrey Hall (1932–2014), que também era um académico, planeador e investigador, e por quem nutre uma enorme admiração pela qualidade e volume do legado que deixou, em particular em obras como: *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century* (1988), *Cities in Civilization: Culture, Technology, and Urban Order* (1998) ou *Good Cities, Better Lives: How Europe Discovered the Lost Art of Urbanism* (2013), onde, entre muitas outras dimensões, aprendeu a valorizar o tempo como uma componente fundamental para compreender o espaço e o futuro dos lugares. Entre outros autores de língua inglesa, Harold Carter (1925-2017), David Harvey (1935), Patsy Healey (1940) ou Edward Soja (1941-2015) foram fundamentais na consolidação do seu entendimento sobre a geografia urbana e são recorrentemente citados nas suas publicações técnicas, científicas e académicas. No que aos autores portugueses diz respeito, o volume de citados e de influências é vasto, destacando-se quatro nomes fundamentais: **Teresa Barata Salgueiro** (1948), a que mais cita, e de quem é companheiro mais novo em vários projetos e encontros científicos, **Jorge Gaspar** (1942), que considera como uma grande referência da Geografia nacional, e **João Ferrão** (1952), que muito admira e de quem se torna amigo. Há, depois, José Manuel Pereira de Oliveira (1928-2006), que teve como orientador de Mestrado e Doutoramento. Com ele partilhava o gosto pela geografia urbana e pela cidade do Porto e sob sua orientação desenvolve trabalho no já referido Gabinete de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal do Porto, exercício que foi fundamental para a sua vida profissional, política e académica, quer pelas experiências intelectualmente enriquecedoras que teve oportunidade de ali viver, quer pela rede de contactos que estabeleceu com colegas e consultores do GPU (Teresa Andresen, António Carlos Coelho, Tomaz Ponce Dentinho, Marisa Lavrador, Isabel Sousa Lobo, José Dinis Machado, José Manuel Patrício Martins, Victor Mogadouro, Fernanda Órfão, Teresa Teles, José Manuel Viegas, Adriano Zilhão, ...), quer ainda pela compreensão mais clara do papel do geógrafo no planeamento.

É no âmbito dessas discussões em torno do Plano Geral de Urbanização do Porto, que a sua ligação à geografia comercial se consolidará quando se apercebe que a economia, e em particular o comércio, era pouco valorizada na estratégia de planeamento urbano, por oposição a uma visão demasiado objetivada pela forma e pelos fluxos. Isso explica que o seu Doutoramento (de 1993), publicado pelo Arquivo Histórico do Porto, com o título *Porto: cidade e comércio* (Fernandes, 1997), verse sobre as dinâmicas comerciais da cidade do Porto, no tempo e no espaço. Num segundo momento, será também pela via do comércio que terá uma importante intervenção pública, assumindo um papel fundamental na introdução do Urbanismo Comercial em Por-

tugal. Em colaboração com Carlos Ribeiro, professor na Escola de Comércio do Porto, concretiza para a Câmara Municipal de Matosinhos o primeiro estudo final em Portugal para a implementação de Urbanismo Comercial, para a rua Brito Capelo, no âmbito do ProCom (programa de modernização de comércio), inspirado em experiências semelhantes na Bélgica e na França. Depois dessa experiência, desenvolveram-se mais de uma centena de projetos no mesmo âmbito, em vários casos com a presença de outros geógrafos, dando lugar, por parte de José Alberto Rio Fernandes, à publicação de alguns artigos científicos (Fernandes, 2006b; Fernandes e Chamusca, 2014; Fernandes *et al.*, 2015; Kärholm *et al.*, 2017), relatórios e apresentações em congresso, incluindo a representação portuguesa em Paris, aquando da Presidência Francesa da Comissão Europeia, para reunião sobre o urbanismo comercial.

Entre os muitos debates em que participou ou promoveu, na academia e fora dela, um pouco por toda a parte, em auditórios, cafés e até na rua, ou nas suas múltiplas intervenções escritas, nomeadamente no *Jornal de Notícias* (onde, até meados de 2022, tinha escrito mais de 450 textos semanais), os temas foram variados, de forte componente espacial, mas eminentemente ligados aos problemas e dinâmicas urbanas. Há, todavia, duas imagens que lhe estão muito associadas, por via da sua exposição pública ou pelo protagonismo que lhe foi atribuído por determinados políticos ou figuras da cidade e do país, a partir de textos publicados em jornais, em revistas científicas, ou em intervenções que teve em debates.

Uma dessas imagens é a do Porto enquanto um dónute urbano. Ao longo dos anos 90 do século XX e no princípio do século XXI, o Centro do Porto era visto como um espaço em perda demográfica, envelhecido, pejado de um comércio pobre, abandonado ou anacrónico, somando vários problemas de dinâmica económica e social. À sua volta, contudo, nos concelhos limítrofes do Porto, os espaços revelavam grande dinamismo, com a abertura de centros comerciais e crescimento demográfico. É nesse sentido que a imagem do dónute (vazio no meio e cheio na envolvente) é explorada por José Alberto Rio Fernandes (Fernandes, 2011; Fernandes e Vasconcelos, 2002), propagando uma ideia que terá partido de alguns autores americanos, nomeadamente para Baltimore, e que também já se encontrava disseminada em muitos textos de autores franceses.

Uma segunda imagem é a da turistificação do Porto ou, como ironicamente José Alberto Rio Fernandes o identificou, o «PTC – Processo de Turistificação em Curso», muito presente na segunda década do século XXI, nas duas maiores cidades portuguesas: Lisboa e Porto. Porque, depois do dónute, os centros do Porto e de Lisboa viveram um crescimento aceleradíssimo do alojamento local, visto por alguns como exagerado, porque torna os lugares muito dependentes do turismo, fragilizando-os perante algum acontecimento externo que afete essa atividade (facto que a Covid-19 veio confirmar). Para além desta questão, a reabilitação, regeneração e renovação do edificado causou impactos significativos na imagem destas cidades, colocando em causa questões de identidade do lugar, num processo que permitiu a produção de um conjunto de reflexões em vários artigos (Carvalho *et al.*, 2019; Chamusca *et al.*, 2019; Fernandes *et al.*, 2018a; Gusman *et al.*, 2019) e projetos científicos, mas também em três livros sobre a Airbnb, dedicados ao Porto, a Lisboa e a Portugal em geral, publicados em 2018 e 2019 (Fernandes *et al.*, 2018b, 2019a, 2019b).

Para além destas duas imagens fortes, ficou também associado a duas outras questões muito polémicas e de enorme debate público como são as do desequilíbrio entre a parte ocidental e a parte oriental do Grande Porto, pelo prejuízo deste último na visibilidade pública e na intervenção concreta; e na defesa da manutenção da imagem da Avenida dos Aliados, aquando das grandes obras do princípio do século XX, que pretenderam apagar a herança de Barry Parker (autor do projeto da avenida, na segunda década do século passado, e que foi, a par de Raymond Unwin, um dos braços direitos de Ebenezer Howard, o criador do conceito de «cidade-jardim»). Esta polémica levou-o a apontar aquilo que considera ser um problema grave das cidades portuguesas: a ausência de cultura de urbanismo.

Em todas as intervenções públicas tem procurado defender, promover e valorizar o papel da Geografia e dos Geógrafos. Tem sido especialmente bem-sucedido nesse domínio, provando através de ações várias e duma constante afirmação do conhecimento geográfico, das suas metodologias e da sua utilidade social, que a Geografia importa!

Bibliografia fundamental

- Fernandes J A R (1989) *A Foz: entre o rio, o mar e a cidade*. Porto, Juntas de Freguesia de Nevogilde e Foz do Douro/Associação de Cultura e Turismo da Foz - O Progresso da Foz.
- Fernandes J A R (1997) *Porto: cidade e comércio*. Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- Fernandes J A R (2011) Area-based initiatives and urban dynamics. The case of the Porto city centre. *Urban Research & Practice*, 4(3): 285-307.
- Fernandes J A R (2018) *Olhares, Visões e Paixões de um Geógrafo*. Porto, Book Cover.
- Fernandes J A R (org.) (2020) *Geografia do Porto*. Porto, Book Cover.
- Fernandes J A R, Carvalho L, Chamusca P, Mendes T (2018b) *O Porto e a Airbnb*. Porto, Book Cover.
- Fernandes J A R, Carvalho L, Chamusca P, Mendes T (orgs.) (2019a) *A Airbnb em Portugal*. Porto, Book Cover.
- Fernandes J A R, Carvalho L, Chamusca P, Mendes T, Gago A (2019b) *Lisboa e a Airbnb*. Porto, Book Cover.
- Fernandes J A R, Chamusca P (2014) Urban policies, planning and retail resilience. *Cities*, 36: 170-177.
- Fernandes J A R, Ferrão J, Malheiros J, Chamusca P (2021) Geography as a Social Science in Portugal. In R C Lois-González (ed.) *Geographies of Mediterranean Europe*. Cham, Switzerland, Springer: 15-37.
- Fernandes J A R, Marques H, Martins L P (1984) O aglomerado urbano de Gondomar: áreas de expansão preferencial. *Humanidades: Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas*, 4: 61-85.
- Fernandes J A R, Sposito M E B (orgs.) (2013) *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*. Porto, FLUP/CEGOT.
- Fernandes J A R, Teles F, Chamusca P, Seixas J (2020) The power of the cities and the power in the cities: a multiscale perspective from Portugal. *Boletín De La Asociación De Geógrafos Españoles*, 87.
- Fernandes J A R, Trigal L L, Sposito E (2016) *Dicionário de Geografia Aplicada: terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território*. Porto, Porto Editora.
- Fernandes J A R, Vasconcelos P A (2002) Porto e Salvador: as proximidades de dois percursos históricos distintos. *O Tripeiro*, XXI(8): 228-254.

Marques H, Fernandes J A R, Martins L P (1990) *Porto: percursos nos espaços e memórias*. Porto, Edições Afrontamento.

Referências secundárias

- Carvalho L, Chamusca P, Fernandes J A R, Pinto J (2019) Gentrification in Porto: floating city users and internationally-driven urban change. *Urban Geography*, 40(4): 565-572.
- Chamusca P, Fernandes J A R, Carvalho L, Mendes T (2019) The role of Airbnb creating a «new»-old city centre: facts, problems and controversies in Porto. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 83: 1–30.
- Cravidão F, Fernandes J A R, Valença M M (eds.) (2012) *Regional and urban development's in Portuguese-speaking countries*. Nova Science Pub Inc, UK ed.
- Fernandes J A R (1992) O comércio e a cidade do Porto: transformações recentes, tendências e perspectivas. *Sociedade e Território*, 17: 19-25.
- Fernandes J A R (2006a) L'urbanisme commercial et la crise du commerce indépendant et du centre-ville au Portugal. *Sud-Ouest Européen*, 20: 107-114.
- Fernandes J A R (2006b) Reestruturação da administração territorial portuguesa: o duplo centralismo em busca de escalas intermédias. *Xeográfica*, 6: 95-113.
- Fernandes J A R (2007) Planeamento territorial à escala local: contextos, experiências e propostas (vistos desde o Norte de Portugal). *Eixo Atlântico*, 11: 55-75.
- Fernandes J A R (2012) Políticas públicas e urbanismo no tecido antigo das cidades europeias. *Cidades*, 9(6): 118-143.
- Fernandes J A R, Carvalho L, Chamusca P, Pinto J (2018) Gentrification in Porto: problems and opportunities in the past and in the future of an internationally open city. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 15: 177-198.
- Fernandes J A R, Chamusca P, Bragança P, Formigo N, Marques H, Silva Â (2016) Aldeias de montanha: os problemas, as perspectivas e as propostas, vistos desde as serras da Aboboreira, Marão e Montemuro, no Noroeste de Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 9: 113-137.
- Fernandes J A R, Chamusca P, Frago L, Gasnier A, Kärrholm M, Pujol C (2015) Time policies, urban policies and planning. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 7: 129-157.
- Fernandes J A R, Seixas J (2018) Cities and urbanization in democratic Portugal. *Méditerranée*, 130.
- Gusman I, Chamusca P, Fernandes J A R, Pinto J (2019) Culture and Tourism in Porto City Centre: Conflicts and (Im)Possible Solutions. *Sustainability*, 11(5701): 1-21.
- Hall P (1988) *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*. Oxford, Basil Blackwell.
- Hall P (1998) *Cities in Civilization: Culture, Technology, and Urban Order*. New York, Pantheon.
- Hall P (2013) *Good Cities, Better Lives: How Europe Discovered the Lost Art of Urbanism*. London, Routledge.
- Kärrholm M, Barata-Salgueiro T, Soumagne J, Fernandes J A R, Chamusca P (2017) Time-space complexity and the opening hours of commerce: a study of four European cities. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 12: 153-177.
- Sposito M E, Fernandes J A R (orgs.) (2018) *Brasil e Portugal vistos desde as cidades. As cidades vistas desde o seu centro*. São Paulo, Cultura Acadêmica.
- Valença M M, Cravidão F, Fernandes J A R (eds.) (2013) *Urban development's in Brazil and Portugal*. Nova Science Pub Inc; UK ed.

20. José Eduardo Franco

Paula Carreira

Ser pessoa, ou dos caminhos de um *trânsfuga*

Corria o ano de 1419 quando os navegadores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira desembarcaram pela primeira vez na Ilha da Madeira, mais concretamente na praia da que veio a ser apelidada de Vila de Machico. Apesar da incerteza da origem do topónimo, o certo é que Machico realiza simbolicamente o início do empreendimento da globalização em português, ao ser simultaneamente um espaço de descoberta (o primeiro da Madeira) e um ponto de partida (a Madeira viria a ser a plataforma atlântica da estratégia expansionista do reino). Segundo Jerónimo Dias Leite, clérigo madeirense do século XVI que escreveu o *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*, uma espécie de proto-história do território, a Vila de Machico «ainda que seja pequena e de poucos vizinhos, é muito bem assentada, alegre, de muitas hortas e pomares, situada no meio de uma Ribeira tão fresca como soberba, por ser muito espaçosa, amena e caudalosa» (Leite, 2016: 46). Foi precisamente nesta paisagem local de um outro tempo que nasceu José Eduardo Franco, a 17 de fevereiro de 1969, numa noite tempestiva e tempestuosa de Entrudo, num contexto familiar invulgar, que o viria a talhar e a dar forma. Como o próprio revela, numa autobiografia publicada no *Jornal de Letras* em agosto de 2013, foi no avô materno que conheceu uma figura paternal, já que o pai era emigrante na América Latina e, por isso, ausente para sustento da família em Portugal. Este avô inicia-o nas lides do campo (agricultura e pecuária), que o vão acompanhar ao longo da vida na Madeira, estabelecendo sempre um duro equilíbrio entre a escola e a realidade doméstica, que o integra no contexto rural daquela pequena localidade socializada e atravessada por uma ribeira, cujas estreitas águas ainda hoje acusam uma severidade muitas vezes trágica, quando espessadas pelas prolixas chuvas que as fazem transbordar e arrastar o que o vigor natural, assim fortalecido, lhes permite. Com propriedade nos recorda José Eduardo Franco que o primeiro brinquedo que recebeu foi precisamente uma enxada à sua medida, objeto útil que revela o pragmatismo do

labor do campo, que exerceu desde tenra idade, e a necessidade quotidiana em participar das tarefas familiares. Do avô paterno, professor primário que viu as suas fazendas e uma mercearia destruídas pela cheia de 1956, o que o arrastou para uma situação dramática de dependência da Santa Casa da Misericórdia, acolheu um sonho, o sonho de vir a ter um neto que gostasse de livros. Um sonho inusitado, mas não menos ambicioso se se tiver em conta a aspereza da paisagem escarpada onde José Eduardo Franco se tornou pessoa. Foi, porém, na mãe que conheceu o maior incentivo para prosseguir os estudos. Figura basilar e presente, percebia com uma lucidez incomum à época que só pela via dos estudos é que os filhos podiam alcançar uma verdadeira mudança, que lhes permitisse saírem e expandirem-se para lá da ilha. Entre a distração e o sonho, de que a professora primária dava conta nas suas avaliações, José Eduardo Franco desenvolveu um verdadeiro amor pelos livros, que devorava, e uma resiliência, como que teimosia benigna, que o levou a perseguir caminhos perfeitamente improváveis dado o ambiente social, económico e geográfico em que cresceu. José Eduardo Franco é hoje historiador e um dos mais reconhecidos especialistas da cultura portuguesa não apesar de, mas porque nasceu naquele pequeno território de Machico.

Ingressou no primeiro curso de Humanidades que a Faculdade de Filosofia de Braga abriu no Funchal, curso esse que acabou por não concluir, partindo para o Seminário de Alfragide dos Dehonianos com 17 anos. Ao longo de oito anos, foi-se formando nesta congregação e conhecendo outros seminários em localidades diversas, não resistindo aos apelos seculares, que o levaram a casar e a constituir família. O seu percurso académico é particularmente relevante e demonstra a voracidade pelo conhecimento que já denunciava em desde cedo. Em 1995, licenciou-se em Teologia na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, onde defendeu a tese de licenciatura subordinada ao tema *Teologia e Utopia em António Vieira*. Dois anos depois, obteve o primeiro grau de Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, com a dissertação *Brotar Educação – Análise da Evolução do Pensamento Pedagógico da Revista Brotéria*. Este trabalho foi posteriormente publicado pela Roma Editora (Franco, 1999), sendo reconhecido por Manuel Ferreira Patrício como um estudo de referência e «surpreendentemente elucidativo do grande e qualificado esforço levado a cabo» (Patrício, 2003: 122). Em 1999, terminou mais um mestrado, desta vez em História Moderna, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o tema *A Ideia de Portugal em Fernando Oliveira: Posicionamentos em torno da Crise Sucessória de 1580*, que resultou numa nova publicação (Franco, 2000). Cinco anos passados, em 2004, concluiu o doutoramento na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, na área de História Moderna e Contemporânea, com a tese *O Mito dos Jesuítas em Portugal – Séculos XVI-XX*, que marcará indelevelmente o seu perfil enquanto historiador e investigador. Logo no ano seguinte, em 2005, foi-lhe concedida equivalência ao grau de Doutor, na especialidade de Cultura, pela Universidade de Aveiro. Entre 2004 e 2009, realizou o pós-doutoramento sobre *A Ideia de Europa na Cultura Portuguesa*. Em 2012, obteve o título de Agregação em História pela Universidade de Lisboa.

Ao longo da sua carreira, tem exercido funções docentes em várias Universidades, nomeadamente na Universidade de Paris Panteón-Assas, como Professor Visitante, e na Universidade de São Paulo, a Universidade de Chemnitz, a Universidade de Santiago de Compostela, Universidade do Estado de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade de Alcalá de Henares e a Universidade Federal de Sergipe, como Professor Convidado no âmbito de projetos inter-universitários e intercâmbios. Contudo, é como investigador, historiador e especialista em cultura portuguesa que José Eduardo Franco se tem notabilizado e consolidado. Nesse contexto, destacamos o cargo de diretor do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que exerceu entre 2012 e 2015, e de diretor da Cátedra Convidada FCT/Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, entre 2017 e 2020.

Atualmente, é Investigador Coordenador com equiparação a Professor Catedrático da Universidade Aberta e diretor da Cátedra CIPSH de Estudos Globais na mesma universidade.

Entre o local e o global, a glocalização dialogante da cultura portuguesa

O percurso de vida de José Eduardo Franco é indissociável do seu perfil de investigador. Esta afirmação, que poderia ser tida como redutora, reflete, em nosso entender, de forma objetiva a avassaladora capacidade deste pensador em perscrutar caminhos e encetar trajetos inusitados, mas absolutamente prementes para a cultura portuguesa – aliás, duplamente prementes, não só pela relevância que o seu trabalho representa para a área de estudos em que se move, mas também porque, em alguma medida, o seu contributo se situa num espaço que, antes de ele o indagar, não havia ainda a consciência da necessidade e importância da sua abordagem. **Miguel Real** refere-se a José Eduardo Franco como um «arqueólogo da cultura» (Real, 2006: 38), uma expressão que designa bem a habilidade de ver profundamente e revelar profusamente que podemos notar ao longo da obra e pensamento do autor madeirense.

Historiador de formação, a abordagem de José Eduardo Franco caracteriza-se pela interdisciplinaridade, que extravasa um único campo epistemológico para resultar em reflexões mais complexificantes e integradoras (ver Manso, 2014, 2016). Tendo como ponto de partida a cultura portuguesa, o autor estabelece diálogo com outras culturas num sentido mais global, relevando maior destaque para a europeia. Com efeito, parece-nos adequado referir que o pensamento de Eduardo Franco se move em dois sentidos complementares: i) dentro-fora: de um ponto local, mais delimitado e restrito (habitualmente Portugal ou territórios mais circunscritos do país, como a Madeira), para uma rede de fuga global (a Europa, mas também os países de língua portuguesa e/ou por onde passou a expansão portuguesa); ii) fora-dentro: de uma cultura diversificada mundial para um cultura específica e localizada no tempo e no espaço, como é a portuguesa. Estes dois movimentos propiciam um diálogo fértil que permite compreender de forma mais completa e problematizante a realidade cultural de um determinado povo ou grupo, que não se pode entender sem a relação com um

outro que o identifica, confronta, complementa e com o qual se espelha ou é espelhado. A história a partir da lente de José Eduardo Franco afasta-se das visões simplificadoras e minimizadoras da investigação tópica e autocentrada para se concretizar em hermenêutica de investigação complexa, aberta e transdisciplinar (ver Manso, 2014, 2016). Seguindo este fito orientador, o autor dedicou-se à desconstrução de ideias acriticamente enraizadas que, não raras vezes, se tornaram mitos fundadores de leituras dicotômicas e radicais, numa perspetiva que procura compreender um determinado fenómeno no tempo e espaço em que ocorreu, estabelecendo e refletindo sobre as influências que esse mesmo fenómeno teve ou continua a ter em períodos posteriores e espaços diversos (Franco, 2016a). Neste sentido, o grande primeiro resultado de investigação aturada, levada a cabo durante o seu doutoramento em França, deu origem a uma obra de referência sobre a Companhia de Jesus, publicada em português pela Gradiva, sob o título *O Mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil, Séculos XVI-XX* (2 vols.) (Franco, 2006-2007), e em francês através da colaboração entre o *Centre de Recherches Historiques – EHES*, Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa e a Editora Arkê, com o título *Le Mythe Jésuite au Portugal, au Brésil, en Orient et en Europe (XVI^e-XIX^e Siècles)* (Franco, 2008). Aqui, o autor dedica-se a desvendar o fito ideológico que levou à construção da máquina de propaganda pombalina, instigada a demarcar uma determinada visão negra de um Outro, neste caso o jesuíta, tendo como chave de leitura explicativa a causalidade diabólica, na ótica de Leon Poliakov, que atribuía aos inicianos a origem de todo o tipo de degenerescências que assolavam as diversas instituições nacionais (ver também Franco e Rita, 2002; Franco e Vogel, 2004). Na verdade, o Iluminismo português foi exímio em criar visões polarizadas, não fosse esta época das luzes o momento antitético por excelência, construindo os seus mitos luminosos e remetendo para as sombras daí resultantes os que não se enquadravam naquele jogo de cores. Por outro lado, o interesse sobre a história da Companhia de Jesus e dos seus diversos atores corresponde a um dos campos de trabalho mais fértil do autor (Franco e Cabanas, 2015; Franco e Fiolhais, 2016; Franco e Tavares, 2021).

A característica de José Eduardo Franco em desmontar estereótipos para uma leitura compreensiva e extensiva da história levou-o a dirigir um projeto absolutamente original, que conheceu um primeiro epílogo com a publicação do *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo* (Franco, 2018). Em entrevista ao *Diário de Notícias* em 11 de dezembro de 2018, o autor usa uma imagem descritiva para exemplificar aquilo que entende por «cultura em negativo»:

É como se entrássemos numa casa, a casa da cultura portuguesa, e deparássemos com um cenário inquietante, com os móveis de pernas para o ar, os armários virados do avesso, as partes menos arrumadas e sujas à vista de todos; ou como se acordássemos de manhã e vissemos no espelho as imagens que têm de nós os outros que menos nos querem e apreciam; ou ainda, como se recebêssemos a nossa biografia negativa, uma narrativa produzida por aqueles que nos detestam⁷⁵.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/dicionario-dos-antis-mostra-a-cultura-portuguesa-vista-pelo-olhar-adversario-10306131.html>.

Porém, habituados à visão complexificante e englobante de que o autor não abdica, percebemos que estes «antis» não configuram correntes de pensamento simplesmente negativas, no sentido de destrutivas, mas muitos deles significaram lutas contra um determinado poder ou ideário vigente, por vezes abusivo, e cuja exposição do movimento contrário levou a ganhos históricos ímpares (p. ex. «antiesclavagismo» ou «antirracismo»). Esta plasticidade intelectual, porque verdadeiramente congregadora e integrante, que se encontra sempre no trabalho de investigação de José Eduardo Franco converge no contributo irrepreensível do historiador madeirense para o estudo das culturas, em geral, e da portuguesa, em particular, não descurando a problematização do próprio conceito de cultura (Franco, 2019). De referir que este projeto, que tem em Portugal um ponto geográfico delimitado, partiu já para outros territórios, de que é exemplo o Brasil, que viu em 2021 a publicação do seu *Dicionário dos Antis: A Cultura Brasileira em Negativo*.

Mais recentemente, José Eduardo Franco tem desenvolvido projetos no âmbito dos estudos globais, de que destacamos *Portugal em Jogo de Espelhos*, que coordena com Fátima Vieira, e a *História Global de Portugal*, que dirigiu com Carlos Fiolhais e José Pedro Paiva. O primeiro procura compreender, num movimento inicial, a visão que Portugal tem de si próprio, ou melhor, de que forma as diferentes regiões do país se reveem ou confrontam com o próprio país (p. ex. «Portugal segundo o Alentejo», «Portugal segundo a Madeira», etc.), e, num segundo momento, qual a visão que o Outro tem de Portugal (p. ex. «Portugal segundo o Brasil», «Portugal segundo os EUA», etc.). Os coordenadores procuram mapear, assim, os diferentes afetos que concorrem para a conceção de uma determinada ideia de Portugal em diálogo e por contraste. Já a *História Global de Portugal* toma como premissa aquilo a que hoje corresponde geograficamente ao território português para escrutinar a maneira como se foi construindo este espaço, desde a Proto-História à atualidade, através do estabelecimento ou passagem de povos que aqui deixaram uma marca e da relação que este mesmo espaço manteve com um mundo globalmente entendido. Esta obra sintetiza em grande medida a visão glocalizada que José Eduardo Franco tem vindo a estabelecer, ao fazer confluír os dois movimentos de dentro-fora-dentro que já tivemos ocasião de expor (Franco, 2015, 2016c).

De salientar ainda a publicação em curso, que coordena, do *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, que procura sistematizar em dez volumes o conhecimento sobre o arquipélago, integrado no âmbito do estudo das culturas insulares. Pretende-se, assim, dar a conhecer um património circunscrito, promovendo investigação científica em diversas áreas do saber (desde a história à biologia, das ciências marinhas à educação, da geografia à engenharia, entre outras), e compreender o papel que aquele espaço geográfico, físico e humano teve e tem para a história portuguesa e internacional.

Em 2020, José Eduardo Franco publicou pela Temas e Debates aquilo a que podemos apelar de ponto de chegada à data de boa parte da reflexão que encetou durante o seu percurso académico (Franco, 2011a, 2011b). Com o título expressivo de *A Europa ao espelho de Portugal: Ideia(s) de Europa na Cultura Portuguesa*, o autor debruça-se sobre o que é hoje a utopia do projeto europeu e o que ele representa para Portugal, partindo de uma leitura do passado, para compreender o presente e projetar o

futuro. Mais do que espaço geograficamente localizado, a Europa é «uma constelação simbólica», «mitificada na sua gênese, híbrida na sua configuração identitária enquanto recetáculo de múltiplas influências» (Franco, 2020: 17). Ora, «Para o caso concreto da cultura portuguesa, a Europa é mais do que uma configuração geográfica na qual Portugal participa. Ela assume dimensões várias de significação que têm funcionado para nós como palco, espelho, meta, mito e utopia» (Franco, 2020: 28). É precisamente a partir destas dimensões multimodas que José Eduardo Franco traça o perfil identitário de Portugal (e da Europa enquanto integrante e participante), não deixando de apontar as fragilidades, mas também as potencialidades únicas e históricas do projeto europeu. Como afirma **Miguel Real**:

Para o autor, na Europa atual reside a concretização histórica da “utopia” da modernidade e da contemporaneidade, resgatando, de certo modo, a *Respublica Christiana* medieval, sendo esta a tentativa de continuidade da *Pax Romana*. Assim, sob e sobre as suas evoluções e involuções internas, a aparente fragmentação nacionalista e a bifurcação religiosa da modernidade e a revolucionária industrialização contemporânea, persiste uma continuidade espiritual de que resulta tanto o rosto histórico da Europa como a sua atual criação enquanto Comunidade Europeia (Real, 2020: 32).

Solidarizar a Academia para uma democratização da cultura

Enquanto historiador, a intervenção de José Eduardo Franco enquadra-se naturalmente na Academia, não só porque aí intervém enquanto investigador aturado e consistente, com uma obra vasta e diversa, mas também porque procura cumprir o verdadeiro desígnio das instituições universitárias: ser centro universal, convergente e difusor do conhecimento com vista à construção de uma sociedade mais instruída, crítica, consciente que permita consolidar a democracia e democratizar a cultura.

Na autobiografia já citada, não deixa margem para dúvidas sobre a linha de ação com que se rege e estabelece prioridades:

Tenho-me atrevido a projetos arriscados e improváveis para cumprir um ideário urgente: contribuir para o trabalho de casa que ainda há para fazer na cultura portuguesa e criar trabalho científico para jovens investigadores. Editar de forma sistemática e crítica grandes fontes da literatura, da cultura e da política; preparar obras de referência, dicionários, enciclopédias sobre as nossas figuras maiores, períodos históricos, regiões e correntes que marcaram o país (Franco, 2013: 36).

Neste sentido, podemos afirmar que José Eduardo Franco é um autêntico homem de ação com vista à aquisição e divulgação de um conhecimento dinâmico, denso e multiprismático, que se concretiza segundo quatro «Is» essenciais: interdisciplinaridade, intergeracionalidade, interinstitucionalidade e internacionalidade. Ao longo da sua carreira, tem concebido, coordenado e realizado diversos projetos de grande fôlego, com a participação de centenas de investigadores nacionais e internacionais, nomeadamente o *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, editado pela Gradiva; a *Obra Completa do Padre Manuel Antunes*, em 14 volumes,

publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian; a *Obra Completa do Padre António Vieira*, que dirigiu com Pedro Calafate, em 30 volumes, editada pelo Círculo de Leitores (de salientar ainda diversos estudos críticos sobre este jesuíta, p. ex. Franco, 2016; Franco e Cabanas, 2008; Franco e Reis, 1997); as *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa*, que coordenou com Carlos Fiolhais, em 30 volumes, também pelo Círculo de Leitores; o *Dicionário dos Antis: A Cultura Portuguesa em Negativo*, em dois volumes, pela INCM. Estão ainda em curso diversos projetos sob a sua coordenação, donde destacamos a *Obra Completa de Fernando Oliveira*, em oito volumes, e a *Obra Completa do Marquês de Pombal*, que coordena com Pedro Calafate e **Viriato Soro-menho-Marques**, em 32 volumes.

A postura que tem assumido perante a investigação em Portugal é ainda, infelizmente, rara. A coragem de tentar romper com alguns feudos académicos, procurando reunir esforços em vez de alimentar cisões conferidoras de atavismos extemporâneos e debilitantes para a academia e para a cultura, outorga a José Eduardo Franco um contorno profundamente humanista e humanizante. Em artigo de opinião do *Diário de Coimbra*, João Relvão Caetano nota que «a uma extraordinária sensibilidade em relação à vida alia este madeirense de 44 anos uma raríssima capacidade de mobilização e ligação de pessoas para a realização de trabalhos muito inovadores no campo da cultura. O seu trabalho é tão essencial quanto generoso em relação aos outros. Como ele, todos trabalham em vista de um mesmo objetivo, ignorando divergências passadas ou presentes. O acompanhamento que faz de cada pessoa, conhecendo e respeitando o seu modo de ser, é inédito» (Caetano, 2014: 9). De forma simples, mas não menos significativa, refere Pinharanda Gomes (2008: 163) que Eduardo Franco é «um modelo de abertura e partilha». Saliente-se que projetos como o do *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal* configuram uma síntese do seu ideário enquanto homem de cultura: além da participação de centenas de investigadores de diversas áreas do conhecimento, esta obra distendeu, como nenhuma outra a nível nacional e internacional, o conceito de ordem à sua maior latitude. Num autêntico desfile democrático e equitativo, vemos elencadas num único tomo ordens religiosas (católicas, protestantes, hindus, budistas), esotéricas, maçónicas, honoríficas ou profissionais.

O atrevimento confesso do historiador de Machico concretiza-se ainda na intervenção ativa nos *media*, onde procura dar a conhecer os seus empreendimentos e as dificuldades que enfrenta na luta por conseguir levar ao grande público o conhecimento consolidado nas universidades por onde tem passado. Paradigma deste sentimento tenaz, mas por vezes frustrante, foi a entrevista que deu ao *Diário de Notícias* em 2017, quando procurava mecenas para apoiarem a edição da *Obra Completa Pombalina* (ver Silva, 2017). Em jeito de grito de revolta, afirmou que «enquanto for mais fácil em Portugal arranjar mecenas para financiar a música pimba do que para investigar o Marquês de Pombal, somos subdesenvolvidos».

Duplamente afoito e inquieto, não só porque procura uma abordagem diferente na sua investigação, mas também porque provém de uma conjuntura social e geográfica que podia ter sido castradora para a prossecução dos seus objetivos, o certo é que José Eduardo Franco não se resigna. Manuel Sérgio dá conta disso mesmo:

A José Eduardo Franco admiro-o pela pureza dos princípios e porque, num período de franco desenvolvimento das neurociências, das ciências cognitivas, aqui e além informadas por uma evolução paralela da fenomenologia e, sobre o mais, em que cada um de nós é pensado menos como cidadão e mais como consumidor – não deixa de pensar e de agir, como homem culto, quero eu dizer: como homem livre e libertador. E, por isso, à Razão acrescenta a Fé, para que possamos ver mais alto e mais fundo e não confundamos qualidade com quantidade (Sérgio, 2020: 108).

Como reconhecimento dos serviços prestados à Cultura e à Ciência, foi-lhe atribuída, em 2015, a Medalha de Mérito Cultural do Estado Português, o mais importante galardão atribuído pelo Governo Português. Numa circunstância em que a cultura é, muitas vezes, mais palavra ornamental de discursos esteticamente cativantes do que substância e forma modeladoras de uma sociedade democraticamente consciente e consciencializadora, José Eduardo Franco surge com uma autenticidade rara e uma tenacidade persistente que a sua obra e pensamento revelam, comprovam e legam.

Bibliografia fundamental

- Franco J E (1999) *Brotar Educação. A História da Revista Brotéria e da Evolução do Seu Pensamento Pedagógico*. Lisboa, Roma Editora.
- Franco J E (2000) *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Lisboa, Fundação Maria Manuela e Vasco Albuquerque d'Orey e Roma Editora.
- Franco J E (2006-2007) *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente*, 2 vols. Lisboa, Gradiva.
- Franco J E (2008) *Le Mythe Jésuite au Portugal, au Brésil, en Orient et en Europe (XVI^e-XIX^e Siècles)*. Paris/Lisboa/São Paulo, Centre de Recherches Historiques – EHESS/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa das Universidades de Lisboa/Editora Arkê.
- Franco J E (2011a) A percepção da Europa e a consciência de crise: Para refazer a utopia à maneira de Penélope. In E P Ferreira (coord.) *25 Anos da União Europeia*. Coimbra, Almedina: 291-298.
- Franco J E (2011b) O mito negro do século XVII: A idade de ferro portuguesa e a problemática da mitificação das idades. In M S Baêna, P A Loução (coords.) *Grandes Enigmas da História de Portugal*. Lisboa, Êsquilo: 255-281.
- Franco J E (2013) Autobiografia: José Eduardo Franco, um improvável homem de letras. *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*. 1118: 36.
- Franco J E (2015) Lusofonia e globalização: A possibilidade de refazer utopias. In M L Martins (coord.) *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia*. Famalicão, Húmus: 313-331.
- Franco J E (2016a) A História como constru(cria)ção: uma ciência entre a verdade e a ficção. In A Rita, F Cristóvão (coords.) *Fabricar a Inovação: O Processo Criativo em Questão nas Ciências, nas Letras e nas Artes*. Lisboa, Gradiva: 249-254.
- Franco J E (2016b) Compañía de Jesús: una orden de fronteras en las fronteras de las órdenes religiosas. El caso de la espiritualidad de la acción del jesuita António Vieira. In J L Betrán, B Hernández, D Moreno (eds.) *Identidades y Fronteras Culturales en el Mundo Ibérico en la Edad Moderna*. Bellaterra (Barcelona), Universidade Autònoma de Barcelona – Serviço de Publicações: 255-271.

- Franco J E (2016c) Da globalização à glocalização – Educar para uma globalização de rosto humano. Proposta de sete princípios para a utopia do mundo unido. *Brotéria*, 182(3): 271-282.
- Franco J E (2019) A ideia de cultura como expulsão: A morte como a última expulsão e o fim da cultura. Algumas notas para uma teoria da cultura. In IEAC-GO (org.) *A Morte: Leituras da humana condição*, vol. II. Lisboa, Paulinas: 249-261.
- Franco J E (2020) *A Europa ao Espelho de Portugal: Ideia(s) de Europa na Cultura Portuguesa*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Franco J E (dir.) (2018) *Dicionário dos Antís: A Cultura Portuguesa em Negativo*. Lisboa, INCM.
- Franco J E, Cabanas I M (2008b) *O Padre António Vieira e as Mulheres. O mito barroco do universo feminino*. Porto, Campo das Letras.
- Franco J E, Cabanas I M (2015) É Perigoso Sintetizar a Idade Média: Literatura Medieval e Interfaces Europeias na Obra de Mário Martins. Lisboa, Esfera do Caos.
- Franco J E, Fiolhais C (2016d) *Jesuítas, Construtores da Globalização: Uma História da Companhia de Jesus*. Lisboa, Correios.
- Franco J E, Reis B C (1997) *Vieira na Literatura Anti-Jesuítica*. Lisboa, Roma Editora/F. M. M. Albuquerque D'Orey.
- Franco J E, Rita A (2004) *O Mito do Marquês de Pombal: A Mitificação do Primeiro-Ministro de D. José I pela Maçonaria*. Lisboa, Prefácio.
- Franco J E, Tavares C (2021) New Christians, Converted Hindus, Jesuits, and the Inquisition. *Journal of Jesuits Studies - BRILL*, 8: 195-213.
- Franco J E, Vogel C (2002) *Monita Secreta: Instruções Secretas dos Jesuítas. História de Um Manual Conspiracionista*. Lisboa, Roma Editora.

Referências secundárias

- Caetano J R (2014) Jardins do Mundo. *Diário de Coimbra*, 4 de fevereiro.
- Gomes J P (2008) Coisas e loisas. *Nova Águia – Revista de Cultura para o Século XXI*, 2: 162-163.
- Leite J D (2016) *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha*. Funchal, Imprensa Académica.
- Manso A (2014) *Para uma Nova História da Cultura em Portugal: O contributo da obra de José Eduardo Franco*. Lisboa, CLEPUL.
- Manso A (2016) A demanda pelos mitos e as imagens na construção e afirmação de Portugal. Um excuro pela nova exegese de José Eduardo Franco. In A Rita, D V Maior (coords.) *Entre Mol-duras: Metamorfoses, nas Artes, nas Letras, nas Ciências*. Lisboa, Esfera do Caos: 91-107.
- Patrício M F (2003) A filosofia da educação em Portugal no século XX. In P Calafate (dir.) *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. V, t. 2: 71-134.
- Real M (2006) José Eduardo Franco: Um arqueólogo da cultura. *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 925: 38.
- Real M (2020) José Eduardo Franco: a “obsessão” pela Europa. *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1300: 32.
- Sérgio M (2020) A Europa ao Espelho de Portugal. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, 7: 97-111.
- Silva J C (2017) José Eduardo Franco: «Temos mecenas para a música pimba mas ignoramos o Marquês de Pombal». *Diário de Notícias*, 4 de dezembro.

21. José Mattoso

Pedro Martins⁷⁶

Percurso biográfico e institucional e intervenção cívica

Nascido em Leiria em 1933, José João da Conceição Gonçalves Mattoso pertence a uma família que se notabilizou noutros campos da cultura. Filho do professor liceal António Gonçalves Mattoso e sobrinho-neto do Bispo da Guarda José Alves Mattoso, ambos escritores de compêndios escolares de História e Geografia, José Mattoso é também sobrinho pela via materna do pintor modernista Lino António da Conceição. Por influência deste, cedo manifestou interesse pelas artes plásticas, em conjugação com um fascínio religioso que mais tarde o levou a aderir à vida monástica.

De facto, em 1950, com 17 anos, José Mattoso ingressou no mosteiro beneditino de Singeverga (Roriz, Santo Tirso), vindo a adotar o nome de Frei José de Santa Escolástica Mattoso. Porventura por influência da atividade profissional do pai, começou neste período a interessar-se e a realizar trabalhos no âmbito da história eclesiástica. Em 1957, com 24 anos, iniciou a licenciatura em *Sciences Historiques* pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Lovaina (Bélgica), tendo concluído a mesma três anos mais tarde, em 1960. Nessa altura começou a lecionar História da Igreja no mosteiro de Singeverga. Pouco tempo depois, sob a orientação do medievalista belga Léopold Genicot, iniciou o seu doutoramento em História Medieval pela mesma instituição, concluindo-o em 1966 com a tese *Le Monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200* (Mattoso, 1968). Entre 1968 e 1969 deu aulas de história eclesiástica no Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos do Porto e entre 1969 e 1970 no seu congénere lisboeta e na Faculdade de Teologia da Universidade Católica. Após divergências com a comunidade de Singeverga, tentou novas experiências monásticas em Lisboa e em Montserrat (Espanha) e estabeleceu contactos próxi-

⁷⁶ Gostaria de deixar o meu profundo agradecimento ao André Evangelista Marques (Instituto de Estudos Medievais), cujos contributos sobre a obra de José Mattoso foram essenciais para a escrita deste artigo, e que se disponibilizou prontamente para o comentar e corrigir em vários aspetos.

mos com figuras pertencentes ao chamado «catolicismo progressista», tais como Frei Bento Domingues, Nuno Teotónio Pereira e Maria de Lourdes Pintasilgo. No contexto da sua colaboração com o movimento de inspiração católica Graal no distrito de Portalegre, travou conhecimento com a sua futura esposa, passando ao estado laical em 1970 e pondo assim fim a vinte anos de dedicação à vida monástica.

Um ano depois, a convite da medievalista Virgínia Rau, José Mattoso começou a colaborar com o Centro de Estudos Históricos e a reger cursos como Professor Auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lecionou cadeiras de Antiguidade Oriental, Idade Média e de Metodologia da História, introduzindo perspectivas marxistas então condenadas pelo regime do Estado Novo. Depois da revolução de 25 de abril de 1974, tornou-se uma das figuras proeminentes do Departamento de História desta instituição. Constrangido pelas disputas políticas vividas neste período, em 1976 pediu a dispensa da docência e passou a dedicar-se exclusivamente à investigação, iniciando a edição crítica dos Livros de Linhagens. Em 1978 foi convidado pelo historiador António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, então responsável do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para aí reger cursos de Metodologia e Teoria da História e lecionar diversas cadeiras e seminários de temática medieval. Foi como catedrático (1979) nestas instituições, na quais respetivamente ocuparia o cargo de diretor (entre 1986 e 1988) e de vice-reitor (entre 1991 e 1995), que José Mattoso publicou grande parte da sua obra fundamental. Entre 1980 e 1981 lecionou também História Institucional e Política Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e entre 1993 e 1995 coordenou a cadeira de História do Ordenamento e Planeamento do Território no curso de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico. Na sequência da independência de Timor-Leste em 1999, foi professor no Seminário Maior de Díli e deu aulas no Curso de Literatura de Língua Portuguesa na universidade da mesma cidade. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 foi também convidado para lecionar ou proferir conferências em diversas universidades em Espanha, França e Itália.

O trabalho académico de José Mattoso tem-lhe granjeado uma série de prémios e distinções nacionais e internacionais: o Prémio de Ensaio do PEN Clube Português em 1986 pela sua obra *Identificação de um País*; o Prémio Pessoa em 1987, instituído pelo jornal *Expresso* nesse ano⁷⁷; o Prix Böhus-Szögyény, da Confédération Internationale de Généalogie et d'Héraldique, em 1991; a elevação a Grande-Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada em 1992; o «Troféu Latino», atribuído pela União Latina, em 2007; o Prémio de Cultura Árvore da Vida – Padre Manuel Antunes, do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, em 2019.

Para além da sua carreira académica e docente, José Mattoso desempenhou uma série de cargos marcantes nas áreas das ciências sociais e humanidades em Portugal. Entre 1988 e 1990 foi o primeiro presidente do Instituto Português de Arquivos e entre 1996 e 1998 foi diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Entre 2010 e 2011 presidiu ao Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

⁷⁷ Ver <https://expresso.pt/premio-pessoa/laureados/2010-10-30-Laureado-Premio-Pessoa-1987> ---Jose-Mattoso.

No campo da intervenção cívica, há também que assinalar o conjunto de palestras e conferências proferidas em inúmeros contextos não académicos, algumas das quais reunidas na obra *Levantar o Céu. Os labirintos da Sabedoria* (2012). Várias destas intervenções versam sobre temas e debates fundamentais do virar do século como o chamado «fim da história» e a crise das ideologias políticas, a globalização e as suas consequências económico-sociais, ou as alterações climáticas. José Mattoso foi ainda mandatário nacional da plataforma LIVRE/Tempo de Avançar às eleições legislativas de 2015 (Lopes, 2015).

Espaço, lugar e território

O espaço, o lugar e o território têm desempenhado um papel fundamental na obra de José Mattoso. Esta pode dividir-se em quatro momentos, ao longo dos quais o historiador tem dedicado um especial relevo ao espaço como agente social ao longo do tempo, nomeadamente na época na qual se notabilizou, a Idade Média.

Num primeiro momento, que corresponde sensivelmente à década de 1960 e à primeira metade da década de 1970, Mattoso debruçou-se sobre temas como o monasticismo e as famílias nobiliárquicas no Portugal medieval. Embora o espaço ainda não ocupe aqui a importância que adquirirá em fases posteriores da sua obra, ele está já presente em trabalhos como a sua tese de doutoramento, *A nobreza portugalense dos séculos IX a XI* (Mattoso, 1970a), *As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI* (Mattoso, 1970b), *Senhorias monásticas do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII* (Mattoso, 1975b) e *A nobreza de Entre-Douro e Minho na história medieval de Portugal* (Mattoso, 1975a). Nestes, o historiador confere uma notória ênfase aos domínios senhoriais pertencentes aos mosteiros e famílias nobres, nomeadamente na região de Entre-Douro-e-Minho, que mais tarde considerará o verdadeiro núcleo daquilo que ele designará como o «país senhorial». No último estudo, que constituiu uma comunicação apresentada no colóquio organizado pela Academia Portuguesa da História «Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal», Mattoso faz uma distinção clara entre os domínios senhoriais do «Norte» português, marcados pelo parcelamento fundiário e pelo autoconsumo, e os do «Centro» e «Sul», caracterizados pelo latifúndio e pela agricultura de produção. Para o historiador, a formação do reino português teria sido acompanhada por uma adaptação da nobreza nortenha às condições económicas e sociais oferecidas pelos territórios a sul (Mattoso, 1975a).

Num segundo momento da obra de José Mattoso, correspondendo de uma forma geral ao período entre a segunda metade da década de 1970 e o início da década de 1980, o espaço começa a adquirir maior preponderância nos seus trabalhos. Estudos como «A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial» (Mattoso, 1978), «As famílias nobres da região de Guimarães no século XIII» (Mattoso, 1981b) ou *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII* (Mattoso, 1982b) demonstram uma preocupação crescente com o fenómeno da «senhorialização», no qual o território é entendido como verdadeira matéria-prima dos senhorios medievais (ver também Mattoso, 1981a). É aqui patente a influência

do historiador espanhol José Ángel García de Cortázar, nomeadamente do seu segundo volume da *Historia de España Alfaguara* (1973), o qual, segundo o próprio Mattoso, explica o sistema senhorial numa «perspetiva de relações entre classes sociais e entre detentores dos meios de produção» (Mattoso, 1979: 163). De facto, as principais críticas de José Mattoso relativamente a uma interpretação errónea do papel do espaço e do território na época medieval dirigiam-se sobretudo aos seus congéneres. Num artigo de balanço da historiografia sobre a Idade Média produzida em Portugal datado de 1982, o historiador apontava, entre vários problemas, o facto de os medievalistas portugueses ignorarem em larga medida não apenas a oposição entre mundo rural e urbano, mas também entre a organização económica e social dos concelhos e a dos senhorios – em suma, o entendimento do território português «como um todo», sem variantes geográficas ou sociais (ver Mattoso, 1982a: 154-156, 1985).

Um terceiro momento, porventura o mais conhecido e com maior peso na historiografia nacional, é marcado pela publicação daquele que é frequentemente considerado o livro mais emblemático de José Mattoso, *Identificação de um País* (1985-1986)⁷⁸. Aqui, a ideia de espaço como agente histórico da formação do reino de Portugal atinge o seu apogeu. Fazendo uso dos estudos de Orlando Ribeiro (1911-1997), nomeadamente a sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), Mattoso estabelece uma «oposição» (precisamente o título do primeiro volume da obra) entre aquilo que ele designa como o «país senhorial» – correspondendo *grosso modo* à região que Orlando Ribeiro aponta como sendo o «Norte litoral» (o Entre-Douro-e-Minho, com alguns prolongamentos para sul e leste) – e o «país concelhio» – que corresponderia àquilo que Ribeiro considera o «Norte interior» e o «Sul mediterrânico» (separados pela Serra da Estrela)⁷⁹. Na introdução de *Identificação de um País*, chamada «O espaço e o tempo», Mattoso reconhece desde logo a influência do geógrafo, ao afirmar que se lhe deve «a formulação mais clara, mais completa e ao mesmo tempo mais elaborada da oposição entre o “Norte” e o “Sul” do território português» (Mattoso, 1995, vol. 1: 32). Na realidade, Mattoso estabelece um paralelismo entre as diferenças geográficas do território português e o mapa eleitoral nacional no período pós-25 de abril, numa perspetiva de estudo das «estruturas históricas» de «longa duração» influenciada pela historiografia dos *Annales*⁸⁰. Aqui, os trabalhos do medievalista francês Georges Duby, em particular o primeiro capítulo a sua obra *Guerriers et Paysans* (Duby, 1973: 13-40), são determinantes para se perceber a importância que Mattoso atribui à geografia física e humana no contexto da formação do território português. Para Mattoso, toda a história nacional, nas suas variantes política, económica, social e cultural, teria sido influenciada por esta «oposição espacial»: entre um «Norte» essencialmente montanhoso, mais populoso e emigrante, mas também mais conservador e menos permeável às influências estrangeiras; e um «Sul» essencialmente plano, menos povoado, mais permeável à influência de outras civilizações, mas

⁷⁸ Por indisponibilidade de consulta da primeira edição, citarei sempre a 5.^a edição, publicada pela Estampa em 1995.

⁷⁹ A mesma ideia surge na obra de José Mattoso publicada pela mesma altura, *O essencial sobre a formação da nacionalidade* (Mattoso, 1985).

⁸⁰ O primeiro capítulo da introdução é precisamente denominado «O tempo longo» (Mattoso, 1995, vol.

também mais dependente do comércio, menos autossuficiente, mas aparentemente mais «rico» (Mattoso, 1995, vol. 1: 33-34, 299).

Interessante notar que, muito antes de Orlando Ribeiro e José Mattoso, já outros autores haviam procurado caracterizar a história e a identidade nacional portuguesas através desta dicotomia entre «Norte» e Sul» (Sobral, 2004: 255-284). Nalguns casos – como o de José Leite de Vasconcelos (2007: 481, 503, 509-511) ou de António Pereira Cândido de Figueiredo (1903: 39-40) – ela reportava-se meramente a aspetos de cariz psicológico ou religioso, sendo a oposição entre um «Norte» cristão e um «Sul» de influência islâmica aqui determinante. Noutros – como o dos nortenhos Alberto Sampaio (1892: 125-141; 1899-1903: 100-101, 791; 1923: 371-425) e de Basílio Teles (1899: 22-23; 1901: 5-59) – esta dicotomia teria mesmo assumido contornos raciais, servindo para justificar não apenas a conquista do «Sul» pelo «Norte» durante o período de formação do reino português, mas também a suposta «decadência nacional» que se teria verificado mais tarde. No caso de Mattoso, esta dicotomia não justifica uma oposição violenta ou traumática, mas antes uma «uma relação harmónica ou complementar» entre o «Norte» e o «Sul» de Portugal, induzida pelas limitações económicas, tecnológicas e humanas destes dois territórios, e que propicia a coesão e o reforço de vínculos políticos entre eles (Mattoso, 1995, vol. 1: 35). Para Mattoso, o reino português surge assim numa relação de tensão, mas também de interdependência entre duas regiões singularmente diferentes. Como refere mais adiante em *Identificação de um País*, a expansão do território portugalense a partir do início do século XII teria sido acompanhada de uma expansão do regime senhorial, dominante no Norte litoral, que gradualmente foi influenciando os restantes territórios através da criação de poderosos senhorios em regiões onde a organização concelhia prevalecia. Isto sucedeu com maior facilidade nas regiões litorâneas do Centro, onde o solo era mais rico e onde era possível estabelecer mais gente (Mattoso, 1995, vol. 1: 299-300).

Um quarto momento no qual é observável o forte papel desempenhado pelo espaço na obra de José Mattoso é marcado pela publicação de duas obras de divulgação que alcançaram um notável sucesso.

A primeira e mais conhecida, a *História de Portugal* (1993-1994) por ele dirigida, nomeadamente os dois primeiros volumes por ele coordenados (*Antes de Portugal*, 1993a; *A Monarquia Feudal*, 1993b), retoma alguns dos temas queridos à historiografia sobre a Idade Média no contexto peninsular e português. Um deles foi a chamada «teoria do ermamento», segundo a qual teria existido um território, situado entre os Montes Cantábricos e o vale do Douro, deliberadamente despovoado pelos monarcas cristãos durante os primeiros séculos do domínio muçulmano na Península Ibérica. Embora o historiador demonstre algumas reservas em relação a esta tese, ele não deixa de salientar as diferenças regionais deste suposto despovoamento no contexto do futuro território português, enfatizando novamente a diversidade geomorfológica e social dos vários espaços (Mattoso, 1993a: 445-447, 454-455). É aqui patente, mais uma vez, a influência de Orlando Ribeiro, nomeadamente do seu artigo no *Dicionário de História de Portugal* intitulado «Formação de Portugal» (Ribeiro, 1984: 130-149) e do seu capítulo dedicado à «teoria do ermamento» na obra com o mesmo nome (Ribeiro, 1987: 76-99). Também o processo comumente designado como «Reconquista» é explicado à luz da expansão demográfica dos «reinos do Norte» e

da «estagnação» ou «atrofiamento populacional da Hispânia do Sul» (Mattoso, 1993a: 478). Já no que respeita ao problema do «senhorialismo», Mattoso volta a salientar a diferente distribuição territorial deste modelo no contexto peninsular, novamente à luz da importância dos concelhos nas regiões de fronteira com os domínios muçulmanos (Mattoso, 1993b: 12). No entanto, é no que respeita à formação política do reino português que o espaço representa o seu papel mais importante na *História de Portugal* de José Mattoso. Como refere em *A Monarquia Feudal*, a «situação periférica» do Condado Portucalense em relação aos centros de poder da coroa leonesa-castelhana e a sua «proximidade da fronteira (que intensificava as actividades militares)» teriam contribuído para uma coligação espontânea por parte da nobreza senhorial, «ameaçada pela intromissão de poderes externos, durante o governo de Teresa» (Mattoso, 1993b: 14). Tal como em *Identificação de um País*, o espaço surge aqui novamente como fator de convergência e unidade (pré) nacional.

A segunda obra, intitulada *Portugal, o Sabor da Terra* (2011 [1997]), foi publicada pelo Círculo de Leitores para o Pavilhão de Portugal no contexto da preparação da Expo'98. Composta por catorze volumes, um introdutório e os restantes dedicados às diferentes «regiões naturais» de Portugal continental, ela contém não apenas textos redigidos por José Mattoso em colaboração com a geógrafa Suzanne Daveau (esposa de Orlando Ribeiro), mas também inúmeras fotografias da autoria de Duarte Belo. Como referem os três autores no prefácio à segunda edição (2011), «o território é o elemento permanente da identidade», sem o qual seria impossível compreender a história, a evolução política ou a própria construção da identidade nacional portuguesa (Mattoso *et al.*, 2011 [1997]: 6). E, de facto, os textos assinados por Mattoso e Daveau possuem um enfoque claramente geográfico e etnográfico, não obstante os seus segmentos de cariz histórico. No volume introdutório, parte-se das origens etimológicas de Portugal para uma reflexão em torno dos debates sobre as características geográficas do território nacional. A diversidade regional é aqui o mote para o retomar de alguns temas que já havia surgido na obra de José Mattoso: a oposição Norte-Sul, o fenómeno da «senhorialização», a influência da geografia física na evolução histórica das várias regiões portuguesas (Mattoso *et al.*, 2011 [1997]: 24-25, 54-58).

Nos últimos anos, José Mattoso não tem deixado de demonstrar preocupação com as relações entre História e Geografia, ou entre tempo e espaço. Por exemplo, no capítulo introdutório à obra por ele dirigida *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, publicada em 2011, o historiador retomou a problemática do feudalismo em Portugal para voltar a salientar a importância da variabilidade territorial no exercício do poder feudal (Mattoso, 2011: 18). Já mais recentemente, no preâmbulo a uma edição de 2018 das *Introduções Geográficas à História de Portugal* de Orlando Ribeiro, assinado em 2016, Mattoso lamentou o enfraquecimento das relações entre os dois campos disciplinares. Se, por um lado, «a História deixou de se interessar pelas explicações da Geografia», esta ter-se-ia colocado «ao serviço das técnicas de intervenção na Natureza, para dela extrair cada vez mais recursos». Esta visão amarga, talvez romântica e um pouco injusta do estado destas duas disciplinas no contexto nacional é rematada por um outro lamento: de que o «problema da identidade nacional» e dos contributos da geografia para a sua resolução esteja hoje praticamente esquecido (Mattoso, 2018 [1958]: 16).

Bibliografia fundamental

- Mattoso J (1968) *Le Monachisme ibérique et Cluny- Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*. Lovaina, Publications Universitaires de Louvain.
- Mattoso J (1970a) A nobreza portugalense dos séculos IX a XI. *Do Tempo e da História*, 3: 35-50.
- Mattoso J (1970b) *As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI*. Porto, Centro de Estudos Humanísticos – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mattoso J (1975a) *A nobreza de Entre-Douro e Minho na história medieval de Portugal*. Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- Mattoso J (1975b) Senhorias monásticas do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII. In AA. VV. *Actas de las Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*. Santiago de Compostela, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago, vol. 2: 175-182.
- Mattoso J (1978) A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial. *Separata da Revista Portuguesa de História*, 16: 143-158.
- Mattoso J (1979) Perspectivas actuais da Historiografia medieval Espanhola – J A García de Cortázar. *Clio*, 1: 163.
- Mattoso J (1981a) *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa, Estampa.
- Mattoso J (1981b) *As famílias nobres da região de Guimarães no século XIII*. Guimarães, Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada.
- Mattoso J (1982a) Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383). *Revista de História Económica e Social*, 9: 145-162.
- Mattoso J (1982b) *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa, Guimarães.
- Mattoso J (1985) *O essencial sobre a formação da nacionalidade*. Lisboa, INCM.
- Mattoso J (1995) *Identificação de um país: Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, 5.^a ed., 2 vols. Lisboa, Estampa.
- Mattoso J (2011) Medieval studies in Portugal: an overview. In J Mattoso (dir.) *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*. Lisboa, IEM: 11-23.
- Mattoso J (2012) *Levantar o Céu. Os labirintos da Sabedoria*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores.
- Mattoso J (2018 [1958]) Preâmbulo. In O Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal*. Lisboa, Letra Livre: 9-16.
- Mattoso J (coord.) (1993a) *Antes de Portugal*, vol. 1 de *História de Portugal*. Lisboa, Estampa.
- Mattoso J (coord.) (1993b) *A Monarquia Feudal*, vol. 2 de *História de Portugal*. Lisboa, Estampa.
- Mattoso J, Daveau S, Belo D (2011 [1997]) *Portugal: O Sabor da Terra: Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Referências secundárias

- Cortázar J Á G (1973) *La época medieval*, vol. 2 de *Historia de España Alfaguara*. Madrid, Alianza Editorial/Alfaguara.
- Duby G (1973) *Guerriers et paysans, VII-XII^e siècle: premier essor de l'économie européenne*. Paris, Gallimard.
- Figueiredo C (1903) O Norte e o Sul. *A Tradição*, 5: 39-40.
- Lopes M J (2015) José Mattoso é o mandatário nacional do Livre/Tempo de Avançar. *Público*, 7 de agosto.

- Ribeiro O (1945) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Ribeiro O (1984) Portugal, Formação de. In J Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5. Porto, Figueirinhas: 130-149.
- Ribeiro Orlando (1987) *A formação de Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Sampaio A (1892) Hontem e hoje. *Revista de Portugal*, 4: 125-141.
- Sampaio A (1899-1903) As “Villas” do Norte de Portugal. *Portugália*, 1, 1-4: 97-128, 281-324, 549-584, 757-806.
- Sampaio A (1923) *Estudos Históricos e Económicos*, vol. 1. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores.
- Sobral J M (2004) O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, 39(171): 255-284.
- Teles B (1899) *O Problema Agrícola (Crédito e Imposto)*. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores.
- Teles B (1901) *Estudos Históricos e Económicos*. Porto: Lello & Irmão editores.
- Vasconcelos J L (2007) *Etnografia Portuguesa*, vol. 4. Lisboa, INCM.

22. José Reis

João Rodrigues

Um esboço biográfico

José Reis nasceu em 1954, sendo natural de Aldeia das Dez, concelho de Oliveira do Hospital. Atualmente, é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) dessa mesma universidade, onde coordena o Observatório sobre Crises e Alternativas, tendo sido o primeiro Presidente da Associação Portuguesa de Economia Política desde a sua fundação, em 2017, até 2021.

O seu percurso académico está indelevelmente ligado à FEUC e ao CES. Fez parte do primeiro grupo de estudantes que se licenciou, em 1978, em Economia nesta faculdade criada em 1973, sendo igualmente o primeiro economista a obter aí o seu Doutoramento, em 1989, uma década depois do seu ingresso como Assistente. A Agregação foi obtida em 1998, um ano antes de se tornar Professor Catedrático. Entretanto, dois anos depois da fundação do CES, ocorrida em 1978, ingressa também no Conselho de Redação da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, onde permanecerá até 1999. A revista era nesses anos iniciais a principal atividade de um Centro que se consolidará e de que passará a ser Investigador Permanente. Ao longo das últimas décadas, uma parte da sua atividade contribuiu de resto para o inequívoco processo de consolidação e expansão de duas instituições que sempre se cruzaram, como atestam os inúmeros cargos aí ocupados: de Vice-Diretor do CES, em 1991-1992, a Diretor da FEUC, em 2009-2015, passando pela presidência do seu Conselho Científico, em 1992-1994 e em 2002-2004, pelo cargo de Diretor da Revista *Notas Económicas* da FEUC, em 1993-1999, ou pelas coordenações de programas de Mestrado e de Doutoramento. E isto sem esquecer uma intensa atividade de lecionação, onde avulta o seminário de economia portuguesa para alunos finalistas da licenciatura em Economia.

Sendo um académico institucionalmente empenhado, José Reis nunca deixou de ter intervenção cívica e de serviço público para lá da academia. Foi Presidente da

Comissão de Coordenação da Região Centro, em 1996-1999, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 1999-2001, e é Membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável desde 2005, tendo, como adiante se verá, uma constante intervenção no debate público em Portugal: um economista pode e deve ser um intelectual público.

Os contributos científicos

A análise dos seus contributos científicos ao longo de quatro décadas, desde os primeiros trabalhos em economia agrária do início da década de oitenta, onde defendeu que esta era «um ramo da economia política do desenvolvimento» (Reis, 1981: 153) até ao seu último livro, publicado em plena pandemia e sintomaticamente intitulado *Cuidar de Portugal: Hipóteses de Economia Política em tempos convulsos*, pode ser balizada pela seguinte metáfora: nutrir uma economia política com raízes.

Beneficiando da sua longa inserção académica numa tradição interdisciplinar crítica, associada ao CES e que tem persistido na análise da sociedade portuguesa enquanto semiperiferia do sistema mundial e, mais recentemente, periferia de um cada vez mais condicionador sistema europeu, tratou-se sempre para José Reis de compreender «o modo como os processos económicos foram estruturados em diferentes momentos da evolução, tomando em conta os respetivos contextos institucionais, históricos e geográficos e as formas de poder aí presentes» (Reis, 2018: 15-16). A sua economia política, assumidamente «impura» (Reis, 2007), é uma história racionalizada e multiescalar da mudança e permanência institucionais, ou seja, da mudança e permanência nas regras do jogo que estruturam as relações sociopolíticas de provisão em economias concretas, territorialmente ancoradas e delimitadas, heterógenas e singulares, atravessadas por múltiplas racionalidades situadas. A sua economia política cuidou sempre de Portugal e dos múltiplos espaços que fizeram e fazem este país comparável: «a economia e a sociedade portuguesas tendem (...) a assumir uma natureza intermédia, irregular, e, portanto muito mais complexa do que as situações típicas das economias centrais ou das do terceiro mundo» (Reis, 1992: 130).

Pensar assim a economia e a sociedade portuguesas, sem separações artificiais, em modo interdisciplinar, implicou um trabalho em contracorrente com tendências fortes, dos anos oitenta em diante, numa ciência económica cada vez mais autossuficiente, a-histórica e desenraizada, centrada em idealizados equilíbrios gerais, em mercados povoados por agentes desencarnados e dotados de uma implacável racionalidade instrumental, focada em modelos matemáticos, formas tantas vezes sofisticadas de mascarar ideias banais, apostada em tratar todas as economias nacionais como objetos de convergência institucional inevitável com um modelo idealizado, localizado algures nos EUA, e que estaria a difundir-se graças à globalização. Esta forma de fazer ciência económica implicava uma invisibilização epistémica de tudo o que interessa a economistas políticos atentos aos espaços e tempos das economias concretas como José Reis, que de resto foi sempre um crítico das hipóteses globalistas de um mundo aplanado depois do fim da história (Reis, 2007).

A escola francesa da regulação, a teoria do sistema-mundo, a rica e plural tradição da economia do desenvolvimento local e regional, o pensamento institucionalista em economia são referências analíticas que José Reis foi acolhendo criticamente nos seus trabalhos. Sempre existiram outros modos de pensar as economias, mesmo que em certas circunstâncias históricas estes estivessem nas margens da disciplina. De sociólogos críticos como Pedro Hespanha, Boaventura de Sousa Santos ou Immanuel Wallerstein a economistas atentos à espessura dos espaços como **António Simões Lopes**, seu orientador de doutoramento, ou Giacomo Becattini, passando por economistas políticos do capitalismo fordista e pós-fordista como Robert Boyer ou Alain Lipietz, são múltiplos os cientistas sociais com quem José Reis teve a oportunidade de aprender e de dialogar diretamente. Juntando a isso a cumplicidade com Gioacchino Garofoli, Claude Courlet ou António Vazquez-Barquero que, em Itália, França e Espanha persistem em dedicar-se às economias da Europa do Sul, na esteira do trabalho pioneiro de Giorgio Fuà.

O seu percurso intelectual começa na economia agrária, influenciado por uma disciplina opcional da licenciatura chamada relações sociais no campo, lecionada por Pedro Hespanha, e por um estágio no Centro de Estudos Agrários da Fundação Calouste Gulbenkian logo a seguir à conclusão do curso. Nesta investigação inicial nota o papel da pequena agricultura familiar e a sua complementaridade com outros sectores, em particular com o industrial (Reis, 1981). No seu percurso doutoral decide aprofundar, com minúcia empírica, a análise das articulações entre a agricultura e a indústria para compreender num contexto geral de crise e transformação como em zonas do norte e centro do país uma certa vitalidade industrial estava dependente da existência de uma força de trabalho industrial com acesso à terra, em modo de pluriatividade: a produção industrial não podia ser desligada das formas de reprodução social da força de trabalho, notando coincidências e sobretudo descoincidências espacialmente específicas nas suas lógicas. De facto, o capitalismo industrial em Portugal não era espacialmente homogéneo e estava em certas zonas do país dependente de lógicas, por exemplo familiares, que estavam para lá da racionalidade capitalista (Reis, 1985). Havia mais país industrial do que aquele que estava em crise nos anos oitenta na cintura industrial de Lisboa, aí coincidindo de forma mais rígida as lógicas capitalistas de produção e acumulação e as de reprodução de uma força de trabalho muito dependente dos mercados.

A tese de doutoramento é um momento naturalmente importante do seu percurso, dando origem a um livro, publicado em 1992: *Os Espaços da Indústria – A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Nele se encontra clarificado um programa de investigação que aponta para um contributo científico: «A análise das expressões singulares da economia (uma formação nacional, um processo de articulações regionais ou um sistema local de organização produtiva) não dispensa que nos interroguemos sobre o seu lugar num contexto mais amplo e sobre a sua *lógica interna* de funcionamento. Por isso, espaço e tempo deverão ser (...) dois temas permanentes do trabalho dos economistas» (Reis, 1992: 17). E foram claramente os temas que José Reis desenvolveu num livro que deu a ver dimensões importantes da regulação económica nesta semiperiferia, das formas de intervenção do Estado às formas de que se foi revestindo a relação salarial na indústria, sector aí privilegiado: «uma economia

que apresenta níveis intermédios de desenvolvimento (...) na qual coexistem diferentes formas de organização da produção e onde é manifesta uma grande heterogeneidade dos agentes e do comportamento económico» (Reis, 1992: 129). Dar a ver essa heterogeneidade passou aí por um trabalho com as múltiplas escalas da atividade económica, da inserção internacional às dinâmicas nacionais e regionais, até se chegar a dois estudos de caso de desenvolvimento industrial local, Águeda e Arganil, onde o método comparativo e um aturado trabalho de campo permitiram analisar a estruturação diferenciada de sistemas produtivos locais de índole industrial, sem perder de vista as suas condicionantes externas e as suas dinâmicas económico-políticas internas. Como afirmará num capítulo de um dos mais marcantes estudos desenvolvidos no CES, coordenado por Boaventura de Sousa Santos, *Portugal: Um Retrato Singular*: «um dos modos de apreciar as dimensões multiformes de regulação económica na semiperiferia é dar atenção aos processos de desenvolvimento industrial local» (Reis, 1993: 152).

No seu percurso pós-doutoral, José Reis desenvolveu três eixos de investigação, traduzidos em artigos científicos e capítulos de livro, muitos deles coligidos num segundo livro relevante, publicado em 2007, e intitulado *Ensaio de Economia Impura*.

Um primeiro eixo, que de resto corresponde à primeira parte do livro, baseia-se na ideia de que não há nada de mais prático do que boa teoria económica crítica, investigando a tradição institucionalista, defendendo convictamente um dos seus pontos centrais: qualquer sistema socioeconómico funcional assenta numa pluralidade de instituições, ou seja, numa pluralidade de «consolidações colectivas de formas de compreender, agir e organizar as interacções em sociedade» (Reis, 2007: 13), com lógicas de funcionamento distintas, com um grau variável de complementaridade e de articulação e que estão em permanente e imprevisível evolução. Perceber o funcionamento da economia é assim escrutinar os seus «genes impuros» feitos de instituições, de sistemas de regras, de mecanismos de governação e de mudança institucional. Neste programa de investigação assume particular importância para José Reis a questão da natureza e funções do Estado, um dos pratos fortes da economia institucionalista, destacando-se o seu papel sempre fundamental na estruturação dos arranjos que definem uma economia. Isto apesar da ausência, bem radiografada, de uma adequada «economia política do Estado». Seja como for, o Estado, incluindo o português é uma realidade persistente e resiliente, mesmo que por cá estivesse a ser desprovido de muitos dos instrumentos de política que davam densidade material à soberania nacional.

Um segundo eixo de investigação, visível na segunda parte do livro, debruça-se sobre a «Europa, Portugal, densidades e relações». Nele ganha saliência e expressão institucionalista mais concreta um dos fios condutores que dão consistência ao seu trabalho: a rejeição do discurso «globalista» que privilegia a tese pouco sensata de que os processos económicos contemporâneos conduzem, pela mobilidade dos factores que impulsionam e pela racionalidade dos agentes que neles participam, a uma convergência institucional, guiada pelas forças de mercado, capaz de superar a inevitável «tensão entre mobilidades e territorializações» (Reis, 2007: 146). O estudo concreto de uma economia concreta permitiu a José Reis, na viragem para o novo milénio, captar dinâmicas inesperadas na inserção internacional de Portugal: por

exemplo, «numa época em que o termo emblemático é globalização, o espaço económico do nosso relacionamento externo é cada vez mais europeu do que mundial e é cada vez mais ibérico do que europeu» (Reis, 2007: 180). Ao mesmo tempo que isto assim era, intensificava-se, com o euro, as relações de dependência financeira num contexto de afirmação do poder das finanças transnacionais. As dinâmicas económicas são realmente desiguais, a economia real e os seus agentes escapam sempre à «mecânica fria de homogeneização e indiferenciação» postulada pelo paradigma globalista dominante.

Finalmente, num terceiro eixo, visível nos textos recolhidos na terceira parte do livro, sobre «contextos e territórios», temos a alternativa institucionalista a servir e a ser servida pelo paradigma territorialista, o que vê os territórios como elementos fulcrais da «genealogia dos processos» económicos, sublinhando-se que «território e economias de proximidade, por um lado, e poder e relações assimétricas, por outro, não são questões disjuntivas» (Reis, 2007: 258).

Estes três eixos são articulados e aprofundados num terceiro livro de fôlego – *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa periferia persistente (1960-2017)* –, marcado pela crise financeira de 2007-2008 e pelas suas sequelas austeritárias europeias, bem como pelo longo período de estagnação, divergência e acréscimo de dependência da economia portuguesa. No prefácio ao livro de José Reis, o jornalista económico Nicolau Santos afirma que «se trata da mais importante análise sobre o tema desde “A economia portuguesa desde 1960”, de José da Silva Lopes» (Santos, 2018: 9). Publicados, respectivamente, em 2018 e em 1996, estamos perante dois livros distintos (Rodrigues, 2018).

O livro de Silva Lopes é marcado pela perspectiva, hegemónica à época, da convergência e desenvolvimento pretensamente ininterruptos da economia portuguesa dos anos sessenta em diante. O livro de José Reis também se debruça sobre a economia portuguesa no seu conjunto, com uma ambição de sistematização que se furta aos cânones de uma certa especialização académica fragmentadora, ainda para mais numa área, a ciência económica, que não tinha propriamente privilegiado nas últimas décadas o estudo historicamente informado da economia nacional. Se Silva Lopes beneficiava de estar fundamentalmente fora da academia para se furta a algumas das suas convenções recentes, José Reis beneficiou do contexto institucional interdisciplinar anteriormente assinalado.

A periferia persistente a que o subtítulo do livro de José Reis alude diz respeito às formas que as relações de dependência foram assumindo, acabando por revelar a ilusão intelectual e a perversidade política da tese celebratória da convergência. Este último ponto diz muito também sobre as circunstâncias materiais objectivas do trabalho intelectual. Se é verdade que em 2018 constitui ainda uma heresia económica voltar a falar-se de formas de dependência, também é verdade que a realidade da divergência é ineludível no novo milénio, talvez até mesmo para os que se têm esforçado tanto para proteger a ciência económica das incómodas e condicionadoras questões do poder em múltiplas escalas. A economia política é o método, mas o objectivo de José Reis foi rever o passado para abrir novas possibilidades para o futuro.

Este livro ajuda-nos a reconhecer que nos anos sessenta «se ensaiou uma tentativa de industrialização que cedo se revelou limitada e inconsequente» (Reis, 2018: 13).

Sendo a primeira de cinco circunstâncias identificadas ao longo dos cinco capítulos deste livro, esta foi a que mais poderosamente fez implodir a celebração da fase tardia do fascismo em Portugal, indicando como o controlo dos grupos económicos num regime autoritário configurou uma forma de economia política, de acumulação de capital, absolutamente medíocre em termos de criação de emprego. A emigração maciça neste período é um dos sintomas de uma economia desigual e subdesenvolvida, incapaz de integrar pelo emprego, e que tinha na força de trabalho pouco qualificada e pobre uma das suas compelidas exportações.

Contra modismos intelectuais que secundarizam as relações laborais, José Reis insistiu que a economia «é um sistema produtivo e de provisão», sendo «a inserção pelo trabalho no sistema de emprego (...) o mais poderoso mecanismo de inclusão da nossa contemporaneidade» (Reis, 2018: 25). A segunda circunstância da economia portuguesa alvo de análise foi precisamente a economia política do 25 de Abril, ou seja, o sucesso registado pela democracia portuguesa nas mais difíceis circunstâncias externas: a criação de centenas de milhares de postos de trabalho, num contexto que também foi de afirmação política, ainda que temporária, de uma nova centralidade do trabalho e do salário direto e indireto, associada também à construção do Estado social, de que o direito do (e ao) trabalho foi uma peça central. Ao invés de expulsar força de trabalho, a economia portuguesa importou-a e integrou-a, como atestam as centenas de milhares de «retornados». Contra os que só viram irracionalidades nesta forma de economia política, José Reis valorizou empiricamente as racionalidades da deliberação democrática, sendo este o segundo grande contributo do seu livro para a mudança do nosso passado recente. Cruzando uma análise dos ciclos económicos com os arranjos institucionais em cada momento dominantes, mostra-nos de seguida, entre outras coisas, como o ciclo de expansão do cavaquismo não foi nada de especial, quando comparado com o anterior já depois do 25 de Abril, embora as circunstâncias externas, como Silva Lopes também havia sublinhado, fossem inusitadamente favoráveis ao cavaquismo.

A terceira circunstância teve precisamente a ver com a forma como uma integração europeia aparentemente feliz no seu início passou a sobredeterminar grande parte das transformações internas, rumo a uma forma de economia política cada vez mais neoliberal, coexistindo precariamente com uma economia política do 25 de Abril com cada vez menos influência institucional. 1986 e 1993 são duas datas-chave, quer por causa da adesão à CEE, quer por causa do início do chamado «ciclo da integração monetária», numa economia desde aí sem instrumentos decentes de política económica e sujeita aos humores da finança. José Reis articulou explicitamente ciclos económicos e transformações institucionais. Estas duas datas apontam para a quarta circunstância: a financeirização e a estagnação prolongada, tornando esta periferia um prenúncio de tendências internacionais, visíveis depois da crise internacional iniciada em 2007-2008.

Finalmente, temos a quinta circunstância, onde, com optimismo da vontade, se falava de uma reconhecidamente frágil «economia política da recuperação», superando alguns elementos de uma anterior «economia política do empobrecimento», e que está associada à solução governativa de base nacional encontrada em 2015 em reação ao governo da Troika. O elefante que estava e continua a estar na sala foi,

entretanto, apontado: «esta Europa que nos deprime», subtítulo de um capítulo sobre o que a integração podia ter sido, mas clara e talvez definitivamente não foi.

Um intelectual público

Quando escreve este livro, José Reis tem atrás de si muitos e bons anos de intervenção qualificada no debate público. De resto, isto mesmo é explicitamente reconhecido por Nicolau Santos quando titula o prefácio: «o homem que lutou contra a TINA [*There is no Alternative*] – e marcou pontos». De facto, José Reis foi uma das principais vozes, numa academia demasiado conformada, especialmente nos seus demasiado monolíticos departamentos de Economia, a contestar nos anos de chumbo da troika as opções austeritárias, em nome de alternativas económicas democráticas e com consciência social. Fê-lo através de intervenções em jornais, em presenças regulares em debates televisivos e radiofónicos ou dinamizando iniciativas múltiplas na intersecção entre a academia e o restante espaço público, de que o Observatório sobre Crises e Alternativas do CES foi uma das expressões institucionais. O primeiro relatório deste observatório, sobre a forma de livro coletivo por si coordenado, intitulou-se precisamente *A Economia Política do Retrocesso* (Reis, 2014). O mais recente, igualmente coordenado por si, tem por título *Como reorganizar um país vulnerável?*, consistindo em mais de quinhentas páginas de diagnósticos críticos e de propostas alternativas para um país que quer sair da pandemia e que não pode mais ficar tolhido por uma sabedoria convencional desadequada (Reis, 2020b). A economia política sempre marcou um percurso que também implicou um trabalho próximo com economistas políticos como Ana Cordeiro Santos, José Castro Caldas, Nuno Serra ou eu próprio (Reis *et al.*, 2010; Caldas *et al.*, 2011; Rodrigues e Reis, 2012; Santos e Reis, 2018).

Já antes dos anos de austeridade, José Reis tinha intervindo a favor de uma país mais equilibrado e coeso, defendendo a regionalização ou lógicas de investimento público que vertebrassem o país. Estas preocupações com os espaços de que é feito o país voltaram ao centro do debate público, também graças às suas intervenções, como quando alertou para um modelo de crescimento pós-troika demasiado centrado na área metropolitana de Lisboa e em serviços de baixo valor acrescentado como o turismo, num país crescentemente deslaçado do ponto de vista territorial, dado, entre outros, o declínio demográfico em importantes cidades intermédias. O seu último livro individual, publicado em plena pandemia, compila artigos publicados em jornais de referência, do *Público* ao *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, bem como textos originais (Reis, 2020a). Aí, avança com alternativas, sobretudo no campo da política regional e industrial, para uma economia nacional mais autossuficiente e logo menos vulnerável, sem deixar de denunciar o insustentável «inchamento» de Lisboa e das suas periferias.

Nos vários planos da intervenção, este economista político com raízes sempre cuidou de facto de Portugal.

Bibliografia fundamental

- Castro Caldas J, Neves V, Reis J (2011) Why is economics so fragile? *Revue de la régulation*, 9: 1-18.
- Reis J (1981) A economia agrária e a pequena agricultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8: 149-170.
- Reis J (1985) Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura – para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17: 225-260.
- Reis J (1992) *Os Espaços da Indústria – A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*. Porto, Afrontamento.
- Reis J (1993) Portugal: A heterogeneidade de uma economia semiperiférica. In B S Santos (ed.) *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto, Afrontamento: 133-161.
- Reis J (2007) *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (2018) *A Economia Portuguesa – Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (2020a) *Cuidar de Portugal – Ensaio de economia política em tempos convulsos*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (ed.) (2014) *A Economia política do Retrocesso*. Coimbra, Almedina.
- Reis J (ed.) (2020b) *Como reorganizar um país vulnerável*. Coimbra, Almedina.
- Reis J, Pereira T S, Tolda J, Serra N (2010) *Imigrantes em Portugal: Economia, Pessoas, Qualificações e Territórios*. Coimbra, Almedina.
- Rodrigues J, Reis J (2012) The Asymmetries of European Integration and the Crisis of Capitalism in Portugal. *Competition and Change*, 16(3): 188-205.
- Santos A C, Reis J (2018) Portugal: uma semiperiferia reconfigurada. *e-cadernos CES*, 29: 57-76.

Referências secundárias

- Rodrigues J (2018) o passado económico tinha de mudar. *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, 140: 6-7.
- Santos N (2018) O homem que lutou contra a TINA – e marcou pontos. In J Reis, *A Economia Portuguesa – Formas de economia política numa periferia persistente (1960-2017)*. Coimbra, Almedina: 7-12.

23. Luís Bruno Soares

Maria Manuela da Fonte⁸¹

Uma breve história de vida

Luís Jorge da Cunha Bruno Soares nasceu em Aveiro em 1941. Com a família mudou-se para uma breve passagem pelos Açores, em 1943, depois para Lisboa, onde vive até hoje.

Em 1959 integrou o curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) tendo-o concluído em 1965. Ainda na Escola, em 1962, iniciou-se a trabalhar com o mestre Frederico George. Terminado o curso, começou a trabalhar com os arquitectos Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos, actividade que seria interrompida em Dezembro de 1967 quando foi chamado para cumprir o serviço militar em Timor, onde, como único arquitecto nas forças armadas, desenvolveu todos os projectos de arquitectura e urbanismo necessários ao «Governo da Província Ultramarina», edifícios públicos, de habitação e pequenos loteamentos; um trabalho intenso, durante dois anos, que serviria de escola pela natureza das intervenções, dos problemas e do território.

Regressado de Timor, em 1969, foi convidado por Maurício de Vasconcelos, que se havia separado profissionalmente de Conceição Silva, a integrar o recém-criado GPA – Gabinete de Planeamento e Arquitectura. Não teve formação urbanística; foi ao longo da vida que fez a sua formação, pela experiência e sistematização de conhecimentos através da leitura, da escrita de artigos, de aulas, debates e conferências, da prática e da partilha.

O primeiro trabalho desenvolvido seria o Plano Geral de Urbanização da Brandoa-Falagueira. Para dar resposta à tarefa foi criada uma equipa pluridisciplinar (em Janeiro de 1970), sendo Luís Bruno Soares o coordenador do Plano de Recuperação da Brandoa (Bandeirinha *et al.*, 2018) e Bartolomeu da Costa Cabral do Plano da

⁸¹ O presente capítulo não adopta o novo acordo ortográfico e foi escrito com recurso a várias entrevistas com o autor e respectiva bibliografia.

Falagueira. Havia a clara noção da necessidade de intervenção imediata: 15 000 pessoas sem infra-estruturas a viver em edifícios de até oito pisos – um universo de construção clandestina distinta das demais, considerando as construções em altura e consequente densidade populacional. Mais do que um exercício de urbanismo, era a resolução de graves problemas urbanos através duma abordagem «plano-acção» cuja identificação dos problemas e respostas era sequencial e expedita. O plano foi elaborado em dois anos e publicado em 1974⁸². Seguiram-se os Planos dos Bairros das Galinheiras e da Quinta da Laje (1971), Oeiras, onde foi usada a mesma metodologia do plano da Brandoa – plano-acção –, num processo participado.

No final de 1972, Luís Bruno Soares deixa de trabalhar no GPA, criando o seu próprio atelier, que manteve até formar, nos finais dos anos 80, a BSA – Bruno Soares Arquitectos, uma empresa familiar de considerável dimensão que se mantém em funcionamento.

Decorrente dos diversos trabalhos desenvolvidos nos vários municípios sobre o fenómeno dos loteamentos clandestinos em Portugal, e da necessidade de comparar com outras realidades, é estabelecida ligação com Barcelona, na pessoa de Joan Busquets e outros colegas que trabalhavam sobre o mesmo tema; Busquets desenvolveu o seu doutoramento sobre o problema das extensas áreas de habitação clandestina em Barcelona, *La Urbanización Marginal* (1999).

Em Abril de 1973, na secção «Urbanismo e Habitação» do 3.º Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, apresentou, juntamente com Helena Roseta e Carlos Barbeitos, o texto «A Cidade, Local de Contradições Sociais», assente no conceito do direito à cidade e nas posições de Henri Lefebvre (Bruno Soares *et al.*, 1973). A um ano da revolução de Abril, o congresso constituiu-se como um marco político, quer para o regime quer para a oposição.

Em 1978 foi criada a CAU – Cooperativa de Arquitectura e Urbanismo, por Bruno Soares e **António Fonseca Ferreira**, seus mentores. Em 1979, estava formalmente constituída e contava com 12 membros, entre os quais Helena Mire Dores e Helena Martins, arquitectas, e Maria do Carmo Francisco e João Pitschieller, juristas, entre outros. Pontualmente, estabeleciam-se parcerias com outros colegas ou empresas, nomeadamente com o Gabinete de Projectos CIPRO, onde trabalhava Manuel Salgado.

O primeiro Plano Director Municipal elaborado no atelier, em associação com o CIPRO, foi o de Évora (1978-82), a partir do concurso público lançado pelo município, antes ainda da legislação que passaria a dar suporte legal aos planos directores⁸³. O trabalho do PDM de Évora foi uma experiência pioneira no que se considera ser um plano que resulta de um «urbanismo democrático» e participado, o primeiro publicado após o 25 de Abril. Ao Plano Director de Évora, pioneiro no método e no prazo de elaboração, seguiu-se o de Ponte de Sor (CAU) e o Plano Director da Moita (CAU/CIPRO), o primeiro da Área Metropolitana de Lisboa.

⁸² Diário do Governo, 14 de Março de 1974.

⁸³ Legislação que viria a dar suporte aos PDM, Decreto-Lei n.º 208/82, a Portaria 989/82 de 21 Outubro e Diário da República 91/82 de 29 Novembro.

Em finais dos anos 80, a CAU, que funcionara durante 10 anos, encerrou e a BSA foi formada. Simultaneamente à criação da BSA, e entre 1989 e 2003, foi sócio e director técnico da Risco-Planeamento.

A necessidade de discussão de temas prementes do pensamento urbanístico, do território, da sociedade e das políticas levou a que, em 1983, Luís Bruno Soares, **António Fonseca Ferreira** e Arnaldo Flemming, fundassem uma revista que pudesse ser um palco de reflexão, produção de pensamento e da prática profissional a nível nacional. Em Março de 1984 era lançado o primeiro número da revista *Sociedade e Território* com o apoio da editora Afrontamento, mantendo-se durante 26 anos e 43 números, assumindo-se como uma referência durante os anos em que foi publicada, tendo Luís Bruno Soares contribuído activamente com 17 editoriais e artigos. Encerrou actividade em 2012.

Embora não tenha feito carreira na academia, Bruno Soares teve, contudo, uma participação académica tanto em aulas de licenciatura como em módulos de mestrado sobre planeamento e gestão urbanística, planeamento territorial e urbano e planeamento estratégico nas universidades de Lisboa (ISCS e Faculdade de Letras), Aveiro, Évora, Atlântica e no ISCTE. Na CAU organizou, com **António Fonseca Ferreira**, um curso de planeamento e gestão urbanística (1987), com o apoio do Fundo Social Europeu.

Em 1992, após mais de 10 anos sem planos urbanísticos para a cidade de Lisboa, uma coligação de esquerda (PS-PCP-PEV-MDP/CDE) no executivo camarário relançou a criação de instrumentos de planeamento, relacionando três tipos de planos: o Plano Estratégico de Lisboa (1992), o Plano Director Municipal (1994) e os Planos e Projectos Prioritários, elaborados simultaneamente. Esta metodologia de trabalho foi inovadora, tendo por base a interacção dessas três linhas como forma de consolidação da ideia e do Projeto para a cidade. Para o efeito foi criada a Direcção de Planeamento Estratégico, tendo como responsável **António Fonseca Ferreira**. Luís Bruno Soares era consultor externo e coordenava o PDM a que se somavam várias equipas externas em áreas de especialidade. O trabalho começara do zero, já que a cartografia, a informação e os estudos existentes estavam há muito desactualizados. Foi um plano inovador e pioneiro que abriu a Câmara Municipal de Lisboa à participação dos cidadãos, através de debate público (Bruno Soares, 1994a). No início de 1990, Barcelona discutia o seu Plano Estratégico, um dos primeiros da Europa e uma referência a nível europeu. Manuel de Form, coordenador do plano, e Joan Busquets, responsável pela gestão Municipal de Barcelona, seriam convidados pela CML como consultores (Fonseca Ferreira, 2005).

O trabalho de Luís Bruno Soares tem-se concentrado nas áreas de estudo da urbanização clandestina, acessibilidade e uso do território, territorialização das estratégias de desenvolvimento urbano, fragmentação urbana e estratégia da Rede Dupla, em suportes territoriais muito distintos, nomeadamente cidades e território de Portugal continental e Ilhas, mas também em contexto internacional. Elaborou instrumentos de planeamento a várias escalas territoriais, particularmente planos sectoriais e nomeadamente: o Plano Nacional Marítimo Portuário e o Plano de Ordenamento Turístico da Madeira; planos regionais (PROT-OVT, PROT-AML); planos especiais (POOC); diversos planos diretores municipais; planos de Urbanização e de Pormenor;

projectos de espaços públicos; programas de Acção Territorial e unidades de execução.

A partir do conceito de participação e o papel determinante desse processo nas contribuições propositivas para os planos, de que resulta informação privilegiada enriquecendo o planeamento – e não apenas na fase inicial de caracterização e diagnóstico –, são exemplos a operação SAAL do Alto dos Moinhos (não construído), os planos directores municipais de Évora (1978-80), Faro (1991), Moita (1980-82) e Lisboa (1990-94), o Plano de Reconversão de Fernão Ferro (1982), o Plano de Circulação e Transportes da cidade de Évora (1984) e os Planos Estratégicos de Lisboa (1990-92), Aveiro (1996-97), Coimbra (1995) e Faro (1996).

Em território internacional realizou estudos urbanísticos para Timor, Angola (Baía dos Tigres), Guiné Bissau, Cabo Verde, Argélia e Espanha (San Sebastian, Maiorca e Vega de Granada), e participou nos Planos Estratégicos de Maceió, Juiz de Fora e Belo Horizonte (Brasil) (1998-99) e de Ciudad Juarez (México) (2003).

Foi agraciado com a Ordem de Mérito, Grande Oficial, em 2005, pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio.

Contributos e reflexões sobre a profissão

Luís Bruno Soares é um arquitecto urbanista de *atelier* e do lugar, do saber-fazer. Os seus textos resultam de experiências da prática profissional, feita de diversidade de temas e de escalas, instrumentos e métodos de abordagem, assim como as suas reflexões teóricas e pensamento crítico. Escrita publicada em artigos de revistas e apresentações públicas que reflectem as preocupações de quem, no terreno, lida com os problemas inerentes à profissão, às cidades, ao território e à sociedade. Tem 60 publicações em capítulos de livros e relatórios, artigos em revistas nacionais e internacionais (*Sociedade e Território* e outras igualmente relevantes), bem como apresentações em conferências e debates.

Escreve a partir das experiências profissionais, dos desafios, dificuldades e inquietações, sempre na óptica do «fazer, experimentar e escrever/escrever, experimentar e fazer». Em cinco décadas, Lisboa e a respectiva área metropolitana foram especialmente abordadas em diversas dimensões, sendo temas que o apaixonam (ver Bruno Soares, 1975, 1980c, 1994b, 2018).

Inicia as suas reflexões a partir da discussão sobre as contradições sociais da cidade e sobre o desenvolvimento urbano de Lisboa que determinara a situação que se vivia. Aponta a falta de planeamento identificando as fragilidades, as contradições urbanas e os grupos dominantes do processo urbano, a «burguesia monopolista» e a «pequena burguesia» que subjaz à produção da cidade clandestina (Bruno Soares, 1980a, 1980b). É a partir do processo clandestino de produção urbana na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que durante décadas escreve, expondo uma sociedade em processo de transferência geográfica, do interior para o litoral, e de base rural para base industrial e de serviços, forçando um crescimento urbano não planeado e ilegal (Bruno Soares, 1982, 1987; Bruno Soares *et al.*, 1984a).

Sobre o tema da habitação, ou da falta dela, em Portugal – tema discutido muito antes do 25 de Abril –, as referências à experiência da América Latina e de John F.C. Turner foram uma constante pelos modelos de intervenção praticados, nomeadamente a atribuição de poder à população no processo de construção. A criação do programa SAAL – que assentava, fundamentalmente, na autopromoção e autoconstrução da casa – foi feita empregando estes princípios (Bandeirinha, 2011). Aquando do lançamento do SAAL havia já a experiência dos primeiros planos de reconversão de clandestinos, tendo sido aplicada metodologia similar. No *Livro Branco do SAAL*, Bruno Soares deixa o seu contributo para o processo, registando os problemas ligados ao cumprimento do programa do governo e o papel dos vários intervenientes, as dificuldades e as contradições (Bruno Soares, 1976). A imagem que ficou do SAAL é a imagem dos projectos de arquitectura, dentro e fora do país, mas esbate-se o processo primordial subjacente.

Em 1982-84, o Grupo de Estudos Habitat, constituído por Luís Bruno Soares, Robert Stussi e Manuel Fernandes de Sá, apresentava a pesquisa «Conjuntos Habitacionais Clandestinos na Região de Lisboa», uma iniciativa da Universidade de Darmstadt, com a direcção de Eugen Bruno, e apoio financeiro da Associação Alemã de Investigação. Esta iniciativa proporcionou a recolha de informação sistemática junto de todas as câmaras municipais da AML, um vasto reconhecimento de campo e reuniões com muitos participantes. Deste trabalho resultou uma exposição apresentada em todas as câmaras municipais da AML e um grande relatório (não publicado) incluindo documentos sobre o caso da Brandoa (ver Bruno Soares e Dores, 1984), o roteiro dos aglomerados clandestinos na AML e ainda sobre o papel das Câmaras Municipais face ao fenómeno clandestino, seu posicionamento e acções. Tendo por base esta investigação, Luís Bruno Soares, **António Fonseca Ferreira** e **Isabel Guerra** apresentam um texto com o registo, mapeamento e a caracterização do fenómeno e do processo e contextualização histórica, suportado em fundamentação teórica e experiência, que se transformou num texto referencial (Bruno Soares *et al.*, 1985).

Foram diversas as publicações de referência sobre o tema dos clandestinos onde faz uma fotografia persistente e clarificadora do processo, o seu enquadramento, antecedentes e possibilidades de resolução. Sem rodeios e com enorme clareza traça-nos esse perfil, mas lança pistas de como o problema, criado ainda durante o período fascista e ocultado quase até às portas da revolução, podia ter solução desde que a vontade política assim o permitisse, em «Urbanização clandestina e política urbana» (Bruno Soares, 1984). No mesmo número, oferece-nos ainda o estado do conhecimento sobre o tema através do levantamento dos trabalhos que contribuíram para o conhecimento do fenómeno e estudo dos clandestinos, e coloca em perspectiva o seu significado na produção de espaço urbano e também o papel dos municípios na gestão e controlo do mesmo (Bruno Soares *et al.*, 1984a). O resultado da reconversão urbanística de Fernão Ferro, povoação da margem sul da AML que vinha sendo palco de um processo de loteamento clandestino, é apresentado por Luís Bruno Soares, **António Fonseca Ferreira**, Helena Martins e Helena Mire Dores, na articulação com os gabinetes de apoio e destes com a autarquia e com a gestão urbana, com a associação dos proprietários, o loteador e os compromissos assumidos (Bruno Soares, 1984b).

Os processos informais em Portugal e o papel que assumiram nas transformações do território, na sociedade e na gestão urbanística, são abordados através de textos lapidares pela reflexão que aportam.

O pensamento sobre Lisboa surge através da experiência de planeamento a partir das propostas estratégicas de desenvolvimento da cidade. Com a aposta na regeneração urbana da zona oriental como uma das áreas estruturantes da cidade, a escolha desta zona para a realização da Expo'98 foi uma excelente oportunidade de requalificação urbana e revitalização da cidade. A propósito da Expo'98 (ver Figueira, 2010; Trigueiros e Sat, 1997) faz uma viagem pelo último século e meio, uma síntese entre passado, presente e futuro numa cidade que se quer encontrar, tendo sido esta intervenção uma alavanca inquestionável no papel da zona oriental no contexto não apenas da cidade de Lisboa, mas também da sua área metropolitana. Sobre as intervenções urbanas de proximidade, ao nível do projecto urbano, o espaço público da frente ribeirinha a partir da proposta para o Terreiro do Paço e Cais e Cais do Sodré/Corpo Santo (Bruno Soares e Ferreira, 2017), traduz o resultado da integração de um conjunto diversificado de projectos de espaço público na zona ribeirinha da cidade, onde finalmente se vê traduzido o lema de transformação urbana que ambicionava «Voltar a Cidade ao Rio» (ver Bruno Soares, 2004a, 2004b; Toussaint, 2009).

Os processos informais assumiram em Portugal um papel determinante nas transformações do território, da sociedade e na gestão urbanística. Este fenómeno, matriz da paisagem dispersa, é suporte do debate sobre a dispersão/concentração urbana integrados no balanço sobre urbanismo e ordenamento do território, num desafio a pensar global para se compreender a natureza do problema a nível nacional. Para integrar os territórios descontínuos, fragmentados e dispersos no sistema urbano, o modelo de cidade deve apostar na introdução de conceitos como a relação cidade/campo, estrutura ecológica e o conceito da rede dupla como abordagem a estes territórios, uma realidade nas áreas metropolitanas e na envolvente de muitas das cidades médias (Bruno Soares, 2002, 2005, 2011).

Nas suas obras é possível identificar parte da história da cidade e do território no último meio século, cujas reflexões farão parte das referências que ficarão para a posteridade no estudo do planeamento em Portugal, através de um legado consubstanciado na tradução escrita e reflexiva da prática profissional.

Debates e desafios

Luís Bruno Soares escreve e diz o que pensa sobre matérias com que fez e faz a sua vida profissional – intervenção no território, nas cidades e no espaço público –, sempre com a correcção e clareza que o caracterizam. Em debates e seminários públicos foi apresentando o que, em determinado momento, foi pertinente provocar, dizer, discutir.

Apesar do prazer que sempre teve no trabalho relativo ao urbanismo e planeamento, o que menos gosta é aquilo em que se transformou o processo de planeamento actual, penoso e desinteressante, a somar a uma enorme burocracia e imposições, o oposto dos primeiros processos (ver Bruno Soares, 2015). Um dos aspectos de preo-

cupação, e a que tem resistido, é que com o sistema de planeamento que se adoptou e que está em vigor, foram banidos os instrumentos de proximidade ao terreno, ao sítio e às pessoas. A morosidade de elaboração de um PDM (até 10 anos) faz com que as câmaras não queiram, seguidamente, fazer planos de urbanização (PU), levando à perda de importância dos planos de urbanização e de pormenor e consequente desqualificação do espaço público, perdendo uma perspectiva de conjunto que o PU daria (ver Bruno Soares, 1995, 1998, 2004c).

Entre profissionais, académicos e instituições da administração pública, sobretudo quando se trata de PDM e PU, o tema que gera polémica é o da cidade compacta vs cidade fragmentada/dispersa, sobre o qual tem escrito (Soares, 2002, 2005, 2011).

«A fragmentação urbana não é uma opção de ordenamento, mas uma realidade a enfrentar permanentemente. Esquece-se que é na “cidade fragmentada” periférica que vive e trabalha grande parte da população portuguesa»⁸⁴. São grandes extensões de área urbanizada por gente que resolveu o seu problema de falta de habitação, como soube e pode, quando não havia alternativas para além desta. Perante o facto, procura tomar uma posição conceptual e não dizer se este fenómeno é bom ou mau. Contudo, a legislação traduz uma posição radical, e até maniqueísta, quando aponta que a cidade compacta é boa e a fragmentada é má, embora a nossa realidade assente, maioritariamente, na cidade fragmentada, de que a AML é exemplo. Uma discussão radical, muitas vezes, sem conhecimento da realidade, que acontece na academia e nas instituições, promove discussão sem objectivamente defender propostas.

A partir da síntese de algumas intervenções em seminários e debates públicos, no texto «Urbanismo – Uma Questão Cultural» (Bruno Soares, 2000) faz uma espécie de provocação através de temas marcantes nos processos de urbanismo e planeamento urbano, dos quais se apresenta seguidamente uma seleção.

O tema da competitividade no campo das políticas urbanas, como palavra-chave para a gestão do território, associado à notoriedade da arquitectura como produto de projectos emblemáticos, com o objectivo de tornar as cidades mais «atractivas», promove «arquitecturas de ruptura e *gadgets* urbanos» através de projectos-espectáculo à procura do «êxito», mas cujo verdadeiro valor da inovação passaria antes por atender de forma articulada entre a obra nova e cultura dos sítios. Estas intervenções marcantes de que Paris, Barcelona ou Bilbao são exemplo, entre outras, fazem-se com recurso a «arquitectos-estrela» valorizando a autoria como elemento distintivo (Bruno Soares, 2000).

Se a autoria em arquitectura é questão relevante, na área do planeamento não pode usar-se o mesmo conceito. Em planeamento, a questão da autoria é traduzida na capacidade de perseverança e resiliência da coordenação de conhecimentos e de ideias, cujo papel é preponderante em grandes equipas multidisciplinares. O interesse e o potencial estão na forma como o planeamento integra várias formas de ver a cidade, nas suas diversas especialidades, e o contributo de cada um na valorização do todo. O processo de planeamento prevê, ao contrário do projecto de arquitectura, a sua alteração e adaptação às dinâmicas da cidade, ao contrário dos antigos planos de urbanização, desenhados como projecto de arquitectura num processo fechado. No

⁸⁴ Entrevista a Luís Bruno Soares, 18/11/2020.

futuro, para se fazer a história da cidade, será difícil saber quem participou nos planos, mas mais difícil será conseguir encontrar os documentos que os constituem.

A dicotomia planeadores/urbanistas é o resultado de ambiguidades na definição dos papéis. A diferença de métodos e conhecimentos entre o planeamento do território e o urbanismo, distinto nas escalas e na dimensão das questões que cada um destes dois espaços de intervenção aborda, necessita de distintos profissionais especializados em cada uma destas duas áreas disciplinares que pode vir de raízes disciplinares distintas (Bruno Soares, 2000). Se para planear o território se pede «capacidade de visão globalizante e síntese das diversas leituras», ao urbanista pede-se uma abordagem de «arquitecto da cidade».

Tem alertado a Ordem dos Arquitectos para a necessidade de repensar o papel do arquitecto urbanista. É uma «espécie em extinção», «emparedada» por outras profissões, entre juristas, engenheiros, geógrafos e arquitectos (do edifício), ultrapassada por falta de quadro legal e institucional. Uma opinião generalizada na classe profissional é a que todos os arquitectos são urbanistas. Antes pelo contrário, defende Bruno Soares: essa posição fragiliza a especificidade do arquitecto urbanista nas equipas multidisciplinares de planeamento territorial. A prática de planeamento, com processos multidisciplinares, fez com que certas profissões passassem a ser preponderantes, nomeadamente juristas e geógrafos. Estes têm, nos últimos 15 anos, vindo a ganhar lugares de destaque no aparelho institucional. No entanto, ao nível do entendimento dos problemas e do seu reflexo na prática, não sendo multiescalares, são os arquitectos urbanistas a ter capacidade de entender e estabelecer a relação entre escalas.

«Regresso ao urbanismo» é uma espécie de grito de quem alerta para a perda das referências culturais e técnicas, para que se volte ao urbanismo como escala de intervenção na cidade, como resposta incisiva e de proximidade sem perder a articulação com as escalas mais alargadas (Bruno Soares, 2000). Bruno Soares questiona o modo de fazer resultante da legislação dos anos 90 com a «cascata de planos» (Bruno Soares, 1994a), e traz o foco para as transformações da sociedade como questão central da política, na relação entre escalas e na sua flexibilização e inovação sem cair nas lógicas neoliberais, que aumentam a pressão e levam à desregulação.

«Continuo a trabalhar e gosto muito»⁸⁵, expressão de quem tem na prática profissional o campo fértil das principais intervenções daí resultantes. Apesar do prazer e dedicação com que ao longo da vida profissional abraçou os desafios, é através deles, e em consequência deles, que se lançam reflexões.

Bibliografia fundamental

- Bruno Soares L (2005) Área Metropolitana de Lisboa – À procura de um novo paradigma urbano. Estratégia, planeamento e gestão nos territórios urbanos dispersos. *Sociedade e Território*, 39: 11-23.
- Bruno Soares L (1975) Estructura Urbana de Lisboa. *Revista CAU*, 30: 52-65.

⁸⁵ Entrevista a Luís Bruno Soares, 26/10/2020.

- Bruno Soares L (1976) *Livro Branco do SAAL 1974-1976* (Documento n.º 76). Lisboa, Conselho Nacional do SAAL.
- Bruno Soares L (1980a) Democratização do processo de planeamento urbano. I – Experiência do plano director de Évora. *Poder Local*, 17: 18-22.
- Bruno Soares L (1980b) Democratização do processo de planeamento urbano. II – O papel das equipas técnicas. *Poder Local*, 19: 22-29.
- Bruno Soares L (1980c) Sobre a estrutura urbana de Lisboa. *Revista Arquitectura*, 138: 26-33.
- Bruno Soares L (1982) Habitação Clandestina. *Cadernos Municipais*, 15.
- Bruno Soares L (1984) Urbanização clandestina e política urbana. *Sociedade e Território*, 1: 19-34.
- Bruno Soares L (1987) Transformação informal do território. *Povos e Culturas*, 2.
- Bruno Soares L (1994a) Lisboa – as bases do novo planeamento da cidade (1990-1994). *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XXIX(57): 147-156.
- Bruno Soares L (1994b) Lisboa anos 90, uma década de mudanças. *Rassegna*, 59: 76-81.
- Bruno Soares L (1995) PDMs, PMOTs, PROTs, POOCs...para que queremos estes planos? *Sociedade e Território*, 22.
- Bruno Soares L (1998) Do DL 69/90 a um novo ciclo do ordenamento do território. *Sociedade e Território*, 28: 112-118.
- Bruno Soares L (2000) Urbanismo uma questão cultural. *Sociedade e Território*, 31/32: 162-171.
- Bruno Soares L (2002) A realidade incontornável da dispersão. *Sociedade e Território*, 33: 123-129.
- Bruno Soares L (2004a) Frentes de Água I. Espaços de diferenciação e factor de competitividade das cidades costeiras. *Estuarium*, 7: 5-8.
- Bruno Soares L (2004b) Frentes de Água II. Espaços de qualificação urbana e ambiental e de valorização dos modos de vida da AML. *Estuarium*, 8.
- Bruno Soares L (2004c) Paradoxos e equívocos de 20 anos de planeamento do território. *Sociedade e Território*, 37/38: 96-102.
- Bruno Soares L (2011) Área Metropolitana de Lisboa: Estruturar a Fragmentação Urbana. *Sociedade e Território*, 43.
- Bruno Soares L (2015) Planear sem receitas. *Revista XXI Ter Opinião*, 4: 93-99.
- Bruno Soares L (2018) Lisboa da Transição Democrática. Rupturas e continuidades. In J Seixas (coord.) *Projeções de Lisboa, utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa, Editora Caleidoscópio.
- Bruno Soares L, Barbeitos C, Roseta H (1973) *A cidade local de contradições sociais*, Teses do 3.º Congresso da Oposição Democrática. Aveiro.
- Bruno Soares L, Dores H M (1984) *Brandoa, Relatório parcial*. Lisboa, Grupo de Estudos Habitat, Edição de autor.
- Bruno Soares L, Fonseca Ferreira A, Guerra I (1985) Urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa. *Sociedade e Território*, 3: 67-77.
- Bruno Soares L, Lobo M S, Farinha J M (1984a) *Roteiro dos clandestinos na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa, Grupo de Estudos Habitat, Edição de autor.
- Bruno Soares L, Martins H, Dores H M (1984b) Fernão Ferro: um plano de reconversão urbanística. *Sociedade e Território*, 1: 50-60.
- Bruno Soares L, P T Ferreira (2017) Reabilitação do espaço público na Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina: Terreiro do Paço e Cais do Sodré/Corpo Santo. *PORTUS*, 33: 1-13.

Referências secundárias

- Bandeirinha J A (2011) *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bandeirinha J A, Castela T, Aristides R, Alves J G (2018) O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982 Ordenamento, alternativas e mercado. *In* R C Agarez (ed.) *Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal*. Lisboa, IHRU: 235-279.
- Busquets J (1999) *La Urbanización Marginal*. Edicions UPC, Barcelona.
- Figueira J (2010) A EXPO'98 DE LISBOA: projeto e legado. *ARQTEXTO*, 16: 152-163.
- Fonseca Ferreira A (2005) *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Toussaint M (2009) Debate público na OA sobre o projecto para a Praça do Comércio. *Boletim Arquitectos*. XVII(198): 2-3.
- Trigueiros L, Sat C (1997) *Expo'98: Exposição Mundial de Lisboa, Arquitectura*. Lisboa, Editorial Blau.

24. Luís Vicente Baptista

João Pedro Silva Nunes

Investigação, docência e gestão universitária

Luís Vicente Baptista (Lisboa, 1961) é Professor Catedrático de Sociologia da NOVA FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, desenvolvendo investigação no CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, unidade de investigação que dirigiu entre 2015 e 2019. Vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa (2020-21), foi eleito Diretor da NOVA FCSH em 2021.

Licenciado, mestre e doutor em Sociologia pela FCSH, o seu domínio de pesquisa é a sociologia urbana. A sua dissertação de mestrado (1987), intitulada *Crescimento Urbano e Migrações Internas: Contrastes e Alterações Sócio-Espaciais, e Redes de Interconhecimento – O Bairro do Rego – (Lisboa, 1900-1985)*, e a sua dissertação de doutoramento (1996), na base do livro publicado em 1999, *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas*, escoram uma trajetória de investigação e de ensino na qual a urbanização e os seus parâmetros espaciais, sociais e territoriais são equacionados.

Docente na NOVA FCSH desde 1988, leciona no Departamento de Sociologia disciplinas na área da sociologia urbana e do território. Participa regularmente como docente em ciclos de estudos tanto na NOVA FCSH como noutras instituições, destacando-se a sua participação no PRODAU – Programa de Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana, coordenado por **Graça Índias Cordeiro** (ISCTE-IUL) e Juan Pujadas (*Universidad Rovira i Virgili/Tarragona*) e, em especial, na criação e coordenação do Doutoramento e do Mestrado em Estudos Urbanos, dois ciclos em associação entre a NOVA FCSH e o ISCTE-IUL. Nas provas de Agregação em Sociologia Rural e Urbana que prestou em 2003, a lição que apresentou e discutiu intitulava-se «A Cidade e as suas Populações». Participando em variados projetos de investigação, Luís Baptista tem por essa via cruzado o contributo da sociologia com domínios científicos diversos: como a Antropologia Urbana, participando na preparação, discussão e publicação da coletânea *Etnografias Urbanas*, editado com **Graça Índias Cordeiro** e **António Firmino da Costa** (Cordeiro *et al.*, 2003); como a etnografia urbana, no projeto «*City from the Street: an Ethnographic Approach to*

Urban Life» (2005-2007); ou ainda como as questões habitacionais e políticas públicas em *Inquirição aos Municípios e Principais Agentes da Cidade de Lisboa: Qualidade de Vida e Governança Urbana* (Baptista, 2017).

Tem igualmente internacionalizando a sua prática científica e os seus objetos de pesquisa: a colaboração letiva e de investigação com Luciana Teixeira de Andrade e com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas Gerais) em torno das tensões e questões dos espaços públicos (Andrade e Baptista, 2016); o projeto «*Urban Transformations, gentrification and social mix: the cases of Lisbon and Marseille*», que coordenou com Sylvie Mazzella (*Aix-Marseille Université* e LAMES), daí resultando um trabalho com vocação comparativa sobre fenómenos estruturantes em duas metrópoles portuárias no sul da Europa. Neste particular contexto de pesquisa é de sublinhar o seu trabalho na leitura e na edição de textos da autoria de Jean-Claude Chamboredon, influente sociólogo francês, publicados sob o título *Pensar o Território. Jean-Claude Chamboredon – uma abordagem sociológica pioneira* (Baptista et al., 2020a). Marca do trabalho e da reflexão sociológica que desenvolve tomando o território como objeto e como horizonte de inteligibilidade das transformações sociais contemporâneas.

Uma abordagem sociológica aos processos de urbanização

Os processos de urbanização têm constituído uma das mais profícuas linhas de pesquisa e reflexão sociológica desenvolvidas por Luís Baptista. Esta ligação a uma das problemáticas centrais da sociologia urbana e dos estudos urbanos é realizada pelo autor num sistemático e reflexivo *vaivém* entre trabalho conceptual, metodologia e observações – traço que se evidencia nos seus trabalhos sobre o crescimento urbano e as migrações internas, os programas públicos de habitação e a construção social das populações destinatárias de alojamentos, a construção social da identidade local ou a modernização lúdica dos territórios.

São várias as dimensões do processo de urbanização trabalhadas e discutidas pelo autor. A sua abordagem é processual, relacional e com enfoque na transformação da morfologia urbana e do povoamento, dos modos de vida e da organização da proximidade e da distância. É de sublinhar que a atenção que o autor confere à extensão urbana e às alterações físicas inclui a análise às alterações no povoamento. Ou seja, para Luís Baptista, as populações contam e o seu crescimento e a sua concentração (Baptista, 1994), a sua «construção social» (Baptista, 1996: 21-28 e 337 e ss.) são examinados em detalhe.

A par com a transformação morfológica de espaços e populações, Luís Baptista insiste num entendimento relacional entre os processos de urbanização e a transformação dos modos de vida (Baptista, 1987, 1996) tanto nas cidades como nos campos porque, para si, a *dinâmica urbanizadora* é «entendida mais como invenção de um modo de vida, do que unicamente como a acção da cidade sobre o campo ou o acréscimo da população das cidades pela chegada dos rurais», e acrescenta, tal dinâmica «impõe-se de forma diversa nos diferentes espaços, em função das épocas e das formas de penetração dos modelos e das imagens-guias do mundo urbano» (Baptista, 1987: 1).

Mas, argumenta, o sentido unificador que a dinâmica dos processos de urbanização impõe às populações deve ser examinado em articulação com as diferentes percepções e vivências por parte dos grupos sociais e com o que aquelas devem às estruturas sociais. Equacionado deste modo, o processo de urbanização contribui decisivamente para alterar um parâmetro elementar da vida urbana: a organização da proximidade e da distância. Esta questão é trabalhada pelo autor sob vários ângulos e em vários terrenos – como em «Presentes e Desconhecidos», artigo que trata do influxo de migrantes na periferia de Lisboa (Baptista e Cordeiro, 2002), ou em «Lisboa Invisível», capítulo destinado a apresentar dimensões do trabalho sociológico como desocultação de realidades e microdinâmicas metropolitanas (Baptista e Nunes, 2010) – encontrando-se matricialmente inscrita no seu trabalho sobre o crescimento urbano e as migrações, no caso de estudo do bairro do Rego em Lisboa.

Nesta pesquisa, Luís Baptista (1987) dá a conhecer de forma fina a relação entre crescimento urbano, distinções sociais e diferenciações espaciais a partir da edificação e das vivências de um bairro iniciadas no começo do século XX a norte das recém-edificadas Avenidas Novas em Lisboa. Para tal, reconstitui a composição social do bairro do Rego e das Avenidas Novas, identifica as linhas de contraste sócio-espacial e estabelece uma metodologia qualitativa para apreender, por um lado, como a «construção física de um bairro acompanhada de uma construção social que toma sentido se articulada com as realidades envolventes» (*Ibidem*: 5) e por outro lado como se ancora na proximidade residencial de grupos sociais socialmente distantes – em termos de origens geográficas e trajetórias de migração para a cidade, antiguidade e sequenciação residencial e ocupação.

A organização da proximidade espacial fica bem patente na sua análise às distinções entre grupos sociais residentes, sobretudo lidas em articulação com a antiguidade residencial e os tempos de instalação no bairro, com redes de interconhecimento e sociabilidade. Situando duas áreas da cidade contíguas e socialmente distintivas uma face à outra no plano analítico da urbanização, o trabalho do autor mantém assinalável atualidade pois mostra como a transformação e diferenciação dos espaços resulta com transformações sociais à la fois «locais e globais» (*Ibidem*: 6 e 298) que decorrem da ocupação populacional e das distinções sociais, engendrando efeitos de «socialização urbana» (*Ibidem*: 289-91).

A ligação à problemática da urbanização é renovada e densificada na sua dissertação de doutoramento, intitulada *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação (Lisboa, século XX)*. A investigação que dá corpo este texto centrou-se nos agentes e instituições públicas encarregues de executar entre 1933 e 1968 e estendendo-se até pouco antes da Revolução de Abril um programa de habitação com destinação social – o programa das Casas Económicas. O curso social e político deste programa habitacional é apreendido pelo autor através do conceito de «campo administrativo de produção de habitação». A influência da sociologia de Pierre Bourdieu na elaboração e uso desta noção contribui também para que sejam analisados o posicionamento de agentes e de instituições bem como a criação de instrumentos de programação, de edificação de alojamentos e de eleição de estratos populacionais pelos quais as Casas Económicas eram distribuídas. Este conceito permite a Luís Baptista situar a construção social e institucional das Casas

Económicas (e de outros programas públicos) no campo político e burocrático do Estado Novo, explorando também a sua relação com a cidade e com o processo de urbanização da capital.

Neste plano, o contraste com trabalhos anteriores é notório. Se antes o foco havia sido colocado na dinâmica privada de edificação e num contexto de crescimento *aplaneado* (Baptista, 1987: 113, 1994) agora é o carácter programado da urbanização que «armadilha» o trabalho sociológico. Apesar da extensão, vale a pena seguir a argumentação do autor:

Se aceitarmos a ideia que Bourdieu apresenta de que nas «nossas sociedades, o Estado contribui de forma determinante na produção e na reprodução dos instrumentos da construção da realidade social enquanto estrutura organizacional e instância reguladora das práticas» (Bourdieu, 1994: 125), então o trabalho do investigador é essencialmente o de decodificador, e logo recodificador com intuito explicativo, das interpretações reificadas como factos (Baptista, 2001: 77).

Especificamente, sobre o caso do Programa das Casas Económica, Luís Baptista adianta:

o teste à aplicação do discurso dos dirigentes estatais ligados à habitação está simplificado graças à possibilidade de observar o resultado prático das suas intenções. Os bairros e os conjuntos residenciais edificados, enquanto objecto da nossa análise, ainda hoje existentes, libertam-nos de formas de controlo metodológico mais elaboradas. Esta vantagem analítica não impediu, todavia, a necessidade de desenvolvimento de mecanismos de controlo da informação produzida estatalmente. Como afirma Bourdieu, o Estado concentra a informação, trata-a e redistribui-a, operando uma unificação teórica (Bourdieu, 1994: 114). Esta operação de totalização, objectivação e codificação (Recenseamentos e Estatísticas, Cartografia e Fiscalidade, Legislação e Controlo dos Comportamentos), a que este autor se refere, tem um significado de homogeneização fundamental: cria sistemas de classificação uniformes, formas de procedimento burocrático e logo desenvolve o já referido tipo de pensamento oficial (Baptista, 2001: 77).

Em articulação com esta orientação metodológica, Luís Baptista incorpora e desenvolve elementos da sociologia de Jean-Claude Chamboredon (2020a [1985]) em particular a noção de «construção social das populações». Segundo este sociólogo francês:

Uma das características da história urbana recente é a originalidade dos mecanismos sociais de construção das populações. Os processos institucionais, formais ou informais, através dos quais ocorre uma afectação de um espaço a determinados usos e o confinamento de certos grupos sociais a certos sectores do espaço são, de facto, novos pela sua amplitude e pela importância dos seus efeitos, conduzindo a uma nova qualificação social do espaço.» (Chamboredon, 2020a [1985]: 41).

À construção social das populações destinatárias de alojamento público de cariz social, demonstra o autor, correspondem espaços residenciais edificados e distribuídos por estratos populacionais fabricados administrativamente. No cruzamento destes dois processos, a cidade é reinventada, como nos recorda o título da sua dissertação. Nessa reinvenção da cidade, a habitação de cariz social é uma categoria política, admi-

nistrativa e urbana. Analisando-a enquanto categoria, o autor mostra como o trabalho sociológico se orienta para o desfazer das evidências categoriais no mundo social. Situando-a num campo administrativo de produção de alojamento, o autor apreende as relações nas quais certas classificações e instrumentos emergem, tanto entre agentes (peritos, decisores, governantes, por exemplo) como entre grupos sociais, no caso os estratos populacionais destinatários do programa de habitação.

Esta linha de pesquisa e este contributo participam num contexto intelectual e científico mais amplo no qual a investigação sobre a génese e uso social de categorias convoca para a análise os sistemas de classificação, mas igualmente a linguagem, as instituições e o poder – em suma, a sua legitimidade. A investigação sobre o programa das Casas Económicas pode, nesta perspetiva, assim ser entendido como uma análise a uma modalidade de «urbanização programada» (Baptista, 1996: 6-10), a partir da qual se formaliza e objetiva, se define e se qualifica, se estrutura e se simboliza um destino residencial e conseqüentemente um conjunto de divisões espaciais e populacionais, sociais e urbanas.

No final do livro *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas* (1999), Luís Baptista discute o curso daquele programa de habitação de cariz social e os seus efeitos na «cidade alargada» – ou seja, no seu contexto metropolitano. Produção científica subsequente o fabrico de um raciocínio metropolitano por parte do autor começa a recortar-se de forma nítida retomando questões e perspetivas de autores clássicos como Georg Simmel (1997 [1903]), Robert Ezra Park (1984 [1925]) e Maurice Halbwachs (2010 [1938]) e contemporâneos como Michel Bassand (1997). Numa considerável variedade de tópicos que abordou, dois destacam-se pela sua centralidade numa sociologia das metrópoles: as migrações e a construção social de identidades locais.

Sob o título «Presentes e desconhecidos. Reflexões sócio-antropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures», artigo em coautoria com **Graça Índias Cordeiro**, os autores interrogam as formas de instalação migrante no concelho de Loures, atendendo às suas trajetórias e aos efeitos da sua instalação e residência composição social do território. Na perspetiva das transformações no povoamento e nas condições de coexistência, a pesquisa revela como as tensões na condição migrante se desenham no seu quotidiano, no espaço e na vivência, ao longo de vários eixos: «território/mobilidade», isto é, a sua relação com o espaço; «imigrante/estrangeiro», a sua identificação, «cidadão/indocumentado», o seu estatuto, «institucional/informal», isto é, o modo de apoio recebido ou desejado. Se a pesquisa se encontra em linha com a sociologia e antropologia das migrações praticadas à época, ela evidencia como para o autor emigração e imigração são constitutivas dos processos de urbanização e determinantes dos seus efeitos na morfologia urbana, nos modos de vida e na organização da proximidade espacial e da distância social.

Relativamente ao fenómeno das identidades locais em contexto metropolitano vale a pena seguir de perto as primeiras linhas do artigo «Território e Cultura Saloia: a construção de (uma) identidade local?» (Baptista, 1999). Aí, o autor considera que o tema da cultura saloia poderá parecer anacrónico e despropositado, sobretudo se inscrito no «fenómeno da metropolização e na redefinição dos aspectos económicos, sociais e simbólicos» que lhe estão associados. Todavia, ao sublinhar outros elemen-

tos da metropolização da capital portuguesa, como os novos perfis de intervenção do Estado, a participação democrática dos interventores públicos e privados à escala municipal, a competição entre cidades e territórios no âmbito da globalização, Luís Baptista coloca a questão de se saber quem em tais condições constrói e reconverte identidades de base local. O tópico é o da reclassificação e requalificação de territórios e grupos sociais por via de propriedades sócio-territoriais.

O contributo do autor para esta dimensão da «questão local» é significativo pois coloca em destaque o papel que especialistas e produtores de conhecimento desempenham em processos de reclassificação territorial e social. Se estes processos podem ser entendidos no quadro das «novas formas da oposição cidade-campo» – nas quais J-C Chamboredon (2020b [1985]: 76 e 88) inclui os processos de «naturalização» e de «museificação» – o autor chama a atenção para a integração de atributos paisagísticos ou gastronómicos, entre outros, nos processos de reconversão identitária associados a um novo ordenamento espaço-temporal dos territórios metropolitanos no qual o consumo e o lazer são estruturantes.

A ludificação dos territórios enquanto contributo para o debate sobre as cidades contemporâneas

Em «Territórios Lúdicos (e o que torna lúdico um território)», Luís Baptista propõe: «a modernização lúdica dos territórios, ou (...) a sua *ludificação* corresponde a uma nova dinâmica dos usos do espaço humanizado que amplia e diversifica a lógica de apropriação resultante dos históricos processos de urbanização» (2005: 47). O argumento do autor começa por retomar brevemente a dimensão morfológica desta dimensão dos processos de urbanização contemporâneos, dando relevo aos «lugares/cenários edificadas de raiz para serem usados como espaços de entretenimento e consumo programado» (*Ibidem*). Não obstante, no passo seguinte, a sua leitura do processo de urbanização é situada num plano distinto e com efeitos de leitura inovadores. Desde logo porque identifica a traço largo a figura do programador territorial, um ideal-tipo que lhe permite avançar a ideia de que «cidades, campos, metrópoles, praias e montanhas» passam a objeto de programação enquanto destinos lúdicos. Aqui são várias as «indústrias» do lazer que se encontram implicadas, mas igualmente «instituições» encarregues, por exemplo, da classificação de espaços como naturais ou como patrimoniais. Às dimensões *mercantilizantes* e *mercantilizadas* desta produção de destinos corresponde uma abertura no plano da gestão pública e privada para a reclassificação de espaços menos definidos ou para a sua integração em processos de conversão.

Luís Baptista sugere que os parâmetros para a apreensão e interpretação de certas dimensões da urbanização contemporânea sejam revistos: a fixação combina-se com a renovada leitura da mobilidade generalizada; o espaço é recombinao com o tempo, sobretudo a transformação estrutural que o tempo livre representa, expandindo-se e crescendo em volume com o quantitativo de indivíduos e grupos integrados em sociedades atravessadas por estes processos; a emergência de um modo de vida lúdico, relativamente ao qual se registam desigualdades de integração e de acesso por parte

de diferentes grupos sociais; e, *last but not least*, as revoluções na circulação e distribuição de bens, informações e pessoas, que sublinha o autor, foram acompanhados pelo os usos generalizados, em certas sociedades, do automóvel e das viagens aéreas.

No plano das mudanças estruturais, o autor sublinha que em causa está a expansão da «industrialização dos tempos livres» nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, a formação de uma ideologia do prazer individual universalizável, e uma clivagem social que tendendo a estabelecer-se a partir do consumo e da cultura de consumo estrutura uma dimensão de desigualdade social equiparável à do acesso à cidadania.

A elaboração deste quadro é influenciada pela sociologia crítica dos anos sessenta do século XX, refere o autor, mas igualmente pela problemática da pós-modernidade, na qual o contributo de Zigmunt Bauman é referenciado e discutido, sobretudo o consumo e a cultura de consumo, em *Consuming Life* (2007) e os tópicos do medo (Bauman, 2006), da liberdade e da segurança enquanto parâmetros da modernidade líquida (Bauman, 2000).

Já no plano da transformação das cidades, particular destaque para o trabalho de John Hannigan (1998) *Fantasy City. Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis*, cuja leitura influenciou o equacionar da relação entre os processos de urbanização e a economia do entretenimento; destaque também para os contributos de George Ritzer (1993), *The MacDonaldisation of Society*, e de Alan Bryman (2004), *The Disneyization of Society*, que o autor integra e discute. Em trabalhos mais recentes, Luís Baptista tem vindo com estes contributos a construir quadro de leitura sociológico processual da organização e do destino dos territórios lúdicos. Em textos como «*Disneyization of renewed neighborhoods: urban leisure segregation in Barcelona (Fòrum) and Lisbon (Parque das Nações)*» (Baptista *et al.*, 2010) ou «*Mobilidades temporárias na cidade turística: O caso do centro histórico de Lisboa*» (Baptista *et al.*, 2020b) ou ainda «*A oferta turística e os seus territórios: autenticidade, patrimonialização e experiência*» (Pereira *et al.*, 2017) encontram-se linhas fortes apoiadas em conceitos e metodologias que são portadores de novas formas de equacionar sociologicamente os processos de urbanização e suas configurações espaciais e territoriais.

Bibliografia fundamental

- Andrade L T D, Baptista L V (2016) Public spaces: Interactions, appropriations, and conflicts. *Research In Urban Sociology*, 15 : 19-34.
- Baptista L V (1987) *Crescimento Urbano e Migrações Internas: Contrastes e Alterações Sócio-Espaciais e Redes de Interconhecimento – O Bairro do Rego (Lisboa, 1900-1985)*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa. Lisboa, FCSH-UNL.
- Baptista L V (1994) Crescimento urbano e coexistência residencial: um caso de edificação não planeada «às portas da cidade» de Lisboa (1900-Anos 40). *Ler História*, 26: 171-195.
- Baptista L V (1996) A Cidade em Reinvenção. *Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação (Lisboa, século XX)*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa, FCSH-UNL.
- Baptista L V (1999) *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa*. Lisboa, Celta.

- Baptista L V (1999) Território e Cultura Saloia: a construção de (uma) identidade local? *OBS – Publicação Periódica do Observatório das Actividades Culturais*, 6 : 10-16.
- Baptista L V (2001) Cidade e Políticas Sociais de Habitação. Armadilhas Conceptuais e Metodológicas. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3: 71-81.
- Baptista L V (2005) Territórios Lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida. *Fórum Sociológico*, 13/14: 47-58.
- Baptista L V (coord.) (2017) *Inquirição aos Municípios e Agentes da Cidade de Lisboa: Qualidade de Vida e Governação Urbana* (Relatório Final). FCSH/CICS.NOVA, Lisboa.
- Baptista L V, Cordeiro G Í (2002) Presentes e Desconhecidos. Reflexões sócio-antropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 40: 23-43.
- Baptista L V, Mazzella S, Pereira P, Nunes J P (2020a) (eds.) *Pensar o Território. Jean-Claude Chamboredon – uma abordagem Pioneira*. V N Famalicão, Húmus.
- Baptista L V, Nofre J, Jorge M D R (2020b) Mobilidades temporárias na cidade turística: O caso do centro histórico de Lisboa. *Fórum Sociológico*, 36: 47-55.
- Baptista L V, Nofre J, Pereira P (2010) Disneyization of renewed neighborhoods: urban leisure segregation in Barcelona (Fòrum) and Lisbon (Parque das Nações). In D Picard, C Amaral (eds.) *Proceedings of the Tococu: 1st Biannual Conference: Lisbon, Portugal, 9-12 September 2010*.
- Baptista L V, Nunes J P (2010) Lisboa invisível. Reflexões sobre o trabalho de desocultação das microdinâmicas metropolitanas. In A Dornelas, L Oliveira, L Veloso, M D Guerreiro (eds.) *Portugal Invisível*. Lisboa, Mundos Sociais: 53-74.
- Cordeiro G Í, Baptista L V, Costa A F (2003) (eds.) *Etnografias Urbanas*. Oeiras, Celta.
- Pereira P, Baptista L V, Martins J C (2017) A oferta turística e os seus territórios: autenticidade, patrimonialização e experiência. In F Silva, J Umbelino (eds.) *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*. Lisboa, Lidel: 93-104.

Referências secundárias

- Bassand M (1997) *Métropolisation et inégalités sociales*. Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- Bauman Z (2000) *Liquid Modernity*. Cambridge, Polity.
- Bauman Z (2006) *Liquid Fear*. Cambridge, Polity.
- Bauman Z (2007) *Consuming Life*. Cambridge, Polity.
- Bryman A (2004) *The Disneyization of Society*. Thousand Oaks, Sage.
- Chamboredon J-C (2020a [1985]) A construção social das populações. In Baptista L V, Mazzella S, Pereira P, Nunes J P (eds.) *Pensar o Território. Jean-Claude Chamboredon – uma abordagem sociológica pioneira*. V N Famalicão, Húmus: 41-68.
- Chamboredon J-C (2020b [1985]) Novas formas da oposição cidade-campo. In Baptista L V, Mazzella S, Pereira P, Nunes J P (eds.) *Pensar o Território. Jean-Claude Chamboredon – uma abordagem sociológica pioneira*. V N Famalicão, Húmus: 75-91.
- Halbwachs M (2010 [1938]) *Morfologia Social*. Lisboa, Edições 70.
- Hannigan J (1998) *Fantasy City. Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis*. London, Routledge.
- Park R E (1984 [1925]) La Ville. Propositions de recherche sur le comportement humain. In Y Grawmeyer, I Joseph (eds.) *L'École de Chicago. Naissance de la écologie urbaine*. Paris, Aubier.
- Ritzer G (1993) *The MacDonaldisation of Society*. Thousand Oaks, Sage.
- Simmel G (1997 [1903]) A Metrópole e a vida do espírito. In C Fortuna (ed.) *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras, Celta: 33-45.

25. Manuel Brandão Alves

Vítor Escária

Principais elementos biográficos

Começo este texto com uma nota prévia. Escrever sobre o Professor Brandão Alves e os seus contributos na área do estudo do território é, simultaneamente, uma tarefa gratificante e arriscada.

Gratificante porque significa escrever sobre alguém que foi e é uma referência, quer como pessoa, quer como académico, para mim e, quero crer, para muitos daqueles que estudaram o território, em particular no ISEG. Reconhecer aqueles que nos inspiraram é uma honra, mas também um dever.

Arriscada porque será sempre uma visão pessoal, subjetiva e eventualmente enviesada ou mesmo injusta, seja por poder omitir, até por desconhecimento, algumas dimensões, seja por adotar um padrão de avaliação necessariamente subjetivo (começo já aqui a fazer jus a alguns dos ensinamentos do Prof. Brandão Alves).

Correndo o risco, procuro em seguida apresentar o que considero serem os principais aspetos da carreira e obra do Prof. Manuel Brandão Alves.

Manuel Brandão de Vasconcelos Alves é um dos economistas portugueses com mais longa carreira dedicada aos temas do território, em particular à sua organização e administração e à modelização e desenvolvimento das economias regionais.

Essa ligação é bem evidente desde o início da sua formação em que, depois de concluir a sua licenciatura em Economia que realizou na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, entre 1961 e 1966, rumou a Paris e trabalhou, entre 1966 e 1968, sob orientação do Prof. Jean Paelinck no IEDES – *Institut d'Etudes du Développement Economique et Social*, onde obteve o Grau de *Technicien Supérieur du Développement* – diploma de 3.º ciclo, mediante a apresentação de uma dissertação intitulada *Conditions d' Application au Portugal de Quelques Modèles Quantitatifs d'Analyse Régionale*. Nesse período, entre 1967 e 1968, concluiu ainda o 1.º ano do doutoramento de 3.º ciclo da Faculdade de Direito e Ciências Económicas de Paris, na especialidade de *Développement Régional et Aménagement du Territoire*, sob a direção do Prof. Jacques Boudeville.

Em 1968/1969 obtém ainda em Paris o Diploma de Estudos Superiores (Curso de Doutoramento de Estado), na Faculdade de Direito e Ciências Económicas de Paris, com a apresentação de uma dissertação intitulada *Le Développement Économique et Social du Languedoc-Roussillon et le Plan d'Aménagement du Territoire*, sob a direção do Prof. Jean Marczewski.

Já em Portugal, em 1987, obtém o grau de Doutor em Economia, no Instituto Superior de Economia, da Universidade Técnica de Lisboa, com a apresentação de uma dissertação intitulada *Descentralização e Interdependência Espacial de Processos de Decisão* (Alves, 1987), preparada sob orientação do Prof. Raymond Courbis, da Universidade de Paris X. Em 1994, nas suas provas de Agregação, apresentou um Relatório sobre a disciplina de Economia Regional e Urbana da Licenciatura e uma Lição com o título *Rede Urbana e Competitividade em Economia Aberta* (Alves, 1994).

Em termos académicos, a sua carreira desenvolveu-se fundamentalmente no atual Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa, para onde entrou, no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, como Equiparado a Assistente no início de 1971 e foi, progressivamente, Professor Auxiliar Convocado, em 1987, Professor Associado, em 1989, e Professor Catedrático, em 1995. Foi ainda Assistente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, de dezembro de 1972 a julho de 1973, e Assistente do Instituto de Estudos Sociais, depois Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, de outubro de 1971 a junho de 1974.

Tendo lecionado disciplinas na área da Teoria e Política de Desenvolvimento Económico, do Desenvolvimento Económico e Social e da Teoria e Técnicas de Planeamento, foi, durante a sua carreira académica, fundamentalmente docente e responsável de disciplinas na área da Economia Regional e Urbana, quer ao nível de licenciatura quer de mestrado.

Neste quadro merece referência o seu envolvimento e coordenação do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, da Universidade Técnica de Lisboa, uma das primeiras experiências de um curso ministrado em parceria por um conjunto de escolas da então Universidade Técnica de Lisboa e que muito contribuiu para a interação entre profissionais de várias áreas do saber em torno do tema do território.

Para além das atividades de ensino e de investigação, desenvolveu, ao longo da sua carreira, uma intensa atividade de gestão e de extensão universitária.

No que respeita à gestão universitária participou em diversos órgãos do ISEG e da Universidade Técnica de Lisboa, merecendo destaque a presidência do Departamento de Economia e a Presidência do Conselho Diretivo do ISEG.

Quanto às atividades de extensão universitária, foram muitos os estudos e projetos de investigação aplicada desenvolvidos para entidades públicas e privadas. Nesse contexto merece referência a sua pertença ao CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas, de que foi fundador e por diversas vezes presidente da Comissão Diretiva, onde desenvolveu boa parte desses trabalhos, inspirou e acompanhou diversos docentes e alunos do ISEG na sua ligação com as temáticas do território.

O seu interesse pelas temáticas do território manifestou-se ainda no envolvimento em diversas associações científicas da área, nacionais e estrangeiras, merecendo des-

taque, em termos nacionais, a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR, de que foi associado desde a sua génese e membro dos órgãos sociais em diversos mandatos, ou, em termos internacionais, a *Regional Science Association International* – RSAI e a *European Regional Science Association* – ERSA, em que a organização em Lisboa do trigésimo primeiro congresso foi um marco, ou o *Groupe de Recherche sur les Economies Regionales du Bassin Méditerranéen* (GRERBAM).

Em paralelo com a carreira académica, importa destacar também a sua carreira na administração. Ainda durante a sua estada em Paris foi membro da Delegação Portuguesa junto da OCDE, em Paris, entre 1969 e 1970. Mas a principal referência é a sua ligação entre 1976 e 1986 ao Grupo de Estudos Básicos de Economia Industrial – GEBEI, do Ministério das Finanças e do Plano, onde colaborou, ou dirigiu, estudos sobre Sistemas de Contabilidade Nacional, nomeadamente a construção de Matrizes de Relações Interindustriais. Assumiu ainda as direções do projeto de Construção de um Modelo Regional-Nacional para Portugal – o MORENA –, até 1984, do projeto de Construção de um Sistema de Matrizes Multi-Regionais, implementado em colaboração com as Comissões de Coordenação Regional, e ainda do Núcleo de Estudos Regionais do referido GEBEI. O GEBEI foi durante muitos anos um dos principais centros de conhecimento sobre a economia portuguesa, produzindo estudos de referência e análises que marcaram muitas gerações.

São ainda de destacar a assunção, entre 1997 a 2000, do cargo de Membro não Executivo do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Estatística e, em 2000/2001, de Diretor Geral do Ensino Superior e de Presidente do Fundo de Apoio ao Estudante.

Numa outra dimensão completamente distinta, é de relevar a intensa e permanente atividade cívica e de cidadania, que o fez estar envolvido em diversos movimentos e grupos com significativa intervenção pública. Essa atividade ainda no tempo da ditadura fez com que tivesse tido alguns dissabores com as autoridades do regime. Mais recentemente merecem destaque a participação e liderança da Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC e a participação no Grupo Economia e Sociedade, bem como uma relevante presença na blogosfera e na imprensa, debatendo e tomando posição sobre temas da atualidade económica e social nacional e internacional.

As reflexões sobre o território

Ao longo da sua longa carreira, as contribuições para o estudo do território foram múltiplas pelo que há sempre um risco e alguma subjetividade no exercício de identificar ou destacar algumas delas. As mesmas surgem em mais de 40 trabalhos publicados bem como nos cerca de 40 trabalhos disponibilizados sob a forma de documentos de trabalho (a maioria comunicações a Seminários ou Congressos).

Pessoalmente identifico duas áreas fundamentais nos trabalhos do Professor Brandão Alves, que são transversais à sua carreira e às suas várias dimensões, da investigação, pura e aplicada, ao ensino e à intervenção cívica.

A primeira diz respeito à problemática da organização territorial do Estado e, consequentemente, da organização da intervenção das políticas públicas.

Esta reflexão enforma a sua dissertação de doutoramento, com o título *Descentralização e Interdependência Espacial de Processos de Decisão* (Alves, 1987), onde é efetuada uma análise da complexidade das interdependências dos vários territórios, das várias escalas territoriais e dos conflitos entre os vários sujeitos de poder, todos com legitimidade.

Também o Relatório das Provas de Agregação, intitulado *Rede urbana e competitividade em economia aberta* (Alves, 1994), em que realiza uma reflexão em torno da adaptabilidade dos modelos tradicionais (Christaller e Losch) para interpretar o comportamento das redes urbanas em economia aberta e procura identificar as condições de competitividade suscetíveis de permitirem às cidades, afirmar-se como criadoras de riqueza, num mundo caracterizado por relações de economia aberta e de crescente concorrencialidade, contempla um contributo relevante sobre ao papel da organização do território, em particular do sistema urbano, para a sua competitividade.

Outro contributo relevante neste domínio surge no documento de trabalho publicado pelo IACEP *Do poder autárquico local à descentralização regional* (Alves, 1986b) em que essa temática da organização espacial da administração pública é discutida e analisada.

Toda esta análise da descentralização espacial de decisões num quadro de hierarquia de sistemas foi um contributo fundamental para o estudo da organização espacial do Estado e das políticas públicas. Destacam-se, em particular, as reflexões sobre os vários modelos de descentralização, a hierarquia de decisões, de funções e de poder e a resolução de conflitos, que foram da maior relevância para uma melhor compreensão da organização espacial do Estado, tal como o tratamento dado aos conceitos de descentralização e de desconcentração, operacionalizados no quadro do tratamento das relações estabelecidas entre níveis territoriais distintos.

O seu contributo nesta área não se cingiu aos contributos teóricos. Estendeu-se a aplicações práticas, nomeadamente nos estudos realizados para a Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território no quadro da preparação do processo que culminou no referendo sobre a instituição em concreto das regiões administrativas em Portugal, realizado em 1998. Neste âmbito, procedeu a uma análise aprofundada das funções e competências exercidas aos vários níveis territoriais e desenvolveu modelos de descentralização das várias competências entre os vários níveis num quadro de reorganização territorial do Estado.

A segunda área em que são de destacar os contributos do Professor Brandão Alves diz respeito à análise das economias regionais e à construção de modelos regionais. Inspirado pela sua experiência em França, veio a desenvolver em Portugal, no GEBEI, uma intensa atividade de análise das economias regionais e de construção de matrizes de Relações Intersectoriais, de um Modelo Regional-Nacional para Portugal (o MORENA) e de um Sistema de Matrizes Multi-Regionais.

Merecem destaque relativamente à modelização regional os contributos incluídos em documentos publicados pelo IACEP, nomeadamente *Modelo morena: modelo de interdependência regional-nacional* (Alves, 1986c), ou pela JNICT-CIUR em 1979, *Sistema de matrizes regionais: sua construção e sua utilização* (Alves, 1979). Também os textos «Algumas aplicações de modelos gravitacionais no caso português» (Alves, 1970), publicado na *Análise Social*, ou «O planeamento regional instrumento de pro-

gresso e desenvolvimento regional e nacional» (Alves, 1988) publicado nos *Cadernos Municipais* da Fundação Antero de Quental, são um bom exemplo de contributos nesta área.

Já depois de sair do GEBEI, fundamentalmente no CIRIUS, em resposta a solicitações de entidades como as Comissões de Coordenação Regional, e mantendo a ligação a outros elementos da sua antiga equipa, nomeadamente o Natalino Martins, continuou a desenvolver matrizes de relações intersectoriais para algumas regiões, como a Beira Interior, a região Norte ou a Região Autónoma dos Açores.

Estas matrizes, para além de corresponderem a um instrumento riquíssimo de caracterização das economias regionais, descrevendo as relações e principais fluxos que se estabelecem entre os agentes regionais, permitiram em muitos casos proceder a estudos de avaliação de impacto sobre as economias dessas regiões de programas de política pública implementados.

São exemplos de contributos a este nível os disponibilizados em textos como *Metodologia de Base para a Construção de uma Matriz para a Região Norte – Matriz de Fluxos Totais a Preços de Aquisição* (Alves, 1993) ou *Sistema de Matrizes Regionais para a Beira Interior – Relatório Prospectivo de Metodologia Global* (Alves et al., 1988).

Os principais contributos relativamente aos estudos sobre as economias regionais e sobre a problemática do desenvolvimento regional surgem em trabalhos como os textos *O espaço e as suas transformações* (Alves, 1992) e *Inovação e competitividade* (Alves, 1989b), ambos publicados nos *Estudos de Economia, A região Centro: suas dependências e independências: elementos a ter em conta na definição de objetivos e instrumentos de política* (Alves, 1986a), *A fronteira, barreira ou oportunidade de desenvolvimento* (Alves, 1989a), publicada na revista *Planeamento e Administração*, *The portuguese urban network or the lilliputian urban network* (Alves, 1994b), ou *As oportunidades de desenvolvimento das regiões fronteiriças* (Alves, 1990), publicado na revista *Barrosânia*, em que procede não só à análise de diversos territórios, como discute fatores relevantes para o seu desenvolvimento.

Destacam-se ainda nesta área diversos contributos disponibilizados sob a forma de livros, relatórios dos projetos coordenados ou contributos para obras coletivas, como por exemplo o *Estudo de Viabilidade para um Programa Operacional Integrado de Desenvolvimento Regional no Vale do Tejo* (Alves et al., 1991/1992), em que é apresentada a base de um programa de desenvolvimento integrado deste território, ou *La economía Ibérica: una fértil apuesta de futuro* (Macorra y Cano et al., 1999), em resultado de um trabalho de cooperação com a Universidade da Extremadura, de Espanha, em que são analisadas oportunidades de desenvolvimento associadas à cooperação transfronteiriça.

Nesta área merecem ainda destaque os trabalhos de cenarização da evolução das diversas economias regionais e da cidade de Lisboa, elaborados em colaboração com a *Cambridge Econometrics* e disponibilizados no *European Regional Prospects – Analysis and Forecasts Forecasts* (Alves et al., vários anos d, e), publicados diversos anos.

As suas reflexões sobre o território traduziram-se ainda num outro elemento, eventualmente de menor relevância segundo os habituais critérios de avaliação de

publicações científicas, mas que desempenhou um papel determinante na formação de múltiplas gerações de alunos do ISEG nas disciplinas de Economia Regional e Urbana: os cadernos da série didática publicados pelo Centro de Investigações Regionais e Urbanas ao longo de vários anos. Cobrindo temáticas desde os *Modelos explicativos da localização das actividades no espaço* (Alves *et al.*, vários anos c), aos *Métodos de análise da evolução do sistema espacial português: as regiões, as cidades e os fenómenos urbanos* (Alves *et al.*, vários anos a) ou a *Multidimensionalidade do Espaço: Do Espaço Objecto ao Espaço Sujeito e à Ordem no Território* (Alves *et al.*, vários anos b), estes cadernos, produzidos em colaboração com diversos colegas do ISEG, introduziram a muitos alunos as temáticas do território e dos métodos de análise espacial, sendo um suporte rigoroso ao estudo e investigação nestes temas.

Os seus contributos na área da ciência regional em Portugal foram reconhecidos através da atribuição de variados prémios, como seja a primeira edição do Prémio Bartolomeu Perestrelo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional distinguindo a sua contribuição pedagógica e científica para a Ciência Regional e vencendo o reconhecimento da comunidade de ensino e de investigação que se dedica à Ciência Regional.

Da teoria à prática

O Professor Brandão Alves para além da reflexão teórica e académica manteve uma intensa intervenção na esfera pública, participando ativamente na discussão de temas relacionados com o desenvolvimento económico e social português e dos seus territórios.

Essa participação assumiu formas variadas, desde a publicação de artigos de opinião (muitos reunidos na coletânea *Em Direto do ISEG* (Romão *et al.*, 1994), à organização e participação em colóquios e seminários de debate de problemáticas relacionadas com o território e o seu desenvolvimento, nomeadamente sobre os impactos das políticas de desenvolvimento regional e a intervenção dos fundos comunitários.

Neste domínio, a temática relacionada com o território que provavelmente gerou maior controvérsia no espaço público, de forma recorrente nas últimas três décadas, foi a regionalização e a criação em Portugal de regiões administrativas. Seu adepto, o Professor Brandão Alves participou ativamente nesta discussão, procurando evitar o debate estéril e contribuir para uma discussão informada sobre as vantagens e os riscos do processo, bem como sobre as condições para o seu sucesso. Beneficiando do conhecimento teórico sobre escalas ótimas para a provisão de bens e serviços e sobre os problemas da governação multinível, participou ativamente na discussão sobre o modelo de reorganização territorial da administração pública.

Outras temáticas que mobilizaram a sua atenção e a intervenção pública ao longo da sua carreira respeitaram às estratégias de desenvolvimento de diversas regiões e à adequada mobilização de instrumentos de política pública para promover esse desenvolvimento. Envolvendo-se em processos participados quer sobre os objetivos quer sobre os instrumentos, contribuiu para uma maior sensibilidade pública relativamente aos processos de desenvolvimento.

Para além da discussão, merece ainda destaque a participação ativa na implementação de programas de desenvolvimento, sendo um bom exemplo a pertença e depois direção da Associação Nacional de Direito ao Crédito responsável pela implementação do Programa de Microcrédito com impactos muito significativos na vida de muitos beneficiários.

Bibliografia fundamental

- Alves M B (1970) Algumas aplicações de modelos gravitacionais no caso português. *Análise Social*, 27/28: 439-455.
- Alves M B (1979) *Sistema de matrizes regionais: sua construção e sua utilização*, Documento de trabalho. Lisboa, JNICT-CIUR.
- Alves M B (1986c) *Modelo morena: modelo de interdependência regional-nacional*, Documento de trabalho. Lisboa, Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento.
- Alves M B (1987) *Descentralização e Interdependência Espacial de Processos de Decisão*, Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Economia. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia.
- Alves M B (1989a) A fronteira, barreira ou oportunidade de desenvolvimento. *Planeamento e Administração*, 2: 13-24.
- Alves M B (1993) *Metodologia de Base para a Construção de uma Matriz para a Região Norte – Matriz de Fluxos Totais a Preços de Aquisição* (em colaboração). Lisboa, CIRIUS (ISEG-UTL)/CCR-N.
- Alves M B (1994a) *Rede Urbana e Competitividade em Economia Aberta, Texto de Apoio (com modificações)* à Lição de Síntese, realizada em Provas de Agregação.
- Alves M B et al. (Vários anos a) *Métodos de análise da evolução do sistema espacial português: as regiões, as cidades e os fenómenos urbanos*. Lisboa, ISEG-UTL, CIRIUS, Série Didática, Documento de Trabalho n.º 2.
- Alves M B et al. (Vários anos b) *Multidimensionalidade do Espaço: Do Espaço Objecto ao Espaço Sujeito e à Ordem no Território*. Lisboa, ISEG-UTL, CIRIUS, Série Didática, Documento de Trabalho n.º 1.
- Alves M B, Martins A N, Madruga P (Vários anos c) *Modelos explicativos da localização das actividades no espaço*. Lisboa, ISEG-UTL, CIRIUS, Série Didática, Documento de Trabalho n.º 4.

Referências secundárias

- Alves M B (1986a) *A região Centro: suas dependências e independências: elementos a ter em conta na definição de objectivos e instrumentos de política*, Documento de trabalho. Lisboa, Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento.
- Alves M B (1986b) *Do poder autárquico local à descentralização regional*, Documento de trabalho. Lisboa, Instituto de Análise da Conjuntura e Estudos de Planeamento.
- Alves M B (1988) O planeamento regional instrumento de progresso e desenvolvimento regional e nacional. *Cadernos Municipais*, 45/47: 5-8.
- Alves M B (1989b) Inovação e competitividade. *Estudos de Economia*, IX(4): 449-455.
- Alves M B (1990) As oportunidades de desenvolvimento das regiões fronteiriças. *Barrosânia*, 4: 27-34.

- Alves M B (1994b) *The portuguese urban network or the lilliputian urban network*, Documento de trabalho. Lisboa, ISEG.
- Alves M B et al. (1988) *Sistema de Matrizes Regionais para a Beira Interior – Relatório Prospectivo de Metodologia Global*. Lisboa, CIRIUS(ISEG)/CEDR.
- Alves M B et al. (1992) O espaço e as suas transformações. *Estudos de Economia*, XII(3): 315-320.
- Alves M B et al. (coords.) (1991/1992) *Estudo de Viabilidade para um Programa Operacional Integrado de Desenvolvimento Regional no Vale do Tejo*, 14 vols. Lisboa, CCR-LVT/GAPTEC/CESUR/CIRIUS.
- Alves M B et al. (Vários anos d) City 7: Lisboa. In AA. VV. *European Regional Prospects – Analysis and Forecasts for European Cities and Regions*. Cambridge, Cambridge Econometrics.
- Alves M B et al. (Vários anos e) Group 7: Regions of Spain and Portugal. In AA. VV. *European Regional Prospects – Analysis and Forecasts for European Cities and Regions*. Cambridge, Cambridge Econometrics.
- Macorra y Cano L F, Alves M B (coords.) (1999) *La economía Ibérica: una fértil apuesta de futuro*. Mérida, Junta de Extremadura.
- Romão A, Alves M B, Valério N (orgs.) (1994) *Em directo do ISEG*. Oeiras, Celta.

26. Manuel Carlos Silva

Fernando Bessa Ribeiro

O trajeto biográfico de um sociólogo implicado

Manuel Carlos Silva nasceu em 1946 em Abade do Neiva, uma aldeia de Barcelos, indo viver aos cinco anos para Aguiar, no extremo norte do concelho. É o filho mais velho de um caixeiro e, depois, merceeiro, e de uma camponesa. Revelando talento e dedicação na escola, teve na professora primária um esteio relevante, nomeadamente ao insistir com os pais para que a criança prosseguisse os estudos. Numa época de extrema privação, com um regime em que o ditador Salazar desconfiava da modernização, preferindo as velhas hierarquias, com cada um respeitando a ordem imposta pelo nascimento, as possibilidades de mobilidade social eram manifestamente escassas. Como quase sempre acontecia quando se pretendia continuar a estudar, não existindo os recursos económicos necessários para suportar as despesas de um filho, cujo trabalho fazia falta, seja na agricultura, seja em qualquer outra atividade útil à economia doméstica, o caminho para Manuel Carlos Silva foi o de um seminário de ordem religiosa, mais barato que o diocesano, ainda que com enormes dificuldades. Tendo feito os estudos secundários no seminário carmelita em Viana do Castelo, entre 1958 e 1963, e, seguidamente, no Marco de Canaveses, nos dois anos seguintes, logo depois foi estudar Filosofia, entre 1965 e 1968, no Seminário Maior da Ordem Carmelita e na Faculdade de Filosofia em Vitória (País Basco). Um padre progressista e docente fê-lo questionar a velha filosofia aristotélico-tomista sucessivamente à luz de racionalismo kantiano e do existencialismo sartriano. Apesar de ainda ter tido uma esperança na transformação da Igreja pela via da Teologia da Libertação, lendo Edward Schillebeeckx, Hans Kung e Leonardo Boff, acabou por perder a fé cristã quando, após a saída do seminário, foi trabalhar em 1969 como operário em Paris por uns meses e, sobretudo, quando de volta a Portugal, lecionou no Colégio Nuno Álvares Pereira e cursou Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de 1969 a 1971.

Num quadro de progressiva maturação política, as suas origens de classe, a experiência pessoal da relativa privação familiar e das desigualdades que atravessavam a

sua aldeia fizeram-no tomar consciência não só do caráter repressivo do regime, como dos processos de como médios proprietários, lavradores e os poucos letrados cidadãos, além do ganho económico, exerciam, juntamente com os padres, uma relação de controlo patrocinal ou clientelar sobre jornalheiros, artesãos e pequenos camponeses. A vida como estudante de Direito em tempos de agitação política contribuiu para o colocar definitivamente na margem esquerda da política. Ativista no movimento estudantil e crítico do regime, a oposição à guerra colonial ditaria o seu exílio na Holanda, onde estudou sociologia e antropologia na Universidade de Amesterdão entre 1971 e 1984, tendo entretanto de regresso a Portugal no pós-25 de Abril terminado, nesta longa intermitência, o curso de Direito e lecionado Filosofia e Introdução à Política nos liceus de Santarém e D. Pedro V em Lisboa. Posteriormente doutorou-se *cum laude* em Ciências Sociais, Culturais e Políticas em 1994 na Faculdade de Ciências Sociais, Culturais e Políticas da Universidade de Amesterdão, sob a orientação de Veit Bader, sociólogo alemão proscrito pelo governo da Alemanha ocidental pelas suas posições político-ideológicas, e de Gerrit Huizer, antropólogo da Universidade de Nijmegen e ativista em movimentos sociais, nomeadamente camponeses, em vários países na América Latina.

Rejeitando qualquer tipo de dogmatismo ou de monoteísmo teórico e metodológico, M. C. Silva estruturou a sua leitura do mundo tendo por base os contributos teóricos de Karl Marx (p. ex. 1971 [1859], 2014 [1867]) e de Max Weber (1993 [1922]), largamente desenvolvidos por Bader. Na sua tese de doutoramento *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal* (1998) – galardoada com a mais importante distinção no campo das ciências sociais em Portugal, o Prémio Adérito Sedas Nunes –, M. C. Silva procede a uma imbricação crítica dos legados de Marx e de Weber, conjugando-os com teóricos do campesinato e da economia moral, como Edward P. Thompson, Eric Wolf e James Scott, e especialistas sobre religião e religiosidade popular e sobre o patrocínio. Como enfatiza Bader, no prefácio ao livro baseado na tese de doutoramento, M. C. Silva:

consegue superar velhas dicotomias bem conhecidas nas ciências sociais e que têm constituído reais bloqueios na pesquisa: accionalismo voluntarista *versus* estruturalismo determinista (incluindo as novas variantes estruturalistas e das teorias do microteorias *versus* macroteorias); teorias da ação racional *versus* teorias normativistas de integração; teorias da contingência *versus* teorias evolucionistas; teorias da privação relativa *versus* teorias da mobilização de recursos e teorias da estrutura política de oportunidades, etc. A estratégia teórica de Carlos Silva não é só equilibrada, mas também claramente demarcada das estratégias concorrentes e, nesta delimitação, demonstra um excepcional conhecimento da grande variedade de teorias que são relevantes para o seu projecto de investigação (Bader, 1998: 13-14).

Ainda doutorando na Universidade de Amesterdão, foi admitido em 1989 como Assistente na Universidade do Minho, onde se aposentaria como Professor Catedrático em 2014. Ao longo de um quarto de século nesta instituição, foi um dos mais ativos docentes e investigadores do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e dos seus centros de investigação, tendo exercido diversos cargos, incluindo o de diretor do Curso de Sociologia (1995-1998), do Departamento de Sociologia

(2000-2002), do Núcleo de Estudos em Sociologia e do Centro de Investigação em Ciências Sociais na Universidade do Minho (2002-2014). Mais recentemente, entre 2013 e 2014, foi um dos impulsionadores do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, com sede na Universidade Nova de Lisboa e diversos polos ancorados respetivamente na Universidade do Minho, na Universidade de Évora, na Universidade dos Açores e no Instituto Politécnico de Leiria. Fundou também a revista *Configurações*, de que foi o seu primeiro diretor, e a coleção *Debater o Social*, sendo o seu primeiro e atual diretor. No campo do associativismo profissional, M. C. Silva foi presidente da Associação Portuguesa de Sociologia entre 2010 e 2012, tendo no mandato anterior sido vice-presidente. Mas a sua vida não se esgota na academia, antes articulando-se com o envolvimento no campo da cidadania e das suas múltiplas lutas, incluindo políticas e sindicais. Para além de diversas candidaturas autárquicas, à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, foi dirigente do Sindicato dos Professores do Norte, tendo sido presidente da sua assembleia-geral entre 2014 e 2017.

As desigualdades no centro da reflexão sobre o espaço e os territórios

Sociólogo com interesses e terrenos de investigação muito diversificados, entre as suas inquietações fundamentais emergem os problemas do desenvolvimento desigual a nível global, nacional e regional (Silva *et al.*, 2005, 2012) e as desigualdades sociais (ver Bader e Benschop, 2018; Gomes *et al.*, 2018), sempre escrutinadas considerando os diferentes contextos espaciais, lugares e tempos e assentes em estudos empíricos e uso plural e cruzado de diversos métodos e técnicas. Assumindo as desigualdades sociais como inerentes ao capitalismo, os seus primeiros trabalhos sobre a sociedade rural revelam já uma atenção especial aos efeitos por elas produzidos (Silva, 1989, 1994). Em *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*, M. C. Silva procura entender e explicar a diversidade e, em particular, o comportamento sociopolítico conservador do campesinato. No seu entender, tal comportamento deve ser explicado considerando a perspetiva weberiano-marxista e da economia moral a partir da racionalidade específica da economia camponesa, imbricada com outras no seio e/ou no exterior da comunidade, na sua luta para preservar o seu pedaço de terra como condição e garantia vitais para a sua relativa autonomia e liberdade a nível familiar, destacando as diversas estratégias (casamento, herança e migrações), com os inerentes conflitos interdomésticos e o «mal de inveja», assim como as componentes religiosa e política, designadamente o sistema clientelar (Silva 1998, 2002).

Esta preocupação na linha weberiana pela compreensão densa das ações e práticas sociais e pela procura das causas que permitam explicar os problemas sociais está presente de modo nítido na investigação sobre prostituição feminina em regiões de fronteira de que foi um dos coordenadores. Não negando o papel relevante desempenhado pelas origens e pertenças de classe e género, pelas trajetórias de vida e os efeitos provocados pelas desigualdades sociais a nível global e local na decisão da entrada e permanência das mulheres na economia do sexo, M. C. Silva (2010, 2003) convoca a nossa atenção para a relevância de outros fatores de ordem psico-moral e organi-

zacional-política (preconceitos, estereótipos, poder de disposição sobre recursos, modelos jurídico-políticos), o controlo patriarcal pelo binómio honra-vergonha e a própria agência das mulheres na mobilização de recursos, incluindo os erótico-afetivos, colocando-se assim em rota de colisão com as posições puritanas das forças conservadoras católicas, por um lado, e, por outro, com parte do movimento feminista e do Partido Comunista Português, considerando este a prostituição como degradante da dignidade da mulher mas objetivamente mantendo o *statu quo* em vez da defesa dos seus direitos como trabalhadoras. A procura de uma compreensão e explicação plurinível, pluridimensional e interseccional está também presente nos projetos, por si coordenados, sobre relações interétnicas e desigualdades étnico-raciais (Silva, 2014a, 2014b, 2018) e sobre desigualdades de género na família, na educação e no trabalho (Silva, 2016). Recuperando o pensamento embrionário dos fundadores do marxismo, M. C. Silva argumenta que:

a perspectiva tradicional marxista, ao centrar-se no modo de produção, secundarizou ou subestimou o processo de reprodução que, em relação às questões do género, é nuclear. Porém, se a interpretação dominante marxista sobre as relações de género apresenta lacunas, uma nova e mais atenta leitura dos escritos de Marx e sobretudo de Engels permite-nos discordar de certos clichés tais como o de o marxismo não ter em atenção a exploração e a dominação da mulher nos vários tipos de sociedades patriarcais, inclusive no capitalismo, cujo sistema se tem aproveitado da histórica posição subalterna das mulheres. Com efeito, Marx e Engels (1998, 1976) não desenvolveram estas questões, mas assinalaram a dimensão básica do trabalho reprodutivo das mulheres e a dupla exploração extradoméstica e doméstica, não apenas no capitalismo mas em diversos sistemas de exploração e dominação anteriores ao capitalismo. Na magna obra *O Capital*, Marx (1974: 515) sustenta, a nível do modo de produção capitalista, que o processo de reprodução implica o de produção e vice-versa e Engels (1980: 8) em *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* chama a atenção para a centralidade do conceito de género ao reflectir sobre dois tipos de produção e reprodução: a produção dos meios de subsistência e a produção da espécie humana (Silva, 2010: 32).

A relevância do espaço e dos lugares e das condições precárias de moradores urbanos volta a assumir particular relevância no seu último projeto de investigação. Coordenando uma equipa de investigadores, a investigação sobre «ilhas» e bairros populares no Porto e em Braga foi guiada pela preocupação em articular as interpretações marxistas com as weberianas e interacionistas (Silva *et al.*, 2017, 2020a, 2020b). Procurando elaborar uma visão sintética, M. C. Silva (2006a, 2012a) confronta diferentes perspetivas teóricas, convocando a nossa atenção para a inscrição do espaço no campo amplo das ciências sociais, articulando nomeadamente a geografia, a sociologia, a história e a antropologia. Se para os teóricos da Escola de Chicago o espaço urbano é uma variável independente, já os weberianos enfatizam a dimensão política, salientando instâncias e grupos que organizam e controlam o espaço urbano. Por sua vez, os marxistas sustentam que o espaço e os fenómenos urbanos são determinados pela estrutura socioeconómica. Escrutinando estas posições, M. C. Silva, na esteira de Lefebvre (1968), Remy (1975), Santos (1979) e Harvey (2005), argumenta que «o

facto de se sustentar que o espaço tem uma relativa autonomia e produz efeitos próprios não significa que não seja socialmente condicionado. O espaço urbano, para ser explicativo, tem de ser articulado com outros factores de carácter social, político e cultural» (Silva, 2006a: 194-195).

Este olhar de M. C. Silva sobre o espaço e os lugares onde a vida social se inscreve não ignora o debate sobre a globalização. Palavra de uso corrente, tem significado em qualquer lugar do mundo, constituindo-se, pois, como uma realidade assim percebida pelos indivíduos, com impactos múltiplos na geografia e na vida social, implicando, entre muitos outros aspetos, a interdependência, não raro assimétrica, de lugares e espaços geográficos, e a «ação à distância» (Schuerkens 2003: 210). Cotejando quer as teses dos que conectam a globalização com o sistema mundial moderno, logo com já cinco séculos de existência, quer as teses dos que argumentam que estamos perante um fenómeno relativamente recente, ligado às grandes mudanças verificadas nas últimas décadas, M. C. Silva (2000, 2019) argumenta que não se deve situar a origem da globalização por volta da década de 1970, nem fazê-la tanto recuar ao mercantilismo do século XVI, mas mais, ao período entre 1870 e 1914, durante o qual o capitalismo transitou da fase de concorrência para a de monopólio, nos termos colocados por Lenine (1974 [1916]).

Os principais debates, controvérsias e intervenções na esfera pública

Entre os muitos debates e controvérsias em que se envolveu, são de destacar três que, devido à sua relevância para o debate científico e a intervenção social, definem os interesses, preocupações e sentido crítico de M. C. Silva: i) sociedade-providência; ii) classes sociais e condições de ação coletiva; iii) União Europeia e a integração dependente de Portugal.

Perante a crise do Estado-providência, tem sido amiúde sustentada a tese de uma sociedade-providência forte na sociedade portuguesa. Mais, a sociedade-providência, constituída por redes de interconhecimento e reconhecimento mútuo e ajuda numa base não mercantil, tem sido analisada numa lógica de reciprocidade semelhante à das relações do dom estudadas por Marcel Mauss, perspectiva esta não partilhada por M. C. Silva que, na esteira do pensamento weberiano do *do ut des* e com base numa perspectiva histórica – amiúde presente nas obras do autor – e num longo e intensivo trabalho de campo, sustenta que:

Se o cálculo, mesmo quando não mercantil, está presente na dádiva entre iguais, com maioria de razão tal ocorre entre desiguais. Com efeito, a dádiva entre desiguais, estando imbuída de certa afectividade e transfigurando-se sob a linguagem da generosidade ou da amizade, acarreta um preço bastante elevado na medida em que representa não raro a contrapartida simbólica numa subtil forma de controlo e integração sociopolítica e de desigual resultado (Silva, 2001: 551).

Para M. C. Silva a tese de uma sociedade-providência forte não é histórica nem empiricamente fundamentada, servindo inclusive para reforçar objetivamente a tese

e a ação dos liberais em defesa de «menos Estado», com evasão, fuga ou menor pagamento de impostos pelos ricos e à promoção de políticas assistencialistas e clientelares preconizadas por caciques locais e instâncias conservadoras, nomeadamente instituições geridas pela Igreja católica.

Passando ao segundo debate, é atinente lembrar que M. C. Silva foi sempre avesso às modas. Recordo, como seu aluno na disciplina de Estratificação e Classes Sociais no ano letivo de 1992/93, as suas reticências ao conceito de pós-modernidade, então em voga. Apesar dos tempos difíceis para os que se interessavam pelas desigualdades sociais, nomeadamente de classe, temas rotulados pelos liberais e alguns pós-modernos como ultrapassados, sobretudo quando abordados a partir de uma posição marxista crítica, M. C. Silva foi construindo um pensamento crítico que se exprime de modo particularmente distinto no seu livro *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Publicado em 2009, oferece-nos uma exposição dos contributos clássicos e recentes e uma síntese fecunda sobre classes sociais, na qual avoca não só a dimensão económica – notavelmente caracterizada pela expressão «capital é capital» enunciada nas suas provas de Agregação na Universidade do Minho, em 2003 –, como postula a multidimensionalidade de classe e reclama a relevância da pluricausalidade e da interseccionalidade weberiana em torno dos fatores económico, social e político, sem descurar outros como a raça e o género, para a compreensão e explicação das diversas formas de desigualdade social. Mais, constatando não só entre camponeses como entre trabalhadores do secundário e terciário a discrepância entre as condições objetivas e a não correspondente consciência de classe, reflete sobre as precondições da ação coletiva e convoca o princípio da segurança (*safety first*) dos mais pobres, a necessidade da unidade das esquerdas e da articulação de movimentos sindicais e outros movimentos sociais (Silva, 2012b).

Por fim, o debate sobre a União Europeia e a integração dependente do país. Em sentido contrário aos que prescrevem a irrelevância dos Estados-nação, M. C. Silva sublinha o papel progressista que o nacionalismo pode desempenhar na luta contra a submissão dos países periféricos à Europa comandada por Berlim e seus braços burocráticos e antidemocráticos. No livro *Nação e Estado: entre o global e o local*, por ele organizado (2006b), M. C. Silva, observando a recorrência e o aproveitamento demagógico do nacionalismo pela extrema direita na Europa e no mundo, reclama para as esquerdas, nomeadamente em países (semi)periféricos, a importância da soberania nacional como uma primeira resposta à exploração levada a cabo pelas empresas multinacionais e à dominação e ingerências supraestatais, nomeadamente da União Europeia e do Banco Central Europeu. Ensaando uma síntese acerca do papel do Estado, em especial na Europa, M. C. Silva argumenta que, tendo no horizonte o ecossocialismo, a afirmação da soberania nacional, popular e anti-imperialista pode impor-se como primeiro passo no quadro de uma utopia realista.

Este interesse pelas situações desiguais de poder entre países é inseparável das dinâmicas assimétricas produzidas pelo desenvolvimento. Procurando identificá-las, M. C. Silva (2013, 2019) deu um contributo relevante para a compreensão da situação periférica de Portugal, influenciando outros autores (ver Ribeiro, 2017a). Criticando as teorias da modernização, mobilizou o vasto acervo crítico produzido pelos teóricos decoloniais (Quijano 2000; Dussel, 2009), precedido pelas obras dos teóricos do

sistema-mundial e da dependência (p. ex. Wallerstein 1990 [1974] e 1998; Frank, 1976, Marini, 1973] e o conhecimento da história contemporânea e do desenvolvimento do capitalismo em Portugal para explicar a sua situação (semi)periférica:

O antigo Portugal imperial e colonial foi-se tornando, por seu turno, um país dependente, com uma economia agrária latifundista a sul e minifundista a norte, com uma débil burguesia agrário-industrial, configurando no seu seio dois blocos que se foram digladiando ao longo do século XIX e XX: o latifundismo aliado a uma burguesia *compradore* vivendo do *export-import* e apoiado por um médio e pequeno campesinato a centro e norte mediado pela Igreja e uma nascente e reduzida burguesia industrial, suportada mas em forte tensão com um jovem operariado sobretudo na I República. Durante o Estado Novo solidificou-se o bloco conservador, com uma política e ideologia ruralista, passadista e anti-modernista, possibilitando algum espaço subordinado à burguesia agro-industrial na parte final do regime. No pós 25 de Abril, dada a forte machadada na burguesia, a fracção industrial da mesma não consegue firmar-se, restaurando-se e reforçando-se, em contrapartida, a burguesia *compradore*, especulativa e financeira (comércio, banca, seguros), situação agravada pelo facto de os poderes políticos nos anos 80 e 90 não terem aproveitado os fundos estruturais para o relançamento da agricultura, das pescas e da indústria, preferindo alocar tais fundos a infraestruturas rodoviárias, a que acresceram desperdícios nos aparelhos de Estado, fenómenos de corrupção e evasão fiscal (Silva, 2013: 162).

O trajeto pessoal e académico de M. C. Silva está marcado pelo seu envolvimento na luta contra o capitalismo e a exploração e opressão por este produzidas sobre camponeses e classes trabalhadoras. Como foi sublinhado por mim (Ribeiro, 2017b), M. C. Silva é uma referência quando pensamos em sociologia pública, sobretudo a vinculada à tradição marxista. Ancoradas no seu conhecimento sociológico, nas suas intervenções públicas torna evidente a todos os que, na academia e fora dela, têm no marxismo o seu principal farol teórico e político, a importância da teoria social para a ação pública, imbricando perspectivas de síntese teórica com estudos histórico-empíricos. Com uma capacidade praticamente inesgotável de trabalho ancorada num entusiasmo, a bem-dizer, próprio dos jovens iniciados, M. C. Silva continua extremamente ativo. Se no domínio da investigação acabou de fechar o projeto sobre habitação, já acima mencionado, nos últimos anos foi Professor Visitante e conferencista em diversas universidades no Brasil, na Colômbia, em Angola e no Estado espanhol, incluindo na Galiza, sendo atualmente Professor Visitante na Universidade de Brasília e Investigador colaborador no Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

Bibliografia fundamental

- Silva M C (1989) Economia, campesinato e “Estado Novo”. *Ler História*, 15: 111-155.
 Silva M C (1994) Peasants, Patrons and the State in Northern Portugal. In L Roniger, A Günnes-Ayata (orgs.) *Democracy, Clientelism and Civil Society*. Boulder, Londres, Lynne Rienner: 29-47.
 Silva M C (1998) *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.

- Silva M C (2000) Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: notas para um debate. In J M L Viegas, E C Dias (orgs.) *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras, Celta: 289-309.
- Silva M C (2001) Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português. In B S Santos, A Cohn, A Camargo (orgs.) *Brasil-Portugal entre o passado e o futuro: o diálogo dos 500 anos*. Rio de Janeiro, EMC Edições: 541-597.
- Silva M C (2002) Conflitos interfamiliares e “mal de inveja”. *Análise Social*, XXXVII: 209-241.
- Silva M C (2003) Honra-vergonha: código cultural mediterrânico ou forma de controlo de mulheres? In J Portela, J C Caldas (orgs.) *Portugal-Chão*. Oeiras, Celta: 67-86.
- Silva M C (2006a) Espaço e sociedade: alguns elementos de reflexão. In C Balsa (org.) *Relações sociais de espaço: homenagem a Jean Remy*. Lisboa, Colibri/Ceos: 185-197.
- Silva M C (2006b) Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o Estado-nação e a democracia em perda. In M C Silva (org.) *Nação e Estado: entre o global e o local*. Porto, Afrontamento: 125-149.
- Silva M C (2009) *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Silva M C (2010) Prostituição e formas de controlo feminino: trabalho, sexualidade e poder. In M C Silva, F B Ribeiro (orgs.) *Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, estado e políticas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus: 15-49.
- Silva M C (2012a) *Sócio-antropologia rural e urbana*. Porto, Afrontamento.
- Silva M C (2012b) Classes, crise e ação coletiva: pressupostos, desfasamentos e precondições. In M C Silva, J V Aguiar (orgs.) *Classes, políticas e culturas de classe: Capital, trabalho e classes intermédias*. Vila Nova de Famalicão, Húmus: 5-52.
- Silva M C (2013) Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *Revista Espanhola de Sociologia*, 19: 153-168.
- Silva M C (2014a) Etnicidade e racismo: uma reflexão pró-teórica. In M C Silva, J M Sobral (orgs.) *Etnicidade, nacionalismo e racismo: Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto, Afrontamento: 21-75.
- Silva M C (2016) *Desigualdades de género: família, educação e trabalho*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Silva M C (2019) Globalização, desenvolvimento desigual e democracia. *Revista CEAM*, 5(2): 9-30.
- Silva M C (com a colaboração de Susana Silva, Maria Goreti Pinto, José Manuel Sobral, Mariana Ramos, Marta Barbosa, Isabel Silva, Carla Sofia Cid, Carla Oliveira, Susana Barbosa, Sandra Pimenta, Fernando Bessa Ribeiro e Sílvia Gomes) (2014b) *Sina social cigana*. Lisboa, Colibri.
- Silva M C (com a colaboração de Vera Duarte, Sónia Silva, Elsa Moreira e Justino Tati) (2018) *Africanos dos PALOP no distrito de Braga: condições objetivas de vida, identidades e relações interétnicas*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Silva M C, Baptista L V, Ribeiro F B, Felizes J, Vasconcelos A N (orgs.) (2020a) *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Silva M C, Cardoso A (2005) O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento. In M C Silva, A P Marques, R Cabecinhas (orgs.) *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais: perspectivas teóricas e estudos de caso*. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/Universidade do Minho e Inovação à Leitura: 23-79.
- Silva M C, Cardoso A, Ribeiro V (2012) Unequal and dependent development: the Minho Region in the Northwest of Portugal. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 9: 103-125.
- Silva M C, Ribeiro F B, Cardoso A, Felizes J (2017) O espaço urbano e o problema da habitação: uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga. In F M Rodrigues, M C Silva, A C Fontes, A C Fontes, S Mourão, L Baptista (orgs.) *Por uma estratégia de cidade sustentável: expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Porto, Afrontamento: 169-183.

Silva M C, Rodrigues F M, Lopes J T, Fontes A C, Mora T (orgs.) (2020b) *Por uma habitação básica: cidadania, democracia associativa e metodologias participativas*. Porto, Afrontamento.

Referências secundárias

- Bader V (1998) Nota prévia. In M C Silva (1998) *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.
- Bader V, Benschop A (2018) Desigualdade social: objeto e modelo proteóricico de análise. In S Gomes, V Duarte, F B Ribeiro, L Cunha, A Brandão, A Jorge (orgs.) (2018) *Desigualdades sociais e políticas públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus: 27-79.
- Dussel, E (2009), “Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade”. In B. S. Santos e M. P. Menezes (orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 283-335.
- Frank A G (1976) *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra, Centelha.
- Gomes S, Duarte V, Ribeiro F B, Cunha L, Brandão A, Jorge A (orgs.) (2018) *Desigualdades sociais e políticas públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Harvey D (2005) *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.
- Lefebvre H (1968) *Le droit à la ville*. Paris, Anthropos.
- Lenine V I (1974 [1916]) *O imperialismo: estágio supremo do capitalismo*. Coimbra, Centelha.
- Marini R M (1973) *Dialéctica de la dependencia*. Cidade de México, Era.
- Marx K (1971 [1859]) *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa.
- Marx K (2014 [1867]) *O capital: crítica da economia política (livro primeiro – o processo de produção do capital)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Quijano, A (2000), “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. In L. Lander (org.) *La colonialidad del saber, eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 246-276.
- Remy J (1975) Espace et théorie sociologique: problematique de recherche. *Recherches Sociologiques*, 3: 279-293.
- Ribeiro F B (2017a) *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Húmus.
- Ribeiro F B (2017b) Uma vida de muitos combates e de sonhos maiores. *SPN Informação*, 75: 22-24.
- Santos M (1979) *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes.
- Schuerkens U (2003) The sociological and anthropological study of globalization and localization. *Current Sociology*, 51(3/4): 209-222.
- Wallerstein I (1990 [1974]) *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*. Porto, Afrontamento.
- Wallerstein I (1998) *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas.
- Weber M (1993 [1922]) *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.

27. Manuel da Costa Lobo

Pedro Pinto & Fernando Nunes da Silva⁸⁶

Percurso biográfico e contexto institucional

Manuel Leal da Costa Lobo (1929-2013) nasceu em Coimbra, no seio de uma ilustre família aristocrática. Filho e neto de professores da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e impulsionadores do seu Observatório Astronómico, foi na mesma Faculdade que iniciou os seus estudos preparatórios de Engenharia Civil. Viria a transferir-se para o curso de Engenharia Civil na Universidade do Porto (1951-1953), onde o Prof. Antão de Almeida Garret lhe despertou o interesse pelo Urbanismo, que viria a tornar-se rapidamente a sua principal área de interesse e especialização. Foi o primeiro engenheiro civil a especializar-se como Engenheiro Urbanista, área disciplinar recém-criada naquela universidade.

Pouco depois, em 1954, é convidado para a Repartição de Estudos de Urbanização da Direção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU). Em 1957 recebe uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian para aprofundar estudos urbanísticos no *University College of London*, escolhendo como tema as *New Towns*. Durante este período, estagiou no *London County Council*, a sua primeira experiência junto da administração local. Manteve nesta fase atividade paralela como Engenheiro Civil, em trabalhos de cálculos de estruturas, estabilidade e gestão de obras. Recebeu em 1958 nova bolsa da Gulbenkian para organização de um ficheiro bibliográfico de artigos de revistas técnicas de Urbanismo.

Em 1963, ganhou o concurso para Professor Catedrático de Urbanismo no Instituto Superior Técnico, funções que iria exercer até à sua jubilação, em 2000. É dele

⁸⁶ Os autores agradecem o enorme apoio na compilação e estruturação da biografia e prática profissional do Professor Costa Lobo realizados por José Antunes Ferreira, Isabel Costa Lobo, Paula Pacheco, Branca Gameiro Neves, António Luís Costa Lobo, Rosa Nunes e Patrícia Nunes, nomeadamente no âmbito da exposição «Não ao Não: Terceiras Soluções», bem como os preciosos testemunhos de muitos outros colegas e amigos, compilados no *Livro dos Afectos: Homenagem ao Professor Manuel da Costa Lobo* (Gameiro Neves e Costa Lobo, 2014).

a primeira cátedra de urbanismo nas universidades portuguesas, com a designação de Urbanização, de modo a acentuar o papel dos engenheiros no planeamento dos espaços urbanos. No IST, as disciplinas que criou lançaram as bases da «Escola do Técnico» na área do planeamento urbano, mantida até aos nossos dias. Foi a partir desta época membro do Instituto de Coimbra e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Foi membro-fundador, em 1965, da Associação Internacional de Urbanistas (Iso-CaRP), instituição que viria mais tarde a presidir, entre 1984 e 1987.

A partir de 1964, começa a elaborar estudos urbanísticos e planos para a sua cidade natal, Coimbra. Esta ligação iria manter-se nos 20 anos seguintes. Elaborou o seu primeiro grande plano urbanístico – o Bairro Residencial da Base Aérea n.º 11 de Beja – em 1965, projeto que lhe mereceu mais tarde o Grau de Oficial da Ordem de Mérito, atribuída em 1970 pelo governo alemão. A partir de 1966 desenvolveu para a Lusotur o primeiro Plano de Vilamoura, urbanização turística inovadora para o País. Acompanharia a concretização do projeto durante mais de 20 anos.

Em 1970, trabalhou regularmente no gabinete responsável pela reconversão e ordenamento do Bairro do Caniço, em Lourenço Marques, atual Maputo. Aí realizou algumas das suas mais marcantes e, à época inovadoras, técnicas de envolvimento das comunidades na procura de soluções urbanísticas locais, procurando «a terceira via» que permitisse a resolução de problemas crónicos de sub-infraestruturação e sub-equipamento com a participação ativa dos moradores. Aprofundaria, em 1973 e 1974, esta prática de urbanismo colaborativo, no âmbito da elaboração do Plano Geral de Urbanização do Seixal, onde começou a organizar os Gabinetes de Reconversão de Loteamentos Clandestinos. O projeto colaborativo de Vale de Milhaços foi particularmente marcante e inovador.

Em 1973 fundou o pioneiro Curso de Pós-Graduação inter-escolas em Planeamento Regional e Urbano, na então Universidade Técnica de Lisboa, que passou a Mestrado em 1982.

A Revolução do 25 de abril de 1974 teve um efeito paradoxal na vida de Costa Lobo. Resolutamente dialogante, conservador por educação, mas liberal nos costumes, nunca se deixara enredar no «aparelho» do Estado Novo. No entanto, as ligações de outros membros da família, bem como o cargo que ocupava na Direção Geral dos Serviços de Urbanização, trouxeram-lhe dissabores no período pós-revolucionário. Entre outras dificuldades, a demissão do cargo de urbanista-chefe na Câmara Municipal de Coimbra, a «sua» cidade, foi particularmente marcante. Rapidamente, no entanto, se clarificou que Costa Lobo nunca fora um homem do aparelho, mas sim um especialista em urbanismo, a trabalhar na administração pública e na universidade, ao serviço do interesse público. Apoiado por diversos colegas de profissão, foi sendo paulatinamente reintegrado nos diversos projetos em que participara.

Foi assim que teve a oportunidade de concluir, entre 1975 e 1981, o Plano da Região do Porto, cuja elaboração iniciara, com o Prof. Percy Johnson-Marshall, em 1972. No mesmo período, elaborou os planos de Montemor-o-Velho, Benavente, Torrão, Moura, Ourique, Almodôvar, Foros da Amora e Vendas Novas. Neste último, ensaiou metodologias inovadoras, envolvendo alunos de pós-graduação no desenvolvimento dos estudos do plano, através de acordo estabelecido previamente com o município e com

a DGPU. No Instituto Superior Técnico, foi membro fundador do CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais, que formou a base da investigação em urbanismo no Departamento de Engenharia Civil. Nos cinco anos seguintes, elaborou os planos da Praia da Vitória, Vilamoura e Setúbal, e colaborou com o Prof. Sidónio Pardal no projeto do Parque Urbano do Porto.

Em 1982 tornou-se membro da Direção da Federação Internacional da Habitação e Urbanismo, lugar que manteve até 2005. Em 1983 foi membro fundador da Sociedade Portuguesa de Urbanistas (SPU), posteriormente Associação de Urbanistas Portugueses, de que foi o primeiro Presidente (1983-1989).

Entre 1987 e 1990 elaborou os planos de salvaguarda de Ajuda-Belém, Óbidos e Vilamoura, bem como o Plano Regional da Cantábria, em colaboração com o Prof. Javier de Mesones.

Com o Prof. António Lamas fundou, em 1990, a Licenciatura em Engenharia do Território no Instituto Superior Técnico, de que viria a ser um dos primeiros coordenadores. Na mesma década, representou a AUP no Conselho Europeu de Urbanistas e foi representante nacional da AESOP – Associação Europeia de Escolas de Planeamento.

Foi nomeado em 1991, pelo então presidente da Câmara de Lisboa, Prof. Jorge Sampaio, para primeiro Provedor do Ambiente e Qualidade de Vida Urbana. Foi confirmado pela Assembleia Municipal de Lisboa, sendo reeleito em 1994 para um segundo mandato, interrompido devido à forma intempestiva como o novo presidente da CML extinguiu o cargo.

Após proferir a sua última lição, no Salão Nobre do IST, jubilou-se em 2000. Manteve-se, no entanto, fortemente ativo no CESUR e nas diversas associações profissionais depois dessa data, continuando a publicar e a coordenar projetos de planeamento e consultadoria.

Entre 2001 e 2005 coordenou o curso de pós-graduação em Qualificação da Cidade da Universidade Católica. Iniciou nestes anos a revisão do PDM de Santa Maria da Feira e elaborou, com o Prof. Javier de Mesones, o Plano do Vale do Cáster, no mesmo concelho. Em 2007 iniciou a revisão do PDM de Sines e elaborou o Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines, com uma equipa do CESUR, atual CítUA. Dois anos depois, iniciou igualmente a revisão do PDM de Santiago do Cacém. Durante esta década, colaborou frequentemente com universidades turcas e brasileiras, tendo participado na elaboração de propostas para a favela da Rocinha, Rio de Janeiro, e em diversos workshops e seminários em Istambul e Ankara. Foi um dos fundadores e impulsionadores dos «Colóquios Portugal/Brasil», envolvendo o IST e as universidades Mackenzie e PUC de S. Paulo, que se realizam desde o início da década de 1990.

Recebeu, em 2003, a Grã-Cruz da Ordem de Mérito, e em 2006, a Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública, outorgadas pelo Presidente da República Jorge Sampaio. No ano anterior, tinha sido nomeado como um dos primeiros Membros Conselheiros da Ordem dos Engenheiros. Foi ainda vogal do Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Em 2008, foi eleito, por unanimidade, Membro da Academia de Ciências de Lisboa. Recebeu ainda um Doutoramento *Honoris Causa* pela *Mimar Sinan Fine Arts University*, em 2013, instituição com a qual desenvolveu frequentes colaborações e parcerias de ensino e investigação.

Manteve, até à sua morte, atividade de investigação em urbanismo e ordenamento do território, participando frequentemente em simpósios e conferências. Faleceu em Lisboa, a 20 de maio de 2013. Poucos meses antes, ainda fazia questão de subir a pé os três pisos até ao seu gabinete, no Pavilhão de Civil do IST, desafiando os professores e investigadores mais jovens a fazer o mesmo. Foi objeto de homenagem por inúmeros colegas de profissão, amigos e alunos aquando do seu funeral, na «sua» Coimbra. Foi homenageado na exposição «Não ao Não: Terceiras Soluções», no Instituto Superior Técnico (Nunes da Silva e Antunes Ferreira, 2014), organizada por colegas do CESUR, e no *Livro dos Afetos: Homenagem ao Professor Manuel da Costa Lobo* (Gameiro Neves e Costa Lobo, 2014).

Desta breve resenha da atividade do Prof. Costa Lobo («o Professor», como era carinhosamente tratado por todos que com ele privaram mais de perto) revela duas das suas características profissionais que hoje é oportuno evidenciar: uma permanente preocupação em intervir e servir o interesse público, procurando soluções de compromisso que pudessem resolver problemas candentes; uma enorme capacidade de aliar a reflexão crítica e a atividade pedagógica à prática profissional no terreno, onde sempre procurou inovar e traduzir problemas e soluções complexas em linguagem que todos entendessem. São características que se foram perdendo nas nossas universidades e práxis urbanística, onde a designada «produção científica» e a adesão às modas em voga e ao «pensamento único» na profissão, têm vindo a ganhar um espaço dominante.

Contributos para o pensamento no campo do Urbanismo

Costa Lobo era um homem de consensos. Quando estes não eram possíveis, procurava sempre um compromisso que, mais do que agradar a todas as partes, respondesse aos problemas. Defendia que se procurasse uma terceira via. Daí o dizer «Não» à atitude de «Não» procurar uma outra solução. Citando o testemunho da equipa que o acompanhou na revisão do PDM de Santa Maria da Feira: «Nunca se esqueçam que estamos aqui para ajudar a resolver problemas.» Em casos em que nenhuma das soluções, ainda que válidas, reúna consenso,

só existe um caminho a seguir. Uma terceira solução. Nem é o Sim nem o Não. Também não é um Nim! Longe disso. É uma nova solução! Enquanto técnicos, somos uma força de mediação ativa entre as diferentes partes, em que temos um papel preponderante na negociação, na apresentação de uma nova ideia, na promoção da convergência dos interesses, procurando uma solução que agrade às partes e seja a solução para o problema. A 3.^a Solução (Gameiro Neves e Costa Lobo, 2014: 110).

Sempre defendeu a auscultação a um leque alargado de atores, e principalmente às comunidades, no processo de planeamento. Fê-lo quando a participação pública era apenas uma miragem, e fê-lo de forma convicta, e não por conveniência do momento. Liderou processos de decisão colaborativa em Moçambique, durante o Estado Novo, para resolver problemas de infraestruturação e serviços públicos no Caniço, os bair-

ros informais de Maputo. Fê-lo no pós-25 de abril, para resolver problemas não muito diferentes que iam surgindo nos bairros autoconstruídos, os então chamados «clandestinos», no concelho do Seixal.

Com igual convicção, dialogava, e colocava em diálogo, diferentes classes sociais e profissionais. Servia de interlocutor entre decisores políticos e populações, e «traduzia» linguagem de arquitetos, engenheiros ou sociólogos. Fazia-o com especial apetência e proficiência, porque se interessava genuinamente com todas as perspetivas e falava com igual fluência todas essas linguagens.

Destaca-se a metodologia experimentada no Plano de Reconversão dos Loteamentos Clandestinos no Seixal, e em particular no Plano de Vale de Milhaços (1972), onde realizou diversas ações junto dos residentes, à época, inovadoras. Procurou igualmente evidenciar a distinção entre o que é legal e o que é legítimo. Sustentava, e continuou a sustentar ao longo da sua carreira, que nem tudo o que não cabe na legislação vigente é errado; as leis são feitas por pessoas, num determinado contexto histórico e cultural, e estarão naturalmente sujeitas a alterações. Impor uma regra sem sentido, por defeito, nem sempre seria a melhor solução. Era essa a sua visão também relativamente à imposição acrítica do normativo vigente, idealizado para a cidade consolidada, aos «clandestinos» da Margem Sul. Uma aplicação cega dos regulamentos urbanísticos, ditaria a demolição parcial ou integral de muitos dos edifícios. Mas, enquanto alguns apresentavam patologias graves, deficiente infraestruturização ou uma completa desadequação na sua inserção urbana ou volumetria, outros apenas não se enquadravam no regulamento, ou tinham desrespeitado tempos e procedimentos administrativos. Para estes últimos, Costa Lobo não hesitava em buscar um acolhimento que permitisse a regularização.

Foi também um inovador. Bem cedo, logo no Plano Geral de Urbanização de Coimbra, foi alvo de críticas ferozes por introduzir nas metodologias e propostas do plano soluções à época estranhas, mas que hoje consideramos padrão. O próprio autor o designou como um «Plano-Processo», em que o Plano de 1974 seria «um instantâneo do verdadeiro plano (...) que tem, além daquele, a dimensão tempo» (Santos, 1983: 72). Os planos eram então vistos essencialmente como documentos estáticos, impositivos de um desenho urbano. Costa Lobo já nessa época compreendia as dificuldades de implementação cega, dissociada da realidade de gestão urbanística corrente da generalidade das cidades portuguesas, e da natural dinâmica temporal e alteração de prioridades de intervenção. Assim, cedo apontou o novo Plano como um documento, essencialmente, «de gestão», preocupando-se tanto com o traçado da rede viária como com as formas de permuta de terrenos, compensações urbanísticas, ou criação de índices urbanísticos com alguma flexibilidade, baseada na determinação de capacidades e vocações de uso de solo.

Incorporava já, igualmente, objetivos operacionais como a salvaguarda de valores culturais e recursos económicos e ecológicos, ou a necessidade de organização da informação e dos estudos no que designava de um «Banco de Dados». O Plano integrava ainda um Plano Verde, onde se nota a influência anglo-saxónica recebida nos anos de formação. Propunha assim, no Plano, a criação de anéis verdes envolventes à cidade, e de corredores de ligação dos principais espaços ao Mondego e ao longo deste.

O Plano reconhecia a importância de uma atitude proativa da administração pública na prossecução dos objetivos de planeamento, considerando a atuação de iniciativa pública fundamental na orientação e controlo da iniciativa privada, que já então analisava como saltando frequentemente fora do preceituado nos instrumentos de planeamento. Assim, reconhecia que o setor privado tinha a maior responsabilidade pela concretização dos planos, mas que essa responsabilidade facilmente subvertia o interesse público pela ausência de um papel interveniente, regulador e moderador, por parte do setor público.

Sugeriu, nomeadamente, a importância da constituição de bolsas de terrenos públicos como instrumento fundamental para a criação de oferta habitacional para todas as classes sociais, elemento que voltou a vincar fortemente no plano de Vendas Novas (Nunes da Silva *et al.*, 2019) ou, mais tarde, em Santa Maria da Feira. Era ainda fortemente defensor do estabelecimento de associações com privados para a criação de novos empreendimentos que concretizassem os objetivos do Plano.

Perto de meio século depois, somos capazes de nos rever quase na íntegra nestes objetivos e métodos, que ainda hoje parecem algo ausentes da gestão urbanística corrente. O Plano de Coimbra foi à época alvo de críticas, com comentários de quem considerava os índices urbanísticos previstos baixos, e quem os considerava demasiado altos. Os técnicos sentiam-se desconfortáveis com a premissa de que este instrumento de gestão deveria ser concretizado, e detalhado, por intermédio de planos de pormenor (Santos, 1983). O Plano estabelecia índices e parâmetros urbanísticos de uma forma, então, algo atípica, mas que se tornou a norma em décadas mais recentes.

O futuro viria a validar as opções de Costa Lobo. Hoje, o planeamento urbanístico obedece a um conjunto de parâmetros que seguem os princípios já ali defendidos. Em colaboração com Sidónio Pardal e Paulo V. D. Correia, Costa Lobo viria a publicar as seminais *Normas Urbanísticas*, obra em três volumes que ainda hoje serve de referência à definição de métricas e parâmetros de desenho urbano e gestão urbanística (Costa Lobo *et al.*, 1990; Pardal *et al.*, 1991, 1993, 2000).

No entanto, desde sempre, a sua forma preferida de mudar o panorama urbanístico nacional, foi sempre uma: a formação de novos urbanistas. Nos diversos cursos que coordenou, nas disciplinas que criou, procurou sempre envolver-se, e envolver, um conjunto alargado de professores e especialistas das mais diversas áreas disciplinares – da Engenharia à Arquitetura, da Geografia à Sociologia, da Ecologia ao Direito – que permitissem educar novos urbanistas, com vocação para a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. E, durante ou após a conclusão da componente curricular, procurava envolver os discípulos na prática urbanística. O Plano de Vendas Novas (1978-79), por exemplo, constituiu uma primeira experiência de prestação de serviço ao exterior realizado pela Universidade Técnica de Lisboa, conjuntamente com o ensaio pedagógico de envolvimento de alunos do Curso de pós-graduação em Planeamento Regional e Urbano. Foi neste Plano que foi introduzido o conceito de «unidade de planeamento e gestão», que mais tarde seria consagrado em lei como «Unidade Operativa de Planeamento e Gestão» (Nunes da Silva *et al.*, 2019). Foi coligindo em diversas publicações e artigos aspetos que considerava fundamentais na modernização e implementação de uma gestão urbanística e territorial efetiva (Costa Lobo, 1998, 1999, 2001, 2002; Costa Lobo e Rolo, 2003; Seixas, 2004).

Quer as prestações de serviços, mais tarde no âmbito do CESUR e recorrendo a alunos finalistas ou recém-formados, quer o envolvimento de alunos de mestrado em aplicações práticas no domínio do planeamento urbanístico, viriam a tornar-se uma prática comum no departamento de Engenharia Civil do IST. A conciliação da docência e prática profissional em urbanismo, com envolvimento de estudantes e recém-licenciados, estendeu-se igualmente a diversos docentes da área, como Paulo V. D. Correia, Fernando Nunes da Silva, José Antunes Ferreira, Carlos Bana e Costa ou José Manuel Viegas. Costa Lobo acreditava que a alternância de ciclos de maior dedicação à docência e produção científica teórica, com outros de aplicação prática no contexto profissional, permitia refrescar ideias, testá-las, e potenciar um benefício mútuo para a qualidade do ensino e da prática do urbanismo.

Considerava que a qualidade e vitalidade dos espaços urbanos deveria estender-se também às novas urbanizações, incluindo as de vocação turística. Em direto contraponto com a expansão desordenada de diversos aglomerados turísticos Algarvios, no Plano de Vilamoura, e a partir de 1966, Costa Lobo idealizou um aglomerado urbano dotado de características de urbanidade: um centro funcional bem identificado, zonas mistas onde comércio e serviços se distribuíam lado-a-lado com a função hoteleira e residencial, uma estrutura urbana claramente delineada, com criação de bairros com identidades distintas e unidos por uma rede viária e corredores verdes bem estruturados. Todos estes elementos estavam frequentemente ausentes da promoção turística característica da época e décadas seguintes, que muito degradaram a imagem urbana do Algarve. Já Vilamoura conseguiu, desde cedo, criar a imagem de um novo centro urbano, centrado na área da Marina, dotado de enorme qualidade de vida. O Plano preservou extensas áreas agrícolas e naturais, promovendo a expansão urbana de forma ordenada e afastada das áreas de maior valor ecológico.

Costa Lobo amava as cidades. Ensinava a amar as cidades. E procurava, através da investigação e planeamento, produzir obra e documentos orientadores que permitissem estudar e identificar o que tornava a cidade bela, funcional e inclusiva, assim como valorizar e potenciar esses elementos.

Desde cedo promoveu planos gerais de urbanização com um forte cunho na proteção de elementos patrimoniais, criando as condições para uma potenciação de conjuntos urbanos harmoniosos, e que promovessem a sua valorização. Fê-lo no Plano Geral de Urbanização de Óbidos (1982 e 1988-90), que tinha como principal objetivo preservar e valorizar o centro histórico da vila. Com esse objetivo definiu uma área de intervenção que incluía as encostas envolventes, o que permitiu salvaguardar e valorizar não apenas o património edificado, mas preservar a imagem e vistas de todo o sítio alcandorado onde se desenvolve a vila.

Aplicou idêntico princípio ao Plano Geral de Urbanização da Praia da Vitória, Açores (1982-84), onde procurou, além de valorizar o centro histórico, estruturar a expansão urbana de forma a não desvirtuar a identidade e coerência urbanística da localidade. Propunha, já à época, a criação de um Plano Intermunicipal, que permitisse estender o esforço de coerência no planeamento urbanístico e ordenamento da paisagem a toda a Ilha Terceira. Elaborou ainda o Plano de Salvaguarda e Valorização de Ajuda-Belém, Lisboa (1989), a convite do então Diretor-geral do Património Cultural, Prof. António Lamas. Foi um Plano que constituiu um poderoso travão a ini-

ciativas de especulação imobiliária apoiadas pela CML de então, além de propor unidades de planeamento e gestão que permitiam enquadrar, com coerência e respeito pelo património edificado, e não apenas o classificado, as intervenções urbanísticas a realizar.

Continuou a estudar a história, desenho e imagem das cidades ao longo de toda a sua carreira de investigação, apresentando numerosas comunicações e publicações relacionadas com a morfologia urbana e identidade, de que a última foi o livro *Urbanismo de Colina* (Costa Lobo e Júnior, 2013), que contou com a colaboração de colegas brasileiros, de modo a evidenciar essa forma de construir cidades que os portugueses levaram para o Brasil.

Bibliografia fundamental

- Costa Lobo M (1999) *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Costa Lobo M (2001) *Administração Urbanística – Evolução Legal e a sua Prática*. Lisboa, CESUR – IST Press.
- Costa Lobo M (2002) Cidades e Regiões. In L V Tavares, A Mateus, F S Cabral (eds.) *Reformar Portugal*. Lisboa, Oficina do Livro: 369-298.
- Costa Lobo M, Júnior J G S (2012) *Urbanismo de Colina: uma tradição luso-brasileira*. São Paulo, Editora Mackenzie.
- Costa Lobo M, Pardal S, Correia P, Lobo M (1990) *Normas urbanísticas, vol. I: Princípios e conceitos fundamentais*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Costa Lobo M, Rolo D P P (2003) *Planos Directores Municipais em Fase de Transição*. Oeiras, INA.
- Costa Lobo, Manuel (1998), Regionalização ou reforma administrativa regionalizada?, Lisboa, CESUR – IST Press.
- Pardal S, Correia P, Costa Lobo M (1991) *Normas urbanísticas, vol. II: Desenho urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Planos*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pardal S, Correia P, Costa Lobo M, Freitas do Amaral D, Quadros F (1993) *Normas urbanísticas, vol. III: Elementos de Direito Urbanístico. Loteamentos Urbanos. Ordenamento Agro – Florestal*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- Pardal S, Costa Lobo M, Correia P (2000) *Normas urbanísticas, vol. IV: Planeamento integrado do território. Elementos de Teoria Crítica*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.

Referências secundárias

- Gameiro Neves B, Costa Lobo I (eds.) (2014) *Livro dos Afectos: Homenagem ao Professor Manuel da Costa Lobo*. Lisboa, Estrelas de Papel.
- Nunes da Silva F, Antunes Ferreira J (coords.) (2014) Não ao Não: Terceiras Soluções. *Exposição exibida no átrio do Departamento de Engenharia Civil*. Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- Nunes da Silva F, Marques da Costa C, Teixeira P (2019) O Plano Geral de Urbanização de Vendas Novas: Uma experiência inovadora nos anos 1980. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território – CEGOT*, 18: 5-37.
- Santos L (1983) *Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra*. Coimbra, Imprensa de Coimbra.
- Seixas J (coord.) (2004) *Habituação e Mercado Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa*, Coleção de Estudos Urbanos Lisboa XXI – 3. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Planos selecionados

Plano do bairro residencial de Beja da Base Aérea Luso-Alemã (anos 60); Plano do complexo turístico de Vilamoura; Planos da cidade e da região de Coimbra (1970, 1974, 1979, 1984-85 – Plano Director Municipal/PDM); Plano de Vila de Óbidos; Plano do Vale de Milhaços – Seixal; Plano da Região do Porto; Plano da Área Territorial de Coimbra – Figueira da Foz; Plano da Praia da Vitória – Açores; Plano do Caniço, Moçambique; Estudos Urbanísticos em Cabo Verde (cidades da Praia e Mindelo); Plano de Salvaguarda e Valorização da Encosta de Ajuda-Belém; Estudos de Expansão de Ankara e Parque Ataturk, Turquia; Plano Regional da Região Autónoma da Cantábria; Plano de Macau (China); Parque Urbano do Porto; Plano Regional de Lisboa (1990-92); Plano de Pormenor Luz-Benfica (1992-93); Campus da Universidade Técnica de Lisboa (1992); Plano Geral do Turismo do Algarve (1993); Plano Estratégico de Barcelos. Concurso para a Urbanização da Rocinha, Rio de Janeiro (Menção Honrosa); Revisão do PDM de Sines; Revisão do PDM de Santiago do Cacém; Revisão do PDM de Santa Maria da Feira; Plano de Urbanização da Zona Industrial e Logística de Sines.

Estudos na elaboração de planos para: Concelho e Vila de Figueiró dos Vinhos; Concelho e Vila de Penacova; Concelho e Vila de tábua; Concelho e Vila de Leiria; Concelho e vila de Montemor-o-Velho; Concelho e Vila de Ourique; Concelho e Vila de Leiria; Concelho e Vila de Almodôvar; Concelho e Vila de Moura; Freguesia e Aglomerado de Torrão; Costa da Galé; Área Territorial Évora - Vendas Novas; Concelho e Vila de Vendas Novas.

28. Manuel Graça Dias

Jorge Figueira

Prática, ensino, crítica, vida

Manuel Graça Dias (MGD) nasceu em Lisboa, em 1953, e licenciou-se em arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, em 1977. Iniciou a profissão em Macau, como colaborador de Manuel Vicente, permanecendo por períodos no território entre 1978 e 1981. A sua carreira académica começou na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, onde foi Assistente entre 1985 e 1996. Enquanto arquitecto conotado com uma geração que emergiu nos anos 1980 em Lisboa, o seu percurso teve um volte-face quando ingressou na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, onde foi Professor Auxiliar entre 1997 e 2015, e Professor Associado desde então, até à sua morte, em 2019. Paralelamente foi, desde 1998, Professor Catedrático convidado do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa, que dirigiu entre 2000 e 2004.

Em 1990 criou o atelier Contemporânea com Egas José Vieira (EJV), uma associação responsável por um numeroso conjunto de obras e projectos, que foram sempre a tradução do seu pensamento para a prática projectual, sem concessões (ver Neves, 1996).

Começou a escrever em 1978 sobre arquitectura, em publicações generalistas e especializadas, entre a divulgação e a crítica, com uma inventividade que atravessava qualquer formato e que marcou o debate cultural no País, especialmente nos anos 1980 e 1990. A coletânea *Vida Moderna*, compilou, em 1992, essa revelação: uma escrita incisiva, mas poética, circundando a *gravitas* da arquitectura com um gosto pelo mundano e pelo episódico.

A faceta de divulgador ganhou uma dimensão mais alargada nos programas para o chamado Segundo Canal da Rádio Televisão Portuguesa «Ver Artes», emitidos entre 1992 e 1996, e nas colaborações com a rádio TSF, entre 1995 e 1999, que tiveram como resultados as crónicas «O Homem que Gostava de Cidades», depois publicadas em livro (2001), e o programa «Ao Volante Pela Cidade», que deu lugar a duas publicações (1999, 2014).

Esta actividade ganhou ainda outra dimensão quando assumiu o cargo de director do *J-A Jornal Architectos* (Ordem dos Architectos), por duas vezes, entre 2000 e 2004, e 2009 e 2012, contribuindo para a crescente inscrição da publicação na crítica e na divulgação da arquitectura em Portugal.

A inflexão no discurso no sentido de privilegiar as questões urbanas através da mobilidade e da acessibilidade fomentada pelo transporte público é central na tese que defendeu, em 2009, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, *Depois da Cidade Viária*. Uma menor inclinação polémica, e a adopção de pontos de vista de várias arquitecturas, no seguimento do trabalho de divulgação dos anos 1990, marca as crónicas escritas para o jornal *Expresso* entre 2001 e 2006, que representaram um regresso à divulgação/crítica na imprensa generalista, e foram publicadas parcialmente em *30 exemplos – Arquitectura Portuguesa no Virar do Século XX* (2004). A publicação de *11 Cidades/Cities, Projectos/Projects 1995-2005* (Dias e Vieira, 2006) marca esta inflexão: tudo passou a ser «cidade», a dimensão pública cercando a dimensão privada.

O pensamento de MGD evoluiu de uma liberdade individual exacerbada e de um certo hedonismo arquitectónico, nos anos 1980, para uma responsabilidade assente na reconfiguração de uma cidade ordenada e democratizada pelo interesse público. Na extensa obra e numerosos projectos que realizou com EJV, se este arco crítico se fez sentir, a prática da arquitectura manteve sempre a artisticidade em detrimento de qualquer normativa ou condicionante tecnocrática. Mesmo que com uma crescente ênfase na dimensão pública, manteve-se desalinhada, sem reverências, sempre à procura da solução desconcertante.

Contribuições: a «grande liberdade», o pequeno episódio

O trabalho de Manuel Graça Dias, nas suas várias vertentes, incorporou as possibilidades de um país que descobriu a liberdade com a Revolução de Abril. A liberdade arquitectónica plasmava-se na liberdade política conquistada: foi esse o significado do «pós-modernismo» para uma nova geração de arquitectos de Lisboa (ver Dias, 2001). Na viragem para os anos 1980, MGD foi a figura central desse movimento geracional, que teve o seu acto oficial na exposição *Depois do Modernismo* (Sociedade Nacional de Belas Artes, 1983). Partindo da iconoclastia do arquitecto Manuel Vicente, com quem trabalhou em Macau e que permanecerá como a sua referência principal, escrevendo regularmente na imprensa e com uma intensa actividade profissional, MGD estabeleceu uma relação particular entre a teoria e a prática que lhe permitiu configurar um pós-modernismo com raízes na cultura portuguesa, então em processo de redescoberta.

MGD adaptava a crítica à arquitectura moderna com a crítica à «homogeneização» que então se perfilava com a aproximação, e subsequente adesão, de Portugal à Comunidade Económica Europeia, e ao processo emergente que se chamará «globalização». A crítica ao «bom gosto» moderno confundia-se com a crítica ao «bom gosto» das classes mais ou menos dominantes. Por isso escreve, sem pedir licença: «Que, no que respeita ao habitar, grande parte das pessoas é reacionária, já se sabe. Dos direc-

tores de jornais às secretárias de administração, dos operários especializados aos *fashions designers*» (Dias, 1992: 73). Significativamente ainda, num texto sobre Macau, MGD exalta a sua história de urbanidade por ser, em contraponto com Hong Kong, uma «*resistência* activa face à internacionalização utilitarista», que se encontra «também em Portugal», nos «emigrantes que fazem a má consciência dos conservadores das paisagens ditas naturais» (Dias, 1983: 67).

A defesa de uma diferença, que se confundia com a assunção sem complexos, desinibida, da condição portuguesa face ao «centro» – fosse ele qual fosse – determinava a escrita, textual, projectual, comportamental até, de MGD. A reivindicada artisticidade era usada contra as tecnocracias do gosto e permitia o encontro da arquitectura com outras formas de expressão artística, na rua como nos *media*, participando na discussão de um país à procura de uma identidade democrática.

Podemos traçar o gosto pelo episódico e pelo mundano em *Macau Glória*, o levantamento livre que realizou em 1978 com Manuel Vicente e Helena Rezende. Embora só publicado em 1991, com o subtítulo *A glória do vulgar*, é um testamento desse tempo, reflectindo a sensibilidade de Manuel Vicente – um «documento eminentemente visual, na *libertinagem* em que se constitui» (Rezende *et al.*, 1991: 11).

A partir daí, a colecção de textos que publica n’*O Independente* (entre 1988 e 1989) – e, já antes, no *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* –, rompe com a tradição de pensar alto e grande, à maneira do arquitecto demiurgo que contempla o mundo, no sentido do pormenor pitoresco e da vida comum: as «Auto-estradas», os «Bingos», as «Piscinas», as «Roulottes», os «Guindastes», os «Táxis». Uma parte destes artigos, que revelavam uma veia polemica, mas também uma enorme alegria de viver, dentro da arquitectura, constituem o corpo de *Vida Moderna* (Dias, 1992), como se assinalou.

Com o trabalho de divulgação que assumiu na televisão e na rádio, nos anos 1990, embora mantendo-se fiel a uma divulgação *pop* – «Ver Artes», p. ex. «3 lugares da noite»⁸⁷ ou «A cor na arquitectura»⁸⁸ – vai acolhendo as mais variadas formas de expressão arquitectónica. *30 Exemplos – Arquitectura Portuguesa no Virar do Século XX* compilando 30 textos que assinou, entre 2001 e 2004, para o *Expresso*, reflecte o modelo do programa da TSF «Ao Volante pela Cidade»: MGD vê com o que os arquitectos observam; ou no caso dos textos, com o que projectaram. Inventaria e projecta de novo numa espécie de co-autoria, uma reinstalação do projecto a partir do seu olhar. Para MGD ser crítico era reprojectar os edifícios que analisava com a sua sensibilidade. Cada proposta de arquitectura tinha a sua viabilidade, e estava «quase bem». Nesse sentido era profundamente *venturiano*: como propunha o arquitecto americano Robert Venturi, «*Main Street is almost alright*» – cada obra estava «quase bem».

Porém, talvez se possa afirmar que o talento particular de MGD estava ainda antes da crítica: na descrição minuciosa de cada caso, um retrato geográfico, histórico, programático, que nos conduz até ao «problema» como uma enumeração poética, até amorosa, das circunstâncias do projecto (ver Dias, 2006). Nesta memória descritiva relançada, MGD acolhia os projectos como sendo dele, depois divergindo ou não, sugerindo outras etapas como se a obra magicamente pudesse ser refeita. Não tanto um trabalho de crítica, mas de reprojectação.

⁸⁷ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/3-lugares-da-noite/>

⁸⁸ Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-cor-na-arquitectura/>

E era o projecto, e a obra, que movia MGD. Em 1986 escreveu: «o final dos anos 80 poderá vir a ser uma época de grande liberdade, no manuseamento de heranças (quer formais quer metodológicas)» (Dias, 1986: 22). A arquitectura de MGD não só reflecte essa «grande liberdade», como é esse o seu tema central. Manifestando-se num pouco ortodoxo eixo entre Lisboa e Chaves, uma inquietante oblíqua atravessa o país, e o renascente cosmopolitismo da capital cruza-se com a interioridade de Trás-os-Montes, ecoando o mítico «entre Braga e Nova Iorque» do músico António Variações.

No entanto, apesar de traduzir a expressão de um país periférico em estado de emancipação, ou talvez por causa disso, a recepção internacional desta arquitectura não foi simples nem bem-sucedida, em última análise. A sua expressão híbrida, quase catártica no plano formal, não era «bem vista», nomeadamente tendo em conta a má fortuna crítica do pós-modernismo na viragem para a década de 1990.

Mas talvez este desencontro tenha razões mais profundas do que as flutuações da crítica no final do século. É tentador ver a obra de MGD como reflexo das aculturações que a arquitectura moderna sofreu, no contexto colonial português, em África e em Macau, e que, como nos textos que escreveu, refuta a vocação clínica, normativa e «racionalista» do centro da Europa. MGD viveu em Maputo (então Lourenço Marques), na sua juventude, onde tomou contacto com a arquitectura de Pancho Guedes, e trabalhou em Macau, onde participou no processo de rescrita arquitectónica de Manuel Vicente, após a experiência de trabalho com Louis Kahn (entre 1967 e 1968) e a aproximação às teorias de Robert Venturi e Denise Scott-Brown.

A arquitectura de MGD traduz um modernismo saturado, que resulta de um circuito a sul e a oriente, no regresso a «casa», agora democrática e europeia, mas obviamente *in progress*, com contradições e assimetrias evidentes. Por isso, o seu pós-modernismo nada tem a ver com o estilismo neoclássico que Charles Jencks decreta oficialmente a partir de 1980; mantém a abstracção como matriz, por defeito, a que acrescenta a informalidade e a «vulgaridade» que encontra nas «casas dos emigrantes», o objecto *pop* disponível, à falta de uma Las Vegas onde se pudesse aprender. Como diz, com graça: «É um Venturi em Portugal, só que em Portugal não vamos andar (...) a tirar fotografias à volta do Casino do Estoril... eles têm um universo para explorar, nós temos outro!» (Dias, 1984: 24).

Na contribuição crítica como nos projectos e obras realizadas, MGD instalou um relativismo que lhe permitiu incluir experiências diversas, consumadas, recicladas, cultas e mundanas, da «alta» e da «baixa» cultura após o «fim da grande divisão» (Huyssen, 1986) que caracterizou a pós-modernidade, ao modo de um senso comum, que é afinal a revelação de uma excentricidade, ao abater preceitos, e combater preconceitos. A eloquência, muitas vezes exuberância, do início, deu lugar a uma maior contenção na fase final do seu trabalho, nessa passagem da expressão individual para o domínio público, o que é talvez mais notório na obra escrita do que na projectada. Mas comunicar, ser comunicante, foi afinal o desígnio máximo que manteve em todas as etapas e modos da sua actividade (ver Milheiro, 2019). Nesse desdobramento, MGD contribuiu decisivamente para a popularização da arquitectura em Portugal. Não só como crítico, divulgador ou projectista, mas, mais essencialmente, como alguém que entendia a arquitectura como um modo de vida; um, entre outros.

Para lá do «bom gosto»: controvérsias, contrariedades

Criar controvérsia era inerente ao modo de estar de MGD. Há, no entanto, como se dizia, uma passagem, natural mas também sinal dos tempos, da efervescência inicial para um certo distanciamento. O magnífico olhar encantado com tudo, e um optimismo que se diria imparável, foi dando lugar a uma reserva, a uma certa contrariedade.

O Pavilhão de Portugal na Expo'92 de Sevilha (1989-1992) representa o culminar de um momento onde tudo parecia possível, na representação de Portugal como um país fragmentado, hiper-texturado, colorido, exuberante, em flagrante contraste com a antiga figuração salazarista, rural, monumental e acinzentada. Não se tratou de uma controvérsia, que não chegou a existir, mas mais de um sinal de alívio. Portugal era já a outra coisa que se queria que fosse, e MGD e EJV eram os protagonistas maiores desse desejo, num reconhecimento implícito do trabalho desenvolvido até então, nos jornais e em estaleiro.

Mas pode-se identificar Sevilha como um ponto de viragem, a vários níveis. Não só o pós-Exposição Universal de Sevilha é catastrófico para a ilha da Cartuja, onde teve lugar, como os ventos mudaram, e há um generalizado arrefecimento na temperatura arquitectónica. O intelectualismo do consagrado «desconstrutivismo» (no MoMA com a exposição «*Deconstructivist Architecture*», 1988), irrompe a par com o novo minimalismo que chega da Suíça com a dupla Herzog & de Meuron ou Peter Zumthor.

Depois de Sevilha, MGD vai adoptar uma abordagem menos encomiástica. O «tudo é belo» *warholiano* cumpriu a sua função, mas a partir da década de 1990 as exigências são outras. Em qualquer caso, pode-se considerar estas duas faces – «afirmativa» ou «crítica» – como reflexo das «políticas culturais da Pop» (Huyssen, 1989), e é nesse contexto que podemos situar a sua contribuição, sempre no limiar ou já dentro da controvérsia.

A disponibilidade de MGD para «aprender com» tudo, menos com o «bom gosto», levou-o até às «casas dos emigrantes»: «a maior parte delas é talvez anódina, feia, grotesca; mas atrevo-me a dizer que representam neste fim de século, a verdadeira arquitectura popular portuguesa» (Dias, 1992: 210). A fealdade não o demovia. Alexandre Alves Costa sugeriu que se tratava de a superar por excesso (Costa, 1986), talvez da mesma forma que se pode entender a *Pop Art* como um excesso que subentende uma crítica à «sociedade de consumo». A *Pop Art* é um dos elementos fundadores do pós-modernismo (Harrison, 2001), com quem partilha a mesma ambivalência: protesta, ridiculariza ou submete-se ao capitalismo? Estar *Depois do Modernismo* significava abandonar o «elitismo» ou entrar noutra? Reflectir sobre a «cultura do quotidiano» era conservar o *status quo*, acriticamente, ou permitia activar «conexões improváveis»? Ao propor uma «vanguarda popular» (Dias, 1986: 22), MGD expressou singularmente a complexidade – ou até mesmo a impossibilidade – da equação pós-modernista.

Como já se anotou, MGD está activamente envolvido na grande polémica dos anos 1980 que é o pós-modernismo. É nele que encontramos o texto, a obra, e a corporização de um pós-modernismo torrencial, sem parâmetros oficiais, mais uma poética do que um ditame, «mais emotivo que intelectual», ao modo português (Pascoaes, 1993: 76). Como exemplo notório, em 1985 participa num «abecedário» do pós-modern-

nismo promovido pelo *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, onde, com Alexandre Melo e Leonel Moura, alinha os principais «factos pós-modernos».

As entradas que escreve são demolidoras:

«Decoração» – «Tudo parecia proibido. Ou pelo menos de mau gosto (...) Vinda do Norte da Europa, uma Luterana vontade de ser verdadeiro e sincero levava-nos às madeiras à vista, ao betão à vista; «Encenação» – «Regressam com dinheiro necessário à concretização da explosão das tintas, das formas, dos pavimentos, dos brilhos (...) sem o empecilho do *gosto-creme* veiculado pela RTP ou pelo Instituto Português do Património Cultural, mancham e borram e iluminam a paisagem imóvel das cidades nocturnas ou da ruralidade adormecida» (...)

«Risos» – «Humor, ironia, boa disposição. A modernidade levou-se sempre demasiado a sério. Era uma teoria para a salvação do mundo» (Dias, 1985: 16-17).

O desassombro com que MGD tratava uma cultura prevalecente, com pergaminhos e ramificações, no contexto português, na própria luta contra a Ditadura, sendo singular não era solitário ou estava desacompanhado. A ubiquidade criativa de Tomás Taveira, o modo corrosivo de Manuel Vicente, a linguagem de ruptura do *Depois do Modernismo*, criavam um contexto. Mas MGD é quem escreve, desenha, e personifica um pós-modernismo português (ver Areia, 2019).

Regressando ao pós-Sevilha, o tempo mudou. Nos projectos que produz e na obra que constrói, o virtuosismo gráfico, o gosto por uma arquitectura-esquisso e por uma desordem geometrizada, mantêm-se. Mas o revestimento unitário em pastilha do Teatro Azul (Almada, 1998-2005) é um sinal. Em *11 Cidades/Cities, Projectos/Projects 1995-2005* (Dias e Vieira, 2006) transforma todos os projectos e obras do atelier em actos de cidade, não renegando a artisticidade, ou a aventura do desenho, mas sublinhando, a cada passo, as ressonâncias cívicas da arte da arquitectura. Mesmo os pequenos equipamentos, cinemas ou restaurantes, são apresentados como «cidades». Mais ainda, contra os modelos da cidade existente, propõe crescentemente um regresso «naturalista» que adopta o conforto, o passeio e a urbanidade oitocentista do *boulevard*.

A presença desta dimensão pública não limita, talvez, a liberdade individual do artista que MGD também era. Mas tende para a doutrina, onde antes havia espanto, fluência, gosto provocatório. Depois de estar «ao volante pela cidade» (ver Dias, 2014), MGD prepara-se para defender, em tese de doutoramento, *Depois da Cidade Viária*, uma apologia da cidade sem a omnipresença do automóvel.

Em 1999, os *media* – e os arquitectos – agitaram-se com a «Manhattan em Caci-lhas», o *Estudo de Reconversão Urbana do Estaleiro da Lisnave*, em Almada, que MGD e EJV projectaram: «Torres enormes ao Sol da manhã, torres brilhantes ao Sol da tarde, torres de perfis esbeltos, orientadas sobre aquele xadrez vago que antes fora suporte de armazéns e docas, torres violentas como os violentos e enormes navios que encheram a Margueira» (Dias e Vieira, 2019: 14). O desconcertante futurismo desta descrição contrasta, entretanto, com a narrativa anti-viária que MGD desenvolveu e apresentou na Universidade do Porto. O projecto da Margueira sofreu violentos ataques públicos, foi uma polémica para os de Lisboa, e para os de Almada, seguramente para os «homens de bom gosto». Mas como escreveu MGD: «Não gosto

dos *homens de bom gosto*, da sua intolerância; onde vão buscar as certezas? Onde vão buscar tantas certezas? Enquanto viver vou defender a liberdade!» (Dias, 1992: 229). Em forma de carta, Paulo Varela Gomes regressou brevemente ao *Expresso* (1/5/1999), exultando com o projecto. Ainda hoje subestimado, o projecto para a Margueira é fulgurante, belissimamente desenhado, e excepcionalmente radical no contexto português.

Entre 1999 e 2009, o tempo do *Depois da Cidade Viária*, muito parece ter mudado. Se a Margueira tem talvez o tom dos delírios *fin-de-siècle*, a tese representa uma desaceleração, até literal, que ganhará um sentido inesperado no século que agora se abre. Entretanto, cada vez menos ao volante, continuámos a aprender com «o homem que gostava de cidades». Com a sua liberdade particular, «gengivas de betão» e indiferença ao «bom gosto».

Bibliografia fundamental

- Dias M G (1983) Algumas reflexões durante os encontros de Macau. *Arquitectura*, 150: 67.
- Dias M G (1984) Mesa-redonda sobre a exposição *Depois do modernismo* (Arquitectura). *Arquitectura*, 153: 8-24.
- Dias M G (1985) «Decoração», «Encenação», «Risos». In «Abcdário, Factos pós-modernos». *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 181: 16-17.
- Dias M G (1986) Por uma vanguarda popular. *JA – Jornal Arquitectos*, 51/52: 22.
- Dias M G (1992) *Vida Moderna*. Mirandela, João Azevedo Editor.
- Dias M G (1999) *Ao volante pela cidade: 10 entrevistas de arquitectura*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Dias M G (2001) *O homem que gostava de cidades*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Dias M G (2001) *Passado Lisboa presente Lisboa futuro. Arte, arquitectura e cidade: a propósito de «Lisboa Monumental» de Fialho de Almeida*. Lisboa, Parceria A.M.Pereira.
- Dias M G (2004) *30 exemplos: Arquitectura portuguesa no virar do século XX*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Dias M G (2006) *Manual das cidades*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Dias M G (2014) *Ao volante pela cidade: Paulo Mendes da Rocha*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Dias M G, Vieira E J (2019) Reconversão Urbana dos Estaleiros da Margueira, Almada, 1999. *JA – Jornal Arquitectos*, 259: 14.
- Rezende H, Dias M G, Vicente M (1991) Objectivos. *Macau Glória – Glória do Vulgar*, 11.

Referências secundárias

- Areia A (2019) *Discursos arquitectónicos em suporte fílmico. O singular caso de Manuel Graça Dias e o seu programa de televisão (RTP, 1992-96)*, Tese de Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos. Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Costa A A (1986) *Notas imprecisas sobre arquitecturas alheias. Arquitectura Nova em Trás-os-Montes*. La Corunã, Palacio Municipal de Exposiciones, Kiosco Alfonso.
- Dias M G, Vieira J E (coords.) (2006) *11 Cidades/Cities, Projectos/Projects 1995-2005*. Porto, Civilização Editora.
- Harrison S (2001) *Pop Art and the Origins of Post-Modernism*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Huyssen A (1986) *After the Great Divide – Modernism, Mass Culture, Postmodernism*. Bloomington, Indiana University Press.
- Huyssen A (1989) The cultural politics of pop. In P Taylor (ed) *Post-Pop Art*. New York, Mit Press: 45-77.
- Milheiro A V (2019) O J-A de Manuel Graça Dias. Apontamentos sobre a primeira série (2000-2004). *JA – Jornal Arquitectos*, 259: 12-13.
- Pascoaes T (1993) *Arte de Ser Português*, 2.^a ed. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Neves J M (dir.) (1996) *Graça Dias + Egas Vieira: Projectos / Projects 1985–1995*. Lisboa, Estar.
- Varela Gomes P (1999) Opinião-cartas. *Expresso*, 1 de maio.

29. Manuela Raposo Magalhães

Selma B. Pena

Uma vida a fazer escola

Existem pessoas extraordinárias na história da arquitectura paisagista em Portugal e, uma delas, é sem dúvida a professora Manuela Raposo Magalhães. Com um percurso profissional vasto, passou pela actividade liberal (em *atelier*), administração pública, ensino e investigação. Foi aluna do professor Francisco Caldeira Cabral, fundador da Arquitectura Paisagista em Portugal, e teve o professor Gonçalo Ribeiro Telles como seu mestre.

O sentimento e a responsabilidade de «fazer escola», ou seja, de passar conhecimento, associado ao discernimento da necessidade de um papel activo na vida em sociedade, está muito presente na vida da professora Manuela Magalhães e isso sente-se pelas pessoas com quem trabalha.

No final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX começou a trabalhar no *atelier* do professor Gonçalo Ribeiro Telles ainda enquanto aluna. Em 1971, desenvolveu a sua actividade como técnica superior da Administração Pública, no Fundo de Fomento da Habitação onde desenvolveu o Plano Integrado de Almada-Monte da Caparica, em conjunto com o arquitecto Luís Vassalo Rosa e do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, começando a trabalhar nos conteúdos normativos respeitantes ao dimensionamento e caracterização dos espaços verdes urbanos e nos conceitos básicos que presidem à integração de espaços verdes na cidade. Trabalhou em projecto de arquitectura paisagista, nas suas diferentes escalas, com as architectas paisagistas Maria João Botelho e Graça Saraiva.

Entre 1975 e 1983 fez parte do Serviço de Estudos do Ambiente da Secretaria de Estado do Ambiente com participação activa na criação de metodologias de ordenamento biofísico do território, bem como a participação em estudos no âmbito de protecção de reservas naturais, planos de ordenamento do território à escala municipal e regional, de que é exemplo o plano de ordenamento da área metropolitana de Lisboa. Entre 1976 e 1978 foi adjunta do Secretário de Estado do Ambiente do I Governo

Constitucional, o Professor Manuel Gomes Guerreiro, onde iniciaram um grupo de trabalho responsável pelo Ordenamento Biofísico do Algarve. Num texto redigido por Manuela Magalhães sobre a experiência de ter trabalhado com o professor Manuel Gomes Guerreiro, percebemos os ensinamentos ao longo das diferentes experiências de vida, muito vocacionadas para o Ordenamento do Território:

ensinaram-me coisas como: a diferença entre a serra e o litoral e as dificuldades da vida dos serranos; os efeitos da campanha do trigo, na desertificação; a importância de um bom alfarrobeirão para as famílias que o detinham, no Barrocal; a preocupação com que as actividades do litoral, sobretudo a agricultura forçada e o turismo, pudessem consumir demasiada água dos freáticos e assim conduzir à sua salinização, o que já se verificava nalguns locais; a necessidade de se recarregarem os freáticos com uma re-arborização da Serra por espécies autóctones; a necessidade imperiosa de se consumirem os produtos locais (no Algarve deve-se beber água de Monchique) e sempre, sempre, a preocupação de se pensar em actividades sustentáveis que trouxessem viabilidade económica às regiões (Magalhães, 2020b).

A vocação para o papel da Arquitectura Paisagista no Ordenamento do Território é notória no seu percurso profissional e, entre 1984 e 1988, desempenhou funções de Chefe da Divisão de Estudo de Ordenamento na Direção Geral do Ordenamento. Fez parte de grupos de trabalho para medidas de correção de cheias na região de Lisboa e participou na elaboração de projectos de decreto-lei fundamentais para o Ordenamento do Território, nomeadamente, Lei de Bases do Ambiente, regulamentos dos Planos Gerais de Ordenamento do Território, projecto de Decreto-Lei para revisão da Reserva Ecológica Nacional e projecto de Decreto-Lei para revisão da Reserva Agrícola Nacional. O problema das cheias sempre foi muito prezado pela professora. Viveu as grandes cheias de 1967, fazendo parte das equipas de voluntários dos trabalhos de limpeza. Sabendo que a única forma de minimizar estes riscos passava pelo Ordenamento do Território, com a adequação de usos às características da Paisagem, desenvolveu o conceito de morfologia do terreno aplicado nos diferentes planos de ordenamento. Este conceito, continua a ser aprofundado e aplicado pela equipa de investigação com quem trabalha (Cunha *et al.*, 2018, Pena *et al.*, 2018).

Em 1988, ingressou na carreira universitária, como docente de arquitectura paisagista no Instituto Superior de Agronomia, coordenando desde 1997 as disciplinas de Ordenamento do Território da licenciatura em arquitectura paisagista. Entre 1997 e 2009 regeu a disciplina de Planeamento Biofísico da licenciatura em engenharia do ambiente do Instituto Superior Técnico e, em 2003/2004, regeu a disciplina de arquitectura da paisagem do mestrado em Desenho Urbano do ISCTE.

A investigação em arquitetura paisagista, numa vertente de investigação aplicada como é esperada pelo domínio científico da arquitetura paisagista, centrou-se nas metodologias de base ecológica, com o desenvolvimento da Estrutura Ecológica, e na sua aplicação ao nível dos planos de ordenamento do território. São exemplos: a análise crítica dos PDM do Alentejo e Algarve (1998-1999), o Plano Verde de Lisboa (1991-1993), o Plano Verde do Concelho do Seixal (1993-1996), a Rede Ciclável de Lisboa em fase de estudo prévio (2000-2001), o Plano Verde do Concelho de Loures (2001-2003) (Magalhães *et al.*, 2007).

Em 2003 houve um passo muito importante na investigação em arquitetura paisagista em Portugal, com a constituição da unidade de investigação «Centro de Estudos de Arquitectura Paisagista «Prof. Caldeira Cabral (CEAP)» na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). A primeira unidade de investigação no país dedicada à arquitetura paisagista, teve como fundadora e coordenadora a professora Manuela Raposo Magalhães. Mais tarde, em 2013, foi criada uma grande unidade de investigação no ISA, que inclui vários centros de investigação, no chamado Centro de Investigação em Agronomia, Alimentos, Ambiente e Paisagem (LEAF), com linha temática de investigação Infraestruturas Verdes e Azuis, coordenada por Manuela Magalhães entre 2013 e 2020.

Depois da constituição do CEAP enquanto unidade de investigação foram vários os estudos coordenados por Manuela Magalhães e foi-se constituindo uma equipa nuclear de arquitetos paisagista – o fazer escola!

Nestes projectos surge a oportunidade de discussão de ideias numa equipa multidisciplinar constituída por professores e investigadores das outras áreas do saber do Instituto Superior de Agronomia (pedologia, geomorfologia, fitoecologia, agronomia) e também de outras universidades (filosofia, arquitetura, ecologia económica). A capacidade de gerir uma equipa multidisciplinar é uma grande característica da professora Manuela Magalhães, criando autênticos espaços de discussão para o avanço no conhecimento.

O início do CEAP, deu-se com o aprofundamento aplicado de metodologias de base ecológica às escalas municipais e locais: Plano Verde do Concelho de Sintra (2004-2008); Estruturas da Paisagem do Concelho de Almada (2004-2006); Recuperação do espaço exteriores do Bairro da Bela Vista em Setúbal (2007-2011); Parque Agrícola do Vale Central de Chelas e Percurso Pedonal e Ciclável da Bezerra (2008-2009); Parque urbano de Moledo (2009); Requalificação Ambiental e Paisagística da Várzea do Rio Coia (2010).

Em colaboração com a Universidade do Porto, com a Faculdade de Filosofia da Universidade de Lisboa e com a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, Manuela Magalhães coordenou a equipa de arquitectura paisagista nos projetos financiados pela FCT «A Dimensão Social dos Incêndios Florestais – Contributo para uma Gestão Sustentável Integrada» (2008-2011) (ver Magalhães *et al.*, 2012); «Filosofia e Arquitectura da Paisagem» (2010-2013) (ver Magalhães, 2013a); e «Arquitecturas do Mar» (2011-2014).

A partir de 2010 há uma grande mudança de escala de trabalho com o projecto «Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de delimitação e regulamentação» (Magalhães, 2013b; Cunha e Magalhães, 2019), coordenado pela própria. Neste projecto, fizeram-se avanços enormes na criação de uma base de dados geográficos, à escala nacional, que alimentam uma plataforma de dados abertos criada pela equipa – o EPICWebGIS (<http://epic-webgis-portugal.isa.ulisboa.pt/>). Estes dados incluem diversos factores ecológicos e uma proposta de estrutura ecológica nacional. Mais tarde, em 2012, é atribuído financiamento para a continuação do projecto numa perspetiva de avançar para o ordenamento potencial de base ecológica para Portugal Continental (Magalhães, 2016). Neste projecto fez-se a avaliação das potencialidades do país relativamente à conservação da natureza, à silvicultura, à agricultura e à edificação

e a elaboraram-se propostas críticas de uso do solo. Mais uma vez, um trabalho produzido com uma equipa multidisciplinar. Todos os resultados do projecto foram disponibilizados no EPICWebGIS, porque, quase citando a professora, temos de dar o exemplo e disponibilizar gratuitamente aquilo que fizemos com dinheiros públicos.

Os fogos trágicos de 2017 levaram a professora e a sua equipa a focar-se na paisagem rural. Torna-se urgente trabalhar a paisagem rural e contribuir para a sua melhoria. Sabendo que o modelo de ordenamento do território pode desempenhar um importante papel na resolução dos riscos de incêndios contactámos vários decisores (Secretário de Estado das Florestas, presidentes das Câmaras Municipais das áreas fustigadas, Grupos Parlamentares) a sensibilizar para uma solução pelo ordenamento do território... este sentido de responsabilidade social da professora Manuela Magalhães é realmente notável. Muitas pessoas, incluindo as gerações mais novas dos alunos, não fazem ideia da energia e da persistência que é necessária ter para que a mudança ocorra realmente. O seu mestre, professor Gonçalo Ribeiro Telles, tinha a mesma característica proactiva.

Desde os grandes incêndios do ano passado, muito se tem dito a propósito de florestas. No entanto, há temas que não têm sido abordados e que vale a pena referir: a relação entre floresta, secas e inundações — nada na comunicação social ou no discurso político parece mostrar que há a noção de que são as árvores (umas mais do que outras) que permitem reter e infiltrar água no solo, de modo a permitir a sua utilização futura e evitar a seca e, por outro lado, a diminuir o risco de inundações. Como em Portugal estes fenómenos podem ocorrer num curto período de tempo devido à variabilidade do clima mediterrânico que nos caracteriza, é bom que as pessoas percebam que tudo está ligado. Sem um ordenamento global da paisagem, não há equilíbrio possível e estes fenómenos agravam-se, não devido a imponderáveis climáticos, sempre desresponsabilizadores, mas sobretudo por inépcia dos agentes que actuam sobre o território, incluindo políticas públicas. E se, particularmente algumas árvores, nos podem salvar de secas extremas e inundações é fácil perceber que os incêndios rurais têm consequências catastróficas a nível da água disponível, para já não falar do solo que nos sustenta, do ar que respiramos, etc. (Magalhães, 2018).

Em 2018, a equipa obteve financiamento da FCT para um projecto dedicado ao estudo da prevenção dos incêndios rurais pelo Ordenamento do Território (SCAPE-FIRE) (Magalhães *et al.*, 2021; Pena *et al.*, 2021). Ainda em curso (2019-2022), é um projecto coordenado pela 2.^a geração de investigadores do Centro de Estudos e co-coordenado por Manuela Magalhães. Mais uma vez com uma equipa multidisciplinar, onde a integração do conhecimento e a vertente propositiva surge pelo grupo de arquitetura paisagista em integração com os vários domínios do saber.

Com a paisagem rural sempre presente, em 2019 coordena um estudo de consultoria para a Autoridade Tributária para desenvolver um modelo de avaliação dos prédios rústicos. Um estudo desenvolvido à escala Nacional e que teve em conta a qualidade, a capacidade ecológica e a geração de serviços de ecossistemas:

a forma tradicional de calcular o VPT é em função da área, das culturas e da produtividade obtida. Antes falávamos das funções da mata ou da agricultura. Agora, na perspectiva que está tudo relacionado, o escoamento da água, o clima, a produção de plantas

(...) há áreas que são indispensáveis para a conservação da água, do solo, da biodiversidade. E quando as pessoas têm propriedades em que esses serviços são prestados, por exemplo, rede natura 2000 em que nada podem fazer senão conservar, se a política fiscal incorporar essas questões, as pessoas passam a olhar para as suas propriedades noutra perspetiva que não apenas a da produção a ela associada. Em suma, conclui a especialista, não se pode pedir a um proprietário que assegure e financie esses bens públicos e, por isso, a ideia é fazer política de ordenamento do território por via da fiscalidade, nomeadamente premiando fiscalmente as pessoas que conservam a natureza (Magalhães, 2020a).

Desde o início de 2021 co-coordena o projecto LAND GI Nexus, financiado pela unidade de investigação LEAF, que tem como objectivo contribuir para a reflexão e mudança em direcção à integração entre a infraestrutura verde, os serviços dos ecossistemas e o sistema de planeamento.

A base do Ordenamento do Território

A experiência de vida de Manuela Magalhães tem contribuído para a evolução do pensamento no campo do espaço – lugar – território. Antes de enumerar algumas destas contribuições, há uma característica chave da professora que é o reconhecimento da importância de uma equipa. O valor de uma equipa é inerente à arquitetura paisagista que tem como principal função a integração do conhecimento (das diferentes especialidades) num desenho que define uma visão para o futuro. Desde o início da sua carreira profissional participou em várias equipas multidisciplinares, sendo de salientar a revisão do Plano Director da Área Metropolitana da Região de Lisboa, na equipa coordenada pelo professor arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, integrada no Grupo de Planeamento e Arquitectura e o Plano Verde de Lisboa (coordenação de Ribeiro Telles) que constituiu uma componente do 1.º Plano Director Municipal, aprovado em 1994. Neste plano foi instituída pela primeira vez uma Estrutura Ecológica Municipal, vertida na lei em 1999 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).

O conceito Estrutura Ecológica, com o aprofundamento de metodologias de delimitação a diferentes escalas, é uma das grandes contribuições da professora Manuela, como se pode ler no testemunho dado pelo arquitecto paisagista Duarte d' Araújo Mata⁸⁹:

Se tivesse que resumir num título, a Professora Manuela Raposo Magalhães foi sempre isso mesmo: a Professora da Estrutura Ecológica. Uma referência no pensamento ecológico no território, primeiro como conceito sistémico territorial e da paisagem e como professora de arquitetura paisagista uma figura marcante da nossa formação.

Logo no Instituto Superior de Agronomia, quando alunos íamos já com 3 anos inteiros de dezenas de disciplinas gerais e de especialidade (pedologia, botânica, geomorfológica, hidrológica, topográfica, desenho, desenho técnico, entre tantas outras), de repente, todos estes aspectos setoriais eram metodologicamente enquadrados e contextualizados

⁸⁹ Entrevista a Duarte d'Araújo Mata, 08/07/2021.

numa estrutura de paisagem, que para além de tudo, estava considerada na evolução de conceitos que a própria estrutura ecológica representava na história do ordenamento do território. A Estrutura Ecológica defendida e publicada por Manuela Raposo Magalhães em inúmeras publicações, seminários, artigos e apresentações, não estava nem à frente do seu tempo nem ultrapassada, estava mesmo no momento certo.

Os anos 80 e 90 foram extraordinariamente violentos para o ordenamento do território, uma vez que a existência (à data de hoje vista com incredulidade) de legislação de Reserva de Solos *non-aedificandi* por Gonçalo Ribeiro Telles, veio já em pleno período em que a construção civil e a especulação de solos e das novas frentes de edificação passaram a ser, não apenas o grande orientador da mudança das paisagens, mas o grande motor do chamado desenvolvimento, impulsionado pela cadeia de investimento a que estavam associados. Aos perímetros urbanos, que alastraram rapidamente como manchas de óleo e que, no seu interior, desconsideravam a existência das áreas de reserva de Ribeiro Telles, que não previam obrigação a ter nada de natureza para além do que viesse a ser construído em torno e por causa da nova edificação, contribuiu Manuela Magalhães com propostas concretas de uma paisagem natural que não conhece fronteiras.

A reunião destas figuras de protecção da paisagem, fundamentais para o funcionamento dos ecossistemas, num só conceito, era a espacialização clara de uma dinâmica ecológica complexa que tornava o arquiteto paisagista um «médico de clínica-geral», por vezes «acusado» de ser um generalista do território por muitos quantos, dominando uma especialidade, perdem a visão de conjunto tão decisiva na Paisagem. A tão falada transdisciplinariedade para produzir planos e projetos coerentes e detalhados foi sempre uma imagem de marca das equipas de Manuela Magalhães, trazendo até para o processo formações à partida tão «improváveis» como engenharia mecânica ou filosofia.

Esta transversalidade era e continua a ser muito complexa. Passados quase 25 anos de ter interiorizado estes conceitos, as nomenclaturas mudam, as políticas mudam, vem a «biodiversidade» e as «Alterações Climáticas», vêm os «serviços verdes» e os «Planos de Paisagem», mas a Estrutura Ecológica, às várias escalas - nacional, regional, municipal e à escala de detalhe, continua a ser a base da estrutura base promotora de serviços de ecossistema que hoje se designa de «infraestrutura verde».

Manuela Magalhães, à medida que aprofunda conceitos em pormenor, vai também aumentando a abrangência da sua aplicação da Estrutura Ecológica, para trabalhar problemas como os fogos, a gestão de paisagem em territórios abandonados, a regeneração natural, a renaturalização urbana ou a reabilitação periurbana. Como arquiteto paisagista, não tenho dúvidas de que são estes ensinamentos a minha base de trabalho todos os dias.

A par da luta pela protecção dos ecossistemas através da delimitação da estrutura ecológica, está também a luta pelo reconhecimento da arquitetura paisagista, especialmente nas escalas do ordenamento do território. Estas lutas, nunca fáceis, estão presentes em vários momentos da vida de Manuela Magalhães. Actualmente, apesar da maior sensibilização, continua a ser uma luta necessária.

A partilha do conhecimento, a importância de fazer escola e as visitas de estudo (que são sempre uma oportunidade para tirar mais uma fotografia para partilhar com os alunos), são um outro contributo e testemunho que é dado por Manuela Magalhães – a dedicação ao ensino. Tudo o que vemos – o olho do arquitecto paisagista – é uma oportunidade para transferir esse conhecimento para o outro. Um dos resultados dessa vontade de partilhar conhecimento, para se poder avançar nos planos de orde-

namento do território, é a já referida plataforma de dados geográficos o EPICWebGIS, com objetivos claros de partilha da investigação produzida, sem qualquer interesse financeiro, se não o de servir o bem comum.

Manuela Magalhães tem contribuído para a criação de soluções, de metodologias de trabalho, sempre de base ecológica com integração da estrutura cultural. Essa é essa a base de fundação da escola de Arquitectura Paisagista em Portugal, com a grande influência alemã – a ecológica (Magalhães, 2001). Só com a adequação de usos é possível minimizar riscos, proteger os recursos e criar paisagens sustentáveis utilizáveis por todos nós. Como a Professora diz «o ordenamento do território é planejar as «coisas» certas nos sítios certos» (*Ibidem*), para que isso aconteça há conceitos importantíssimos que têm de estar muito sólidos, nomeadamente o conceito de estrutura e de aptidão ecológica a diferentes actividades, muito relacionados com a «resiliência» e a capacidade do sistema suportar determinada actividade.

Vida activa e atenta – os principais debates

Com um espírito inquieto, Manuela Magalhães está sempre atenta ao que acontece na esfera pública. Tem-se mantendo activa em alertar as forças políticas e a sociedade para os problemas (e soluções) na Paisagem. Com ideias que nem sempre são aceites pela maioria, os principais debates centram-se na importância do desenho da paisagem por estruturas (em particular a estrutura ecológica) que leva à melhor utilização e preservação dos recursos naturais em paisagem urbana e em paisagem rural; a defesa por uma política que incentive os usos do solo em função da aptidão ecológica; e a defesa de uma paisagem rural com espécies autóctones, planeadas de acordo com a estrutura já referida, com todas as vantagens que advêm delas, tanto pela diminuição de riscos (cheias, incêndios, seca), como pela criação de economia alternativa (mel, frutos, madeiras nobres, serviços dos ecossistemas) em oposição à típica exploração de eucalipto e pinheiro.

As dificuldades de compreensão das vantagens da REN, RAN e da sua interligação na estrutura ecológica, naquilo que mais tarde vem a ser chamado como infraestrutura verde, é uma das intervenções de Manuela Magalhães. Estas figuras do nosso sistema de planeamento são pioneiras em matéria de protecção ambiental, por vezes mal compreendidas e distorcidas quando ao seu real valor:

A incompreensão da interrelação entre as várias figuras legais (REN, RAN, DPH e Directiva Habitats) e a Estrutura Ecológica conduziu à coexistência de todas elas no nosso sistema legal, acrescida de uma falta de visão sobre as suas potencialidades (económicas, sociais e ecológicas) ao nível de usos do solo compatíveis, a qual se manifesta na atribuição simplista e nem sempre adequada das classes de uso do solo dos PDM (espaço natural, florestal, agrícola, etc.). Ou seja, é enorme a confusão existente ao nível dos conceitos, da nomenclatura e, por consequência, da gestão do território.

Entendemos que a Estrutura Ecológica deveria reunir todas as áreas fundamentais das quais depende a sustentabilidade ecológica do território (REN, RAN, DPH e Directiva Habitats), organizadas em subestruturas, dependendo de cada factor ecológico ou risco natural. Estas subestruturas devem ser delimitadas com critérios ecológicos e hierár-

quicos, isto é, partir da escala nacional para a local, ao longo de um processo em que se vão detalhando e ajustando, mas mantendo a coerência com a escala nacional (Magalhães *et al.*, 2017).

Recentemente, em 2020, o Pacto Ecológico Europeu e a chamada transição verde levaram Manuela Magalhães, em conjunto com três colegas, a publicar uma carta aberta ao senhor primeiro-ministro com diversos signatários, chamada «A visão de Ribeiro Telles e o Plano de Recuperação Económica» para que esta transição fosse apoiada numa transformação do território apoiada no desenho de infraestruturas verdes.

A visão integrada do Prof. Ribeiro Telles visou a construção e gestão desta essencial e vital estrutura. (...) Ora, todas estas designações, com os correspondentes regimes jurídicos, fazem parte de um mesmo conceito: a estrutura da paisagem capaz de assegurar a sua sustentabilidade ecológica, a resiliência aos incêndios rurais e todas as outras funções representadas pelos serviços prestados pelos ecossistemas que a constituem, designadamente, a conservação e a qualidade do ar, do solo, da água e da biodiversidade.

Temos agora a oportunidade de retomar a política de Ribeiro Telles, em linha com a actual visão da UE que designa esta infraestrutura por «Infraestrutura Verde e Azul». Para isso, aquilo que se pretende agora afirmar é que a lógica de base de qualquer Programa de Recuperação Económica e Social deverá ter consciência da necessidade desta infraestrutura, do seu bom funcionamento, e dos benefícios que ela trará ao País em termos, para além dos de natureza ecológica, dos empregos a criar, da qualidade e da soberania alimentar, da diversidade dos produtos, da atracção de pessoas ao interior, do turismo de natureza, etc., e que a UE propõe que atinja, em 2050, 30% do território Europeu, no mar e em terra. Ou seja, não se trata só de ecologia mas também de economia (Magalhães *et al.*, 2020).

Outro tema muito debatido pela professora é a questão da paisagem rural e da sua transformação de uma paisagem dominada pela monocultura para uma paisagem biodiversa, onde a recuperação com espécies autóctones deve ser privilegiada, com todas as vantagens que daí advêm.

Parece um ideal, mas é possível, o Scapefire pretende voltar ao tempo da floresta autóctone, sobretudo composta por folhosas, como carvalhos e castanheiros, que também ardem, mas são de combustão mais lenta. Para isso, é preciso deixar de apostar na «economia do pau», refere Manuela Raposo Magalhães, investigadora do ISA. «As espécies utilizadas e a sua organização no território fazem toda a diferença, até porque as espécies arbóreas não ardem todas da mesma maneira. As que mais ardem são, primeiro, o pinheiro-bravo e depois o eucalipto».

E são estas as espécies que marcam a paisagem do Pinhal interior, mesmo depois dos grandes incêndios. O Scapefire prevê a criação de linhas de vazios, de áreas agrícolas e de pastagens e um regresso gradual à floresta autóctone. Mas isso só será possível, diz a Investigadora do ISA, Manuela Raposo Magalhães, se a população e o poder local aderirem a esta transformação, que poderá depois proporcionar uma nova economia, que precisa de tempo para mostrar que vale a pena. E durante esse período, o apoio do Estado é fundamental.

Para implementar este plano, o grupo de investigadores diz que é preciso apoio do governo, não só para financiar o período de transição que será de 30 anos, mas também na divulgação desta alteração de política radical em relação ao ordenamento do território. Manuela Raposo Magalhães fala ainda da necessidade de fazer o levantamento do cadastro dos terrenos, proporcionando também uma gestão coletiva das parcelas por parte de empresas privadas.

O que não se pode permitir, de acordo com a Investigadora do ISA, é continuar a privilegiar o pinheiro-bravo e o eucalipto, não fazendo a gestão da floresta, até porque, se nada for feito para inverter esta tendência, e perante o crescimento desgovernado após os incêndios de 2017, a repetição da tragédia é inevitável. «Vai voltar a acontecer. Basta fazer esta estrada, em que se vê que aquilo que ardeu em 2017 está a rebentar e, como não é gerido, a densidade é imensa. Vai voltar a acontecer», reitera (ver Midões, 2021).

O fecho deste capítulo não podia de deixar de ser feito por outra pessoa extraordinária da Arquitectura Paisagista – a professora Margarida Cancela d’Abreu⁹⁰ – que em breves palavras sintetiza o trabalho da professora Manuela Magalhães.

Na senda dos grandes Mestres Portugueses da Arquitectura Paisagista, a sua actividade, durante mais de cinquenta anos, destaca-se pela abrangência das áreas estudadas e pelo pioneirismo de diversos conceitos e metodologias.

Outras características importantes têm sido a capacidade de relacionar e integrar componentes ambientais, sociais e artísticas nos processos de projecto e ordenamento do território.

No âmbito da actividade académica, transcendeu o desempenho educativo, ao promover investigação, projectos e planos – envolvendo permanentemente alunos e alcançando um resultado extraordinário na integração de diversos domínios do conhecimento, disponíveis no ISA e no IST.

Ainda neste âmbito desenvolveu contactos internacionais com Escolas Europeias de Arquitectura Paisagista, ao nível do corpo docente e acompanhando alunos em diversos programas.

Uma vida profissional focada no Ordenamento do Território, sem nunca deixar de abordar a componente urbanas, sempre com a preocupação de enquadramento das questões urbanas nos espaços municipais e metropolitanos – investigou e defendeu a sustentabilidade ecológica e a mobilidade suave, desenhou e regulamentou diversas estruturas fundamentais (ecológicas, culturais e cicláveis), parques agrícolas e rurais.

No âmbito do Ordenamento do Território contribuiu fortemente para a legislação fundamental, sua regulamentação e gestão; para a integração dos dados socioeconómicos e culturais no processo de ordenamento; para a inovação em conceitos e metodologias e análise crítica de políticas e de planos a vários níveis. Recentemente tem aplicado estes conceitos, metodologias e críticas à política florestal e ocorrência de incêndios rurais. Tendo também analisado a evolução nos modos de ocupação do solo, ainda se debruçou sobre a história da Arquitectura Paisagista em Portugal e do respectivo ensino.

⁹⁰ Entrevista a Margarida Cancela d’Abreu, 14/07/2021.

Bibliografia fundamental

- Magalhães M R (2001) *A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade*. Lisboa, Editorial Estampa.
- Magalhães M R (2013a) Para uma Intervenção no Espaço Rural Português. In A V Serrão (coord.) *Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Intervenções*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: 163-175.
- Magalhães M R (2013b) *Estrutura Ecológica Nacional – uma proposta de delimitação e regulamentação*. Lisboa, ISAPress, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.
- Magalhães M R (2016) *Ordem Ecológica e Desenvolvimento. O futuro do território português*. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa. ISAPress.
- Magalhães M R (2020b) Centenário do nascimento de Manuel Gomes Guerreiro – Com o Prof. Manuel Gomes Guerreiro na Secretaria de Estado do Ambiente do I Governo Constitucional. In AA. VV. *Anais do Município de Faro*, XLII: 263-264.
- Magalhães M R, Abreu M M, Lousã M, Cortez N (2007) *Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e Delimitação – Escalas Regional e Municipal*. Lisboa, ISAPress.
- Magalhães M R, Baptista F O, Cunha N, Müller A, Pena S B, Silva J, Leitão M (2012) O Ordenamento do Território na Prevenção dos Incêndios Rurais. In F Tedim, D Paton (eds.) *A dimensão humana dos incêndios florestais*. Porto, Estratégias Criativas: 55-99.
- Magalhães M R, Cunha N S, Pena S B, Müller A (2021) FIRELAN – An Ecologically Based Planning Model towards a Fire Resilient and Sustainable Landscape. A Case Study in Center Region of Portugal. *Sustainability*, 13, 7055.

Referências secundárias

- Cunha N S, Magalhães M R (2019) Methodology for mapping the national ecological network to mainland Portugal: A planning tool towards a green infrastructure. *Ecological Indicators*, 104C: 802-818.
- Cunha N S, Magalhães M R, Domingos T, Abreu M M, Withing K (2018) The land morphology concept and mapping method and its application to mainland Portugal. *Geoderma*, 325: 72-89.
- Magalhães M R (2018) Incêndios rurais, secas e inundações. *Público*, 7 de fevereiro.
- Magalhães M R (2020a) Avaliação geral do património rústico já está em marcha. *Jornal de Negócios*, 6 de julho.
- Magalhães M R, Domingos T, Amado A, Pena S B (2020) Carta aberta ao senhor primeiro-ministro: a visão de Ribeiro Telles e o Plano de Recuperação Económica. *Público*, 29 de junho.
- Magalhães M R, Pena S B, Cunha N (2017) Reserva Ecológica Nacional e Estrutura Ecológica Nacional. *Público*, 27 de julho.
- Midões M (2021) Como evitar que tragédia dos incêndios volte a acontecer? Investigadores apresentam Scapefire. Disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/como-evitar-que-tragedia-dos-incendios-volte-a-acontecer-investigadores-apresentam-scapefire-13563432.html>.
- Pena S B, Franco M L, Magalhães M R (2021) Contributing to Healthy Landscapes by Sustainable Land Use Planning. In D M Ergen, A P Y B Ergen (eds.) *Approaching to Landscape Architecture in The Frame of Environmental and Ecological Perspective [Working Title]*. London, IntechOpen.
- Pena S B, Magalhães M R, Abreu M M (2018) Mapping headwater systems using a HS-GIS model. An application to landscape structure and land use planning in Portugal. *Land Use Policy*, 71: 543-553.

30. Margarida Pereira

Isabel Pato e Silva

Dados biográficos e propósito de pesquisa

Margarida Pereira nasceu em Bragança, cidade onde completou os estudos secundários. Licenciou-se em Geografia na Universidade de Letras de Lisboa em 1976. Desde os primeiros anos de licenciatura colaborou na investigação do Centro de Estudos Geográficos (CEG) com Orlando Ribeiro. Em 1975 inicia a atividade profissional no Gabinete de Projectos CIPRO⁹¹ na área do planeamento territorial, integrando uma equipa multidisciplinar que elabora estudos e planos sobretudo às escalas municipal e inframunicipal. Já no Departamento de Geografia e Planeamento Regional (UNL), onde fica responsável pelo ensino da temática do planeamento territorial, desenvolve trabalho de consultoria no *e-Geo* – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (nomeadamente a municípios e entidades da administração central), integrando e coordenando Planos Especiais de Ordenamento do Território, com destaque para a Orla Costeira, Albufeiras de Águas Públicas e Lagoas Classificadas (na Região Autónoma dos Açores). Esta atividade é reduzida, e mais tarde deixada, quando aumenta responsabilidades docentes e de coordenação pedagógica de mestrados e doutoramento.

Na sua tese de doutoramento reúne argumentos para a concetualização da relação entre território e poder político como objeto de estudo da Geografia. O poder está referenciado à unidade espacial que o legitima e a decisão política imbrica no contexto geográfico em que é exercida, como constrangimento ou justificação para a intervenção. A «ação pública» é fator de diferenciação espacial, ao distribuir discricionariamente bens que servem territórios e populações, e por via das externalidades que gera (Pereira, 1994).

Tendo como pano de fundo a evolução do quadro político-institucional do planeamento, confronta, em diferentes momentos, o projeto territorial idealizado no Plano

⁹¹ Consultores Internacionais em Projectos de Desenvolvimento.

de Urbanização da Costa do Sol e os seus resultados, interrogando em que medida os processos de ação pública «conduzem, distorcem ou impedem a sua viabilização». Coloca o planeamento numa «sequência cíclica e ininterrupta de etapas, numa ação que se prolonga na implementação», examinando políticas públicas e processos de decisão, instrumentos e práticas de operacionalização, que lhes são inerentes (*Idem*).

Este trabalho foi fundamental na inscrição do planeamento como dimensão intrínseca à compreensão da geografia contemporânea (*Ibidem*) e na afirmação da Geografia portuguesa entre as ciências centrais do planeamento e ordenamento do território.

Ao longo de toda a investigação revela rara capacidade de incorporação dos conteúdos programáticos das políticas de ordenamento do território e enorme competência na atualização das constantes alterações do sistema de gestão territorial. Reflete ainda, com grande acuidade intelectual e agilidade técnica, sobre as implicações dessas mudanças na definição estratégica da ação e na operacionalização da «ação pública» inerentes ao planeamento.

Na definição de problemáticas e objetos de estudo é notória a influência de Orlando Ribeiro e de **Manuel da Costa Lobo**. Ao preconizar um sistema de gestão territorial forte na condução da transformação e na defesa do interesse coletivo, mas capaz de respeitar a enorme diversidade geográfica de um país de pequena dimensão onde em muitas áreas continuam a faltar «condições de vida próprias» (Orlando Ribeiro). Depois concebendo o planeamento como instrumento de suporte à ação pública e fundamental na «procura da melhor solução», num quadro de incerteza e indeterminação, de tensões e de conflitos de interesse emanados de várias escalas e políticas, que nem sempre antevêm repercussões territoriais.

As temáticas privilegiadas e as abordagens seguidas viriam a inspirar outras investigações (incluindo as que prolonga em coautoria), influenciando processos de decisão e metodologias de planeamento a diferentes escalas. Representam contributos para avanços nas políticas do ordenamento do território e as principais políticas com impactes territoriais (política de cidades e urbana, de coesão territorial, de reabilitação, de habitação, de conservação e desenvolvimento, proteção de áreas naturais, entre outras).

Um propósito em três linhas de pesquisa

A operacionalização do planeamento municipal surge como a sua primeira linha de investigação, ao problematizar os fatores que lhe são próprios e que ajudam a explicar o desvio face a resultados previstos. As dificuldades técnicas humanas e materiais (p. ex. cartografia) inerentes ao processo de elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) justificam que só em 2003 estivessem aprovados todos os planos e a qualidade incipiente das propostas materializadas em Lei. Em «Próximos desafios do Planeamento municipal», compara os sucessivos regimes, observando em que «medida a evolução instrumental integra as melhores soluções, face às fragilidades observadas no regime anterior». (Pereira, 2003).

A comparação dos três suportes legais coloca em evidência as inovações do diploma de 1982 nos domínios conceptual e metodológico, então desajustadas da realidade nacional, marcada ainda pela escassez de corpo técnico e insipiência da cultura de planeamento. A simplificação de procedimentos (e o carácter de obrigatoriedade...) introduzidos em 1991 foram determinantes para impulsionar o processo, apesar dos riscos (...) induzidos pela elaboração apressada. Ultrapassada a fase de aprendizagem, a consolidação da prática de planeamento municipal é, desde 1999, balizada por um diploma mais exigente, agora também extensível à gestão do plano. De facto, o plano como projecto acabado parece, finalmente, arredado, dada a atenção colocada na sua implementação (Pereira, 2003: 185).

Ainda na mesma linha, questiona a eficácia instrumental do PDM para travar a reclassificação do solo e a edificação não programada. O regime de 1999 havia atribuído um carácter excepcional à reclassificação do solo rural em solo urbano, impondo a fundamentação da reclassificação e a programação da execução. O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)⁹² de 2007 impõe a revisão dos PDM no sentido da resposta à discordância substantiva observada entre o modelo de ordenamento territorial preconizado pelo Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da Área Metropolitana de Lisboa (AML) de 2002⁹³, investido na contenção da mancha urbana, e o modelo proposto pelos PDM, que «formaliza a cidade alargada» (*Idem*; Pereira e Silva, 2008). Mas, o mesmo regime reforça a autonomia e poderes de planeamento municipais e, simplificando os procedimentos de operações de transformação fundiária (fracionamento, emparcelamento, adjudicação) em sede contratual de Planos de Pormenor, acaba por enfraquecer a eficácia normativa do PDM no controlo da «cidade alargada».

A aplicação dos regimes da Avaliação de Impacto Ambiental de Planos e Programas trazida pelo RJIGT de 2007 aumentou a complexidade e exigências colocadas ao planeamento municipal e ao funcionamento do sistema de gestão. Em suma, a harmonização vertical entre as orientações do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007), incorporadas nos PROT, corre a par da revisão sistemática de diplomas que não consubstanciam um enquadramento normativo consonante. As consequências ultrapassam a escala metropolitana, com o modelo expansionista alastrado nos anos 1990 às cidades médias e de pequena dimensão (Pereira, 2009a).

Mais recentemente identifica outras dificuldades inerentes à operacionalização do planeamento municipal questionando os procedimentos entre entidades públicas no âmbito da revisão dos PDM imposta pela Lei de Bases de 2014⁹⁴ e regidas pelo RJIGT de 2015⁹⁵. Apenas nove dos dezoito municípios da AML concluíram o processo (Grave e Pereira, 2016). Estes níveis insuficientes de consecução, agravados pelo peso excessivo dos procedimentos (pareceres, consultas, negociações não conclusivas), provocam atrasos, dificultam a agilização dos processos e a articulação das políticas setoriais nos instrumentos de nível local e regional.

⁹² Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de setembro.

⁹³ Da responsabilidade da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional CCDR-LVT.

⁹⁴ Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.

⁹⁵ Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio.

Os mecanismos de concertação de interesses públicos previstos desde 1998 e reforçados em 2007 (p. ex. concertação no decurso dos trabalhos da Comissão Consultiva) foram insuficientes ou não se efetivaram. Os mecanismos de avaliação, inerentes ao Relatório do Estado do Ordenamento do Território e ao Relatório de Execução do PDM⁹⁶ reforçam a monitorização e a avaliação, mas não entram nas práticas e revelam debilidades no apoio à tomada de decisão e promoção de participação (Pereira, 2012).

Continuam por assegurar mecanismos de corresponsabilização e gestão de conflitos, designadamente em sede de reuniões de concertação onde «a agilização de procedimentos é pouco notada, e a entidade coordenadora persiste pouco eficaz na cadeia de mediação/concertação/decisão» (Grave e Pereira, 2016: 135).

As implicações da descontinuidade e dessincronização entre PDM vigentes ocasionam e perpetuam situações de discricionariedade e até de negligência (*Ibidem*; Pereira e Ramalhete, 2017). Os territórios de fronteira são particularmente vulneráveis a esta desarticulação processual e substantiva (apesar da morfologia urbana e/ou problemas comuns) e mais propícios ao desinvestimento motivado pela recusa da partilha de recursos entre populações de concelhos limítrofes e pela rejeição de estratégias intermunicipais de provisão de serviços.

Da avaliação da base instrumental do PDM, bem como do inerente desempenho do sistema de gestão territorial, sobressai a falta de harmonização formal dos instrumentos de escala regional e local, e a desarticulação processual entre entidades. Estas problemáticas são centrais nas reflexões produzidas sobre os processos e monitorização e de avaliação em grupos de trabalho e encontros científicos ou promovidos por entidades públicas e profissionais (CCDR-LVT, AML, DGOTDU, *Ad Urbem*).

Consequentemente, no território o modelo expansionista prossegue, apesar da contração do investimento, apoiado pela desregulação da finança, do uso do solo e da edificação, e das políticas de concessão de crédito em diferentes fases da produção e transação (solo, edificação, aquisição). Estas políticas garantiram a manutenção da procura para aquisição, com consequências no mercado de arrendamento e na inobservância de parte do edificado (Pereira, 2016, 2018). Hoje, outros desafios impõem mecanismos alternativos de intervenção. O planeamento é chamado a gerir novas e antigas necessidades num quadro restritivo e de «desperdício urbano». As soluções desenhadas sobre uma matriz racionalista terão de conseguir escapar aos seus aprisionamentos, sendo necessário alterações substantivas que orientem a ação para as áreas centrais e para a programação da urbanização em áreas de expansão (Pereira, 2018).

Uma segunda linha de investigação interroga as etapas iniciais do planeamento, analisando os processos de decisão. Inclui trabalhos que questionam a entidade metropolitana, enquanto estrutura de coordenação estratégica (Pereira, 2009b; Pereira e Silva, 2001, 2008) ligada às escolhas político-institucionais e à operacionalização da coordenação estratégica (Pereira e Silva, 2001; Pereira, 2009b, 2016), e os PROT, enquanto instrumentos definidores da visão de base territorial, dos eixos estratégicos e do modelo de desenvolvimento para o quadro de referência regional (Pereira, 2009a, 2009b; Pereira e Gil, 2011).

⁹⁶ No quadro da revisão extraordinária desde 2003, e ordinária com o RJIGT de 2007.

A coordenação estratégica não é independente das condições de afirmação político-institucional da estrutura metropolitana. Esta hipótese está na base do seu principal contributo para o estudo *As Grandes Áreas Urbanas. O caso da Área Metropolitana de Lisboa*. A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) de 1998⁹⁷ havia instituído o sistema de gestão territorial nacional estruturado em três âmbitos espaciais (local, regional, nacional), quatro tipos de instrumentos (de desenvolvimento, setoriais, especial e de planeamento territorial), com articulação multinível coesa, mas complexa. A Lei reconhece também que a intervenção no território resulta de ações e decisões tomadas a diferentes escalas: a nacional, base de suporte do ordenamento do território, e a regional com função unificadora na concertação vertical de estratégias (Pereira, 2016). Ultrapassada a visão do Estado como «estrutura monolítica» (Pereira, 1994), permanece o problema da legitimação política e democrática das regiões, conservando as Áreas Metropolitanas um estatuto desconcentrado e subsidiário da decisão central alicerçado em alianças voluntárias, temas comprovadamente difíceis pela prevalência das visões municipais. Mantendo-se o quadro então vigente, o potencial de coordenação e de articulação de políticas passaria pelo fortalecimento da estrutura e da base democrática dos seus órgãos (Junta e Assembleia Metropolitanas) e pelo reconhecimento do Conselho Metropolitano na tomada de decisões estratégicas (Pereira *et al.*, 2001).

A execução dos instrumentos supramunicipais enfrenta resistências na cooperação municipal, com os autarcas a recearem «ver os seus poderes retirados pela racionalidade supramunicipal» (Pereira e Silva, 2008), e na criação de parcerias e redes de cooperação (Pereira e Gil, 2011). Debruçando-se sobre os PROT-OVT e Algarve a geógrafa conclui que concretizam propostas de restrição e programação das novas áreas urbanas quando propõem medidas de contenção da expansão e fragmentação (reversão de perímetros urbanos, aumento da dimensão mínima da parcela edificável...) a acolher na revisão dos PDM. Mas persistem intervenções avulsas, desconcertadas e até contrárias entre si, depois do esforço colocado num plano consensualizado (*Idem*).

A inadequação do modelo para a afirmação da visão estratégica intermédia mantém-se, para as AM, cuja eleição por sufrágio chegou a ser considerada (Pereira, 2014, 2016), e para as regiões, com as CCDR como entidades desconcentradas. A formalização dos Programas intermunicipais (Lei de 2014) possibilitou avanços na afirmação institucional da escala intermédia, ampliando competências, mas os avanços sobre a legitimidade e poder de coordenação são globalmente limitados (Pereira, 2016).

Muitos dos trabalhos expostos antecipam uma terceira linha de investigação. Propõe uma concetualização e análise modelos de governança implementados em diferentes realidades, que, entretanto, abandonam formalmente o estatuto voluntário (Pereira, 2013, 2014).

Margarida Pereira situa a emergência dos modelos de governança no país no quadro da integração no espaço comum europeu em 1986 e progressiva influência das grandes opções políticas comunitárias, transposição de diretivas e normas em vários domínios, regulamentação associada aos fundos comunitários e valorização da escala

⁹⁷ Lei n.º 48/98 de 11 de agosto.

supramunicipal na afetação de recursos e monitorização de políticas públicas. A aprovação PNPOT em 2007 «representa um marco que merece ser sublinhado, apontando uma visão estratégica para o país num horizonte alargado (2025)» (Pereira, 2009a: 79). Concretiza o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999) e a assunção formal da política de ordenamento do território como política pública (Ferrão, 2011). Centralmente assume-se a importância estratégica dos planos regionais e promove-se a formalização dos planos especiais e setoriais com incidência territorial, e de programas centrais da política urbana (p. ex. reforço do sistema urbano nacional numa lógica polinucleada, reabilitação urbana, urbanismo comercial, realojamento, requalificação).

Estas mudanças são orientadas por visões de desenvolvimento ancoradas em novos conceitos: coesão territorial, sustentabilidade (nas suas múltiplas vertentes), competitividade (económica, mas sem prejuízo do vetor social), equidade e subsidiariedade (Pereira, 2009a). Os municípios são chamados a intervir em áreas territoriais específicas (orla costeira, áreas protegidas) ou sectores de maior fragilidade e sujeitos a maiores pressões (clima, água, prevenção e mitigação de riscos) e a adotar e participar em novos modelos de intervenção (Pereira, 2016).

No mundo global a governança multinível impõe-se aos territórios (Pereira, 2014). Para o planeamento o interesse pela governança decorre da necessidade de empreender a coordenação e a cooperação estratégica da ação, da valorização dos princípios da subsidiariedade e participação (preconizando modelos de intervenção mais próximos dos territórios, populações e rede de atores), de razões de escala (funcionalidade e eficiência), da facilitação da construção de visões de futuro, consensos, e da melhor resposta na gestão de conflitos.

As alterações e avaliações do sistema de planeamento também impulsionam os modelos de governança. O reconhecimento político da escala municipal como desadequada na criação de massa crítica e na superação da desarticulação vertical (Pereira, 2003, 2009a); a Lei do associativismo municipal⁹⁸ e sucessivos RJGT que agilizam processualmente as Comunidades Intermunicipais; a aprovação dos PROT, que mesmo com debilidades e ausências «permitiriam, pela primeira vez de forma completa, visões territoriais integradas à escala nacional e das regiões, o que justificaria a expectativa e o interesse pelo estudo dos modelos de governança vigentes» (Pereira, 2016: 27).

O modelo de governança territorial colaborativa multinível (Pereira, 2013, 2014) é então conceptualizado, num processo recursivo entre a teoria e a prática, onde são fundamentais a análise: i) das estruturas policêntricas supramunicipais implementadas no âmbito da iniciativa «Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação» (Vale do Côa e Douro e Litoral Alentejano) que visaram a dinamização e reconfiguração dos centros médios e de pequena dimensão em áreas rurais de baixa densidade no quadro do Projeto «*Territorial Cohesion in Portugal: new insights for spatial planning*» (Pereira 2009a, Pereira e Gil, 2010, 2011); ii) de modelos de governança adotados em municípios metropolitanos (Pereira e Ramalheite, 2017; Pereira *et al.*, 2015).

⁹⁸ Lei n.º 45/2008 de 11 de março.

Os primeiros confirmam a «escala intermédia» na gestão de recursos apoiada em estruturas intermunicipais. Porém, os modelos não representam efetiva governança colaborativa, baseada em princípios de inclusão, cooperação voluntária e compromisso (Pereira, 2013), permanecendo o peso da escala municipal. A estrutura do Estado torna-se mais permeável a influências internacionais (de capital e decisão), os atores privados envolvem-se apenas na medida da afetação e gestão de fundos, desmobilizando-se após a intervenção. Algumas estruturas limitam-se à aplicação de parcerias público-privadas desequilibradas em prejuízo do Estado. Muitos projetos conflituam com o planeamento municipal ou são desadequados, mesmo reunindo os requisitos das candidaturas (Pereira, 2014). As fragilidades identificadas explicam o fraco contributo para os objetivos da competitividade e inovação e a saída da coesão territorial da agenda política (*Idem*; Pereira, 2016).

Também o processo de reconversão da Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) da *Costeira de Loures* revela fragilidades ao nível das estruturas. O diploma das AUGI⁹⁹ formalizou a entrada das Comissões de Moradores no processo de reconversão, criando as Comissões de Administração Conjunta (CAC). Apesar de um historial de intervenção diferenciado, para os três municípios envolvidos na reconversão urbana o PDM vincula a ação, evidenciando «desfasamentos entre objetivos (ambiciosos), condições de operacionalização (pouco explicitadas) e resultados (intervensões pontuais e exíguas)» (Pereira e Ramalhete, 2017: 21). As CAC, dotadas de recursos técnicos, mas sem uma perspetiva de conjunto, pretendem maximizar as áreas a reconverter e indemnizar proprietários em áreas de risco. A administração central, pouco disponível para o reforço de meios, desobriga-se de qualquer arbitragem. As insuficiências do modelo de âmbito instrumental e processual estão na base de «conflitos insuperáveis» que o planeamento, agora integrando processualmente novos parceiros, continua sem resolver (*Idem*).

Os modelos de governança inframunicipal adotados também se destacam. O modelo seguido pelas autarquias como resposta a imposições no processo de reestruturação de freguesias consegue vetar determinações externas. O reconhecimento dos efeitos simbólicos ligados ao desaparecimento da «última presença da administração» e a assunção de proatividade na consensualização (com as forças com maior representação no município) e na metodologia focada no envolvimento das freguesias e das populações, potenciam o reconhecimento interno e externo da coerência das circunscrições territoriais associados a propostas municipais construídas numa lógica de *bottom up* (Pereira *et al.*, 2015).

A investigação de Margarida Pereira aponta vias alternativas para a formulação de problemas e respostas. Dela resultam diagnósticos inéditos em contextos e territórios distintos (Calado *et al.*, 2014; Pereira e Silva, 2001) e propostas para a evolução de estruturas de governança representando avanços no conhecimento e práticas. Além disso, propõe metodologias e mecanismos de monitorização eficazes, incorpora mudanças ligadas à prevenção, risco e minimização dos impactes das alterações climáticas, dos imperativos da economia circular e à indispensável abertura à participação.

⁹⁹ Lei n.º 91/1995 de 2 de setembro.

As suas propostas visam um processo de planeamento municipal, concertado, consensualizado, aberto às estruturas estatais e de regulação e representação das comunidades e agentes, dotado de meios e metodologias prospetivas e visualizáveis, enquadrados num sistema de gestão territorial vertical e horizontalmente claro e coerente, também ele monitorizável. O planeamento municipal deve integrar Plano-Implementação-Resultados tornando-se fundamentalmente flexível (Pereira, 2003, 2012). O sistema de gestão territorial deve ser capaz de contrariar alterações avulsas, desenhando e implementando sistemas de monitorização passíveis de escrutínio e consequentemente mobilizadores da participação. Neles reside a possibilidade de a participação corresponder ao controlo democrático da ação pública e da intervenção colaborativa territorializada.

Em linha com a crítica formulada propõe metodologias impulsionadoras (e persuasivas) na construção de visões estratégicas articulando-as com o modelo de desenvolvimento territorial (diagnóstico prospetivo, SWOT, cenarização) (Pereira, 2003, 2009a, 2018), de alinhamento entre avaliação de planos e de programas (Pereira, 2012) e gestão e mitigação de conflitos (Bragagnolo *et al.*, 2016; Pereira, 2009a; Pereira e Ramalhete, 2017).

As três linhas de investigação propostas no seu trabalho fortalecem concomitantemente «uma cultura de território» capaz de o reconhecer como «recurso vital que só gerido numa perspectiva de sustentabilidade pode servir as expectativas do coletivo (presente e futuro)» (Pereira, 2009a: 92-93). Favorecem alterações nas estruturas de racionalidade na formulação dos problemas e de soluções que respeitem especificidades, corrijam insuficiências, melhorem ou substituam os sistemas tradicionais de planeamento, que articulem com os sistemas de gestão em vigor. Nestas a participação acrescenta oportunidades ao planeamento e gestão na ótica do empoderamento, equidade e aprendizagem, mas também na identificação e gestão antecipada de conflitos (Bragagnolo *et al.*, 2016).

Em síntese, Margarida Pereira define uma geografia singular. Compreende os lugares e as relações onde residem as incongruências do sistema que é preciso identificar, tipificar e anular. Abarca territórios portugueses, mas também cabo-verdianos, moçambicanos e angolanos, da metrópole (centro, da periferia, ou dos hiatos), do rural profundo ao território insular, onde a ação pública falha por questões instrumentais e processuais, mas também por escolhas (ou omissões) na afirmação da política pública de ordenamento do território. Deste ponto de vista, o seu trabalho funda um inteligente e precioso caminho na tipificação de problemas e soluções, na correção de desigualdades e na promoção da equidade e coesão.

O que permanece por cumprir

Trinta anos após os primeiros questionamentos sobre a eficácia do planeamento na contenção do modelo expansionista, trabalhos mais recentes problematizam os efeitos gerados pela política de ordenamento, de solos e de habitação (Pereira, 2018; Pereira e Pato, 2014). A crise confirmou que as lógicas neoliberais acentuam as clivagens na produção e distribuição da riqueza e agudizam fragilidades sociais. A crítica

elaborada recupera nestes trabalhos a perspetiva da governação, na ótica do reforço das premissas e do fortalecimento das condições para o seu exercício. Os processos de enfraquecimento e descredibilização do sistema de gestão territorial, a par da sobrevalorização da eficiência em prejuízo dos critérios de legitimidade, solidariedade e redistribuição nas reformas do Estado, estão a erodir os princípios do Estado social e impõem questionamentos sobre a capacidade de o Estado assegurar a liderança na condução do desenvolvimento, garantindo os princípios de igualdade e de equidade e o «interesse público» (Pereira, 2014, 2016).

Estão por concretizar muitos dos requisitos para uma gestão inteligente do(s) território(s) (Costa Lobo, 2009, *apud* Pereira, 2009a) «materializada através de um ordenamento inteligente, uma administração inteligente e comunidades inteligentes» (*Idem*: 96). A coordenação e cooperação estão comprometidas pelas debilidades das estruturas de governança ao nível do Estado e da sociedade civil, e pelo reforço de poderes não legitimados pelo voto nas tomadas de decisão (Pereira, 2014).

Os princípios da subsidiariedade e da participação apontam para modelos mais próximos dos territórios e populações, mais ajustados às singularidades, necessidades, vocação e rede de atores presente. A participação das comunidades locais (sempre palco de conflito de interesses e posições) é também parte integrante das soluções projetadas para responder às mudanças críticas inerentes à acelerada alteração climática e biofísica e à retração do Estado perante fortes desigualdades. valorizando-a enquanto parte integrante da transformação territorial que garante a conciliação entre objetivos de conservação e de desenvolvimento.

Margarida Pereira constata que este sistema não se decreta, constrói-se. A reflexão sobre os impactes territoriais provocados pelas reformas introduzidas pela contenção orçamental e pela Troika, alerta para a maior permeabilidade aos processos que materializam o modelo urbano neoliberal e reafirma a importância da discussão das lógicas de governação da «coisa pública». É impreterível fortalecer e credibilizar o sistema de gestão territorial, atuando nas dimensões substantiva, instrumental e processual, mas também «discutir aonde é possível ter menos Estado e aonde é desejável ter mais Estado, consensualizar os domínios de intervenção prioritários e acautelar a sua sustentabilidade» (Pereira, 2016: 23).

Bibliografia fundamental

- Pereira M (1994) *O Processo de Decisão na Política Urbana – o exemplo da Costa do Sol*, Tese de Doutoramento. Lisboa, FCSH-UNL.
- Pereira M (2003) Os próximos desafios do planeamento municipal. *GeoINova*, 7: 179-199.
- Pereira M (2009a) Desafios Contemporâneos do Ordenamento do Território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s). *Prospectiva e Planeamento*, 16: 77-102.
- Pereira M (2009b) Cultura de Planeamento e Governação: Contributos para a coesão territorial. In J Cabral (coord.) *Actas 15.º Congresso da APDR, Redes de Desenvolvimento Regional*. Cabo Verde, APDR: 816- 838.
- Pereira M (2012) A avaliação no planeamento municipal: do discurso à operacionalização. In J Cabral (coord.) *Actas do Seminário AdUrbem 2010*. Lisboa, Edição AdUrbem: 91-99.

- Pereira M (2013) Da Governança à Governança Territorial Colaborativa. Uma Agenda para o Futuro do Desenvolvimento Regional. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, 3(2): 52-65.
- Pereira M (2014) Governança Territorial Multinível: Fratura(s) entre Teoria e Prática(s). *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, 4(2): 4-20.
- Pereira M (2016) 40 Anos de Reconfigurações Territoriais n(d)o Portugal Democrático (1974-2014). *GeoINova*, 13: 9-35.
- Pereira M (2018) Financeirização na cidade: como gerir necessidades locais e interesses dos mercados globais? *Território, Planeamento e Urbanismo Teoria e Prática*, 1: 128-138.
- Pereira M, Gil D (2010) Cooperação inter-municipal em sistemas urbanos policêntricos: exemplificação em territórios de baixa densidade. *Prospectiva e Planeamento*, 17: 165-195.
- Pereira M, Gil D (2011) O ordenamento do território e o desenvolvimento regional: os planos regionais como plataforma de convergência? *In R Baleiras (coord.) Casos de Desenvolvimento Regional*. Cascais, Principia: 253-266.
- Pereira M, Pato I (2014) Problemas de habitación en el cuadro recesivo tras 2008 en Portugal y España. *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, XLVI(180): 291-305.
- Pereira M, Ramalheite F (2017) Planeamento e conflitos territoriais: uma leitura na ótica da (in)justiça espacial. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 52(104): 7-24.
- Pereira M, Silva C N (2001) As Grandes Áreas Urbanas – Contributos para a definição de alternativas ao modelo institucional vigente. *In M Pereira (coord.) Actas Seminário Território e Administração – Gestão de Grandes Áreas Urbanas*. Lisboa, CEGPR/CEG/CESUR/LNEC: 73-89.
- Pereira M, Silva FN (2008) Modelos de ordenamento em confronto na área metropolitana de Lisboa: cidade alargada ou recentragem metropolitana? *Cadernos MetrÓpole*, 20(2): 107-123.
- Pereira M, Teixeira J A, Gil D (2015) Reorganização administrativa das freguesias. Análise comparada de duas metodologias aplicadas na Área Metropolitana de Lisboa. *In M J Roxo, R P Julião, M Pereira, D Gil (coords.) Atas do X Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa, APG: 791-796.

Referências secundárias

- Bragagnolo C, Pereira M, Ng K, Calado H (2016) Understanding and mapping local conflicts related to protected areas in small islands: a case study of the Azores archipelago. *Island Studies Journal*, 11(1): 57-90.
- Calado H, Vergílio M, Fonseca C, Gil A, Moniz F, Silva S F, Moreira M, Bragagnolo C, Silva C, Pereira M (2014) Developing a planning and management system for protected areas on small islands (The Azores archipelago, Portugal): the SMARTPARKS Project. *Revista Gestão Costeira Integrada/Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 14(2): 335-344.
- Ferrão J (2011) *Ordenamento do Território como Política Pública*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grave L, Pereira M (2016) (In)Eficiência do processo de planeamento territorial: a revisão dos Planos Diretores Municipais da Área Metropolitana de Lisboa. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, 10: 133-157.

31. Miguel Real

Cristiana Lucas Silva

«O Outro e o Mesmo»

Miguel Real, pseudónimo de Luís Martins (1957, Lisboa), «nasceu» na década de 80 do século passado. Havendo de indicar uma data mais precisa, apontaríamos para o ano de 1987, quando foi publicado, pela editora Mar.Fim, o primeiro livro com a sua assinatura, *Carta de Sócrates a Alcibiades, seu vergonho amante*. Luís Martins, então professor de Filosofia do ensino secundário, teve noção do impacto que uma obra como aquela, de natureza controversa por versar sobre um tema como o da relação homossexual entre mestre e discípulo, poderia ter numa escola (e sociedade) conservadora, em particular entre os alunos e respetivos pais. Não desejando essa atenção sobre si, mas impulsionado pelo desejo de escrever, criou o Miguel Real – que não é um personagem, não é um *alter ego* ou heterónimo, mas um «complemento» de si e que acabou por se confundir consigo mesmo.

A escolha do nome «Miguel Real» foi simultaneamente espontânea e ponderada, na medida em que encerra uma dupla disposição, afetiva por um lado e existencial/objetiva por outro: «Miguel» era o nome que desejava para o seu primeiro filho com Filomena Oliveira, que no dia do nascimento preferiu David; «Real» decorre de «realidade» ou «realista», um objetivo que perseguia e uma característica que desejava adotar mas que assume ter sido gorada¹⁰⁰. Embora surpreendente, pois poder-se-ia esperar uma justificação de âmbito mais filosófico, na verdade reconhecemo-la como coerente. Luís Martins/Miguel Real é um homem comprometido com a família, com a sociedade, com a cultura, com o saber; é o *pater familias* e o *philosophus*; um e outro são a mesma pessoa, como duas faces de uma mesma moeda. Recorrendo ao título do primeiro e único romance assinado por Luís Martins, publicado em 1980, pela editora Contexto, quando era ainda estudante, podemos afirmar que Miguel Real é «o outro e o mesmo».

¹⁰⁰ A justificação da escolha do nome foi dada pelo próprio Miguel Real, em entrevista amavelmente concedida no âmbito da elaboração do presente capítulo.

Escritor e pensador multimodo

Em «Autobiografia imperfeita», Miguel Real esclarece que o pseudónimo «nasceu no dia em que o Luís Martins se zangou consigo mesmo». Um episódio que traduz uma natureza inconformista de alguém que «achou que não era suficiente ser como todos são». A partir daquele ano de 1987, o Luís Martins continuou a existir como «marido, pai e professor», cabendo ao Miguel Real o papel de escritor, que tem exercido em três dimensões – «a da ficção, (...) a da investigação sobre a cultura portuguesa e a da filosofia» (Real, 2018a) –, a que devemos juntar outras dimensões, como a do drama, sendo de salientar a escrita de teatro e a adaptação dramatúrgica de obras de ficção, sempre em coautoria com Filomena Oliveira e com uma relação muito próxima com os temas que são o seu objeto de estudo (são os casos de peças como *Uma família portuguesa*, *Vieira – o céu na terra*, *Europa, Europa*, *As máscaras de Pessoa* e das adaptações de *Memorial do convento* ou de *O ano da morte de Ricardo Reis*), a da crítica literária, com foco na colaboração regular no *Jornal de Letras* ou na *Colóquio Letras*, a didática (com expressão no livro *Narração, maravilhoso, trágico e sagrado em Memorial do Convento de José Saramago* (Real, 1995), publicado para «servir de apoio pedagógico para a preparação das aulas da disciplina de Português» (Real, 1995: 11), ou da narrativa de viagens – a este respeito, salientamos a sua participação ativa no programa «Os portugueses ao encontro da sua história», promovido pelo Centro Nacional de Cultura, de que resultou o livro *Atlântico: a viagem e os escravos* (Real, 2005a), um diário da viagem a África realizada em 2004, assinado por Miguel Real, com ilustração de Adriana Molder e fotografia de Noé Sendas.

Os prémios que tem recebido testemunham a superioridade da sua obra e do seu pensamento – longe de ser mediano, como alega o autor na referida autobiografia. Data de 1979 o primeiro prémio literário recebido, o Prémio Revelação de Ficção da Associação Portuguesa de Escritores (APE/DGLB), então ainda como Luís Martins, pelo romance *O Outro e o Mesmo*, que foi publicado no ano seguinte pela editora Contexto. Trata-se de um romance com uma estrutura peculiar, na medida em que, como adverte o autor em nota de rodapé, «pode ser lido, indiferentemente, pela ordem de numeração normal dos capítulos [a narrativa inicia-se com o capítulo V] ou pela ordem de numeração das páginas», o que já denota uma certa heterodoxia e um gosto particular pelo controverso. Outros prémios seguiram-se: em 1995, conquistou o Prémio Revelação de Ensaio Literário da Associação Portuguesa de Escritores, com *Portugal – Ser e Representação* (Real, 1998); em 2000, *A visão de Tündalo por Eça de Queirós* – um metatexto (texto sobre texto sobre texto, escrito por três narradores diferentes e que Miguel Real considera ser um dos seus romances mais bem conseguidos), que parte da descoberta de um manuscrito inédito do conto *A visão de Tündalo*, de Eça de Queirós –, publicado no mesmo ano de 2000 pelas editoras Difel e Círculo de Leitores, mereceu o Prémio LER/Fundação Círculo de Leitores; em 2006 recebeu o Prémio Fernando Namora de Literatura com o romance *A voz da terra* (Real, 2005b), um romance histórico sobre o Marquês de Pombal e que tem o terramoto de 1755 como pano de fundo; em 2008, coube ao ensaio *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa* (Real, 2008a) o merecido reconhecimento com a atribuição do Prémio Jacinto do Prado Coelho, pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários,

que já galardoou autores tão reputados como Óscar Lopes, Vasco Graça Moura, Yvette Centeno, Eduardo Lourenço, Virgílio Ferreira, António Ramos Rosa, David Mourão Ferreira, Luís Lindley Cintra, António José Saraiva, Urbano Tavares Rodrigues, Vítor Aguiar e Silva, José Gil, Carlos Reis ou Maria Helena da Rocha Pereira, entre outros (ver DGLAB, s.d.); em 2010, *Uma família portuguesa*, em coautoria com Filomena Oliveira e com encenação de Cristina Carvalhal, mereceu o Grande Prémio de Teatro Português SPAutores/Teatro Aberto, sendo de destacar a sua apresentação em diversos espaços nacionais e, também, na Finlândia, no âmbito do programa cultural de Turku – Capital Europeia da Cultura; em 2013 a Sociedade Portuguesa de Autores concedeu-lhe o Prémio Ficção pelo romance *O feitiço da Índia* (Real, 2012b), sobre a colonização portuguesa de Goa e que oferece um retrato de Goa pelos olhos de três homens de três gerações.

À semelhança dos humanistas do Quinhentismo, dos enciclopedistas do Século das Luzes ou dos intelectuais de Oitocentos, Miguel Real tem revelado uma capacidade singular para abarcar um saber imenso, para refletir, com profundidade, sobre temas vários e para, sobre esses temas, produzir ciência e ficção com características inovadoras e com uma marca muito pessoal (sendo a ironia uma das marcas que distingue a sua obra). Conforme refere Daniel Pires, em texto de homenagem a Miguel Real, a este poder-se-á, com propriedade, aplicar a expressão usada por d’Alembert para se referir à intensa atividade intelectual de Setecentos, que traduz como uma «efervescência dos espíritos»¹⁰¹, e que em Miguel Real encontra expressão na produção de conhecimento inter e multidisciplinar, que cruza diferentes áreas do saber e sob diversas modalidades, o que o torna «um dos grandes vultos do atual panorama cultural português» (Luís, 2018: 63). Está, de facto, bem presente na sua obra uma inquietação expressa num íntimo comprometimento com a cultura, com a história e com a sociedade. Sem qualquer desprimor pela sua escrita ficcional, pautada pelo rigor científico e por elevada qualidade estética, é nos seus ensaios que descobrimos o espírito do homem que, simultaneamente discípulo e herdeiro de Agostinho da Silva e de Eduardo Lourenço, consideramos ser a síntese da cultura portuguesa.

«De Portugal escrutinador»¹⁰²

Foi com o ensaio *Portugal – Ser e Representação* (Real, 1998) que Miguel Real iniciou um itinerário perscrutador da identidade cultural portuguesa, que passaria pela análise da obra de importantes vultos da cultura e da história nacionais – de António Vieira a Eduardo Lourenço – e que culminaria com a publicação de *Traços Fundamentais da Cultura Portuguesa* (Real, 2017a), que consideramos a sua obra de síntese.

¹⁰¹ Daniel Pires, «A sacralização da cultura», texto inédito, que será publicado num volume de homenagem a Miguel Real que reúne, também, os textos resultantes das conferências apresentadas no Colóquio Internacional «Miguel Real: Literatura, Filosofia, Cultura», realizado na Universidade da Beira Interior, nos dias 7 e 8 de novembro de 2018.

¹⁰² Verso de Medina de Gouveia, retirado do poema «O teu nome» (inédito) dedicado a Miguel Real.

Portugal – Ser e Representação é apresentado pelo autor como uma «descrição ensaística de uma tripla paisagem cultural portuguesa: i) Paisagem verde do momento forte da raiz da cultura portuguesa; ii) Paisagem estiolada do momento de desconformidade da imagem do nosso Ser cultural com a restante Europa (messianismo); iii) Paisagem cinzenta de indefinição correspondente ao actual momento cultural entre a imagem fraca que ainda temos de nós e a imagem e a imagem aparentemente forte por que recortamos a Europa» (Real, 1998: 11). Inspirado em Teixeira de Pascoaes e Agostinho de Silva, Miguel Real apresenta-nos Portugal como um país predestinado; e a partir de António José Saraiva e de Eduardo Lourenço, um país à procura de uma Europa, concluindo que «Portugal e a Europa fazem-se mutuamente» (Real, 1998: 87). No seguimento desta análise, dá-nos conta do conflito interior do português, entre o seu modo de ser e o modo que imagina ou que deveria ser e que Eduardo Lourenço define como «hiperidentidade irrealista», identifica os três momentos «traumáticos» da história de Portugal – o primeiro relaciona-se com o ato fundacional de Portugal, que define como um acontecimento sem história, providencial, um acaso; o segundo decorre da perda da independência em 1580; e o terceiro, com a perda do império no século XX – e reflete sobre a (in)existência de filosofia em Portugal, assunto que retomará, de forma mais desenvolvida, em *O pensamento português contemporâneo (1890-2010): O labirinto da razão e a fome de Deus* (Real, 2011b).

No ano seguinte ao da publicação do ensaio *Portugal – Ser e Representação*, concluiu o Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses, apresentado à Universidade Aberta, com uma dissertação, em dois volumes, sobre *Eduardo Lourenço: os anos de formação – 1945-1958 (uma biografia intelectual)* (Martins, 1999), na qual aborda as influências filosóficas do jovem Eduardo Lourenço (reportando-se aos anos de formação do seu pensamento), centrado nos conceitos de heterodoxia, modernidade, ausência de absoluto transcendente, decadência civilizacional, sentimento trágico e irrealismo histórico. A dissertação foi publicada em 2003 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, onde também publicou, no mesmo ano, *O essencial sobre Eduardo Lourenço* (Real, 2003) dando destaque às dimensões filosófica, literária e historiográfica deste pensador (ver também Real, 2008a). Outra grande figura cimeira da cultura portuguesa contemporânea que moldou o pensamento de Miguel Real foi Agostinho da Silva. Com a obra ensaística *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa* (Real, 2007b), realça o papel deste intelectual na historiografia da cultura portuguesa do século XX, o carácter providencialista do seu pensamento e a receção da sua obra. Eduardo Lourenço e Agostinho da Silva, dois eminentes pensadores da cultura portuguesa, contemporâneos, embora situados em polos culturais opostos, «sintetizam, na sua contraditoriedade, o quadro tensional da cultura portuguesa do século XX» (Real, 2007b: 14): «de um lado, os racionalistas e modernistas, apressados em acompanhar modas intelectuais europeias; do outro, os espiritualistas e/ou providencialistas, detetando no fundo do corpo histórico de Portugal o coração pulsante da essência intemporal da cultura – D. Sebastião, o Quinto Império, a Saudade, a Terceira Idade do Espírito Santo, o Espírito de Deus favorecedor do povo português como segundo povo eleito» (Real, 2007b: 15).

No itinerário ensaístico percorrido por Miguel Real encontramos, como já se referiu, grandes vultos da cultura portuguesa, como António Vieira, Sebastião José de

Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), Eça de Queirós ou os já mencionados Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço. Mas encontramos, também, figuras menos conhecidas e que são reabilitadas pela mão no nosso autor. São os casos de Matias Aires, com *Matias Aires – As máscaras da vaidade* (Real, 2008d), e de José Enes, em *José Enes. Poesia, Açores e Filosofia* (Real, 2009), filósofo que **José Eduardo Franco** considera ser o Heidegger português (Real, 2009: 11) e que Miguel Real afirma ser «um dos mais importantes filósofos do século XX» (Real, 2009: 13). Em *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa* (Real, 2008b), obra ensaística publicada em simultâneo com o romance *O sal da terra* (Real, 2008c), Miguel Real acentua a importância da obra profética de Vieira, considerando a teoria do Quinto Império «o centro unitário» do pensamento do padre jesuíta – de um Vieira heterodoxo – e relegando para plano inferior a *Clavis Prophetarum*, como obra menor – de um Vieira ortodoxo, resignado –, afastando-se assim (e contrariando) das teses que defendem a *Clavis* o corolário do pensamento de Vieira. Com *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa* (Real, 2005c), obra publicada em simultâneo com o já mencionado romance *A voz da Terra* – um romance histórico sobre o Marquês de Pombal com o terramoto de 1755 como pano de fundo –, Miguel Real explica a ação do ministro de D. José à luz de uma política regalista e centralizadora dos poderes. O ensaio *O último Eça* (Real, 2006) propõe uma nova periodização da obra de Eça, a partir de uma interpretação inovadora do «último Eça» – o Eça finissecular –, que no entender de Miguel Real não foi um intelectual decadentista, «vencido da vida», mas um humanista:

não no sentido de defensor de uma doutrina ou sistema, não de uma visão filosófica específica, não de uma ideologia estética, mas no sentido de possuir uma nova sensibilidade aberta às experiências do mundo (...) sem as encerrar numa ótica unicitária, tendo delas uma visão supra-histórica, como um observador tão imparcial quanto possível porque dominando todos os tempos e todos os espaços da História humana (...), e inclinando sempre esta visão para uma generalização do bem e da riqueza entre os seus concidadãos (*Ibidem*: 135),

profundamente empenhado numa revitalização da sociedade e na procura de um equilíbrio entre a tradição e a inovação e comprometido com uma ética utilitarista. Igualmente comprometido, Miguel Real não deixa de registar, em *O último Eça*, uma crítica política e social ao Portugal hodierno, pautada por um certo pessimismo, que encontrará reflexo no ensaio publicado no ano seguinte, *A morte de Portugal* (Real, 2007a). Neste ensaio, o autor faz um roteiro dos diferentes estádios psicológicos de Portugal, uma espécie de «psicanálise», à maneira de Eduardo Lourenço, mas bebendo também em Teixeira de Pascoaes (*Arte de ser português*, 1915), Manuel Antunes (*Repensar Portugal*, 1979), Agostinho da Silva (*Educação de Portugal*, 1989), Boaventura de Sousa Santos (*Pela mão de Alice*, 1994), José Gil (*Portugal hoje. O medo de existir*, 2004) e Guilherme d'Oliveira Martins (*Portugal. Identidade e Diferença*, 2007). Num tom pessimista, crê que «a constelação cultural e civilizacional de Portugal por que emergiu a realidade histórica designada por «Portugal» (...) atingiu o seu limite de esgotamento» (Real, 2007: 11). Miguel Real identifica quatro estádios, que serão retomados em obras posteriores: o primeiro, «origem exemplar», é representado por Viriato; o segundo, «nação superior», por António Vieira); o terceiro,

«nação inferior», pelo Marquês de Pombal; e o quarto, que define como «canibalismo cultural» ou «culturofagia», sendo marcado por um carácter eminentemente ideológico (em vez de filosófico) da cultura, é representado por mecanismos de oposição com o objetivo de destruir ou diabolizar o que é diferente, no que resulta num empobrecimento cultural. Não obstante, Miguel Real identifica quatro constantes culturais que caracterizam a cultura portuguesa no século XX: espiritualista, providencialista, racionalista e modernista. Este último tema será retomado em *Introdução à cultura portuguesa* (Real, 2011a), onde se enceta uma reflexão sobre a cultura nacional, procurando analisá-la a partir da sua singularidade, sem se deter no considerado período áureo de Quinhentos e dando prevalência aos contextos históricos, ou seja, seguindo uma perspetiva histórico-literária, o que lhe confere um sentido dinâmico e demonstra a sua complexidade, segundo as mesmas quatro constantes (ou «modelos-padrões»); e também em *O pensamento português contemporâneo (1890-2010): O labirinto da razão e a fome de Deus* (Real, 2011b), onde salienta o esforço de «aproximação da cultura e do pensamento portugueses à realidade europeia» (Real, 2011b: 14), quer no âmbito histórico-filosófico e literário, quer no âmbito político-social, procedendo a uma definição do pensamento português no intervalo de 1890-2010, segundo as quatro constantes já mencionadas: espiritualista, providencialista, racionalista, modernista. Não sendo a sua última obra ensaística, consideramos contudo que a reflexão de Miguel Real sobre a Cultura Portuguesa culmina em *Traços fundamentais da cultura portuguesa* (Real, 2017a), onde define Portugal como um país «suspenso no tempo, (...) um país que não se realiza, habitando uma excitação mental vazia de estímulos de orgulho, para a qual um pequeno feito (...) sabe a triunfo imorredouro» (Real, 2017a: 57), reflete sobre o pessimismo nacional, critica a cultura canibalista – recuperando assim os quatro estádios apontados em *A morte de Portugal* –, identifica quatro visões políticas fundamentais nas quais considera assentar a modernização de Portugal – o mito europeu do progresso infinito, o mito do Portugal imperial e da lusofonia, o mito da estabilização das instituições permanentes da sociedade portuguesa e o mito da identidade histórica de Portugal – e reflete sobre a incerteza europeia e sobre um futuro em aberto: «sabe de onde vem, já não sabe para onde vai» (Real, 2017a: 117).

Da análise da cultura portuguesa, donde se procuram buscar traços identitários fundados em constantes, não poderia ficar de fora o romance, género literário adotado por Miguel Real para «satisfação da sensibilidade» (Real, 2018b). Assim, sobre o romance português publica dois ensaios: *Geração de 90. Romance e sociedade no Portugal contemporâneo* (Real, 2001) e *O romance português contemporâneo (1950-2010)* (Real, 2012c), que considera uma das suas obras mais bem conseguidas. Em ambos, dá conta da evolução deste género literário, embora, no primeiro, estabelecendo uma relação com o contexto histórico e social português, donde ressalta certas similaridades entre o romance de finais de século XIX e de finais do século XX (daí, «Geração de 90»), assentes num pessimismo e decadentismo:

Embora as realidades históricas e sociais (...) sejam radicalmente diferentes, uma mesma representação coletiva as identifica: que o sentido histórico de Portugal está *fora* de Portugal (Real, 2001: 23) – está na Europa, embora a Europa do século XX esteja em

«progressiva decadência face ao predomínio militar, económico, político e cultural americano», pelo que «o nosso sonho europeu não passa de um sonho de um moribundo que, em luxúria, em insaciável avidez, em ostentação e esbanjamento, vai gozando do últimos momentos de vida» (*Ibidem*).

No segundo – ensaio polémico mas que constitui uma obra de referência –, dá conta do surgimento de uma nova geração de romancistas e, afastando-se do modelo das correntes literárias, propõe uma classificação do romance segundo um modelo orgânico usando a forma metafórica da árvore: raízes (década de 50 e o fim do realismo), tronco (década de 60-70 e o surgimento de um novo romance esteticista e desconstrucionista), ramos e folhas (décadas de 80 e 90 e o regresso do realismo), flores (século XXI e a nova narrativa portuguesa), frutos (o romance histórico).

Em diálogo com a análise da cultura portuguesa e inspirado na conjuntura política e social de Portugal, Miguel Real tem-se debruçado, na última década, sobre a tematização de determinados conceitos consignados na série «Nova teoria de», que reúne quatro ensaios publicados pela Publicações D. Quixote entre 2012 e 2017: *Nova teoria do mal* (Real, 2012a), *Nova teoria da felicidade* (Real, 2013), *Nova teoria do sebastianismo* (Real, 2014) e *Nova teoria do pecado* (Real, 2017b). Neste intervalo, Miguel Real publicou um ensaio que, não pertencendo a esta série, expressa de forma muito clara a sua posição face à crise (financeira, cultural, identitária, moral) que Portugal então atravessava: *Portugal: um país parado no meio do caminho (2000-2015)* (Real, 2015), título que aponta para a ideia de «intervalo civilizacional» em que vivemos e que será desenvolvida em *Nova teoria do pecado* – uma reflexão sobre a categoria filosófica e religiosa do pecado que também patenteia uma crítica moral da sociedade, transviada, que é simultaneamente culpada e inocente. Em particular, *Nova teoria do mal* é um ensaio que, refletindo sobre a origem e «banalidade do mal», exprime um determinado estado de alma, entre a desilusão e a fúria, em relação à classe política e à resignação dos portugueses: «a revolta moral contra o estado de vida degradado, autenticamente terceiro-mundista, de mais de 2 milhões de habitantes de Portugal» (Real, 2012a: 12). No entanto, *Portugal: um país parado no meio do caminho* será, porventura, o ensaio com maior dimensão política do autor, na medida em que aborda a questão do poder do ponto de vista ético e dos valores sociais, sendo produto do contexto decorrente da assinatura do Memorando de Entendimento com a Troika: Portugal terá ficado no meio do caminho (o caminho que levaria ao progresso, à modernização, ao encontro, sempre adiado e sempre desejado, com a Europa). Crítico das medidas impostas pelo Governo português, releva o estado de «sonambulismo» da população, nascido de um «choque traumático e da insegurança mental por ele gerada face ao futuro» (Real, 2015: 17), e o descrédito por uma Europa que já não é garantia de «progresso económico e bem-estar social.» (Real, 2015: 18).

Miguel é, simultaneamente, um produto do seu tempo – na medida em que não vive alheado do contexto político e social, assumindo o duplo papel de espetador-ator – e de todos os tempos, sendo herdeiro dos grandes mestres e críticos da cultura portuguesa. De facto, na obra ensaística de Miguel Real encontramos traços de um António Vieira, dos chamados «estrangeirados», dos grandes intelectuais da Geração de 70, e dos mais ilustres pensadores portugueses do século XX, desde um António

Sérgio a Eduardo Lourenço, passando por Agostinho da Silva e Manuel Antunes. Indivíduos que, como Miguel Real, pensaram Portugal, atendendo às suas fragilidades e às suas possibilidades, independentemente do espaço, do tempo e das motivações de cada um.

Nas últimas décadas, muitos têm sido os intelectuais que se debruçaram sobre o tema da identidade nacional. Mas poucos conseguiram, como Miguel Real, analisar de forma tão abrangente, profunda e complexa a cultura portuguesa de forma a dela fazer emergir os seus traços identitários, aquilo que a singulariza. Movendo-se entre polos nem sempre convergentes, Miguel Real, a partir de uma análise crítica e distanciada, criou um sistema, razão que nos leva a considerar o seu pensamento como a síntese da cultura portuguesa.

Miguel Real nasceu em Lisboa e vive em Colares, na Quinta de Santo Expedito. É um homem viajado, no espaço e no tempo. É um sábio, um mestre, que soma às qualidades intelectuais as qualidades pessoais. Dele poderíamos dizer o que disse Eça de Queirós sobre Antero de Quental: um homem que «muito padeceu porque muito pensou, que muito amou porque muito compreendeu (...) um génio que era um santo» (Queirós, 1896: 522). Quando por nós questionado sobre a sua relação com o espaço ou o território, escreveu:

Penso que vivo rodeado de uma paisagem que reflete a minha personalidade. Colares é uma vila pacata, muito pacata, sem grandes multidões nem aparatos arquitetónicos. Não tenho vizinhos, embora me dê amavelmente com as pessoas da comunidade. Vivo na aba de uma serra, no vale de Colares, rodeado de plátanos altivos, atravessados por uma ribeira habitados por famílias de patos que desagua no mar (Praia das Maçãs). Por vezes, o silêncio é absoluto, interrompido, ao longe, por ecos de doces cânticos religiosos do Exército de Salvação na quinta vizinha. Em outra quinta, a do lado direito, vejo todos os dias três cavalos a deambularem. A norte, deparo com uma encosta verde da serra de Sintra carregada de nogueiras, eucaliptos e pinheiros. O azul do céu, o verde da serra, o castanho dos bosques da serra são os meus grandes companheiros da escrita todas as manhãs. São cores suaves que me suavizam e alegam o espírito, convidando-me à generosidade, à amizade e ao amor. Acordo todos os dias, entre as 6 e as 7 horas, com o trinar dos pássaros que habitam na quinta e sinto que uma das minhas maiores alegrias anuais reside no regresso à quinta das andorinhas e andorinhões vindos do sul. Talvez por assim viver numa paisagem bela e recatada, raramente me zango com o mundo, embora tenha consciência de que este é um organismo social e ecologicamente desequilibrado¹⁰³.

Imaginamos Luís Martins sentado, num espaço que lhe permita observar a natureza idílica da serra e dos bosques e deixar-se por ela inspirar. No momento em que começa a escrever deixa a sua quinta em Colares, o seu território íntimo e lugar de conforto, e Miguel Real abraça Portugal, o seu território mental e objeto de análise persistente, complexa, irreverente, inovadora e estimulante, dedicando-se ao alto magistério que é pensar Portugal.

¹⁰³ Entrevista a Miguel Real, 18/07/2021.

Bibliografia fundamental

- Martins L (1999) *Eduardo Lourenço: os anos de formação – 1945-1958 (uma biografia intelectual)*, 2 vols., Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Estudos Portugueses. Lisboa, Universidade Aberta.
- Real M (1987) *Carta de Sócrates a Alcibiades, seu Vergonhoso Amante*. Sintra, MarFim.
- Real M (1998) *Portugal: Ser e representação*. Lisboa, Difel.
- Real M (2001) *Geração de 90. Romance e sociedade no Portugal contemporâneo*. Porto, Campo das Letras.
- Real M (2003) *O essencial sobre Eduardo Lourenço*. Lisboa, INCM.
- Real M (2005b) *A voz da terra*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2005c) *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2006) *O último Eça*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2007a) *A morte de Portugal*. Porto, Campo das Letras.
- Real M (2007b) *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2008a) *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2008b) *Padre António Vieira e a Cultura Portuguesa*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2008c) *O sal da terra*. Matosinhos, QuidNovi.
- Real M (2008d) *Matias Aires – As máscaras da vaidade*. Lisboa, Sete Caminhos.
- Real M (2009) *José Enes. Poesia, Açores e Filosofia*. Lisboa, Fonte da Palavra.
- Real M (2011a) *Introdução à cultura portuguesa*. Lisboa, Planeta.
- Real M (2011b) *O pensamento português contemporâneo (1890-2010): O labirinto da razão e a fome de Deus*. Lisboa, INCM.
- Real M (2012a) *Nova teoria do mal*. Alfragide, Publicações D. Quixote.
- Real M (2012c) *O romance português contemporâneo (1950-2010)*. Alfragide, Caminho.
- Real M (2013) *Nova teoria da felicidade*. Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- Real M (2014) *Nova teoria do sebastianismo*. Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- Real M (2015) *Portugal: Um país parado no meio do caminho (2000-2015)*. Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- Real M (2017a) *Traços fundamentais da cultura portuguesa*. Lisboa, Planeta.
- Real M (2017b) *Nova teoria do pecado*. Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- Real M (2018b) *Fátima e a Cultura Portuguesa*. Alfragide, Publicações Dom Quixote.

Referências secundárias

- Antunes M (1979) *Repensar Portugal*. Lisboa, Multinova.
- DGLAB (s.d.) Prémio Jacinto do Prado Coelho. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/premios/Paginas/PremioDetalle.aspx?PremioId=41>.
- Gil J (2004) *Portugal hoje. O medo de existir*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Luís C S G X (2018) Representações dos judeus na obra ensaística e ficcional de Miguel Real. In AA. VV. Colóquio Internacional «Miguel Real: Literatura, Filosofia, Cultura». Covilhã, Universidade da Beira Interior: 63-65.
- Martins G d'Oliveira (2007) *Portugal. Identidade e Diferença*. Lisboa, Gradiva.
- Pascoaes T (1915) *Arte de ser Português*. Porto, Renascença Portuguesa.
- Queirós E (1896) Um génio que era um santo. In AA. VV. *Antero de Quental – In memoriam*. Porto, Mathieu Lugan: 481-522.

- Real M (1995) *Narração, maravilhoso, trágico e sagrado em Memorial do Convento de José Saramago*. Lisboa, Caminho.
- Real M (2005a) *Atlântico: a viagem e os escravos*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- Real M (2012b) *O feitiço da Índia*. Alfragide, Publicações D. Quixote.
- Real M (2018a) Autobiografia imperfeita, *Vaca Malhada – Revista de Filosofia dos Estudantes da Universidade do Minho*. Disponível em: <http://labcom.ubi.pt/files/miguelrealcoloquio/autobiografia.php>
- Santos B S (1994) *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.
- Silva A (1989) *Educação de Portugal*. Lisboa, Ulmeiro.

32. Nuno Portas

Nuno Grande

Biografia de um pensador multifacetado

Nuno Portas nasceu a 23 de setembro de 1934, em Vila Viçosa, distrito de Évora, no seio de uma família ligada à extração mineira do mármore, material marcante da arquitetura erudita alentejana, e que o fascinou desde a infância. Realizou os estudos liceais, entre 1945 e 1950, em Santo Tirso, no Norte de Portugal, no Colégio Jesuíta das Caldinhas, ingressando depois, em 1951, no Curso de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL). Por impossibilidade de apresentar uma tese de cariz teórico, na ESBAL, realizou o seu Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA), em 1959, na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP), com o tema *Habitação Social – Proposta para a metodologia da sua Arquitetura* (ver Portas, 2004).

Enquanto aluno da ESBAL, Nuno Portas estendeu os seus interesses à crítica de cinema, aderindo ao Cineclube Católico e ao Cineclube Universitário, e assinando, entre 1956 e 1957, diversas crónicas no *Diário de Lisboa* e no *Diário Ilustrado* em prol do Novo Cinema Português; e também à crítica de arquitetura, integrando, a partir de 1957, o corpo editorial da revista *Arquitectura*, que ajudou a refundar e para a qual escreveu, ao longo da década seguinte, textos seminais da cultura arquitetónica portuguesa (ver, p. ex. Portas, 1959). Alguns desses textos valeram-lhe a obtenção do Prémio Gulbenkian de Crítica de Arte, em 1963. Ainda em 1957, Portas ingressou no atelier de Nuno Teotónio Pereira, amigo e companheiro no Movimento para a Renovação da Arte Religiosa (MRAR), de quem se tornou sócio, e com quem assinou, até 1974, importantes projetos para programas residenciais e religiosos, sobretudo na região de Lisboa (ver Providência e Baía, 2019).

Tendo em conta o seu pensamento crítico e a sua prática arquitetónica em torno do Habitat individual e coletivo, Nuno Portas foi convidado, em 1963, a integrar o grupo de investigadores do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), onde veio a dirigir a Divisão de Construção e Habitação, mais tarde Núcleo de Pesquisa de

Arquitetura, Habitação e Urbanismo. À atividade de Investigador, Portas juntou ainda, entre 1964 e 1971, a de professor no Curso de Arquitetura da ESBAL, condição essa que o impeliu a escrever dois livros que marcaram profundamente a sua geração: *A Architectura para Hoje* (1964) e *A Cidade como Architectura* (1969). A estes ensaios, o investigador-pedagogo somou uma série de relatórios técnicos, redigidos no âmbito do LNEC, comunicações e artigos apresentados em congressos internacionais (*Pequenões Congressos Ibéricos*, União Internacional de Arquitetos e UN-Habitat, entre outros), mas também análises críticas sobre as políticas públicas e as condições sociais da habitação coletiva na última década do Estado Novo.

Esse conhecimento científico e posicionamento crítico justificaram a sua nomeação como Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo dos três governos provisórios que se sucederam à Revolução de 25 de Abril de 1974. Nessa breve passagem pela governação (abril de 1974 a março de 1975), Nuno Portas lançou importantes programas de realojamento urbano, os quais, não só deixaram lastro em posteriores políticas públicas da Democracia portuguesa, como justificaram a sua opção definitiva pela carreira de urbanista, nela cruzando os universos profissional, político e académico.

A partir do final da década de 1970, Portas destacou-se em múltiplas frentes no campo profissional: no lançamento e aplicação das figuras de Plano Diretor Municipal (PDM) e Gabinete Técnico Local em vários municípios portugueses; na assessoria, entre 1980 e 1983, ao Plano Geral do Ordenamento Urbano de Madrid; na realização, entre 1993 e 1994, do primeiro Plano para a Exposição Internacional de Lisboa de 1998, para a Parque Expo, SA; e na elaboração, entre 1995 e 2000, de dois planos para o Rio de Janeiro, a convite da Prefeitura daquela cidade.

No campo político, a sua carreira passou, entre 1989 e 1993, pela Vereação da Câmara Municipal de Vila nova de Gaia, mais concretamente pelo Pelouro do Urbanismo.

No campo académico, Nuno Portas tornou-se um professor-chave, a partir de 1983, na coordenação das disciplinas de Urbanismo da então recente Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) e um fundador ativo do seu Centro de Estudos (CEFA), posteriormente denominado Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU). Neste centro, coordenou: entre 1988 e 2000, os estudos para a implantação do novo Campus de Santiago da Universidade de Aveiro; entre 1998 e 2003, o projeto do espaço público do Programa *Aveiro Polis*; e entre 2005 e 2010, os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) do Centro e Norte de Portugal, com o colega Manuel Fernandes de Sá. Nuno Portas foi ainda Presidente do Conselho Científico da FAUP, entre 1994 e 2004, ano da sua jubilação académica.

A sua vasta e multifacetada carreira foi publicamente reconhecida através da atribuição de importantes honras: a condecoração presidencial com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2004; o Prémio Sir Patrick Abercrombie de Urbanismo, da União Internacional de Arquitetos (UIA), também em 2004 (ver Milheiro e Afonso, 2006); e os Doutoramentos *Honoris Causa*, pela Universidade de Aveiro, em 1998, pelo Politécnico de Milão em 2005, e pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 2020.

Em 2019, aos 85 anos, Nuno Portas regressou ao seu lugar de nascimento e infância – a alva e marmórea Vila Viçosa – alternando, periodicamente, entre esta e a estadia em Lisboa.

«Obras abertas»: do cinema à arquitetura; da política à cidade

A insaciável curiosidade intelectual de Nuno Portas levou-o, desde muito jovem, a atualizar-se, permanentemente, sobre os pensadores do seu tempo, a partir dos quais foi construindo o seu próprio ideário multidisciplinar (ver Portas, 2005a, 2005b, 2014).

O cinema foi a sua primeira paixão crítica, tendo viajado, no final da década de 1950, até Paris, para conhecer André Bazin e acompanhar a produção da sua revista *Cahiers du Cinema*, período no qual se cruzou fugazmente com François Truffaut. E tal como o realizador francês, também Nuno Portas passou então a advogar uma «política de autores», que transportou do cinema para a arquitetura, e sobretudo para a revista que refundou em 1957 – *Arquitectura* – juntamente com Carlos Duarte, Frederico Sant’Ana, Eduardo Medeiros e Fernando Gomes da Silva. Nela publicou, em 1959, com 25 anos, o texto «A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal», dirigindo-o sobretudo à «nova vaga» de arquitetos portugueses.

Nuno Portas procurava, na sua geração, algumas respostas à crise e à crítica do Movimento Moderno, expressas no seio dos últimos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM de 1956 e de 1959), que acompanhava à distância. A sua «política de autores» desenvolveu-se no ambiente mais próximo dos *Pequenos Congressos*, realizados em distintas cidades da Península Ibérica, entre 1964 e 1972, onde deu a conhecer jovens arquitetos portugueses; entre eles, Álvaro Siza (ver Portas, 1972), que ali se revelaria, pela primeira vez, aos colegas e críticos de arquitetura espanhóis e italianos, como Oriol Bohigas e Vittorio Gregotti.

Para a cultura arquitetónica portuguesa, esse terá sido o primeiro grande contributo de Nuno Portas: inscrever criticamente a produção de várias gerações de arquitetos do seu país, na modernidade arquitetónica do Século XX, algo que ficou definitivamente plasmado no seu prefácio à edição portuguesa da *História da Arquitectura Moderna* do historiador italiano Bruno Zevi, em 1970 (Portas, 1970), e depois no texto «A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação», para o Volume II da mesma obra, publicado em 1973 (Portas, 1973).

O segundo grande contributo de Nuno Portas foi o de ter sido, no sentido inverso, o principal tradutor, em Portugal, do importante debate pós-funcionalista, lançado nos últimos CIAM e depois no seio do Team 10, por figuras como Alison e Peter Smithson, Aldo Van Eyck, Georges Candilis e Giancarlo de Carlo. Essa leitura – de novo distanciada, embora arguta – concretizou-se num conjunto de conceitos que Portas foi propondo e cultivando, entre as décadas de 1960 e de 1970, enquanto pensador crítico, mas também enquanto projetista no atelier de Nuno Teotónio Pereira (ver Grande, 2012).

Dentro da sua reflexão sobre o espaço arquitetónico e urbano, Nuno Portas interessou-se primeiramente pelo alojamento social, tomando, como casos-de-estudo, os projetos habitacionais que desenvolvia então com Teotónio Pereira, quer para o Conselho Superior da Previdência, em várias cidades portuguesas, quer para o Bairro dos Olivais, em Lisboa (ver Tostões e Grande, 2017). A partir destes, e por causa destes, Portas acompanhou o pensamento crítico que o sociólogo Paul-Henry Chombart de Lawe publicara sobre o alojamento funcionalista em França, ao longo da década de 1950, percebendo que não fazia sentido falar do fogo habitacional sem entender a sua relação com o ambiente urbano e social; ou seja, que a habitação tinha de ser encarada como parte integrante do que se passou então a chamar de «Habitat».

A entrada de Nuno Portas para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em 1963, no Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Habitação, foi acompanhada pelo contacto com a obra de outros autores – Claude Lévi-Strauss, Paul Ricoeur, Noam Chomsky, Christopher Alexander, N. J. Habraken, Umberto Eco –, algo que o aproximou das visões estruturalistas então em voga. A partir destas, Portas passou a valorizar as estruturas profundas da geografia e da cultura dos territórios urbanos, ou seja, as «invariantes» que estabelecem continuidades entre os sucessivos estratos da cidade. A Habraken – outro crítico da massificação habitacional no Movimento Moderno – Nuno Portas foi buscar a ideia de que cabe ao arquiteto traçar os «suportes» elementares que permitam ao utente apropriar-se do espaço legado pelo arquiteto, fazendo-o evoluir no tempo; noção em tudo semelhante à de «programa aberto», defendida por Aldo Van Eyck no seio do Team 10. Mas foi sobretudo com as leituras de *Obra Aberta* (1962) de Umberto Eco, que essa ideia se consolidou na mente de Portas, tal como a descreveu no seu primeiro livro *A Arquitectura para Hoje* (1964):

Na estética contemporânea, algo se designa por «obra aberta»: aberta, primeiro, quanto ao processo estético que se quer completado na própria experiência do seu consumo pelo observador ou sujeito; aberta, depois, quanto ao próprio processo da formação e transformação no tempo, que potencialmente se lhe imprime. (...) Na teorização da «obra aberta», a sua abertura e dinamismo constituem um tornar-se disponível para várias integrações, para complementos funcionais concretos, canalizando-os, de início, no jogo de uma vitalidade orgânica que a obra possui, mesmo não sendo acabada, e que permanece válida até em face de diversas e múltiplas utilizações (Portas, 1964: 81).

Em 1969, Nuno Portas publicou o seu segundo livro *A Cidade como Arquitectura*, no qual alargou definitivamente o seu campo de interesses, da tipologia habitacional à morfologia urbana, reconquistando, à escala das novas mobilidades, algumas das relações espaciais e funcionais da cidade pré-moderna, reinscritas em novas concentrações megaestruturais ou territoriais. No seu livro, Portas descreveu-as a partir do conceito de «cidade-território», combinatório de duas escalas de desenho e próximo de ideias então debatidas no âmbito do Team 10: dos estudos de *Urban Structuring* desenvolvidos por Alison e Peter Smithson, mas também da proposta de Candilis, Josic e Woods para a nova cidade de Toulouse-le-Mirail (1961), e das soluções megaestruturais de J. B. Bakema e Van der Broek para Tel-Aviv (1964), analisadas na obra de Nuno Portas. Dentro do mesmo ideário, Portas desenhou e edificou, em conjunto com Bartolomeu da Costa Cabral, a nova Célula C do Bairro de Olivais Sul (1959-1968),

numa estruturação rizomática próxima do conceito de «*cluster*», resgatado então dos enunciados teóricos do casal Smithson.

Nenhuma outra obra apontou mais no sentido dessa «clusterização» de formas e funções do que o conjunto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa, projeto que Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira venceram em concurso lançado em em 1961. Ao estabelecer um percurso público no interior do conjunto, ligando volumes, ambientes, escalas e materialidades distintas, esta obra integrou-se naturalmente no tecido oitocentista das Avenidas Novas de Lisboa.

No seu livro de 1969, Portas introduziu outro conceito de clara filiação estruturalista: a condição «meta» no projeto do edifício, mas sobretudo da cidade. Consciente da diversidade multi-autoral, multi-escalar e multi-vivencial do universo urbano, o autor colocou-se na posição de um «estruturador» – ou de um «arruador» no caso da cidade – preparando os suportes (Habracken, de novo) para que o espaço pudesse evoluir, de forma imprevisível, no tempo. Alargando a condição «meta» do projeto ao programa ou à linguagem do edifício, Nuno Portas aproximou-se então do que Alison Smithson descreveria, mais tarde, como *mat-building* (1974), numa tentativa de definir o projeto para uma arquitetura «genérica» ou «*mainstream*», também ela aberta à imprevisibilidade do tempo. Esta relação esteve ainda presente nos estudos que Portas desenvolveu, juntamente com **Francisco da Silva Dias**, sobre Habitação Evolutiva (Portas e Dias, 1970), à procura de um fogo-base que pudesse transformar-se, tendo em conta as possibilidades de crescimento, diminuição e mudança da família moradora; ou seja, na busca de uma sintaxe estrutural aberta a diferentes semânticas sócio-arquitetónicas.

Com o eclodir da Revolução de 25 de Abril de 1974, Nuno Portas teve a oportunidade de transformar as suas reflexões e práticas projetuais em políticas, nelas cruzando, em certo sentido, os descritos conceitos de «Habitat», «Obra Aberta», «clusterização» e «meta-projeto». Enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, entre 1974 e 1975, Portas lançou uma série de programas de planeamento participado e de realojamento habitacional, entre os quais o aclamado Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), no âmbito do Fundo de Fomento da Habitação (FFH). Nesse programa estavam contidos inúmeros ensinamentos retirados das viagens realizadas a partir da sua investigação no LNEC – pela América do Sul (Brasil e Perú) e Norte de África (Marrocos) – onde conheceu programas inspiradores. No programa SAAL, residia o desejo de que o determinismo tecnocrático do Urbanismo Moderno (do tipo *top-down*) desse lugar à autodeterminação cívica na apropriação, e até na autoconstrução do habitat (*bottom-up*).

O SAAL envolveu diversas associações de moradores existentes ou formadas no calor revolucionário, garantindo o seu apoio ambulatorio por parte de arquitetos, assistentes sociais e juristas, então reunidos em brigadas de intervenção. Esta metodologia coincidia, em muitos aspetos, com aquela perspetivada por Giancarlo de Carlo nesse mesmo período, e publicada na obra *An Architecture of Participation* (Carlo, 1972). No entanto, Nuno Portas alargava o conceito de «participação» à escala urbana e ao «direito à cidade» – para resgatar o ensaio de Henri Lefebvre de 1968 –, instaurando um dos mais curtos, mas também mais peculiares processos de Democracia participativa jamais vividos em Portugal.

Um terceiro grande contributo de Nuno Portas envolveu a cultura urbanística portuguesa e teve lugar no final da década de 1970, período a partir do qual traçou a sua definitiva carreira de «homem político», aqui entendida no sentido do planeamento e da gestão da *Polis*. Para Portas, era importante que a jovem Democracia portuguesa conseguisse gerar um escol de técnicos municipais qualificados e apoiados por uma normativa inovadora e eficaz. Nesse sentido, e assessorando diversas instituições governamentais e municipais, Nuno Portas ajudou a implementar novas políticas e práticas de planeamento – como a definição dos Planos Diretores Municipais ou a criação dos Gabinetes Técnicos Locais – visando um maior protagonismo para as decisões e ações de âmbito local.

Ao longo da década seguinte, e não querendo permanecer apenas na retaguarda, Nuno Portas experimentou, ele mesmo, esse seu extenso trabalho normativo, enquanto coordenador ou consultor de diversos Planos Diretores Municipais – Évora, Vila Viçosa, Lisboa, Matosinhos, Vila do Conde, Famalicão, Santo Tirso, Guimarães –, e, já no final da década de 1980, enquanto Vereador eleito para o Pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, onde dirigiu o PDM do próprio concelho.

Vivendo os dois lados da gestão urbana, Nuno Portas foi criando uma abundante reflexão crítica sobre as sucessivas gerações de PDM, ou sobre a inócua «cascata» de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor, impostos pela burocracia jurídica, um pouco por todo o país; conduzindo, deste modo, um processo de autoavaliação prática dos seus próprios contributos teóricos, muito pouco usual nos grandes pensadores portugueses com influência política.

O derradeiro contributo conceptual de Nuno Portas deu-se a partir do final da década de 1980, quando este ultrapassa a arquitetura da cidade densa e canónica, para pensar o espaço urbano «extensivo» ou «difuso» que define o ADN do território contemporâneo português (e não só). A sua investigação sobre a urbanização do Noroeste Peninsular, e do Vale do Ave em particular – a partir de sucessivos trabalhos realizados no Centro de Estudos da Arquitetura e Urbanismo (CEAU) da FAUP – fê-lo partilhar referências com outros autores europeus, em particular com o sociólogo francês François Ascher na sua perspetiva do urbano como «hipertexto» (formado por sucessivos layers e texturas) ou como «metapole» (gerado «em rede», por distinção com o centralismo da metrópole). Este foi o ideário através do qual Nuno Portas investigou o espaço urbano português, estando na base conceptual dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), da Região Norte e da Região Centro, desenvolvidos no CEAU.

Nas primeiras décadas do século XXI, Nuno Portas foi convidado, pela Fundação Calouste Gulbenkian, a desenvolver uma leitura da evolução das Políticas Urbanas em Portugal. Como resposta, e juntando dois coautores, o geógrafo Álvaro Domingues e o arquiteto João Cabral, publicou dois relatórios em forma de livro – *Políticas Urbanas I e II* ambos editados pela FCG, respetivamente em 2003 e 2011 –, duas «obras abertas» que não encerram, antes desafiam o pensamento científico e o debate político sobre a cidade contemporânea em Portugal.

Um *enfant terrible* no debate, na controvérsia e na intervenção pública

Nuno Portas foi sempre um instigador de saudáveis controvérsias no âmbito dos projetos editoriais, arquitetónicos, urbanísticos em que se envolveu. Destaquemos algumas delas, percorrendo as principais décadas do seu percurso.

Logo em 1957, e no âmbito refundação da revista *Arquitectura*, o jovem Portas, então com 23 anos, deixaria bem claro que a sua recensão editorial se dirigia à ortodoxia do Movimento Moderno, no sentido da revisão crítica do mesmo, e na apologia da já citada «política de autores». Como costuma lembrar, esse posicionamento valeu-lhe, a ele e aos seus colegas de redação, a acusação de «traição» por parte da anterior geração de editores da revista, a mesma que lutara por uma Arquitetura Moderna portuguesa no seio do 1.º Congresso Nacional de Arquitetura, realizado uma década antes (1948).

A partir de 1963, Nuno Portas integrou, como referido, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), no qual realizou uma série de análises experimentais sobre os modos de apropriação, por parte dos utentes, da habitação coletiva então construída em Lisboa. Alguns dos edifícios analisados eram obras suas, realizadas com Nuno Teotónio Pereira ou Bartolomeu Costa Cabral, nos Olivais, em Lisboa. Esse espírito interventivo, de autoanálise, permitiu-lhe pensar, em «*feedback*», sobre a relação entre as populações, o espaço residencial e o espaço público, no sentido de corrigir muitos dos dogmas funcionalistas que singravam na maioria dos planos municipais para a habitação social. Apesar de inicialmente controversas, essas análises estiveram na base dos seu mais famoso Relatório – *Funções e Exigências de Áreas de Habitação* (Portas, 1969) –, publicado pelo LNEC, e que logo se tornou num manual de referência para os arquitetos portugueses e para as políticas do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), serviço criado no mesmo ano.

No início da década de 1970, o atelier Teotónio Pereira assinou o plano-projeto para o Bairro do Restelo da EPUL (1970-1974), procurando contrariar a tendência de construção em altura que então marcava o investimento imobiliário do Portugal marcelista. Respondendo a críticas feitas ao plano, Nuno Portas defenderia a (também sua) proposta, advogando o regresso ao traçado da «cidade-quarteirão», de baixa altura e alta densidade, sobretudo em urbanizações residenciais. Esse modelo urbano, que Portas buscava nas investigações do arquiteto britânico Leslie Martin, realizadas no *Land Use and Built Form Studies* (LUBFS) da Universidade de Cambridge, tornou-se num paradigma tipo-morfológico para uma boa parte dos projetos de realojamento social, construídos nos anos seguintes pelo FFH.

No entanto, essa foi também a década em que Nuno Portas se foi progressivamente afastando da análise da obra «autoral», para se debruçar sobre as arquiteturas sem arquitetos, autoconstruídas pelas populações mais carenciadas em bairros clandestinos das periferias dos grandes centros urbanos. De modo provocatório, Portas citava, então, o arquiteto-ativista John Turner, afirmando que as soluções promovidas pelas políticas do *Housing* Moderno se tinham tornado um problema social, enquanto esses bairros informais e espontâneos, considerados por todos um problema, pareciam fornecer soluções processuais para as novas políticas de realojamento (ver Bandeira, 2013).

Não por acaso, no lançamento do Programa SAAL, enquanto Secretário de Estado da Habitação do primeiro governo pós-Revolução de 1974, Nuno Portas revisitou todas essas análises da década precedente, para decretar que as populações tomassem em mãos, não apenas o processo de organização, mas também, e se possível, o da (auto)construção dos seus novos bairros, agora financiados pelo Estado. A proposta gerou controvérsia entre os arquitetos do SAAL-Norte, os quais consideraram que a autoconstrução significava uma dupla exploração da mão-de-obra dessas mesmas populações. Alexandre Alves Costa, coordenador do SAAL-Norte, e os arquitetos-chefe de várias brigadas – entre outros, Álvaro Siza, Pedro Ramalho e Alcino Soutinho – optaram pelo desenvolvimento de projetos de realojamento autorais que se tornaram referências incontornáveis da cultura arquitetónica em Portugal. De algum modo, no Programa SAAL, venceram as arquiteturas com arquitetos.

A partir da década de 1980, essa divergência de posições marcou, simbolicamente, a opção de Nuno Portas por se colocar, antes, no papel de um planeador-programador das cidades, deixando aos arquitetos-autores a responsabilidade de as completar. O seu inteligente Plano do Campus de Santiago da Universidade de Aveiro (realizado no CEAU, entre 1987 e 2000) é disso um eloquente exemplo. Essa divergência levou-o ainda a olhar para a cidade, não a partir dos seus valores históricos consagrados, mas do seu «avesso» – dos tecidos contemporâneos e estigmatizados. Aquando do processo de Reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, coordenado por Fernando Távora (1985-1995), Nuno Portas introduziu de novo polémica no debate, ao valorizar a identidade daquela região industrial, mais pela sua extensão e dispersão territorial, do que pela sua celebrada centralidade urbana e patrimonial.

Assumindo ciclicamente uma posição de *enfant terrible* na cultura portuguesa, Nuno Portas soube semear, e também colher, ideias seminais e ações inovadoras, as quais – ao contrário do que muitos pensam – nunca o fizeram desconsiderar a arquitetura enquanto disciplina; bem pelo contrário, ele apenas nos ensinou que existem, afinal, inúmeras formas de se ser arquiteto e de se pensar o espaço em que vivemos.

Bibliografia fundamental

- Portas N (1964) *A arquitectura para Hoje*. Lisboa, Sá da Costa Editor.
- Portas N (1969) *A cidade como Arquitectura*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Portas N (2004) *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura* [CODA de 1959]. Porto, Edições FAUP.
- Portas N (2005a) *Arquitetura(s) – História e Crítica, Ensino e Profissão*. Porto, Edições FAUP.
- Portas N (2005b) *Os Tempos das Formas. A Cidade Feita e Refeita*, vol. 1. Guimarães, Universidade do Minho.
- Portas N (2014) *Os Tempos das Formas. A Cidade Imperfeita e a Fazer*, vol. 2. Guimarães, Universidade do Minho.
- Portas N, Domingues Á, Cabral J (2011) *Políticas Urbanas II: Transformações, regulações e projectos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N, Domingues Á, Cabral J (2003) *Políticas Urbanas I: Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Referências secundárias

- Bandeirinha J (2013) Construir uma política da habitação num contexto adverso. O Colóquio de 1969. In N Portas (coord.) *Habitação para o maior número. Portugal os anos de 1950-1980*. Lisboa, IHRU/CM Lisboa: 62-77.
- Carlo G (1972) *An Architecture of Participation*. Melbourne, Melbourne Architectural Papers, Royal Institute of Architects.
- Grande N (2012) *O Ser Urbano. Nos Caminhos de Nuno Portas*. Guimarães, CEC/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Milheiro A, Afonso J (eds.) (2006) *Nuno Portas, Prémio Sir Patrick Abercrombie – Prize UIA 2005*. Lisboa, Ordem dos Arquitectos/Editora Caleidoscópio.
- Portas N (1959) A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal. *Arquitectura*, 66: 13-14.
- Portas N (1969) *Funções e Exigências de Áreas de Habitação*. Lisboa, Divisão de Construção e Habitação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).
- Portas N (1970) Prefácio à edição portuguesa de História da Arquitectura Moderna. In B Zevi (ed.) *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa, Editora Arcádia: 7-26.
- Portas N (1972) Note sul significato dell'architettura di Alvaro Siza nell'ambiente portoghese. *Controspazio*, 9: 24-25.
- Portas N (1973) A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação. In B Zevi (ed.) *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa, Editora Arcádia: 689-690.
- Portas N, Silva Dias F (1970) *Tipologia de Edifícios, Habitação Evolutiva* (Relatório). Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Providência P, Baía P (eds.) (2019) *Nuno Portas, 18 obras partilhadas*. Porto, Círculo de Ideias.
- Tostões A, Grande N (2017) *Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas*. Porto, Verso da História.

33. Onésimo Teotónio Almeida

Sandra Sousa

Leccionando, escrevendo e criando

Onésimo Teotónio Almeida é natural da freguesia do Pico da Pedra, ilha de São Miguel, Açores, tendo nascido a 18 de dezembro de 1946. Frequentou o Seminário de Angra do Heroísmo, nos Açores, e, em 1972, obteve o bacharelato na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa. Nesse mesmo ano emigrou para os Estados Unidos, passando a residir em Providence, no estado de Rhode Island. Na Brown University, uma das oito universidades privadas norte-americanas de maior prestígio científico, fez mestrado e doutoramento em Filosofia, este último terminado em 1980. Não mais tendo deixado esta universidade nem o mundo académico, ajudou a fundar o Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros em 1991, resultado do seu empenho, dedicação e competência como Professor e *Chair do Center for Portuguese and Brazilian Studies*, criado em 1977. George Monteiro, seu colega desde a década de 1970, descreve este Centro como não «mais do que um punhado de cursos reunidos numa mais ou menos solta estrutura, um programa “cobre-tudo” (...)» (Monteiro, 2015: 29). O Departamento, ao qual se dedicou de corpo e alma, é hoje o coração dos Estudos Portugueses na América do Norte e um dos mais conceituados em todo o mundo. É convicção de José Blanco de que «foi este o primeiro resultado do seu papel de empreendedor, inovador e responsável na defesa e promoção da Língua, da Cultura e da História portuguesas nos Estados Unidos» (Blanco, 2015: 25). Para além de ensinar no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros, Onésimo Almeida é *Fellow do Wayland Collegium for Liberal Learning*, um instituto de estudos interdisciplinares da Brown University, e integra o corpo docente do *Renaissance and Early Modern Studies Program*.

Ainda na Brown University, Onésimo Almeida dedicou-se, com sucesso, à criação da cátedra Vasco da Gama para o estudo da História da Expansão Portuguesa dos séculos XV a XVIII, com o apoio de cinco instituições portuguesas – a Fundação Calouste Gulbenkian, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobri-

mentos Portugueses, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a Fundação oriente e o Instituto Português do Oriente. Ainda no contexto da sua instituição académica, Onésimo Almeida cria a primeira cadeira de Literatura Açoriana, uma disciplina nunca antes leccionada em nenhuma universidade. Para além do mais, «o seu papel pioneiro no estudo da vertente sociocultural da comunidade luso-americana» (Brás, 2015a: 19) e, nas primeiras décadas passadas nos EUA, «o seu papel no ensino da língua Portuguesa e do ensino bilingue» (Brás, 2015b: 19), é inigualável. Em 1983, Onésimo Almeida organiza, na *Brown University*, o 1.º Festival de Artes dos Açores. Neste participaram outras universidades da Costa Leste dos EUA, do Canadá e comunidades da Califórnia. Deste encontro resulta o livro *A Questão da Literatura Açoriana: recolha de intervenções e revisitação* (Almeida, 1983), publicado no mesmo ano.

Fundou e dirige a editora *Gávea-Brown Publications*, dedicada à edição em inglês de obras de literatura e cultura portuguesas. Almeida fundou igualmente e codirige a revista *Gávea-Brown – A Bilingual Journal of Portuguese American Letters and Studies*, especializada na experiência portuguesa na América do Norte. O seu trabalho de editor não se esgota aqui, tendo mais recentemente contribuído para outra iniciativa conjunta entre a *Brown University* e a Universidade do Porto, da qual resultou o *e-Journal of Portuguese History*, do qual é co-editor. Co-dirige também a revista electrónica *Pessoa Plural*, dedicada aos estudos sobre Fernando Pessoa e editada pela *Brown University* em parceria com o Departamento de Estudos Literários Comparativos da Universidade de Warwick e pelo Departamento de Humanidades e Literatura da Universidad de los Andes.

Em New Bedford, Massachusetts, mantém, desde 1979, no Canal Português de televisão, o programa bimensal «Daqui e da Gente». Criou igualmente um programa semanal, de 2002 a 2003, «Onésimo à conversa com...», na RTP-Açores, transmitido pela RTP-Internacional. Foi colaborador regular em *O Jornal* e no *Diário de Notícias*. É colaborador regular na revista *LER*, na *PNETLiteratura* e no *Jornal de Letras*.

A 16 de dezembro de 2013, é-lhe atribuído pela Universidade de Aveiro, na altura das comemorações dos 40 anos desta universidade, um Doutoramento *Honoris Causa*. Isabel Alarcão, no discurso proferido na cerimónia da atribuição do Doutoramento *Honoris Causa*, afirma que Onésimo Almeida é «dotado de um poder de palavra extraordinário, uma memória privilegiada, uma arguta capacidade de observar e de analisar criticamente» (Alarcão, 2015: 70). Acrescenta ainda que o «poder da sua palavra encanta não apenas quando interage face a face. O mesmo acontece na escrita, uma escrita que frequentemente assume características» do que Alarcão designa de «videográfica» (Alarcão, 2015: 70). Em 2018, o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, designou Onésimo Teotónio Almeida para presidir às comemorações do Dia de Portugal, que se realizaram em Ponta Delgada, nos Açores, e em Boston, nos Estados Unidos (ver Nuno, 2018). Concomitantemente e no mesmo ano, galardoou Almeida com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, o mais alto grau da Ordem que visa distinguir a prestação de serviços relevantes a Portugal, no país ou no estrangeiro, ou serviços na expansão da cultura portuguesa, da sua História e dos seus valores.

Professor Catedrático, escritor, ensaísta, pensador e filósofo, a sua produção é inesgotável, tal como a fonte de onde ela emana. Num passado mais próximo, publicou, referindo apenas livros, *O Século dos Prodígios. A ciência no Portugal da Expansão* (Almeida, 2018); *A Obsessão da Portugalidade. Identidade, língua, saudade & valores* (Almeida, 2017a); *Humanidades. Uma inutilidade mais do que necessária* (Almeida, 2017b). Em 2019, sai o seu mais recente livro *Correntes d'Escritas & Correntes Descritas* (Almeida, 2019) em que reúne praticamente todas as suas intervenções no encontro de escritores ibero-americano e lusófono que desde 2000 tem tido lugar na Póvoa de Varzim, para além de textos (e crónicas) criativos centrados nas histórias vividas e acontecidas nas Correntes. Sobre a sua participação nas «Correntes d'Escritas,» Manuela Ribeiro, do Gabinete de Projectos Culturais das «Correntes,» enfatiza: «Talvez o mais conhecido dos professores dentro e fora da universidade; o mais nomeado congressista dentro e fora do meio académico; o mais respeitado seguidor dos ditos géneros híbridos, dentro e fora do panorama literário; o português da diáspora mais convidado para as reflexões sobre a identidade cultural portuguesa dentro e fora do país; o mais disputado convidado das Correntes d'Escritas dentro e fora das sessões» (Ribeiro, 2015: 88).

Homem de muitas facetas, plurais e únicas (como vários o têm descrito), Onésimo Almeida tem igualmente a particularidade, entre todas elas, e como afirma Lélia Pereira da Silva Nunes (2015: 59), de não estar no *Facebook* mas de «sozinho já [ser] uma rede social».

Pensando e filosofando

Poder-se-ia afirmar que o espaço em Onésimo Teotónio Almeida é um espaço triangular pois ele se compõe de uma deslocação entre três pontos principais: Estados Unidos – Portugal – Açores. Mas tal seria uma afirmação redutora pois estes são apenas espaços físicos, geográficos – englobando muitos mais nas suas permanentes viagens – sendo que a movimentação de Onésimo Almeida é muito mais abarcadora. Ela espalha-se no espaço da sua obra, caracterizada pela ausência de limites, pois encerra o espaço das mundividências. Talvez melhor dizendo, ela é o espaço da humanidade.

A respeito de Onésimo e sua obra, João Brás sublinha que este detém «uma das obras e pensamento mais singulares do século XX e XXI portugueses» (Brás, 2015b: 11). Na mesma linha, Gabriel Magalhães enfatiza que «Ele é o grande português pendular do nosso tempo» (Magalhães, 2015: 37). Otília Pires Martins declara que «Onésimo é, inquestionavelmente, um dos mais argutos estudiosos de questões como a identidade cultural» (Martins, 2015: 169). Elogios não desproporcionados se se tiver em conta a vasta abrangência de temas que se cruzam e entrecruzam no seu pensamento, entre eles, a história das ideias, a história da ciência, a epistemologia, a antropologia, a ética, a história e cultura, as ciências sociais. Aborda ainda temas como os da identidade, dos valores, das mundividências, da modernidade e pós-modernidade, da ciência moderna, da cultura e do pensamento português, da literatura portuguesa e da açoriana. Nos lugares do seu mundo intelectual habitam escritores e pensadores

como Antero de Quental, Fernando Pessoa, José Saramago, Jorge de Sena, José Rodrigues Miguéis, Vitorino Nemésio, Natália Correia, José Enes, entre outros, que resultam em títulos como por exemplo, «Sobre o Antero de Columbano», «Carta Aberta a Daniel de Sá sobre Crónica do Despovoamento das Ilhas», «Pedro da Silveira: Uma ilha (ainda) desconhecida», «Camões, Eça e Pessoa.» A filosofia, no entanto, é o elemento unificador e condutor de toda a sua obra e de todas as suas preocupações, temas e reflexões, apareçam eles em forma de ensaios, contos, crónicas, ou peças de teatro. Como afirma João Brás, «o carácter por vezes disperso do seu universo temático, principalmente nos seus ensaios, é apenas aparente, pois a sua obra constitui uma unidade, um conjunto uniforme de temas, teses e posições» (Brás, 2015a: 10).

O seu pensamento filosófico tem vindo a tornar-se mais conhecido do público através de publicações recentes como *De Marx a Darwin – A desconfiança das ideologias* (2009), *O Peso do Hífen. Ensaios sobre a experiência luso-americana* (Almeida, 2010) e *Utopias em Dói Menor. Conversas Transatlânticas com Onésimo* (Almeida e Brás, 2012). O seu percurso filosófico teve início nos seus anos de estudante de filosofia, apresentando uma tese de doutoramento intitulada *The Concept of Ideology – A Critical Analysis*, tendo por base uma investigação que se tornará parte de tudo o que escreverá futuramente, debruçando-se sobre o conceito de ideologia, inserido no tema das mundividências, tema fundamental do seu pensamento. O seu ensaio intitulado «Modernidade, Pós-Modernidade e Outras Nublosidades» (Almeida, 2006), é considerado por **Miguel Real**, juntamente com os acima mencionados, como o mais importante por ser um «texto aclarador de ideias e definidor de conceitos, que demarca com distinção a perspectiva madura do autor tanto sobre a evolução da história do pensamento ocidental quanto sobre a situação deste» (Real, 2011: 968). Aliás, o referido ensaísta coloca, na sua obra *O Pensamento Português Contemporâneo*, Onésimo Almeida a par de outros importantes pensadores tais como Teófilo Braga, Antero de Quental e José Enes. Seguindo a afirmação da «grande dificuldade de demarcar com nitidez a singularidade» (Real, 2011: 966) da sua obra no panorama do pensamento português contemporâneo, deixaremos aqui breves pinceladas sobre elementos centrais do mesmo.

Não se afastando da tradição filosófica em que foi educado, a anglo-americana, o pensamento de Onésimo Almeida centra-se numa análise rigorosa da linguagem, privilegiando o uso da palavra como fixador semântico cultural e social do significado. João Brás afirma que «a exigência e rigor de O.T.A. se filiam na recuperação de uma tradição científica por oposição a uma abordagem especulativo-literária» (Brás, 2015b: 61). Para tal, «não se pretende transformar os temas e problemas das ciências sociais humanas num projecto à maneira de Comte, mas recuperar uma tradição que é kantiana» (Brás, 2015a: 61). O primado do seu pensamento filosófico é, por isso, empírico-racional, lógico e científico. É um pensador realista, mas não nominalista nem espiritualista, tampouco doutrinário. Considerado por alguns de realismo máximo, hiper-realismo e realismo pragmático (Magalhães, 2015) e, por outros, de realismo pragmático ou empírico, ou realismo científico (Real, 2011). Será tudo isto e, porventura, o essencial se atenha na seguinte descrição de **Miguel Real**: «se se quiser, segundo a genealogia cultural e filosófica portuguesa, trata-se de resgatar o realismo pragmático e empírico dos navegantes de Quinhentos, que alteravam os conceitos e

as convicções consoante se iam revelando novas realidades ou novas relações entre conceitos» (Real, 2011: 967). Por outras palavras, a obra de Onésimo evidencia um «realismo do tipo de Garcia da Orta, permanentemente aberto, alterando as receitas médicas à medida do efeito positivo ou negativo que as “drogas” da Índia iam provocando nos pacientes» (Real, 2011: 967). Realismo, assim, pragmático, sempre em devir, em constante abertura à inovação, sendo o plano da ética fundamental no entendimento de como agimos e podemos agir de modo melhor, onde se colocam questões de justiça e injustiça, do bom e do mau. Pensamento ainda fundado no valor e necessidade da ciência e da mudança social positiva. Um dos espaços privilegiados de discussão e ampliação seu pensamento filosófico acontece nas salas de aula da Brown University onde lecciona um curso «Sobre a Origem da Modernidade», em que se debate e aprofunda a ideia de experiência como base de conhecimento, e outro «Sobre a Formação de Mundividências», em que se discute e contesta o «relativismo absoluto» usando-se o critério da experiência mundana, pondo-se em causa o grau de afirmação prática ou de benevolência de determinados valores.

Da sua experiência de emigrante resultam igualmente muitas outras linhas e desafios de pesquisa, nomeadamente ao nível das identidades nacional e cultural (conceitos que distingue e separa), tendo dado particular atenção às comunidades portuguesas nos EUA. Desta preocupação identitária e da sua reflexão sobre a diáspora portuguesa resultaram alguns dos seguintes títulos: *Da Vida Quotidiana na L(USA)lândia* (Almeida, 1975); *L(USA)lândia – A Décima Ilha* (Almeida, 1987a); *Rio Atlântico* (Almeida, 1997); *O Peso do Hífen. Ensaio sobre a experiência luso-americana* (Almeida, 2010); *Onésimo. Português sem Filtro – uma antologia* (Almeida, 2011b). Descrevendo e definindo a experiência emigrante portuguesa como «uma porção de Portugal rodeada de América por todos os lados» (Almeida 1987a: 7), ou seja, uma realidade que surge da fusão de duas (três) culturas díspares, Almeida constrói e reconstrói esse espaço, possibilitando não só a sua compreensão mas a ele dando acesso, mesmo que este se concretize apenas através da imaginação do leitor.

Um outro espaço matriz do seu pensamento encontra-se ligado à Questão Açoriana, à sua literatura, cultura e relações com o mundo, reflectindo sobre a «portugalidade» e a «açorianidade» em obras como *A Questão da Literatura Açoriana* (Almeida, 1983), *Da Literatura Açoriana. Subsídios para um Balanço* (Almeida, 1986), *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural* (Almeida, 1989), e mais recentemente, *Minima Azorica – O Meu Mundo é deste Reino* (Almeida, 2014a) e a *Obsessão da Portugalidade* (Almeida, 2017a). As questões nestas obras levantadas nunca se desassocia da problemática dos valores, da ideologia, da modernidade e das mundividências. Na mais recente e alargada edição de *Açores, Açorianos e Açorianidade* (Almeida, 2011a), publicada pelo Instituto Açoriano de Cultura, Almeida afirma no prefácio,

A literatura açoriana teve e tem um papel no fortalecimento da identidade açoriana e isso, só por si, é dizer que ela valeu e vale alguma coisa», acrescentando que «Essa longa tradição prossegue. A literatura não pode aumentar a competitividade económica insular, no entanto é, sem dúvida, uma mais valia em qualquer cultura, e a nossa prolonga-se numa tradição herdada de longe, e que tem deixado marcas notáveis na história das letras portuguesas (*Ibidem*: 4).

A teorização séria desta cultura e literatura tem feito parte do «projecto» do pensamento filosófico onesimiano desde os seus primórdios, para além de se ter constituído como essencial para o «movimento» cultural e literário açoriano. Aliás, e convém mencionar, como alerta Vamberto Freitas, que as questões de «portugalidade» e «açorianidade» em Almeida «não significam de modo algum conceitos opostos, estando o autor muito longe de se juntar aos que tudo isto entendem diferentemente» (Freitas, 2015: 258).

Importa ainda traçar, ainda que muito brevemente, a vertente da sua obra que recai sobre a filosofia do pensamento de Fernando Pessoa. Há mais de três décadas que Almeida analisa *Mensagem* (1934), tendo contribuído para uma nova via de compreensão da única obra publicada em vida de Pessoa. O seu livro *Mensagem – Uma Tentativa de Reinterpretação* (Almeida, 1987b), valeu-lhe o prémio de Ensaio Roberto Mesquita da Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores. Em 2014, publica *Pessoa, Portugal e Futuro* (Almeida, 2014b), uma edição revista e aumentada da sua análise explicativa de *Mensagem*. A sua interpretação encontra-se bem resumida nas palavras de **Miguel Real** afirmando este que para Almeida:

o conteúdo de *Mensagem* sintetiza poeticamente, não uma verdade ou sequer a crença do que poderia constituir uma verdade, mas a construção teórica elaborada pela imaginação do autor com base em i) factos da história de Portugal e ii) em lendas e mitos retidos pela memória popular sobre o passado de Portugal iii) unificados pela concepção de mito de Georges Sorel (*Réflexions sur la Violence*), no sentido da criação de um novo ânimo mobilizador do povo português em ordem à superação dos estado de decadência histórica que o país atingira desde os finais do século XIX (Real, 2015: 269).

Na abordagem que faz de *Mensagem* destaca, para além da influência de Sorel, a de Carlyle e Bergson no pensamento de Pessoa, e igualmente os conceitos de «verdade pragmática» e «identidade,» num projecto político que tinha como intenção mobilizar a população portuguesa a sair do seu estado de decadência, lutando por um futuro de qualidade superior equiparável apenas ao da época dos Descobrimentos.

Muito fica por abordar sobre Onésimo pensador e filósofo, mas «diversidade e diferença das suas ideias» poderá funcionar como uma justa frase condensadora de uma obra tão vasta como o oceano que ele atravessa como se de um rio ou de um lago se tratasse.

Polemicando, debatendo e complexificando

Gabriel Magalhães utiliza a metáfora de uma rede de metropolitano para descrever a complexidade tanto dos dias como dos trabalhos de Onésimo Almeida. Como ele refere, «tudo o que este professor da Brown faz vai por diversas linhas que têm muitas estações» (Magalhães, 2015: 35). Porventura esta será uma das metáforas mais adequadas para descrever este professor multifacetado e sempre em movimento. Pegando na metáfora de Magalhães, uma dessas linhas seria a da sua incontável (e incontornável) participação em conferências, colóquios e palestras em que dissemina

o seu pensamento ligado a um cientificismo académico-filosófico principalmente em universidades norte-americanas e europeias, mas não só. Convém ainda notar que foi presidente da AICA-Associação Cultural das Ilhas Atlânticas e Vice-Presidente da AIL – Associação Internacional de Lusitanistas. É membro da *American Philosophy Association*, da *Society for Iberian and Latin-American Thought*, da *Society for the Study of European Ideas*, sócio da Academia internacional de Cultura Portuguesa, e de outras associações culturais e profissionais.

Esta linha metropolitana não pára nesta estação de visibilidade académica, desembocando em outras e variadas estações da esfera pública. O seu rosto, alma de humorista, pensamento acutilante e comunicador nato é presença contínua em canais da televisão portuguesa como convidado de sucessivas entrevistas e debates assim como no canal português da *Whaling City Cable-TV*, em New Bedford, Massachusetts, onde mantém um programa sociocultural de entrevistas. Concomitantemente, a sua veia literária expressa-se também na participação em revistas e jornais, tais como: *O Jornal*, *Jornal de Letras*, *Visão*, *Diário de Notícias*, *Colóquio Letras*, *Ler*, *Grande Reportagem* e *Correio do Norte e Ilhas*, entre outros, e numa tremenda publicação em formato livro. João Brás, um dos mais dedicados seguidores e estudiosos da sua obra, afirma que «No plano científico, para além dos temas que investiga, é relevante o seu contributo para a internacionalização do debate sobre alguns temas da cultura portuguesa, bem como para a introdução em Portugal de alguns temas de origem anglo-americana (várias obras de autores anglo-americanos foram introduzidas por ele em Portugal)» (Brás, 2015b: 19).

A cientificidade com que se entrega à escrita e exposição do seu pensamento – ou provavelmente devido a ela – não fez com que Onésimo Almeida se eximisse de ser alvo de ataque em, pelo menos, duas polémicas maiores. A primeira data de 1981, em que se viu obrigado a desmentir as teses pouco científicas e corroboradas de Manuel Luciano da Silva sobre a teoria da origem portuguesa das inscrições da Pedra de Dighton, uma pedra descoberta no rio Tauton, Massachusetts, com inscrições remontando pelo menos ao século XVII. Esta foi objecto de prolongadas controvérsias uma vez que vários grupos étnicos reclamaram a autoria das ditas inscrições para antepassados seus. A polémica ocorreu nas páginas do jornal *Portuguese Times* no já mencionado ano de 1981. Num capítulo do livro *O Peso do Hífen* (Almeida, 2010). *Ensaio sobre a experiência norte-americana*, que Almeida intitula de «A Pedra de Dighton: um desconhecido registo de leituras não fanáticas das suas inscrições,» pode ler-se sobre a antiga polémica:

No seu afã patriótico, Luciano da Silva assume atitudes desbragadamente dogmáticas a ponto de ter em tempos chegado a propor fosse decretada pela Assembleia da República Portuguesa que os portugueses descobriam a América. Reagiu mal a leves críticas minhas à leitura «portuguesa» das inscrições, desencadeando uma polémica que me levou a explicitar em pormenor as razões da minha não-aceitação da teoria (*Ibidem*: 108).

«Intolerante a discordâncias», como Onésimo Almeida me descreveu em e-mail de 26 de Outubro de 2020, da Silva «atacou-me visceralmente, denunciou-me a todos

os reitores da Brown e ao governo português e durante muitos anos manteve na Internet um texto com o título “*My number 1 enemy*”». Para além disso, Luciano da Silva publicou:

uma série de acusações diversas no seu «livro» Os Três «Amigos» da Onça, com três capítulos dedicados respectivamente ao Professor Francis Rogers, falecido catedrático na Harvard University; ao também falecido Professor Luís de Albuquerque, da Universidade de Coimbra e presidente da Comissão Científica na Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses; e a mim próprio. O volume é um aglomerado de impropérios e acusações infundadas, descaradas mentiras em despudorada linguagem, variando entre o insulto e a difamação (Almeida, 2010: 109).

Tal polémica deu azo a que Almeida centrasse o seu pensamento crítico na desconstrução deste tipo de crenças e no que elas podem representar para a formação identitária das comunidades da diáspora.

Provavelmente uma das polémicas mais «vulcânicas» desencadeadas pelo trabalho de Almeida tem a ver com a expressão «Literatura Açoriana,» por ele lançada durante os anos 70 e 80 e formalizada no livro *A Questão da Literatura Açoriana* (Almeida, 1983), organizando no mesmo ano de 1983 um simpósio na Brown University sobre o tema. Álvaro de Oliveira alude brevemente a esta controvérsia referindo que Onésimo «tem estado muito atento ao que, desassombradamente, chama de Literatura açoriana, designação esta que o obriga a enfrentar múltiplas e conceituadas frentes de ataque» (Oliveira, 2015: 66). Em 1989, publica *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural* (Almeida, 1989, reeditado em 2011), em que colige todos os seus textos sobre a questão. Acerca do mesmo, Vamberto Freitas afirma,

Que um livro tão fundamental ao «movimento» cultural e literário nos Açores durante as últimas três décadas, que tanta ira e silêncio estratégico provocou entre nós, encontrou a resposta acima relatada¹⁰⁴ poderão agora imaginar a sorte dos que, por conta e força próprias, escrevem e definem nada menos do que a criatividade identitária do nosso povo num dos períodos críticos da sua história moderna. Sobre o assunto não direi nem mais uma palavra – não serve de nada, e atenta contra a dignidade intelectual de nós todos (Freitas, 2015: 255-256).

Segundo Onésimo Almeida, num e-mail que me foi enviado de 26 de outubro de 2021, «Nunca ninguém respondeu aos meus argumentos, apenas se opunham sem argumentar. Até hoje ninguém veio responder aos meus argumentos». No entanto, hoje em dia, a expressão encontra-se aceite, facto que se comprova com um recente artigo no *Diário de Notícias* intitulada «Açores. As ilhas inventadas». Nuno Costa Santos, organizador do festival literário Arquipélago de Escritores (que teve em 2019 a segunda edição), afirma «Acho, por exemplo, que existe uma literatura açoriana, com muitos escritores desconhecidos, porque só vingaram os que foram viver para o continente» (Câncio, 2020).

¹⁰⁴ Refere-se ao facto de Onésimo Almeida ter ajudado a subsidiar a edição do livro pois sair-lhe-ia mais caro estar a pagar fotocópias para satisfazer os pedidos sobre o mesmo.

Outras controvérsias podem ser lidas num dos seus mais recentes livros, *Despenteando Parágrafos. Polémicas Suaves* (Almeida, 2015), em que Almeida reúne ensaios analíticos entrando em diálogo com figuras da cultura portuguesa, entre elas José Saramago, Miguel Torga, Helder Macedo e Fernando Gil. Até agora, que se saiba, do outro lado apenas se vem sentindo o silêncio, à excepção do Nobel da Literatura português, que já não mais se poderá envolver em debates literário-culturais.

Bibliografia fundamental

- Almeida O T (2009) *De Marx a Darwin – A desconfiança das ideologias*. Lisboa, Gradiva.
- Almeida O T (2010) *O Peso do Hífen. Ensaios sobre a experiência luso-americana*. Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.
- Almeida O T (2014a) *Minima Azorica. O Meu Mundo É Deste Reino*. Lajes do Pico, Companhia das Ilhas.
- Almeida O T (2014b) *Pessoa, Portugal e o Futuro*. Lisboa, Gradiva.
- Almeida O T (2015) *Despenteando Parágrafos. Polémicas suaves*. Lisboa, Quetzal.
- Almeida O T (2017a) *A Obsessão da Portugalidade. Identidade, língua, saudade & valores*. Lisboa, Quetzal.
- Almeida O T (2017b) *Humanidades. Uma inutilidade mais do que necessária*. Braga, Universidade do Minho.
- Almeida O T (2018) *O Século dos Prodígios. A ciência no Portugal da Expansão*. Lisboa, Quetzal.
- Almeida O T (2019) *Correntes d'Escritas & Correntes Descritas*. Guimarães, Opera Omnia.
- Almeida O T, Brás J M (2012) *Utopias em Dói Menor. Conversas Transatlânticas com Onésimo*. Lisboa, Gradiva.

Referências secundárias

- Alarcão I (2015) Apresentando o Novo Doutor Honoris Causa. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multimodo*. Guimarães, Opera Omnia: 69-76.
- Almeida O T (1975) *Da Vida Quotidiana na L(USA)lândia*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Almeida O T (1983) *A Questão da Literatura Açoriana: recolha de intervenções e revisitação*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Almeida O T (1986) *Da Literatura Açoriana. Subsídios para um Balanço*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Almeida O T (1987a) *L(USA)lândia – A Décima Ilha*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.
- Almeida O T (1987b) *Mensagem – Uma Tentativa de Reinterpretação*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- Almeida O T (1989) *Açores, Açorianos, Açorianidade – Um Espaço Cultural*. Ponta Delgada, Signo.
- Almeida O T (1997) *Rio Atlântico*. Lisboa, Editora Salamandra.
- Almeida O T (2006) Modernidade, Pós-Modernidade e Outras Nublosidades. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 22: 1-18.
- Almeida O T (2011a) *Açores, Açorianos e Açorianidade*, 2.^a ed. Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- Almeida O T (2011b) *Onésimo. Português sem Filtro – uma antologia*. Lisboa, Clube do Autor.

- Blanco J (2015) Apresentando Onésimo Almeida. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 25-27.
- Brás J M (2015a) *Identidade, Valores, Modernidade. O pensamento de Onésimo Teotónio Almeida*. Lisboa, Gradiva.
- Brás J M (org.) (2015b) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia.
- Câncio F (2020) Açores. As Ilhas Inventadas. *Diário de Notícias*, 24 de Outubro.
- Freitas V (2015) Onésimo Teotónio Almeida e os Açores na Modernidade. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 255-262.
- Magalhães G (2015) Os sete realismos de Onésimo. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 35-39.
- Martins O P (2015) Onésimo, “Homem Poliédrico”, “Leitor Omnívoro e Viajeiro Incansável”. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 163-173.
- Monteiro G (2015) Toda a gente conhece o Onésimo. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 29-30.
- Nunes L P Silva (2015) Onésimo, Um homem de epifanias. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 59-64.
- Nuno C S (2018) Onésimo Teotónio Almeida designado pelo Presidente da República para Presidente das Comemorações do Dia de Portugal. *Das Culturas. Literatura, Artes e Cultura*, 25 de Fevereiro.
- Oliveira Á (2015) Nunca é possível dizer tudo sobre... In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 65-67.
- Real M (2011) *O Pensamento Português Contemporâneo, 1890-2010*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Real M (2015) A Arqueologia Onesimiana da Mensagem de Fernando Pessoa. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 267-272.
- Ribeiro M (2015) Um encontro e um testemunho. In J M Brás (org.) *Onésimo – Único e Multímido*. Guimarães, Opera Omnia: 87-89.

34. Paula Godinho

Patrícia Pereira

A antropóloga na fronteira

Paula Godinho nasceu em 1960 em Lisboa, onde reside. É antropóloga, Professora no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH) e Investigadora no Instituto de História Contemporânea (IHC), ambos da Universidade Nova de Lisboa.

É na FCSH que realiza o seu percurso académico e profissional, que começa com a licenciatura em Antropologia, concluída em 1986 com a tese *A festa é nossa! Celebrações e poder político numa aldeia mirandesa*. Nos anos seguintes, no âmbito do Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas, dedicou-se ao trabalho de pesquisa que resultou na tese *O Leito e as Margens. Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*, defendida em 1991 e publicada em livro em 2006 (Godinho, 2006). Em 1998 concluiu o Doutoramento em Antropologia, na especialidade de Etnologia. A sua tese, orientada pelo antropólogo Jorge Creso, *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)* foi publicada pela Celta em 2001 (Godinho, 2001; ver também Godinho, 1998a).

Enquanto estudante de licenciatura e mestrado foi professora do Ensino Secundário, e, no período entre 1987 e 1989, bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Em 1991 tornou-se Assistente Convidada do Departamento de Antropologia da FCSH, onde hoje é Professora Associada com Agregação, tendo, desde então, ocupado diversos cargos de gestão académica. Como investigadora, iniciou-se no Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, sendo também membro do conselho de redação da revista *Arquivos da Memória*, editada no âmbito daquela unidade de investigação. Posteriormente integrou o Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT/FCSH), tendo sido coordenadora da linha de investigação Práticas da Cultura entre 2009 e 2012. Mais recentemente tornou-se membro do Instituto de História Contemporânea (IHC), cuja linha de investigação Usos do Passado, Memória e Património Cultural coordenou entre 2018 e 2020.

O seu primeiro trabalho de campo ocorreu no início dos anos 80, como conta nos agradecimentos do livro *Festas de Inverno no Nordeste de Portugal. Património, mercantilização e aporias da «cultura popular»*:

Era uma curta estadia de quinze dias que nos arredava do Natal em família, como acontece a uma parte dos meus alunos todos os anos. O campo estava então a uma enorme distância da cidade em que grande parte de nós nascera. Para o caso, era em Trás-os-Montes, com uma viagem de comboio que demorava 18 horas entre Lisboa e Bragança. Era a nossa primeira vez a experimentar o terreno, com uma designação que remetia para uma matriz rural (Godinho, 2010: 13).

Para além de Trás-os-Montes, realizou ainda trabalho de campo noutros contextos rurais em transformação: na Galiza, em zonas de fronteira entre Portugal e Espanha, no centro-Sul de Portugal e mais recentemente no Ceará (Brasil). Nesses contextos tem-se dedicado a pesquisar temáticas como reprodução social, festas e rituais, resistência e movimentos sociais, usos da memória, património, processos de emblematização, turistificação e mercantilização da cultura, culturas de fronteira e nacionalismos de diáspora.

Pertence à geração de antropólogos que protagonizou a renovação da antropologia portuguesa nos anos 80, participando do debate sobre o significado da ruralidade no pós 25 de Abril:

um momento de labuta intensa, que se manifestou no trabalho de colegas cujo trabalho de campo foi realizado nos anos 1980 e início dos anos 1990 (p. ex. Cristiana Bastos, João Leal, Jorge Freitas Branco, José Manuel Sobral, Miguel Vale de Almeida, Paula Godinho) (Viegas e Pina-Cabral, 2014: 320).

Paula Godinho é uma autora prolífica, escrevendo obras de grande fôlego, complementadas com artigos e capítulos em que se dedica a desenvolver alguns dos seus temas ou problemas de pesquisa privilegiados. Coordenou também várias obras coletivas dentro das temáticas a que se tem vindo a dedicar, como: *Mundo Rural: Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, com Dulce Freire e Inês Fonseca (Freire et al., 2004) e *Usos da Memória e Práticas do Património* (Godinho, 2012b), para citar apenas duas.

Na FCSH, para além da docência em Antropologia e em áreas de estudos interdisciplinares como o Mestrado e o Doutoramento em Estudos de Género, tem acompanhado muitos estudantes, da Licenciatura ao Doutoramento. Orientou, entre outras, as teses de doutoramento de Inês Fonseca, «*Levávamos logo a foice p'rá mina*»: *Identidades e memórias dos mineiros de Aljustrel* (Fonseca, 2005), de Sónia Ferreira, *Mulheres e Fabricantes: Resistência Operária em Almada* (Ferreira, 2009), de Dulce Simões, *Fronteira e guerra civil de Espanha: Dominação, resistência e usos da memória em Barrancos* (Simões, 2011), de João Carlos Louçã, *Pensar o impossível, transformar a realidade: a prática da utopia concreta no Porto e Pirinéus* (Louçã, 2019) e de Gisele Melo, *Reprodução da Fête des vigneronns de Vevey (Suíça): Discursos, Práticas e Representações* (Melo, 2021). Foi também orientadora de mais de uma dezena de teses de mestrado, entre as quais se destaca, por se aproximar do campo

de estudos em foco neste livro, a de João Baía, *Memórias da luta dos moradores do bairro da Relvinha pelo direito a uma habitação condigna: SAAL e auto-construção* (2009).

Foi ainda, ao longo dos anos, professora convidada em várias universidades estrangeiras, como a Complutense de Madrid, a de Santiago de Compostela ou a Federal do Ceará no Brasil, para referir apenas algumas. O seu trabalho tem sido reconhecido dentro e fora da esfera académica: recebeu, em 2008, o prémio galego Xesús Taboada Chivite pelos seus trabalhos sobre a fronteira entre Portugal e Espanha, nomeadamente a obra *Oír o galo cantar dúas veces» – Identificacións locais, culturas das marxas e construción de nacións na fronteira entre Portugal e Galicia* (Godinho, 2011), publicada em português em 2021 pela Tigre de Papel (Godinho 2021). Foi ainda nomeada *Xuíza Honorária pela Asociación de Amigos do Couto Mixto* (Galiza), em 2011 e Arraiana Maior pela Associação Cultural Arraianos (Galiza), em 2017.

Etnografia do mundo rural em mudança

O espaço no trabalho antropológico de Paula Godinho é sobretudo o espaço rural em mudança, que a autora aborda através de problemáticas diversas em diferentes terrenos empíricos. As noções de «património», «fronteira» e «resistência» permitem-nos identificar os elementos fundamentais do seu contributo para o campo de estudos sobre espaço, lugar e território, embora sejam insuficientes para dar conta da profundidade da reflexão teórica e do detalhe empíricos que a «etnografia de revisitação continuada» – complementada pela «consulta de arquivos centrais, regionais e locais, públicos e particulares» (Godinho, 2012a: 225-226) – confere ao conjunto da sua obra. Essas noções entrecruzam-se em vários pontos, gerando uma análise plural e multifacetada dos territórios rurais em mutação. Territórios que os leitores vão conhecendo pela escrita etnográfica da autora e pelo contar dos seus interlocutores, que são, amiúde, interlocutoras. Facto que não é despiciendo, tendo em conta que tem atribuído relevância analítica às questões de género e ao papel das mulheres nos diferentes fenómenos que tem vindo estudar. São exemplos o recente livro de recolha de entrevistas a Mulheres do Movimento sem Terra no Ceará (Brasil) (Godinho *et al.*, 2020); a etnografia com trabalhadoras têxteis na Galiza, incluída no livro *O futuro é para sempre* (Godinho, 2017), em que a autora argumenta que o nível territorial região se tornou o mais significativo para a reprodução capitalista contemporânea.

Em Trás-os-Montes e na Galiza, Godinho testemunha e descreve um rural que «já não é o agrícola, mas ainda não é outra coisa» (Godinho, 2012a: 227) e analisa diversos elementos do processo de desligamento entre o rural e o agrícola (Godinho, 2006) que culmina em processos de patrimonialização e mercantilização das aldeias, de práticas como as festas e celebrações, e dos objetos utilizados pelas suas populações.

Num tempo eternizado por termos abrangentes e indefinidos, que remetem para um passado unificador, o local é enquadrado num todo que valoriza elementos da sua espe-

cificidade. Capitalizando relações sociais anteriores, num tempo actual que se distanciou quer da ruralidade, quer do contrabando de subsistência, as aldeias da fronteira vêm assistindo e colaborando em processos de patrimonialização (Godinho, 2006: 350).

Ao longo de vários textos, Godinho faz um retrato detalhado do devir destes territórios rurais que elegeram como terrenos de investigação: da plenitude demográfica da década de 50 – com os campos apinhados e as famílias camponesas e de assalariados a viver em pobreza extrema – a um mundo rural esvaziado de uma parte substancial da sua população pelas migrações internas e externas e marcado pela perda de centralidade da agricultura. Como consequência, afirma, assiste-se a alterações nos modos de vida e de subsistência e no intercâmbio não só com cidades próximas, que passam a centralizar a vida nos campos, mas com o mundo exterior a várias escalas: com as aldeias vizinhas de Portugal e Espanha, com os lugares de imigração em Espanha, França, Suíça ou outros países, com Portugal e com a Europa, enquanto entidades de governo provedoras de recursos e de normas reguladoras das atividades locais. Evidencia-se assim um contributo de relevo para repensar de forma crítica os territórios rurais contemporâneos, incluindo as relações entre o rural, o urbano e o global, alicerçado em trabalhos anteriores sobre realidades próximas de Benjamin Pereira, Joaquim Pais de Brito ou Jorge Crespo.

A sua pesquisa de mestrado em seis aldeias do Alto-Trás-os-Montes raiano no período de 1880 a 1987 dá conta das profundas mudanças que sofreram quer os quotidianos e seus territórios de referência, quer as estratégias de reprodução social das famílias neste contexto. É de relevar a forma detalhada como Godinho apresenta as aldeias em estudo no que respeita às esferas de produção, consumo e troca e ainda como caracteriza os diferentes grupos que constituem a comunidade nestas aldeias, com diferentes relações entre si e com a própria terra e a propriedade da mesma (Godinho, 2006).

As festas do ciclo de inverno em aldeias de fronteira – objeto de pesquisa a que regressou mais de uma vez – são consideradas pela autora a partir de uma perspetiva processual, evidenciando não só as alterações do contexto local em que emergem como também as dimensões externas que passam a adquirir. São simultaneamente caracterizadas como tradicionais e contemporâneas (Godinho, 2010), passando-se em tempos cruzados, numa relação que passa a definir não só as formas como são organizadas e experienciadas como também as suas funções.

No período anterior à década de 50 do século XX, as festas de inverno constituíam uma forma de resistência, na definição de Scott (1990), uma arma dos fracos face aos poderes do Estado (da República ao Estado Novo) e da Igreja, permitindo trazer a público, sob o resguardo das máscaras, o que ficara no registo escondido relativamente a comportamentos desviantes dos aldeãos mas também de abuso de autoridade por parte dos detentores do poder. A partir dos anos 60, com o despovoamento das aldeias, as festas são canceladas ou sofrem suspensões por períodos variados e após Abril de 1974, em conjunto com uma melhoria assinalável, embora temporária, das condições de vida nos campos, dá-se uma revitalização das festas, como resultado de ações de estímulo às expressões da cultura popular associadas ao processo revolucionário. Essa revitalização é continuada nas décadas seguintes, por emigrantes regressados ou pelas

entidades locais que financiam os festejos de inverno. Mais recentemente, e já num período de perda de centralidade da agricultura e de alteração significativa das relações entre rural e urbano, assistimos a um processo de patrimonialização das festas – emblematização e espetacularização – com projeção para fora do seu contexto local de produção através da acção dos *media* e inserção na esfera do mercado. Passam a ser retratadas nos *media* nacionais, a ter delegações em festivais internacionais como o da Máscara Ibérica em Lisboa, a fazer parte de um calendário turístico, e réplicas, ou miniaturas, de máscaras e outros objetos a elas associados tornam-se mercadorias, sendo vendidas nos centros urbanos da região.

Tal como as festas do ciclo de inverno, a *fronteira*, na passagem da sua condição de útil a inútil, é objeto de patrimonialização, constituindo outro dos problemas de pesquisa a partir dos quais Godinho contribui para o conhecimento do espaço rural e das suas mutações. Com base em trabalho realizado em estadias de campo ao longo de mais de vinte anos, a autora constrói uma narrativa em torno da cultura de fronteira ou de orla – criada na ligação entre aldeias da Galiza e do Norte de Portugal desde a segunda metade do século XIX até aos dias de hoje – que vive de descrições densas dos lugares de vivência e da reflexão sobre as consequências da sua integração no território europeu, com claras consequências para a própria fronteira enquanto entidade relacional e maleável.

Paula Godinho analisa o desenvolvimento das relações sociais transfronteiriças no tempo longo. No passado, o contrabando de bens e a passagem de pessoas, atividades que se intensificaram em conjunturas específicas, complementaram a agricultura como modo de subsistência, unindo nesse movimento os dois lados da fronteira (Baía, 2017; Godinho, 2012b) e contribuindo para a construção identitária das populações da raia contra o poder centralizador dos Estados. No entanto, as diferenças podiam também ser exacerbadas se tal fosse conveniente, manipulando-se a plasticidade da fronteira (Godinho, 2020: 255).

O despovoamento e a abolição das fronteiras após a entrada na Comunidade Económica Europeia determinaram um afastamento entre os vizinhos de um lado e de outro. Embora já não haja impedimentos à circulação de pessoas e bens, as relações esvaziaram-se e a separação entre habitantes acentuou-se devido à alteração dos modos de vida locais e à ampliação da influência das cidades na vida quotidiana por via da escolarização, do trabalho e do consumo. A fronteira deixou constituir o espaço de relações principal, passando a ser uma linha que se atravessa rumo a outros lugares.

A dessubstanciação das relações (Godinho, 2012, 2020) aconteceu em simultâneo com processos de reaproveitamento do passado da cultura de fronteira como património no presente. São as próprias relações que gerava enquanto era útil que tornam patrimonializável a fronteira inútil de hoje, fruível em consumos cerimoniais e de lazer, associados a atividades turísticas ou festividades locais (Godinho, 2012a: 227), como por exemplo a Festa das Adegas em Mandin (Verín), uma «celebração que louva as relações de fronteira, inventada há poucos anos por um entusiasta local» (Godinho, 2020: 238). Se é verdade que as novas condições não propiciam a reprodução das redes sociais anteriores, continuam, no entanto, a existir contactos e trocas, enquadrados agora nesta forma de existência da fronteira enquanto património. Como refere em 2020:

Ao afastamento da vida rural anterior se fará seguir um retorno ao campo, em moldes diversos, assumindo neste momento uma dimensão ritual, eventual e patrimonializante, que re-significou elementos anteriores, em que começam a delinear-se estratégias neo-rurais, por enquanto meramente episódicas (Godinho, 2020: 254).

Por fim, o conceito de *resistência*, recorrentemente mobilizado no trabalho de Paula Godinho, contribui para a leitura das relações entre grupos dominados e dominantes nos contextos locais investigados, pensadas como relações de classe. Surge associado à patrimonialização da cultura popular de um modo geral, das festas e celebrações de forma mais específica, mas também dos modos de fazer e saber das populações locais. A fronteira entre Portugal e a Galiza, ela própria alvo de um processo de patrimonialização, é aqui conceptualizada como forma de resistência contra o poder hegemónico do Estado. Numa etnografia recente a autora caracteriza o Couto Mixto¹⁰⁵, território cuja história evidencia a elasticidade fronteiriça, como *zona de refúgio*, um espaço de resistência política ao Estado central, mas também de recusa cultural (Godinho, 2017).

Mas é no trabalho que realiza no Couço (freguesia do concelho de Coruche) que a resistência – tal como definida por Scott (1990), feita de momentos de confronto direto com o poder e de resistência quotidiana – assume verdadeira centralidade. A pesquisa interroga os «os mecanismos postos em ação na transmissão da memória das manifestações de resistência no meio rural e sua capacidade estruturante» (Godinho, 2001: 3), centrando-se nas memórias da população local sobre as lutas travadas no período entre 1958 e 1962.

Godinho questiona a razão de ser da intensidade da luta no Couço, por comparação a outras localidades. Ou seja, interroga-se acerca do papel do lugar, do espaço, na eclosão das manifestações de resistência. Uma parte da resposta encontra-se, segundo Godinho, na relação entre o local e o translocal, pois a resistência no Couço fazia parte de um «nível superior da luta contra o salazarismo que mobilizava a oposição ao nível do país» (Godinho, 2001: 37) e ali se viviam as duras condições sociais associadas à ruralidade que eram regra na região e no país. Mas a interpretação mais abrangente é a existência de uma «cultura de resistência», no sentido da partilha de um conjunto de ideias e práticas comuns que sustentam, em termos materiais, a existência do coletivo e lhe conferem uma imunidade natural. No Couço, essa cultura alicerçava-se em memórias coletivas de resistência, remontando às lutas republicanas, mas sobretudo na consciência comum da opressão a que a dupla situação de subalternidade – em relação aos proprietários e ao estado - submetia o colectivo, à qual a consciência de classe não era alheia (Cachado, 2001/02; Godinho, 2001).

Para Godinho, «a localidade é o lugar privilegiado das relações da interação social e a ela se associa a produção de memórias comuns» (Godinho, 2020: 239). O espaço surge assim como suporte material das memórias colectivas e dessa cultura de resistência local. Sendo uma realidade durável, ainda que sujeita a reflectir as mudanças

¹⁰⁵ Um território situado na atual província de Ourense em Espanha, na fronteira norte do atual Concelho de Montalegre em Portugal, e que se constituiu como um micro-estado entre o século X e 1864.

históricas, não só facilita a convocação das memórias, a entrada no passado, como confere legibilidade às mutações.

A autora refere-se ao Centro de Trabalho do PCP no Couço como um dos lugares de suporte à cultura de resistência local:

O Centro de Trabalho do PCP, já descrito na sua grandiosidade, comparativamente a outros edifícios, se visa dar resposta às necessidades de trabalho político do núcleo de militantes comunistas locais, dá legibilidade a uma outra mensagem, criando uma unidade e amplificando a imagem e a realidade da ligação indelével dos comunistas ao contexto local. Conferir materialidade a uma memória, tornando inextinguível na existência durável dos materiais a cumplicidade de normas e de convenções que serve de suporte à cultura resistente, esse é o objectivo fundamental da arquitectura memorial (Godinho, 1998b: 533).

O futuro é para sempre

No que respeita a intervenções na esfera pública, Paula Godinho tem participado em inúmeras atividades que contribuem para a promoção da interação entre a universidade e a sociedade civil, como a participação em debates públicos, apresentações de livros ou a organização de exposições e catálogos, entre as quais se destacam *Entre Margens – O Tratado de Limites de 1864 entre Portugal e Espanha*, organizado pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo em 2014. Um contributo notável da autora nesta área é, sem dúvida, a concretização de projetos que alargam as fronteiras do que se tem designado por investigação colaborativa, como o que resultou no recente livro *Entre o impossível e o necessário: esperança e rebeldia nos trajetos de Mulheres-Sem-Terra do Ceará* (Dias, 2021; Godinho et al., 2020) ou na biografia de Aurora Rodrigues *Gente Comum – Uma história na PIDE*, cuja autoria é da própria biografada, com recolha, introdução, contextualização e notas de Paula Godinho e António Monteiro Cardoso (Rodrigues, 2011).

Académica mobilizada e politizada à esquerda, Paula Godinho tem tido uma voz ativa, dentro e fora da esfera académica, contra a injustiça social, desde as diversas formas de precariedade laboral e desigualdades de género na sociedade contemporânea à politização da memória, sobretudo no que respeita à memória do passado colonial e da repressão exercida sobre revolucionários e presos políticos durante o Estado Novo.

Bibliografia fundamental

- Freire D, Fonseca I, Godinho P (coords.) (2004) *Mundo Rural: Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa, Edições Colibri.
- Godinho P (1998a) Género e resistência rural anti-salazarista: Memórias femininas do Couço (1958-62). *Arquivos da Memória*, 5: 55-70.
- Godinho P (1998b) *Memórias da Resistência Rural no Sul – Couço (1958-1962)*, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

- Godinho P (2001) *Memórias da Resistência Rural no Sul – Couço (1958-1962)*. Oeiras, Celta Editora.
- Godinho P (2006) *O Leito e as Margens: Estratégias familiares de renovação e situações liminares no Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)*. Lisboa, Edições Colibri.
- Godinho P (2010) *Festas de Inverno no Nordeste de Portugal – Património, mercantilização e aporias da «cultura popular»*. Coimbra, 100 Luz.
- Godinho P (2011) «Oír o galo cantar dúas veces» – Identificaci3ns locais, culturas das marxes e construci3n de naci3ns na fronteira entre Portugal e Galicia. Ourense, Deputaci3n Provincial de Ourense.
- Godinho P (2012a) Contextos da mem3ria, lugares dessubstanciados e re-significa3n do passado: A fronteira como amenidade, ins3gnia e patrim3nio. In P Godinho (ed.) *Usos da Mem3ria e Pr3ticas do Patrim3nio*. Lisboa, Edici3es Colibri: 225–242.
- Godinho P (2017) *O futuro 3 para sempre: Experi3ncia, expectativa e pr3ticas poss3veis*. Lisboa, Letra Livre.
- Godinho P (2020) Fronteira e cultura de Orla: Grupos sociais e mudan3a social na fronteira entre Chaves e Ver3n. *O Pelourinho: Boletim de Relaciones transfronterizas*, 24(2): 235-259.
- Godinho P (2021) *Ouvir o Galo Cantar Duas Vezes – Identifica3es locais, culturas de orla e construci3n de na3es na fronteira entre Portugal e a Galiza*. Lisboa, Tigre de Papel.
- Godinho P (coord.) (2012b) *Usos da Mem3ria e Pr3ticas do Patrim3nio*. Lisboa, Edici3es Colibri.
- Godinho P, Gon3alves A, Vicente L (orgs.) (2020) *Entre o imposs3vel e o necess3rio: Esperan3a e rebeldia nos trajetos de Mulheres-Sem-Terra do Cear3*. S3o Paulo, Express3o Popular.

Refer3ncias secund3rias

- Ba3a J (2009) *Mem3rias da luta dos moradores do bairro da Relvinha: Pelo direito a uma habita3n condigna*, Tese de Mestrado em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Ba3a J (2017) Contrabando e Rela3es Transfronteiri3as. In N Domingos, B Monteiro (eds.) *Portugal em Falta – Atlas Improv3vel*. Lisboa, Santillana: 156–159.
- Cachado R (2001/02) Recens3o de Paula Godinho, Mem3rias da Resist3ncia Rural no Sul – Couço (1958-1962). *Ethnologia*, 12/14: 379-381.
- Dias D (2021) Entre o imposs3vel e o necess3rio: Esperan3a e rebeldia nos trajetos de mulheres sem-terra no Cear3. *Revista Mem3ria em Rede*, 13(25): 322-326.
- Ferreira S (2009) *Mulheres e Fabricantes – Resist3ncia Oper3ria em Almada*, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Fonseca I (2005) «Lev3vamos logo a foice p’ra mina». Identidades e mem3rias dos mineiros de Aljustrel, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Lou33 J C (2019) *Pensar o Imposs3vel, Transformar a Realidade – a pr3tica da utopia concreta no Porto e Pirin3us*, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Melo G (2021) *Reprodu3n da F3te des vigneronns de Vevey (Su3a): Discursos, Pr3ticas e Representa3es*, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Rodrigues A (2011) *Gente Comum: Uma Hist3ria na PIDE*. Coimbra, 100 Luz.
- Scott J C (1990) *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale University Press.
- Sim3es D (2011) *Fronteira e guerra civil de Espanha. Domina3n, resist3ncia e usos da mem3ria em Barrancos*, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Viegas S, Pina-Cabral J (2014) Na encruzilhada portuguesa: A antropologia contempor3nea e a sua hist3ria. *Etnogr3fica*, 18(2): 211-332.

35. Teresa Barata Salgueiro

Luís Mendes

Detalhes biográficos e contexto institucional

Teresa Barata Salgueiro nasceu em 1948 em Lisboa e é considerada a referência maior da Geografia Urbana Portuguesa, área em que se especializou numa carreira de mais de meio século. É Professora Catedrática aposentada e Professora Emérita do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa), instituição de que foi a primeira Diretora, desde a sua fundação em 2009 até dezembro de 2013. É Investigadora sénior do Centro de Estudos Geográficos da mesma instituição (CEG).

A sua longa carreira inicia-se com a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia (Universidade de Lisboa, 1970), tendo ido logo de seguida para os Estados Unidos da América onde obteve o grau de Mestre (*Master of Arts*, Universidade de Chicago, 1973). Uma década depois, finalizou o seu Doutoramento em Geografia Humana (Universidade de Lisboa, 1983), tendo obtido a Agregação em Geografia, igualmente, dez anos depois, no início dos anos 90 (Universidade de Lisboa, 1993).

Coordenou o curso de Doutoramento em Geografia, o Mestrado em Estudos Urbanos, Licenciatura em Geografia, variantes de Urbanismo e em Ensino da Geografia, quer no antigo Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), quer no atual IGOT-UL, herdeiro daquele primeiro. Foi regente da cadeira de Geografia Urbana nesta faculdade durante muitos anos. Fez conferências e cursos de pós-graduação em diversas universidades portuguesas e estrangeiras. Orientou dissertações de mestrado e doutoramento e participou em numerosos júris de Mestrado, Doutoramento e Agregação em Portugal, França, Bélgica e Espanha. Autora de grande número de textos, artigos, capítulos de livros, pareceres, relatórios técnicos e de investigação, bem como de uma importante obra editorial, entre os quais se incluem livros marcantes na Geografia Portuguesa, tais como: *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana* (Barata Salgueiro, 1992); *Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança* (Barata Salgueiro, 1996); *Lisboa. Periferia e Centralidades* (Barata Salgueiro, 2001).

Desempenhou diversos cargos e tarefas de gestão universitária, desde 1974, bem como na Associação Portuguesa de Geógrafos (APG). Foi Presidente da Direção da APG, de 1988 a 1991, mantendo-se diretora da Revista INFORGEO até finais de 1992. Foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral desta Associação nos biénios 1993-1995 e 2016-2018.

Colaborou em projetos de investigação nacionais e internacionais sobre diversos temas urbanos, designadamente: habitação, mercado imobiliário, políticas públicas, estrutura comercial e resiliência, exclusão social, transformação de áreas centrais, segregação e fragmentação sócio-espacial, regeneração urbana e produção do espaço. De destacar: «*REPLACIS – Retail Planning for cities sustainability*», e «*CHRONO-TOPE, Time-Space Planning for Resilient Cities*». Coordenou também a rede REURB do Programa ALFA e participa noutras redes de investigação internacionais (Herodot, CCC).

Para além de figura maior da Geografia Portuguesa das últimas cinco décadas, Teresa Barata Salgueiro acumula ser um dos vultos mais conceituados e referenciados dos estudos urbanos do espaço lusófono, sendo figura de reconhecido renome na praça pública, com importante trabalho de assessoria/consultadoria técnica e científica a autoridades públicas e ao poder político. Colaborou em diversos trabalhos de planeamento urbano, principalmente na região de Lisboa e Évora. É frequentemente citada pelos *media* e comunicação social escrita e audiovisual, pelo que o seu conhecimento produzido extravasa o campo puramente científico e académico, para se experienciar também no domínio da opinião pública, da agenda política e até permeando os documentos curriculares ministeriais que marcam várias reformas educacionais, no quadro de uma geografia escolar, do ponto de vista dos conteúdos temáticos, bem como do conhecimento científico didatizado e vertido nos manuais escolares.

Por todo um percurso científico, sólido, pioneiro e de elevada qualidade de trabalho desenvolvido e com especial alcance e longevidade, a Professora Barata Salgueiro foi agraciada e distinguida com diversos prémios nacionais e internacionais, destacando-se os mais recentes. O Prémio Mercúrio que distinguiu a geógrafa como «Personalidade do Ano» pelo pioneirismo dos seus estudos de comércio na cidade, a 25 de Novembro de 2019, pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, com o Alto Patrocínio de Sua Excelência, o Presidente da República. E um ano depois, a 3 de Novembro de 2020, Barata Salgueiro recebe a Medalha de Mérito da Ciência na sessão de abertura do Encontro Nacional com a Ciência e a Tecnologia, promovido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, tendo o apoio institucional do Governo através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Esta medalha de mérito científico pretende galardoar as individualidades nacionais ou estrangeiras que, pelas elevadas qualidades profissionais e de cumprimento do dever, se tenham distinguido por valioso e excepcional contributo para o desenvolvimento da ciência ou da cultura científica a nível nacional, sendo um dos títulos mais prestigiados no panorama da ciência em Portugal.

Principais contributos para o campo da geografia urbana

É de grande dificuldade identificar de forma sintética os principais contributos teórico-conceptuais e metodológicos de Teresa Barata Salgueiro para o conhecimento geográfico, tanto pela longevidade de um percurso profícuo de produção académica muito intensa, quanto extensa, mas também, e sobretudo, pela ampla panóplia de temáticas por si aprofundadas no âmbito do urbano. Para além de que o percurso académico de meio século da autora cruza três paradigmas distintos da epistemologia da ciência geográfica: a nova geografia, a geografia crítica e a geografia pós-moderna; sendo que no caso dos últimos dois, a diferenciação torna-se menos clara e de maior permeabilidade.

Na conclusão da sua dissertação de Licenciatura em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1970, intitulada *Torres Vedras, a Vila na Região* (Barata Salgueiro, 1970), e na especialização que viria a prosseguir com êxito na Universidade de Chicago, sob orientação de Brian Berry (nome relevante da Escola Ecológica de Chicago), obtendo o grau de Mestre em finais de 1973; Barata Salgueiro introduz um tema novo e técnicas metodológicas inovadoras para a geografia urbana da época. Marca uma rutura com o paradigma do historicismo e do possibilismo da geografia do Mestre Orlando Ribeiro, influências dominantes na geografia portuguesa da época, reflexo do predomínio da Escola da Geografia Regional de Vidal de la Blache. Abriu assim caminho para a afirmação de uma Nova Geografia no panorama nacional, com a adesão à Teoria dos Lugares Centrais.

Uns anos mais tarde, é o próprio mestre orientador da tese de doutoramento da autora, Ilídio do Amaral, que reconhece a necessidade de mudança perante os novos aportes trazidos pela então orientanda: «Aceitei orientar os trabalhos de Teresa Barata Salgueiro, que me obrigaram a prestar maior atenção à informação bibliográfica sobre o tema e a rever ideias formuladas nos anos em que me dediquei a estudos de Geografia Urbana para melhor preparar a monografia sobre *Luanda, Estudo de Geografia Urbana*, Lisboa, 1968» (Amaral, 1985: 158).

Na primeira metade dos anos 70, a autora revela a influência do movimento neopositivista anglo-saxónico, com o recurso corrente a métodos quantitativos e estatísticos, em que o tratamento lógico, hipotético-dedutivo e matemático se torna sistemático na explicação dos padrões das estruturas urbanas. Através de recolha cuidada e objetiva dos dados, e do seu tratamento através de modelos espaciais que comprovem a veracidade empírica da testagem de hipóteses, permite-se enunciar leis que proporcionam a previsão do comportamento humano em termos de relações de causa e efeito e a interação espacial em matérias de economia urbana. Desdobrando o conhecimento da sua tese de licenciatura, Barata Salgueiro (1971: 302) discute o conceito de «área de influência» e aplica-o a uma função existente no centro de Torres Vedras, tomando como exemplo a Escola Secundária de Torres Vedras:

Se todos os núcleos humanos têm uma certa área de influência, uns tê-la-ão maior do que outros, fruto da maior concentração de comércio e serviços ou da maior amplitude do seu mercado de trabalho. (...) A compreensão espacial desta hierarquia pressupõe o conhecimento das áreas de atracção dos vários centros que entre si se interpenetram e

escalonam. Estas resultam da integração das áreas dos vários serviços existentes no lugar: a multiplicidade destes implica pois uma multiplicidade de campos de acção com superfície e formas muito diversas.

Embora tenha iniciado a investigação sobre os bairros clandestinos logo em 1972, não tendo ainda terminado o seu mestrado (ver Barata Salgueiro, 1972), é no trabalho apresentado em 1977, na *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, intitulado «Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa» (Barata Salgueiro, 1977), que acusa uma clara viragem de paradigma no sentido das geografias críticas, antevendo uma nova direcção no seu percurso investigativo. Este, afastando-se da suposta neutralidade da Geografia neopositivista, vai acompanhar a geógrafa durante décadas, na procura de uma ligação ontológica da geografia urbana à relação dialéctica entre sociedade e espaço, entre grupos sociais e cidade, por via não só da localização ou distribuição, mas também da diferenciação e segregação sócio-espaciais.

É nos seus trabalhos da sua metade dos anos 70 e primeira metade dos anos 80 que Barata Salgueiro revela os maiores rasgos do seu pensamento espacial crítico. O espaço urbano encontra-se grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto directo da morfologia social hierarquizada e diferenciada, cuja reprodução se encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço. A autora reconhece a importância de identificar como as relações sociais, a segregação residencial e a exclusão territorial subjacentes à apropriação e expansão da urbanização clandestina evidenciam contradições da produção capitalista do espaço urbano, de forma a reproduzir e sustentar o modo de produção capitalista, gerando desigualdades socio territoriais que se perpetuam indefinidamente. No texto de 1977, Barata Salgueiro problematiza estes princípios à luz da especulação fundiária, da atuação do Estado pelo planeamento e política de solos, bem como da crescente procura insolvente que se vai engrossando em Lisboa e nas suas periferias, em virtude do massivo êxodo rural que o país regista desde o início dos anos 60:

A dificuldade de urbanização dos terrenos, que os torna marginais no mercado, e, portanto, mais baratos, depende dos mecanismos que regem o mercado dos terrenos e da grande diferença entre os valores do solo rústico e urbano. O valor deste será tão mais alto quanto menor for a oferta; assim, os especuladores que dominam o mercado de terrenos comandam de áreas urbanizáveis e influenciam muitas decisões de planeamento urbanístico a seu favor. (...) A especulação actua logo ao nível dos terrenos onde a oferta é «controlada», para provocar subida dos preços. Propositadamente urbanizam-se umas áreas, deixam-se outras à espera de valorização e impede-se ou dificulta-se mesmo a valorização de outras. O próprio planeamento tem sido usado a favor da burguesia, como mecanismo de criar valores diferenciais no solo. (...) A habitação oferecida no mercado legal aparece pois a preços demasiado altos para a capacidade financeira de grande parte da população trabalhadora (*Ibidem*: 34, 45).

É pela problemática da urbanização clandestina que Barata Salgueiro entra na tese da produção social do espaço, que vai aprofundando nos anos seguintes num viés da geografia crítica e marxista, culminando na sua tese de doutoramento, trabalho seminal intitulado *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de*

Lisboa, (Barata Salgueiro, 1983). Neste trabalho, a geógrafa aprofunda pesquisa no funcionamento do mercado imobiliário, a questão habitacional e estrutura da propriedade urbana, visando explicar os mecanismos da segregação residencial. Bebendo do contributo dos contemporâneos internacionais David Harvey (1973), Manuel Castells (1972) e Horacio Capel (1974)¹⁰⁶, na esteira de uma expansão internacional do paradigma marxista no pensamento geográfico, a autora produz um estudo extenso e muito completo do processo de produção da habitação, conduzindo uma análise da evolução do sector e individualização e caracterização pormenorizada dos agentes intervenientes de produção do espaço (p. ex. proprietários fundiários, promotores imobiliários, construtores). Das características locativas da habitação estudadas decorrem as principais hipóteses testadas no trabalho sobre os fatores que influenciam o preço das casas e a respetiva variação espacial. Esta pressupôs o estudo da influência das várias variáveis geográficas nos processos de formação dos preços e da sua distribuição e evolução diferenciadas. Barata Salgueiro conclui que a segregação residencial no espaço urbano não é apenas uma projeção no território da estratificação social e da divisão social do espaço, mas resulta da distribuição do produto-casa no espaço e da distribuição desta mercadoria pelos indivíduos, o que implica considerar a componente da comercialização.

Durante a década de 80, a continuação e desenvolvimento da regência da cadeira de Geografia Urbana no Departamento de Geografia da FLUL levou Teresa Barata Salgueiro a um persistente estudo dos princípios básicos e gerais da organização e funcionamento do espaço urbano, tendo-a estimulado a procurar exemplos portugueses e estudos de caso particulares que os ilustrassem. A obra lapidária *A Cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana* (Barata Salgueiro, 1992) é, portanto, um trabalho de grande envergadura e fôlego que derivou do contexto institucional académico da autora, tendo, pelas suas sucessivas edições de há 30 anos a esta parte, formado várias gerações de geógrafos, arquitetos e urbanistas e interessados nos fenómenos e nos processos urbanos. Derivou também de uma necessidade profunda sentida pela autora que acompanhava a expansão da literatura científica e a volumosa produção de material sobre as cidades portuguesas, mas por se tratarem de obras muitas especializadas, ora no tema de incidência, ora no território urbano objeto de estudo, ora na área disciplinar, falhavam na produção de um conhecimento global e integrado sobre a cidade portuguesa. Nas palavras da Professora Teresa (1992: 12):

A cidade portuguesa tem sido objecto de alguns estudos de carácter geográfico, sobretudo em artigos e teses que tratam de aspectos particulares. Nos livros dedicados à Geografia de Portugal a problemática urbana tem merecido tratamento mais amplo. Porém, embora seja mais desenvolvida e completa nos mais recentes, acompanhando o próprio crescimento da urbanização do país, não ocupa mais do que um capítulo porque inserida em obra global. Também nalguns trabalhos sobre o povoamento se considera a urbanização, mas continua a faltar uma obra que se distinga pela sua generalidade, que apresente a visão da cidade do ponto de vista geográfico. Foi isso que nos levou a escrever este livro.

¹⁰⁶ Ver entrevista de Maio de 2016 concedida à Associação Portuguesa de Geógrafos: <http://www.apgeo.pt/01-teresa-barata-salgueiro>.

Nesta obra de grande sistematização do conhecimento da geografia urbana nacional, para além de estudar o desenvolvimento da urbanização portuguesa, a autora faz uma análise das características de morfologia urbana das nossas cidades à luz da sua evolução histórica e analisa o papel dos diversos agentes e do planeamento urbanístico na configuração da estrutura urbana. Descreve e interpreta a dinâmica sócio-funcional do espaço urbano, bem como a sua reestruturação ao longo do tempo, explicando os mecanismos da sua localização e distribuição pelas diferentes funções urbanas e grupos sociais.

A dinâmica funcional do comércio e serviços foi sempre um eixo polarizador do trabalho de Barata Salgueiro, tendo-se intensificado particularmente durante os anos 90, com a produção de vários trabalhos que exploram a dialética entre cidade e comércio, sendo destacar o lançamento da obra *Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança* (Barata Salgueiro, 1996). O objeto e contributo geográfico deste livro vai para além das paisagens de comércio no espaço urbano, bem como dos mecanismos de localização, diferenciação e distribuição comercial; para se estender à temática da sociedade de consumo e comportamentos sócio-espaciais do consumidor, o que aproxima a autora do paradigma das geografias pós-modernas, com o desenvolvimento de uma série de trabalhos em colaboração com o discípulo Herculano Cachinho.

Esta obra de 1996 constitui um contributo substancial para as geografias do comércio e do consumo a nível nacional, demonstrando como as relações entre o comércio e a cidade se perdem ao longo da história, dando conta das mudanças neste binómio e da forma como os geógrafos tentaram interpretá-lo através da formulação de uma diversidade de teorias e modelos. A geógrafa explica a cultura de consumo como fator de reestruturação urbana contemporânea e como cenário e palco de sociabilidades onde se constroem as identidades dos tempos pós-modernos, pela centralidade conferida ao hedonismo, individualismo e produção de distinção social e vida coletiva através da fragmentação de estilos de vida, sendo os centros comerciais – as catedrais de consumo – o espaço produzido por estas dinâmicas e de eleição para os estudos subsequentes.

As relações da atividade comercial com a cidade sofreram naturalmente profundas mudanças ao longo dos tempos. O casamento secular cidade & comércio foi construído com base na centralidade e na proximidade, a partir da qual os geógrafos estabeleceram um sistema hierárquico de áreas comerciais intra-urbanas. Atualmente, sobrevém um período em que acessibilidade e a facilidade de circulação e estacionamento parecem critérios dominantes que compõem a matriz de atratividade aos consumidores (Barata Salgueiro, 1996, 2001, 2021; Barata Salgueiro e Cachinho, 2002, 2011; Cachinho *et al.*, 2020). Estas mudanças têm um peso crescente no padrão espacial de localização das novas formas de comércio, contribuindo para uma metrópole mais policêntrica e fragmentada.

Dois anos depois do lançamento da anterior obra, Barata Salgueiro (1998) lança a tese da «cidade pós-moderna: espaço fragmentado», que vai ser o mote para o desenvolvimento do livro *Lisboa, Periferia e Centralidades* (Barata Salgueiro, 2001). Nestes dois trabalhos, sente-se ainda a herança da produção social do espaço urbano dos anos 70 e 80, todavia, a professora Teresa, desembaraçada das categorias modernas da metanarrativa marxista, reconhece que as últimas décadas têm assistido à

formação de um novo tipo de cidade a que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de pós-moderna. A cidade compacta, de zonamento social estanque e de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas, influenciando a organização espacial urbana no sentido de uma maior segregação a micro-escala. É a fragmentação sócio-espacial como condição urbana pós-moderna.

Principais teses e debates

O meio século de sérios e profundos contributos no âmbito da geografia urbana, quer como professora, quer como investigadora, associam, naturalmente, à obra de Teresa Barata Salgueiro o pioneirismo do rasgo de várias linhas de investigação e frentes de conhecimento no estudo da cidade, que contribuíram para lançar os alicerces de uma escola de geografia urbana crítica e desenvolver alguns dos debates mais prementes sobre a condição urbana contemporânea.

A linha mais forte de perpassa toda a obra da geógrafa é a da produção social do espaço, devedora da tese de Henri Lefebvre (1974). O princípio do espaço como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em construção, produto, produtor e condição, o espaço real como demarcação de práticas sociais precisas, realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é impressa por uma sociedade concreta. O espaço não é uma entidade neutra, vazia de conteúdo social. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. O espaço, ou a espacialidade como refere a geógrafa em vários dos seus trabalhos, surge como fio condutor da análise geográfica que se manifesta no plano real, no qual as práticas dos diversos agentes evidenciam as contradições e revelam os conflitos imanentes à dialética entre espaço e sociedade. O debate sobre o espaço urbano desenvolvido pela autora permitiu cartografar as lutas e os conflitos sobre a produção do objeto cidade, em decorrência do próprio ato de planeamento, que se faz transformando os espaços e territórios da cidade sob orientação do Estado enquanto grande agente de produção social do espaço urbano, no âmbito de um modo de produção capitalista.

As relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialeticamente. Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital. A partir desta perspectiva, Barata Salgueiro inspira-se nos teóricos da acumulação de capital que explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, e como os teóricos defensores desta tese, ressalta os aspetos estruturais desse processo e relaciona-os com o desenvolvimento urbano. De todos os teóricos que trabalham neste veio, David Harvey (1985, 1989), Edward Soja (1989) e Milton Santos (1978) destacam-se pelas suas tentativas de apreender a natureza inter-relacionada do desenvolvimento capitalista e da forma espacial urbana. De motor

de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o (re)investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspetos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo. A dinâmica dos ciclos de investimento e desinvestimento do capitalismo explica os estágios na construção do ambiente construído da cidade e da metrópole.

Por conseguinte, o espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hierarquizada e diferenciada, cuja reprodução se encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço. Esta tese é amplamente desenvolvida pela autora ao longo dos anos 70, 80 e 90 (ver Barata Salgueiro, 1994).

Nos seus primeiros estudos, Barata Salgueiro também conclui que o modelo de urbanização clandestina e o mercado informal de habitação adotado em Portugal nos últimos 50 anos corresponde às características específicas da formação social portuguesa e aos imperativos de desenvolvimento do capitalismo neste caso especial. A autora compreende a construção clandestina como materialização territorial de uma estrutura social e modo de produção que entendem o alojamento-mercadoria como objeto de especulação e elemento de reprodução da força de trabalho, geradora de mais-valia, logo, respondendo aos interesses da acumulação capitalista. Defende que a emergência e manutenção dos bairros clandestinos são o resultado do desajustamento e ruturas do capitalismo e das respostas «espontâneas» que a formação sócio-espacial encontra para as necessidades, expectativas e projetos que não encontram saída através dos mecanismos institucionais e do mercado de habitação formal e legal. Em termos habitacionais, face a uma oferta legal escassa, cara e desajustada relativamente à procura, a construção clandestina constituiu uma alternativa de alojamento para largas faixas do operariado e da pequena burguesia urbana (segmentos da classe trabalhadora que ocupam lugares de baixa remuneração e de contrato precário tanto na indústria como nos serviços).

Já no fim dos anos 90 e início deste século, Teresa Barata Salgueiro compreende como a inflexão entre dois regimes distintos de acumulação de capital (o fordista e o pós-fordista) produz rebatimentos na reestruturação da cidade e da metrópole. Com efeito, a transição do fordismo para o pós-fordismo é datada historicamente aquando da eclosão da crise dos anos 70, responsável por importantes modificações que emergiram no seio do regime de acumulação e no modo de regulação social e política do capitalismo mundial. De facto, despontam-se, a partir dos anos 70, formas alternativas mais flexíveis de organização da produção, do trabalho, da sociedade, do consumo e do território com a afirmação do paradigma pós-fordista, etapa última do capitalismo tardio, impondo um regime de acumulação de capital também mais flexível, com impactos tremendos na fragmentação socioespacial e policentrismo das metrópoles. Tem-se aqui, nesta transição, associada uma clara concepção dialéctica da história, pelo reconhecimento da passagem de um período histórico a outro como uma superação. O permanente fluir do movimento contraditório qualifica o que a geografia urbana crítica entende por processo social e produção do espaço construído. E a geografia portuguesa nunca mais foi a mesma.

Bibliografia fundamental

- Barata Salgueiro T (1970) *Torres Vedras, a Vila na Região*, Dissertação de Licenciatura em Geografia. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Barata Salgueiro T (1971) Documentos para o Ensino. A Área de Influência da Escola Secundária de Torres Vedras. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 6(12): 302-307.
- Barata Salgueiro T (1972) *Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Barata Salgueiro T (1977) Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 12(23): 28-55.
- Barata Salgueiro T (1983) *Mercado de Habitação e Estrutura Urbana na Área Suburbana de Lisboa*, Tese de Doutoramento. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Barata Salgueiro T (1992) *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto, Edições Afrontamento.
- Barata Salgueiro T (1994) Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 29(57): 79-101.
- Barata Salgueiro T (1996) *Do Comércio à Distribuição. Roteiro de uma Mudança*. Oeiras, Celta Editora.
- Barata Salgueiro T (1998) Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Inforgeo*, 12/13: 225-235.
- Barata Salgueiro T (2001) *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras, Celta Editora.
- Barata Salgueiro T (2021) Shops with a history and public policy. *The International Review of Retail, Distribution and Consumer Research*, 31(4): 393-410.
- Barata Salgueiro T, Cachinho H (2002) Comércio, consumo e (re)produção do espaço urbano. *Aparentamentos de Geografia*, 14. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Barata Salgueiro T, Cachinho H (orgs.) (2011) *Retail Planning for the Resilient City: Consumption and Urban Regeneration*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Cachinho H, Barata Salgueiro T, Guimarães P (orgs.) (2020) *Comércio, Consumo e as Novas Formas de Governança Urbana*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Referências secundárias

- Amaral I (1985) Mercado de habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 20(39): 158-163.
- Capel H (1974) Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, 8(1): 19-56.
- Castells M (1972) *La Question Urbaine*. Paris, François Maspero.
- Harvey D (1973) *Social Justice and the City*. Londres, Edward Arnold.
- Harvey D (1985) *The Urbanization of Capital*. Oxford, Blackwell.
- Harvey D (1989) *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Blackwell.
- Lefebvre H (1974) *La Production de l'Espace*. Paris, Anthropos.
- Santos M (1978) *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Edusp, Hucitec.
- Soja E (1989) *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres, Verso.

36. Teresa Pinto-Correia

José Muñoz-Rojas

Descoberta, iniciação à geografia (rural) e principais influências

Nascida e criada na Lisboa metropolitana dos anos 1960 e 1970, filha de pais médicos, Teresa Pinto-Correia enraizou, no entanto, as suas origens familiares no interior rural português. Foi aí que os seus avós viveram e onde ela passou as férias da sua infância (idealizada, como a maioria das memórias de infância tendem a ser). O idílico rural da infância e os primeiros sonhos de se tornar agricultora (que ao longo da vida tentou e conseguiu realizar) direcionaram a sua vocação académica durante o ensino secundário para a Agronomia, vocação que foi desencorajada (facto demasiado comum) por um desanimador programa de química. No Liceu *Français Charles Lapierre*, em Lisboa, onde fez os seus estudos secundários, uma eloquente professora de Geografia ajudou a orientar os seus estudos universitários para uma disciplina ainda interpretada como «não profissional», e que, segundo Whalley (2015) é muito frequentemente percebida como academicamente *em terra de ninguém*, visão claramente contestada pela consideração de Teresa Pinto-Correia acerca da Geografia como uma lente unificadora para compreender e explicar as paisagens e suas dinâmicas complexas.

Uma vez inscrita na Universidade de Lisboa, encontra uma disciplina que no início dos anos 1980 estava ainda à procura do seu próprio lugar, com os geógrafos académicos alternadamente focados no natural (físico) ou no social (humano), nas fações positivistas ou pós-positivistas, e nas abordagens descritivas ou orientadas para a ação, trabalhando de forma independente em seus próprios esforços. Neste contexto complexo e epistemologicamente desafiante, Teresa Pinto-Correia pôde encontrar algumas referências fundamentais em Lisboa, principalmente figuras como **Jorge Gaspar** (que era o único Catedrático de Geografia na época), Diogo Abreu, Lucinda Fonseca, **João Ferrão** ou **Isabel André**, que na época lecionavam aulas apaixonantes e desafiadoras, em grande parte voltadas para as questões urbanas. No entanto, a Geografia Rural, mais modesta e ainda marginalizada, estava também representada no âmbito académico, com o *story-telling* e uma relação mais estreita professor-aluno, cimentando assim um interesse e uma vocação que já existiam.

Após a licenciatura, a vida profissional de geógrafa iniciou-se com um primeiro ano de prática numa secretaria de Estado de planeamento do Governo português, onde os mecanismos da administração pública eram dominantes e nem sempre criavam espaço para o entusiasmo de uma jovem geógrafa recentemente formada. Decidiu-se então Teresa Pinto-Correia por avançar para a formação académica, sob a forma de um Mestrado em Gestão Ambiental na Bélgica. Seguir este curso proporcionou-lhe uma formação básica em ciências e técnicas ambientais e apresentou-a aos então novos desafios globais da sustentabilidade, então na sua maioria escassamente considerados por geógrafos académicos e profissionais portugueses.

Além disso, o curso de mestrado também incluiu módulos, *workshops* e seminários em Ecologia da Paisagem, baseados nos trabalhos seminais de Forman e Godron, que posteriormente, já em 1995 resultaram no livro considerado como uma influência chave por parte de Teresa, baseados no livro seminal de Forman e Godron (1995), e no pensamento sistémico, o que resultou numa experiência reveladora para os desafios apresentados pelas complexidades das interações espaciais nas paisagens e territórios rurais. O trabalho com o supervisor do Mestrado, Claude Feltz, um arquiteto paisagista belga que lidava com o ordenamento territorial com atenção detalhada para todas as dimensões do rural, foi uma aprendizagem crucial. Esta abordagem viria a tornar-se determinante na posterior carreira e abordagem científica desenvolvidas por Teresa Pinto-Correia. Isso levou-a a procurar um doutoramento baseado numa Abordagem da Paisagem na Universidade de Copenhaga, o que provou ser um passo gigantesco do ponto de vista científico. Vale a pena lembrar que nessa altura os geógrafos portugueses se mantinham bastante distanciados das questões ambientais, e estavam mais centrados nos desafios económicos e políticos, porventura rompendo com a tradição ambiental (ainda que regional) inscrita nas obras de Orlando Ribeiro (1945, 1968 [1987]). Apesar do viés urbano na ciência geográfica portuguesa, encontravam-se em Portugal algumas figuras que lideravam abordagens geográficas às paisagens rurais, incluindo Carminda Cavaco, embora não tenha existido uma escola própria de pensamento rural.

No contexto dinamarquês das ciências geográficas e da paisagem, uma figura-chave foi a sua orientadora de doutoramento, Annette Reenberg. Naquela época, na Europa, uma clara diferença podia ser detetada entre a Geografia Agrária e a Geografia Rural. Enquanto a primeira se concentrava numa abordagem de tradição enciclopédica, mais descritiva e erudita, com origem diretamente nas abordagens regionais francesas, na linha iniciada muitas décadas antes por Paul Vidal de la Blache no seu *Tableau de la Géographie de la France* (1903), em contraste, a Geografia Rural era caracterizada como mais claramente analítica e moderna, ligada à intervenção através do ordenamento e gestão do território, e, na Dinamarca, já orientada para a multifuncionalidade, portanto, para além da agricultura e da produção de alimentos. Figuras-chave de referência para Teresa Pinto-Correia nessa época incluíram o geógrafo dinamarquês Jesper Brandt e o arquiteto paisagista orientado para o ordenamento rural Jørgen Primdahl, bem como o biólogo Peter Agger. De um modo geral, a abordagem ao estudo das paisagens rurais, que Teresa Pinto-Correia encontrou na Dinamarca nessa altura, já era interdisciplinar e aberta, com grandes vantagens que incluíam o seu pragmatismo, a abertura e a ausência de hierarquias fortes na acade-

nia, uma ausência que facilitava fortemente a interação entre alunos de doutoramento, investigadores e docentes.

Nesse contexto, surgem alguns conceitos-chave que poderiam ser considerados pontos quentes da geografia rural, tais como: Paisagens Rurais, Multifuncionalidade, Pensamento Sistémico e Processos de Transição, que muitos anos depois seriam articulados num livro que analisa os processos de transição das paisagens rurais contemporâneas europeias (Pinto-Correia *et al.*, 2018). Outra lição importante daquela época diz respeito à solução de problemas que eram considerados comuns em Geografia, pelo menos no contexto da Europa do Norte. Isso pode ter influenciado a menor ênfase dada na investigação de Teresa Pinto-Correia aos aspectos mais teóricos e epistémicos da Geografia.

À data, o foco estava mais em saber como os geógrafos deveriam atuar e não como deveriam pensar. Como resultado, os conceitos-chave aplicados na investigação rural portuguesa surgiram apenas mais tarde, especialmente pela expansão para além dos limites (em grande parte artificiais e contingentes) da Geografia como disciplina académica.

Isso confirma (pelo menos em parte) o carácter marcadamente interdisciplinar da Geografia em geral, e da Geografia Rural em particular, enquadrando-se bem na práxis e na orientação para os resultados que, em grande medida, marcaram as práticas e as ações daí desenvolvidas por Teresa Pinto-Correia.

Em retrospectiva, uma visão de conjunto do percurso de Teresa Pinto-Correia permite elencar múltiplos investigadores e linhas de pensamento que, a partir da Geografia e da ciência das paisagens contribuem para o trabalho e compreensão da sua investigação rural portuguesa (e outras), a começar pelo seu mentor Zev Naveh, que desenvolveu uma linha vanguardista de pensamento e investigações nas décadas de 1980 e 1990, especialmente por intermédio do seu trabalho *Theory and Practice in Landscape Ecology* (Naveh, 1990) e do seu compromisso enquanto cientista engajado com a sociedade, orientado para formar jovens cientistas.

Da mesma forma que o primeiro (embora apenas baseado no seu valor como referência académica, e não em aspectos mais pessoais como Naveh), o trabalho *Land Mosaics* (Forman e Godron, 1995), também ajudou a moldar as abordagens, métodos e conceitos inerentes ao trabalho de investigação de Teresa Pinto-Correia.

Adicionalmente, outros geógrafos e ecólogos paisagistas que se mostraram inspiradores devem ser nomeados, incluindo o paisagista Jorgen Primdahl, da Universidade de Copenhaga (Dinamarca), que contribuiu com a relevância e o impacto das escalas, conceito geográfico chave, cuja relevância se torna evidente ao longo do trabalho de Teresa Pinto-Correia. Igualmente influentes são o britânico Paul Selman e a sua ideia de *place making* (Selman, 2006), que inclui aspectos tão inovadores como a desconexão e a apropriação do uso de recursos territoriais. Por último, o trabalho do geógrafo britânico Terry Marsden que, juntamente com outros geógrafos rurais económicos e sociólogos, geógrafos, economistas e sociólogos rurais como Jan Van der Ploeg (Holanda) e Geoff Wilson (Reino Unido), também se tornou mais recentemente uma inspiração, com as suas teorias de transição (Wilson, 2007) claramente refletidas nas principais publicações de Teresa Pinto-Correia durante a última década, apesar de alguns dos aspectos mais teóricos desenvolvidos por estes

autores serem muito mais intrincados do que a sua inscrição na obra de Teresa Pinto-Correia sugere.

Do ponto de vista prático, alguns outros passos-chave também podem ser identificados como determinantes evidentes do pensamento e da trajetória de Teresa Pinto-Correia, incluindo os trabalhos de início de carreira profissional desenvolvidos para o Ministério da Agricultura, ao longo dos anos 1980.

Uma paisagem rural que vai muito além da Geografia

Uma vez que os limites da Geografia (Rural) se tornam confusos e flexíveis, e os objetivos complexos da sustentabilidade da paisagem rural são reconhecidos, a interdisciplinaridade torna-se um caminho natural para o trabalho de investigação de Teresa Pinto-Correia. As aprendizagens de outras disciplinas mostraram-se altamente enriquecedoras para o seu trabalho académico até então. Sob tal caminho, a ligação com outros académicos e pensadores ligados a muitas outras disciplinas (sociais, naturais, humanísticas e técnicas) torna-se uma necessidade.

Neste contexto, assumem particular relevo áreas como a do Ordenamento do Território orientado para a Arquitetura Paisagista, a Arquitetura e o Paisagismo. *A priori*, a comunicação entre paisagistas e geógrafos parece fácil, dada a coincidente terminologia, estrutura conceptual e até mundividência – a experiência na Dinamarca e na Bélgica foi muito positiva neste aspecto. No entanto, não parecia ser esse o caso no contexto português, onde os Arquitetos Paisagistas que Teresa Pinto-Correia encontrou eram mais orientados para o *design* e muito menos analíticos.

A comunicação e as ações conjuntas com outros geógrafos pareciam evidentes. No entanto, o referido enfoque urbano dominante na academia geográfica portuguesa do século XX (incluindo na Geografia Aplicada e na prática do Ordenamento do Território e do Urbanismo) tornava menos evidente para um perito rural o compromisso de um trabalho conjunto, apesar da terminologia e das estruturas conceptuais poderem parecer coincidentes *a priori*.

Uma outra ligação interdisciplinar a ser explorada relaciona-se com o campo da agronomia e engenharia agrícola. No caso dos engenheiros agrónomos, a comunicação com cientistas paisagistas e rurais tem-se mostrado geralmente frutífera, embora não isenta de desafios, já que os primeiros raramente se interessam por escalas territoriais e paisagísticas e abordagens espaciais e integrativas, estando muito mais frequentemente focados em trabalhos e investigações parcelares ou à escala da exploração agrícola. Isso pode ser considerado um indicador das dificuldades para estabelecer pontes entre abordagens horizontais (integradoras) e verticais (especializadas) ao solo e seu uso. Um quarto caminho interdisciplinar foi a ligação com Engenheiros Florestais. As barreiras encontradas no trabalho comum com agrónomos não se mostraram tão difíceis na definição de empreendimentos comuns com especialistas em floresta, estando estes, habitualmente, mais focados no pensamento e em abordagens sistémicas, dinâmicas de longo prazo e padrões espaciais mais abrangentes do que a exploração, mobilizando frequentemente a Ecologia da Paisagem nas suas abordagens de investigação

Cruzar as linhas disciplinares das humanidades tem sido por vezes desafiador para Teresa Pinto-Correia, motivada pela redefinição do objeto de investigação, a par do carácter discursivo de disciplinas humanistas como a Psicologia, a Filosofia e os Estudos Culturais. O foco nos indivíduos e suas mentalidades, ou a ausência de abordagens empíricas, tornou o aprofundamento da colaboração limitado. No entanto, existem outras disciplinas sociais onde os vínculos foram muito mais fáceis de estabelecer, como a Antropologia Rural e a Sociologia Rural.

A economia e os economistas também foram um aliado natural, embora algumas diferenças pareçam existir entre macro- e micro-, com os primeiros adaptando-se muito melhor às abordagens territoriais e de paisagem posteriormente exploradas e aplicadas. Neste sentido, lições interessantes foram aprendidas ao longo do tempo no trabalho com macroeconomistas, principalmente em termos de processos. Isso pode estar relacionado com o foco em grupos de pessoas e não em indivíduos. Complementarmente, em Portugal, as colaborações com especialistas das ciências políticas não foram fáceis de forjar, embora constituindo sempre momentos de aprendizagem, devido ao enfoque das políticas públicas na análise dos fatores de mudança no uso do solo e na mudança paisagística, no trabalho desenvolvido por Teresa Pinto-Correia.

Finalmente, algumas ligações importantes e colaborações frutíferas foram estabelecidas com outros especialistas, incluindo agrimensores, especialmente na Dinamarca, onde estes atuam na tomada de decisões e gestão relacionadas com a terra.

Uma lição importante aprendida está relacionada com a importância de misturar (e até de transgredir) disciplinas e seus limites. Conflitos de mentalidades podem ser claramente detetados entre cientistas sociais que buscam mudanças de comportamento à escala micro- e outros que buscam desenvolver classificações e agrupamentos, adotando uma visão mais macro-.

Daqui decorre a questão de saber se o facto de que os geógrafos não contribuem tanto para a construção de novas teorias quanto outros cientistas sociais (por exemplo, antropólogos e sociólogos) constitui um problema real, bem como, se um ponto de vista epistémico, mais forte está em falta na geografia rural. Apesar das dúvidas, também fica claro que existem certos conceitos de natureza geográfica que são intrinsecamente valiosos para o estudo de territórios rurais, incluindo os de escala, lugar, território e sistemas, todos centrais para o trabalho científico de Teresa Pinto-Correia. Acresce o foco nas paisagens mediterrânicas e nas suas características contingentes e únicas (por exemplo, hibridismo e multifuncionalidade na agricultura), amplamente influenciadas pelo professor israelita Zev Naveh. Mais recentemente outros, incluindo Egon Noe (Dinamarca) e Gianluca Brunori (Itália), influenciaram também a obra de Teresa Pinto-Correia através de abordagens relacionadas com a sociologia rural (no caso do primeiro) e os sistemas alimentares (no último).

Uma inovação fundamental nas tarefas de investigação desenvolvidas por Teresa Pinto-Correia assenta na avaliação e descrição da dinâmica da paisagem rural no contexto europeu (Pinto-Correia *et al.*, 2018) e mediterrânico, incidindo sobre Portugal (Pinto-Correia, 2021). Nesse contexto, onde ainda subsiste um modelo híbrido e multifuncional de agricultura com muitos atributos de sustentabilidade, podem encontrar-se os chamados sistemas de Agricultura de Alto Valor Natural (*HNV*-

Farming Systems), que ajudam fortemente a conciliar a conservação da natureza e a produção de alimentos, além de englobar muitos outros valores, funções e serviços, culturais e naturais (Ferraz de Oliveira *et al.*, 2016). É o caso, em particular, dos sistemas agro-silvo-pastoris, como o Montado, que têm sido objeto de estudo por parte de Teresa Pinto-Correia desde o seu doutoramento, com uma aposta crescente na produção de resultados científicos que apoiem a gestão sustentável do Montado (Pinto-Correia, 1993; Pinto-Correia e Mascarenhas, 1999; Pinto-Correia *et al.*, 2021). Esta conciliação da produção agrícola e florestal com outras funções da paisagem rural (Pinto-Correia e Breman, 2009; Pinto-Correia e Kristensen, 2013; Pinto-Correia *et al.*, 2016; Simoncini *et al.*, 2009) é consistente com o modelo tradicional de partilha de terras do Mediterrâneo que, em oposição estrita aos mosaicos de uso do solo de tipo *Land Sparing* ainda prevaletentes na Europa do Norte e Central, contribui para fazer avançar o debate entre sustentabilidade suave e forte. O dito modelo de paisagem rural mediterrânea está fortemente alinhado com a ideia de multifuncionalidade paisagística, que consubstancia grande parte do trabalho científico de Teresa Pinto-Correia e que é uma pedra angular do seu contributo para as ciências geográficas rurais.

Consistente com sua trajetória profissional é também o seu reconhecimento do papel fundamental desempenhado pela governança e pela gestão fundiária na formação de paisagens rurais por meio das atividades agrícolas, e como isto é cada vez mais relevante para estudar e compreender as dinâmicas de mudança, num contexto no qual outros atores e atividades além dos agricultores e da agricultura fazem parte das comunidades rurais, e têm um papel chave nas paisagens rurais (Primdahl *et al.*, 2020). Isto contrasta com a visão dos geógrafos regionais clássicos, segundo a qual é o ordenamento de cima para baixo por meio da intervenção governativa sobre o espaço e os usos do solo que molda em grande parte a governança das paisagens rurais. Na opinião de Teresa Pinto-Correia, estas abordagens clássicas de ordenamento territorial (como o zonamento do uso do solo com base nas prescrições de políticas públicas e legislativas) falham em abranger totalmente o complexo conjunto de forças motrizes que moldam as mudanças da paisagem no contexto rural, principalmente por ignorarem a relevância da tomada de decisão, em grande parte de baixo para cima, ao nível da exploração agrícola (Pinto-Correia *et al.*, 2006).

Sob esse ponto de vista, a procura de funções públicas e privadas (e serviços relacionados) por parte da agricultura fica desfasada, revelando-se incapaz de resolver muitos dos desafios enfrentados nas paisagens e territórios rurais (Pedroli *et al.*, 2016). Na realidade, o problema do ordenamento em áreas rurais decorre do facto de que o ordenamento do território é simultaneamente uma política pública, uma prática operacional e uma disciplina científica, ainda que enviesado em relação à sua função administrativa, dificultando o seu potencial de impacto real em paisagens rurais. Em resposta, a abordagem de Teresa Pinto-Correia tem vindo a orientar-se gradualmente para a gestão integrativa do território (Pinto-Correia e Kristensen, 2013), que considera ser uma base mais realista para gestão integrativa do território impulsionar a mudança do solo no sentido de uma maior sustentabilidade e resiliência. Isto influenciou a sua abordagem em relação à tomada de decisão, evitando simplesmente desenhar linhas em mapas, abordagem de ordenamento clássica que se compatibiliza mal

com as aspirações e objetivos de tomada de decisão no terreno e que, portanto, tem sido denunciada como reducionista por uma série de geógrafos críticos.

Os paradigmas de trabalho abrangidos pela obra de Teresa Pinto-Correia relacionam-se com o facto de o ordenamento do território poder ser uma prática mais útil para melhor compreender as estruturas territoriais do que para ajudar a desvendar processos e dinâmicas socioecológicas complexas, forças predominantes que impulsionam as mudanças rurais (Pedroli *et al.*, 2006). Em última instância, nesta visão das paisagens rurais, o conhecimento científico (e, neste caso, o conhecimento geográfico) precisa mostrar-se útil para melhorar a eficiência na tomada de decisões com base territorial integrada.

Outra questão fundamental para a qual a investigação desenvolvida por Teresa Pinto-Correia tem contribuído significativamente para o conhecimento atual é o abandono de espaços rurais no Mediterrâneo. Este é um desafio socioecológico e socioterritorial complexo que abrange vários níveis e escalas (Pedroli *et al.*, 2016; Pinto-Correia *et al.*, 2018).

Apesar da natureza orientada para a ação da sua investigação, o desenvolvimento da teoria também é crítico para o desenvolvimento para a definição e implementação de novos caminhos e soluções para desafios complexos. Isto pode ser exemplificado pela distinção feita entre territórios e paisagens rurais (multi-funcionais) e agrícolas (mono-funcionais). Além disso, a abordagem científica de Teresa Pinto-Correia também está alinhada com a ciência aplicada, participativa e transdisciplinar (ciência modo 2), que pode ser observada nas suas publicações científicas (Pedroli *et al.*, 2016; Pinto-Correia *et al.*, 2006, 2016; Primdahl *et al.*, 2020; Simoncini *et al.*, 2009). Trata-se de uma abordagem sob a qual diferentes formas de conhecimento são reconhecidas, a ciência é co-construída por múltiplos atores e é necessária flexibilidade para mudar e adaptar métodos para lidar com circunstâncias mutáveis e necessidades associadas.

Torna-se claro que a ciência rural desenvolvida por Teresa Pinto-Correia pode ser resumida como um esforço interdisciplinar, multifuncional, orientado para a ação, socialmente relevante e flexível, que não carece de uma panóplia de influências mundiais, e que resultou num conjunto de resultados relevantes.

No que diz respeito à sua produção científica, é preciso destacar em primeiro lugar como esta se espraia por quase três décadas, e se materializa em mais de 100 artigos científicos, três livros e uma ampla série de capítulos, conferências, relatórios, projetos, entre outras funções editoriais e institucionais, inclusive a Presidência da Associação Internacional de Ecologia da Paisagem-Europa, entre 2013 (até o ano 2019 ICAAM, e atualmente MED) e 2017, e do Instituto Mediterrâneo de Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Évora (2015-atualmente). No entanto, algumas destas obras podem ser consideradas marcos do seu trabalho e tornaram-se uma leitura obrigatória para quem quer saber mais sobre as paisagens rurais mediterrânicas (e portuguesas, em particular).

O primeiro destes marcos é o artigo *Threatened landscape in Alentejo, Portugal: the “montado” and other “agro-silvo-pastoral” systems* (Pinto-Correia, 1993) em que, pela primeira vez, descreveu o Montado (e paisagens híbridas mediterrâneas relacionadas) como um sistema complexo, modificando a nossa compreensão das paisagens rurais mediterrânicas para além de seu foco tradicional voltado para a pro-

dução agrícola. Este artigo pode ter gerado uma mudança de paradigma, tendo sido originalmente uma resultante das múltiplas discussões com Zev Naveh.

Em segundo lugar, e após um intervalo de 20 anos em que muitos outros resultados foram produzidos e o conhecimento ampliado, vem o segundo desses trampolins científicos, através do artigo *Linking research to practice: The landscape as the basis for integrating social and ecological perspectives of the rural* (Pinto-Correia e Kristensen, 2013), no qual procurou levar a investigação da paisagem rural à prática, considerando as paisagens como sistemas sócio-ecológicos integrados, com base nos trabalhos pioneiros de outros, incluindo Paul Selman (2006), e reafirmando empiricamente a hipótese de que «as paisagens realmente importam».

Já em 2018, o livro editado em conjunto com Bas Pedroli (Wageningen Universiteit, Holanda) e Jorgen Primdahl (Univ. Copenhaga, Dinamarca) – *European Landscapes in Transition: Implications for Policy and Practice* – em que as complexas trajetórias de mudança em curso nas paisagens europeias contemporâneas foram descritas. Mais recentemente, foi publicado um outro livro – *Governance for Mediterranean Silvo-Pastoral Systems: Lessons from the Iberian Dehesas and Montados* (Pinto-Correia et al., 2021) – focado na governança rural em sistemas silvo-pastorais da Península Ibérica, sendo revisitadas, analisadas e propostas novas oportunidades de governança adaptadas às exigências atuais, mobilizando muito do compromisso de Teresa Pinto-Correia com a gestão sustentável de tais sistemas e com a contribuição da academia para as mudanças de paradigma exigidas na gestão do território rural.

Una paixão pelo rural mais além da ciência

Para completar este perfil profissional e pessoal de Teresa Pinto-Correia, é imprescindível lembrar a orientação eminentemente prática e ligada à ação da abordagem científica e geográfica em que esta autora se formou. A Geografia é, portanto, considerada por ela como uma arma intelectual, mas também operacional, para resolver problemas e desafios do mundo real. Neste sentido, as preocupações com a sustentabilidade do mundo rural que marcam a investigação de Teresa Pinto-Correia têm-se desenvolvido simultaneamente com a implementação de múltiplas iniciativas para fazer face aos desafios que as paisagens rurais enfrentam no século XXI. Neste sentido, e ao longo dos últimos 20 anos, a atuação de Teresa Pinto-Correia tem-se centrado na inclusão e consideração dos diferentes atores que atuam no meio rural para uma construção conjunta de soluções territoriais inovadoras, sempre com a paisagem rural alentejana em foco. O objetivo final deste trabalho tem sido o de gerar espaços de encontro e de troca de informações, opiniões e consensos, entre representantes de diferentes interesses, legítimos, embora com excessiva frequência antagónicos.

Como resultado, surgiram muitas iniciativas de trabalho conjunto entre ciência e prática, entre elas as Tertúlias do Montado (<http://tertuliasdomontado.blogspot.com/>), coordenadas por Helena Guimarães, investigadora integrada na equipa de trabalho no LABscape liderado por Teresa Pinto-Correia (<http://www.labscape.uevora.pt/pt/>). Este fórum representa a institucionalização de uma colaboração com agentes-chave na gestão do Montado, concretizada através de um processo de criação de

confiança mútua, que precisa de uma estratégia contínua a longo prazo e de um posicionamento diário de investigadores no âmbito local.

Outro exemplo de fórum para a implementação da ciência aplicada à ação através de iniciativas locais e regionais é o Grupo de Trabalho Km0 do Alentejo (<https://www.km0alentejo.pt/>), que teve início com um projeto-piloto no concelho de Montemor-o-Novo e através do qual têm sido canalizadas uma série de possibilidades e alternativas de comercialização para os pequenos agricultores e produtores locais, baseadas em circuitos-curtos e prémios de qualidade, resultando numa mudança de paradigma relativamente ao valor dos circuitos e produtos alimentares de qualidade. É precisamente este o tipo de aplicação prática em que a conjugação da ciência e da ação social praticadas por Teresa Pinto-Correia dá resultados tangíveis na melhoria das condições de vida das populações rurais e locais, sempre numa perspetiva de reflexão focada no território.

A par destes fóruns, importa destacar a participação da Teresa Pinto-Correia noutras comissões consultivas técnicas de nível local, regional e europeu, destacando-se atualmente o Conselho de Missão Europeu de Saúde dos Solos de que é vice-Presidente. Esta linha de ação tem tido um enorme impacto nos meios de comunicação nacionais e internacionais, destacando-se aqui as últimas notícias publicadas no *Expresso* (p. ex. Pinto-Correia *et al.*, 2020¹⁰⁷, 2021¹⁰⁸) em que se advogam novos modelos alternativos de gestão e governança do território e da paisagem rural para melhorar a sustentabilidade da agricultura alentejana.

Bibliografia fundamental

- Ferraz-de-Oliveira M I, Azeda C, Pinto-Correia T (2016) Management of Montados and Dehesas for High Nature Value: an interdisciplinary pathway. *Agroforestry Systems*, 90: 1-6.
- Pedroli B, Pinto-Correia T, Cornish P (2006) Landscape – What’s in it? Trends in European Landscape Science and Priority Themes for Concerted Research. *Landscape Ecol*, 21: 421-430.
- Pedroli B, Pinto-Correia T, Primdahl J (2016) Challenges for a shared European countryside of uncertain future. Towards a modern community-based landscape perspective. *Landscape Research*, 41(4): 450-460.
- Pinto-Correia T (1993) Threatened landscape in Alentejo, Portugal: the “montado” and other “agro-silvo-pastoral” systems. *Landscape and Urban Planning*, 24(1-4): 43-48.
- Pinto-Correia T (2021) Geographies of the South. The Study of the Rural Landscape in Portugal: Southern Unicity in Patterns and Changing Functions. In R C Lois-González (eds.) *Geographies of Mediterranean Europe*. Cham, Springer: 145-165.
- Pinto-Correia T, Breman B (2009) New roles for farming in a differentiated countryside: the Portuguese example. *Regional Environmental Change*, 9: 143-152.
- Pinto-Correia T, Guimarães M H, Moreno G, Acosta-Naranjo R (eds.) (2021) *Governance for Mediterranean Silvo-Pastoral Systems: Lessons from the Iberian Dehesas and Montados*. London, Routledge.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2020-07-21-Sustentabilidade-da-agricultura-no-Alentejo-em-risco>.

¹⁰⁸ Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2021-08-17-A-paisagem-para-alem-dos-incendios-quem-e-responsavel--278bf53b>.

- Pinto-Correia T, Guiomar N, Guerra C A, Carvalho-Ribeiro S (2016) Assessing the ability of rural areas to fulfil multiple societal demands. *Land Use Policy*, 53: 86-96.
- Pinto-Correia T, Gustavsson R, Pirnat J (2006) Bridging the Gap between Centrally Defined Policies and Local Decisions – Towards more Sensitive and Creative Rural Landscape Management. *Landscape Ecology*, 21: 333-346.
- Pinto-Correia T, Kristensen L (2013) Linking research to practice: The landscape as the basis for integrating social and ecological perspectives of the rural. *Landscape and Urban Planning*, 120: 248-256.
- Pinto-Correia T, Mascarenhas J (1999) Contribution to the extensification/intensification debate: new trends in the Portuguese montado. *Landscape and Urban Planning*, 46(1-3): 125-131.
- Pinto-Correia T, Primdahl J, Pedroli B (eds.) (2018) *European Landscapes in Transition. Implications for Policy and Practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Primdahl J, Eetvelde V, Pinto-Correia T (2020) Rural Landscapes – Challenges and Solutions to Landscape Governance. *Land*, 9(12): 521.
- Simoncini R, De Groot R, Pinto-Correia T (2009) An integrated approach to assess options for multi-functional use of rural areas: special issue «Regional Environmental Change». *Regional Environmental Change*, 9: 139-141.

Referências secundárias

- Forman R T T, Godron M (1995) *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Region*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Naveh Z (1990) *Landscape Ecology. Theory and Application*. Cham, Springer Series on Environmental Management.
- Ribeiro O (1945) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra, Coimbra Editora.
- Ribeiro O (1968 [1987]) *Mediterrâneo. Ambiente e Tradição*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Selman P (2006) *Planning at the Landscape Scale*. London, Routledge.
- Vidal de la Blache P (1903) *Tableau de la Géographie de la France*. Paris, Tasble Ronde.
- Whalley W B (2015) What should a (Geography) degree for the 21st century be like? *Planet*, 19(1): 36-41.
- Wilson G A (2007) *Multifunctional agriculture: a transition theory perspective*. New York (Oxford University Press) and Wallingford (CAB International).

37. Teresa Sá Marques

Paula Guerra

A edificação singular de cartografias reticulares

Teresa Sá Marques está indelevelmente associada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde os anos 1980 onde começou a sua carreira como estudante de geografia. Hoje, Teresa é Professora Associada do Departamento de Geografia dessa mesma Faculdade. Neste arco temporal até ao presente, Teresa Sá Marques coordenou o Departamento de Geografia e o Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território; lecionou uma pluralidade de unidades curriculares; e criou um grupo de investigação orgânico e transdisciplinar na área do planeamento associado à escola da geografia do Porto¹⁰⁹. Para que os leitores tenham plena consciência da dificuldade da minha tarefa: esta é só uma síntese possível da sua transbordante biografia. Continuemos esta viagem pelos seus territórios, pelas suas temáticas-âncora.

Na trajetória de Teresa Sá Marques, os estudos sobre o sistema urbano português (Marques, 1998, 1999) marcam a sua carreira desde os anos oitenta do século XX: primeiro, o papel das cidades médias na organização do território português e a importância dos centros urbanos complementares na estruturação da proximidade, geográfica e relacional, tanto nos territórios densos como nos de baixa densidade (Ribeiro, 1945); depois, a conceção dos sistemas urbanos regionais para os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), possibilitando integrar as diferentes abordagens e progredir em matéria de políticas públicas regionais; por fim, a estruturação do sistema urbano a nível nacional no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT). Nesta trajetória, **João Ferrão**, **Jorge Gaspar** e **Teresa Barata Salgueiro** abriram as portas para uma série de inspirações, aos quais se juntaram sobretudo François Ascher, Eduard Soja, Jane Jacobs, Denise Pumain e Peter Hall. Neste percurso, os processos de urbanização e o policentrismo urbano foram a eleição (Ascher, 1998; Soja, 1993; Davoudi, 2003), onde destacamos, nos

¹⁰⁹ Para uma consulta pormenorizada do curriculum de Teresa Sá Marques, ver <https://orcid.org/0000-0001-8943-6879>.

anos 2002-2003, os projetos financiados pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Urbanismo (Marques, 2002); nos anos 2008-2009, os estudos em torno dos sistemas urbanos regionais no âmbito dos Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo, do Oeste e do Vale do Tejo, do Centro e do Norte (Marques, 2008); e nos anos 2017-2019, a proposta de sistema urbano enquadrada no Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT, Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro). É no estudo do sistema urbano e no desenvolvimento de uma proposta urbana policêntrica que situamos a grande pedra de toque da carreira da pensadora (ver Christaller, 1966), num passo decisivo em direção a uma leitura político-interventiva no Portugal contemporâneo. Neste ensejo, a abordagem do sistema urbano como uma estrutura polinucleada reticular é crucial nesta pensadora (Marques, 2015, 2016; Marques *et al.*, 2014).

Prossigamos a examinar as temáticas-âncora de Teresa onde o ordenamento do território também se prefigura central. E aqui foram determinantes duas influências inspiradoras: primeiro, o pensamento de **Nuno Portas** e suas abordagens ao «ordenamento do disperso» (Domingues *et al.*, 2007); e a perspetiva de **João Ferrão** em torno dos 25 anos de aprendizagem no ordenamento do território. Ambas as perspetivas se têm corporizado nos trabalhos de Teresa Sá Marques influenciando as suas abordagens pluri-transdisciplinares, num cruzamento singular de saberes, de competências e de conhecimentos. Tal espelha-se na sua tese de doutoramento (Marques, 2004), nos *outputs* produzidos no âmbito dos programas regionais de ordenamento, nomeadamente no Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, entre muitos outros, e recentemente no PNPOT, procurando explicitar uma abordagem integrada, seguindo uma matriz lógica transdisciplinar.

Também é longo o percurso que Teresa Sá Marques interpreteu na sua atividade pedagógica e investigativa em torno da geografia económica e social – dando espaço para anunciarmos aqui a sua terceira temática-âncora. Este caminho inicia-se com a dissertação de mestrado (ver Marques, 1988), focada nos sistemas produtivos locais, dedicada aos processos de subcontratação na indústria têxtil do Vale do Ave, seguindo nomeadamente Beccatini (1991) e Michael Storper (1997). Sempre preocupada com os territórios e suas metamorfoses, Teresa dedica-se aos aspetos relacionais da geografia económica e das redes nas diversas escalas (Marques *et al.*, 2020), e nesta esfera discorre sobre os impactos ambientais, sociais, culturais, políticos e económicos da produção que complexificam a geografia da inovação nos sistemas territoriais (Asheim, 2003). O argumento central é que as cidades funcionam não apenas como sistemas económicos aglomerados espacialmente, mas também como arenas de interação social e económica (Jacobs, 1992), redes localizadas de instituições formais e informais e locais de ação e de intervenção política, acuando a diferentes escalas: assim a inovação económica e recentemente as economias do bem-estar são centrais na sua reflexão territorial.

A sua abordagem-âncora propriamente na geografia, ou melhor, a sua paixão, situa-se na cartografia – inclusivamente simbólica (Santos *et al.*, 2014a). Propriamente no exercício reflexivo e comunicativo a que os mapas obrigam – nas palavras da própria – «adoro o exercício das cores, de as conjugar na construção dos cartogramas. Tenho as «minhas» cores, faço e refaço, e vou observando e melhorando para

torná-los mais comunicativos. Demoro imenso tempo a construí-los e faço-os sempre em equipa». Aqui as suas propostas são originais, marcantes e comunicativas, dando um importante contributo para a nossa cultura territorial, contrariando visões segmentadas e retratando e recriando a diversidade geográfica.

Se até agora abordamos a biografia e trajetória de Teresa Sá Marques em torno de temáticas-âncora, aproxima-se o momento de delinear um perfil matizado por tendências (modos de fazer e de ser). O trabalho desenvolvido por Teresa é pautado por uma forte rede de parcerias, de contactos e de colaborações: bem demonstrativo da sua vontade de combater o conhecimento solipsístico que por vezes impera na academia e na sociedade. Logo, esta pensadora é o ponto de convergência de conhecimentos diversos, mas também agregadora e potenciadora de relações científicas, institucionais e interpessoais. Estamos perante uma investigadora completa (total) – quase à maneira Renascentista – do ponto de vista científico, no sentido em que não se assume como sendo unidimensional, estando numa constante busca pelo conhecimento nas mais diferentes áreas da geografia enquanto disciplina, mas outrossim de disciplinas correlatas. Trata-se de alguém que não se cinge à teoria ou à empiria, mas que procura concertar ambos os eixos, numa tentativa de contribuir (e prospectar) os avanços da disciplina na qual se insere.

Se os sistemas urbanos e o ordenamento do território são algumas das temáticas-âncora da pensadora, então, a partilha, a inclusão e a procura incessantes são as competências que a Teresa tem tido (procurado) para as investigar (ver Ferrão e Marques, 2005). Quando estas duas esferas se combinam – as temáticas-âncora e as competências (tendências) – obtemos uma das principais características dos seus trabalhos: a inovação (Marques *et al.*, 2015). A inovação encontra-se plasmada na forma como investiga, mas outrossim na forma como comunica os resultados e expõe as suas dúvidas. Paralelamente, a sua faceta inovadora parte da base geográfica que, frequentemente, é combinada com outras áreas de conhecimento, tais como a economia, a sociologia, a engenharia, o *design*, a arquitetura ou mesmo com as ciências naturais e/ou exatas. Com efeito, podemos afirmar estar perante uma abordagem que pretende compreender o território na sua plenitude, e nas suas variadas fações e determinações, ou seja, assume-se como imperativa a necessidade de perceber a importância dos ecossistemas e todas as componentes territoriais, nas escalas macro-, meso- e micro-.

Outra matização indelével da persona Teresa Sá Marques associa-se à pedagogia. Ao ser pedagoga ou pedagógica nos seus trabalhos, Teresa possui a capacidade de atrair os olhares, o que se manifesta numa capacidade de tornar acessível aquilo que por vezes é complicado, tornando a informação inteligível (Marques *et al.*, 2018, 2020). Concomitantemente, esta inteligibilidade não pressupõe um sacrifício do ponto de vista científico ou técnico. Além disso, quer da perspectiva científica, quer da perspectiva pedagógica, Teresa destaca-se por ser mulher num campo académico ainda profundamente dominado por uma hierarquia masculina, aspeto esse que ela conseguiu ultrapassar, principalmente pelo facto de ter já assumido a liderança – em posições de gestão universitária e em vários projetos científicos – sempre marcada por uma pedagogia do sensível à la Rancière (2009). O que equivale a dizer que esta pensadora empreende uma compreensão intensiva do real que a rodeia, identificando

finamente a origem e o destino das pessoas e das coisas. Esta sensibilidade também se encontra presente na utilização de novas ferramentas, métodos e abordagens junto dos seus estudantes. O ensino também se assume como um ponto chave pois, ao partilhar conhecimento, está a incentivar o surgimento de futuros pensadores, mas está também a absorver conhecimento que, posteriormente, é canalizado na execução de abordagens inovadoras no campo científico. Isto catapulta-nos evidentemente para a criatividade de Teresa, algo que se corporiza em espaços simbólicos múltiplos, vivenciados e partilhados, dentro e fora do meio académico. Esta combinação de abordagens, de olhares e de perspetivas – como enunciámos – tornam Teresa Sá Marques numa professora e investigadora *outlier*, porque não a podemos enquadrar apenas num papel, num desígnio ou num campo de ação. É esta atipicidade que faz com que Teresa marque a diferença no seu campo disciplinar (e não só) multiplicando (e transmutando) tempos, espaços, lugares e territórios.

Contributos indelévels para uma geografia das quimeras

Propomos, nesta seção, prosseguir este traçado do perfil de Teresa Sá Marques, destacando os seus principais contributos para o avanço do conhecimento. Como refere Daniel Innerarity (2010), que é uma importante influência no trabalho de Teresa Sá Marques, uma das principais características dos territórios e daqueles que os estudam, reside na capacidade de cada um de organizar, refletir, experienciar e reconhecer a sua subjetividade. Teresa guia-se por estes eixos, especialmente pelo facto de ser uma investigadora que não pensa os problemas a uma só escala, mas sim procurando integrar múltiplas escalas e a partir de vários prismas. Com efeito, esta espécie de geografia das quimeras que Teresa Sá Marques criou diz respeito à visão multidimensional acerca da sociedade e dos territórios, enfim, ao seu olhar poliédrico. Nesta pensadora, tão depressa encontramos uma leitura à escala internacional – por exemplo o projeto «Sistema Urbano no contexto Ibérico e Europeu» ou «Procesos urbanos funcionales en Iberia» (Giménez *et al.*, 2020) –, como uma leitura à escala regional – como é exemplificativo o projeto «Região Metropolitana de Lisboa – Sistemas Territoriais e Redes de Colaboração Institucional» (2014) – ou ainda, leituras a uma escala local ou micro, de que é emblemático o projeto «Bairro de Lagarteiro» inserido na Iniciativa Bairros Críticos (Marques, 2007), programa-piloto lançado pela administração central para a regeneração de áreas urbanas prioritárias ou ainda o «Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e de Inovação Social do Porto e a Estratégia de Intervenção Integrada para o Cerco do Porto», em 2017. Cada um destes projetos veio abrir novos campos de possibilidades à geografia, mas também às estruturas e atores institucionais responsáveis pela tomada de decisões. Revindo à temática da inovação, cotejámos mais uma materialização da mesma: a sua capacidade de adaptação às diversas escalas de análise e intervenção territorial. Em brevíssimo, a coordenação de Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), os contributos no âmbito dos planos diretores municipais (nomeadamente para o PDM do Porto), a coordenação de projetos de reabilitação urbana (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano) ou de programas de qualificação urbana e intervenção

social (Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas), revelam isso mesmo: adaptabilidade, inovação, excelência na investigação e na reflexão da intervenção e capacidade de comunicação do território nas suas mais diferentes escalas.

No caso concreto do Noroeste, a sua circunstância policêntrica resulta «da conectividade conferida pelos sistemas de redes, isto é, pelo conjunto de articulações e interações em que cada nó participa» (Marques *et al.*, 2014: 39). Neste território reticular «participam os nós de comércio e serviços da cidade antiga e da cidade contemporânea.» Podemos aventar que «são nós com maiores ou menores dimensões, funcionalmente singulares ou heterogéneos (aglomerando uma ou várias funções), megaestruturas terciárias-logísticas, centros de comércio de grande escala, parques empresariais, grandes empresas nacionais ou multinacionais, conjuntos de equipamentos públicos (instituições universitárias, hospitais e instalações de saúde, «cidades da justiça», etc.), grandes parques urbanos, centros intermodais de transportes, etc.». Todos estes nós, configuram «centralidades diferenciadas numa rede de fluxos e relações de geometria variável no contexto de um território fortemente interdependente» (Marques *et al.*, 2014: 41). Sobretudo, a identificação de redes de produção, redes de consumo e redes pessoais no funcionamento deste sistema urbano policêntrico foi um passo decisivo para o avanço de conhecimento geográfico.

Forçosamente que estamos em condições de referir que a presença de um pensamento reflexivo e intervencionista nos trabalhos de Teresa é um dos seus maiores contributos para a sua disciplina; pensamento que se foca na identificação dos principais problemas no território, ao passo que vai tecendo – e fomentado – leituras articuladas, com vista à aplicação e à implementação de processos de mudança social alargados. Enfim, um pensamento que relaciona dialogicamente o conhecimento à ação. Dois trabalhos charneira são os projetos acerca dos círculos uninominais: a «Proposta de divisão dos círculos eleitorais parciais em círculos uninominais de candidatura» em 1998 e a «Revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República: estudos de delimitação de círculos uninominais de candidatura» em 1999. O facto de trabalhar o território e os fenómenos sociais em diversas escalas faz com que o trabalho de Teresa Sá Marques se pautе por uma crescente componente evolutiva, no sentido em que pretende dar conta – de forma diacrónica e sincrónica – da complexidade social, económica e ambiental inerente aos desafios estruturais e às novas problemáticas que têm vindo a afirmar-se no panorama global, europeu e nacional (Santos *et al.*, 2014b). Efetivamente, é de destacar que, mesmo dentro do seu campo disciplinar, Teresa não se debruça apenas numa só temática, mas antes sobre várias: as alterações climáticas e os novos desafios sócio-ambientais, a perda demográfica, a coesão social e a justiça espacial, o crescimento inteligente, a geografia da inovação económica dirigida à saúde humana, a transição verde e as energias marinhas, a intensificação das desigualdades sociais e os impactos espaciais. Os projetos de investigação mais recentes são bem ilustrativos: Teresa Sá Marques coordena o projeto «Interações de inovação *Bench-bedside, Bedside-bench*: abordagem geográfica multinível das redes centradas no papel dos hospitais (2018-2022) e participa enquanto investigadora nos projetos «O Potencial transformador das tecnologias energéticas oceânicas» (2018-2022) e «*Towards safer and attractive cities: crime and violence prevention through smart planning and artistic resistance*» (2018-2022).

Na verdade, Teresa encontra-se em busca de respostas face à complexidade das incertezas e riscos que sobrevoam os territórios e as sociedades. Os seus trabalhos, nesse sentido, têm contribuído para o avanço da geografia enquanto ciência, como também tiveram impactos noutras ciências sociais, tais como a sociologia, entre outras. São importantes as suas reflexões recentes acerca dos impactos da crise económica-social (Marques e Matos, 2016) e sanitária (Marques *et al.*, 2020), que não se restringem a uma análise de indicadores estatísticos, tendo ido mais além e apresentado uma reflexão sobre as políticas sociais implementadas pelo governo português nos últimos anos. Importa, também, estabelecer uma ligação entre a produção científica de Teresa e a questão das escalas com as quais trabalha, bem como com as temáticas abrangentes. Nesse sentido, Teresa tem contribuído com investigação na área do «Policentrismo urbano, conhecimento e dinâmicas de inovação» (2010-14) e no desenvolvimento metropolitano integrado (Marques e Queirós, 2017).

Os trabalhos e as preocupações científicas de Teresa gravitam em torno de uma procura por uma agenda transformadora dos sistemas urbanos, no sentido em que pressupõem novos e inovadores sistemas de planeamento urbano, que rompam com as tradições, e que deem resposta às rápidas mudanças e exigências que afetam o território português. Mais ainda, a defesa da proliferação de debates críticos que questionam os atuais procedimentos económicos, sociais e políticos, ao mesmo tempo que promovem novas linhas programáticas e interventivas, são exigências da Teresa para uma ciência que se quer cidadã, pública, comunitária e reticular.

A disposição da cidadania em múltiplos lugares

A política sempre pretendeu ser o lugar privilegiado para tornar visível o público e o comum. Nas sociedades democráticas, a capacidade da política para articular o espaço público resultava do processo da representação, mediante o qual se dá forma política às opiniões, identidades e interesses (Innerarity, 2010).

Se na secção anterior nos pronunciávamos acerca da importância das escalas e da promoção de debates críticos: aqui, não podemos não fazer um paralelismo com a participação no espaço público político, ou no exercício do planeamento como prática para saber e para agir. A precoce ligação de Teresa ao campo político veio da necessidade de prever e contribuir para a mudança efetiva, ou seja, os seus trabalhos – como temos destacado – possuem uma intervenção, direcionada para a população e que, por sua vez, também revelam um posicionamento de Teresa enquanto cidadã. Aliás, todos os projetos de domínio científico e aplicado que temos enunciado, detêm e revelam uma vontade e um interesse em participar no desenvolvimento das comunidades, seja das comunidades locais seja da comunidade nacional, no âmbito da formulação de políticas públicas. Esta visão também rompe com aquele que era o percurso tradicional de um professor universitário: visão essa que se ancorava no individualismo e no foco de atenção ao eu em detrimento do coletivo – o tal rompimento com o conhecimento solipsístico de que falávamos. O trabalho e a postura académica e científica de Teresa Sá Marques, contrariam amplamente tal aspeto, introduzindo um novo paradigma na geografia, paradigma esse que se apoia na investigação para a

ação, e porventura, no inverso também. Com efeito, este posicionamento fez com que a própria geografia se superasse e fosse além do que era institucionalmente aceite, dando origem a uma nova «escola» de geógrafos. Esta investigação para a ação, é algo que começa a uma escala micro (com as suas redes pessoais de afetos, afinidades e generosidades) e alarga-se a um contexto macro- (relações interpessoais mais abrangentes de cidadania).

Partindo desta lógica, é inaceitável não abordar a revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) por parte de Teresa Sá Marques (2018). O PNPOT é uma ferramenta de extrema relevância no âmbito da gestão e coesão territoriais. Constitui-se enquanto matriz de referência no âmbito da organização do território nacional. Partindo da identificação dos desafios territoriais – nomeadamente relacionados com as alterações climáticas, mas também decorrentes de fatores sociodemográficos e tecnológicos – e definindo objetivos, estratégias e planos de ação, atua como enquadramento de referência para todos os programas e planos territoriais e, portanto, como instrumento norteador das estratégias de âmbito territorial. Com efeito, a revisão deste instrumento-chave por parte desta pensadora condensa muito do que definimos como a sua ciência para a ação cidadã: ao abordar as mudanças críticas e as tendências territoriais; os princípios e os desafios territoriais e os modelos territoriais – Teresa fez um pronúncio das suas temáticas-âncora e das suas tendências de perfil. Quanto às mudanças críticas e tendências territoriais, enunciou as preocupações com o ambiente e as alterações climáticas, com os processos sociodemográficos, com a transição digital e verde e com as mudanças nos modos de vida e aspirações sociais. Nos princípios e nos desafios territoriais, acoplou a gestão de recursos naturais, os sistemas urbanos policêntricos, a inclusão, a diversidade social e económica, os sistemas de conectividade ecológicos e viários e a governança territorial. E, por fim, estruturam-se os modelos territoriais, através de sistemas que estruturam modelos territoriais interligados, integrando uma análise às vulnerabilidades críticas. A extrema relevância do PNPOT está ancorada naquelas que são as suas mais-valias. Desde logo, coloca o território no centro das políticas públicas e desenvolve um quadro lógico para a intervenção. Fá-lo de uma forma holística e transversal, procurando colmatar as limitações de análises e políticas sectoriais. Não descurando o papel de uma constante avaliação e olhar crítico, contempla igualmente um regime de gestão territorial e de acompanhamento e monitorização do território. Finalmente, do ponto de vista da forma como decorreu a sua revisão, importa sublinhar a intensa promoção da participação cívica e institucional, bem como o acompanhamento e a cooperação ativa das entidades que representam os diferentes interesses sectoriais. Foram várias as reuniões e os seminários que constituíram importantes momentos de debate e auscultação pública e que contribuíram para reforçar o carácter inovador e preponderante deste instrumento.

Se o PNPOT é paradigmático acerca da pensadora, não podemos deixar de referir ainda o artigo «O mosaico territorial do risco ao contágio e à mortalidade por Covid-19 em Portugal Continental» também o é (Marques *et al.*, 2020). Com efeito, este artigo que justamente recebeu o Prémio de Melhor Artigo 2020 (número especial Covid-19) da *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, combina o território, com a saúde e com a população portuguesa, identificando o mosaico territorial de

riscos face ao contágio e à mortalidade por Covid-19, retratando os diferentes perfis de vulnerabilidade que emergem no território. Quer com o PNPOT quer com o artigo mencionado acima, Teresa mostra as ferramentas que hoje os geógrafos têm para a construção de políticas públicas, um aspeto que é frequentemente esquecido e que é resgatado por Teresa, principalmente pelo facto de demonstrar que os geógrafos devem possuir visões pluri-transdisciplinares e que são elementos determinantes no que concerne a discussão acerca do desenvolvimento dos territórios, nas suas diferentes esferas e materialidades. Vivemos tempos desafiadores pautados por incerteza elevada e lembranças constantes de imprevisibilidade face a eventos climáticos catastróficos, ataques terroristas, crises financeiras, crises pandémicas ou despedimentos em massa. Esta sensação de um mundo em permanente fluxo de mudança, exige mais do que narrativas hegemónicas de conhecimento; exige um pensamento inquieto, resiliente e aberto como o demonstra Teresa nas suas pertinazes intervenções para o conhecimento na esfera pública da polis.

Quando a geografia afetiva e a cartografia sentimental se juntam. Escrever este capítulo não foi fácil. É sempre uma tarefa árdua tentar colocar em palavras a essência de alguém com que trabalhamos há décadas. O primeiro contacto que tive com Teresa deu-se há trinta anos atrás, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; contacto esse que se deveu à sua busca pela pluri-transdisciplinaridade. O que mais ficou marcado desse encontro foi a sua generosidade em partilhar conhecimento, projetos, dúvidas e questionamentos. Aliás, não apenas a generosidade, como também a sagacidade presente e visível na busca por conhecimento, perspetivas, abordagens e metodologias. Até hoje essa relação de partilha mútua mantém-se, daí a dificuldade em expressar estes anos de contacto e de relacionamento. Na sociologia ortodoxa, defendia-se que o investigador deve ser capaz de se separar do objeto de investigação para que o possa ver através de outra perspetiva. Não obstante, os trabalhos e a postura desta pensadora vieram demonstrar precisamente o contrário: é preciso um pouco de proximidade e de afastamento. É também preciso ter a mente aberta e suscetível a tudo o que possa entrar, até porque as respostas para os problemas podem estar nos mais ínfimos detalhes, bem como é preciso perceber que a investigação deve ser feita com um propósito: perceber, sim, mas também intervir, melhorar e modificar. Apesar de compreender os erros do passado e de se interessar por eles, Teresa é uma investigadora direcionada para o futuro, para a prospetiva. Falámos aqui do futuro do país, do território, da população, mas também da academia. Os discursos e as asserções que fizemos acerca de Teresa Sá Marques decorrem desse contato com mais de trinta anos, mas também dos testemunhos de vinte pessoas que nas diferentes esferas do mundo da vida de Teresa a têm acompanhado enquanto professora, investigadora, colega, amiga, familiar e ativista. Para o efeito, procedemos à realização de entrevistas semiestruturadas a pessoas que poliedricamente fazem parte do circuito de relações de Teresa. Nessas entrevistas, foram abordadas três grandes temáticas: a sua importância no contexto institucional; os principais contributos para o pensamento no campo disciplinar, bem como os seus principais avanços no campo da intervenção e da esfera pública. Assim, tornou-se possível conjugar diferentes olhares, experiências e leituras acerca de Teresa e do seu trabalho.

Bibliografia fundamental

- Marques T S (2004) *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*. Porto, Afrontamento.
- Marques T S (2007) Lagarteiro: redes de actores e processos de aprendizagem. *Inforgeo*, 20/21: 115-126.
- Marques T S (2008) Planos regionais de ordenamento do território: um balanço preliminar. In J B Pedro, F Gonçalves, L Vasconcelos (coords.) *Encontro Anual da Ad Urbem: Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo: Génese e Evolução do Sistema de Gestão Territorial, 1998-2008*. Lisboa, LNEC: 187-197.
- Marques T S (coord.) (2002) *Sistema urbano nacional: rede complementar*, vol. I e II. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Marques T S (coord.) (2008-2009) *Elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo*. Évora, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Marques T S (2015) Território: sistemas e recursos estruturantes. In J M F Ribeiro, F Moura, J Chorincas (coords.) *Uma metrópole para o Atlântico*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 31-53.
- Marques T S (2016) Parte 1. Território. In J M F Ribeiro, F Moura, J Chorincas (2016) (coords.) *Portugal no Centro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 26-61.
- Marques T S (coord.) (2018) *PNPOT. Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território*, Versão para Discussão Pública. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Marques T S (ed.) (1999) *Sistema Urbano Nacional: cidades médias e dinâmicas territoriais*. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Marques T S, Delgado C, Brandão M (2014) Sistema urbano: uma estrutura polinucleada reticular. In J M F Ribeiro, J Ferrão (coords.) *Noroeste global*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 38-43.
- Marques T S, Santos H, Ribeiro P (2015) Redes de inovação económica ancoradas no arco metropolitano de Lisboa (2007-2013). In J M F Ribeiro, F Moura, J Chorincas (coords.) *Uma metrópole para o Atlântico*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 558-590.
- Marques T S, Santos H, Honório F, Ferreira M, Ribeiro D, Barbosa M (2020) Uma leitura territorial da crise e vulnerabilidade social. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 55(115): 19-26.
- Marques T S, Saraiva M M, Santinha G, Guerra P (2018) Re-thinking territorial cohesion in the European planning context. *Journal of Urban and Regional Research*, 42: 547-572.
- Santos J C M, Marques T S, Santos H (2014b) Universidade do Porto. In J M F Ribeiro, J Ferrão (coords.) *Noroeste global*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 177-218.

Referências secundárias

- Ascher F (1998) *La République Contre la Ville, Essai sur l'Avenir de la France Urbaine*. s.l., Éditions de l'Aube.
- Asheim B T (2003) Industrial districts. In L C Gordon, P F Maryann, S M Gertler (eds.) *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford, Oxford University Press: 423-431.
- Becattini G (1991) Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico. In F Pycke, G Becattini, W Sengenberger (coords.) *Distretti industriali e cooperazione tra imprese in Italia*. Firenze, Banca Toscana, Studi e Informazioni: 51-65.
- Christaller W (1966) *Central places in Southern Germany*. New Jersey, Prentice-Hall.

- Davoudi S (2003) Polycentricity in European spatial planning: From an analytical tool to a normative agenda. *European Planning Studies*, 11: 979-99.
- Domingues Á, Portas N, Marques T S (2007) Revisão dos PDM: processo de planeamento ou imperativo legal. In L V Berg, E Braun, J V Meer (eds.) *National policy responses to urban challenges in Europe*. London, Routledge: 311-332.
- Ferrão J, Marques T S (2005) População, qualificações e capital cultural. In T B Salgueiro, J Ferrão (coords.) *Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidades*, vol. 2. Lisboa, Círculo Leitores: 126-140.
- Giménez J M G, Marques T S, Aja A H (2020) Procesos urbanos funcionales en Iberia: una Aproximación a la integración del territorio urbano más allá de la metropolización. *Cuadernos Geográficos*, 59(2): 93-128.
- Innerarity D (2019) *O novo espaço público*. Lisboa, Editorial Teorema.
- Jacobs B (1992) *Fractured Cities*. London, Routledge.
- Marques T S (1988) Sistema Produtivo Industrial e Território: um Estudo da Têxtil em Guimarães. *Geografia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4: 125-142.
- Marques T S, Matos F L (2016) Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial. In L Lourenço (ed.) *Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra: 189-214.
- Marques T S, Queirós J P (coords.) (2017) *AMP 2020: crescimento inclusivo*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Rancière J (2009) *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, Editora 34.
- Ribeiro O (1945) Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Coimbra, Coimbra Editora.
- Santos H, Marques T S, Guerra P (2014a) Do 285 da Rua de Cedofeita à Metrópole: vivências e representações urbanas. In R J Pinto (ed.) *O 285 da Rua de Cedofeita*. Porto, Afrontamento: 218-242.
- Soja E (1993) *Geografia Pós-Moderna: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Storper M (1997) *The regional world, territorial development in a global economy*. New York, The Gifford Press.

38. Virgílio Borges Pereira

João Queirós

Trajectoria científica: notas-síntese

Licenciado, mestre e doutor em sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde leciona desde 1994, Virgílio Borges Pereira (Porto, 1970) desenvolve investigação primordialmente no domínio da sociologia das classes sociais e das práticas simbólico-ideológicas, com trabalhos que estudam de forma teoricamente sustentada, metodologicamente inovadora e empiricamente exaustiva as temporalidades e os modos de espacialização dos processos de recomposição social, tal como estes podem ser observados em contextos os mais diversos, com destaque para contextos sociais localizados na região Norte de Portugal, que este sociólogo não tem deixado de analisar longitudinalmente à luz dos respetivos enquadramentos nacional e europeu.

Interessado desde cedo pela problemática das divisões sociais e simbólicas, sobre a qual desenvolveu uma perspetiva vincadamente sociológica – apoiada, porém, em referenciais disciplinares e analíticos alargados, em que pontuam preocupações quanto à dimensão económica dos processos, mas também quanto às respetivas dimensões históricas e culturais, bem como contributos oriundos da geografia ou da etnografia –, Virgílio Borges Pereira beneficiou amplamente da aprendizagem efetuada junto de José Madureira Pinto, referência incontornável da sociologia portuguesa e influência decisiva nos anos iniciais de formação e na trajetória científica subsequente daquele sociólogo portuense. Com efeito, os estudos teóricos desenvolvidos por José Madureira Pinto sobre as relações entre estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas e as análises dinamizadas por este académico, juntamente com João Ferreira de Almeida, no plano teórico-empírico, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, sobre as transformações sociais no mundo camponês no Noroeste de Portugal, revelaram-se muito influentes tanto na definição das principais questões sociológicas que Virgílio Borges Pereira tem formulado, como no desenho das modalidades mais adequadas da sua exploração no plano da investigação empírica. É nesse quadro, no qual está presente uma leitura atenta e, simultaneamente, muito original das relações entre divisões sociais e práticas simbólico-ideológicas, que este soció-

logo foi procurando integrar a compreensão das vivências quotidianas dos agentes e dos contextos inquiridos, numa linha de investigação marcada pela busca de um olhar pluriperspetivado sobre a realidade social, só possível de alcançar por assentar numa abordagem metodológica invariavelmente eclética, combinando o mais das vezes o extensivo e o monográfico.

Ainda na primeira metade da década de 1990, Virgílio Borges Pereira iniciou, depois de algumas incursões exploratórias no estudo da cidade e da sua sociabilidade, uma investigação sociológica sobre o núcleo antigo da cidade do Porto (Pereira, 1994, 1995). Nessa investigação, estão já presentes muitos dos princípios e práticas que viriam a marcar as pesquisas ulteriores deste sociólogo. Os elementos de teoria e de metodologia sociológica nela testados foram aprofundados e desenvolvidos em trabalhos académicos realizados nos anos seguintes, primeiro numa região industrializada do Norte de Portugal, o Vale do Ave (Pereira, 1997, 1999), depois no estudo mais alargado que Virgílio Borges Pereira dedicou à cidade do Porto (Pereira, 2001, 2005). Este foi também um período de consolidação da leitura e apropriação do legado sociológico de Pierre Bourdieu, de que Virgílio Borges Pereira é um dos principais proscritores e difusores em Portugal.

Os principais estudos conduzidos desde então – investigações quase sempre coletivas, de feição multidisciplinar e invariavelmente alongadas no tempo – têm prosseguido parte significativa das preocupações e estratégias de trabalho desenvolvidas naqueles trabalhos seminais. Foi, em grande medida, sob os auspícios daquelas preocupações e estratégias que se desenvolveu a revisitação sociológica da coletividade camponesa do Noroeste português que José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida haviam estudado nos anos 1970 e 1980, e em que Virgílio Borges Pereira se empenhou desde a sua génese, no ano de 2004 (Pinto e Queirós, 2010; Almeida e Pereira, 2021). Foram também preocupações e estratégias análogas que guiaram a pesquisa de grande amplitude que este sociólogo idealizou, ainda na primeira metade da década de 2000, e que veio a coordenar, poucos anos mais tarde, acerca das consequências urbanas e sociais das intervenções habitacionais promovidas pelo Estado na cidade do Porto (Pereira, 2003a, 2011a, 2016a; Pereira e Queirós, 2012). O mesmo deve dizer-se da investigação sobre as propriedades e contradições do universo social do operariado industrial realizada no início da segunda década do século XXI na região (des)industrializada do Vale do Ave (Pereira, 2010a, 2012a) ou da investigação de largo fôlego desenvolvida alguns anos depois sobre o campo da construção civil em Portugal (Pereira, 2019, 2020).

Quotidiano e território no estudo (comparado) da formação e transformação das classes sociais: um contributo singular no panorama das ciências sociais em Portugal

Constituindo o estudo dos processos de formação e transformação de classes em Portugal um dos principais focos da investigação de Virgílio Borges Pereira, e inscrevendo-se a trajetória científica deste académico na estimulante tradição da sociologia das desigualdades e das classes sociais que no nosso país desde cedo se estabeleceu,

vale a pena destacar o que o trabalho de Pereira tem oferecido de mais relevante a esta subdisciplina da ciência sociológica portuguesa.

Muito influenciado pelo modo como José Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida souberam assumir, nos anos 1970 e 1980, as preocupações próprias da sociologia das classes sociais nas respetivas agendas de pesquisa, e inspirado pela preocupação que a concetualização sociológica por estes desenvolvida teve quanto à necessidade de ultrapassar alguns dos impasses que, à época, marcavam os debates internacionais sobre as questões das classes e da estratificação social (Pinto, 1985; Almeida, 1986), Virgílio Borges Pereira perseguiu desde cedo o compromisso teórico e analítico, nem sempre fácil de alcançar, entre o esforço de objetivação das estruturas de classe (a partir de uma leitura progressivamente sofisticada das grelhas de análise originalmente propostas nos trabalhos de João Ferreira de Almeida, **António Firmino da Costa** e Fernando Luís Machado) e a caracterização densa e detalhada dos universos de disposições sociais dos agentes, reconstituídos a partir de uma leitura sistemática dos espaços-tempos de expressão das relações de classe – leitura elaborada à luz quer de um conhecimento aturado do que, a este propósito, a sociologia portuguesa de melhor fazia (p. ex. Almeida, 1993; Almeida *et al.*, 1988, 1994; Cabral, 1998; Casanova, 2004; Costa, 1999; Estanque, 2000; Estanque e Mendes, 1998; Magalhães, 1994), quer de uma apropriação exaustiva e rigorosa do legado sociológico de Pierre Bourdieu (e, em particular, do seu *La Distinction*).

Merecedoras de destaque, na aproximação que Virgílio Borges Pereira faz ao estudo das classes sociais, são a sua persistente atenção às temporalidades e o seu foco no quotidiano, que tornam particularmente vívidas a descrição e análise dos processos de formação e transformação de classe realizadas. Uma tal atenção e um tal foco impõem o pensamento relacional e fazem dos exercícios propostos por Pereira inevitáveis trabalhos de síntese. Enquanto conceitos eminentemente relacionais, classe e espaço social não podem ser mobilizados senão em confronto com domínios variados da realidade social. Não se trata de descurar o investimento na teorização e na análise estrutural de classes e capitais; trata-se, isso sim, de garantir que esse investimento não se esgota em si, rejeitando o pensamento escolástico, autorreferencial, a-histórico e descontextualizado. Nos trabalhos de Virgílio Borges Pereira, os elementos centrais da teoria das classes surgem sempre interrogados do ponto de vista empírico, a partir do estudo de tempos e espaços concretos, por se crer que só assim é possível avançar no conhecimento do modo como os capitais e as classes efetivamente se formam e transformam.

Associada a uma sociologia da vida quotidiana, construída a partir de uma teoria das práticas sociais e simbólicas fundada sobre o tempo e o espaço físico socialmente apropriado, uma sociologia das classes sociais assim concebida potencia a relação a que os conceitos de classe e de espaço social convidam, ao mesmo tempo que enriquece a descrição etnográfica da vida de todos os dias dos agentes e grupos sociais estudados. Esta combinação entre sociologia da vida quotidiana e sociologia das classes sociais, que tomou como referência inicial um conjunto de teorizações sociológicas sobre os tempos sociais, definido em torno de perspetivas como a de Norbert Elias, está presente no conjunto da obra de Virgílio Borges Pereira, mas surge especialmente desenvolvida nos sucessivos exercícios investigativos que este sociólogo realiza a pro-

pósito da estruturação social e classista da cidade do Porto (Pereira, 1995, 2005, 2011b), bem como nos estudos realizados no Vale do Ave, onde o fenómeno da desindustrialização e os consequentes processos de transformação e desestruturação das relações de classe – protagonizados, muito em especial, por trabalhadores desempregados – oferecem a oportunidade de investigar de perto os tempos e os modos de insidiosos processos de crise de reprodução social e de decomposição classista do operariado industrial (Pereira, 1999, 2000, 2011c, 2012a).

Trata-se, em qualquer caso, de estudos sobre modalidades de estilização da vida que não escondem a respetiva inspiração weberiana e que, portanto, assumem pretender confrontar sociologicamente a expressão longitudinal dos fenómenos e a espessura dos tempos sociais, começando, como deve estar implícito na análise de classes, pelo tempo do trabalho, mas atribuindo um estatuto analítico igualmente relevante aos tempos libertos do trabalho e aos tempos do lazer. A adoção de uma perspetiva focada nos tempos (e espaços) das práticas sociais remete para a busca da compreensão da sua estruturação específica (que regularidades definem determinada prática?) e, mais importante ainda, apela à necessidade de conceber o modo como as diferentes modalidades da prática se relacionam com outras modalidades de práticas, às vezes próximas, às vezes a elas apenas indiretamente ligadas. A configuração do quotidiano, e dos estilos de vida que nele é possível observar, poderá ser apreendida pela análise dessas relações, o mesmo sendo válido para a compreensão de outros domínios, designadamente do foro das representações e das tomadas de posição simbólica.

Conferindo demonstração cabal ao princípio da cumulatividade na produção de conhecimento científico sobre a sociedade, por partirem de adquiridos teóricos e metodológicos sólidos, produzidos e testados em múltiplos trabalhos ao longo do tempo, e por contribuírem para desenvolver e especificar analítica e empiricamente preocupações patentes na primeira geração de estudos sobre classes sociais em Portugal, as investigações desenvolvidas por Virgílio Borges Pereira a partir de meados dos anos 1990 revelam também como é possível fazer emergir novos problemas e novos ângulos de análise e como é importante investir continuamente no desenvolvimento de novos modos de fazer (neste caso, novos modos de fazer sociologia das classes sociais).

A conjugação de uma perspetiva estruturalista, ainda que genética e crítica, com um propósito de conhecimento das vivências quotidianas, em diferentes contextos sociais e territoriais, é bem ilustrativa da vocação sintética dos trabalhos de Virgílio Borges Pereira. A expressão territorializada e sempre próxima do vivido que este sociólogo confere à análise dos processos de recomposição social e classista quadra bem quer com a tradição de investigação da sociologia portuguesa das classes sociais, com a qual dialoga ampla e proficuamente, quer com os princípios e propósitos do poderoso programa de investigação sobre divisões sociais e simbólicas que, em especial a partir de finais dos anos 1970, Pierre Bourdieu e as suas equipas desenvolvem e difundem. Adicionalmente, as investigações promovidas por Pereira assumem, o mais das vezes, o princípio do ecletismo metodológico, correspondendo quase sempre a combinatórias de abordagens intensivas e extensivas, em que não surpreende a conjugação virtuosa entre descrição etnográfica densa e análise geométrica de dados resultantes da aplicação de inquéritos por questionário exaustivos.

A propósito deste último ponto, em que a complexidade e a singularidade dos trabalhos de Virgílio Borges Pereira no panorama das ciências sociais em Portugal sobressaem com marcada evidência, é forçosa uma menção mais desenvolvida à inspiração exercida pela sociologia de Pierre Bourdieu e pelo intenso diálogo que Pereira tem mantido com o legado bourdieuiano, em muitos casos em resultado da interação direta e da parceria investigativa com membros das equipas de trabalho lideradas ou impulsionadas pelo académico francês (incluindo Patrick Champagne, Michel Pialoux e Stéphane Beaud, Gérard Mauger, Henry Rouanet e Brigitte Le Roux, Loïc Wacquant, entre várias outras figuras da sociologia francesa e mundial). Com efeito, Virgílio Borges Pereira encontrou na obra de Pierre Bourdieu e seus colaboradores diretos (e, em particular, em *La Distinction*) a concretização de um programa de pesquisa verdadeiramente relacional, alicerçado numa metodologia inovadora – em que pontua o recurso à já mencionada análise geométrica de dados – e dotado de forte heurística e potencial analítico. Trata-se, de resto, de uma obra que o próprio considera decisiva na sua formação académica e sociológica e que se projeta na definição que Pereira tem feito das dimensões fundamentais do trabalho de análise de desigualdades e classes sociais nos diferentes contextos selecionados para estudo aprofundado.

Possivelmente o mais profícuo tradutor e difusor em Portugal dos trabalhos de Bourdieu e seus colaboradores (p. ex. Pereira, 2003b; Pereira *et al.*, 2007; Pinto e Pereira, 2007), Virgílio Borges Pereira tem deixado bem patente nos trabalhos que tem desenvolvido as marcas do legado bourdieuiano. A mobilização de noções como as de «matriz local de sistemas de disposições» («matriz local de *habitus*»), «práticas quotidianas» ou «efeitos de lugar», realizada, conjuntamente com José Madureira Pinto, a propósito do centro do Porto (Pereira e Pinto, 2007, 2012; Pereira, 2013, 2017), ou a preocupação explícita com a espacialização que assumem, em diferentes contextos socioterritoriais – no Porto, no Vale do Ave, no Vale do Sousa –, as divisões sociais e simbólicas, contemplando a consideração, em sofisticados exercícios estatísticos desenvolvidos com recurso a análises de correspondências múltiplas, de variáveis associadas a formas de apropriação dos espaços e a dinâmicas de vivência dos territórios pelos diferentes agentes e grupos sociais observados (Pereira, 2005, 2010b, 2012b, 2016b, 2018a, 2018b, 2021), constituem marcas bem elucidativas do modo disciplinado, mas também criativo, e sempre apoiado em extenso trabalho de campo, como Virgílio Borges Pereira tem aplicado ao caso português o programa de pesquisa proposto por Pierre Bourdieu. Trata-se de uma faceta da investigação deste sociólogo que tem, de resto, sido prolongada e aprofundada em trabalhos orientados para o estudo comparado de estruturas e classes sociais e para a divulgação internacional de resultados de pesquisa, implicando, designadamente, a comparação das realidades de França e Portugal (Pereira e Siblot, 2017, 2019).

O Estado, a política e o debate sobre desigualdades sociais e sobre a reprodução espacializada das divisões sociais e simbólicas

Tendo sido igualmente beneficiário do convívio académico e profissional próximo com António Teixeira Fernandes, fundador do Departamento de Sociologia e do Ins-

tituto de Sociologia da Universidade do Porto e um reconhecido estudioso, entre diversas outras matérias, dos fenómenos da política e da génese e estruturação do Estado, Virgílio Borges Pereira integrou também muito cedo na sua trajetória científica a preocupação com a análise e o debate destes temas. Conjugadamente com a influência decorrente da partilha de interesses e atividades académicas com colegas do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Porto, e na sequência das investigações sobre a configuração do espaço social portuense, Pereira foi constituindo uma preocupação específica com a estruturação e implicações das desigualdades sociais e com a conceção e organização das políticas públicas – destacando-se, neste plano, e para além da extensa atividade como organizador de eventos científicos e tradutor e difusor de textos de referência nestes domínios, a sua participação no debate público sobre políticas sociais e habitacionais e sobre os respetivos efeitos na cidade e nos seus habitantes (p. ex. Pereira, 2002, 2008, 2010c; Pinto e Pereira, 2006, 2008).

Sem prejuízo da assunção destes outros papéis e da mobilização de espaços e modalidades diversas de expressão de pensamento e de difusão de conhecimento sociológico, é sem dúvida no ensino da sociologia e na investigação de largo fôlego que se focam os esforços científicos de Virgílio Borges Pereira. Em trabalhos de grande exigência teórica e metodológica, em que se conjugam estratégias de objetivação muito diversificadas, que incluem a análise de arquivos históricos e institucionais, atividades extensivas de recolha e análise de documentação legislativa e de arquivos de imprensa e pesquisa etnográfica, para além da entrevista semiestruturada ou em profundidade e do inquérito por questionário (p. ex. Pereira, 2011a, 2016a, 2020; Pereira e Queirós, 2012; Pereira *et al.*, 2018), as equipas de investigação que o sociólogo portuense coordena ou em que participa têm procurado descortinar os princípios fundamentais que organizam as relações complexas entre espaço social, espaço físico e ação do Estado – entendendo este último, também à maneira bourdieuiana, como condensador de poder material e simbólico e agente determinante na espacialização das divisões sociais e na conformação das lutas pela representação e (re)apropriação do espaço físico, mas igualmente como «campo burocrático» permeado por tensões e contradições e sujeito a processos transformativos.

O caso portuense é a referência mais comum destes trabalhos, mas Virgílio Borges Pereira não tem deixado de a considerar à luz de enquadramentos teóricos e contextuais alargados, e de acordo com coordenadas histórico-sociais diversificadas, que vão da interrogação sociológica dos fundamentos dos sistemas de representações e das práticas quotidianas observáveis em espaços habitacionais estigmatizados da cidade contemporânea à análise das posições sociais e das tomadas de posição características do campo intelectual sob a ditadura salazarista, passando pela investigação sobre a construção social e política do campo da construção civil em Portugal e na Europa ou pelo estudo detalhado das formas de mobilização social e política, e das diversas modalidades de exercício de «voz» e de relação com a política e o Estado, no pré- e pós-25 de abril de 1974 (Monteiro e Pereira, 2013, 2014; Pereira, 2020; Pereira e Queirós, 2014; Queirós e Pereira, 2018; Wacquant *et al.*, 2014).

Bibliografia fundamental

- Almeida J F, Pereira V B (orgs.) (2021) *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007) – vol. 2*. Porto, Afrontamento.
- Pereira V B (1994) Os índios e a vida selvagem: modalidades de (re)produção de sociabilidades no núcleo antigo da freguesia da Vitória. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV: 231-353.
- Pereira V B (1995) «Café com quê?!»: uma análise sobre práticas semipúblicas de sociabilidade em espaços/tempos intermediários da Baixa portuense. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I: 151-176.
- Pereira V B (1999) *Os Vincados Padrões do Tecido Social*. Porto, Afrontamento.
- Pereira V B (2005) *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses. Classes sociais e «modalidades de estilização da vida» na cidade do Porto*. Porto, Afrontamento.
- Pereira V B (2008) Estado, espaço físico e espaço social na constituição da problemática da reabilitação urbana. Um breve contributo preliminar para um inventário crítico comparado. In J M Pinto, V B Pereira (orgs.) *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*. Porto, Afrontamento: 227-238.
- Pereira V B (2010b) Formação de classes sociais, trabalho e território – ou sobre como continuar a compreender Berlim. In J M Pinto, J Queirós (orgs.) *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007) – vol. 1*. Porto, Afrontamento: 327-355.
- Pereira V B (2011c) Experiencing unemployment: The roles of social and cultural capital in mediating economic crisis. *POETICS*, 39: 469-490.
- Pereira V B (2016b) The Structuration of Lifestyles in the City of Porto: a relational approach. In L Hanquinet, M Savage (eds.) *Routledge International Handbook of the Sociology of Art and Culture*. London: Routledge: 421-435.
- Pereira V B (2018a) Urban distinctions: class, culture and sociability in the city of Porto. *International Journal of Urban and Regional Research*, 42(1): 126-137.
- Pereira V B (2021) Viver em Fonte Arcada: configurações das vivências quotidianas e divisões sociais. In J F Almeida, V B Pereira (orgs.) *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007) – vol. 2*. Porto, Afrontamento: 143-192.
- Pereira V B (coord.) (2010a) *Rota do Património Industrial do Vale do Ave*. Famalicão, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave.
- Pereira V B (coord.) (2012a) *Ao Cair do Pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des) industrializado do Vale do Ave*. Porto, Afrontamento.
- Pereira V B (org.) (2016a) *A Habitação Social na Transformação da Cidade. Sobre a génese e efeitos do «Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto» de 1956*. Porto, Afrontamento.
- Pereira V B (org.) (2020) *Em (Re)Construção. Elementos para uma sociologia da atividade na indústria da construção em Portugal*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pereira V B, Pinto J M (2012) Espace, relations sociales et culture populaire dans le coeur ancien de la ville de Porto. *Sociétés contemporaines*, 86: 115-134.
- Pereira V B, Queirós J (2012) *Na Modesta Cidadezinha. Génese e estruturação de um bairro de casas económicas no Porto [Amial, 1938-2010]*. Porto, Afrontamento.
- Pereira V B, Queirós J (2014) «It's not a bairro, is it?»: subsistence sociability and focused avoidance in a public housing estate. *Environment and Planning A*, 46: 1297-1316.
- Pereira V B, Siblot Y (2017) Comparer les classes populaires en France et au Portugal: différences structurelles et histoires intellectuelles. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 219: 56-79.
- Pereira V B, Siblot Y (orgs.) (2019) *Classes sociales et politique au Portugal. Pratiques du métier de sociologue*. Vulaines-sur-Seine, Croquant.
- Pinto J M, Pereira V B (orgs.) (2007) *Pierre Bourdieu, a Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*. Porto, Afrontamento.

- Pinto J M, Pereira V B (orgs.) (2008) *Desigualdades, Desregulação e Riscos nas Sociedades Contemporâneas*. Porto, Afrontamento.
- Queirós J, Pereira V B (2018) Voices in the revolution: resisting territorial stigma and social relegation in Porto's historic centre (1974-1976). *The Sociological Review*, 66(4): 857-876.
- Wacquant L, Slater T, Pereira V B (2014) Territorial stigmatization in action. *Environment and Planning A*, 46: 1270-1280.

Referências secundárias

- Almeida A N (1993) *A Fábrica e a Família. Famílias Operárias no Barreiro*. Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida J F (1986) *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Oeiras, Celta.
- Almeida J F, Costa A F, Machado F L (1988) Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4: 11-44.
- Almeida J F, Costa A F, Machado F L (1994) Recomposição social e novos protagonismos. In A Reis (org.) *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores: 307-330.
- Cabral M V (1998) Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal. *Análise Social*, 146/147: 381-414.
- Casanova J L (2004) *Naturezas Sociais. Diversidade e orientações sociais na sociedade portuguesa*. Oeiras, Celta.
- Costa A F (1999) *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Oeiras, Celta.
- Estanque E (2000) *Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividade e práticas de classe no operariado de calçado*. Porto, Afrontamento.
- Estanque E, Mendes J M (1998) *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um estudo comparativo*. Porto, Afrontamento.
- Magalhães D M (1994) Classes sociais e trajetórias intergeracionais. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, IV: 173-217.
- Monteiro B, Pereira V B (2014) Os intelectuais, o poder e a cidade: o espaço social dos intelectuais do Porto no Estado Novo (1958-1965). In B Monteiro, V B Pereira (orgs.) *Intelectuais Europeus no Século XX. Exercícios de objetivação sócio-histórica*. Porto, Afrontamento: 217-258.
- Monteiro B, Pereira V B (orgs.) (2013) *A Política em Estado Vivo: uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa, Edições 70/Le Monde diplomatique – edição portuguesa.
- Pereira V B (1997) (Dis)Posições sociais num campo determinado pela indústria. Classes e relações de classe numa freguesia industrializada do Vale do Ave. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, VII: 53-127.
- Pereira V B (2000) Memórias sobre o esquecimento do mundo. Dois breves apontamentos sobre a crise enquanto operador prático-simbólico numa freguesia industrializada do Vale do Ave. *CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 19/20: 141-167.
- Pereira V B (2001) O Porto em alguns dos seus diferentes estados. In M Pinheiro, L Baptista, M J Vaz (orgs.) *Cidade e Metrópole. Contrastes e continuidades*. Oeiras, Celta: 17-37.
- Pereira V B (2002) Aquilo que quase todos sabemos sobre o (Grande) Porto, mas raramente temos disponibilidade para reconhecer. Reflexões a propósito do papel do social no planeamento urbano. In AA.VV. *Porto d'Ideias, a cidade em debate*. Porto: APOR: 19-23.
- Pereira V B (2003a) Uma imensa espera de concretizações. Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XIII: 139-148.

- Pereira V B (2003b) Novos caminhos. Breves notas sobre a mobilização da teoria da prática na construção de um ofício sociológico. *Fórum Sociológico*, 9/10: 127-132.
- Pereira V B (2010c) Desigualdade, pobreza e habitação: interrogações sociológicas geradas por uma investigação sobre a cidade do Porto. In A C Teixeira, S T Silva, P Teixeira (orgs.) *O que Sabemos sobre a Pobreza em Portugal?* Lisboa, Vida Económica: 171-184.
- Pereira V B (2011a) A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica. In C Santos (coord.) *Família, Espaço e Património*. Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória: 547-564.
- Pereira V B (2011b) Interrogar a cidade dividida: coordenadas teórico-metodológicas e breves referenciais empíricos para uma sociologia das divisões sociais e simbólicas na cidade do Porto. In J M Pinto (org.) *Desigualdades Sociais: os modelos de desenvolvimento e as políticas públicas em questão*. Casal de Cambra, Caleidoscópio: 115-133.
- Pereira V B (2012b) Espaço social local e vida quotidiana. In V B Pereira (coord.) *Ao Cair do Pano. Sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*. Porto, Afrontamento: 285-315.
- Pereira V B (2013) L'espace social, les pratiques quotidiennes et la ville. Repères pour une sociologie des divisions sociales et symboliques dans la ville de Porto. In P Coulangeon, J Duval (eds.) *Trente ans après La Distinction de Pierre Bourdieu*. Paris, La Découverte: 206-215.
- Pereira V B (2017) Society, space and the effects of place: theoretical notes and results of a sociological research on social housing in the city of Porto. In M M Mendes, T Sá, J Cabral (eds.) *Architecture and the Social Sciences: inter- and multidisciplinary approaches between society and space*. Dordrecht, Springer: 99-120.
- Pereira V B (2018b) O campo das classes dominantes na cidade do Porto: elementos para a sua teorização e análise. In S Gomes, V Duarte, F B Ribeiro, L Cunha, A M Brandão, A Jorge (orgs.) *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas: Homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão, Húmus: 661-688.
- Pereira V B (2019) A construção civil numa perspetiva sociológica: enquadramento e análise (Nota de Apresentação do Número Temático). *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático de 2019: 5-9.
- Pereira V B, Pinto J M (2007) Classes, relações de habitus e efeitos de lugar: um estudo sobre sociabilidades, estilos de vida e anomia no centro do Porto. *Cadernos de Ciências Sociais*, 24: 113-148.
- Pereira V B, Pinto J M, Wacquant L (2007) Génese e legado da obra de Pierre Bourdieu: espaço, cultura e dominação – nota de apresentação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 24: 5-7.
- Pereira V B, Queirós J, Silva S D, Lemos T (2018) Casas económicas e casas desmontáveis: génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo. In R Agarez (coord.) *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918/2018*. Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: 82-117.
- Pinto J M (1985) *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto, Afrontamento.
- Pinto J M, Pereira V B (2006) Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional. In M Loff, C Pereira (orgs.) *Portugal: 30 Anos de Democracia (1974-2004)*. Porto, Editora da Universidade do Porto: 133-151.
- Pinto J M, Queirós J (orgs.) (2010) *Ir e Voltar. Sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007) – vol. 1*. Porto, Afrontamento.

39. Viriato Soromenho-Marques

Rui Maia Rego¹¹³

Um filósofo político e pensador global: entre o projeto europeu e a emergência ecológica

José Viriato Soromenho-Marques nasceu a 9 de dezembro de 1957 em Setúbal. Licenciou-se na Universidade de Lisboa em 1979 e realizou a sua dissertação de mestrado intitulada *A caracterização trágica do niilismo em Nietzsche*, em 1985, na Universidade Nova de Lisboa. Regressa à Universidade de Lisboa para nela desenvolver o seu doutoramento em filosofia, defendendo nesta Universidade a tese *Razão e Progresso na Filosofia de Kant*, em 1991. Foi bolseiro de investigação do *Deutscher Akademischer Austauschdienst*, em Bremen (1986) e Berlim (1988). No âmbito do *International Visitor Program* viajou até aos EUA (1994), onde regressa como bolseiro para o seu pós-doutoramento (1997). Presentemente é Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A sua carreira académica expressa bem duas constantes preocupações: por um lado, o pensamento sobre o projeto político de uma Europa unida, cuja análise e propostas usufruem do seu vasto e contínuo estudo do federalismo norte-americano; e, por outro lado, a crise existencial global, que integra a emergência ecológica e a reflexão sobre *princípios de ética pública para uma nova habitação da terra*.

A reflexão acerca do lugar primordial da Natureza, da crise climática e ambiental aprofundou-se em seminários de investigação. Introduziu na Universidade de Lisboa o estudo sobre Filosofia da Natureza e do Ambiente (1995), coordenou o mestrado com esta designação, e co-promoveu o programa doutoral sobre Alterações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (2009) que convocou distintas instituições de ensino de Lisboa. Professor de Filosofia da História e da Cultura e de Filosofia da Política e do Direito, em colaboração com a licenciatura em Estudos Europeus, lecio-

¹¹⁰ O autor agradece a disponibilidade de Viriato Soromenho-Marques para a realização de uma série de entrevistas longas e troca de correspondência que serviram de base para a elaboração do presente capítulo (doravante, Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021).

nou Filosofia Social e Política, História das Ideias na Europa Contemporânea e Ambiente na Europa. Uma forte linha da sua investigação centra-se no estudo do federalismo constitucional norte-americano (ver Soromenho-Marques, 2003a, 2020). Não raras vezes, o exemplo histórico do federalismo dos EUA permite-lhe fazer um balanço e estabelecer contrastes sobre a eficácia ou falhas institucionais do modelo de governação da União Europeia (Soromenho-Marques, 2011). A construção europeia e o palco político mundial na era da crise ambiental constituem os pilares fundamentais do seu trabalho teórico e prático. A par das suas inúmeras conferências e intensa publicação de volumes e artigos, Viriato Soromenho-Marques está profundamente ligado à vida associativa em prol do ambiente e preservação dos ecossistemas. Entre 1992 e 1995 foi presidente da QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza. Entre 1992 e 1996 fez parte do Conselho Económico e Social, no qual foi relator de três pareceres – *Plano de Desenvolvimento Regional* (1993), *Livro Verde da UE sobre Política Social* (1994), e *Plano Nacional de Política de Ambiente* (1995); de 1998 a 2019 integrou o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS); de 2001 a 2006 foi vice-presidente da Rede Europeia de Conselhos do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (EEAC); de 2007 a 2010 integrou o *High Level Group on Energy and Climate Change* do Presidente da Comissão Europeia; entre 2007 e 2011, coordenou cientificamente o Programa Gulbenkian Ambiente (PGA); em 2017, é convidado para Conselheiro Especial do Conselho de Diretores e do Conselho de Curadores da Fundação Oceano Azul; desde 2012, integra o júri do importante Prémio Pessoa. É membro da Academia da Marinha, da Academia das Ciências e, entre 2013 e 2020, do Conselho Geral da Universidade da Madeira. É presidente da Assembleia Geral da Associação Casa Comum da Humanidade (*Common Home of Humanity*). Pertence ou pertenceu às seguintes organizações: Sociedade Portuguesa de Filosofia; *International Society for Ecological Economics*; *American Political Science Association*; e Associação Portuguesa de Ciência Política. Foi correspondente em Portugal da organização alemã de estudos ambientais *Ecologic*, fundou a revista digital *O Sentido da Terra* e foi colaborador regular na revista *Ambiente 21*. Em reconhecimento da sua atividade associativa, o Município de Setúbal, em 1993, concede-lhe o Prémio de Mérito na Área do Associativismo. Foi também laureado com o Prémio Quercus, na edição de 2011; com o Prémio Personalidade de 2014, pela Fundação Portuguesa do Pulmão; e em 2019 recebeu o Prémio Líderes da Década em Desenvolvimento Sustentável, atribuído pelo *Women Economic Forum Portugal 2019*. Em 1997, é agraciado com o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito Civil, e, em 2006, Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

A geografia política: um estratega entre a caracterização trágica do mundo e o possível progresso de cooperação cívica

O pensamento estratégico em campos de uma complexa geometria variável como são a política e as relações internacionais, marca as fortes teses do Professor Viriato Soromenho-Marques. Certo de que nada de proveitoso pode ser construído sem um profundo e enraizado diagnóstico, nunca subtrai a condição humana e as suas con-

tradições quando pensa as pretensões que inspiram o projeto de União Europeia e uma república ecológica (mundial). Isto é, o Professor soma às ambições de unidade política um apurado cálculo dos interesses das nações. Dito ainda de outro modo, não pensa a construção da paz perpétua sem estudar a arte da guerra («polemologia»). Reflete sobre o mundo e o seu futuro sustentável do ponto de vista material (de preservação ambiental) e institucional (de governo coletivo).

Entre os pensadores portugueses, pode aproximar-se de Almeida Garrett pelo diagnóstico de Portugal na balança da Europa, fazendo eco evidente deste autor na obra *Portugal na Queda da Europa* (Soromenho-Marques, 2014c). Poder-se-ia ainda assemelhar ao Pe. António Vieira, no sonho de unidade global, conhecendo a realidade da geografia política e das relações entre nações, marcadas por ambições particulares e definidas por interesses diversos e conflitantes. Se António Vieira tinha um pé nas Cortes europeias e outro na selva amazónica, também o nosso biografado tem, arriscando exagerar a analogia, um pé na Corte das instituições (europeias e académicas) e um outro na selva natural a carecer de proteção (que defende na sua empenhada vida associativa). Nem certas premissas de profeta lhe faltam, ousando traçar elementos de uma história do futuro. O seu primeiro livro, lançado em 9 de Abril de 1974, com apenas 16 anos de idade, é um livro de poesia¹¹¹, cujo título *Voragem dos Dias* aponta para a consciência da fugacidade de tudo:

Esse título [*Voragem dos Dias*] revela algo que permaneceu na minha maneira de olhar para o mundo: a compreensão de que tudo é efémero e de que quando estamos a viver situações que parecem firmes e sólidas, estamos a menosprezar os sinais de decadência e de morte que trabalham por todo o lado, dentro das pessoas e das sociedades¹¹².

Em setembro de 1976, com 18 anos, ao entrar para a faculdade, começa a escrever sobre a crise ambiental que marcará o século XXI. Esta aguda consciência da finitude inclina-o, como admite, «a “farejar” o perigo». São disso exemplo a odisseia que recorda ter tido a sorte de realizar, visitando:

as jóias do Império colonial português em agosto e setembro de 1973... menos de um ano depois o edifício com 500 anos caiu estrondosamente. Senti o mesmo quando visitei a URSS em 1984 e regresssei brevemente em 1989. Em 1978, quando redigi o primeiro Manifesto Ecológico começava com um alerta para a possibilidade de colapso global, que hoje se transformou um lugar-comum¹¹³. Em março de 1985, publiquei o único livro português sobre a crise dos euromísseis, um episódio escaldante no final da guerra-fria, que

¹¹¹ Viriato tem uma outra obra de poesia intitulada *A prova do fogo* onde se espelham intuições semelhantes: «Não me basta este mundo como prova/procuro o rumor do vento levantando-se/à entrada dos desertos» (Soromenho-Marques, 1987: 7). Acerca do papel da literatura para pensar o real, Viriato afirma: «a escrita que designamos como ensaística acaba por ser a forma mais elevada de ficção: o pensamento compete com uma vida que urdirá a sua teia, com ele, sem ele, ou contra ele» (Soromenho-Marques, 2008a: 44).

¹¹² Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/062021.

¹¹³ «Vivemos numa época histórica de crise aberta. Nas próximas décadas a Humanidade será submetida a uma prova duríssima, a um teste de resistência vital para a sua sobrevivência na face do nosso planeta» (Soromenho-Marques, 1978).

poderia ter provocado uma guerra nuclear limitada na Europa (*Europa. O Risco o Futuro*). Felizmente, o perigo foi dissipado até hoje. Os temas sobre a Europa nunca me abandonaram, sempre na perspectiva de ver onde está o ponto de rutura, e o que fazer para o superar. Em 1993, na sequência de Maastricht (*Europa: Labirinto ou casa Comum*), em 2005, na malograda estrada para a Constituição europeia (*Cidadania e Construção Europeia*). E depois nos livros de 2014 e 2019 sobre a crise do euro e das dívidas soberanas. A mesma preocupação com os pontos de rutura, nos dois livros sobre crise ambiental, de 1998 e 2005, e nos muitos ensaios e capítulos de livros que se seguiram¹¹⁴.

O entrelaçamento da sua aventura existencial no mundo e nos problemas estruturais deste, atento ao efémero, aos *pontos de rutura* e à possibilidade de ruína institucional e ambiental, marcam a sua atividade filosófica:

A conclusão talvez seja que, ao contrário do romancista ou do poeta, que têm consolo no mundo que a sua imaginação cria, o ensaísta, o filósofo, quem quiser pensar o mundo — material e partilhado, a que chamamos mundo real — numa grande angular, dificilmente encontra consolo, sobretudo quando se dedica às grandes questões escatológicas, que no século XXI são mesmo questões-limite.¹¹⁵

Viriato Soromenho-Marques não nega a sua linhagem teórica em Nietzsche e Kant (autores a que dedicou, respetivamente, a sua dissertação de mestrado e doutoramento — ver Soromenho-Marques, 1995) — o homem é o protagonista trágico e o mundo o campo agónico em que os progressos para a paz perpétua se podem realizar.

Há um fio trágico em ambos os autores. Kant estremece perante a possibilidade de a humanidade não ser capaz de cultivar a sua vocação de liberdade, ultrapassando a necessidade natural. A lei moral em nós, é um fio condutor para um outro mundo possível pela ética e pelo direito. Em Nietzsche a tragédia reside na possibilidade de a Europa e a humanidade não estarem à altura da tarefa de construir um mundo habitável depois da morte do Deus cristão. Ele temia que, saindo o niilismo vencedor, acabaríamos por lamentar a morte (apesar de inevitável) de Deus¹¹⁶.

Viriato Soromenho-Marques, que se considera «um realista não resignado»¹¹⁷, domina a eloquência do pessimismo (marcado por uma toada escatológica), mas como toque a rebate, e, neste sentido, sobrevive sempre o otimismo inspirado na possibilidade de um futuro diferente. Só assim se entendem as centenas de páginas e conferências sobre pensamento estratégico, filosófico, político e ambiental. A caracterização trágica, factual, da arrogância humana, fáustica e predatória, a que teríamos de resistir politicamente, visa apontar progressos possíveis, inteiramente responsabilizadores da ação humana. Não se visa a limitação da natureza perfetível e criativa da humanidade, contudo, é imperativo tornar consciente os limites materiais da Natureza habitada, condição essencial para a sobrevivência da humanidade com qualidade de vida:

¹¹⁴ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

¹¹⁵ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

¹¹⁶ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

¹¹⁷ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

Se cairmos no beco sem saída do colapso ambiental, a humanidade não desaparecerá como espécie zoológica, embora em números abissalmente muito reduzidos. Contudo, não só o projeto de 500 anos de Modernidade terá falhado, como os conceitos de humanismo e de dignidade humana talvez sejam banidos por muitos séculos, talvez mesmo definitivamente¹¹⁸.

Assim, a defesa da *república ecológica* sobrepõe-se à heteronomia de princípios morais e políticos. A justiça, a paz, o bem-estar público e particular têm de integrar o primeiro princípio e condição de possibilidade dos demais que é pensar a *casa comum*. Muitas das suas obras dão conta dos riscos e das alternativas em causa, sob o signo de um trágico desequilíbrio: *Europa: o Risco do Futuro* (1985); *Europa: Labirinto ou Casa Comum* (1993); *Regressar à Terra: Consciência Ecológica e Política de Ambiente* (1994); *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente* (1998); *O Desafio da Água no Século XXI. Entre o Conflito e a Cooperação* (coordenação científica, 2003b); e *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável* (2005). O seu pensamento sintetiza a busca organizada de unidade política entre as pessoas (cidadania ativa), as instituições («cooperação coerciva») e a casa comum («terra mátria planetária»). O seu contributo no panorama filosófico é original. O filósofo **Miguel Real** enumera como aportações de Viriato Soromenho-Marques para o pensamento português, primeiro, a integração da problemática ambiental de que é um eminente teorizador; segundo, a roupagem teórico-política que lhe dá, e que não coloca este tema como apenas mais um campo de investigação entre os demais, mas trata-se de um problema cujas «características civilizacionais» integra e desafia todas as áreas do saber; terceiro, une, deste modo, o problema ambiental à dimensão histórico-política, alvorando uma «nova teoria da cidadania» (Real, 2011: 757). Este «novo paradigma de cidadania» (Soromenho-Marques, 1998: 113):

Significa a necessidade de uma participação cívica mais ativa, formalizada e institucionalizada – o que implica obrigações e não apenas direitos de participação – em todas as esferas da decisão e da implementação política. Isso implica uma sociedade mais liberta do trabalho e mais atenta ao risco de corrupção que acontece em todos os sistemas políticos e organizativos que são deixados entregues a si próprios. A participação cívica deverá ser estimulada, regulada e recompensada.

No seu pensamento não se opõe o poder do cidadão ao poder do Estado-nação. *A confiança no cidadão* a alcançar (que não se esgota no otimismo associado ao motor moral que o cidadão individualmente pode constituir, mas de potenciar o cidadão como motor cívico e político) não é inversa à *confiança no Estado* para a cooperação: «As coisas não se opõem. Complementam-se. A escala do Estado protege do caciquismo, dos pequenos tiranetes. Mas sem a vigilância dos cidadãos e a regulação constitucional dos poderes, o Estado pode transformar-se ou numa plutocracia, ou numa tirania em larga escala»¹¹⁹.

¹¹⁸ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

¹¹⁹ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

Teses, controvérsias e debates

A urgência climática pende sempre, como a espada de Dâmocles, sobre o pensamento de Viriato Soromenho-Marques. Os seus diagnósticos fundamentados, que integram informação acerca do uso irracional dos recursos naturais, energia e resíduos, não recusam nem escondem factos dolorosos, apenas realçam o desafio: «Temos a coragem de encontrar no serviço do futuro um critério de valor para as nossas vidas?» (Soromenho-Marques, 2008b: 44). Apresenta objeções ao modelo económico vigente por este afrontar os ecossistemas e a sua *capacidade de carga*. Crítica largamente a *idolatria do crescimento*, como afirma «o fim do crescimento, ao contrário do que se julga, não será necessariamente o fim da civilização. Mas será a condição para a sua sobrevivência e progresso» (Soromenho-Marques, 2013: 107). Nesta linha, entronca o seu *princípio da moderação voluntária*, de outro modo, importa refrear progressos económicos (ou estritamente financeiros), o que não implica restringir o aperfeiçoamento humano, como se disse anteriormente. Se o atual modelo económico é materialmente limitado, a perfeitibilidade humana é potencialmente infinita. A *arte de viver* não depende apenas de melhorias económicas:

Eu passo uma parte do meu dia, como filósofo, a conviver com génios da humanidade (de Platão a Nietzsche). São pessoas infinitamente mais interessantes do que a maioria dos nossos contemporâneos, e com um estilo de vida sem qualquer comparação. A sua felicidade não implicava a destruição do ambiente. Se todos tivéssemos a mesma pegada ecológica de Aristóteles, a crise ambiental estaria resolvida (Soromenho-Marques, 2013: 107).

Ademais, valorizando outros saberes a ser considerados (arte, religião, etc.), Viriato objeta à perspetiva segundo a qual a tecnologia poderá resolver tudo (*technological fix*). Defende o *princípio da prudência* que passa pelo reconhecimento humilde do muito que não sabemos, mas não se esgota no regresso ao adágio socrático. A sua reflexão tem como premissa a prudência num sentido temporal, isto é, a nossa ação imersa na consciência de que somos temporalmente extensos¹²⁰. Consequentemente, a racionalidade prática não pode ignorar o peso do *futuro* na ponderação da ação presente. O compromisso intergeracional é uma implicação prudencial que assume o estatuto de imperativo ético e político. Não se trata apenas de perspetivar o contributo da filosofia *sub specie aeternitatis*, mas de encarar estrategicamente a emergência climática global, segundo um *princípio de solidariedade entre gerações*. Recuperando a filosofia da ação de Hannah Arendt, que Viriato Soromenho-Marques verte para a reflexão ambiental, que defende o *princípio da natalidade como fonte de futuro*, isto é, a nova geração tem de ter direito a projetos próprios — o direito de *começar algo de novo* —, sem estar condenada, desde logo, a custear os projetos da

¹²⁰ «A efemeridade do tempo abarca hoje todas as dimensões da existência. A sua voragem já não atinge só os indivíduos. O tempo fustiga, forte, os alicerces das instituições e artifícios civilizacionais, e o próprio corpo do mundo. Vivemos um período escatológico, de saídas inevitáveis e entradas incertas» (Soromenho-Marques, 2008b: 44).

geração que a antecedeu (sobre o direito das gerações futuras, ver *A Revolução Federal*, 2002: 135-141).

Dada a urgência do problema ambiental, restaria, por *reductio ad absurdum*, ativar um *princípio de cooperação compulsória*, em que a sobrevivência coletiva impõe alterações às relações internacionais e a assunção de responsabilidades conjuntas. A *casa comum* exigiria uma cidadania global e cosmopolita (ver *A Era da Cidadania – De Maquiavel a Jefferson*, 1996). Quando inquirido se é possível conciliar a era das crises globais (econômicas, ambientais, de alterações climáticas, pandêmicas) com as soluções individualistas dos Estados-nação, afirma:

Concordo com o «trilema» que o economista Dani Rodrik apresentou num artigo de 2000, para o futuro podemos apenas escolher dois de entre estes três elementos: i) Democracia; ii) Soberania do Estado-Nação; iii) Globalização Económica. Na Europa, se escolhermos iii) só poderemos ter i) numa escala federal. O que está a acontecer é que estamos a escolher ii) e iii), perdendo a democracia¹²¹.

Como bem assinala **Miguel Real** (2011: 758-759), existe uma inflexão no pensamento de Viriato Soromenho-Marques que o faz passar da «identificação de áreas de confluência objetiva de interesse, entre os diversos protagonistas da ação política à escala planetária, nacional ou regional» (ver Soromenho-Marques, 1993), para a defesa de uma «Cooperação Compulsiva» (ver Soromenho-Marques, 1998, 2005). Como explicita:

Trata-se de definir a agenda política em função de perigos vitais percebidos como comuns, e que só podem ser vencidos em conjunto (guerra nuclear, crise ambiental). Isso exige duas condições: i) capacidade de acordo gnosiológico sobre os perigos a vencer; ii) capacidade de fazer cedências em matéria de poder e dominação por parte dos atores hegemónicos. Isso significa que o futuro dirá se: i) a inteligência é mais forte do que a estupidéz; ii) se a vontade de viver prevalece (ou não) sobre a vontade de dominação¹²².

Neste sentido, não se pode abdicar do *princípio da Comunidade Inclusiva*, isto é, a relação com a Natureza é ética e tem repercussões morais. Se se aceitar estes *princípios* éticos e políticos de preservação e sustentabilidade ambiental, surge um outro problema que se coloca com veemência: poderemos aceitar estes princípios sem alterar comportamentos? Podemos ser acráticos, agindo contra os nossos melhores juízos? O papel que Viriato Soromenho-Marques assume em diversas instituições públicas e organizações não governamentais visa alcançar políticas públicas coerentes com os princípios defendidos. Quer a sua presença nos meios de comunicação social, quer os diversos cursos ministrados ao longo da sua carreira científica e académica procuram alcançar a prudência intergeracional, o progresso humano e a melhoria na qualidade de vida referidos anteriormente. O empenhado uso público da razão que leva a efeito na imprensa e nos *media*, desmontando preconceitos, «biombos ideológicos» e «bunkers epistemológicos», bem como a sua ética republicana, inconformada com a des-

¹²¹ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

¹²² Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

regulação do mercado e da economia, forcem a quem o ouve, lê e consigo pensa, a examinar filosoficamente opções de vida, princípios éticos e atividade política.

Viriato Soromenho-Marques procurou verificar, logo em 1998, a tese segundo a qual a sociedade portuguesa teria um défice no respeitante ao pensamento sobre a crise ambiental co-organizando um Colóquio (a 22 e 23 de outubro) de que resultou a ilustrativa publicação, coordenada pela sua colega de departamento e pensadora do ambiente, Cristina Beckett: *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa* (2001). Hodiernamente, acerca do lugar e papel de Portugal na crise ambiental, pensa:

A melhor tarefa de Portugal para o bem do Mundo, seria a de dar o exemplo de uma política de justiça intergeracional: respeitar a herança do passado, defender as condições de vida das gerações ainda não nascidas. Contaminados pela toxina do crescimento irracional, estamos a viver devorando o capital natural de que os vindouros necessitariam para construir o seu Portugal. Este quadro é insustentável e intolerável¹²³.

Em suma, a metamorfose rumo a novos valores, rejeita o consumidor egoísta e predador da Natureza em favor do cidadão globalmente responsável, influente civicamente, como protagonista local da mudança global pretendida. A *república ecológica* não admite, como assevera, uma distância entre a consciência e a mão, entre o pensar e o agir. A *Era da Cidadania* é praxica e responsabiliza a todos. Usando termos que são caros ao seu pensamento, o *futuro frágil* força-nos a transformar o *labirinto em casa comum*, o *conflito em cooperação*, o *colapso em desenvolvimento sustentável*, e a *arte de vencer em arte de viver*.

Bibliografia fundamental

- Soromenho-Marques V (1985) *Europa: o risco do futuro*. Lisboa, Dom Quixote.
- Soromenho-Marques V (1993) *Europa: labirinto ou casa comum*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques V (1994) *Regressar à Terra: Consciência ecológica e política de ambiente*. Lisboa, Fim de Século.
- Soromenho-Marques V (1995) *História e política no pensamento de Kant*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques V (1996) *A Era da Cidadania. De Maquiavel a Jefferson*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques V (1998) *O futuro frágil. Os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques V (2002) *A Revolução Federal: Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos EUA*. Lisboa, Edições Colibri.
- Soromenho-Marques V (2003a) *O Federalista, de Hamilton, Madison e Jay*, tradução, introdução e notas com a colaboração de J C S Duarte, 2.^a edição. Lisboa, Edições Colibri.
- Soromenho-Marques V (2003b) *O Desafio da Água no Século XXI. Entre o Conflito e a Cooperação*. Lisboa, Editorial Notícias.

¹²³ Entrevista a Viriato Soromenho-Marques, 07/06/2021.

- Soromenho-Marques V (2005) *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*. Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques V (2008b) *O Regresso da América. Que Futuro Depois do Império?* Lisboa, Esfera do Caos.
- Soromenho-Marques V (2011) *Tópicos de Filosofia e Ciência Política. Federalismo. Das raízes Americanas aos Dilemas Europeus*. Lisboa, Esfera do Caos.
- Soromenho-Marques V (2014) *Portugal na Queda da Europa*. Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores.

Referências secundárias

- Beckert C (coord.) (2001) *Natureza e Ambiente: Representações na Cultura Portuguesa*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Real M (2011) *O Pensamento Português Contemporâneo 1890-2010: O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Soromenho-Marques V (1974) *Voragem dos dias (poemas)*. Setúbal, ed. do Autor.
- Soromenho-Marques V (1978) *Manifesto do Movimento de Ação Ecológica de Setúbal*, texto inédito. Setúbal.
- Soromenho-Marques V (1987) *A prova do fogo (poemas)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Gota de Água.
- Soromenho-Marques V (2008a) Autobiografia de Viriato Soromenho-Marques. Registo dos Dias. JL – *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 985: 44.
- Soromenho-Marques V (2013) Fim do crescimento será condição de sobrevivência e progresso. *EPICUR (De)Crescimento*, s.n.: 104-107.
- Soromenho-Marques V (2020) Federalismo segundo Viriato Soromenho-Marques, entrevista concedida a Patrícia Fernandes. In M Camerlo, A Malamud, R Vaz-Pinto (coords.) *Ciência Política à Portuguesa. A Disciplina Contada pelos seus Protagonistas*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 195-215.

40. Vítor Figueiredo

Pedro Namorado Borges e Ricardo Costa Agarez

Percurso

O trabalho de Vítor Figueiredo (1929-2004), arquiteto português com um percurso que marcou a cultura arquitetónica no País durante a segunda metade do século XX, permanece relativamente pouco conhecido do público não-especializado e, em alguns aspetos, mesmo nos círculos profissionais. Vítor Figueiredo desenvolveu uma importante obra construída e não construída, dedicada à habitação social – campo em que surge como um dos principais criadores, e pensadores, daquele período em Portugal – bem como a instalações de ensino superior, equipamentos desportivos e religiosos e edifícios de serviços. A reflexão sobre a posição do Arquiteto no mundo, a que recorreu, como ferramenta de trabalho projetual, com uma intensidade incomum entre os seus pares, foi porventura o seu maior contributo para o pensamento no campo disciplinar da arquitetura: uma reflexão que, tendo como veículo a palavra escrita e falada, ficou registada, mais do que nos formatos convencionais de publicação, em memórias descritivas, entrevistas e comunicações (ver Borges, 2019; Maldonado, 2020; Maldonado e Borges, 2015).

O contributo de Vítor Figueiredo abrangeu um leque amplo de escalas, exemplar de uma formação como arquiteto e «ordenador do espaço»¹²⁴. A partir de uma sólida base de princípios do Movimento Moderno, fomentada pelo ambiente de abertura e liberdade de expressão em que, no Porto, se formou e começou a trabalhar¹²⁵, Vítor

¹²⁴ Definição incluída em uma das suas memórias descritivas, datada de 1960. Ver Figueiredo V, Lobo V (1960) *Memória Descritiva do Anteprojecto do Agrupamento de unidades de habitação em Olivais Sul, célula C*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-TXT 00085. A expressão tem um paralelo claro com a definição (mais conhecida) do arquiteto como «organizador do espaço», dada por Fernando Távora. Ver Távora F (1999 [1962]) *Da Organização do Espaço*. Porto, FAUP.

¹²⁵ O ambiente de entusiasmo em torno da arquitetura associado à orientação dada por Carlos Ramos ao curso de Arquitetura na Escola de Belas-Artes do Porto, traduzia-se numa atenção permanente ao panorama internacional, que moldava um corpo discente dinâmico e empenhado na constante renovação de perspetivas sobre a disciplina Arquitetura. Ver p. ex. Amaral e Neves (2001) e Silva (1999).

Figueiredo explorou novas perspectivas de abordagem arquitetónica em consonância com movimentos como o que, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, procurou recolocar o Homem no centro das preocupações dos criadores do ambiente construído. O Homem, as suas necessidades, ambições, contradições e angústias, fizeram a partir de então, para o arquiteto, parte do ato de desenhar e construir a todos os níveis, desde o detalhe construtivo ao planeamento territorial.

Vítor Figueiredo inicia em 1947 um percurso académico que se prolongaria por 12 anos, divididos entre Porto e Lisboa, durante os quais vive também as primeiras experiências profissionais. Ingressado inicialmente no Curso Especial de Arquitetura da Escola de Belas Artes do Porto – cidade onde colabora, em 1947, com o arquiteto Mário Bonito – transferiu-se, no segundo ano, para a Escola de Belas Artes de Lisboa, regressando de seguida ao Norte. No Porto e entre 1951 e 1956 trabalha, como desenhador de betão armado, com os engenheiros Jorge Delgado e António dos Santos Soares no projecto de estruturas da cúpula do Palácio de Cristal; em 1953 inicia, nesta cidade, o Curso Superior de Arquitetura. No final deste ciclo regressa à capital, onde colabora com o arquiteto Leonardo Castro Freire e, neste escritório, desenvolve o projecto que viria a apresentar ao Concurso para Obtenção de Diploma de Arquiteto (CODA), no Porto, em 1959: este projeto, respondendo à encomenda real de uma habitação em S. João do Estoril, valeu-lhe a atribuição do diploma com a nota final de 19 valores, sendo publicado no mesmo ano pela revista *Arquitetura*¹²⁶.

O trajeto académico foi, como refere Vítor Figueiredo, marcado por um vibrante ambiente cultural, ao qual não terão sido alheios os debates associados às alterações pedagógicas então em curso nas Escolas de Lisboa e Porto (ver Silva, 1999). Das vivências deste período destaca as mudanças de perspectiva em relação ao racionalismo, funcionalismo e abstracionismo, contrapondo-lhes o organicismo de Frank Lloyd Wright e a revisão crítica da história da arquitetura moderna proposta por Bruno Zevi. Sublinha também o impacto de experiências diversificadas que o marcaram: das obras de Alvar Alto e Cassiano Branco, e da cultura do cinema trazida pelos cineclubes, às tertúlias ecléticas em cafés, como o Majestic no Porto, e aos primeiros contatos diretos com a prática profissional (ver Dias, 2001). Em 1960 estabelece-se definitivamente em Lisboa, como profissional independente com atelier na Rua da Escola Politécnica; por este escritório passaram, ao longo de quatro décadas, sucessivas gerações de colaboradores que recorrentemente relatam, em testemunhos e na sua prática subsequente, as marcas de uma experiência singular¹²⁷.

A obra, circunscrita a Portugal Continental, resulta essencialmente de encomenda pública e pode dividir-se em três momentos. O primeiro momento abrange as décadas de 1960 e 1970. Projeta conjuntos de habitação social, sobretudo Casas de Renda Económica da categoria I, ou seja, a mais baixa definida neste programa de alojamento económico que integrou a resposta do Estado Novo ao problema da habitação em Portugal. Neste âmbito trabalha com o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa, projetando conjuntos inseridos nos planos urbanos de Olivais-Sul e Chelas; com o organismo público Federação de Caixas de Previdência

¹²⁶ Pereira N T (1959) Moradia em S. João do Estoril. *Arquitetura*, 66: 15-22.

¹²⁷ Ver p. ex. o testemunho do arquiteto Jorge Spencer incluído em Maldonado e Borges (2015).

– Habitações Económicas (FCP-HE), desenvolvendo conjuntos em Lisboa e Setúbal; e com o Fundo de Fomento da Habitação, no projecto do Alto do Zambujal (Amadora). O desempenho como arquiteto distrital da FCP-HE permite-lhe alargar o âmbito geográfico de intervenção a Santarém e Leiria, concebendo projetos não só para as caixas de Previdência destes distritos mas também para beneficiários das Casas do Povo e dos sistemas de previdência de várias empresas¹²⁸.

Durante a crise económica dos anos 1980 – década que marca o segundo momento – as encomendas públicas tornam-se pontuais. Neste período em que poucos projetos se concretizaram, destacam-se duas agências bancárias para a Caixa Geral de Depósitos, em Lisboa e Beja; um balneário e um pavilhão desportivo para a Câmara Municipal de Oeiras; e uma capela em Albergaria dos Fusos, para a Câmara Municipal de Cuba.

A partir da década de 90, num contexto de aumento de financiamento decorrente da integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, surgem várias oportunidades de trabalho, por participação em concursos para obras públicas. Neste terceiro momento, Figueiredo dedica-se a importantes projetos de equipamento escolar universitário. Em 1991, desenha as Novas Instalações do Pólo Universitário da Mitra da Universidade de Évora; no ano seguinte, a Escola Superior de Artes e *Design* (ESAD) do Instituto Politécnico de Leiria, em Caldas da Rainha; e, em 1993, o Complexo Pedagógico Científico e Tecnológico da Universidade de Aveiro.

A intervenção cívica e profissional e o reconhecimento público como arquiteto vão surgindo a par da realização dos projetos: em 1986, recebe o Prémio Nacional da Associação Internacional de Críticos de Arte e Secretaria de Estado da Cultura, pelo conjunto de habitação do Alto do Zambujal; em 1989, o Prémio dos Programas Habitacionais do Distrito de Setúbal, pelo projecto do Bairro da Azeda; e em 1998, o prémio SECIL de Arquitetura pelo projecto da ESAD. A partir da década de 1990, Vítor Figueiredo assumiu uma postura de exposição e comunicação públicas do seu pensamento, iniciada no contexto académico dentro e fora de Portugal¹²⁹ e prosseguida na participação em exposições relevantes, algumas destinadas ao grande público¹³⁰.

Vítor Figueiredo trabalhou como projetista até ao final da vida (Lisboa, 30 de janeiro de 2004), deixando por terminar o edifício do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, encomenda do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça I.P. localizada no Polo III da Universidade de Coimbra. Esta obra faria da sua conhecida trilogia de edifícios de ensino universitário (Évora, Caldas, Aveiro) uma possível tetralogia (Borges, 2019).

¹²⁸ Ao abrigo da Lei n.º 2092, de 9 de abril de 1958. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 72, de 9 de abril de 1958.

¹²⁹ Enquanto leciona no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (1995-2001) e no Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa (2003-2004), apresenta comunicações em diferentes faculdades em Portugal (Lisboa, Coimbra, Porto, 1996-2000), Alemanha (1998) e Espanha (1999) (ver Borges, 2019).

¹³⁰ Participou na exposição «Portugal – Arquitectura do Século XX» integrada na 49.ª Feira do Livro de Frankfurt (1997), depois montada no Centro Cultural de Belém em Lisboa (1998); na exposição «Desenho nas Cidades: Arquitectura em Portugal 2003» integrada na V Bienal de Arquitectura de São Paulo; e no ano seguinte na exposição «*Disegnare nelle Città: Architettura in Portogallo*», parte da XX Trienal de Milão.

Espaço, Lugar e Território

A memória descritiva que Vítor Figueiredo escreveu para o projeto de habitação unifamiliar apresentado ao CODA em 1959, com que concluiu o percurso académico, pode entender-se como a reflexão fundadora em que assenta o pensamento e a prática de arquitetura desenvolvidos posteriormente (Borges, 2019; Maldonado, 2020). As ideias-chave que apresenta neste documento inaugural tem uma consistência e coerência que parecem resistir ao longo das décadas seguintes, revelando-se nas obras por si realizadas e também nas suas colaborações com outros arquitetos. Igualmente relevante é a forma como Vítor Figueiredo utiliza o formato “memória descritiva” como veículo privilegiado para as suas ideias e convicções, inserindo-se assim numa tradição alimentada por gerações de agentes do ambiente construído em Portugal, arquitetos e não arquitetos (Agarez, 2016), por vezes levando esta tradição a novos patamares de sofisticação.

No texto para o CODA, Vítor Figueiredo defende como argumento principal que cada obra, em abstrato, deve ser o reflexo de uma procura feita a partir das circunstâncias e condicionantes de um dado momento, em contraponto a uma aplicação de conclusões já sedimentadas. Assume uma postura crítica em relação às duas atitudes então predominantes, situando-se numa posição indefinida entre o racionalismo e os movimentos de revisão emergentes, como o mais tarde denominado Regionalismo Crítico, sem mostrar claramente a pretensão de criar uma nova teoria alternativa. Dessas duas posições vigentes, recusa uma visão estática sobre a realidade humana, seja de carácter universal, seja local, ao mesmo tempo que não rejeita completamente os resultados estéticos mais austeros da pesquisa racionalista, nem a atitude de revisão proposta pelos seus críticos. Neste sentido defende uma abordagem da arquitetura como um suporte do dinamismo e indeterminismo humanos, em que cada projecto é validado enquanto construção de uma conceção do Mundo, tentando evitar a aplicação de teorias e gestos recorrentes da cultura arquitetónica – automatismos que apelidava de «mala-de-truques» do arquiteto (Figueiredo, 2000).

Em 1960, na memória descritiva do anteprojecto para o Agrupamento de Unidades de Habitação em Olivais Sul, Célula C, em Lisboa – o primeiro trabalho de habitação apoiada em coautoria com Vasco Lobo –, Figueiredo avança na direção da realidade concreta dos problemas humanos e da responsabilidade do arquiteto na sua mitigação. Ali, identifica como questão central – que se manterá em trabalhos subsequentes – o imperativo de construir o futuro da cidade e da habitação, mesmo com «programas mínimos e soluções económicas», aproximando-se dos padrões de vida definidos pelas ciências humanas¹³¹. Numa visão que transcende, em muito, a mera satisfação das necessidades de alojamento, entende que a arquitetura de habitação multifamiliar deve procurar responder a uma ideia de cidade enquanto espaço público, gerado e caracterizado essencialmente a partir dos edifícios propostos; daqui resulta a sua importância crucial, e o poder do trabalho de projeto neste campo. Vítor Figueiredo considera que espaço edificado e não edificado são parte integrante do habitar a cidade, e que a dignidade do

¹³¹ Figueiredo V, Lobo V (1960) *Memória Descritiva do Anteprojecto do Agrupamento de unidades de habitação em Olivais Sul, célula C*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT VF-TXT 00085.

conjunto deve estar inscrita na arquitetura e não depender da qualidade, por exemplo, dos arranjos exteriores. O objetivo é estabelecer continuidades narrativas, interpretando o léxico urbano onde se insere a intervenção, de forma a evitar a marcação pela diferença de zonas urbanas e as potenciais consequências negativas desta, como a segregação social (ver Borges, 2019; Maldonado, 2020; Maldonado e Borges, 2015).

O plano urbano de Olivais Sul, herdeiro da Carta de Atenas (instrumento que o arquiteto criticava, designando-o por vezes como «Carta de Antenas»), pressupunha a separação do projecto entre espaço público (definido pela equipa de coordenação do GTH) e os diferentes conjuntos de edifícios (definidos pelas respetivas equipas projetistas), cujo trabalho, lamentava Vítor Figueiredo, foi desenvolvido em paralelo e sem diálogo sobre a forma urbana resultante. Tal lacuna terá levado a sua equipa a criar um conjunto que assume diferentes direções, através de rotações e deslocamentos da massa edificada, quebrando a leitura de um simples bloco monolítico e procurando possíveis diálogos com realidades desconhecidas (Borges, 2019).

Nas palavras de Vítor Figueiredo, o «tipo de implantação» prevista no plano não era «a construção de um sítio», como deveria ser, mas meramente «a construção num sítio», o que trazia especiais exigências ao tratamento dos espaços exteriores.

Sem caricatura, independentemente de outras considerações, teriam de ser jardins com edifícios em sábia disposição e crianças risonhas a brincar, e isso não era a realidade. Daí as minhas tentativas de organizar conjuntos que, mesmo sem ou com poucos arranjos exteriores, subsistissem para o habitar e não fossem blocos de habitação plantados num areal ou num lamaçal, conforme a época do ano (Gonçalves e Santos, 1999: 38-61).

Nos anos seguintes, em 1962 e 1963, Figueiredo desenvolve uma abordagem ao desenho urbano em contexto rural onde aperfeiçoa, a uma escala mais próxima da humana, a capacidade de definir em pormenor o espaço público pelo delinear preciso do espaço construído, com os conjuntos habitacionais de Benavente (em coautoria com Vasco Lobo) e Santo Estevão (Benavente, Santarém), ambos para a FCP-HE. Nestas operações de expansão urbana, procura estabelecer uma continuidade narrativa ao eleger a organização em quarteirão – tida como mais corrente ali e na generalidade das povoações rurais – e reinterpretando o léxico existente em diálogo com as características do território. Em Benavente, justifica os quarteirões regulares propostos com a intenção de criar «dificuldades a um atravessamento rápido, definir mais apertadamente situações de rua e deixar por ocupar somente espaços bem caracterizados e de utilização sistematizada».

Definido o grande dreno de trânsito de peões e os ramais que o ligam a situações ou a espaços distribuidores, verifica-se que está simultaneamente assegurada a ligação ao exterior e que esta se faz com evidente naturalidade e sempre por sugestão dos elementos já existentes (...) Assinala-se, para além de um arruamento rico de situações próprias, a presença de certos espaços qualificados e quanto possível aferidos pelas dimensões da construção que fisicamente os delimita¹³².

¹³² Figueiredo V, Lobo V (1962) *Memória Descritiva do projecto Conjunto de habitações em Benavente. Agrupamento CP 49 e habitações para beneficiários da lei 2092*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT-TXT 00082.

Em Santo Estevão, num terreno com pendente para os arrozais e uma igreja no topo, o quarteirão torna-se mais orgânico contribuindo para «a diversidade de ruas, ruelas e pátios que ali se vai construir, um pouco anonimamente. O sítio pede isso» (Marques, 1999: 61-80).

Também no conjunto que projeta para a FCP-HE em Peniche, em 1968, a forma urbana é o resultado direto da relação entre os edifícios propostos: esta relação «gera paisagem, ela própria cria acontecimento» (*Ibidem*) e faz parte da estratégia de Figueiredo para cerzir uma nova parcela de cidade com o pré-existente. A integração urbanística, escreve, «constitui preocupação dominante deste projecto». O conjunto dialoga volumetricamente com o bairro de Casas para Famílias Pobres adjacente e com a ortogonalidade da frente urbana principal, organizando uma sucessão de praças e ruas interiores, interligadas com os acessos verticais às habitações por passagens pedonais. Desta forma, cria pequenos volumes edificadas com quatro frentes desimpedidas, dando-lhes uma silhueta de pequenos «palacetes», contribuindo para a caracterização socioeconómica ambígua do conjunto urbano. Aqui encontramos uma das preocupações recorrentes do arquiteto: dignificar a habitação apoiada, neste caso através da implantação e volumetria. A implantação, escreve na memória descritiva,

É muito caracterizada e deriva directamente do tipo de solução arquitectónica (...) A forma de articulação dos blocos maciços de 12 fogos (Cat. I) impõe um determinado ritmo que encontra no outro projecto (Cat. II) a expressão que se pretendeu diferenciada das vulgares bandas contínuas, sem contudo perder o sentido económico da construção concentrada¹³³.

O Plano de Urbanização de Chelas, coordenado pelo GTH, ofereceu à equipa de Vítor Figueiredo, Jorge Gil e Eduardo Trigo de Sousa outra oportunidade, agora em grande escala, de criar espaço público essencialmente através da posição relativa da massa edificada. O conjunto habitacional que estudam a partir de 1973 para a zona N2 constitui, na verdade, um único objeto – sobranceiro ao vale, centrípeto, com cinco «dedos» ligados por uma galeria – que assinala o ponto notável onde se localiza, resolve o programa, gera espaço público e remata a malha urbana de que faz parte. Uma vez mais, a memória descreve de modo sofisticado o conjunto: «a solução apresentada integra-se no todo urbanístico mas assumindo a sua situação de marginalidade sem no entanto a exacerbar ao ponto de criar como que um “ghetto”».

Assim, se por um lado se optou por uma solução que tende nitidamente para ser um objecto, contido e justificado em si mesmo, valendo como um todo, um micro-complexo que se basta espacial e visualmente, por outro lado cuidou-se que esse mesmo objecto estivesse em relação com o total da zona, especialmente com as edificações mais próximas. (...) se pela própria forma do «objecto» se pretendeu criar uma situação de termo a toda a zona, não só de um ponto de vista formal como na relação com a curva da estrada, de modo a tirar partido da sua situação de marginalidade, criando como que

¹³³ Figueiredo V (1968) *Memória Descritiva do estudo prévio do Conjunto habitacional de Peniche CRE 104*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT-TXT 00048.

um abandonar tangencialmente o sistema de vias, igualmente se pretendeu, pelo paralelismo às estradas dos blocos extremos evitar uma interrupção de continuidade entre esta ponta-objecto e todo o resto da zona¹³⁴.

Entre o primeiro «dedo», alinhado com a via pública principal, e o último, que delimita o arruamento interno do conjunto, os arquitetos desenham então um domínio de volumes implantados ao longo de uma galeria coberta circular que, paralela à via de acesso secundária, gera a praça de acesso ao conjunto. Entre «dedos», espaços abertos ao vale que olha o rio Tejo foram previstos como pequenos jardins de ambiente lisboeta que acompanham o declive natural do terreno.

Vítor Figueiredo respondeu a uma grande diversidade de desafios ao longo do seu profícuo percurso como criador de trechos de cidade através da habitação multifamiliar apoiada. Quando, em 1974, desenha o conjunto habitacional do Alto do Zambujal em co-autoria de Duarte Cabral de Mello¹³⁵, no âmbito do Plano Integrado do Zambujal, encontra um território que, ao contrário daqueles onde desenvolvera os projetos anteriores, carece de qualquer continuidade urbana regrada. A intervenção torna-se, assim, responsável por criar a referência narrativa fundadora dos futuros núcleos urbanos vizinhos¹³⁶. A fase de concurso representa o conjunto como uma fortaleza (no deserto, numa selva e numa falésia), sublinhando a consciência da criação de uma nova ordem referencial sobre um território. A proposta urbana estrutura-se em torno do arruamento principal proposto pelo Plano Integrado, relacionando-o diretamente com a massa edificada que o define como rua. Este eixo, sinuoso, organiza todo o conjunto num sistema de falsos quarteirões abertos, cujos limites posteriores ficam, expectantes, a aguardar futuras extensões futuras.

Com a responsabilidade de uma ordem fundadora, este projecto responde de uma forma eclética à questão formulada no primeiro projecto: a construção do futuro da cidade e da habitação com «programas mínimos e soluções económicas», de acordo com padrões de vida estudados pelas ciências humanas. No Alto do Zambujal, a formulação desta resposta sintetiza a experiência acumulada anteriormente: a organização linear das células habitacionais forma um conjunto edificado homogéneo, que assume diferentes rotações como em Chelas, com atravessamentos públicos nos acessos verticais como em Peniche, relacionando ruas e interiores de quarteirão, como os conjuntos de Benavente e Santo Estevão, aberto aos futuros diálogos urbanos como os edifícios dos Olivais. Neste caso, todo o conjunto assume uma unidade narrativa urbana nova, que gera espaço público diretamente a partir da resposta ao programa de habitação do qual é parte integrante, enquanto ato gerador de uma cidade para habitar.

Quando trabalha em resposta à encomenda de edifícios públicos não residenciais, Vítor Figueiredo mantém a atenção ao espaço público que gera ou é gerado pelo programa, questão fundamental que a sua obra explora. Na capela da Aldeia de

¹³⁴ Figueiredo V, Sousa E T, Gil J (1973) *Memória Descritiva do Estudo Base do Conjunto Habitacional de Chelas*. PUC-Zona N2. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/ SIPA, PT VF-TXT 000067.

¹³⁵ Na fase de concurso, a coautoria estende-se a Eduardo Trigo de Sousa, Jorge Gil e Fernando Pessoa («não-ele-mesmo», como mencionam os documentos de projeto).

¹³⁶ Figueiredo V (1974) *Programa Base: Fundo Fomento da Habitação, Alto do Zambujal, Orgânica do Conjunto Urbano*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA PT VF-DES 001947.

Albergaria dos Fusos (Cuba, 1990-1991), Vítor Figueiredo e Jorge Cruz Pinto invocam não apenas a influência da realidade próxima, «desde a capela renascentista de Valverde às capelas anónimas que povoam a planície alentejana» (Figueiredo e Pinto, 1991: 71-73) mas também a importância do espaço público em galeria que o objeto pode originar em torno do núcleo central do programa. Este espaço coberto permite a apropriação do edifício sem entrar no espaço de culto, comunicando diretamente com as ruas e praça onde se insere (Figueiredo, 2000).

A «Mitra»¹³⁷ representa um marco no conjunto da obra de Vítor Figueiredo, com a identificação muito clara da referência matriz do projecto:

Era muito presente em mim a memória dos montes alentejanos, de alguns montes alentejanos, onde as construções se dão no tempo, juntando e somando, criando espaços. Esse é de facto o ponto de partida. Não é uma situação impositiva de mais um edifício, ou de dois edifícios onde se vão dar aulas, onde existe ensino universitário. Era de facto uma situação mais remetida para o controlo, ou para uma proposta de espaço exterior que articulasse as coisas¹³⁸.

Um dos exemplos concretos desta configuração espacial é justamente o monte da herdade da Mitra, localizado junto ao local da intervenção. É com a ambição de interpretar e sintetizar o léxico espacial destas estruturas existentes, anónimas e moldadas pelo tempo, ancoradas no contexto e nas circunstâncias em que se insere, que Vítor Figueiredo procura nortear a sua proposta. No conjunto, ela reitera a posição que o autor assumira já em 1959, no texto que escreveu para o CODA: a recusa de receitas arquitetónicas adotadas *a priori*, procedendo sistematicamente a uma revisão pessoal baseada na prática profissional quotidiana, deixando transparecer um estado permanente de interrogação e dúvida.

Às vezes um pouco por brincadeira eu dizia (...) é como se isto já cá estivesse e fosse aproveitado para uma instalação de ensino. Se isso foi..., se lá está algo disso, eu não lhe chamo intemporal, mas se lhe foi retirada a violência da presença do arquitecto que fez o seu objecto muito bem feito, muito sábio, muito cheio das últimas interrogações suas, se quisermos, ou das suas últimas tendências, se conseguimos depurá-lo ou retirar-lhe isso, ótimo¹³⁹.

«[T]oda a obra», escreveu o arquiteto em 1959, «exigira conter em si a história da procura feita do caminhar tacteando de seu criador, responsável porque ela seja a sua

¹³⁷ Forma de referência íntima ao projeto das Novas Instalações do Pólo Universitário da Mitra da Universidade de Évora, realizado com a colaboração de Teresa Almeida, Rui Marrafa e José Neves entre 1991 e 1995.

¹³⁸ Entrevista a Vítor Figueiredo. In Dias M G (1996) Novas Instalações da Universidade de Évora no Pólo da Mitra. Ver *Artes*. RTP2, 14 de Março. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/novas-instalacoes-da-universidade-de-evora-no-polo-da-mitra/>.

¹³⁹ Entrevista a Vítor Figueiredo. In Dias M G (1996) Novas Instalações da Universidade de Évora no Pólo da Mitra. Ver *Artes*. RTP2, 14 de Março. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/novas-instalacoes-da-universidade-de-evora-no-polo-da-mitra/>.

expressão total e actual (no sentido tempo existência) e não um repositório semi-automático do já percorrido»¹⁴⁰.

O discurso de Vítor Figueiredo é um diálogo. Pela sua natureza é disperso e fragmentado entre memórias descritivas, entrevistas e comunicações. O seu conteúdo são reflexões sobre as histórias dos seus projectos. A génese do discurso é o próprio processo de trabalho. O processo é descrito como um diálogo intenso e imersivo construído entre Vítor Figueiredo e os diferentes coautores, colaboradores e amigos; de certo modo, um diálogo entre o arquiteto e o mundo, onde aquele expõe a sua filosofia e as suas angústias, e se deixa interpelar pela sujidade, a imperfeição do mundo. Cada projecto é uma história, reflexo das circunstâncias do programa, do momento da vida em que se insere e da contribuição pessoal de cada interveniente.

«Eu não te estou a falar de arquitectura, que eu não sei falar de arquitectura. Estou-te a falar de coisas mais sérias, do suporte de uma actividade profissional que é a arquitectura» (Marques, 1999: 61-80)¹⁴¹.

O discurso é, antes de mais, uma ferramenta de trabalho de criação de pensamento, que vai sustentar e validar as várias decisões ao longo de cada processo. Nesse sentido, o discurso é uma parte integrante da obra e refere-se em concreto a cada projecto.

A reflexão foi sendo construída e partilhada ao longo do tempo de uma forma restrita, apenas acessível aos seus colegas e amigos pertencentes ao círculo mais íntimo e profissional, e pontualmente a outros por meio das memórias descritivas e, mais tarde, das conferências e entrevistas, onde partilhou publicamente o discurso da forma que preferia: a conversar. Foi a conversar que apresentou uma autobiografia em torno da arquitetura, como uma sucessão de relações entre as diferentes dimensões, entre o percurso de vida e a obra.

«Se você me pede uma teoria geral, não, olhe eu acho que você deve ir por aqui, serei incapaz de o fazer. Porquê? Não tenho para mim próprio»¹⁴².

Nas palavras, como na obra, procura essencialmente o diálogo com os intervenientes, utilizando o conto de histórias e o humor como instrumento de denúncia e desmistificação das visões estáticas sobre o Mundo e a cultura arquitetónica. É através da apresentação da sua experiência que procura estimular outras formas de olhar e fazer arquitetura, questionando o papel do arquiteto ou da atividade que exerce e, antes de tudo, o Mundo que nos rodeia enquanto cidadãos. Apesar de melhor conhecido pela sua obra para equipamentos universitários, Vítor Figueiredo emerge agora como um autor incontornável nos debates académicos e profissionais sobre a arquitetura, a sua deontologia e prática em Portugal na segunda metade do século XX.

¹⁴⁰ Figueiredo V (1959) *Habitação em S. João do Estoril*. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) – Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto, ESBAP.

¹⁴¹ Ver Marques (1999). Na entrevista incluída nesta obra, Vítor Figueiredo refere-se à obra de Aveiro, onde reconhece que usou o mesmo truque, que usava nas obras de habitação social, de reduzir ao mínimo utilizável as áreas do programa para poder criar espaços para além do programa, que considera importantes, como os espaços das circulações e estadia pública que se querem festivos, numa escola, num edifício de habitação, numa cidade.

¹⁴² Figueiredo V (1996) *Comunicação em Conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*. Lisboa, Registo audiovisual FAULisboa.

«É difícil conversar, não é? É difícil questionar, não é? Deus foi substituído pela ciência e hoje em dia é difícil questionar, mas estou interessado em que a gente converse todos uns com os outros. Agora é convosco»¹⁴³.

Bibliografia fundamental

- Figueiredo V (1959) *Habitação em S. João do Estoril*. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) – Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Porto, ESBAP.
- Figueiredo V (1996) *Comunicação em Conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*. Lisboa, Registo audiovisual FAULisboa.
- Figueiredo V (2000) *Comunicação em Conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa*. Lisboa, Registo audiovisual FAULisboa.
- Figueiredo V, Pinto J F (1991) Igreja de Albergaria dos Fusos. *Architècti*, 11/12: 71-73.

Referências secundárias

- Agarez R (2016) The Architectural Discourse of Building Bureaucracy: Architects' Project Statements in Portugal in the 1950s. In T Amhoff, N Beech, K Lloyd-Thomas (eds.) *Industries of Architecture*. London, Routledge: 222-33.
- Borges P (2019) *Do Discurso e dos Projectos de Habitação Social de Vítor Figueiredo nas Décadas de 60 a 80 do Século XX*, Dissertação de Mestrado. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Dias M G (1996) Novas Instalações da Universidade de Évora no Pólo da Mitra. *Ver Artes*. RTP2, 14 de Março. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/novas-instalacoes-da-universidade-de-evora-no-polo-da-mitra/>.
- Dias M G (2001) O Choro dos Arquitectos. *Jornal dos Arquitectos*, 199: 25-33.
- Figueiredo V (1968) *Memória Descritiva do estudo prévio do Conjunto habitacional de Peniche CRE 104*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT-TXT 00048.
- Figueiredo V (1974) *Programa Base: Fundo Fomento da Habitação, Alto do Zambujal, Orgânica do Conjunto Urbano*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA PT VF-DES 001947.
- Figueiredo V, Lobo V (1960) *Memória Descritiva do Anteprojecto do Agrupamento de unidades de habitação em Olivais Sul, célula C*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/ SIPA, PT VF-TXT 00085.
- Figueiredo V, Lobo V (1962) *Memória Descritiva do projecto Conjunto de habitações em Benavente. Agrupamento CP 49 e habitações para beneficiários da lei 2092*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/SIPA, PT-TXT 00082.
- Figueiredo V, Sousa E T, Gil J (1973) *Memória Descritiva do Estudo Base do Conjunto habitacional de Chelas. PUC-Zona N2*. Espólio de Vítor Figueiredo, IRHU/ SIPA, PT VF-TXT 000067.
- Gonçalves R, Santos D V (1999) *Entrevista a Vítor Figueiredo*. *Documentos de Arquitectura*, 2: 38-61.
- Maldonado V (2020) *O Homem como um Ser em Projeto. O Espaço Doméstico na Obra de Habitação Social de Vítor Figueiredo, 1960-1982*, Tese de Doutoramento. Braga, Universidade do Minho.

¹⁴³ Figueiredo V (2000) *Comunicação em Conferência na Faculdade de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa*. Lisboa, Registo audiovisual FAULisboa.

40. Vítor Figueiredo

- Maldonado V, Borges P (2015) *Vítor Figueiredo. Projectos e obras de habitação social 1960-1979*, 1.^a edição. Porto, Circo de Ideias.
- Marques L (1999) *Habitação de Standard Mínimo*, Dissertação de Mestrado. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Pereira N T (1959) Moradia em S. João do Estoril. *Arquitectura*, 66: 15-22.
- Silva J M F (1999) Todos os Riscos. Vítor Figueiredo. *Arquitectura e Construção*, 6: 110-114.
- Távora F (1999 [1962]) *Da Organização do Espaço*. Porto, FAUP.

41. Vítor Matias Ferreira

Alexandra Castro

Dos movimentos sociais ao nascimento da Sociologia

Vítor Matias Ferreira, Professor Emérito do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) é um dos mais importantes autores no campo da sociologia urbana e do território. O seu percurso biográfico e profissional está profundamente imbricado com o nascimento da sociologia em Portugal e com a afirmação da sociologia urbana e do território a nível nacional e internacional¹⁴⁴. O seu envolvimento em diferentes tipos de movimentos tornam o seu percurso repleto de momentos iniciáticos, de marcos importantes nos enquadramentos organizativos e nos modelos de funcionamento da investigação.

Nascido em Lisboa, em agosto de 1938, na cidade que seria o palco de grande parte das suas pesquisas, opta por ingressar em Engenharia no Instituto Superior Técnico. No entanto, em agosto de 1962, é chamado para o serviço militar e depois para a guerra colonial, em Angola. Esta interrupção no percurso académico, aliada a uma conjuntura política muito particular, acaba por ser um momento de reflexão sobre o seu futuro profissional. Uma leitura intensiva de autores políticos, mas também da sociologia, começam a despertar o seu interesse pelas ciências sociais. É, assim, que num primeiro momento ingressa na licenciatura de Serviço Social que conclui sem, no entanto, ficar entusiasmado com a possibilidade de trabalhar nesta área. É neste contexto que, por sugestão de José Carlos Ferreira de Almeida, e depois de entrevistado por Adérito Sedas Nunes, é aceite no Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian, como colaborador/estudante, primeiro, e depois como «assistente de investigação». Ao mesmo tempo, vai desenvolvendo outro tipo de pesquisas no Instituto Nacional de Investigação Industrial.

¹⁴⁴ Ver a este propósito os quatro ensaios que compõem o livro sobre o nascimento da sociologia no período anterior a 1974 (Freire et al., 2021).

Em 1970, parte para Paris, com uma Bolsa de Estudo do então existente Instituto de Alta Cultura, para uma das primeiras marcantes «viagens urbanas»¹⁴⁵. Nesta cidade e durante dois anos letivos, de 1970 a 1972, frequenta diversos seminários universitários lecionados por Manuel Castells, Alain Touraine e Henri Coing. Esta experiência viria a influenciar o desenvolvimento da sociologia em Portugal; a configuração do modelo de ensino da disciplina, concretamente com a modalidade de seminários de dissertação; e também o surgimento de alguns dos mais emblemáticos centros de investigação portugueses na área da sociologia e dos estudos urbanos (ver p. ex. Ferreira, 1992).

Assim, ao longo de trinta anos, desde a criação do ISCTE-IUL, exerceu a docência neste Instituto, sendo professor convidado de várias universidades estrangeiras. A curiosidade e a imaginação sociológicas, aliadas à eferescência social e política que se vivia no pós 25 de abril de 1974, cruzavam o seu envolvimento pessoal com o olhar crítico e analítico do investigador e com a criatividade da sua escrita. É nesta conjuntura de grande eferescência política e social que se envolve em importantes movimentos, como o SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local ou o Centro Regional de Reforma Agrária de Évora e no contexto dos quais vai dando importantes contributos para a reflexão e análise sociológica, como por exemplo nas publicações *Movimentos sociais urbanos e intervenção política* (Ferreira, 1975), *Da reconquista da terra à reforma agrária* (Ferreira, 1977), mas também em artigos publicados uns anos mais tarde, abordando aquela intervenção de política urbana muito específica – o SAAL (Ferreira, 1982) ou promovendo uma leitura comparada de movimentos urbanos e rurais numa conjuntura política muito particular – 1974 e 1976 (Ferreira, 1986a).

Se naquele período Vítor Matias Ferreira vai da cidade para o campo, rapidamente regressa aos territórios urbanos: da cidade à metrópole de Lisboa, passando por diferentes cidades de água e por diferentes metrópoles europeias e da América latina, concretamente no Brasil. «O fascínio da cidade como objeto de estudo e vivência de prazer» está bem presente na sua tese de doutoramento, publicada em livro – *De Capital do Império a Centro da Metrópole* (Ferreira, 1987b) – mas também em todas as pesquisas em que se envolve nos 20 anos seguintes, bem como nas suas intervenções na esfera pública. É de destacar neste período a coordenação, ao longo de uma década, de programas interuniversitários europeus, mas também envolvendo instituições universitárias da América Latina (Erasmus, Sócrates e Alfa).

Na impossibilidade, por economia de espaço, de relevar todos os marcos mais importantes da sua vida académica, destaca-se o seu importante papel: i) na criação, com alguns colegas, em 1991, do Centro de Estudos Territoriais (integrado atualmente no DINÂMIA'CET, do ISCTE-IUL) e mais tarde como um dos promotores do projeto editorial da revista *Cidades, Comunidades e Territórios*, sendo o seu diretor durante vários anos; ii) na promoção, juntamente com o Departamento e Análise Económica e Social do Território do Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza, do Observatório «Expo'98 em Lisboa: observar enquanto se realiza», acompanhando durante cerca de cinco anos o processo de realização do projeto urbano associado ao evento,

¹⁴⁵ A utilização de aspas ao longo do capítulo remetem para expressões de Vítor Matias Ferreira publicadas nas suas obras.

sempre numa perspetiva comparativa com outras cidades europeias e numa lógica de aprofundamento de linhas de pesquisa inovadoras no contexto português¹⁴⁶; iii) no seu envolvimento político em algumas instituições camarárias (de 1989 a 1997, particularmente em Lisboa) com vista a encontrar respostas e opções de política urbana, num período em que a cidade de Lisboa iniciava uma orientação estratégica para a sua governação, ao mesmo tempo que se aceleravam processos de grande transformação urbana.

É, assim, que vamos assistindo, paralelamente, à transformação da cidade de Lisboa a uma crescente maturidade do seu olhar e do aprofundamento da análise que muito beneficia da sua proximidade física, afetiva e emotiva a duas outras cidades – Veneza e Barcelona –, também elas condicionadas na sua génese e transformação pela água (Ferreira, 1999, 2000). Nestas duas cidades encontram-se dois professores, também eles com uma grande proximidade, pessoal e profissional, a Vítor Matias Ferreira. Esta proximidade não só se concretizou na realização de investigações conjuntas, mas também pela influência das suas produções académicas (ver, entre outras, Ferreira, 2001; Ferreira e Indovina, 1999; Indovina, 1990, 1992; Nel.lo, 2001).

A sua capacidade de liderança de equipas de investigação, de vontade de partilhar conhecimento e de debater ideais fica bem patente nos inúmeros seminários e conferências, nacionais e internacionais, organizados, bem como a sua participação em diferentes eventos desta natureza em instituições universitárias estrangeiras.

A sua vasta produção bibliográfica, com textos de natureza muito diferente, é marcada por dois qualificativos importantes: o crítico e o poético. A qualidade, profundidade e rigor do seu pensamento é-nos sempre apresentada numa escrita criativa e imagética que raramente se encontra em textos académicos.

Já num período posterior à sua inserção universitária, concretamente durante a aposentação, publica um livro, em 2015, a que deu o título de *Ao Reencontro do Tempo* (Ferreira, 2015). Tratou-se claramente de uma obra autobiográfica, muito pessoalizada, com diversas sínteses profissionais, mas também no confronto (psicanalítico?) com o seu passado, sobretudo na adolescência e já nas diversas fases da sua vida adulta. A este nível mais intimista, confronta-se, assim, com o absurdo da guerra colonial, com a alegria e a vivacidade da Revolução de Abril e, naturalmente também, com as vicissitudes do seu percurso universitário. Complementarmente, a segunda parte desse livro é inteiramente dedicada às Memórias e Viagens em Cidades Europeias. Realmente, para além de Paris (onde permaneceu, como se disse, nos anos letivos de 1970-1972), foram inúmeras as cidades visitadas por Vítor Matias Ferreira, na generalidade dos casos enquanto participação em Encontros e Seminários, mas também no quadro de projetos de investigação de carácter internacional. É de registar, igualmente, a permanência mais prolongada (em anos sabáticos e como Professor Convidado), primeiro em Veneza, no Instituto Universitário de Arquitetura, e uns anos depois, em Barcelona, na Universidade Autónoma. Com este estatuto de docente convidado, verificaram-se duas estadias relativamente curtas no Brasil, primeiro em São Paulo e, posteriormente, em Goiânia.

¹⁴⁶ É neste contexto que se assiste à publicação de textos de natureza muito diversa, como p. ex. Ferreira (1997, 1999), Ferreira e Castro (1999), Ferreira e Indovina (1999), entre outros.

Ambiente, Património e Espaços Públicos: trilogia analítica e multidisciplinar para compreender o território

A controvérsia conjuntura política e social acima referida é também atravessada por tempos de «grande inquietação científica» onde se assiste a confrontos entre diferentes correntes sociológicas e paradigmas, mas também a inovações relevantes no campo dos instrumentos técnico-metodológicos, como as análises prospetivas, assentes na metodologia dos cenários e da estratégia de atores. Se Manuel Castells (1972), Alain Touraine (1969, 1980) e Lefebvre (1968) nunca deixaram de ser referências incontornáveis, outros autores ocuparam igualmente lugar de destaque no seu pensamento, nomeadamente Joseph (1991, 1995, 1998) e Choay (1996), apenas para citar alguns.

Num dos seus últimos livros mais emblemáticos da sua carreira – *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade* (Ferreira, 2004) – o autor assume na introdução que se trata de uma obra que revela o seu «testemunho» e também o seu «testamento». E nesta perspetiva são vários estes testamentos.

Desde logo, Vítor Matias Ferreira contribuiu para alicerçar uma cultura multidisciplinar no âmbito da análise urbana, envolvendo as áreas da Sociologia, Antropologia, Economia, Demografia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, numa perspetiva que alia a profundidade na investigação das dinâmicas sociais com a necessidade de intervenção. A sua perspetiva analítica faz do território um lugar físico de oportunidades e recursos, de estéticas e simbologia, de culturas que intervêm na identidade coletiva e na capacidade de ação dos indivíduos.

Nestes «testamentos» somos confrontados com leituras críticas sobre os processos de organização territorial e as suas implicações na composição e diferenciação social da capital portuguesa e da sua metrópole (Ferreira, 1983, 1986b, 1987a, 1988, 1994, 1997; Ferreira *et al.*, 1991). Mas as pesquisas não se esgotaram no território urbano-metropolitano de Lisboa. Outros objetos de análise foram abordados e inquiridos, quer a um nível mais global, no quadro do território nacional, mas também em espaços mais demarcados, como a Costa Vicentina, o Sudeste do Algarve e alguns municípios do interior do país. De sublinhar que na generalidade destas situações, houve grande envolvimento de outros investigadores, em coautoria ou em equipas de pesquisa multidisciplinar (p. ex. Ferreira *et al.*, 1991; Ferreira e Castro, 1999, 2000; Ferreira *et al.*, 2000; Ferreira *et al.*, 2002).

Se na primeira parte deste texto destacámos alguns dos marcos mais importantes do seu percurso, foi porque através do Observatório da Expo'98 que se abriram novas linhas de pesquisa e outras oportunidades para refletir sobre territórios muito diferenciados do ponto de vista social e urbanístico. Partindo de uma problemática que marcou profundamente os estudos urbanos, Vítor Matias Ferreira aborda criticamente as questões da produção e apropriação do espaço – «fazer cidade na cidade existente» – problematizando o papel dos espaços devolutos e do espaço público, da habitação e dos equipamentos como argumentos para a melhoria da condição social dos habitantes da metrópole (Ferreira, 1997, 1999, 2001; Ferreira *et al.*, 1997).

Efetivamente, nos últimos anos, houve uma preocupação de discussão paradigmática, em relação às temáticas normalmente desenvolvidas nos Estudos Urbanos.

Concretamente, uma trilogia analítica foi, então, aprofundada – Ambiente, Património e Espaços Públicos –, articulação que não deixou de questionar outros paradigmas de problematização, como o conceito de urbanidade e de direito à cidade (Ferreira, 1998a, 1998b). Esse triângulo problemático acabou por estar presente e ser, de algum modo, uma proposta de reflexão pluridisciplinar. Essa proposta teve uma primeira apresentação, enquanto matriz analítica, em 2000¹⁴⁷. Significativamente, essa mesma matriz analítica, aprofundada em vários artigos, acabou por estruturar, em grande medida, o quadro problemático da última obra académica do autor, publicada em 2004 – *Fascínio da Cidade*.

A complexidade das realidades sócio-espaciais da cidade contemporânea não escapou ao aprofundamento conceptual, nem à fundamentação empírica do quadro problemático apresentado. É, precisamente, pela preocupação do autor em ter sempre presente o referente singular de cada cidade, nomeadamente a sua condição histórica, social e culturalmente pública, que vemos nascer uma noção de «espaço público da e na cidade» mais compreensiva e específica face à comumente utilizada pelos urbanistas. Assim, independentemente da natureza jurídica ou das modalidades produção e de apropriação do espaço público, encontramos uma preocupação com o uso público dos espaços urbanos, remetendo para subdimensões desta problematização, como seja as acessibilidades e as sociabilidades como valores fundamentais da urbanidade. Este percurso, como bem sintetizado por Vítor Matias Ferreira, pode ser descrito da seguinte forma:

partimos da pluralidade e da singularidade do espaço público, atravessámos a valência pública, social e patrimonial dos espaços urbanos, confrontámos os públicos na sua esfera política, na sua configuração social e na respectiva cena urbana, para chegarmos, então, à multiplicidade e especificação das dimensões constitutivas da urbanidade (Ferreira, 2004: 187).

Mas haverá, sem dúvida, uma outra problematização analítica a destacar – a que se relaciona, de modo muito íntimo, com o paradigma das Cidades de Água. Sublinhámos atrás, entre as diversas «viagens urbanas», duas situações emblemáticas, na sua história e cultura citadinas, mas também no seu posicionamento territorial, que as configuraram como estudos de caso de grande especificidade urbana, precisamente as referidas «cidades de água» de Veneza e de Barcelona. E se no primeiro caso, uma tal designação está estreitamente ligada a toda a sua história urbana – conquistada e edificada, desde a primeira pedra do primeiro palácio sobre a Lagoa do Adriático – a segunda situação, enquanto Cidade de Água, esteve longamente divorciada do seu mar metropolitano, sobretudo do ponto de vista histórico e urbanístico. Significativamente, foram estas duas cidades que se destacaram no que se reporta à frequência e aos momentos de permanência de Vítor Matias Ferreira, enquanto Professor Convidado e Investigador Associado.

É curioso que, desde as iniciais abordagens, aquele autor tenha imprimido a essas reflexões como que uma dupla valência, poética e urbanística. Com efeito, é mesmo

¹⁴⁷ Ver Ferreira V M (2000) Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público. Cidades, Comunidades e Territórios, 1: 9-35.

essa profunda interação entre a «terra» e a «água», entre o território físico e o espaço aquático, entre a Cidade e o seu Mar Urbano, que suscita, necessariamente, um tal tipo de abordagem, como se, de modo inexorável, essa mesma reflexão exija aquela dupla componente. Tal exigência não decorre, assim, exclusivamente, de uma epistemologia interdisciplinar, mas desde logo de uma postura imagética muito particular, face àquela mesma estreita imbricação de territórios só aparentemente distintos entre si. Nas palavras do autor:

aquela «terra», que aqui se assume como cidade de água, prolonga-se, manifestamente, para o seu par. Por outro lado, a «água», enquanto tal, está contemplada num amplo mar urbano, que integrando sem dúvida o restante elemento, não deixa de explicitar alguma ambivalência em relação à formulação original. Como não constatar, então, que esta cidade de água e este mar urbano enunciam, conjuntamente, uma metáfora fascinante? (Ferreira, 2004: 17).

E é no seio desta «metáfora fascinante» que assistimos a uma outra discussão crítica em torno das noções de protagonismo urbano e projeto de cidade, ancorada numa conjuntura particular das cidades europeias do final do século XX, marcadas por uma «dinâmica urbana culturalmente distinta» de redescoberta da cidade e da implementação de projetos para a sua afirmação qualitativa. Através de um olhar crítico questiona-se a dimensão quantitativa dos «grandes projetos» aliada a uma ausência de projeto estratégico, não condiciona, negativamente, o respetivo protagonismo das cidades e das metrópoles.

Esta sua capacidade analítica e prospetiva não deixa de ser um apelo constante à urbanidade e ao direito à cidade como fatores mobilizadores da responsabilidade social da investigação na área dos estudos urbanos. Neste sentido, é possível reforçar a importância do seu legado para prevenir partir-se de premissas equivocadas e vãs no desenho de políticas públicas.

Bibliografia fundamental

- Ferreira A, Guerra I, Ferreira V M (1991) An Evaluation of the Economic and Social Impact of the April 25th Bridge Over the Tagus in Lisbon. In A Montanari (ed.) *Under and Over the Water. The Economic and Social Effects of Building Bridges and Tunnels*. Nápoles, Edizioni Scientifiche Italiane: 153-188.
- Ferreira V M (1975) *Movimentos sociais urbanos e intervenção política*. Porto, Edições Afrontamento.
- Ferreira V M (1977) *Da reconquista da terra à reforma agrária: as ocupações de terra no Alentejo*. Lisboa, A Regra do Jogo.
- Ferreira V M (1982) Os movimentos urbanos e o SAAL: a ambiguidade e os equívocos. *A Ideia*, 24/25: 17-34.
- Ferreira V M (1983) A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequenos. *Estrutura Fundiária e Política Urbana de Lisboa, 1930-1940. Análise Social*, XIX (77-78-79): 693-735.
- Ferreira V M (1986a) A Cidade e o Campo. Uma Leitura Comparada do Movimento Social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20: 549-578.
- Ferreira V M (1986b) Modos e Caminhos da Urbanização de Lisboa, 1890-1940. *Ler História*, 7: 101-132.

- Ferreira V M (1987a) A Cidade de Lisboa, 1850-1980. *Povos e Culturas*, 2: 217-242.
- Ferreira V M (1987b) *A cidade de Lisboa. De Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Ferreira V M (1988) Uma Nova Ordem Urbana para a Capital do Império. A “Modernidade” da Urbanização e o “Autoritarismo” do Plano Director de Lisboa, 1938-1948. In F Rosas (ed.) *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*. Lisboa, ed. Fragmentos.
- Ferreira V M (1992) Problematização e Pedagogia do Território. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 12: 109-121.
- Ferreira V M (1994) Inovação Social e Mudança Urbana na Lisboa Contemporânea. Uma Aproximação Sucinta à Inovação Urbana de Lisboa, 1850-1980. *Ler História*, 26: 151-170.
- Ferreira V M (1997) *A Expo’98 e a Metrópole de Lisboa*. In L Trigueiros, C Sat, outros (eds) *Expo’98. Projectos*. Lisboa, Editorial Blau: 35-38.
- Ferreira V M (1998a) *Património Urbano – A Memória da Cidade*. In J Couceiro (cord.) *Urbanidade e Património*. Lisboa, IGAPHE/URBE: 53-62.
- Ferreira V M (1998b) *Portugal XXI – da Urbanização ao Reencontro com a Urbanidade? In F Rosas (coord.) Portugal na Transição do Milénio*. Lisboa, Fim de Século: 249-269.
- Ferreira V M (1999) *Cidades de Água. Mar Urbano*. In AA.VV. (eds) *Actas do Colóquio «450 Anos de Ponta Delgada»*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Ferreira V M (2000) Cidade e Democracia. Ambiente, Património e Espaço Público. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 1: 9-35.
- Ferreira V M (2001) Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade. A Condição Pública e Patrimonial da Cidade. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 2: 33-45.
- Ferreira V M (2004) *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*. Lisboa, Edição Ler Devagar.
- Ferreira V M (2015) *Ao Reencontro do Tempo*. Lisboa, Predicado.
- Ferreira V M, Casanova L, Castro A (2000) *Condição Social, Ambiente Urbano e Qualidade de Vida na Metrópole de Lisboa*. Lisboa, Centro de Estudos Territoriais.
- Ferreira V M, Castro A (1999) As cidades de água – a lenta descoberta da frente marítima de Lisboa». In V M Ferreira, F Indovina, J L Casanova (eds.) *A Cidade da Expo’98*. Lisboa, Editorial Bizâncio: 17-40.
- Ferreira V M, Castro A (2000) *Portugal – Território*. In A Reis (coord.) *Portugal Anos 2000*. Lisboa/Hannover, Comissariado Portugal Expo Hannover 2000 e Círculo de Leitores.
- Ferreira V M, Indovina F (eds.) (1999) *A Cidade da Expo’98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Ferreira V M, Rodrigues W, Casanova J L, Castro A, Wemans L, Amor T (1997) *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*. Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Ferreira V M, Seixas J, Castro A, Silva I, Lopes E (2002) Morfologias urbanas e espaços públicos na Metrópole de Lisboa. Uma aproximação instrumental e metodológica no quadro de uma investigação. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 5: 81-97.

Referências secundárias

- Castells M (1972) *La question urbaine*. Paris, François Maspero.
- Castells M (1996) *The rise of the network society*, vol. 1. Malden/Oxford, Blackwell Publishers.
- Choay F (1996) *L’Allégorie du patrimoine*. Paris, Edition du Seuil.
- Freire J, Ferreira V M, Freitas E, Jesuino J C (2021) *Contributo sobre os Antecedentes da Sociologia em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- Indovina F (ed.) (1990) *La città di fine millennio*. Milão, Franco Angeli.
- Indovina F (ed.) (1992) *La città occasionale*. Milão, Franco Angeli.
- Joseph I (1991) Voire, exposer, observer. In Programme Espaces publics (eds.) *L'Espace du public: Les compétences du citoyen*. Paris, Éditions Recherches.
- Joseph I (1995) *Prendre place. Espace public et culture dramatique, Colloque de Cerrisy, Plain Urbain*. Paris, Éditions Recherches.
- Joseph I (1998) *La ville sans qualités*. Paris, Éditions de l'Aube.
- Lefebvre H (1968) *Le Droit à la ville*. Paris, Anthropos.
- Nel.lo O (2001) *Ciutat de ciutats*. Barcelona, Editorial Empúries.
- Touraine A (1969) *La société post-industrielle*. Paris, Denoel.
- Touraine A (1980) *L'Après socialisme*. Paris, Grasset.

Notas biográficas dos autores

Alexandra Castro. Investigadora integrada do DINÂMIA”CET, Unidade de Investigação do Instituto Universitário de Lisboa. Nos últimos 25 anos realizou vários projetos de investigação no grupo «Governança, Economia e Cidadania». Participa regularmente em ações de formação para técnicos de intervenção social que desenvolvem o seu trabalho junto da população cigana. Desde 2013 é membro do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas e em 2019 foi eleita membro do Comité Consultivo da Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais. Em 2021 integrou o grupo de trabalho do Plano Nacional Português de Combate ao Racismo e à Discriminação. Desde 2016 que é assessora da Administração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, colaborando no desenho de serviços sociais e acompanhando a execução de projetos e programas.

Ana Estevens. Geógrafa e Investigadora do Centro de Estudos Geográficos e Laboratório Associado TERRA, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. É doutorada em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. A sua investigação tem-se centrado na complexidade das relações sociais na cidade contemporânea, dando particular atenção à relação entre as artes, a produção do espaço e a inovação socioterritorial. É autora do livro *A Cidade Neoliberal. Conflito e arte em Lisboa e em Barcelona* (2017), editado pela Deriva, tendo co-coordenado com Isabel André e Leandro Gabriel, na mesma editora, o *Atlas das Utopias Reais: Criatividade, Cultura e Artes* (2016).

Ana Isabel Ferreira. Licenciada em Engenharia do Território pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa e mestre em Planeamento do Território – Ordenamento da Cidade pela Universidade de Aveiro. Exerce actividade profissional, em funções públicas, na área do Ordenamento do Território e Planeamento Estratégico.

André Carmo. Doutorado em Geografia pela Universidade de Lisboa, é Professor Auxiliar do Departamento de Geociências da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Évora, Investigador integrado no Grupo de Investigação Cidades, Ambiente e Desenvolvi-

mento Regional do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UÉvora) e Investigador colaborador do ZOE – Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL). Tem desenvolvido investigação em torno de processos de transformação territorial, estudos urbanos e pensamento geográfico.

Cristiana Lucas Silva. Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é Professora Auxiliar Convidada da Universidade Aberta. É Investigadora integrada no CLEPUL, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta, onde co-coordena a Linha de Investigação «Revolução do Conhecimento e Circulação de Ideias nas Luzes». Tem focado a sua investigação no período do século XVIII, na perspetiva da História Global. É coordenadora editorial da revista *e-Letras com Vida – Revista de Estudos Globais: Humanidades, Ciências e Artes* e publicou recentemente o livro *Imaginar o Estrangeiro em Portugal: Ideias, Esterótipos e Mitos*.

Eduardo Ascensão. Investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Antropólogo e geógrafo urbano, trabalha sobre informalidade urbana, urbanismos pós-coloniais, infraestrutura e arquitetura. Presentemente desenvolve um projeto de investigação sobre paradigmas de intervenção em assentamentos informais em cidades de língua portuguesa e outro sobre a experiência e interação dos residentes com a arquitetura de Álvaro Siza.

Fernando Bessa Ribeiro. Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Investigador integrado do CICS.NOVA – polo da Universidade do Minho. Capitalismo e desenvolvimento, género e sexualidade são alguns dos seus principais interesses de investigação. Mais recentemente passou a trabalhar também sobre questões urbanas e sobre pobreza em Portugal. Juntamente com Manuel Carlos Silva prepara a tradução para português de uma biografia sobre Friedrich Engels da autoria de Michael Krätke.

Fernando Nogueira. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro (UA), mestre em Engenharia Urbana pela Universidade de Coimbra e licenciado em Planeamento Regional e Urbano pela UA. É Professor Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e Diretor do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da UA. É especialista em Planeamento Estratégico Territorial e tem como áreas de interesse científico e académico: Planeamento do Território e Estratégias Territoriais; Governação, Colaboração Interinstitucional Participação Pública, Capacitação e Decisão. É membro da Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) e do Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas (L3P).

Fernando Nunes da Silva. Professor Catedrático de Urbanismo (aposentado) e Investigador do Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitectura (CiTUA) no Instituto Superior Técnico (IST), Univ. Lisboa. Licenciado em Engenharia Civil (IST, 1980), pós-graduado em Planeamento Regional e Urbano (UTL) e em Planeamento de Transportes (EPFL,

1983), doutorado em Engenharia Civil (1992) e Agregado em Planeamento Urbano e Transportes (2000), pelo IST. É presidente da *Association Internationale pour le Développement Urbain* (INTA) e vice-presidente da *Red Universitaria Ibero-americana de Territorio y Movilidad* (RUIITEM). Foi vereador da CM de Lisboa com o pelouro das Obras Municipais (2009-11) e da Mobilidade e Transportes (2009-13); responsável pela área de Urbanismo e Planeamento Territorial no Departamento de Engenharia Civil, Arquitectura e Georrecursos do IST (até 2021); membro fundador da Associação Portuguesa de Urbanistas. Tem sido consultor em vários municípios e entidades governamentais no país e no estrangeiro, onde também tem desenvolvido actividade docente universitária.

Filipa Serpa. Arquitecta pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2000), com especialização em Regeneração Urbana e Ambiental (2002) e Doutorada em Urbanismo (FA-UL, 2015) sob o tema do projecto residencial de promoção pública. Colabora com a FA desde 2000 sendo actualmente Professora Auxiliar no Departamento de Projecto de Urbanismo e Investigadora integrada no Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e *Design* (CIAUD).

Gonçalo Duarte Gomes. Arquitecto Paisagista, com percurso profissional de 20 anos nos sectores privado e público, em diferentes áreas de actuação. Já desempenhou vários cargos em estruturas associativas, a nível nacional, regional e local (LPN, APAP, Al-Portel). Investigador do Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, é orador convidado e moderador em diversos eventos nacionais e internacionais, com artigos de investigação publicados em vários países. Colabora regularmente com órgãos de comunicação social e publicações diversas, e é autor do livro *A doce melodia de um coro de mudos*, publicado pela Sul, Sol e Sal.

Inês Pereira. Licenciada em Sociologia (ISCTE-IUL, 2001), Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação (ISCTE-IUL, 2005) e doutorada em Antropologia (Urbana) pelo ISCTE IUL e pela Universidad Rovira i Virgili (2009). Neste momento é Professora Auxiliar Convidada na NOVA FCSH e no ISCTE-IUL, lecionando sobre Métodos de Pesquisa e Teorias Sociológicas. Tem desenvolvido investigações no âmbito dos Movimentos Sociais, Antropologia Urbana, Estudos da Internet e Análise de Redes Sociais.

Isabel Pato e Silva. Mestre em Planeamento Regional e Urbano (IST) e Doutorada em Geografia Humana (UL) é desde 1994 docente de Geografia no Ensino Público. Como bolseira FCT elabora a Tese Participação Pública no processo de Planeamento (1996). Com Bolsa Mista desenvolve a tese Além Cidade: controlo e visibilidade na gestão da pobreza (2011) que problematiza as concetualizações, práticas e resultados da política urbana, e políticas setoriais, dirigidas às áreas críticas em Bordéus e Lisboa. Colaborou com o (atual) IGOT (UL) e ADES (Universidade de Bordéus) no Projeto Periferias Urbanas em Transformação, e mais recentemente com o CICS.NOVA em estudos de habitação.

João Mourato. Investigador auxiliar e docente no ICS-ULisboa. Arquitecto (FA-UTLisboa) e PhD Town Planning (Bartlett School-UCL), o seu trabalho centra-se na intersecção entre as

alterações climáticas e o ordenamento do território. Em particular, investiga a dinâmica de aprendizagem e adaptação institucional e governança do conhecimento face aos desafios da transição socioecológica e sociotécnica para a sustentabilidade. Neste contexto, é atualmente consultor da Iniciativa Nacional Cidades Circulares – InC2, da Direção Geral do Território – Ministério do Ambiente e Ação Climática.

João Pedro Silva Nunes. Sociólogo, docente do Departamento de Sociologia da NOVA FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e Investigador no CICS.NOVA. A sua pesquisa em sociologia urbana e do território tem incidido nos processos de urbanização/metropolização e nas dinâmicas coexistência social em espaços suburbanos e centrais na metrópole de Lisboa.

João Queirós. Sociólogo e Doutorado em sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, é também Investigador Colaborador do inED – Centro de Investigação & Inovação em Educação. Desde abril de 2019, desempenha funções, em regime de comissão de serviço, enquanto Subcoordenador Nacional do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), promovido pela OCDE.

João Rafael Santos. Arquitecto, Doutor em Urbanismo e Professor Auxiliar do Departamento de Projecto de Urbanismo, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Co-coordenador do grupo de investigação *URBinLAB – Urbanism & Territorial Dynamics* do CIAUD, onde desenvolve investigação em Urbanismo e Ordenamento do Território. Tem trabalhado sobre as relações urbanísticas entre redes infraestruturais, produção de tecido urbano e espaço público, particularmente no âmbito territorial da área metropolitana de Lisboa. Atualmente, é Investigador responsável do projeto FCT «MetroPublicNet: Construir os fundamentos de uma Rede Metropolitana de Espaço Público».

João Rodrigues. Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. Doutorado pela Universidade de Manchester, a sua investigação tem-se debruçado sobre temas de economia política, da história do neoliberalismo à financeirização do capitalismo em Portugal. É autor de diversas publicações nestas áreas, incluindo em revistas académicas como o *Cambridge Journal of Economics* ou a *Review of International Political Economy*. É ainda coautor do blogue de economia política *Ladrões de Bicicletas* e membro do Conselho Editorial do *Le Monde diplomatique* – edição portuguesa.

Jorge Figueira. Arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1992) e doutorado pela Universidade de Coimbra (2009). É Professor Associado e foi diretor do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC, entre 2010 e 2017. Investigador e vice-presidente do conselho científico do Centro de Estudos Sociais, UC. Autor de livros, entre os quais, *A periferia perfeita. Pós-modernidade na arquitectura portuguesa. Anos 1960-1980* (Caleidoscópio, 2014). Curador das exposições, entre as quais, «Físi-

cas do Património Português. Arquitetura e Memória», Museu de Arte Popular, Lisboa (2018/2019). Investigador principal do projeto de investigação (EU)ROPA – *Rise of Portuguese Architecture*, financiado pela FCT.

Jorge Ricardo Pinto. Doutor em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É docente no ISCTE, onde coordena a Licenciatura em Turismo. Tem desenvolvido a sua investigação no CEGOT e no CIIC. O seu percurso científico inclui a publicação de cinco livros como autor, muitos capítulos em diversos livros, sobretudo em temas como o Turismo ou a Geografia Urbana Histórica, vários artigos científicos, textos em atas de congressos e diversas publicações de cariz cultural.

José da Silva Costa. Doutorado em Economia pela *University of South Carolina* (EUA). Exerceu, desde 1996 até 2021, as funções de Professor Catedrático na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP-UP). Desde março de 2021 é Professor Emérito da FEP-UP. Tem interesses de investigação nas áreas científicas da Economia Regional e Urbana, Finanças Públicas, Finanças Locais, Finanças Regionais e Teoria das Escolhas Públicas. Para lá de um número significativo de artigos científicos e capítulos de livros publicados, tem uma vasta experiência de elaboração de estudos técnicos e participação em comissões especializadas nomeadas pelo Governo da República Portuguesa.

José Muñoz-Rojas. Geógrafo especializado em ecologia da paisagem e desenvolvimento rural sustentável. Atualmente, e desde 2015, é Investigador Auxiliar no Instituto Mediterrânico para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento (MED), e desde 2022, também professor auxiliar de geografia da Universidade de Évora, onde lidera o grupo de investigação em Dinâmica e Gestão das Paisagens. A sua investigação está atualmente focada nas dinâmicas e mudanças das paisagens rurais do Mediterrâneo, mas tem também trabalhado no Reino Unido, na Irlanda, na Holanda, na Alemanha e na Suécia. Quando não está envolvido em aspetos estritamente científicos cultiva uma pequena herdade Alentejana onde mora com a sua família e outros animais.

Lígia Ferro. Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em 2011, Ferro recebeu o título de Doutoramento Europeu pelo ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa. Foi investigadora visitante em várias universidades da Europa, Estados Unidos da América e Brasil. Em 2021, Lígia Ferro foi eleita Presidente da Associação Europeia de Sociologia (ESA) e Vice-Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (APS). É autora e editora de várias publicações em português, inglês, castelhano, catalão e francês. Ultimamente tem trabalhado sobre práticas culturais, educação artística, migrações e investigação-ação, especialmente em contextos urbanos.

Luís Carvalho. Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP). Doutor em Geografia Económica (2013) e Mestre em Gestão Urbana (2005) pela *Erasmus University Rotterdam*, e Licenciado em Economia pela Universidade do Porto (2002). É atualmente diretor do Mestrado em Economia e Gestão da Inovação da FEP. A sua investigação tem sido publicada em revistas como *Cambridge Journal of Regions, Economy &*

Society, Research Policy, Regional Studies, Urban Geography, Environment & Planning A, entre outras. É editor associado da revista *Environmental Innovation & Societal Transitions*. Foi consultor permanente da Quaternaire Portugal entre 2003 e 2007, onde trabalhou com António Manuel Figueiredo, tendo sido seu aluno de Desenvolvimento e Crescimento Económico na FEP.

Luís Mendes. Geógrafo, Assistente Convidado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2012-...) e na Escola Superior de Educação de Lisboa (2009-...), e na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2005/2006). Desde 2003, exerce funções de Investigador Permanente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG-UL), onde tem desenvolvido investigação nos domínios dos Estudos Urbanos (nomeadamente na gentrificação e regeneração urbana) e da Didáctica da Geografia. É consultor técnico e científico. É autor de mais de duas centenas e meia de diversos artigos, capítulos de livros, pareceres, comunicações, relatórios científicos e outras publicações na área dos temas de investigação acima citados.

Luís Moreno. Geógrafo, sendo doutorado em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa (FLUL), desde 2002 e Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da mesma universidade (IGOT). Tem sido Investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG/IGOT-ULisboa), no âmbito dos grupos MIGRARE (Migrações, Espaços e Sociedades) e ZOE (Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais). Docente e membro da Comissão Científica do doutoramento em Ciências da Sustentabilidade da ULisboa (REASON | Recursos, Alimentação e Sociedade – Colégio F3 da ULisboa, *Food, Farming and Forestry*), é também vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER) e foi presidente desta organização em 2007-2012.

Maria Manuela da Fonte. Arquitecta e docente do Departamento de Projecto de Urbanismo, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, desde 1990. Licenciada (FA/UTL, 1987), Mestrado em Arquitectura da Habitação (parte curricular) (FA/UTL, 1998) e Doutora em Planeamento Urbanístico (FA/UTL, 2008). Membro do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e *Design* – CIAUD, no grupo de investigação URBinLAB – com investigação centrada na área de Urbanismo, sobre o território angolano, e habitação de interesse social. Desenvolveu actividade profissional em atelier próprio.

Nuno Grande. Arquitecto, curador e Investigador em Arquitectura. Professor Associado do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra. Licenciou-se na Universidade do Porto (1992), e doutorou-se na Universidade de Coimbra (2009), onde é Investigador do Centro de Estudos Sociais (CES). Foi curador de exposições internacionais: na 1.^a Trienal de Arquitectura de Lisboa (2007), na 7.^a Bienal de Arquitectura de São Paulo (2007), na *Cité de L'Architecture et du Patrimoine*, Paris (2016), na 15.^a Bienal de Arquitectura de Veneza (2016) e no Museu de Arte Contemporânea de Serralves, Porto (2019). É autor de diferentes publicações sobre Arquitectura Portuguesa, escrevendo para revistas da especialidade.

Patrícia Pedro Rêgo. Geógrafa e doutorada em Geografia. Professora Auxiliar na Universidade de Évora – Escola de Ciências e Tecnologia é diretora do Curso de Licenciatura em Geo-

grafia. É especialista em Organizações do Terceiro Sector e no seu papel nos processos de desenvolvimento local. Participou em diversos projetos de investigação e publicou numerosos artigos no âmbito do desenvolvimento rural e da inovação sócio territorial.

Patrícia Pereira. Socióloga urbana, Investigadora e diretora adjunta do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH). Desenvolve atualmente pesquisa sobre gentrificação, resistência e quotidiano na metrópole de Lisboa e participa em dois projetos coletivos: um sobre vizinhança na Área Metropolitana de Lisboa e outro sobre espaços públicos urbanos e práticas artísticas em 6 cidades europeias. É co-coordenadora da Rede de Etnografia Urbana ETNOURB e membro do Conselho de Redação da revista *Fórum Sociológico*.

Paula Carreira. Licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas, prosseguiu com o mestrado em Literatura Grega e terminou o doutoramento em Filosofia pela FLUL, com a tese *O mentor remoto da crise de Portugal: A receção de Aristóteles no século XVIII*, onde se trabalhou a leitura negativa de que o filósofo grego foi alvo, fazendo a intersecção entre o debate científico-filosófico com o discurso político setecentista. Os seus interesses de investigação situam-se na área das Humanidades, em particular a Cultura Portuguesa e a receção da Antiguidade Clássica no período pombalino, prosseguindo, assim, uma abordagem interdisciplinar. É atualmente Investigadora e coordenadora de Linha de Investigação do Centro de Estudos Globais da UAb e colabora com outras instituições científicas nacionais e internacionais.

Paula Guerra. Professora de Sociologia da Universidade do Porto e Investigadora do Instituto de Sociologia da mesma Universidade. Paula é Professora Associada Adjunta do Griffith Centre for Social and Cultural Research, da Griffith University, na Austrália. É fundadora/coordenadora da Rede Todas as Artes: Rede Luso-Afro-Brasileira da Sociologia da Cultura e das Artes e do KISMIF (kismifconference.com e kismifcommunity.com). É presidente da International Association for the Study of Popular Music (IASPM) Portugal e integra o *board* da Research Network de Sociologia da Arte da European Sociological Association. Coordena vários projetos de investigação subordinados às culturas juvenis, sociologia das artes e da cultura, cocriação, metodologias e técnicas de investigação, culturas DIY, entre outros temas. Tem igualmente orientado vários projetos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento nas áreas mencionadas. Paula é editora-chefe (com Andy Bennett) da revista da SAGE DIY, *Alternative Cultures and Society*.

Pedro Chamusca. Investigador Auxiliar no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Membro da Direção da Associação Portuguesa de Geógrafos. Doutor em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, qualificado profissionalmente em Sistemas de Informação Geográfica e formador acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. É autor de mais de 80 publicações científicas, coordena e participa em vários projetos de investigação científica e de aplicação do conhecimento. Desenvolve investigação em temas associados à Geografia Urbana, Coesão territorial, Governança, Planeamento, Turismo e Ordenamento do Território.

Pedro Martins. Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (IHC – NOVA FCSH). Em 2011 concluiu uma tese de mestrado pela NOVA FCSH dedicada à história do turismo balnear em Portugal. É doutorado em História Contemporânea pela mesma instituição e pela Universidade de Lucerna (Suíça), com uma tese sobre as representações da Idade Média no século XX português (2016). Além de diversas publicações relacionadas com a história do medievalismo, tem colaborado em projetos de investigação focados em temas como a história da descolonização, do trabalho infantil em contexto colonial ou do cinema. É também diretor da revista *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, lançada em 2015.

Pedro Namorado Borges. Arquiteto e Investigador, membro do DINÂMIA³CET-IUL, bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/147213/2019), com um projeto de pesquisa sobre os impactos das políticas públicas de habitação nas áreas rurais. Licenciou-se em Arquitetura (2007) pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, onde também concluiu o Mestrado em Arquitetura (2019) sobre o discurso de Vítor Figueiredo e os projetos de habitação social que realizou. Tem diversas comunicações e publicações sobre estas temáticas. É coordenador, com Vanda Maldonado, do livro *Vítor Figueiredo: Projetos e Obras de Habitação Social, 1960-1979* (Circo de Ideias, 2015).

Pedro Pinto. Investigador no CiTUA, IST-ID, Lisboa. Doutorou-se em Planeamento Ambiental pela UC Berkeley e tem um Mestrado em Urbanística e Gestão do Território pelo IST. Colaborou em equipas de investigação na UC Berkeley, IST e LNEC, estudando a relação entre cidades e rios, a evolução das frentes de água urbanas e o ordenamento do território municipal. A sua investigação de doutoramento comparou padrões de uso de solo e estruturas de governança ambiental no Estuário do Tejo e na Baía de São Francisco. A sua experiência profissional incluiu também a colaboração em planos municipais de ordenamento do território.

Priscilla Santos. Doutoranda em Estudos Urbanos na Universidade Nova de Lisboa e no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com a tese intitulada *Migrações, cosmopolitismos e produção de cidade: uma etnografia dos pequenos comerciantes no Bonfim*, orientada por Lúcia Ferro. Tem quase duas décadas de experiência como jornalista, dedicada a temas como cidades, urbanidade e ativismos urbanos em reportagens e edição para publicações brasileiras. O seu foco de pesquisa atual são as desigualdades globais e urbanas e as migrações.

Ricardo Costa Agarez. Arquiteto e historiador da arquitetura e cidades (PhD *Bartlett School of Architecture UCL, RIBA President's Award for Research 2013*), trabalha em especial sobre identidades nacionais e regionais e cultura arquitetónica, difusão de conhecimento e circulação de ideias, formas e técnicas, habitação, burocracia e arquitetura de uso coletivo. É atualmente Investigador Principal no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e responsável pelos projetos «*ReARQ.IB – Built Environment Knowledge for Resilient, Sustainable Communities: Understanding Everyday Modern Architecture and Urban Design in*

the Iberian Peninsula (1939-1985)» (ERC Starting Grant 2021-26) e «*ArchNeed – The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985*» (FCT, 2021-2024).

Rita Cachado. Investigadora integrada no ISCTE, CIES-IUL, doutorada pelo Programa Internacional de Doutoramento em Antropologia Urbana (Lisboa, ISCTE/Tarragona, URV 2008). É Professora Convidada no Departamento de Métodos de Pesquisa Social, também no ISCTE e membro da direção da Associação Portuguesa de Antropologia. Começou por trabalhar sobre migrações, habitação social e transnacionalidade Sul-Asiática, dedicando-se atualmente à pesquisa sobre Etnografia Urbana em Portugal e ao estudo sobre arquivos etnográficos. Co-coordena a Rede de Etnografia Urbana e co-dirige o tema de pesquisa *History of Portuguese Anthropology and Ethnographic Archives (19th-21st centuries)*, em *BEROSE International Encyclopaedia of the Histories of Anthropology*.

Rui Maia Rego. Desenvolve a sua investigação no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa como bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Licenciado (2010) e mestre (2012) em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, está a concluir o seu doutoramento em Ética na mesma instituição. Tem publicado trabalhos em antologias portuguesas e revistas internacionais sobre problemas atinentes à ética e racionalidade prática. Entre inúmeras associações da sociedade civil é, atualmente, em representação da Federação Nacional das Associações Juvenis, membro do Plenário do Conselho Económico e Social.

Sandra Marques Pereira. Doutorada em Sociologia pelo ISCTE (2010), é investigadora auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no DINÂMIA'CET, exercendo atividades de docência na mesma instituição. As suas áreas de especialização são políticas de habitação, modos de habitar, mercado habitacional e transformações urbanas com enfoque em Lisboa. Desenvolve trabalho multidisciplinar com arquitetura. É co-coordenadora do Southern European Housing WG da European Network for Housing Research/ENHR. Autora de múltiplas comunicações e publicações científicas e de divulgação para a sociedade, com participação em vários projetos de investigação. Atualmente é co-coordenadora da plataforma LxHabitada e Investigadora Responsável do projeto FCT Siza_3City.

Sandra Sousa. Doutorada em Estudos Portugueses e Brasileiros pela *Brown University*, Sandra Sousa é Professora Associada no Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da *University of Central Florida*. Atualmente é pesquisadora do PielaAfrica (CNPq) e do CLEPUL. Tem ensaios e resenhas publicados nos EUA, no Brasil e em Portugal. É autora dos livros *Ficções do Outro: Império, Raça e Subjectividade no Moçambique Colonial* (Esfera do Caos, 2015), *Portugal Segundo os Estados Unidos da América* (Theya Editores, 2022), e co-editora do livro *Visitas a João Paulo Borges Coelho. Leituras, Diálogos e Futuros* (Colibri, 2017).

Selma B. Pena. Doutorada em Arquitectura Paisagista (2016), tem desenvolvido a sua investigação no Instituto Superior de Agronomia (ISA) da Universidade de Lisboa desde 2004, na atual unidade de investigação *Linking Landscape Architecture, Environment, Agri-*

culture and Food (LEAF). É coordenadora da Linha Temática Infraestruturas Verdes e Azuis do LEAF desde 2020. Os interesses de investigação centram-se no planeamento da paisagem, conservação do solo e da água, avaliação do equilíbrio dinâmico da paisagem, restauro de áreas degradadas (incêndios rurais), aprofundamento de metodologias de desenho da paisagem apoiadas em SIG e sua integração nas políticas de ordenamento do território.

Susana Mourato Alves-Jesus. Licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas; mestre em Estudos Clássicos (variante Literatura Comparada); doutora em História, variante História Contemporânea, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL). Investigadora do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CEG-UAb) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da FLUL. Atualmente é bolsista de pós-doutoramento no quadro do CEG-UAb e gestora do projeto Dignipédia Global: Sistematizar, Aprofundar e Defender Direitos Humanos em contexto de Globalização (*EEA Grants/Active Citizens Fund* – Programa Cidadãos Ativ@s/Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Bissaya Barreto).

Vítor Escária. Economista. Professor Auxiliar do Departamento de Economia do ISEG – *Lisbon School of Economics and Management*, Universidade de Lisboa. DPhil em Economia, em 2004, pela *University of York*, Reino Unido, Mestre em Economia Monetária e Financeira e Licenciado em Economia, pelo ISEG Universidade Técnica de Lisboa, respetivamente em 1997 e 1994. Presidente do CIRIUS – Centro de Investigações Regionais e Urbanas, Investigador Associado da UECE – Unidade de Estudos sobre Complexidade e Economia e membro da Comissão Executiva do Departamento de Economia do ISEG. Assessor económico do Gabinete do Primeiro-Ministro nos XVII, XVIII e XXI Governos e Chefe do Gabinete do Primeiro-Ministro no XXII Governo.

Espaço, Lugar e Território. Figuras do pensamento português contemporâneo

ANDRÉ CARMO (org.)

Espaço, Lugar e Território são três dos conceitos mais desafiantes do pensamento social contemporâneo: seja na sua aceção material ou no domínio das representações e do simbólico, são mobilizados por áreas do conhecimento e do saber muito diversas.

Este livro procura oferecer uma chave de entrada para um universo de pensamento, tão vasto e diversificado quanto desafiante. Ao incidir sobre a vida e a obra de 41 figuras do pensamento português contemporâneo, permite a académicos oriundos de vários campos disciplinares, científicos e técnicos, com diferentes níveis de experiência e maturidade, mas também a um público mais vasto, acederem a uma paisagem intelectual vibrante e em constante transformação.

Cada capítulo oferece um retrato centrado em aspectos da vida de cada figura e dos contextos teórico e institucional em que se formou, uma explicação detalhada dos seus principais contributos para o avanço do pensamento, uma leitura crítica em torno das suas principais intervenções na esfera pública, bem como a indicação dos principais trabalhos da sua autoria e de outros considerados relevantes para compreender a sua obra ou que, de alguma forma, lhe tenham sido inspiradores.